
CINCO ESTUDOS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

Andrea Azevedo • Júlia Tibiriçá • Marcelo Manzano (Orgs.)

Pesquisadores

Giany Aparecida Pova

Ivony Lessa

Maria Antonia Silva de Arcanjo

Mariana Dutra Teixeira

Rodrigo Callou da Silva Santos



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente | Aloizio Mercadante

Vice-presidenta | Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Artur Henrique

Alberto Cantalice

Carlos Henrique Árabe

Lindbergh Farias

Márcio Jardim

Valter Pomar

Coordenação editorial | Rogério Chaves

Assistente editorial | Raquel Maria da Costa

Revisão | Claudia Andreati e Juan Molina

Capa, design e diagramação | Patrícia Jatobá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C574

Cinco estudos sobre a realidade brasileira / Andrea Bárbara Lopes de Azevedo, Júlia Tibiriça, Marcelo Manzano (orgs); Giany Aparecida Povoá ... [et al.]. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
655 p.

Inclui bibliografia e anexos.
ISBN 978-65-5626-004-4

1. Seguridade social - Brasil. 2. Partido dos Trabalhadores (Brasil) - Antitotalitarismo. 3. Administração pública - Brasil. 4. Políticas públicas. 5. Economia social - Brasil. I. Azevedo, Andrea Bárbara Lopes de. II. Tibiriça, Júlia. III. Manzano, Marcelo. IV. Povoá, Giany Aparecida.

CDU 32(81)

(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 4

SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: ENTRE A SOLIDARIEDADE E O INDIVIDUALISMO 8

Giany Aparecida Pova

Introdução..... 9

Welfare state e seguridade social no
capitalismo central: reconstrução
histórica e teórica..... 11

Welfare state e seguridade social no
capitalismo periférico: interpretação
do caso brasileiro..... 41

Welfare state e seguridade social: entre
a consciência coletiva de classe e a
experiência individual de mercado 65

Conclusão..... 103

Referências 106

A SENHA DO ANTITOTALITARISMO 114

Ivony Lessa

Introdução..... 115

Antitotalitarismo na França..... 130

Ampliando a discussão 144

Dois estudos de caso 154

Epílogo..... 164

Conclusão..... 289

Epílogo..... 292

Referências 295

CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL 302

Mariana Dutra Teixeira

Introdução..... 303

Cidadania – problematizando o conceito .. 307

Limites e possibilidades para a realização
da cidadania: Aspectos da economia
política e da democracia..... 326

Estudo de caso – a experiência de
Canoas/RS (2009-2012/2013-2016) 339

Considerações finais 375

Referências 379

Anexo 384

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO RECIFE 386

Rodrigo Callou da Silva Santos

Introdução..... 387

Antecedentes históricos das experiências
de participação na cidade do Recife..... 392

Análise da experiência do Orçamento
Participativo (2001-2012) 407

Avaliação da inserção das comunidades e
dos cidadãos nos processos de gestão
e de planejamento da cidade 432

Considerações finais 453

Referências 457

ECONOMIA SOLIDÁRIA..... 461

Maria Antonia Silva de Arcanjo

Introdução..... 462

História do cooperativismo e
da economia solidária 468

A economia solidária como
política pública no Brasil..... 518

O impacto da SENAES nas
organizações de ES em Belém/PA 570

Considerações finais 635

Referências 646

APRESENTAÇÃO

Marcelo Manzano

Coordenador do programa Maestría: Estado,
Governo e Políticas Públicas (FLACSO/Brasil)

Desde 2013, a Fundação Perseu Abramo (FPA) tem feito grandes esforços para expandir suas atividades de formação para filiados do Partido dos Trabalhadores, seja ampliando a oferta de cursos na modalidade de “difusão do conhecimento”, seja oferecendo acesso a cursos de pós-graduação.

Diante das profundas transformações que se processaram na sociedade brasileira e no próprio partido desde a sua fundação no início da década de 1980, parecia importante ofertar aos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) uma formação acadêmica de fulcro que abor-dasse as temáticas do Estado e da gestão de políticas públicas. Além disso, entendia-se que dadas as especificidades do público – pessoas que vinham de experiências em governos, de movimentos sociais ou de organizações sindicais – seria de grande relevância desenvolver um programa de pós-graduação que conjugasse pesquisa e práxis, capaz não apenas de contribuir para a formação de quadros do partido, mas também de consolidar investigações acadêmicas sobre diversos temas que orbitam a vida partidária e a prática política, mas que nem sempre recebem a devida atenção nos programas tradicionais de pós-graduação.

Foi assim que no ano de 2015 firmou-se uma frutífera parceria entre a Fundação Perseu Abramo e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso/Brasil) para o desenvolvimento de um programa de pós-graduação (*stricto sensu*), denominado “Maestria: Estado, Governo e Políticas Públicas”. Após um concorrido processo de seleção, a primeira turma teve início no primeiro semestre de 2015 e, desde então, já são 544 o total de filiados que ingressaram no programa, dos quais 86 já concluíram e defenderam suas respectivas dissertações.

Para celebrar essa exitosa experiência, que hoje conta com várias turmas nas modalidades presencial e semipresencial e que tem alunos distribuídos pelas cinco regiões do país, foram selecionados para a presente publicação cinco das melhores dissertações produzidas até o momento.

Para a escolha, levou-se em conta não apenas a qualidade dos textos e da reflexão acadêmica, como também a temática de cada qual, com o que se pretendeu compor um pequeno painel a revelar os diferentes olhares e as ricas experiências de milhares de membros do Partido dos Trabalhadores que se espalham pelo país.

Com esse espírito, iniciamos o livro com o trabalho de Giany Aparecida Pova que se debruçou sobre o tema da seguridade social brasileira. Após uma análise histórica dos processos de constituição do Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, Pova procurou compreender a dinâmica de desenvolvimento da seguridade social no Brasil – notadamente no período posterior à Constituição Federal de 1988 – destacando os processos contraditórios entre uma concepção progressista que calçava o ambicioso projeto de Estado Social erigido no período de transição democrática e a contramarcha conservadora expressa em diversas políticas governamentais inspiradas pelo ideário neoliberal.

Em seguida, apresentamos a pesquisa realizada por Ivony Lessa que, a partir da análise dos conteúdos do jornal *Folha de S.Paulo*, procurou identificar traços comuns entre a campanha midiática contra o Partido dos Trabalhadores e a experiência do discurso antiautoritário e perigosamente antipolítica que vicejou no Partido Comunista Francês na década de 1960. De acordo com a autora, essa longa trilha, pavimentada pelo discurso antiautoritário e, até certo ponto, antipolítica que era disseminado pelo jornal paulista, constitui uma das bases relevantes do golpe de 2016, bem como do processo de demonização do Partido dos Trabalhadores sob a pecha da corrupção.

As outras três dissertações que seguem pelo livro dedicam-se a estudos de casos de gestões municipais petistas. Mariana Dutra Teixeira dedicou-se a estudar como uma concepção específica e progressista do conceito de “cidadania” orientou as políticas públicas na bem sucedida experiência de gestão no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, entre 2009 e 2016. Segundo Teixeira, a defesa e o uso de um entendimento de cidadania ampliada – que contempla, além dos direitos civis, políticos e sociais, uma dimensão democrática e participativa – foi fundamental para o êxito e o alcance das políticas públicas naquele município. Compartilhando da preocupação com a democracia participativa, Rodrigo Callau da Silva Santos dedicou sua reflexão às práticas de Orça-

mento Participativo (OP) que vigoraram durante as três gestões consecutivas do PT no município do Recife (PE), entre 2001 e 2012. Para o autor, embora tenham constituído eixo fundamental na estruturação daqueles governos, com avanços importantes em termos de participação democrática e oxigenação dos movimentos populares, não foram poucos os limites e as contradições que se revelaram ao longo do processo.

Por fim, o livro se encerra com a dissertação da Maria Antônia Silva de Arcanjo, que tratou de analisar os impactos da política nacional de economia solidária nas organizações de economia solidária do município de Belém (PA). O estudo parte de uma recuperação histórica do conceito e das experiências de economia solidária, para então avaliar o seu desenvolvimento recente no Brasil (2003-2013), destacando que se, por um lado, parecem incontestáveis os avanços ocorridos em Belém no campo dos empreendimentos de economia solidária, por outro lado, a descontinuidade somada às fragilidades da política nacional de economia solidária foram fatores que limitaram o seu alcance e sua efetividade ao longo do tempo.

SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: ENTRE A SOLIDARIEDADE E O INDIVIDUALISMO

Giany Aparecida Pova

Introdução

O presente trabalho nasce da inquietação em compreender melhor os caminhos da proteção social na história da humanidade e particularmente na história brasileira, de sua dinâmica contraditória, sua relação com o capitalismo, sua ligação com os laços de solidariedade e conseqüentemente com a classe trabalhadora que passou por mudanças estruturais nos últimos anos com a inclusão econômica de uma nova parcela da população, invisível até pouco tempo.

Cabe ressaltar que ao longo do processo de tessitura deste texto, passamos por vários momentos de crise no processo democrático brasileiro que culminou com a deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff, o que representou um retrocesso no avanço dos direitos sociais conquistados nos últimos anos e coloca em xeque as conquistas garantidas na Constituição de 1988. Ainda que muitas delas nem tenham sido implantadas, estavam no horizonte de serem conquistadas. Ficou claro, desde então, que a proteção social é um instrumento político disputado tanto pelo capital como pela classe trabalhadora, e que o governo ilegítimo e impopular hoje no poder não poupa esforços para reforçar o capital, agora neoliberal, em detrimento da melhoria das condições de vida e de cidadania da população brasileira.

As rápidas mudanças no cenário nacional nos últimos meses, fizeram com que a proposta inicial deste texto fosse modificada por várias vezes na tentativa de que o tema permanecesse atual e interessante aos leitores e ao Partido dos Trabalhadores, tão desafiado a rever posturas e conceitos nestes tempos difíceis de conflito e insegurança. Espero sinceramente que o presente trabalho contribua para reflexões sadias, ternas e solidárias.

Com isto em mente, as perguntas orientadoras que servem como fio condutor desta pesquisa têm como eixo central as seguintes questões:

1. Por que é tão difícil organizar a ideia de seguridade social?

2. Quais são os princípios da seguridade social na política pública brasileira?
3. Qual a relação entre Estado de bem-estar social e seguridade social na transformação da estrutura de classes brasileira?

Em busca destas repostas, o trabalho se divide em três capítulos. No primeiro capítulo vamos perpassar pela reconstrução histórica e teórica do *welfare state* e da seguridade social no capitalismo central. Será possível verificar que a história do bem-estar social pode ser vista a partir da imagem de um pêndulo que oscila, desde sempre, entre o Estado e o mercado, entre os interesses da classe dominante e os interesses da classe dominada. Esta oscilação faz com que a relação entre capitalismo e bem-estar social seja necessária para atender os modos de produção do capitalismo industrial.

No capítulo II, seguiremos pela interpretação do *welfare state* e da seguridade social no caso brasileiro. No Brasil, a industrialização, e consequentemente a seguridade social, ocorrem tardiamente comparadas a outros países do capitalismo central. Somado a isso, a cidadania brasileira apresenta uma lógica invertida na conquista dos direitos. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais em detrimento dos direitos civis e políticos, o que trouxe consequências para a eficácia da cidadania ao favorecer a visão corporativista dos interesses coletivos e a centralidade no poder Executivo que, por sua vez, enfraquece o Legislativo.

No capítulo III, abordaremos a conexão entre o Estado de bem-estar social e sua relação com as classes sociais, especialmente a classe trabalhadora, ou seja, a seguridade social entre a consciência coletiva de classe e a experiência individual de mercado. Veremos que as conquistas da seguridade social estão intimamente ligadas à luta dos trabalhadores por direitos sociais e cidadania. A chegada do capitalismo neoliberal, com seus preceitos de individualidade e meritocracia, confunde a classe trabalhadora, que passa a se guiar pelos ideais do indivíduo-empresa. Com laços de solidariedade frágeis entre os trabalhadores, a seguridade social como projeto coletivo torna-se ainda mais precária.

Não faremos neste trabalho uma análise exaustiva dos princípios orientadores do *welfare state*. Através de análise bibliográfica buscou-se a discussão teórica/histórica/política da implantação da seguridade social a fim de definir melhor seu conceito.

***Welfare state* e seguridade social no capitalismo central: reconstrução histórica e teórica**

Há sempre a violência de um signo que nos força a buscar, que nos rouba a paz... A verdade nunca é o produto de uma boa vontade prévia, mas o resultado de uma violência no pensamento...

A verdade depende de um encontro com algo que nos força a pensar e buscar o verdadeiro... É o acaso do encontro que garante a necessidade daquilo que é pensado... Que quer aquele que diz: “eu quero a verdade?” Ele só a quer coagido e forçado. Ele só a quer sob o império de um encontro, conectado a tal signo.

Gilles Deleuze

A verdade das coisas é sempre uma questão de ponto de vista. As relações entre Estado e sociedade civil são, desde sempre, conflitantes, confusas e permeadas por interesses difusos. Isso pode ser facilmente compreendido quando se leva em conta a produção acadêmica, os papéis sociais dos indivíduos e as oportunidades de participação das pessoas na esfera político-social. Assim sendo, há muitas razões para se refletir sobre o papel do Estado na vida cotidiana das pessoas.

As sociedades humanas sempre se encontram em permanente transformação, por mais “estáveis” ou “estáticas” que elas pareçam ser. Mesmo uma sociedade tida como estagnada só pode sobreviver absorvendo pressões do ambiente físico ou de sua composição interna, as quais redundam e requerem adaptações sociodinâmicas que significam, sempre, alguma mudança incessante, embora esta seja com frequência pouco visível (quer à análise microsociológica, quer à análise macrosociológica de conjuntura). (FERNANDES, 1979, p. 23)

Os cientistas sociais se dedicaram ao estudo do Estado e das políticas de bem-estar social, incluindo as origens do Estado de bem-estar, o sucesso de suas políticas em aumentar a igualdade nas sociedades ocidentais e suas limitações (KING, 1987). A principal questão a ser debatida no âmbito dos estudos sobre o Estado de bem-estar social é entender se, e em que condições, as divisões de classe e as desigualdades sociais produzidas pelo

capitalismo podem ser desfeitas pela democracia (ESPING-ANDERSEN, 1991). Para Florestan Fernandes (1979), o estado normal de uma sociedade é seu funcionamento concreto sempre pautado pela combinação entre tensões estáticas e mudanças sociais, com variados ritmos e padrões, daí a importância do estudo teórico investigativo sobre a sociedade de classes brasileira e sua situação histórico-social.

A primeira situação histórico-social existiu no Brasil na época da emancipação nacional e da eclosão interna do capitalismo. A segunda, já aparece claramente configurada nas últimas quatro décadas do século XIX, exprimindo e servindo de suporte ao ciclo de deslanche da revolução burguesa; mas é sob a aceleração do crescimento econômico, portanto sob a “integração do mercado interno” e o industrialismo, que ela iria mostrar o que significa dependência sob o capitalismo monopolista e o imperialismo total. (FERNANDES, 1979, p. 24)

Existe consenso entre teóricos conservadores, liberais e socialistas sobre a existência do *welfare state* em sociedades capitalistas enquanto instrumento de controle, sendo forte mecanismo de controle econômico, social e político do capitalismo avançado. (OFFE apud SILVA, 1995). Por outro lado, Navarro (1993) ressalta que as reformas trazidas pelo Estado de bem-estar social nunca foram concedidas, mas sim, conquistadas pelos trabalhadores. O conflito entre a classe operária e o capitalismo tem como resultado uma série de reformas que ampliaram os benefícios sociais, como a regulamentação da jornada de trabalho, dos regimes de contratação, do descanso semanal, das férias, do salário mínimo, além dos avanços na seguridade social nas áreas de saúde, previdência e assistência social. Ao mesmo tempo, a riqueza produzida pelo trabalho humano não foi desfrutada por todos, mas por quem detinha os meios de produção. Assim, a divisão da sociedade em classes subsidiou as desigualdades sociais tornando-a aceitável. As condições que aprofundavam a pobreza e aumentavam a riqueza eram as mesmas que criavam oportunidades de mobilização dos trabalhadores em torno de lutas por igualdade de direitos e cidadania (PEREIRA, 2016).

Neste cenário contraditório e conflituoso, o presente capítulo apresenta um breve olhar sobre os principais autores que teceram leituras teóricas e ideológicas sobre os fundamentos do Estado de bem-estar social, ou seja,

o desafio proposto é identificar as bases históricas que edificam o *welfare state* e sua relação com a proteção social no capitalismo central.

O capitalismo é uma economia de mercado, surge no século XVI como capitalismo manufatureiro e assim permaneceu até o século XVIII de forma lenta e desigual, dependente de apoio político e das particularidades das lutas entre as nações europeias pelo domínio das vias marítimas e dos mercados coloniais.

O capitalismo manufatureiro foi capaz de explorar, em certa medida, a possibilidade de aumentar a produtividade mediante a produção em grande escala. Reunindo numerosos trabalhadores sob o mesmo teto, o capitalista manufatureiro pode criar uma divisão técnica de trabalho dentro da manufatura, o que lhe permitiu alcançar maior produtividade do trabalho. Em lugar de cada trabalhador realizar todas as operações, cada operação passava a ser tarefa de um grupo específico de trabalhadores. Essa nova divisão do trabalho proporcionava três formas de aumento da produtividade: a) poupava o tempo que o operador perde quando passa duma tarefa a outra; b) aumentava a destreza do operador, que passava a se especializar num único tipo de trabalho; c) ensejava a invenção de ferramentas especialmente adaptadas a cada tipo de trabalho. (SINGER, 1987, p. 16)

Desde então, o capitalismo vem alterando os padrões e ritmos do setor produtivo e das relações de trabalho além de impor profundas transformações na economia, na sociedade e na cultura. De forma dinâmica se altera conforme as necessidades de seu tempo e sobrevive apesar de estar o tempo todo em xeque. No capitalismo manufatureiro a classe capitalista está sob a égide do Estado monárquico e absolutista, sobre o qual tem pouca influência, pois a correlação de forças ocorre na luta entre a realeza e a nobreza. Esse modelo teve seu auge na Grã-Bretanha, onde criou condições para a Revolução Industrial ao final do século XVIII (SINGER, 1987).

As chamadas democracias industriais¹ foram significativamente transformadas pelo Estado de bem-estar social (KING, 1988). A substituição do homem pela máquina, trazida pela Revolução Industrial, coloca-o numa outra função frente ao trabalho. O trabalhador passa a regular, carregar e acionar a máquina que com seus mecanismos movidos inicialmente a força hidráulica e logo em seguida pela energia do vapor, é capaz de ser mais produtiva que o homem. Isso representou grande vantagem para o capitalismo, que se torna agora Capitalismo Industrial.

O capitalismo industrial por sua vez inspira o liberalismo: sua estratégia de expansão requer a unificação de todos os mercados, locais e nacionais, sendo a competição livre para todos. Rejeita, portanto, a intervenção do Estado no mercado, mesmo que seja em seu favor. Sua superioridade produtiva dá-lhe confiança de poder vencer a competição, sem precisar da proteção estatal. O liberalismo econômico é parte de uma doutrina maior, com desdobramento no nível político. Ele propugna a liberdade do indivíduo, enquanto cidadão, produtor e consumidor. (...) A burguesia quer agora um Estado “seu”, sóbrio nos gastos, avesso às aventuras guerreiras e neutro em relação à disputa pelos mercados. (SINGER, 1987, p. 18-19)

O Estado liberal incorpora uma concepção de Estado mínimo que atuaria apenas na fiscalização e na regulação das atividades econômicas, tendo pouca gestão sobre as áreas sociais. As chamadas democracias industriais, característica do período entre 1945-1980, seriam as que combinavam as estruturas do Estado de bem-estar e as estruturas econômicas liberais. Com o avanço da industrialização e, conseqüentemente, mudanças nos padrões de emprego, nas fontes de renda e no tamanho do setor público surge a necessidade de novas formas de diálogo-

1. As chamadas democracias industriais, característica do período entre 1945-1980, são aquelas que combinam estruturas do Estado de bem-estar e estruturas econômicas. Com o avanço da industrialização e, conseqüentemente, mudanças nos padrões de emprego, nas fontes de renda e no tamanho do setor público surge a necessidade de novas formas de diálogo e incorporação de grupos de trabalhadores na sociedade, consolidando a posição estrutural do Estado de bem-estar nas democracias ocidentais. (KING, 1988, p. 54)

go e incorporação de grupos de trabalhadores na sociedade, consolidando a posição estrutural do Estado de bem-estar nas democracias ocidentais. (KING, 1988, p. 54)

Atenção aos direitos sociais, trabalhistas e à seguridade – foi o principal fato político do século XIX (WALLERSTEIN, 1997/1998). O liberalismo se impôs profundamente na sociedade capitalista até a terceira década do século XX, tendo como base o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. É importante lembrar que no início representava o desejo de rompimento com a aristocracia e o clero, do Estado absoluto e de seu poder discricionário. O Estado deveria interferir o mínimo possível, fornecendo a base legal com a qual trabalha o mercado, sempre na perspectiva de garantir maior liberdade ao mercado livre. A espinha dorsal da ação do Estado liberal se pautava na ação individual em busca de seu interesse econômico, à medida que se desenvolvia individualmente potencializava o bem-estar coletivo. A invisibilidade do mercado regulava e organizava as relações econômicas e sociais, produzindo o bem comum. Em resumo, trata-se de um Estado mínimo que tem como principais premissas para sua ação o predomínio do individualismo (o indivíduo e não a coletividade é reconhecido como sujeito de direito); o predomínio da liberdade e da competitividade; naturalização da miséria; predomínio da lei da necessidade (as necessidades básicas não devem ser totalmente satisfeitas para que sejam instrumentos de controle da miséria e do crescimento da população); a manutenção de um Estado mínimo com papel neutro de legislador e árbitro com ações complementares ao mercado; a crença de que as políticas sociais estimulam a acomodação das pessoas e a crença de que ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima àqueles que não se enquadram no mercado de trabalho, reduzindo as políticas sociais a uma medida paliativa (BERING & BOSCHETTI, 2011).

Para a efetivação deste Estado mínimo há uma guerra contínua e silenciosa em curso, travada por representantes da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas, da mídia, do exército e da Igreja que buscam a transformação profunda da sociedade através da lei da concorrência e o modelo da empresa. O objetivo é enfraquecer as instituições e os direitos conquistados pelo movimento operário a partir do final do século XIX (DARDOT & LAVAL, 2016).

Os economistas políticos liberais raramente usavam os mesmos argumentos na defesa de seus pontos de vista. Nassau Senior e outros liberais mais recentes de Manchester enfatizavam o elemento *laissez-faire* em Smith, rejeitando qualquer forma de proteção social além dos vínculos monetários. J. S. Mill e os “liberais reformistas”, por sua vez, propunham pequenas doses de regulamentação política. Mas concordavam todos em que o caminho para a igualdade e a prosperidade deveria ser pavimentado com o máximo de mercados livres e o mínimo de interferência estatal. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 1)

O economista escocês Adam Smith (1723–1790) foi o principal responsável pela formulação do liberalismo econômico. A teoria de Smith foi revolucionária – em 1776, escreveu *A riqueza das nações*, influenciando os estudos da economia durante o século XIX. Pensava o Estado com as funções de defesa contra inimigos externos; a proteção dos indivíduos da ofensa de outros indivíduos e a execução de obras públicas (BOBBIO apud BERING & BOSCHETTI, 2011). A divisão do trabalho e a força do trabalho produtivo foram centrais em sua obra. Sem elas, não seria possível construir a riqueza das nações. Sobre os trabalhadores, segundo ele, denominados categoria dos que vivem de salários, dizia:

Já mostrei que os salários do trabalhador nunca são tão altos quando a demanda de mão de obra cresce continuamente ou quando o volume de mão de obra empregado a cada ano aumenta consideravelmente. Quando essa riqueza real da sociedade estaciona, os salários são logo reduzidos ao estritamente suficiente para possibilitar-lhe manter uma família, ou seja, perpetuar a descendência dos trabalhadores. Quando a sociedade declina, os salários caem até abaixo desse nível. Talvez a categoria dos proprietários possa ganhar mais com a prosperidade da sociedade do que a dos trabalhadores; não existe, porém, nenhuma classe que sofra tão cruelmente com o declínio da riqueza da sociedade quanto a dos operários. Mas, embora o interesse da classe trabalhadora esteja intimamente ligado ao interesse da sociedade, o trabalhador é incapaz tanto de compreender esse interesse quanto de compreender a vinculação do interesse da sociedade ao seu próprio. Sua condição não lhe deixa tempo para receber a necessária informação, e sua educação e hábitos costumam ser tais que o tornam inapto para discernir, mesmo que esteja plenamente informado. Por isso, nas deliberações públicas, sua

voz é pouco ouvida e ainda menos levada em conta, excetuadas algumas ocasiões específicas, quando suas reivindicações são animadas, incitadas e apoiadas pelos seus empregadores, que no caso lutam não pelos objetivos dos trabalhadores, mas pelos seus próprios. (SMITH, 1996, p. 272)

Smith (1996) frisava ainda que a propriedade do trabalhador era seu próprio trabalho. Fica evidente o lugar da classe trabalhadora defendido pelos liberais e assumido pelo Estado capitalista. Para mantê-los sob controle era, e é, preciso usar mecanismos de repressão e de constante vigilância e, ao mesmo tempo, torná-los tão ocupados que não tenham tempo suficiente para acessar informações que possam fazê-los refletir sobre sua própria condição. Isso parece vigorar até os dias atuais.

No que tange à perspectiva da garantia de direitos sociais, o Estado europeu liberal do século XIX reconheceu os direitos civis na perspectiva da garantia da propriedade privada. Marshall (1967), num caminho teórico reflexivo diferente de Smith, postulava que era preciso pensar nos efeitos que o trabalho produz sobre os trabalhadores e não no efeito que ele produz em seu trabalho, desta forma, reconhecia que os homens não são iguais, mas que devido a sua ocupação, todo homem poderia ser um “cavalheiro”. O caminho apontado para isso era o acesso à educação, todas as crianças deveriam ser obrigadas a frequentar a escola para que deixassem de ser ignorantes, tivessem oportunidades de escolha e desejassem dar muitos passos à frente.

Podemos, penso eu, sem violentar o pensamento de Marshall, substituir a palavra “cavalheiro” pela expressão “civilizado”. Pois está claro que estava tomando como padrão de vida civilizada as condições consideradas por sua geração como apropriadas a um cavalheiro. Podemos ir mais adiante e dizer que a reivindicação de todos para gozar dessas condições é uma exigência para ser admitido numa participação na herança social, o que, por sua vez, significa uma reivindicação para serem admitidos como membros completos da sociedade, isto é, como cidadãos. (MARSHALL, 1967, p. 61-62)

Marshall reconhecia a desigualdade típica do sistema capitalista e que, a mesma, poderia ser minimizada a partir da participação integral na comunidade, afirmava que a desigualdade num sistema de classes pode ser aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida. Entendia

que a cidadania era um status que deveria ser vivenciado pela totalidade da sociedade. O aspecto fundamental dessa hipótese era a importância do Estado como garantidor de direitos civis, políticos e sociais que juntos formavam o conceito de cidadania.

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do governo local. O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevaleçam na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1964, p. 63-64)

Esses direitos, inicialmente fundidos porque as instituições não eram separadas, foram se desligando com o tempo e tomando corpo em períodos diferentes: os direitos civis no século XVIII, no qual o direito civil básico é o direito ao trabalho; os direitos políticos no século XIX, ainda que de forma privilegiada de uma classe econômica limitada, e os direitos sociais no século XX (MARSHALL, 1964) em substituição à Nova Lei dos Pobres de 1834, Inglaterra, principal legislação de alívio contra a pobreza implantada no Reino Unido. A Lei dos Pobres trouxe um retrocesso aos avanços sociais conquistados à época: “Fundamentada no *laissez-faire* puro, baseava-se na premissa principal de que os pobres aptos ao trabalho não deveriam receber nenhum tipo de assistência pública ou privada” (PEREIRA, 2013, p. 57, nota de rodapé).

Apesar da hegemonia do pensamento liberal, o século XIX conviveu com uma outra concepção de Estado, a marxiana, assim chamada como forma de diferenciá-la de várias vertentes denominadas marxistas, com as quais o próprio Marx não se identificava.

Marx deu à classe operária uma análise científica do capitalismo. Não só mostrou sua origem e desenvolvimento, mas também demonstrou que em seu seio amadurecem as condições para o novo regime social, o comunismo. (COGGIOLA apud PEREIRA, 2016, p. 23)

A análise de Marx provocou mudanças no espectro da compreensão da proteção social, principalmente no que se refere ao seu conteúdo e sua institucionalidade, uma vez que evidenciou a insuficiência dos mecanismos de proteção social diante da insegurança produzida pelas novas formas de exploração do trabalho industrial, dando aos trabalhadores a chance de organizar sua luta contra a exploração. Surgem então as medidas de proteção dos trabalhadores voltadas a amenizar os riscos produzidos pelo trabalho, medidas essas de caráter obrigatório, condicionadas a contribuições prévias e geridas pelo Estado, como o seguro social na Alemanha do século XIX (PEREIRA, 2016).

Em sua obra, Marx teceu um profundo estudo sobre o funcionamento, desenvolvimento e os limites da economia capitalista, englobando a teoria do capital e da mais-valia, da exploração do trabalho, da desmaterialização da riqueza e da tendência decrescente da taxa de lucro.

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para os meus estudos pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 49)

A maioria dos pensadores marxistas entende o Estado como uma esfera socialmente construída que representa os interesses da burguesia, uma vez que ela ocupa o poder, e tem como objetivo a manutenção e exploração de classe. É a partir desse entendimento que desenvolvem suas análises sobre o Estado de bem-estar e a proteção social. Para eles, as medidas de proteção social asseguram a reprodução do capital. Como não promovem o combate das causas das desigualdades sociais, deixam intactas as estruturas de dominação, tornando-se apenas medidas paliativas incapazes de eliminar a pobreza e as desigualdades econômicas (PEREIRA, 2016).

Daí Marx ter feito a distinção entre um bem-estar total, possível apenas em uma sociedade pós-capitalista, e um bem-estar parcial que, por meio de uma ampla ação das classes trabalhadoras [...] pode começar a ser instituído no capitalismo” (MISHRA apud PEREIRA, 2016, p. 315)

A concepção de Marx de bem-estar é totalizante e universal, firmada sobre os valores de cooperação e solidariedade em contraposição aos valores de coerção e competição, assim o verdadeiro bem-estar só poderá ser alcançado a partir da distribuição justa do produto social, colhida de acordo com as capacidades individuais de cada trabalhador, quando todos contribuírem de acordo com suas forças e receberem de acordo com suas necessidades. Desta forma, o pensamento marxiano e marxista é incompatível com a defesa de formas residuais de proteção social, com a focalização; com programas, serviços e benefícios estigmatizantes; critérios de elegibilidade, condicionais ou contrapartidas; políticas voltadas a simples inserção do trabalhador no mercado de trabalho assalariado; com programas de geração de renda e educacionais alienantes, ou seja, com ações baseadas em valores individualistas, coercitivos e competitivos. A proteção social defendida por Marx

possui as mesmas características de publicidade, gratuidade e universalidade, mas um princípio oposto: a proteção social possível, graças a sua natureza contraditória, mesmo que engendrada no sistema capitalista, pode e deve contribuir para a conscientização da classe oprimida beneficiária, emancipando-a gradualmente, permitindo sua maior participação política e social, educando-a e armando-a para que se fortaleça e se qualifique para a luta coletiva a favor de uma nova ordem mundial. (PEREIRA, 2016, p. 323)

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels propõem uma agenda política que apresenta dez medidas para a emancipação da classe trabalhadora e a conquista da democracia:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra nas despesas do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo.
6. Centralização dos meios de transporte nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção; cultivo e melhoramento das terras segundo um plano comum.
8. Trabalho obrigatório igual para todos; constituição de exércitos industriais, especialmente para a agricultura.
9. Unificação dos serviços agrícola e industrial; medidas tendentes a eliminar gradualmente as diferenças entre cidade e campo.
10. Educação pública e gratuita para todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material etc. (MARX & ENGELS, 2011, p. 66-67)

Essas medidas podem ser consideradas uma agenda de proteção social, explicitando direitos sociais que estabelecem uma nova ordem mundial em busca de uma sociedade mais justa.

Behring e Boschetti (2011) ressaltam que com os direitos sociais surgem as políticas sociais de forma gradual e diferenciada entre os diversos países, de acordo com a capacidade de organização da classe trabalhadora, destacando o quanto a luta dos trabalhadores sempre foi central na conquista de direitos. A literatura é unânime em reconhecer o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e organizar ações sociais de forma mais ampla e com caráter de obrigatoriedade.

Os economistas políticos, sejam eles de convicções liberais, conservadoras ou marxistas se preocupavam com a relação entre capitalismo

e bem-estar social. Ao analisarmos os princípios que sustentam os *welfare states*, encontramos “agrupamentos, distintos de regimes, não meras variações de ‘mais ou menos’ em torno de um denominador comum” (ESPING-ANDERSEN, 1991), no entanto,

a definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente. (GOMES, 2006, p. 2)

Sping-Andersen (1991) ressalta que a adesão dos liberais ao capitalismo preservava um Estado de privilégios absolutistas, protecionismo mercantilista e corrupção. Temiam a democracia e acreditavam que estavam protegidos enquanto o capitalismo permanecesse um mundo com pequenos proprietários, porém, a industrialização trouxe as massas proletárias, “para quem a democracia era um meio de reduzir os privilégios da propriedade” (SPING-ANDERSEN, 1991, p. 2), desta forma, temiam a democracia. Os conservadores, por sua vez, defendiam a disciplina e a sociedade de classes, “status, posição social e classe eram naturais e dadas; mas os conflitos de classe, não” (idem, 1991, p. 2). A participação democrática das massas e a falta de autoridade e limites de classe poderiam causar colapso da ordem social. Os adeptos da social-democracia acreditavam que os trabalhadores necessitam de recursos sociais, saúde e educação para uma participação ativa como cidadãos e que a política social, além de emancipadora, é uma pré-condição da eficiência econômica.

Embora as questões relacionadas ao *welfare state* não sejam recentes, pode-se afirmar que o tema ganhou grande importância no período do pós Segunda Guerra Mundial (a partir de 1945) com o “objetivo de combater os cinco maiores males da sociedade: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade” (GOMES, 2006, p. 2). Depois da crise dos anos 1930, e no contexto do pós-guerra e da reconstrução, seria razoável considerar que a solução para os problemas do capitalismo fosse um crescimento sem limite do peso do Estado e de suas despesas sociais (PIKETTY, 2014). Com a chama-

da Grande Depressão (1929-1932), marcada pela quebra da Bolsa de Nova York, instala-se a desconfiança com o liberalismo econômico dado o desemprego em massa, além das crises econômica e política. Essa crise, juntamente com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e o fascismo, contribuiu para o amadurecimento das políticas sociais que foram se multiplicando lentamente até fins da década de 1960 (BEHRING & BOSCHETTI, 2011). Hobsbawm (1995) chama atenção também para o fato de que o avanço do *welfare state* tem relação com a “ameaça” comunista da Guerra Fria entre EUA e URSS (1947-1991), por isso o capitalismo aceita se “civilizar”.

O período entre 1945 e 1975 foi marcado por políticas keynesianas importantes que visavam o pleno emprego. Os regimes de *welfare state* passaram então por um significativo desenvolvimento. Esse período ficou marcado como os “anos de ouro” do capitalismo regulado. Vários fatores contribuíram para esse processo, sendo o principal deles, os pactos entre capital e trabalho.

Essa fase de “humanização” do capitalismo também foi fruto da necessidade de reconstruir os países afetados pela Segunda Guerra Mundial. O sentimento partilhado de solidariedade e a ameaça percebida de um futuro incerto para todos também atuaram no mesmo sentido. Nesse contexto, políticas econômicas visando ao pleno emprego e instituições do Estado de bem-estar social passaram a ser aceitas como instrumentos para lidar com as disfunções decorrentes da economia de mercado. (FAGNANI, 2011, p. 9)

Os Estados de bem-estar constituem uma reestruturação das nações. As economias políticas contemporâneas combinam estruturas do Estado de bem-estar e estruturas econômicas (KING, 1988).

Mas o ponto crucial é, segundo penso, que o Estado de bem-estar social nasceu num mundo de austeridade – de racionamento, controle de preços, aluguéis tabelados e casas requisitadas para dar abrigo aos desabrigados. Não que essas restrições ao mercado livre fossem consideradas boas em si mesmas e elementos desejáveis na nova ordem. Algumas talvez e outras não. Mas elas ofereciam, como uma base para a legislação do bem-estar social, uma sociedade comprometida com a “participação justa”, com uma distribuição de renda real que se podia justificar racionalmente e não era o resultado imprevisível das forças supostamente

cegas de um mercado competitivo, no qual cada um tinha o direito de tomar para si tanto quanto pudesse. Foi como parte desse sistema de consumo controlado que os sindicatos se abstiveram de reivindicações salariais” (MARSHALL, 1967, p. 200).

Em 1942, a publicação do relatório de Beveridge – Relatório sobre o seguro social e serviços afins – influenciou diretamente as mudanças no campo da proteção social que passou a ser vista como direito do cidadão, os direitos sociais passaram a ser universais, prevaleceu o princípio da Seguridade Social em detrimento do princípio do Seguro Social. “A solidariedade passou a ser partilhada por toda a sociedade que tinha deveres e responsabilidades de proteger seus membros” (FAGNANI, 2011, p. 10).

Um dos primeiros países a adotar o sistema de proteção social foi a Alemanha no século XIX e início do século XX: “A forte Alemanha alcançou níveis de industrialização superiores aos de seus principais concorrentes europeus, graças às políticas de Estado” (GOMES, 2006, p.3). Após a década de 1950, o Estado de bem-estar pode ser considerado uma “concepção mais avançada dos ‘chamados’ serviços sociais”.

As políticas adotadas de seguridade social no pós-II Guerra Mundial serviram para fortalecer as estruturas de acumulação capitalistas, integrando as classes trabalhadoras à sua ordem. O mecanismo central dessa integração foi o consenso que se traduziu num contrato social em que tanto o capital quanto o trabalho cooperavam mutuamente. Assim, o Estado de bem-estar seria uma criação da classe capitalista para legitimar seus interesses e, geralmente, as reformas não passariam de instrumentos com objetivos de reforçar o status quo e perpetuar a dominação sobre a classe trabalhadora. (NAVARRO apud GOMES, 2006, p. 6)

Os marxistas entendem a política social como uma exigência do modo de produção capitalista. Para eles a proteção social se amplia graças aos efeitos negativos e crescentes do processo produtivo e dos custos de reprodução da força de trabalho (SILVA, 1995). A criação de uma jornada normal de trabalho é produto de longa e oculta guerra entre trabalhadores e capitalistas. O impulso da produção capitalista é apropriar-se do trabalho 24 horas por dia (MARX, 2013, p. 370). Esta questão sobre a jornada de trabalho demonstra a importância da luta de classes e da questão social que envolve a regulamentação da relação capital-trabalho (BERING & BOSCHETTI, 2011).

Para Sposati (2013), o campo da proteção social no âmbito de uma sociedade capitalista é sempre marcado por contradições e paradoxos que se expressam das mais variadas formas, inclusive na própria desproteção social.

A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva de trabalho humano. As atenções que produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque são próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos. (SPOSATI, 1993, p. 653)

Tal como analisa Mota (2012), o modo de produção capitalista de meados do século XIX até o início do século XXI sofreu significativas transformações. Atualmente a principal diferença em relação ao passado é o reduzido horizonte economicamente expansivo do capitalismo, a crise geral do assalariamento, os mecanismos públicos de proteção social e a organização precária dos trabalhadores. O surgimento da sociedade urbano-industrial trouxe o ambiente necessário para que os trabalhadores se organizassem e politizassem suas necessidades, transformando-as numa questão pública e coletiva que passou a ser reconhecida pelo Estado e deu origem ao Estado de bem-estar social ancorado em direitos e garantias sociais, e se configurou como uma vitória dos trabalhadores após a Segunda Guerra Mundial, evidenciando que o *welfare state* era necessário ao capitalismo do pós-guerra. Surgiram então as ideologias que acreditavam na possibilidade de se compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia.

No artigo “As três economias políticas do *welfare state*” (1991), o sociólogo Esping-Andersen questiona: o que é o *welfare state*? Em busca dessa resposta levanta uma série de questões: (a) As políticas sociais são emancipadoras? (b) Auxiliam a legitimação do sistema? Contradizem ou ajudam o mercado? (d) Se o *welfare state* remete a responsabilidade estatal a garantia do bem-estar básico dos cidadãos, o que significa básico? (e) Não seria mais apropriado que um *welfare state* pudesse satisfazer mais que as necessidades básicas das pessoas? Na tentativa de organizar critérios para comparação,

alguns estudos analisaram os níveis de despesas necessários para a existência de um *welfare state*, porém, o foco nos gastos se mostrou enganoso pelo menos por três motivos: há países cujos gastos são altos, mas grande parte deles se refere ao pagamento de funcionários públicos privilegiados; há outros que gastam desproporcionalmente com assistência social aos pobres e por fim, há nações que “gastam somas enormes em benefícios fiscais sob forma de privilégios tributários a planos de previdência que favorecem principalmente as classes médias” (SPING-ANDERSEN, 1991, p. 6). Por outro lado, gastos baixos podem indicar um *welfare state* comprometido com o pleno emprego. Se a análise dos gastos não se mostra eficiente, que critérios podem ser utilizados para sabermos quando, e se, um estado é um *welfare state*? Apresenta três critérios: o primeiro, baseado nos estudos de Therborn (1983), diz que em um *welfare state* “a maioria de suas atividades rotineiras diárias devem estar voltadas para as necessidades de bem-estar de famílias” (SPING-ANDERSEN, 1991, p.6), porém, verificou que alguns estados não fazem jus a essa classificação uma vez que a maior parte de suas atividades se referem a gastos voltados à defesa, à lei e à ordem, à administração e coisas do gênero; o segundo critério distingue os *welfare state* residuais e institucionais a partir dos estudos de Richard Titmuss (1958). No *welfare state* residual o Estado assume a responsabilidade quando a família ou o mercado são insuficientes; procura limitar sua prática a grupos sociais marginais e mercedores, já no *welfare state* institucional o alvo é toda população, é universalista; o terceiro critério consiste na criação de um modelo abstrato para servir como padrão de comparação, que por ser a-histórico não apreende os ideais que os agentes históricos travaram em suas lutas pela conquista do *welfare state*. Diante do exposto, Sping-Andersen propõe uma nova conceituação de *welfare state* que deve envolver três princípios: (a) a cidadania como ideia fundamental; (b) a garantia de direitos sociais e sua inviolabilidade; e (c) as formas de entrelaçamento das atividades estatais com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.

Apesar de toda essa complexidade na conceituação do *welfare state*, o Estado de bem-estar enquanto produção do sistema capitalista, até a onda neoliberal nos anos 1990, parece ser consenso entre os pesquisadores sociais. Há várias correntes interpretativas do Estado de bem-estar e da constituição do sistema de proteção social que ele deve ou deveria abarcar.

Em sua tese de doutorado *Proteção Social no Capitalismo*, Camila Potyara Pereira (2013) ressalta que os direitos sociais devem estar pautados em valores e princípios inerentes à proteção social pública, como equidade e justiça social, e garantidas ou reguladas pelo Estado não como sinônimo de compensação de falhas do mercado e de ações governamentais, mas como cobertura legal às políticas sociais universais sobre as quais se materializam. Apresenta várias tipologias relacionadas a escolas teóricas e ideológicas estudadas por pesquisadores sociais e aponta que não existem esquemas puros, fiéis de experiências de proteção social. A autora organiza três matrizes teóricas clássicas: a residual, a social-democrata ou institucional e a socialista. Elas apontam concepções idealizadas sobre a proteção social capitalista, contidas em oito teorias e ideologias. A matriz residual mostra a aceitação da proteção social desde que seja pontual, emergencial, condicional, focalizada e mínima, na qual a família, ONGs, vizinhos etc. assumem papel preponderante na oferta de proteção social; a matriz social-democrata compartilha do mesmo pensamento da matriz residual, porém reconhece a proteção social como direito a ser garantido amplamente, mas ainda não universal, aqui o Estado tem papel prioritário, embora compartilhado com o mercado e outras instâncias sociais privadas; a matriz socialista, por sua vez, defende a proteção social pública, gratuita e universal, comprometida com a satisfação das necessidades humanas e a resolução e o alívio dos males causados pelo capitalismo. A matriz socialista se divide em duas vertentes: (a) é alinhada ao socialismo democrático, considera os benefícios das medidas protetivas e pleiteiam transições e reformas pacíficas; e (b) os marxistas que consideram as medidas protetivas contraditórias uma vez que podem ser úteis às classes oprimidas e ao mesmo tempo, úteis ao capital e sua reprodução. Os marxistas consideram que o conflito de classe é inerente ao sistema capitalista, sendo seu fim somente possível com a extinção desse modo de produção (PEREIRA, 2013).

Conclui Pereira que coexistem atualmente visões discrepantes sobre proteção social que competem entre si.

Porém, conquanto seja ainda utilizado à exaustão por correntes e matrizes competitivas, este termo, ao longo da história capitalista e, em especial nos últimos cinquenta anos, tem adquirido atributos residuais, sobretudo neodireitistas. Mesmo em nações social-demo-

cratas e, até mesmo, socialistas, historicamente comprometidas com o aprimoramento das formas de garantia de bem-estar, a proteção social tem retrocedido; os avanços e os direitos sociais, arduamente conquistados, têm sido desmantelados. (PEREIRA, 2013, p. 286)

Dessa forma, com políticas públicas cada vez mais escassas para a população, a proteção social vem sendo derrotada e o indivíduo cede às pressões do sistema e se sujeita à miséria; ao desemprego; ao transporte público precário, à habitação de risco etc. (PEREIRA, 2013). Torna-se inevitável a necessidade de compreender e discutir as políticas públicas e a eminência de sua interferência na vida cotidiana e na formação da sociedade, seja na formação do Estado Nacional, seja no lócus privilegiado das vivências ocorridas nos âmbitos municipais, as políticas públicas são ações importantes na gestão das atividades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Após a Grande Depressão ocorrida em 1929, que causou um desemprego em ampla escala e a estagnação do fluxo do capital (HOBBSAWN, 1995), foi necessária a busca de uma nova estruturação das políticas públicas, seja pelo liberalismo, pelo fortalecimento do Estado em superação ao capitalismo ou até mesmo pelos regimes autoritários. A traumática experiência dos anos 1930 alterou a regulação do capitalismo através das ideias de John Maynard Keynes (SINGER, 1987). Foi o keynesianismo que ofereceu fundamentos ideológicos e políticos para a democracia capitalista. Sua principal premissa era que o Estado poderia harmonizar a propriedade privada dos meios de produção através da gestão democrática da economia (PRZEWORSKI & WALLERSTEINS, 1988, p. 31).

A economia keynesiana é a economia da demanda. A oferta de capital e a oferta de trabalho são tomadas como constantes. A oferta de poupança é determinada endogenamente: sempre se iguala ao investimento. Quando a demanda é estimulada, ou por políticas governamentais ou por eventos exógenos, a produção se expande para igualar a demanda, a renda cresce, assim como a poupança, até que um novo equilíbrio seja alcançado, no qual a poupança novamente se iguala ao investimento num nível mais alto de utilização da capacidade. O nível da produção muda para manter a igualdade entre poupança e investimento. Além disso, como o problema keyne-

siano é elevar a produção corrente ao nível potencial do estoque de capital existente, a acumulação de capital é completamente ignorada, a ponto de admitir que o novo investimento possa ser positivo ao mesmo tempo em que o estoque total de capital é considerado constante. (PRZEWORSKI & WALLERSTEIN, 1988, p. 35)

Keynes destacava a importância do pleno emprego, defendia a transferência de renda como forma de expansão do consumo pela classe operária e a expansão dos gastos e investimentos do governo. Defendia que em momentos de crise econômico-financeira o governo deveria gastar mais do que arrecada em tributos, produzindo déficits em seu orçamento (SINGER, 1987).

O bem-estar dos pobres era um assunto da caridade privada, não da economia. Mas no arcabouço keynesiano é o consumo que fornece a força motriz da produção, e repentinamente os trabalhadores e os pobres passaram a ser os representantes do interesse universal. Seus interesses particularistas em consumir coincidiram com o interesse geral em produzir. O “povo” tornou-se a força hegemônica na sociedade. (PRZEWORSKI & WALLERSTEIN, 1988, p. 33)

Dessa forma, as políticas keynesianas implantadas a partir do período pós-crise de 1929 provocaram uma coerção social de aparelhamento ideológico, com a implementação das ideias dominantes do liberalismo, que as políticas públicas causam um custo crescente ao Estado, efeitos deletérios à formação social e resultados negativos a formação do estado democrático capitalista (MORAES, 2002). A concepção keynesiana para argumentar a implantação das políticas públicas tem em seu viés a regulamentação do livre mercado e “acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos inclusive” (MORAES, 2002, p. 15). Aqueles que detinham o capital e eram contra o Estado começaram a defender os gastos públicos ao constatar que os mesmos faziam sua produção crescer, o que contribuía para a elevação da taxa de lucro e da acumulação de capital (SINGER, 1987). Essas ideias estimularam a estruturação do Estado e sua organização econômica e social durante o século XX, principalmente em sua segunda metade, influenciando de maneira direta na implantação de políticas públicas.

Buscando regulamentar as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo foram criados vários organismos internacionais. Em 1944 aconteceu na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, definindo o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional. Neste contexto foi criado o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais tarde dividido entre Banco Mundial e o Banco para Investimentos Internacionais e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Surgiram ainda outras organizações para atuar em campos específicos, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, alterou sua constituição em 1944 como forma de se adequar ao novo paradigma econômico mundial. No mesmo ano, publicou a Recomendação sobre a seguridade dos meios de vida (n. 67) e a Recomendação sobre a Assistência Médica (n. 69) que inauguraram “um novo paradigma sobre a universalidade da seguridade social”. Essas recomendações foram preparatórias para a inclusão da Seguridade Social na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A partir de então, a OIT difundiu a Seguridade Social como um direito universal e em 1952 publicou a Convenção n. 102 que estabelece Normas Mínimas para a Seguridade Social: “A convenção n. 102 da OIT constitui-se num dos mais importantes instrumentos da etapa aqui analisada. Ela sugere ‘Normas Mínimas para a Seguridade Social’ frente a nove contingências clássicas: idade avançada, maternidade, acidente de trabalho, responsabilidades familiares, desemprego, tratamento médico, morte, invalidez e enfermidade.” (FAGNANI, 2011, p. 11).

Em 1966, a Seguridade Social também foi reconhecida pela ONU como direito humano, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Todos esses organismos fomentaram e influenciaram as políticas públicas para a expansão do *welfare state*, especialmente as políticas econômicas.

A definição de políticas públicas não está limitada a apenas uma versão ou aceção única e verdadeira, porém, existe um consenso entre vários autores que as políticas públicas são conjuntos de ações de escolha ou renúncia realizadas pelo governo para grandes questões de ordem pública, interferindo diretamente na vida dos cidadãos e na organização social. Fazem parte

de uma organização cultural e social que busque o desenvolvimento social e econômico por meio de atos do Estado, como explica Höfling

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, p. 31)

O Estado, com sua autonomia e interferências externas e internas, tem as condições para estabelecer as políticas públicas, ao mesmo tempo em que precisa mediar e promover os diálogos necessários para a implantação de suas ações. Com isso, percebemos que as políticas públicas muitas vezes são entendidas como escolhas de um determinado governo com sua concepção de identidade e não como política de Estado com continuidade. Ou seja, ações que envolvam estudos técnicos, simulações, análise de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos e orçamentários, levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implantar. (CAMOLEZE, 2017)

Desta forma compreendemos que as políticas públicas também são estimuladas dentro da formação e concepção do Estado e seus governantes. Não podemos negar que também são espaços de disputas de interesses e ideias, no entanto, precisam manter suas dinâmicas e “uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.” (SOUZA, 2006, p. 25).

Assim, as políticas públicas são maneiras de estipular critérios e mecanismos para orientar e realizar medidas e ações em setores da vida social que repercutirão na organização da sociedade. Isto estabelece o direcionamento dos recursos governamentais para os programas públicos e a regulamentação do papel do Estado perante as desigualdades existentes dentro de uma sociedade.

O ano de 1968 marcou o desmoronamento rápido desse crescimento do Estado e fortalecimento da proteção social. Dois elementos foram cruciais

para isso: a alta fenomenal da economia mundial alcançou seus limites e politicamente havíamos chegado acima dos esforços antissistêmicos mundiais.

Vietnã, Cuba, o comunismo com face humana da Tchecoslováquia, o movimento do poder negro dos Estados Unidos, os inícios da revolução cultural na China, e tantos outros movimentos não previstos nos anos 1950. Isso culminava com as revoluções de 1968, revoluções sobretudo estudantis, mas não exclusivamente em muitos países. Não obstante, 1968 deixou vítimas feridas e agonizantes: a ideologia liberal e os movimentos da velha esquerda. (WALLENSTEIN, 1997-1998, p. 258)

Assim, mais uma vez, sob forte pressão, o capitalismo precisa se reconfigurar. Depois da crise instalada no fim dos anos 1960, aprofundada nos anos 70 e parte dos anos 80, o capital vive sua era globalizada, na qual observamos um crescimento assustador da quantidade de capitais em disputa pela apropriação da mais valia produzida (DANTAS, 2009). O papel do Estado capitalista e seus impactos para a política social, nos anos 1980 e 1990, estão ligadas à reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970 e foram marcados pela crise clássica de superprodução do capitalismo (BERING & BOSCHETTI, 2011). Essa reconfiguração complexa do capital teve como marca o esgotamento do padrão keynesiano e, em substituição deste, surge o toyotismo e o padrão de acumulação flexível (CEOLIN, 2014). O aparecimento da produção global do automóvel significou o deslocamento de postos de trabalho de áreas com movimentos operários fortes para áreas com movimentos operários fracos. A fábrica mundial transformou-se na principal forma de produção dos anos oitenta (NAVARRO, 1993).

A reestruturação do capital, subordinado à lógica do capital mundializado, desenvolve como nunca a internacionalização da produção e dos mercados, redefine os papéis dos Estados nacionais, requer políticas de ajuste estruturais, reconduz suas formas de intervenção na questão social e altera os parâmetros de constituição dos sistemas de proteção social. Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais e, ao mesmo tempo, forte para traduzir essas demandas em políticas nacionais. (PETRAS apud CEOLIN, 2014, p. 252)

Nesta perspectiva, o capitalismo, agora neoliberal, produziu uma massa de capitais fictícios, títulos especulativamente valorizados e crédi-

tos e dívidas podres, artificialmente construídas com amplo apoio de organismos internacionais, Estados nacionais e autoridades monetárias em todo o mundo. O resultado foi a superprodução de capitais, em 2008, estimados em 680 trilhões de dólares para um PIB mundial em torno de 60 trilhões de dólares.

Não estamos, portanto, diante de uma “crise financeira”, mas de uma crise clássica de superprodução, originada pela queda da taxa de lucro e decisivamente agravada pelo caráter cada vez mais especulativo do capital e pela hipertrofia do capital financeiro diante do capital que produz diretamente a mais-valia, agora numa dimensão proporcional ao grau de extensão e integração planetária historicamente alcançado pelo processo de sua reprodução ampliada. (DANTAS, 2009, p. 51-52)

Diante do avanço enlouquecido do capitalismo, observamos juntamente com as mudanças na organização do trabalho, reconfigurações importantes nas políticas sociais. O avanço do desemprego estrutural de longa duração, as relações de trabalho precarizadas, o aumento da oferta de trabalho em tempo parcial, temporário e instável, não associados a direitos, tudo isso leva a crer que as mudanças em curso seguem na direção da restrição, seletividade e focalização das políticas que fomentam a proteção social, parece não haver futuro para o *welfare state* (BERING & BOSCHETTI, 2011).

Reafirmando e radicalizando as ideias liberais já descritas neste capítulo, o neoliberalismo defende a perspectiva que o bem-estar social pertence a vida privada dos indivíduos e de seus grupos sociais. A questão social é deslocada da esfera do Estado para o mercado e a sociedade civil. Os direitos sociais não são admitidos como função do Estado e há, desta forma, uma profunda despolitização da questão social ao desqualificá-la como questão pública (CEOLIN, 2014, p. 254).

Com Draibe (1993), podemos dizer que o neoliberalismo é um discurso e um conjunto de regras práticas e recomendações a governos e a reformas do Estado e sua política, é uma espécie de cultura da solução de problemas de forma despolitizada na aparência. No tocante à política social, se assemelha aos conservadores integrantes da Nova Direita Americana. O discurso mais ferrenho dos neoliberais sobre o Estado, centra sua força no ataque ao Estado de bem-estar social e apresenta um conjunto de propostas de

reformas dos programas sociais, movendo-se sobretudo num campo prático de recomendações para as políticas públicas no setor social, dentre elas a descentralização, a privatização e a focalização dos programas sociais.

Nas condições atuais de crise, mudanças tecnológicas e reorganização do tempo do trabalho social, muitos são os desdobramentos advindos dos fortes impulsos à redução do trabalho, principalmente quando esse processo não é acompanhado por preventivas medidas de política social e econômica: eliminação dos postos de trabalho, diminuição do volume do emprego, marginalização e desemprego, aumento das possibilidades de redução da jornada etc. No que se refere ao campo das políticas sociais, aqueles processos tendem a produzir impactos negativos sobre a integridade dos sistemas de proteção social, introduzindo severas rupturas entre os que são empregados e portanto gozam de proteção e os tantos que não estão ou não vão entrar mais nos mercados de trabalho e, por isso, estão precariamente protegidos, ou não gozam de qualquer proteção social do tipo tradicional, passando a integrar o mundo dos desvalidos, demandantes das políticas e programas de tipo assistencial. (DRAIBE, 1993, p. 95)

Para Dardot e Laval (2016) a crise tem papel importante no neoliberalismo. Ele se alimenta da crise e, com a crise financeira de 2008 apareceu para as classes dominantes como uma oportunidade inesperada, como um modo de governo. Não podemos pensar a crise atual apenas como consequência de um excesso de finanças, como um efeito da ditadura de mercados ou uma colonização dos Estados pelo capital, mas sim como uma crise global do neoliberalismo como modo de governar as sociedades. Com a crise de 2008, ficou demonstrado que o neoliberalismo, apesar dos desastres que engendra, possui uma notável capacidade de autofortalecimento. Ele predomina como sistema normativo dotado de certa eficiência quando se torna capaz de orientar a prática de governos, empresas e de milhões de pessoas que, muitas vezes, nem têm consciência disso porque o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições e direitos, ele produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades.

Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a “forma de nossa existência”, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os

outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo um modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber-se a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 16)

Os autores seguem afirmando que o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, assumido como construção histórica e norma geral de vida, seja no aspecto político, econômico, social ou subjetivo, todas elas são dimensões complementares de uma nova razão do mundo, vale para o mundo todo e não se limita a esfera econômica ao passo que busca a integração de todas as dimensões da existência humana. Essa nova racionalidade impõe um imenso desafio à esquerda: inventar uma resposta política “à altura” do que o neoliberalismo tem de inédito. Defender a democracia liberal não é suficiente, a cisão entre o burguês e o cidadão é coisa do passado. Também não é suficiente amparar a democracia representativa com as escoras da democracia participativa e nem estacionar na oposição entre “liberalismo político” e “liberalismo econômico”. Fica a pergunta: pode a esquerda opor uma governamentalidade² alternativa à governamentalidade neoliberal?

2. No livro *a Nova Razão do Mundo*, os autores Dardot e Laval utilizam o conceito de governamentalidade de Foucault. Para esses autores o neoliberalismo é mais do que um receituário de política econômica e mais do que ideologia social, é uma forma de construção de subjetividades, visões de mundo e valores. O termo governamentalidade expressa as múltiplas formas pelas quais homens buscam conduzir a conduta de outros homens, ou seja, governá-los. “Governamentalidade é o encontro entre as técnicas de dominação exercida sobre os outros e sobre si. Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo mesmo quanto aquela que se tem para com os outros.” (Dardot & Laval, 2016, p. 18)

Em 1998, Immanuel Wallerstein, escreveu em seu texto “A reestruturação capitalista e sistema mundial”:

Por todos esses motivos, o período atual, os próximos trinta a quarenta anos, será o momento da desintegração do sistema histórico capitalista. Não será um momento agradável de viver. Será um período negro, cheio de inseguranças pessoais, incertezas quanto ao futuro e ódios vigorosos. Ao mesmo tempo, será um período de transição massiva para algum outro sistema (ou sistemas) novo(s). Ao dizer isso, sem dúvida perguntarão vocês: por que lhes é dito que lhes trago uma mensagem de esperança? Falamos de uma situação de bifurcação muito clássica. As perturbações crescem em todas as direções. Estão fora de controle. Tudo parece caótico. Não podemos, nada pode, prever o que resultará. Mas não quer dizer que não possamos ter um efeito no tipo da nova ordem que será construída. Ao contrário. Numa situação de bifurcação sistêmica toda ação pequena tem consequências enormes. O todo se constrói de coisas infinitesimais. Os poderosos do mundo bem sabem disso. Preparam de várias maneiras a construção de um mundo pós-capitalista, uma nova forma de sistema histórico desigual a fim de manter seus privilégios. O desafio para nós, sociólogos e outros intelectuais e para todas as pessoas após um sistema democrático e igualitário (os dois adjetivos tem idêntico significado), é nos mostrarmos tão imaginativos como os poderosos e tão audazes, porém com a diferença de que devemos viver novas crenças na democracia igualitária, o que não faziam nunca (ou raramente) os movimentos da velha esquerda. Como fazê-lo? É isso que devemos discutir hoje, amanhã e depois de amanhã. É possível fazê-lo, mas não existe uma certeza a esse respeito. A história não garante nada. O único progresso que existe é aquele pelo qual lutamos com, recordemo-lo, grandes possibilidades de perder. (WALLERSTEIN, 1998, p. 266-267)

Mais do que nunca, cabe à esquerda permitir que um novo sentido do possível possa abrir caminho para o governo dos homens e alinhar-se a novos horizontes que não apenas àqueles da maximização do desempenho, da produção ilimitada, do controle generalizado. Há que se buscar novas relações com os outros para além da concorrência. “As práticas de comunização do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo podem indicar traços de outra razão do mundo.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 402)

Este é um grande desafio para as esquerdas do Brasil e da América Latina. Em 1993, Draibe já alertava para o impacto das alterações causadas pelo neoliberalismo, especialmente nas políticas sociais. Nos momentos mais agudos da crise foram, e ainda são, postos em prática os cortes dos gastos sociais, a diminuição e suspensão de programas sociais e a redução do papel do Estado. A agressiva promoção mundial do neoliberalismo teve como principais representantes os governos de Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979-1989) e Ronald Reagan (EUA, 1980-1988), que impôs acordos de integração entre os países da América Latina com os Estados Unidos. Os países latino-americanos foram amplamente submetidos aos ajustes macroeconômicos da receita neoliberal, se submeteram às reformas dos sistemas de proteção social, à privatização, descentralização e focalização de programas, tendo o Chile como seu principal representante. (DRAIBE, 1993)

Os países latino-americanos sempre organizaram com dificuldade os esforços para a construção de sua identidade. Sua história sempre foi marcada pela exploração neocolonial, opressão e tirania de seus colonizadores, pela hegemonia de forças políticas antidemocráticas impostas pela força e violência de ditaduras militares. América Latina e Caribe formam a região socialmente mais injusta e desigual do planeta. Dados da Cepal, 2012, mostram que 164 milhões de pessoas – 28% de sua população – viviam em condições de pobreza; outros 66 milhões – mais de 11% – viviam na indigência; 70 milhões de crianças e adolescentes eram pobres e mais de 23 milhões extremamente pobres; 10% da população detinha 32% das rendas totais, enquanto 40% tinha acesso a 15% das rendas. Ao mesmo tempo, a região possui uma gama considerável de recursos minerais não renováveis, um terço de reservas de água doce, 12% das extensões cultiváveis, 21% de bosques naturais e um elevado potencial para produção de alimentos. Diante de tal realidade é importante discutir e negociar no campo político, econômico e comercial os diversos interesses que envolvem regimes políticos, projetos nacionais e expectativas da sociedade. (CASTRO, 2015)

Ao longo de sua agitada história, os povos e recursos latino-americanos e caribenhos se tornaram prisioneiros de distintas políticas de integração direcionadas não a potencializar o desenvolvimento integral, mas sim subordiná-los e explorá-los. Em contrapartida, nossas

nações também protagonizaram seus próprios projetos de integração solidária, encaminhada a emancipar-se e a impulsionar aquele desenvolvimento. Lamentavelmente, as variantes exploradoras – pré-coloniais, coloniais e neocoloniais – prevaleceram por muito mais tempo e isso permitiu maior penetração da cultura dominante em nossos países. (CASTRO, 2015, p. 38)

Com a vitória dos EUA na Segunda Guerra Mundial, apoiada pelos países latino americanos, havia por parte destes a expectativa de se beneficiar de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Plano Marshall para promover o desenvolvimento industrial, porém, em 1948, os Estados Unidos responderam que os latino-americanos deveriam criar condições para atrair o capital privado em seus respectivos países. Em 1961, criaram a Aliança para o Progresso, incentivando os países latino-americanos a elaborar seus planos nacionais de desenvolvimento. Para receber financiamento o plano deveria privilegiar a industrialização com investimentos privados, especialmente os de capital estrangeiro. Este plano não chegou a ser integralmente implantado, mas a ofensiva intervencionista dos EUA nos países da América Latina é constante, sempre buscando estabelecer a hegemonia econômica na América Latina através da formação de uma área de livre comércio nas Américas, o que enfraqueceria países como o Brasil e a Argentina. (CASTRO, 2015)

O último quartil do século XX teve associações perversas para a política social latino-americana, pois combinou dois grandes ingredientes contrários à extensão da agenda dos direitos sociais providos pelo Estado: as ditaduras militares e a subordinação ao neoliberalismo do Consenso de Washington. A autonomia dos Estados latino-americanos foi subordinada pela sua dívida externa ao FMI, impedindo o crescimento das responsabilidades públicas com o social, negadas pela prevalência do conceito de Estado mínimo. (SPOSATI, 2011, p. 107)

Na América Latina, as políticas sociais foram incorporadas de maneira gradual, fragmentada e setorial direcionadas ao apoio à industrialização, ao mesmo tempo os países latino-americanos não constituíram um sistema igualitário no reconhecimento de direitos – indígenas e afrodescen-

dentes não foram incluídos nos sistemas de proteção social contributivos – os países dessa região mantêm sua responsabilidade social centrada na legislação trabalhista. Com cidadania frágil na perspectiva da garantia de direitos humanos e sociais, a noção de seguridade social restringe-se à política contributiva da previdência social. Constituem, assim, acesso limitado ao operariado urbano, com fortes sinais de branqueamento no acesso aos seus benefícios, portanto a regulação social nos países latino-americanos foi baseada na condição de trabalho e não na cidadania, só nos últimos 20 anos é que ampliaram o alcance das políticas sociais para as áreas de saúde, habitação, assistência social etc. (SPOSATI, 2011)

Portanto, sob o predomínio da regulação social do trabalho, que tem por centralidade a reposição da capacidade de consumo do trabalhador no mercado através de benefícios, a ênfase é a monetarização da política social, mantendo, ao mesmo tempo, o poder de consumo do trabalhador e o fluxo da economia. Essa opção fica distante da política social como efetivadora de garantias sociais a todos os cidadãos através de redes quanti/qualitativa de serviços públicos que provê atenções a todos os membros de uma família, respeitando seu estágio no ciclo vital e suas singularidades. (SPOSATI, 2011, p. 106)

Importante destacar que, a partir da década de 1990, se fortalece o movimento das esquerdas latino-americanas no sentido da resistência ao neoliberalismo. Nos anos 2000 chegam ao poder governos de esquerda e centro esquerda no Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. Esses líderes representam setores progressistas e, através de um discurso anti-imperialista, defendem o desenvolvimento nacional e a autonomia dos estados nacionais. Têm em comum o consenso de que o neoliberalismo e seus fundamentos privatizantes não conseguiram resolver problemas centrais dos países periféricos. Defendem uma agenda de investimentos em políticas sociais e educacionais, distribuição de renda, redução das desigualdades, apropriação da renda proveniente da exploração de seus recursos naturais (gás, petróleo etc.) como fonte de financiamento dos programas sociais do Estado, enfim, propõem uma direção política no sentido de promover o desenvolvimento econômico com expansão de políticas sociais compensatórias em toda a América Latina como forma

de superação de sua histórica desigualdade social. Esta receita permitiu o aumento do consumo das famílias pobres, porém não tem se mostrado eficiente para interferir na origem das desigualdades e nem em efetivas reformas que levem ao desmonte do neoliberalismo; ao contrário, o que se vê são políticas sociais importantes como saúde, educação e previdência social se transformando em serviços mercantis, se desviando fortemente de qualquer iniciativa de universalização dos direitos, em contrapartida as políticas focais permanecem e são objeto de parceria entre os setores público e privado. (MOTA, 2012)

Está em curso um processo de repolitização regressiva da política, que se faz com argumentos antineoliberais e anti-imperialistas, mas em defesa do nacional-capitalismo, cuja principal mediação não são reformas sociais com impacto na redistribuição de renda, mas políticas focais de alívio à pobreza. A intervenção social dos governos progressistas tem sido marcada pela criação de programas compensatórios de enfrentamento da pobreza [...] Sob essa perspectiva, aloja-se a despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, a permitir que o existente se transforme em ideal, e a sitiar, assim, a construção de projetos societais emancipatórios. (MOTA, 2012, p. 7)

Toda a análise apresentada ao longo deste primeiro capítulo nos traz a reflexão de que ao longo da história a ideia de bem-estar e de seguridade social vão se formando entre um pêndulo que não para de balançar entre Estado e mercado, entre direitos e mercadorias, entre cidadania e consumo, entre a politização da consciência e a mercantilização das experiências. A luta entre Estado forte e avanço do grande capital esteve presente desde sempre, materializada em crises econômicas que acabam por justificar a redução do Estado, da justiça e da organização dos trabalhadores, deslocando a conquista da cidadania para a conquista do direito ao consumo. Talvez, seja essa a verdade a que me referi no início desse texto.

***Welfare state* e seguridade social no capitalismo periférico: interpretação do caso brasileiro**

É incrível ver como o povo, quando é submetido, cai de repente num esquecimento tão profundo de sua liberdade, que não consegue despertar para reconquistá-la. Serve tão bem e de tão bom grado que se diria, ao vê-lo, que não só perdeu a liberdade, mas ganhou a servidão.

É verdade que no início serve-se obrigado e vencido pela força. Mas os que vêm depois servem sem relutância e fazem voluntariamente o que seus antepassados fizeram por imposição.

Os homens nascidos sob o jugo, depois alimentados e educados na servidão, sem olhar mais à frente, contentam-se em viver como nasceram e não pensam que tem outros bens e outros direitos a não ser os que encontraram. Chegam finalmente a persuadir-se de que a condição de seu nascimento é natural.

(Étienne de La Boétie)

No capítulo anterior observamos a história da construção das ideias de bem-estar e de seguridade no pensamento social e econômico e na história da formação do Estado, vejamos agora algumas das particularidades dessas questões para o caso brasileiro.

A seguridade social brasileira teve como influência os sistemas de proteção social do *welfare state* europeu. Os direitos da seguridade social, sejam aqueles inspirados no modelo alemão bismarckiano³ ou aqueles inspirados no modelo beveridgiano inglês⁴, têm como parâmetro os direi-

3. O modelo bismarckiano surge na Alemanha, no ano de 1883, durante o governo do Chanceler Otto Von Bismarck como resposta às greves e pressões dos trabalhadores. Consiste num sistema de seguro aos trabalhadores desempregados, condicionado a prévia contribuição. A contribuição é direta de trabalhadores e empregadores baseada na folha de salários e organizada em caixas geridas pelo Estado. (Boschetti)

4. O modelo beveridgiano surge na Inglaterra em 1942. Neste sistema os direitos têm caráter universal, destinado a todo cidadão independente de prévia contribuição. É proveniente de impostos geridos pelo Estado. (Boschetti)

tos do trabalho, uma vez que garantem benefícios aos trabalhadores que perderam temporária ou permanentemente sua capacidade laborativa.

Sob a inspiração da experiência da social-democracia europeia do pós-guerra, a partir de meados dos anos 1970, a sociedade brasileira caminhou no sentido da estruturação de bases institucionais e financeiras características do Estado de bem-estar social. Esse movimento ganhou impulso no âmago da luta pela redemocratização do Brasil e desaguou na Constituição de 1988. Assim, durante a recente vaga neoliberal, ao contrário de alguns países da América Latina, o Brasil não transitou do modelo corporativo para o Estado mínimo. Nos finais da década de 1970, e até 1988, caminhou na contramão do mundo. Seguiu a rota inversa do neoliberalismo. Foi salvo pelo movimento político. O notável movimento social que lutava pela redemocratização do país construiu uma agenda de mudanças, que visava, em última instância, a acertar as contas com a ditadura militar. Naquele momento não havia solo fértil para a investida neoliberal. (FAGNANI, 2011, p. 25-26)

Ao pensarmos sobre o *welfare state* no Brasil, devemos reconhecer que o país possui uma especificidade histórica que precisa ser considerada. Essa especificidade se revela tanto no desenvolvimento do processo de reprodução da força de trabalho como no desenvolvimento da política social das formações capitalistas em países ditos periféricos, subdesenvolvidos e dependentes, o que constitui determinações estruturais e conjunturais cujas transformações só são percebidas quando consideramos os processos econômicos e políticos que os envolvem.

O Brasil configura-se como um dos países mais desiguais do mundo, só superado por alguns países do Oriente Médio, o que nos leva a concluir que o país é marcado pela desigualdade com extrema concentração de renda no topo da pirâmide social, o que torna a proteção social ainda mais importante. (FAGNANI, CARTA CAPITAL, 2017). A pesquisa Desigualdade Mundial 2018, liderada por Thomas Piketty, referente ao período entre 2001 a 2015, demonstra que 30% da renda do Brasil se concentra nas mãos de apenas 1% dos habitantes, a maior concentração de renda do mundo. Os milionários brasileiros ficam a frente dos milionários do Oriente Médio que concentram 26,3% da renda total da região. No recorte em que se considera os 10% mais ricos, o Brasil se compara à Índia, ambos

com 55% de concentração da renda, ficando atrás apenas do Oriente Médio (EL PAÍS, 14/12/2017).

A formação social brasileira sempre esteve ligada ao liberalismo formal e ao patrimonialismo como garantia de fato aos privilégios da classe dominante. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, o que traz consequências significativas no quadro geral da organização dos trabalhadores, no assalariamento e nos mecanismos públicos de proteção social.

Para Bering e Boschetti (2007), as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central. Fundamentadas nas ideias de Caio Prado Júnior (1991), destacam que a colonização no Brasil, entre os séculos XVI e XIX, serviu à acumulação de capital nos países centrais, questão esta também apontada por Paul Singer (1987). Segundo ele, o Brasil colônia foi um dos sustentáculos da expansão do capitalismo em sua fase pré-industrial na Holanda e na Grã-Bretanha, respectivamente. O escravismo e o colonialismo marcaram profundamente a cultura brasileira.

Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX é a escravidão. Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra levou-lhe a palma a influência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social. Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas. (PRADO JR., 1991, p. 269)

Fernandes (1979) ressalta que o padrão brasileiro de gente de prole se constitui no período colonial. Há fortes ligações entre esse padrão e a cultura mandonista, exclusivista e particularista das elites que reproduzem o passado no presente e lembram mais a semelhança entre colonizador versus colonizado do que empresário capitalista versus assalariado.

Dowbor (1978) reconhece que o capitalismo no Brasil é impulsionado pela proclamação da Independência em 1822. Destaca, porém, que este fato histórico trouxe com ele poucas mudanças e nenhuma transformação essencial. Embora confirmasse uma nova forma de existência do Brasil dentro do

sistema capitalista, não refletia o aparecimento de atividades econômicas e de uma classe dirigente capaz de pôr em questão a própria relação colonial. A colonização portuguesa no Brasil trouxe com ela marcas que não se apagam. Os portugueses não encontraram aqui uma terra de ninguém, completamente despovoada. Havia gente – havia os índios, que constituíram o primeiro grande fator demográfico e econômico (FERNANDES, 2006). À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira; se, por um lado, os portugueses deixavam o legado de um enorme país com extensa unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, por outro, o que se via era uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária e um Estado absolutista (CARVALHO, 2017).

Esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil. (BERING & BOSCHETTI, 2007, p. 73)

Fernandes (2006) ressalta a Independência do Brasil como a primeira grande revolução social que se deu no país, tanto por ter marcado o fim da era colonial como também por ter inaugurado a época da sociedade nacional, o que considera um tipo de autonomia política e aponta essa última como o principal aspecto da Independência. O poder deixaria de ser uma manifestação de fora e passaria a se organizar a partir de dentro. Ao mesmo tempo, concorda com seu elemento conservador de preservar e fortalecer a ordem social herdada da sociedade colonial que não reunia condições materiais e morais para alcançar a autonomia fundamental para a construção da Nação.

Sob forma de dominação estamental, ela [a revolução da independência] não passaria de uma “tutela”, por vezes tão egoísta, acanhada e insensível quanto fora a “tutela colonial”. De outro lado, ele demonstra o caráter duplice do liberalismo. Representava a via pela qual se restabeleceriam, encobertas, mas necessariamente, os nexos da dependência em relação ao exterior; desvendava o caminho da autonomia e da supremacia não de um povo, mas de uma pequena parte dele, que lograra privilegiar seu prestígio social e apossar-se do controle do destino da coletividade. (FERNANDES, 2006, p. 61-62)

O liberalismo que fundamentou o movimento da Independência no Brasil sofreu fortes influências no campo histórico-social que não permitiram a ruptura com o passado, as classes dominantes reafirmaram seu status sem a incorporação das massas, manteve-se a relação passiva e complacente com o capital internacional e o Estado servia como meio de decisão política e institucionalização das elites dominantes numa forte confusão entre público e privado. (BERING & BOSCHETTI, 2007)

A sociedade civil não era tão somente o palco em que se movimentava o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a “sociedade” e a “nação”. As bases perceptivas e cognitivas de semelhante representação seriam fáceis de explicar, como decorrência da identificação psicossocial do sujeito com o mundo em que transcorria sua existência e no qual suas probabilidades de ação social ganhavam significação política. Por essa razão (e também como consequência semântica da dominação estamental: os outros não contavam, sendo portanto desnecessário pensar ou falar em nome deles), as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (a qual, como apontamos, delimitava o espaço social de sua vivência e de sua experiência). Termos ou expressões como “povo”, “nação”, “a opinião pública”, “o povo exige”, “o povo aguarda”, “o povo espera”, “interesses da nação”, “a segurança da nação”, “o futuro da nação”, “a opinião pública pensa”, “a opinião pública precisa ser esclarecida”, “a opinião pública já se manifestou contra” (ou a favor) etc., indicavam pura e simplesmente que os diversos estratos das camadas senhoriais deviam ser levados em conta nos processos políticos, desta ou daquela maneira. (FERNANDES, 2006, p. 62-63)

Desta forma, as massas nunca estiveram incluídas nas perspectivas do desenvolvimento da nação brasileira. O senhor cidadão era elemento exclusivo da sociedade civil e a democracia não era uma condição geral da sociedade. O debate democrático tinha por objetivo estabelecer limites para acordos e soluções que agradassem a chamada sociedade civil, a qual constituía o ponto central que iria julgar o mérito das decisões do Estado. Essa situação causou grave desequilíbrio entre o comportamento político das elites no poder e os requisitos jurídico-políticos da ordem legal à medida que as classes dominantes utilizavam o governo como meio de

dominação e reduziam o Estado à condição de cativo da sociedade civil, neutralizando assim a eficácia da ordem legal. (FERNANDES, 2006)

Assim nasce o Estado brasileiro, permeado pela ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática para a garantia dos privilégios da classe dominante que nos acompanham até os dias atuais. Adentra ao capitalismo montado sobre o topo de um sistema econômico agrário, escravista e dependente. Para Fernandes (2006) existem duas linhas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Uma, originada a partir da própria colonização, está ligada ao capitalismo comercial, principalmente ligada à produção agrária; e a outra, originou-se da autonomização política, de criação de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais, influenciados pela civilização ocidental moderna.

O lento avanço da constituição de um setor novo e da urbanização evidenciou os entraves que os poderes político e social da aristocracia agrária impunham ao processo de modernização, até do ponto de vista do capital estrangeiro. Entre uma visão de modernização mais acelerada e os interesses senhoriais, prevaleceu uma acomodação intermediária, na qual se barganhava certa contenção da heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas da criação de um Estado nacional. Dessa forma, garantia-se o controle do ritmo da modernização, segundo os interesses dos antigos senhores, e uma acomodação limitada no tempo de formas econômicas opostas. (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 76-77)

Somado a isso, havia ainda a persistente presença do trabalho escravo, incompatível, segundo Singer (1987), com o capitalismo, uma vez que este se caracteriza pela alienação da força de trabalho por indivíduos livres em troca de salários. O Brasil escravocrata precisava de um mercado interno capaz de dar sustentação à produção capitalista, desta forma, o país entra no capitalismo favorecendo os interesses do setor agroexportador alinhado com a aristocracia agrária, em clima de mandonismo, paternalismo e conformismo, como se o trabalho livre fosse mero desdobramento do trabalho escravo. (FERNANDES, 2006).

A formação social brasileira não acompanha o mesmo tempo histórico de outros países do capitalismo central, não houve no Brasil uma radicali-

zação das lutas dos trabalhadores, com a constituição de partidos e organizações fortes. A questão social só se coloca como questão política a partir da primeira década do século XX com o início das lutas dos trabalhadores e surgimento das primeiras iniciativas de legislação trabalhista. Como já descrito no capítulo anterior, Marshall (1967) descreve que os direitos da cidadania se desenvolveram na Europa de forma muito lenta e sequencial. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII, depois os direitos políticos no século XIX e, por fim, os direitos sociais no século XX. No caso do Brasil, José Murilo de Carvalho (2017) chama atenção para um contraste que envolve a sequência cronológica da conquista dos direitos no país, houve aqui a inversão da ordem dos direitos.

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo. (CARVALHO, 2017, p. 219-220)

Essa pode ser a raiz das dificuldades do desenvolvimento da cidadania no Brasil. Não há apenas um caminho para a cidadania, os percursos são diferentes ao longo da história de construção das nações, mas não podemos negar que estas diferenças afetam a formação da cidadania e consequentemente seu produto final. A lógica vista na sequência inglesa reforçava a democracia garantindo inicialmente as liberdades civis, estas vieram primeiro e eram a base de tudo. Garantidas por um judiciário independente do executivo levava ao exercício das liberdades. Com base nos direitos civis, os ingleses conquistaram a expansão dos direitos políticos a partir da consolidação e da ação dos partidos e do Congresso, chegava-se então, aos direitos sociais que, por sua vez, eram postos em prática pelo Executivo. Na sequência brasileira os direitos sociais tiveram maior ênfase e vieram primeiro que os outros, além de não terem sido vivenciados, ao longo da história brasileira, na perspectiva política e geográfica do Estado-nação, como aconteceu na Europa, impulsionada pela Revolução Francesa (1789).

Era uma luta política nacional, e o cidadão que dela surgia era também nacional. Isso quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado. Da cidadania como a conhecemos fazem parte então a lealdade a um Estado e a identificação com uma nação. (CARVALHO, 2017, p. 18)

A conquista da cidadania no Brasil teve progressos, mas nossa cultura de valorização excessiva do Poder Executivo, que acaba por desqualificar o Poder Legislativo, e de impaciência com o mecanismo democrático de decisão, tem nos levado à busca de decisões rápidas por meio de lideranças carismáticas e messiânicas; tem nos levado também a uma visão corporativa dos interesses coletivos, na qual os benefícios sociais não são tratados como direitos de todos, mas são resultado de negociações de cada categoria com o governo. Cada grupo procura manter e aumentar seus privilégios, o que cria uma esquizofrenia política: “os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais”, este sistema fragiliza os direitos políticos. (CARVALHO, 2017, p. 223)

Os trabalhadores conquistaram aos poucos direitos civis de organizar-se, manifestar-se, escolher o trabalho, fazer greve. Se concentraram na luta econômica contra os patrões em detrimento dos direitos políticos, uma vez que consideravam o voto uma grande farsa. “Assim que os poucos direitos civis conquistados não puderam ser postos a serviço dos direitos políticos.” (CARVALHO, 2017, p. 66). Os direitos sociais, principalmente trabalhistas e previdenciários são reivindicações do movimento operário e surgiram no país em 1888, com a criação de “uma caixa de socorro” para a burocracia pública; em 1889, os funcionários da imprensa nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias; em 1891 surge a primeira legislação para a assistência à infância, regulamentando o trabalho infantil (que nunca foi cumprida); em 1892, os funcionários da Marinha conquistam o direito à pensão. A partir de 1903, formam-se os primeiros sindicatos na agricultura e nas indústrias rurais e, a partir de 1907, os sindicatos dos trabalhadores urbanos e o reconhecimento do direito de organização sindical. Em 1911 se reduz legalmente a jornada de trabalho para 12 horas diárias (que não se efetivou); em 1919 é regulamentada a questão dos acidentes de traba-

lho, porém a ênfase é na responsabilidade individual do trabalhador em detrimento das questões coletivas de trabalho. Em 1923, aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), somente para trabalhadores considerados estratégicos como os ferroviários e os marítimos. As CAPs originaram a Previdência Social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), fundados em 1926, inicialmente para funcionários públicos. Em 1927, foi aprovado o Código de Menores para punir os “menores delinquentes”, orientação que só veio a se modificar com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. (BERING & BOSCHETTI, 2007)

Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim. O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido. (CARVALHO, 2017, p. 88)

A partir de 1930 a história começa a mudar e acompanhamos o avanço dos direitos sociais. Verificou-se o surgimento de órgãos gestores de políticas sociais e garantia de direitos trabalhistas, como a criação dos Ministérios da Saúde e da Educação, que passaram por progressiva expansão do atendimento da rede pública e significativa centralização do comando da gestão no nível do executivo federal. O ingresso das classes trabalhadoras no cenário político se fez viável por meio da incorporação controlada dos setores populares, seguindo padrões de exclusão social e elitismo político. Surge uma rede burocrática clientelista que organiza a cooptação dos trabalhadores e a corrupção (CASTRO, 2009). Ainda assim, houve um lento avanço nos movimentos sociais independentes e na formação de uma identidade nacional, à medida que emergiram possibilidades de participação popular, como por exem-

plo o movimento de 1930 e as campanhas nacionalistas da década de 1950, principalmente a defesa do monopólio estatal do petróleo, além da abertura para criação de partidos políticos e sindicatos e a extensão do voto a todos os cidadãos homens e mulheres com mais de 18 anos de idade. “O nacionalismo incentivado pelo Estado Novo, foi o principal instrumento de promoção de uma solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais.” (CARVALHO, 2017, p. 92).

Entre 1930 e 1945 é possível constatar o crescimento do papel do Estado na área trabalhista e na área previdenciária. Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e, em 1943, toda a legislação trabalhista foi organizada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), excluindo-se os trabalhadores rurais que eram maioria na época, além de trabalhadores autônomos e domésticos. (BENEVIDES, 2011), tudo isso se deu com baixa participação política e direitos civis precários, o que comprometeu o desenvolvimento de uma cidadania ativa da população.

Tratava-se, portanto, de uma concepção da política social como privilégio e não como direito. Se ela fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira. Do modo como foram introduzidos, os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular àqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado. Por essa razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley G. dos Santos como “cidadania regulada”, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas. (CARVALHO, 2017, p. 119)⁵

Entre 1946 e 1964, o sistema de proteção social permaneceu seletivo no plano dos beneficiários, heterogêneo no plano dos benefícios e fragmentado nos planos institucionais e financeiros. Houve ampliação dos direitos políticos e pouco avanço dos direitos sociais. A grande novidade foi a inclusão dos trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários através

5. Para entender melhor o conceito de cidadania regulada o autor chama atenção para a atuação do governo junto aos sindicatos. Cabia ao Estado a regulação e o arbitramento da organização sindical. O sindicato não se constituía como um órgão de representação dos interesses dos operários e patrões, mas sim como um órgão de cooperação entre as duas classes e o Estado. (Carvalho, 2017)

do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. O início da década de 1960 foi caracterizado por uma profunda crise do trabalhismo e aguda crise do conflito social, culminando na intervenção militar de 1964. (GOMES, 2005)

A crise desencadeada em 1964 se revelou mais aguda que as imediatamente anteriores. Além da crise de governo, deu lugar a uma crise do regime e à ruptura do próprio pacto político que prevalecia desde o pós-guerra. O Estado populista, resultante do compromisso da elite modernizante de 1930 com os setores populares, rompeu-se com a intervenção militar. O sentido mais amplo que se pode extrair do impulso original do longo processo iniciado em 1964 é o da reestruturação do aparelho de intervenção do Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político. (TAVARES apud CASTRO, 2009, p. 91)

Durante o período da ditadura militar (1964-1985) assistimos a expansão dos direitos sociais em detrimento dos direitos políticos e principalmente dos direitos civis. Acompanhamos a reestruturação das políticas sociais, apesar da redução da liberdade política, da queda da renda do trabalho e conseqüente crescimento das desigualdades sociais. Houve ampliação dos direitos sociais e centralização do aparelho estatal. Vale ressaltar que o capitalismo no Brasil é tardio assim como o mercado de trabalho e a própria formação do Estado: o Estado brasileiro só veio a conseguir o monopólio das armas e dos impostos entre 1964 e 1966 com a criação do Banco Central e da Receita Federal atual.

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que substituiu os antigos IAPs; em 1971 foi a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), separado do INPS, oferecia benefício de aposentadoria por idade aos 65 anos, aos homens, no valor de meio salário mínimo. Em 1974, foram incluídos os trabalhadores temporários de empresas e criada a renda mensal vitalícia (RMV) para idosos acima de 70 anos e pessoas com deficiência desde que tivessem contribuído para a previdência por um prazo mínimo de 12 meses. Em 1974 cria-se o Ministério da Previdência e Assistência Social e em 1966 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como forma de compensar o fim da estabilidade de emprego e a flexibilidade da legislação trabalhista. (BENEVIDES, 2011)

O Brasil chega aos anos 1980 com expressiva força dos movimentos sociais que reivindicava o reordenamento do Estado nas políticas sociais

e maior equidade, justiça social e redistribuição de renda como base do projeto de universalização da proteção social que esperavam.

A rota forjada pelo movimento social tinha como destino a Assembleia Nacional Constituinte. Após uma árdua marcha, a Constituição da República aprovada em 1988 restabeleceu a democracia e consagrou as bases de um sistema de proteção social inspirado no Estado de bem-estar social e ancorado nos princípios da universalidade, da seguridade e da cidadania plena. (FAGNANI apud FAGNANI, 2011, p. 25)

Nessa perspectiva, a seguridade social propôs um redesenho institucional do Estado na condução e formulação de sua política pública com a criação de um Ministério da Seguridade Social (que nunca chegou a existir de fato) e orçamento único para o conjunto dos setores que compõem a seguridade social: saúde, previdência social e assistência social. Dessa forma, a Nova Constituição, conhecida como Constituição Cidadã, trazia mudanças significativas para a proteção social brasileira. A ideia de Seguridade Social está descrita nos artigos 194 a 204 do texto da Carta Cidadã, especialmente no artigo 194, que traz a definição da seguridade social, e no artigo 195, que descreve sua forma de financiamento. A Nova Constituição instituiu novas formas de gestão ao incluir a participação social e a descentralização e cria um sistema específico de financiamento com fontes diversificadas e exclusivas para a seguridade social, por outro lado “O arcabouço constitucional da Seguridade Social, que talvez represente a peça política mais renovadora introduzida na Constituição, não contou na época com respaldo de movimentos e de lideranças da sociedade civil. Este fato é confirmado não apenas pelas análises dos anais da Constituinte, mas também por depoimentos de atores políticos cuja atuação foi então relevante.” (DELGADO, JACCOUD, NOGUEIRA, 2009, p. 18)

Como se vê, ao contrário do SUS, que era impulsionado pelo movimento sanitário, a Seguridade Social não tinha grandes defensores. Nos trabalhos constituintes, propôs-se na Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente a criação de um sistema público reunindo políticas de Previdência e Assistência Social, com princípios de universalidade, uniformidade, equivalência dos benefícios, equidade no custeio e fontes de financiamento, mantendo a política de saúde como área específica. Porém, a

Comissão da Ordem Social incluiu a saúde como parte do sistema público de Seguridade Social, juntamente com a previdência e a assistência social que se diferenciou da previdência social e foi incorporada como política pública específica e componente da seguridade. Esse novo formato foi uma surpresa para o movimento sanitário que tratou de fazer incluir no artigo 195 da Constituição Federal a garantia da manutenção da identidade institucional e orçamentária para as três instâncias, de acordo com metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada para cada área da gestão. Isso porque havia dois temores: (a) que a saúde perdesse a garantia das fontes de financiamento, devido às necessidades dos outros segmentos; e (b) que a proposta evoluísse para a criação do Ministério da Seguridade Social, minando a autonomia do Ministério da Saúde. Assim insistiram no fortalecimento do Ministério da Saúde para garantir as bases técnicas e administrativas do Sistema Único de Saúde (SUS). Desta forma, a Seguridade Social emerge como uma ideia de cunho técnico com baixa sustentação política e institucional no Estado e nos partidos políticos. (DELGADO, JACCOUD & NOGUEIRA, 2009)

A partir dos estudos de Tatiana Vargas de Faria Baptista (1998), pesquisadora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, podemos dizer que a Seguridade Social brasileira não compôs uma agenda política de interesse público imediato. A autora aponta, até os dias atuais, para a desintegração dos princípios norteadores da inovadora política protetora. Além do movimento de saúde, contava ainda com a resistência de outras forças políticas conservadoras como os personagens da área econômica, política e administrativa do Estado; outro grupo formado pela técnico-burocracia previdenciária e outro representado por trabalhadores e aposentados. O grupo formado pela área econômica resistia pelo fato da política de seguridade exigir uma política de redistribuição de renda, além da constituição de um órgão único na gestão da saúde, previdência e assistência social, órgão este que formaria uma estrutura administrativa fortíssima na área social. O grupo formado pela técnico-burocracia previdenciária se opunha por não aceitar o enfraquecimento e extinção do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que havia se constituído de forma forte e autônoma desde 1974; o grupo de trabalhadores e aposentados, por sua vez, temia sofrer perdas reais, tanto financeiras

quanto em benefícios. Criticavam a universalização porque desde meados dos anos 1970 vinham sofrendo perdas qualitativas nos serviços, principalmente da saúde que era ligada a Previdência Social através do INAMPS, firmavam assim uma postura corporativa que privilegiava o trabalhador formal e, por fim, o movimento sanitário que defendia um projeto setorial da saúde como já descrito acima. Dessa forma, a disputa ideológica sobre a compreensão da reforma transformou-se na disputa de poder e o maior conflito apresentou-se na estratégia de unificação da saúde, com a passagem do INAMPS para o Ministério da Saúde. Assim, o projeto da seguridade social brasileira nascia imerso num jogo político de interesses corporativos que encontrava conflitos em todos os níveis de negociação, apresentando-se como uma questão polêmica e de difícil consenso. O que nos leva a concluir que não houve um projeto único e integrador entre os três setores que compuseram a seguridade, causando grande fragilidade no modelo proposto que, apesar de ter sido aprovado, foi definido em linhas gerais e imprecisas nos seus princípios elementares e essa foi a vitória conservadora: acolher um projeto e anulá-lo desde a sua origem.

Como já foi dito, o Ministério da Seguridade Social não chegou a existir. Ainda nos estudos de Baptista (1998), verificamos que em 1989 começou a ser retardado pelas posturas conservadoras de Jader Barbalho, então ministro da Previdência, e por José R. P. Serrão, então presidente do INAMPS, que integravam o bloco político liderado pelo Presidente José Sarney. Estas autoridades não tinham interesse algum em mudar o quadro institucional na Previdência Social. Somado a isso, no contexto do Ministério da Saúde continuava a articulação para a unificação INAMPS/SUS e pelo projeto de reforma do sistema de saúde que levou a reordenação do Ministério da Saúde, abandonando a estratégia da construção da Seguridade Social conforme prevista na Constituição de 1988. Esse abandono demonstrou a preconização das dificuldades de se construir na prática aquilo que a Constituição assegurava na letra da lei. Essa postura dos reformistas de saúde representou a primeira ruptura na constituição da Seguridade Social. Durante o governo Collor (1990-1992), a lei 8028, apresentada apenas 27 dias após o início de seu mandato, determinou a revinculação do Ministério da Previdência Social ao Ministério do Trabalho, compondo o Ministério do Trabalho e Previdência Social e um Ministério da Assis-

tência Social totalmente independentes entre si. Essa lei marcou a segunda ruptura do modelo de proteção social pautado na concepção de Seguridade Social. Mais um fator contribuiu para o desmonte das parcas alianças e consensos firmados na Constituição de 1988 em torno da política de Seguridade Social: a entrada dos encargos previdenciários da União (EPU) no orçamento da Seguridade. O EPU retirou, em média, 20% do orçamento da seguridade social a partir de 1990. Em 1992, o Relatório Britto, elaborado pela Comissão do Sistema Previdenciário, apontou a falência do modelo e defendeu a separação imediata dos três setores naquilo que ainda os vinculava: o Orçamento da Seguridade Social, medida que foi aprovada em 1993, na gestão do então Presidente Itamar Franco.

Assim, o desmonte da política de seguridade a partir de 1990 baseou-se essencialmente nas fragilidades presentes no texto constitucional de 1988, quais sejam: as estratégias de cooperação e integração entre os setores e a política de financiamento da seguridade. A estratégia política nos anos 1990 foi não permitir o pacto da área social e promover a crise entre os setores, não repassando recursos. No período de 1990-93, as disputas por recursos acirraram as negociações entre saúde, previdência e assistência, criando impasses de financiamento principalmente na saúde e na assistência. (BAPTISTA, 1998, p.112)

Com a autorização da desvinculação das receitas da Seguridade Social, em 1994, criou-se o Fundo Social de Emergência (FSE), que passou por sucessivas mudanças até chegar à chamada Desvinculação dos Recursos da União (DRU), que permite a realocação de 20% das receitas próprias da Seguridade e tem sua maior parte utilizada para o alcance de metas fiscais. (DELGADO, JACCOUD & NOGUEIRA, 2009)

Diante de tantos desacordos na seguridade social e nos efeitos perversos produzidos nos anos 1990, surgiram novos consensos: a saúde pública é ineficaz, a previdência social é deficitária, portanto, a iniciativa privada é a solução. As diretrizes igualitárias e universalistas que orientaram o texto da Constituição não foram capazes de enfrentar a apropriação privada por parte das categorias sociais privadas.

Embora a estrutura da seguridade brasileira pós-1988 tenha sido orientada pelo conteúdo daquelas que moldam o Estado de bem-estar

nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de empobrecimento da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado permitem afirmar que no Brasil a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu numa universalização do acesso aos benefícios sociais. Pelo contrário, logo após a promulgação da Seguridade Social na Carta Magna ela já passa a ser negada pelas ações governamentais em detrimento das prescrições neoliberais e de um conjunto de mudanças macroestruturais, momento em que as classes dominantes iniciam a sua ofensiva contra a seguridade social universal, dando início a sua reforma, exercitando sua condição de dirigente, sitiando os projetos sociais dos trabalhadores, não somente através da força e coerção, mas confundindo seus referenciais, na proporção em que dotam novos conteúdos as bandeiras políticas históricas dos trabalhadores brasileiros. (MOTA, apud SANTANA, SERRANO & PEREIRA, 2013)

Na metade dos anos 1990, chegava ao fim o otimismo que ainda restava do primeiro ciclo reformista dos programas sociais. O fracasso de sucessivos planos de estabilização econômica e a crescente instabilidade inflacionária reforçavam o modo patrimonial de defesa da velha riqueza, sob forma de benefícios para os beneficiários de sempre. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma nova agenda de reforma social vem à tona, influenciada pela força das novas ideologias e valores de cunho neoliberal, alinhadas com as regras do ajustamento fiscal como linha mestra. A agenda do Estado mínimo ganhou impulso e o desenvolvimento social renunciou às políticas universais para dar lugar às políticas focais, resumindo-se numa única ação: a focalização nos mais pobres. Iniciou-se a retomada das reformas liberalizantes iniciadas no governo Collor. (FAGNANI, 2011)

Nessa etapa, houve antinomia entre a estratégia macroeconômica e de reforma do Estado e as possibilidades do desenvolvimento social. Em primeiro lugar, essa estratégia acarretou no aumento da crise social, percebida, sobretudo, na desorganização do mundo do trabalho, consequência da estagnação econômica, implícita no Plano Real. Em segundo lugar, as políticas monetária, cambial e fiscal adotadas desorganizaram as finanças públicas e limitaram o gasto social. Esse é o pano de fundo para se compreender a desestruturação do mercado

de trabalho e o retrocesso da reforma agrária e dos direitos trabalhistas e previdenciários: a ausência de política de habitação popular; a opção pela privatização do saneamento e do transporte público; e o paradoxo das políticas de saúde, assistência social e educação fundamental, nas quais os inegáveis avanços institucionais foram minados pela macroeconomia. A focalização ganhou vigor, sobretudo, após o acordo com o FMI (1998). (FAGNANI, 2011, p. 44)

Tudo isso nos leva a crer que nosso Estado de bem-estar social foi criado em torno de uma formação social e estatal tardia e de uma aliança frágil entre classes. Quando benefícios sociais não são tratados como direito de todos, mas de alguns grupos, como é o caso das políticas focais, há uma quebra na igualdade de todos e nos laços de solidariedade, há uma ruptura na sociedade à medida que ela se organiza em função dos parâmetros necessários para alcançar tais benefícios, buscando, assim, privilégios individuais em detrimento da conquista de direitos coletivos. Como já dito neste trabalho, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, portanto se torna importante pensar e organizar arranjos institucionais que promovam a inclusão das pessoas, mas há que se pensar também, formas de incluir que não reforcem cada vez mais a cristalização do caráter classista das desigualdades sociais. Mais do que nunca, precisamos de estratégias que promovam o desenvolvimento da sociedade a partir da construção de políticas públicas pautadas na solidariedade e na justiça social, no qual o projeto de alguns se transforme no projeto de todos, repensando o Estado-nação.

A era Fernando Henrique Cardoso foi marcada por uma avassaladora campanha em torno de reformas, o que bastou para que as reformas fossem orientadas ao mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado eram considerados as causas centrais da profunda crise econômica e social desencadeadas no país a partir dos anos 1980, assim criou-se o cenário perfeito para a privatização e para mudanças na previdência social, abrindo caminho para um novo “projeto de modernidade”, materializado no Plano Diretor de Reforma do Estado, encabeçado pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado Bresser Pereira, que nos distanciou das lutas coletivas.

E o que ocorreu nos anos 1990? Vivenciamos naquela década, e principalmente a partir da instituição do Plano Real, em

1994, algo bastante diferente desse crescimento mal dividido do tão criticado desenvolvimentismo. Houve o desmonte (LESBAUPIN, 1999) e a destruição (TAVARES, 1999), numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital. Revelou-se, sem surpresas, a natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras. E foram medidas que, em alguns setores, fizeram com que o país evoluísse de forma inercial e, em outros, o fizeram permanecer no mesmo lugar ou até mesmo andar para trás, se pensamos nos critérios de Florestan Fernandes: a ruptura com a heteronomia e o drama social. Houve, portanto, uma abrangente contrarreforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais externos e internos, e pela disposição política da coalização de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso. (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 151-152)

A reforma, justificada como necessária e irreversível, instituiu de forma contundente os preceitos do neoliberalismo, tendo o ajuste fiscal como centro. A redução de custos no Estado fazia o contraponto para as privatizações e abriu possibilidades para os especuladores no mercado financeiro, vários financiamentos escoaram o crescimento da dívida interna e externa. Houve entrega de parcela do patrimônio público ao capital estrangeiro, e a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil levou ao enfraquecimento de parcela do parque industrial nacional e com ele o aumento do desemprego e o desequilíbrio da balança comercial. Somado a isso, teve destaque o Programa de Publicização que consistia na criação de agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. A elas se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nas áreas sociais. Outro elemento a ser destacado foi a separação entre formulação e execução das políticas, de forma que o núcleo duro do Estado as formularia, a partir de sua capacidade técnica, e as agências autônomas as implementaria, isolando o “técnico” do “político”. Tudo isso demonstra que na verdade, “a prática da reforma era perfeitamente compatível com a política econômica, o que reforça a ideia de que seu discurso constituiu-se de pura ideologia e mistificação, num explícito cinismo intencional de classe.” (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 154).

Eduardo Fagnani, professor doutor do Instituto de Economia da UNICAMP, escreve que mesmo com toda onda liberalizante que assolou o Brasil, o núcleo central das conquistas de 1988 permaneceu vivo.

Passada essa longa fase de tensões agudas, a inflexão ocorrida na política econômica a partir de 2006 começou por implantar o pilar inconcluso do projeto de reformas desenhado pelas forças que lutavam contra a ditadura militar, apoiado em três núcleos centrais (PMDB, 1982): a restauração do Estado Democrático de Direito; a construção de sistema de proteção social, inspirado nos princípios de bem-estar social; e a concepção de uma nova estratégia macroeconômica, direcionada para o crescimento econômico com distribuição de renda. (2011, p. 26)

Fagnani defende que a política social do governo Lula (2003-2011) insere-se nessa longa fase de tensões iniciada em 1990 e intensas até 2002. Tal política permaneceu da mesma forma no período de 2003 a 2005 e começou a se alterar a partir de 2006, para ele a política social de Lula divide-se em duas etapas: (a) mudança ou continuidade? – fase inscrita entre 2003 e 2005; e (b) ensaios desenvolvimentistas entre 2006 e 2010. É possível afirmar que as políticas do lulismo promoveram a cidadania, mas também criaram certa mercantilização das políticas públicas. Este paradoxo vem sendo objeto de análise de vários autores, dentre eles Pochmann e Moraes (2016). Eles ressaltam que um dos principais elementos da mudança social no Brasil é o acirramento da correlação de forças políticas provocado pela desindustrialização, pelas graves recessões e pela onda de globalização; somado a isso, o Brasil sempre esteve submetido à condição de periferia no capitalismo mundial. Mesmo com a desindustrialização tardia e com a entrada na onda globalizante somente na década de 1990, o país acabou por se submeter a lógica da financeirização da riqueza, tendo que atender tanto à pressão das altas finanças como aos compromissos de bem-estar por parte da população. A Constituição Federal de 1988 trouxe com ela inédito padrão de políticas públicas convergentes com o Estado de bem-estar social alcançado nos países de capitalismo avançado, porém as alianças políticas de caráter conservador e autoritário impossibilitaram a realização das reformas agrária, tributária e social, necessárias para a efetivação de direitos, criando uma discrepância que inviabilizou a

consolidação dos direitos sociais, uma vez que o Estado mostrou-se muito limitado para promover políticas públicas de alcance universal (MORAES & POCHMANN, 2016). Essa limitação do Estado tem criado arranjos institucionais complexos para a efetivação das políticas públicas, dentre elas a terceirização de atividades ligadas à saúde, à educação e à assistência social, que são a base do sistema de proteção social. As políticas do lulismo não conseguiram enfrentar esse dilema e nem promover reformas necessárias para que os direitos consagrados na Constituição de 1988 fossem generosamente implantados.

O período entre 2003 e 2005 foi marcado pela ambiguidade entre a mudança ou a continuidade da manutenção da ortodoxia econômica que regia as políticas do governo, aliado a isto, pertenciam ao governo representantes das forças defensoras do Estado mínimo, principalmente no Ministério da Fazenda e, ao mesmo tempo, setores que defendiam os direitos universais, neste cenário, a disputa entre focalização e universalização das políticas sociais continuava acirrada. Diante desse jogo de forças, a estratégia social do governo permaneceu indefinida e ancorada no Programa Fome Zero, rapidamente substituído pelo Programa Bolsa Família, além disso, houve o abandono da proposta original da reforma agrária e pressões para a reforma da Previdência e da Assistência Social. No final de 2003, o Ministério da Fazenda publicou documento sobre a focalização dos gastos sociais, tal documento defendeu a prioridade aos programas de transferência de renda em oposição às políticas universais. A focalização nos mais pobres usou critérios definidos pelo Banco Mundial e definiu como beneficiários aqueles que recebiam até dois dólares por dia (FAGNANI, 2011). A grande surpresa desse período foi a reforma da previdência realizada a “toque de caixa” ao final de abril de 2003 que alterou as regras de aposentadoria dos servidores públicos, desconsiderando a necessidade de promoção da universalização da cobertura do risco-velhice. A Emenda Constitucional 40 demonstrou o seu preconceito contra os servidores e contribuiu para o longo processo de desmoralização do serviço público brasileiro (MARQUES & MENDES, 2004). A reforma da seguridade social no governo Lula expôs um paradoxo no governo que defendia o exercício da cidadania. “É impossível falar de cidadania quando o contrato social que referenda direitos e deveres entre cidadãos e Estado é rompido” (MOTA, 2007, p. 45).

Entre 2006 e 2010, iniciaram-se os ensaios desenvolvimentistas. O crescimento econômico foi destaque e permitiu maior investimento nos gastos sociais, proporcionando uma maior articulação entre os objetivos macroeconômicos e sociais. Ações focalizadas e universais passaram a ser vistas como complementares, emergindo um cenário favorável para a ampliação do papel do Estado. Entre 2003 e 2010, a taxa de desemprego caiu pela metade, o rendimento médio real mensal dos trabalhadores subiu 18% e foram criados mais de 15 milhões de empregos formais; a renda domiciliar per capita cresceu 23,5% em termos reais e o PIB per capita aumentou significativamente. Em consequência aumentaram também as fontes de financiamento da política social. “Conjugou-se, com êxito, estabilidade econômica, crescimento, distribuição de renda, inclusão social e promoção da cidadania.” (FAGNANI, 2011, p. 62-63). Tiveram destaque o fortalecimento do sistema de crédito, a inclusão de segmentos da população no sistema bancário, a valorização real do salário mínimo que também teve impacto positivo sobre a renda dos beneficiários da Seguridade Social, além da consolidação e expansão do Programa Bolsa Família que contribuiu para que cerca de 28 milhões de brasileiros saíssem da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial; na área de habitação foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida, com objetivo de construir um milhão de novas moradias, houve fortalecimento da mobilização social com a criação de diversos conselhos setoriais e fóruns de discussão, houve continuidade no processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único da Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN); na saúde, o Pacto pela Saúde, apresentou novas medidas para avançar na consolidação do SUS, e em 2008 foi lançado o Programa Mais Saúde, que priorizou investimentos na atenção básica. Na Previdência Social, as contas financeiras passaram a ser superavitárias – o que não ocorria desde 1997. Destacam-se ainda a inclusão de setores marginalizados da previdência social e formalização através da Lei do Super Simples; nova regulamentação dos segurados especiais da Previdência Rural e a formalização do trabalhador doméstico. A fusão da Secretaria da Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária em uma só entidade resultaram na criação da Receita Federal do Brasil, buscando maior eficácia na arrecadação e na cobrança de dívidas acumuladas. (FAGNANI, 2011)

Os ensaios desenvolvimentistas podem ser constatados em todas as áreas das políticas públicas: na educação; no desenvolvimento rural; nas relações de trabalho; nas políticas urbanas e nas políticas econômicas, porém a insegurança jurídica na Seguridade Social permanece presente. Desde 1988, nenhum governo cumpriu os princípios fundamentais da organização e do orçamento da Seguridade Social.

O desenvolvimento com bem-estar social requer uma articulação positiva entre a estratégia econômica e o desenvolvimento social, visando a criação do emprego e da renda. Mas também exige sólidos sistemas de políticas universais. (...) Nos últimos anos, o Brasil articulou boas políticas econômicas e sociais. Argumentou-se que a lição brasileira foi montar uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico; na geração de emprego e renda; na valorização do salário mínimo; no aumento do gasto social; no incentivo às políticas universais; e no avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza, como o programa Bolsa Família. Mais que isso, foi superada uma etapa estéril, em que focalização e universalização eram vistas como estratégias excludentes. Passou-se a considerá-las como estratégias complementares e convergentes. (FAGNANI, 2011, p. 40)

Apesar de todos esses avanços, Mota (2007) nos chama atenção para o papel reservado pelo grande capital para o campo da previdência social: transformar os trabalhadores em parceiros indiferenciados, metamorfoseando-os em trabalhadores e provedores do capitalismo financeiro e proprietários de grandes negócios. Essa combinação de elementos pode ser traduzida na conjuntura atual através das seguintes tendências: (1) diminuição das políticas redistributivas e constitutivas de direitos em prol de políticas compensatórias de combate à pobreza; (2) privatização e mercantilização dos serviços sociais, com a consolidação do cidadão consumidor; (3) surgimento de novos protagonistas, como a empresa socialmente responsável e o voluntariado; (4) despolitização das desigualdades sociais diante da identificação dos processos de exclusão; e (5) o peso de algumas políticas de seguridade social sobre o mercado de trabalho através de programas voltados à qualificação profissional e à geração de renda, que acabam levando a precarização e

a desproteção do trabalho e andam na contramão das garantias trabalhistas, como o seguro desemprego.

Com tantas fragilidades, a Seguridade Social brasileira chega ao governo de Dilma Rousseff (2011-2016) imersa em meio à crise econômica mundial, iniciada em 2008 e, apesar de todos os avanços já apresentados neste texto, ao desgaste político do governo petista, cobrado por se render aos interesses capitalistas em detrimento dos interesses históricos dos trabalhadores, marcado principalmente pela precarização do trabalho, pelos baixos salários e pelo endividamento das famílias trabalhadoras. Esses elementos causaram inquietação na classe trabalhadora brasileira e teve início uma sequência de greves e paralisações no país, ampliadas significativamente a partir dos protestos de junho de 2013, cujo intuito inicial foi a convergência espontânea entre a luta política do trabalhador precarizado urbano com a defesa de seus direitos sociais, principalmente melhores salários e condições de trabalho.

Os protestos e as greves descortinaram a nova paisagem: uma economia em compasso de espera castigava o mercado de trabalho. Além disso, o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras, combinado ao aprofundamento da precarização de trabalho, amplificava o descontentamento popular com o modelo de desenvolvimento. (SINGER, 2016, p. 75)

Nessa perspectiva, instalava-se um descontentamento entre a classe trabalhadora que na última década teve a impressão de estar ancorada pela proteção social. Assim, a tão desejada cidadania salarial, isto é, a combinação entre proteção social e progresso material passou a ser cada dia menos provável, bloqueando a possibilidade de mobilidade social. Ao mesmo tempo, o pessimismo em relação às políticas públicas se afirmava ao passo que as mesmas não foram capazes de melhorar as precárias condições de vida da população da periferia. O acúmulo de contradições enlaçando a violência, o trabalho, a prisão, a moradia e o transporte revelaram o esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro no qual a pacificação social simplesmente não poderia perdurar por muito tempo. Aliado a isso, o aprofundamento da crise econômica e a guinada política neoliberal do segundo governo Dilma Rousseff acabaram por condenar

ainda mais o modelo desenvolvimentista e acelerar o retorno às políticas de austeridade fiscal. (SINGER, 2016)

O jogo neoliberal do Estado mínimo desenhou nova acrobacia. Trata-se agora, de identificar os mais precarizados e de criar sua “melhoria social” ou redução de sua indigência e não de estender a todos as condições dignas de respostas às necessidades sociais como marca de reconhecimento da cidadania. O enfrentamento da desigualdade, cuja presença é de ordem fortemente econômica, passou a ser tratado no âmbito da ordem social. Por decorrência, a democracia, embora presente como reclamo dos movimentos sociais na gestão das políticas sociais, não alcançou abrangência ou velocidade a ponto de se confrontar com a desigualdade social e econômica que se manifestava (e manifesta ainda) na configuração das políticas sociais. As políticas sociais por sua restrita cobertura ou pela diferenciação de padrões de acesso e inclusão (entre uma e outra política social) são geradoras de desigualdades entre os cidadãos no alcance de seus direitos de cidadania. O jogo entre a ordem econômica e social, somados a distância entre os direitos formais e os reais, refreou a possibilidade de leitura da totalidade da sociedade. (SPOSATI, 2011, p. 108)

O curto segundo período do governo Dilma Rousseff, interrompido pelo impeachment, foi agravado pela exigência dos principais grupos empresariais do país, principalmente os bancos privados, de mudanças acentuadas na orientação da política econômica que pleiteavam um aprofundamento do ajuste recessivo, aumentando o desemprego e controlando o ciclo grevista, culminando em reformas que exigiam a alteração da Constituição Federal, dentre elas a reforma trabalhista e previdenciária. Além do mais, os ensaios desenvolvimentistas iniciados em 2006, na gestão do presidente Lula, tiveram como resultado a diminuição das desigualdades sociais, o que deixou os setores médios tradicionais insatisfeitos, isso somado a baixa popularidade da presidenta Dilma Rousseff, aos escândalos ligados à corrupção quase que diários, a operação Lava Jato da Polícia Federal, inicialmente com foco exclusivo nos políticos petistas envolvidos nos escândalos de corrupção da PETROBRAS, foram mais que suficientes para a criação da agenda única em torno da queda de Dilma, explodindo em uma gigantesca onda de protestos, monopolizada por uma pauta política reacionária.

As forças golpistas que derrubaram o governo Dilma deram espaço ao governo ilegítimo e impopular que intensificou a expansão do projeto intitulado “Uma ponte para o futuro”,

cuja essência consiste em garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos à custa da desvinculação constitucional dos gastos com educação e saúde, além de cortes nos programas sociais do governo. Como acréscimo, o documento promete eliminar direitos trabalhistas e implementar uma radical reforma previdenciária, limitando pensões e aumentando o tempo de contribuição dos trabalhadores. Aqui, vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo Dilma Rousseff não devido ao que este concedeu aos setores populares, mas por aquilo que não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. (SINGER, 2016, p. 92)

Mais do que nunca a Seguridade Social brasileira corre perigo, nos distanciamos do processo de consolidação do sistema de proteção social brasileiro e suas conquistas, ainda que inconclusas, estão afetadas por reformas impulsionadas por uma agenda neoliberal em curso. As graves restrições financeiras impostas ao campo das políticas sociais minam os avanços obtidos no plano institucional anunciando um retrocesso sem precedentes, afastando a conquista da cidadania universal e igualitária.

Welfare state e seguridade social: entre a consciência coletiva de classe e a experiência individual de mercado

“O que nunca é explicitado é como esse suposto novo mundo ‘neoliberal’ se torna em ‘carne e osso’ humano de todo dia, transformando o cotidiano, as emoções, os sentimentos, os sonhos e as esperanças das pessoas comuns. Porque é apenas quando as mudanças ganham a ‘alma’ e o ‘corpo’ de homens e mulheres comuns que estamos lidando verdadeiramente com mudanças efetivas da sociedade, da política e da economia.”

Jessé Souza

A experiência desenvolvimentista que teve início com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, não foi suficiente para conter o avanço de políticas públicas mercantilizadas, embora tenha reduzido desigualdades por meio da política de salário mínimo e expansão de empregos, da implantação de programas específicos dentre eles o Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação do acesso das famílias de baixa renda à universidade.

Ao mesmo tempo, na medida em que buscou avançar sem fazer transformações estruturais – seja no plano dos direitos, seja na economia ou da ideologia –, a segunda experiência desenvolvimentista caracterizou-se pela extrema ambiguidade. Por isso, é difícil sintetizar o que aconteceu. (Singer, 2016, p. 12)

Diante de um Estado que se encontra em avançado processo de privatização de suas funções econômicas e sociais, a ordem social vigente se torna incapaz de realizar os interesses públicos, principalmente aqueles voltados à defesa e representação dos trabalhadores. Nesse processo privatizante o próprio Estado reforça a política de classes que se apoia na acumulação capitalista, levando a luta de classes a ocorrer também no campo da socialização. Neste sentido, a disputa em torno do caráter público das políticas econômicas e sociais estabelece a questão central da luta de classes atual.

No Brasil, a luta de classes aparece, enquanto resultante do processo de decantação histórica, como disputa entre o público e o privado. Nesse embate, contudo, o público não é diretamente identificado ao popular – no sentido de voltado e subordinado aos interesses e direitos universais – e o privado não significa imediatamente a representação e o controle de objetivos particulares distintos dos fins da sociedade como um todo. Esses deslocamentos são politicamente determinados precisamente no estado da luta de classes concreta, mediada pela socialização capitalista vigente. (MAAR, 2016, p. 225)

De qualquer forma, é perceptível que o ensaio desenvolvimentista iniciado no governo do presidente Lula trouxe novas características a estrutura social brasileira, que passa por um processo de ampla transformação em busca de afirmação de uma identidade que conjuga várias dimensões: econômicas, políticas, relacionais e simbólicas, marcadas pela contradição

apresentada entre a conquista de direitos e o mundo do consumo. É preciso avaliar em que medida podemos aliviar essa tensão imposta, por um lado, pelas forças do mercado e, por outro, a conquista da cidadania, que exige de cada um e de cada uma de nós posicionamento para fazer escolhas, preferencialmente as que privilegiem a coletividade.

Essa configuração vem alterando o interesse da sociedade na relação entre público e privado, deixando oculta a apropriação particular da produção social e contribuindo para a extrema desigualdade social em que vivemos repetindo a dinâmica hegemônica da dominação e da exploração de classes (MAAR, 2016). Assim, mais do que nunca, o debate sobre as classes sociais no Brasil se torna intenso e indispensável, ao mesmo tempo em que nos coloca diante de um fenômeno que precisa ser melhor caracterizado: a chamada “Nova Classe Média Brasileira”, assim apresentada oficialmente em 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no Relatório Definição da Classe Média no Brasil. Tal relatório apontou a diminuição da pobreza e o crescimento da renda entre os mais pobres, criando assim um extrato com renda intermediária que superou a linha de pobreza entre os anos de 2003 a 2009. Essa caracterização apresenta uma questão central: uma certa definição de classe (como a de nova classe média) valida um certo conjunto de valores (mais mercantis) e com isso a experiência de ascensão social, de uma mudança de classe, deixa de ser um fenômeno coletivo para se converter num mérito individual. Por conseguinte, observamos a determinação deste grupo em reivindicar o direito ao consumo na perspectiva de que isso lhes garantiria a cidadania, evidenciando o grande sintoma das mudanças trazidas pelo neoliberalismo.

Desta forma, o tema classes sociais e sua relação com a seguridade social se torna importante para refletirmos sobre a cidadania que paira entre nós, brasileiros. Ao que tudo indica, ainda nos deparamos com um sistema representativo incapaz de reduzir a desigualdade e o fim da divisão da sociedade em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor etc. Embora haja um discurso de que patrões e empregados são iguais, são trabalhadores em busca de boas condições de vida, portanto, o tema classes sociais sempre gera polêmica, principalmente entre cientistas sociais e economistas. É comum encontrarmos divisões no debate intelectual sobre o conceito de classe.

O conceito de classe teve um lugar central na teoria social durante muito tempo. Na tradição marxista, ele sempre foi um conceito chave para a compreensão das sociedades capitalistas, de seus conflitos e transformações. Na tradição weberiana, ele é essencial para apreender uma das dimensões da distribuição de poder na sociedade. (BERTONCELO, 2009, p. 25)

Posteriormente a eles, encontramos estudos que contestam a relevância dos conceitos de classe, há outros que se propõem a “construir esquemas de posições de classe de forma a captar as divisões produzidas pelo mercado e pelo processo produtivo” e há também aqueles que consideram as classes como “categorias analíticas para a investigação do processo de formação de coletividades sociais”, da qual Pierre Bourdieu é o principal representante (BERTONCELO, 2009, p. 25). Muitos estudos definem as classes exclusivamente através da renda ou acesso ao consumo, por outro lado, sabemos que o aumento da renda e do consumo não são suficientes para promover mudanças no que diz respeito às desigualdades de oportunidades na vida. Se por um lado o debate sobre classes faz parte da atualidade, por outro há muitas dúvidas sobre suas características e seu funcionamento. Assim apontamos para a fragilidade do tema, considerando que

Os 30 anos de hegemonia neoliberal, o desmoronamento do socialismo real e o constante enfraquecimento de todas as organizações operárias (desaparecimento dos partidos comunistas, queda das taxas de sindicalização e perda de combatividade dos sindicatos oriundos do chão de fábrica) tornaram obsoleta e ou residual a noção de “classe trabalhadora”. (Cocco, 2013, p. 67)

Isso se torna ainda mais incipiente quando tratamos de definições e identificações sobre a existência de uma suposta “nova classe média” no Brasil, resultante da singular combinação das mudanças do sistema produtivo com as transformações do sistema de consumo, o que, por sua vez, pode ter criado a ilusão de que as oportunidades econômicas são iguais para todos (NOZAKI, 2017), subtraindo, desta forma, a experiência de classe e reforçando a experiência individual, impondo uma racionalidade individualista que se contrapõe aos princípios da solidariedade. Essa visão de mundo, individual e meritocrática, pode pôr em risco as parcas conquistas

da seguridade social. Por isso, é importante considerar que o conceito de classes sociais envolve grupos amplos, sempre marcados pela exploração econômica, opressão política e dominação cultural que resultam em desigualdade econômica, privilégio político e discriminação cultural. Desta forma, podemos dizer que as relações de classe são relações de poder e a distribuição de poder numa sociedade estruturada a partir da desigualdade traz consigo sérias consequências, os indivíduos passam a ser olhados a partir de três fatores: poder, riqueza e prestígio.

Isto posto, podemos afirmar que a sociedade se estrutura de forma piramidal a partir da divisão de classes, nosso desafio aqui é lançar luz sobre a classe média, tradicionalmente reconhecida por sua posição intermediária e cuja definição também é alvo de debates e arbitrariedades.

O que é e qual o papel da classe média é tema polêmico e vem sofrendo alterações ao longo da história da humanidade. Na Europa do século XIX e XX, Karl Marx e Max Weber abrem caminhos para o estudo da teoria de classes. Para Marx, um período histórico é definido pelo modo de produção, daí a definição da classe média como o grupo social situado entre a classe dos proprietários e a classe trabalhadora. Em Marx

As relações de classe são, por sua vez, determinadas pelas relações sociais de produção, que, no caso da sociedade capitalista, caracterizam-se, centralmente, pela propriedade ou não dos meios de produção. Na ordem capitalista, Marx distingue dois grandes polos fundamentais: a classe capitalista, ou burguesia, proprietária dos meios de produção; e a classe trabalhadora, ou proletariado, que sobrevive da venda de sua força de trabalho. (SCALON & SANTOS, 2010 p. 81)

No prefácio de seu livro *Contribuição à crítica da economia política*, Marx examina o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Enfatiza a importância da Economia Política para explicar a sociedade burguesa

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado

de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 49)

Ressaltando firmemente o conflito existente entre as relações de produção e as forças produtivas, Marx avalia que a ação dos homens estará sempre condicionada às forças produtivas estabelecidas pela sociedade burguesa, ou seja, as relações de classe são determinadas pelas relações de produção.

Weber, por sua vez, segue um caminho distinto, acrescenta que a análise econômica olhada a partir das relações de produção proposta por Marx não é suficiente para a compreensão das classes sociais. Reconhece a complexidade das relações de classe constituídas na sociedade capitalista a partir de hierarquias e distinções sociais que obedecem a lógicas diferentes na esfera econômica, social e política, conforme as chances de oportunidades de vida. A discussão de classes em Weber é essencial para a compreensão da distribuição de poder e prestígio numa comunidade. Para Weber,

falamos de uma “classe” quando (1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que (2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto (3) em condições determinadas pelo mercado de bens e de trabalho (“situação de classe”). É o fato econômico mais elementar que o modo como está distribuído o poder de disposição sobre a propriedade material, dentro de uma pluralidade de pessoas que se encontram e competem no mercado visando à troca, cria já por si mesmo oportunidades de vida específicas. (WEBER, 2012, p. 176)

Fica claro que Weber enriquece a discussão sobre o conceito de classe e considera a diversidade e a complexidade expressas no mercado de trabalho capitalista. Assim, as diferentes possibilidades apresentadas pelo

mercado não se resumem à posse ou não de propriedade, mas também às oportunidades de recursos ou habilidades específicas que se transformam em recompensas como renda, segurança no emprego, expectativa de progresso, autoridade etc. (SCALON & SANTOS, 2010)

Ainda no século XX, autores como o sociólogo americano Charles Wright Mills, o historiador inglês Edward Palmer Thompson e o sociólogo francês Pierre Bourdieu apontam o surgimento de alterações nessa estrutura de classes. O século XX foi marcado por grandes mudanças nos aspectos político e tecnológico, fatos como a Primeira e Segunda grandes guerras (1914 e 1939 respectivamente) e o Colapso da União Soviética em 1991, causaram grandes mudanças na vida da classe trabalhadora. A classe média passa a contemplar também aqueles que exerciam funções técnicas, econômicas e intelectuais promovidas pelo avanço técnico científico do capitalismo. A inclusão deste grupo, denominado por Mills como *White Collar* (1951), já trouxe a denominação “nova classe média” para a estrutura social.

No livro *A formação da classe operária inglesa*, Thompson analisa o processo de formação da classe trabalhadora da Inglaterra, no período entre 1780 e 1832, buscando compreender a organização e a história produzida pelos trabalhadores ingleses, sua luta e interesses comuns, diferenciando a ideia de classe de consciência de classe.

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 1987, p. 9)

Ressalta que “a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.” (THOMPSON, p. 10), indica assim a construção histórica da consciência de classe como eixo central de seu estudo sobre classes, especialmente a formação da classe operária. A experiência de classe é determinante para a compreensão dos conflitos e dos processos de transformações sociais em constante movimento, entende a noção de classe como algo fluido.

Pierre Bourdieu (2015) também dialoga com as ideias de Thompson e Weber ao trazer para a discussão da análise social, o que chama de jogo das distinções simbólicas, no qual enfoca a importância de se englobar a inter-relação entre a posição de classe e a situação de classe. Assim como Thompson, entende que a posição de um indivíduo na estrutura social não pode ser vista como algo estático, somente por sua situação e sua posição na estrutura social, mas também deve-se considerar as relações simbólicas que mantêm com outros indivíduos e como isso se expressa na sua vida cotidiana. É a partir destas construções simbólicas que os sujeitos sociais vão construindo “marcas de distinção”, e ao fazê-lo acabam por definir sua posição na estrutura social, incidindo num conjunto de relações, disposições, hábitos e tomadas de posição que os vinculam à posição de classe. Acrescenta ao capital econômico as distinções simbólicas, expressas na forma de usufruir aquilo que o mesmo capital lhe trouxe. Coloca, desta forma, a compreensão de classes entrelaçada a questões simbólicas que envolvem a ocupação do tempo e do espaço pelos indivíduos.

É preciso englobar na simbólica da posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros e, sobretudo dos estranhos ao grupo, uma certa posição na sociedade (uma vez que a percepção da situação de classe, tanto a própria como a dos outros, é espontaneamente “estrutural”). (BORDIEU, 2015, p. 23)

Nessa perspectiva simbólica, aponta que as classes constroem unidades nominais capazes de ressignificar a realidade, porém são sempre resultado da escolha entre a força que se dá ao aspecto econômico ou ao aspecto simbólico. Desta forma, a estrutura de uma sociedade se organiza como um sistema de significações, demonstrados através de hábitos e gostos, como por exemplo o uso das roupas, da linguagem e, ainda, os tipos de consumo como compra de automóveis, decoração da casa, escolha da escola dos filhos.

Apesar das diferentes análises desses autores, em todos eles há um ponto em comum: a interpretação da sociedade a partir das experiências coletivas de classe, é justamente essa concepção que tende a ser afrontada pela perspectiva de uma nova classe média, mais individualista e meritocrática.

O Brasil, até meados do século XIX, contava com uma estrutura social pouco diversificada. Paul Singer (1987), no livro *A formação da classe operária*, aponta que na segunda metade do século XIX, o Brasil era o maior produtor e exportador de café do mundo graças à mão de obra de trabalhadores escravos, uma vez que o país foi um dos últimos países do mundo a abolir o trabalho escravo. Somente a partir de 1888 esses trabalhadores foram substituídos pelo “colonato”, no qual o trabalhador e sua família ganhavam um salário em dinheiro ajustado pela quantidade de pés de café e um pedaço de chão para que pudesse cultivar outros alimentos, desta maneira, o colono era um trabalhador agrícola que vendia sua força de trabalho e também os produtos advindos dele. O Brasil era responsável pelo fornecimento de 66% de todo café consumido no mundo, controlando assim o mercado mundial desse produto. Deste modo, os colonos da produção de café tinham certa vantagem em relação aos outros trabalhadores agrícolas, o que levou à formação de um semiproletariado agrícola durante a República Velha (1889-1930). Com a ascensão dos colonos nas fazendas de café, os negros foram, mais uma vez, inferiorizados e excluídos das oportunidades de trabalho e de integração à classe operária que se formava. Em empregos precários e mal pagos foram impossibilitados de constituir família na perspectiva do modelo burguês vigente, cujo sustento é provido pelo homem chefe de família. Muito do sustento das famílias negras vinha do serviço doméstico exercido pelas mulheres, o que reforçava a imagem do homem negro como vagabundo e limitava sua ascensão social, reproduzindo a gênese do mecanismo preconceituoso que produz efeitos paralisantes em sua vítima.

Não há dúvida que a formação do proletariado brasileiro entrou em seu estágio decisivo entre 1880 e 1920, sendo que convém não esquecer que neste período cresce não só o proletariado industrial, mas também o ligado ao transporte terrestre e marítimo, à construção civil, aos serviços de utilidade pública (energia, comunicações, saneamento) etc. Não obstante, o desenvolvimento capitalista se mantém, no período que vai pelo menos até 1930, subordinado à produção agrícola para a exportação e por isso não altera a estrutura de classes da nação a não ser marginalmente. (SINGER, 1987, p. 57)

Em 1920, a população economicamente ativa era de 9,5 milhões de pessoas, das quais 66% trabalhavam no campo. A classe operária era

formada pelos ocupados nos cargos públicos e no magistério, nos transportes e comunicações além dos operários manufatureiros e industriais. Estes representavam 8,2% da população. (SINGER, 1987)

Entre 1930 e 1940, o processo de industrialização no Brasil foi alavancado. Nas cidades brasileiras eram encontrados pequenos grupos de profissionais liberais, militares, empregados públicos e trabalhadores do comércio. Foi somente a partir de 1930 que a base econômica dessa classe operária, já considerada classes médias começou a se expandir.

No livro *Classe média desenvolvimento e crise*, os autores Guerra et al. (2006) destacam a importância do projeto de industrialização e o avanço da urbanização nacional a partir de 1930. Esse processo traz com ele alterações na estrutura social do país, especialmente o crescimento e desenvolvimento da classe média assalariada que vinha do interior para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades, condições de vida e salários, além do surgimento de novos industriais, muitos deles imigrantes. O crescimento da alta classe média no setor privado e público com a expansão do papel do Estado, principalmente pelo avanço do setor produtivo estatal e da administração pública, propiciou uma diversificação das atividades profissionais da classe média a partir da proposta de universalização dos serviços de saúde, educação e assistência social que terminaram por absorver grande parte dos antigos profissionais liberais na forma de empregos assalariados. Neste ponto, há um consenso de que o crescimento da classe média brasileira é marcado pelo modelo de desenvolvimento nacional das décadas de 1930 a 1980, juntamente com o processo de urbanização e da expansão do Estado na economia do país que culminaram em novas atividades comerciais e burocráticas.

Portanto, inegavelmente, a industrialização foi o principal potencializador dos empregos assalariados, embora o setor de serviços não deixasse de corresponder à maior parte dos postos de trabalhos gerados. Nesse sentido, a antiga classe média proprietária, de forte presença no campo, foi sendo substituída pelo avanço da classe média assalariada verificada no interior da grande empresa, especialmente nos setores industriais, comércio e serviços (públicos e privados). (GUERRA et al., 2006, p. 23)

A partir dos anos 1940, o processo de industrialização entra numa nova etapa com a chamada grande indústria, formada por empresas multinacionais

de grande porte que produziam aço, alumínio, cimento, vidro, papel, plástico etc. e bens duráveis de consumo, principalmente automóveis e eletrodomésticos e ainda bens de capitais como caminhões, navios, aviões, tratores etc. Essas empresas eram gerenciadas por administradores de carreira, assalariados e admitiam operários para o chão de fábrica e uma minoria de técnicos e administrativos para as tarefas de controle e planejamento. (SINGER, 1987). A industrialização trouxe um grande impacto para o desenvolvimento do bem-estar social e os direitos sociais de cidadania, especialmente pelas conquistas das lutas das classes trabalhadoras, que, representadas por sindicatos, seguiram uma política de redução dos diferenciais de salários e de ampliação da solidariedade entre este grupo de trabalhadores. (KING, 1988)

(...) o desenvolvimento do Estado de bem-estar e os direitos sociais de cidadania a ele associados remodelaram fundamentalmente a natureza das sociedades modernas, as quais são atualmente caracterizadas por uma combinação única de estado de bem-estar e economia. A forma madura ou contemporânea dessas sociedades constitui uma transformação distinta em relação às democracias industriais do pré-1940. Os direitos de cidadania de então conferiam status civil (direitos legais) e políticos (direitos de participação democrática), com poucas implicações para a economia. O Estado de bem-estar do pós-1945 confere direitos sociais (padrões mínimos de saúde, renda, educação, direito ao trabalho), os quais, em sua implementação e plena expressão, transformaram o papel do Estado e a relação entre Estado e economia; em consequência, as causas e a natureza do conflito social nessas sociedades modificaram-se. (KING, 1988, p. 55)

Estudos desenvolvidos por Ribeiro & Scalon (2001) sobre a estrutura social, mobilidade e raça a partir da análise da PEA no período de 1940-1996, apontam que no final dos anos 1960 e 1980, surge uma nova classe média urbana no país, resultado deste processo de urbanização, expansão econômica e industrialização que culminou com a criação de 5,7 milhões de empregos não manuais que alteraram a identidade da classe média, fazendo contraponto à classe operária: as diferenças eram demonstradas não somente no trabalho manual, mas também no acesso à educação e nas formas de consumo, como por exemplo a posse de diploma universitário e o exercício de funções técnicas, econômicas e intelectuais proporcionadas pelo crescimento do modo de produção capi-

talista e as ofertas de novos serviços em diferentes áreas, tais como saúde e recursos humanos. Durante esse período, a classe média brasileira se expandiu com a criação de ocupações intermediárias e crescimento da burocracia dos serviços oferecidos pelo Estado com a criação de órgãos de controle, fiscalização e planejamento.

Ainda no livro *Classe média desenvolvimento e crise* (2006), é possível encontrar referências sobre a formação da classe média. Segundo os autores, ao longo de todo século XX, o ano de 1980 foi de grande importância para o padrão de reprodução de classe média urbana assalariada, quando um em cada três assalariados encontrava-se neste grupo. Em 1920, menos de um sexto dos ocupados urbanos tinham essa condição. Fica evidente a mudança na estratificação social brasileira: a ascensão da classe média se relaciona intimamente com a criação de empregos e no contrato de trabalho. A partir do final do século XX, com o desenvolvimento da tecnologia e a consequente modificação no interior das grandes empresas globalizadas, surgem novas ocupações e funções e, principalmente, ocorre a terceirização dos postos de trabalho, ocasionando o enxugamento do quadro de funcionários e/ou perdas salariais. Ocorre também a diminuição do peso do Estado através de privatizações e redução do aparelho burocrático. Como resultado surge um novo padrão da classe média, não mais necessariamente assalariada, mas em crescente auto-ocupação, como *freelances* e ONGs, de onde pode ter surgido o individualismo ou a repulsa contra a ideia de classe, de ser igual a algum outro. Com o aparecimento destas novas categorias, surgem também novos sujeitos sociais e novas relações de poder. A classe média pós-industrial passa a ter conhecimento diferenciado e a se posicionar de maneira diferente da classe média assalariada, possui vínculos frágeis com a coletividade, demonstrando interesses individualistas marcados pela valorização do consumo, status social e poder. Essa transformação da estrutura ocupacional, originária da transição do trabalho assalariado para a auto-ocupação, traz com ela significados políticos perceptíveis no repúdio ao Estado e a crença de que as crises econômicas são causadas pelo excesso de direitos e de encargos sociais, “ostentando a ideologia do capital humano que justifica o sucesso dos poucos vencedores e gera um processo de autodestruição psicológica para os milhares de perdedores” (GUERRA et al., 2006,

p. 34). O que importa para essa nova classe média é saltar para o topo da pirâmide e se juntar aos privilegiados, mantendo, para isso, as mesmas posturas, comportamentos e moral da elite brasileira.

Contudo, é importante ressaltar a política salarial dessa nova classe média. Dados apontam que vem sofrendo perdas salariais significativas.

Entre 1960 e 2000, por exemplo, a renda da camada média baixa perdeu 37,3% de sua participação relativa no bolo total da renda, pois passou de 49% em 1960, para 30,7%, em 2000. A camada de renda média também registrou perda em sua participação relativa de 20,2%. Assim, em 2000, a média classe média representava 22,9% de toda a renda da classe média, enquanto em 1960 era de 28,7%. Em contrapartida, a camada média alta registrou uma forte elevação na sua participação no total da renda referente à classe média não proprietária. No mesmo período de tempo, o peso da classe média alta na renda total da classe média assalariada simplesmente mais que dobrou (108,5%), passando de quase 22,3% para 46,5%. (GUERRA et al., 2006, p. 36)

O modelo econômico imposto durante o regime militar (1964-1985) apresentou uma política salarial favorável ao arrocho das remunerações baixas no setor privado (aumentando o emprego), médias no setor público e o ciclo da financeirização da riqueza e reestruturação empresarial. Surge então um novo sindicalismo que nasce justamente porque havia uma concepção de experiência comum entre a classe trabalhadora e não uma experiência distintiva (portanto individual) de uma suposta nova classe média, com o objetivo de defender veementemente os interesses dos trabalhadores com emprego formal na indústria. Ainda assim, o que vimos foi uma maior concentração de renda, privatização e terceirização do setor produtivo estatal e uma reestruturação do emprego que sobrecarregou a camada média da classe média, uma vez que a maior parte dos ocupados regrediu a posição de baixa classe média. Soma-se a isso o aumento nos setores de serviços e de comércio, a adoção de novas tecnologias por parte do setor industrial, a ênfase num modelo econômico pautado na financeirização da riqueza e na produção e exportação de bens primários de consumo, que acabaram por diminuir ainda mais o emprego assalariado, sobretudo da classe média. A esse respeito, escreveu Francisco Oliveira em 1972:

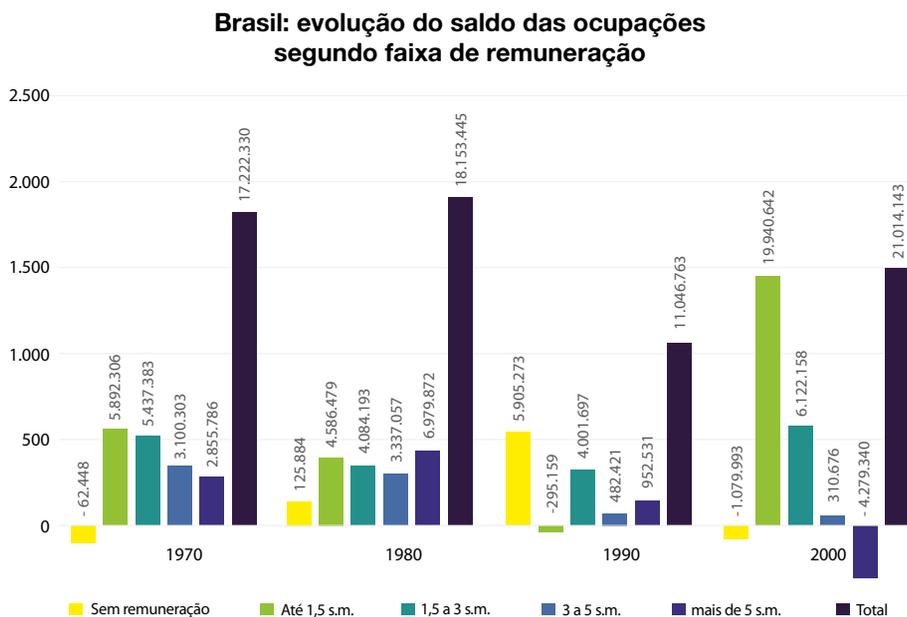
Assim, a própria expansão da economia capitalista no Brasil, no último decênio, conduziu-a a uma situação em que os riscos de crise são mais latentes e mais fortes que nunca: a combinação de crescimento parcialmente voltado para “fora” que alimenta a demanda dos setores chamados “tradicionais” a concentração da renda nos estratos mais ricos da população que alimenta um processo produtivo de caráter intrinsecamente inflacionário, o aparecimento precoce da especulação bursátil como forma de sustentação da acumulação real, são, hoje, elementos muito mais estratégicos e, por sua vez, muito mais vulneráveis do que o foram, no passado, o estrangulamento do setor externo e a debilidade da poupança; enquanto no passado os elementos de crise tinham um caráter muito mais de contenção por insuficiência e recursos, os elementos hoje configuram qualquer crise como uma depressão do tipo clássico. (OLIVEIRA, 1972, p. 117)

Tudo isso se agravou nos anos 1990, principalmente com o enfraquecimento da indústria nacional e por uma dinâmica de desenvolvimento econômico pautada por comandos que vêm do exterior, expondo as indústrias brasileiras à concorrência internacional e conseqüente enfraquecimento. Estabeleceu-se um novo padrão de trabalho, com forte presença do desemprego, menor ritmo de geração de postos de trabalho e maior queda na renda mensal dos trabalhadores assalariados.

Na década de 1990, os trabalhos sem remuneração foram os que mais cresceram (7,8% ao ano, em média), em um ritmo 4,6 vezes superior ao verificado para o conjunto das ocupações, ao passo que as ocupações com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo mensal tiveram queda no mesmo período (-0,1% ao ano em média). (POCHMANN, 2012, p. 32)

Em análise de dados apresentados pelo IBGE, Pochmann (2012) acrescenta ainda que se analisarmos as condições de remuneração da classe média brasileira, veremos que até os anos 2000 a dinâmica de ocupação privilegiou postos de trabalho com remuneração de até 1,5 salário mínimo. Na década de 1970, houve a geração líquida de 17,2 milhões de empregos, 34,3% dos postos de trabalho ofereciam remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo. Nos anos 1980, foram criadas 18,1 milhões de novas ocupações, sendo 25,4% na faixa de 1,5 salário mínimo. Na década

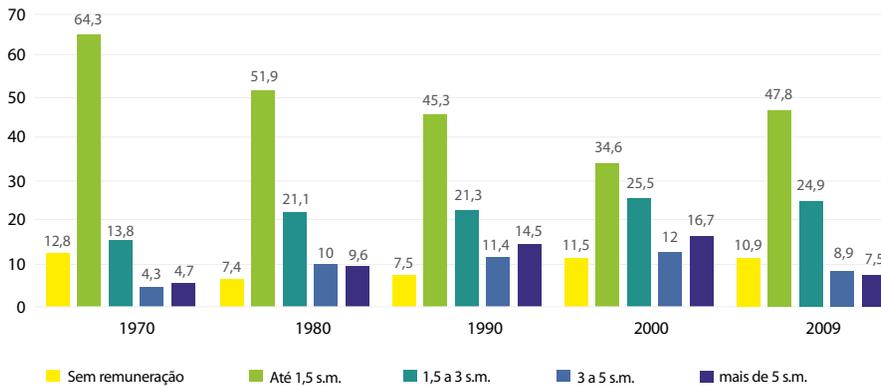
de 1990, encontramos 11 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 53,6% não previam remuneração e na faixa de 1,5 salário mínimo, houve redução de 300 mil postos de trabalho.



Fonte: IBGE/PNAD; apud Pochmann, Marcio (2012)

Na década de 2000, principalmente a partir de 2003, observamos a expansão da economia nacional, com forte dinamismo na geração de novos empregos e aumento na remuneração dos trabalhadores, criando até 2010, 21 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 94,8% tinham rendimento de até 1,5 salário mínimo, o que, sem dúvida, mais uma vez altera os padrões de trabalho, caracterizados pelo retorno à expansão dos postos de trabalho de até 1,5 salário mínimo mensal, redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. As ocupações sem remuneração obtiveram redução líquida de 1,1 milhão de postos de trabalho e a faixa de cinco salários mínimos mensais apresentou queda de 4,3 milhões de ocupações, o que nos permite dizer que a desigualdade de renda vinha caindo no Brasil na primeira década do século XXI. (POCHMANN, 2012)

Brasil: evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração (%)



Fonte: Elaboração do autor.

Com a constatação desta mudança, vários estudos se desenvolveram a fim de analisar esse fenômeno, dentre eles um estudo coordenado por Marcelo Neri em 2010. Baseado no Critério Brasil, divide a sociedade brasileira em quatro faixas: A, B, C, D e E; e propõe limites dados pela renda, no qual a faixa C, corresponde a Classe Média brasileira. Segundo este estudo

a classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar per capita do trabalho e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. A faixa C central está compreendida entre os 1064 reais e os 4561 reais a preços de hoje na grande São Paulo. (NERI, 2010, p. 28)

Tais informações nos ajudam a confirmar que houve, nos últimos anos (2003–2009), no Brasil, aumento na participação de renda dos grupos intermediários. Em recente estudo, Scalon e Salata (2012) ressaltam que na classe C descrita por Neri, há um crescimento da classe média assalariada somente nas ocupações de menor status que estão mais próximas da base da pirâmide da estrutura social brasileira, revelando uma aproximação da classe média com os trabalhadores manuais, representados principalmente por indivíduos da cor negra, enquanto os profissionais e administradores são brancos em sua grande maioria (70%). Há ainda a comparação entre os pequenos proprietários e os

trabalhadores não manuais que só não se aproximam em relação à posse de automóvel (50,9% para o primeiro grupo, e 39,3% para o segundo). Mas o olhar apenas pelo viés do consumo é limitado. Quando se observa critérios como tipo de ocupação e posição no mercado de trabalho, nota-se poucas mudanças na composição da classe média, o que sobressai é uma aproximação entre a baixa classe média e os estratos da classe trabalhadora que, apesar de uma renda melhor, não adentraram no seio da estrutura social brasileira, demonstrando que o acesso ao consumo não é suficiente para conquistar a cidadania. São incluídos apenas no sistema econômico como consumidores e produtores de serviços. A classe média brasileira, reconhecida como tal, ainda composta por indivíduos brancos e de escolaridade médio-alta.

No interior das classes médias, os profissionais e administradores se destacam por sua renda elevada, alta proporção de indivíduos com nível superior e pequena proporção de negros. Já os trabalhadores não manuais de rotina, por outro lado, vêm se aproximando dos trabalhadores manuais qualificados tanto em termos de rendimentos quanto em termos de composição racial. Nesse sentido, ao invés de falarmos de uma nova classe média poderíamos ponderar, talvez, sobre uma parcela da classe trabalhadora que, em relação a certas características, quase os rendimentos, estariam se aproximando dos setores mais baixos das classes médias. (SCALON & SALATA, 2012, p. 404)

Em 2011, a “nova classe média” alcançou 105,5 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do país. Do ponto de vista econômico, em 2009 este grupo concentrava 46,2% do poder de compra dos brasileiros graças ao crescimento do emprego formal. Juntamente com ele cresceram os anos de escolaridade no período 2003-09 e se evidenciou a importância do consumo como afirmação central da identidade deste grupo. (COCCO, 2013)

Para compreender melhor este processo, não podemos desconsiderar o crescente fortalecimento do capitalismo e o modelo de expansão macroeconômica do país no período de gestão do governo Lula. Neste período a economia brasileira foi caracterizada por um período de crescimento com estabilidade de preços, aumento do salário mínimo, expansão do crédito popular, aumento nos postos de trabalho, distribuição de renda, contenção de preços (principalmente a cesta básica) e redução da miséria. André Singer

(2009) descreve que essas ações, quando analisadas em conjunto, constituíram uma plataforma na direção política que respondeu aos anseios da classe C. Ainda que nos anos 2000 o Brasil tenha apontado para a construção de um modelo de desenvolvimento que buscou combinar avanços econômicos e políticas sociais,

A burguesia ao unir-se ao capital estrangeiro, isolando as classes mais baixas, optou e trilhou o caminho da dependência econômica, cultural e política em relação às nações hegemônicas. Nesse sentido, detendo o poder interno, implantou, para si e para o capital estrangeiro, o modelo de capitalismo moderno e cosmopolita, mas não autônomo nem desenvolvido. Contudo, para manter essa situação, foi necessário não construir uma sociedade competitiva na sua inteireza. Excluindo parcelas significativas da população, colocando-as sob forma não capitalistas de trabalho, tornou a sobre-exploração possível, conseguindo assim uma sobre-apropriação a ser repartida com o capital estrangeiro. Essa exclusão da ordem social competitiva permite ainda manter política, econômica e culturalmente os despossuídos em estado de anomia, sem organização e reivindicação de direitos. (GUERRA et al., 2006, p. 56-57)

A classe trabalhadora, ainda que com baixos salários, se viu atordoada pela possibilidade do acesso ao consumo que sempre lhe foi negado. Distraída com a conquista de interesses particulares, não se deu conta de que os poucos direitos sociais conquistados poderiam se tornar uma realidade de poucas possibilidades. Por outro lado, o avanço das ideias neoliberais delimitou o projeto da Seguridade Social brasileira ao passo que o governo não se preocupou em construir bases sociais para a convocação de uma ampla discussão da agenda de análise dos processos e arranjos da política desenvolvimentista implantada. Assim, o debate de uma política de proteção social pautada nos princípios do *welfare state* ficou restrito às áreas técnicas do governo e não contou com a participação dos trabalhadores, manteve-se como uma discussão independente e setorial, o que, mais uma vez, favoreceu o compromisso das elites (BAPTISTA, 1998) e, de maneira perversa, confundiu os trabalhadores. Isso nos convida a olhar a classe trabalhadora para além das lentes econômicas e do lugar da produção e lançar atenção à dinâmica das relações nas classes sociais, especialmente em tempos de profundas alterações no mundo do trabalho.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p. 10)

Historicamente há uma relação íntima entre a classe média, o emprego assalariado, o posto de profissional liberal e a ocupação de microempreendedores, porém não é só isso. Uma classe social não pode ser matematicamente definida. Há de se considerar que está exposta a vivências e experiências ao longo da história dos homens e estas são significadas e ressignificadas por eles. Dessa relação dinâmica surge a consciência de classe, lembrando que “classe é uma relação e não uma coisa” (THOMPSON, 1987, p. 11).

Apesar dos avanços na política econômica, Pochmann (2012) alerta que o que acompanhamos nos últimos anos é a expansão do setor de serviços – no qual as metas e o bônus fazem com que haja concorrência entre os trabalhadores, subtraindo mais uma vez a solidariedade coletiva – e da forte financeirização do capital, características que apontam para um novo capitalismo que imprime novas formas de produzir mercadorias e gerir o trabalho.

Como resultado das relações produtivas no mundo pós-industrial, vemos a cada dia a desregulamentação dos direitos no mundo todo, o que mais uma vez coloca em xeque a nova classe média, marcada pela desvalorização do papel do Estado e imbuída pelo forte apelo das conquistas individuais em detrimento das lutas coletivas.

Se nos atentarmos ao fato que na primeira década do século XXI houve redução nas ocupações sem remuneração e aumento nas ocupações com rendimento de até 1,5 salário mínimo, podemos dizer que foi a inclusão dos pobres a base da alteração da estrutura social brasileira, são eles os principais sujeitos desta nova classe média, o que aponta para uma nova composição social na base da pirâmide, enquanto a classe média se manteve como sempre na perspectiva de sua composição, crenças e valores. Esse redesenho que aproxima os pobres da velha classe trabalhadora

traz uma linha de conflito radical para aqueles que ascenderam a um novo patamar financeiro,

Não se trata mais de um antagonismo que separa (organizando sua subalternidade) o centro da periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, os colonizadores dos colonizados. Trata-se de um antagonismo interno, sem fora, que acontece ao mesmo tempo no centro e na periferia, misturando o desenvolvimento com o subdesenvolvimento, em todas as direções. (Cocco, 2013, p. 72)

Nesta perspectiva, a política apresentada para a chamada nova classe média foi uma política dos pobres, e são eles que formam a base da estrutura social brasileira atual. “A grande mentira é achar que as classes médias e não os pobres, os trabalhadores e excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social” (SOUZA, 2012, p. 20). Desta forma, é possível dizer que a novidade na classe média é a inclusão dos pobres, antes não vistos e que agora fazem questão de se fazer presentes. Trata-se, por assim dizer, menos de discutir a questão “nova classe média” e mais de se analisar como esse público, de trabalhadores pobres que chegam à classe média, se inclui e é absorvido por ela. Em outras palavras, “trata-se do que os pobres vão se tornar – o sujeito múltiplo da transformação ou as figuras homologadas nos valores de nova classe média, neoconservadora” (Cocco, 2013, p. 71).

Embora no Brasil a pobreza venha diminuindo constantemente desde 2003, dados preliminares indicam que com a crise de 2015/2016 a pobreza parou de diminuir e talvez tenha até aumentado. Até 2011, 59,8 milhões de pessoas ascenderam para a chamada nova classe média. Segundo Cocco (2013), os 20% mais pobres crescem mais que outros países e a desigualdade vem caindo consistentemente. O índice de GINI, instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social, também apresentou queda desde 2003, quase se igualando ao seu menor registro em 1960 quando começou a ser monitorado, porém ainda mostra o Brasil entre os países mais desiguais do mundo. A taxa de pobreza caiu de 16,02% em 2008 para 15,32% em 2009.

Desta maneira, cumpre pontuar que o que se ampliou na sociedade foi a classe trabalhadora. “A classe operária existe, e pode ser definida com alguma precisão como componente da estrutura social.” (THOMPSON,

1987, p. 11). A questão é compreender melhor os padrões existentes em sua formação, seu estilo de vida, sua visão de mundo. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.” (idem, 1987, p. 12), isto nos leva a compreender a classe como uma formação social, cultural e econômica que se constrói de forma dinâmica através da história da humanidade.

Nesse sentido, Jessé Souza (2012) traz considerações importantes acerca da influência do capitalismo como determinante do comportamento das pessoas. Irracional por excelência, o capitalismo moderno não se relaciona com as necessidades humanas ou com valores de uso. O capital é apenas um meio de satisfação de desejos que para se tornar aceitável precisa aparecer como uma atividade econômica “pura”, desvinculada e independente de limites e de justificações morais, quando, na verdade, alguma forma de justificação moral lhe é indispensável. Fundamentado nas ideias de Max Weber, Souza defende que as características simbólicas que envolvem o trabalho e o uso do capital extrapolam as referências econômicas. O trabalho precisa de uma justificação social e moral para que os trabalhadores se assujeitem a exercê-lo de boa vontade, a crença é a de que “o trabalho dignifica o homem”. A religião, nesta lógica, se torna muito importante na produção do sentido do trabalho, o determinando como vocação, uma característica divina que se demonstra por meio da atividade racional e disciplinada que legitima o processo de acumulação de capital que

só acontece por meio de uma violência simbólica específica, a qual possibilita que a legitimação moral e política do capitalismo ocorra por meio de um processo ambíguo de expressão/repressão econômica do conteúdo político e moral que lhe é inerente. Em uma palavra: o capitalismo só se legitima e se mantém no tempo por meio de um “espírito” que justifique o processo de acumulação de capital. (SOUZA, 2012, p. 29)

A permanência do capitalismo como sistema social e político se encontra em seu pragmatismo e não na sua coerência com a realidade. O capitalismo é fluido, flexível, se altera no tempo de acordo com as demandas apresentadas pelos seus inimigos, assimilando ideias e ideais de seu tempo histórico, se adaptando o tempo todo às novas realidades e conferindo-lhes um sentido novo, vive de construções simbólicas, principalmente no que se refere à noção de bem comum, não é neutro. (SOUZA, 2012)

Para Marilena Chaui (2013), ao longo do tempo o capitalismo vem se afirmando como uma “luta em aberto” onde predomina o setor financeiro na esfera da economia, da política e do campo social. Não é mais o capitalismo fordista subordinado à lógica do capital industrial, no qual o ritmo da fábrica determinava o tempo de valorização do capital empregado; nem mesmo o capitalismo toyotista, marcado pela possibilidade de se obter ganhos de produtividade graças ao patriotismo de fábrica, o trabalhador vestindo a camisa da empresa, passando a ser chamado de colaborador e o empresário de gestor, criando uma aura falsamente neutra que subordinava o trabalhador ao objetivo da empresa, relacionando o seu lugar de produção à sua identidade, autoestima e pertencimento. O novo capitalismo, que desponta a partir dos anos 1990, traz com ele palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo, apresentando uma nova semântica a serviço da acumulação do capital. Faz críticas aos horários rígidos e a burocracia dá lugar a organizações planas e flexíveis, enquanto as organizações hierárquicas são substituídas por organizações em rede. O que se consolida é o trabalho a curto prazo, por contrato, exigindo que o trabalhador aceite o desafio do risco, da instabilidade e da incerteza. O que se valoriza agora é o trabalho em equipe que imprime a ilusão de que trabalhadores e chefes são iguais. Há uma perda do senso de coletividade e passam a vigorar as comunidades eletrônicas que se caracterizam pela sua brevidade, pressa e inconsistência.

Em outras palavras, o mercado é portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da República. Isto significa a saída do Estado não apenas do Setor de Produção para o Mercado (como seria de se esperar numa ideologia da “desregulação” econômica), mas, sobretudo, do setor de serviços públicos (educação, saúde, moradia, transporte, cultura, etc). Em outras palavras, a reforma excluiu as exigências democráticas dos cidadãos ao Estado, isto é, excluiu todas as conquistas econômicas, sociais e políticas, vindas de lutas populares no interior da luta de classes. (CHAUI, 2013, p. 93)

Mas, apesar disso tudo, a luta social se mantém, porém agora sob o crivo do neoliberalismo, e é ela que traz legitimação ética e moral para a busca de justiça social.

Ainda que essa luta exija mobilização política e ação coletiva organizada, a desconstrução conceitual da economia e de suas justificativas como algo natural, e não como algo construído socialmente, ao privilegiar positivamente alguns e estigmatizar outros, é parte importante na luta simbólica por justiça social. (SOUZA, 2012, p. 31)

Em suma, é neste novo cenário que ascende economicamente o povo pobre, que chega à classe C como o novo trabalhador desenraizado, sem identidade de classe e sem vínculos de pertencimento a uma sociedade maior. Essa chamada “nova classe média” brasileira se encontra no centro do debate político nacional e é objeto de disputas subjetivas e ou simbólicas sobre sua própria constituição ou manutenção, ou disputas relacionadas “a dimensão esquecida da luta de classes” (SALATA, 2016).

Partindo do princípio que classes são as coletividades com as quais os indivíduos se identificam, o pesquisador André Ricardo Salata, através dos dados do “Survey Sobre a Classe Média Brasileira” (CESOP-UNICAMP, 2008), buscou compreender os contornos desta Nova Classe Média a partir de suas próprias percepções sobre o que significa fazer parte ou não deste grupo. Ao serem perguntadas sobre o que é essencial ou muito importante para fazer parte da classe média no Brasil, as características mais citadas foram: construir um padrão de vida estável, ter feito universidade, ter renda alta, acesso a lazer e diversão, ter casa própria, profissão de prestígio, estudar em escola particular e, por fim, ter seu próprio negócio. É o desejo das pessoas de se transformarem em indivíduos empresas, maximizadores de ganhos/prazeres e minimizadores de prejuízos/dores. Estas características se aproximam muito mais das classes mais abastadas, definidas por Neri como o grupo A e B, do que da Classe C apresentada por ele, embora haja uma proporção significativa de pessoas da Classe C se identificando como Classe Média, Classe Média Baixa e Classe Trabalhadora. O grupo com perfil de renda A e B se identifica como classe média e tem receio da aproximação com as camadas inferiores, os pobres.

Através da análise de correspondência múltipla (ACM), identificamos, no que se refere ao nível socioeconômico e identidades de classe, três tipos básicos de indivíduos no Brasil: aquelas pessoas com nível socioeconômico muito baixo (em termos de renda, escolaridade, consumo e ocupação)

e que tendem a ter uma identificação razoavelmente forte como Classe Baixa Pobre; em seguida, aquelas pessoas de nível socioeconômico intermediário, com uma identificação subjetiva de classe muito pouco definida, e com uma tendência maior a se identificar como Classe Trabalhadora ou Classe Média Baixa; e, por fim, temos aquelas pessoas de nível socioeconômico muito alto, e com uma identidade claramente marcada pela Classe Média. (SALATA, 2016, p. 197)

Os participantes com perfil econômico da classe C se enxergam mais como um grupo intermediário. “Foram comuns, por exemplo, afirmações como: ‘estou no meio’, ‘na média’, ‘entre os pobres e os ricos’ etc.” (SALATA, 2016, p. 251). Se consideram acima da pobreza, mas longe dos ricos e não apresentam sentimentos evidentes de pertencimento a uma classe em especial.

A ideia de ser classe média no Brasil está baseada numa imagem do padrão de vida espelhado no padrão das famílias da classe média da Europa, vista pela sociedade brasileira como o ápice do desenvolvimento. O cidadão europeu de classe média foi idealizado e tomado como modelo de cidadão pleno de condições para o exercício de seus direitos civis, políticos e sociais, portanto, ser da Classe Média, é ser superior em relação aos mais pobres, é desfrutar de prestígio e privilégios.

Salata (2016) conclui que a Classe C está longe de se reconhecer ou ser reconhecida como a Nova Classe Média e este fato tem consequências importantes na reprodução e no enfrentamento das desigualdades sociais do país. A elite brasileira, apesar de reconhecer as desigualdades e desejar uma estrutura social mais igualitária, atribui ao Estado e apenas ao aumento da escolaridade toda a responsabilidade para sua solução, não se sente parte integrante deste processo e não está disposta a abrir mão de nenhum de seus privilégios, como o aumento dos impostos para os mais ricos, talvez porque se perceba como Classe Média. Nesta perspectiva, dificilmente apoiará políticas que vislumbrem a redução da pobreza e das desigualdades.

Em estudo sobre a mobilidade econômica das classes sociais, Gustavo Venturi, José Reinaldo Riscal e Vilma Bokany (2013) apontam que esse novo grupo, denominado Nova Classe Média, deveria ser chamado apenas de “grupo do meio”, considerando, mais uma vez, insuficiente o critério de renda para a definição de classes sociais no Brasil, o que se confirma

com os dados do *survey* da Fundação Perseu Abramo, realizado em agosto de 2012. Essa pesquisa aplicou o corte de renda domiciliar per capita da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para 2012, considerando os estratos intermediários de 291 a 1.019 reais. Este grupo representou 55% dos participantes da pesquisa, 20% pertenciam aos estratos baixos e 17% aos estratos altos.

A maioria dos entrevistados afirma que a vida melhorou nos últimos 10 anos, em todos os grupos observou-se algum grau de mobilidade ascendente e a aprovação do governo Lula foi quase unanimidade. Em relação ao acesso a bens materiais, o resultado é o aumento do consumo acentuado de bens duráveis, sobretudo nas faixas médias de renda, o oposto do observado em relação aos bens culturais. Não se observou o acesso ascendente aos bens imateriais, como participação em palestra ou debate, idas ao teatro, visitas a museu de arte etc. No que se refere ao grau de correspondência dos estratos de renda per capita com as classes sócio-ocupacionais, predomina a identidade como classe trabalhadora, a identidade de classe média chega a 36% entre o grupo das classes médias sócio-ocupacionais, ou seja, é minoritária.

Jessé Souza (2012) também buscou compreender a imagem que a Classe C tem de si mesma. Sua pesquisa demonstra que essa classe tem uma visão de mundo “prática”, tem preocupação com a distinção social que a diferencie das classes populares e a aproxime das classes dominantes. Segundo ele, estamos diante de uma nova classe trabalhadora que ainda convive com as características do antigo proletariado fordista. Também aqui, este grupo está acima dos mais pobres e é capaz de ascensão social quando existem oportunidades de qualificação e inserção no mercado produtivo. Parece querer se aproximar do privilégio social de que desfrutaram os mais abastados. Privilégio aqui, entendido como “o acesso indisputado e legitimado a tudo aquilo que homens e mulheres mais desejam na vida em sociedade: reconhecimento social, respeito, prestígio, glória, fama, bons carros, belas casas, viagens, roupas de grife, vinhos, mulheres bonitas, homens poderosos, amigos influentes etc.” (SOUZA, 2012, p. 48)

Esse é o capital cultural da classe média, não é natural, é construído social e historicamente, perpetrado pelos mecanismos de socialização familiar.

A nova classe trabalhadora é comunitária em suas escolhas, prefere, por exemplo, ficar no mesmo lugar onde tem amigos e parentes do que mudar para outro bairro quando tem um salário melhor. O jogo paradoxal entre individualismo e coletivismo é o que faz a cultura política e o senso comum oscilarem na defesa e no ataque contra os princípios da seguridade.

É resistente ao cansaço, possui mais de um emprego e turno de trabalho, trabalha e estuda, tem capacidade de poupança, resiste ao consumo imediato, crê em si mesmo e no próprio trabalho e transmite, como capital familiar, valores do trabalho duro e continuado que se impõem desde cedo. Seu legado é a transmissão efetiva da “ética do trabalho”.

Se o capital econômico transmitido é mínimo, e o capital cultural e escolar comparativamente baixo em relação às classes superiores, média e alta, a maior parte dos batalhadores entrevistados, por outro lado, possuem família estruturada, com a incorporação de papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados. (SOUZA, 2012, p. 50)

Em tempos de novo capitalismo, surge a demanda da pequena produção, muitas vezes de fundo de quintal, de produção familiar ou de pequena produção, representada pelos empreendedores, num regime de trabalho de autogestão e controle que seguem a regra da sobrevivência e do sucesso imediato. Em sua maioria, tem o mesmo estilo de vida do trabalhador.

Essa nova classe trabalhadora labuta entre 8 e 14 horas por dia e imagina, em muitos casos, que é o patrão de si mesmo. O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível. Vitória magnífica do capital, que depois de 200 anos de história do capitalismo, retira o maior valor possível do trabalho alheio vivo, sem qualquer despesa com a gestão, o controle e a vigilância do trabalho. Destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em cada esquina, sem luta de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro. (SOUZA, 2012, p. 57)

Nas análises apresentadas até aqui, a chamada Nova Classe Média exhibe distintas subdivisões: os pobres que ascenderam economicamente, mas não se reconhecem como pertencentes à Classe Média; outros que se identificam como Classe Trabalhadora; outros ainda, que se sentem “no meio” e não se identificam como pertencentes a nenhuma classe; a classe média tradicional “colarinho branco” que anseia se tornar parte da elite; e, ainda, a Classe AB que se diz pertencente à classe média. É verdadeiramente uma “Torre de Babel”, cenário confuso, contraditório, desigual, de impactos ainda não dimensionados na estrutura de classes da sociedade brasileira.

Diante de tamanhas contradições, podemos dizer que o uso do termo “nova classe média” é inadequado. Do ponto de vista das percepções de classe e da aceitação social, há evidências de que este grupo que ascendeu economicamente não se reconhece como tal. Se analisarmos pelo viés da visão econômica proposta por Marcelo Néri (2010) e Marcio Pochmann (2012), veremos que a grande maioria das pessoas que ascendeu para a classe média, tem renda de até 1,5 salários mínimos. Renda suficiente para se enquadrar na classe média a partir da faixa de renda segundo critérios da pesquisa realizada por Néri e, ao mesmo tempo, ocupando postos de trabalho no mercado formal ampliando o grupo dos “ocupados de salário base”, definidos como categoria *working poor*, no olhar da pesquisa de Pochmann. Para ele, “na maior parte dos casos, a categoria *working poor* trata das ocupações que estão no entorno do salário mínimo oficial, cujo valor real determina a presença de trabalhadores pobres e sua relação com o nível de consumo.” (POCHMANN, 2012, p. 30).

Marilena Chauí (2013) também tece provocações no sentido de questionar a “nova classe média” brasileira. Sugere também que o que existe é uma nova classe trabalhadora, cuja compreensão de suas formas de expressão e inclusão econômica sob os efeitos do neoliberalismo precisam de análise mais aprofundada. Propõe “considerações provisórias” sobre os critérios que definiam a classe média como renda, propriedade, escolaridade, serviços e busca interpretar a nova classe trabalhadora ao indicar que: a) os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais do governo brasileiro indicam que o que cresceu foi a classe trabalhadora que é complexa, heterogênea e não se limita aos operários da indústria e da agricultura tradicional; b) no setor de serviços, apesar da desativação do modelo de produção

fordista e o aparecimento de empresas autônomas, os trabalhadores ainda estão vinculados à produção; a ciência e as técnicas estão diretamente ligadas à acumulação e reprodução do capital, levando cientistas e técnicos especializados à classe trabalhadora; c) os profissionais liberais formaram pequenas empresas e seus componentes se dividem entre assalariados e proprietários privados; d) os pequenos proprietários que desenvolviam negócios familiares são agora força produtiva que juntamente com os prestadores de serviços individuais são dirigidos e dominados pelos oligopólios multinacionais. Restam assim, as burocracias estatal e empresarial, os serviços públicos, a pequena propriedade fundiária, o pequeno comércio não filiado às redes de oligopólios transnacionais e os profissionais liberais não assalariados como categorias que se enquadram na classe média.

Assim, quando dizemos que se trata de uma nova classe trabalhadora, consideramos que a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, mas também nos dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam, de um lado, a fragmentação, terceirização e “precarização” do trabalho, e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média. (CHAUI, 2013, p. 98)

Essa nova classe trabalhadora, predominantemente pobre como já afirmado neste texto, num passado recente não era vista pelos próprios operários como classe trabalhadora. No livro *Consciência operária no Brasil*, Celso Frederico (1979) apresenta sua pesquisa cujo objetivo foi sondar os diferentes aspectos e momentos da consciência operária através da apreensão da prática de um grupo de trabalhadores numa mesma fábrica. Foram entrevistados, entre julho de 1970 a junho de 1971, 60 dos 164 operários que trabalhavam numa fábrica em Santo André. Além disso, foram levantadas as “histórias de vida” de 13 operários como forma de aprofundar questões surgidas nas entrevistas. No capítulo “Fenomenologia da consciência operária”, mostra que diante da pergunta: “ser operário é a mesma coisa que ser pobre?”, as respostas foram muito diversificadas:

“Pobre-pobre é uma coisa, operário é outra”; “O operário trabalha e vive do seu trabalho. Pobre vive jogado debaixo de ponte e não

trabalha”; “O operário é um assalariado”; “Um operário pode pelo menos ganhar pra viver, fome ele não passa. O pobre não ganha nem pra comer, é um cara que não tem nem saúde”; “Pobre é miserável, não tem nada. O operário tem seu trabalho”. (FREDERICO, 1979, p. 95)

É clara a diferenciação feita pelos trabalhadores entre aqueles que participam ativamente do processo produtivo e aqueles que não participam. Os entrevistados percebem sua situação de classe trabalhadora e excluem desta os que estão fora do processo produtivo formal, apontando uma relação intrínseca entre capital e trabalho, na qual “ser pobre” não é a mesma coisa que ser trabalhador.

Nesta perspectiva faz sentido dizer que a população que ascendeu economicamente, o fez, principalmente, pela via do acesso ao trabalho formal, se qualificando, portanto, para sua entrada na classe trabalhadora.

Paul Singer define a classe trabalhadora

como o conjunto de pessoas que vivem apenas de seu próprio trabalho. Entre os trabalhadores há os meios de produção: o camponês que cultiva a própria terra ou terra arrendada com seus próprios instrumentos e animais de trabalho; o artesão que confecciona ou repara suas próprias ferramentas e matérias-primas; o comerciante que transaciona mercadorias que são dele ou lhe foram confiadas; o médico e o dentista que têm seu próprio consultório; o professor que dá aulas particulares etc. Ao lado destes trabalhadores por conta própria: o camponês sem terra e sem instrumentos e animais só pode sobreviver como assalariado agrícola permanente ou temporário; o artesão sem ferramentas e matéria-prima só pode sobreviver como assalariado industrial ou manufatureiro; o comerciante sem estabelecimento próprio tem de se tornar, para sobreviver, vendedor assalariado, isto é, comerciário; e assim por diante. (SINGER, 1987, p. 4)

Com tantas nuances, a classe trabalhadora parece estar desde sempre assujeitada à desigualdade injusta e a diferença de oportunidades para o acesso a bens e recursos na competição social típica do capitalismo. Para Singer (1987), a classe trabalhadora compreende quase a totalidade dos pobres, diz ele: “quem vive única ou principalmente do próprio trabalho dificilmente pode ser rico”, ressalta ainda que “a classe operária e a burguesia não devem ser confundidas, embora ambas formem o povo

trabalhador”. Assim, a classe operária, em essência, é composta pelos trabalhadores assalariados que não exercem autoridade sobre outros assalariados. Conclui dizendo que é um equívoco entender a classe trabalhadora como classe média.

Esta consideração não contribui, no entanto, para esclarecer a questão porque “classe média” é um conceito que pertence a outro sistema de classificação, que nada tem a ver com o que define as classes operária, capitalista e pequena burguesia. As classes alta, média e baixa (ou A, B e C) se distinguem pelo nível de rendimento e sobretudo pelos padrões de consumo. É certo que a maior parte da classe operária está na classe baixa, assim como a maior parte da classe capitalista está na classe alta. Mas, há operários muito bem pagos – porque altamente especializados – que fazem parte da classe alta e há capitalistas, principalmente em zonas rurais atrasadas, cujos padrões de consumo são tão modestos que os colocam na classe baixa. E na classe média encontramos operários, pequenos burgueses e burgueses. Portanto, se as faixas intermediárias entre classe operária e burguesia gerencial pertencem ou não, em função de seus ganhos e padrão de vida, à classe média é simplesmente irrelevante. (SINGER, 1987, p. 9)

Assim, para fins deste trabalho, esta problematização em torno da questão da Nova Classe Média no Brasil e as classes sociais teve como intenção demonstrar como certas concepções de sociedade e de valores podem facilitar ou podem criar obstáculos para a consolidação da ideia central de solidariedade por trás dos princípios da seguridade social. O tema é tão intenso que ultrapassou os muros da academia e adentrou para o debate público em diversos meios de comunicação. Como já descrito, reconhecemos o crescimento econômico, aliado a programas sociais que culminaram na diminuição das desigualdades, porém, ao longo deste capítulo foram tecidas várias considerações que demonstram o quanto é incipiente dizer que os pobres que ascenderam economicamente adentraram à classe média. Esses trabalhadores são milhões de pessoas que lutam por sobrevivência e melhores condições de vida. Trabalham de dia, estudam à noite, participam da igreja e cultuam a autoajuda. Impulsionaram o comércio popular e demonstraram que se tiverem oportunidade não irão desperdiçá-la.

Em pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo (2017), intitulada *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*, procurou-se compreender os elementos que têm formado a visão de mundo e o imaginário social nas periferias da cidade de São Paulo. A pesquisa utilizou as técnicas de grupos focais e entrevistas em profundidade, tendo como perfil da amostra homens e mulheres a partir de 18 anos. Considerou como renda familiar mensal famílias com renda até 2 salários mínimos (faixa 1), e entre 2 e 5 salários mínimos (faixa 2). A amostra contemplou ainda, um mínimo de 30% das entrevistas com beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais. Foram realizadas 63 entrevistas e 5 grupos focais no período de 22/11/2016 a 10/01/2017.

Dentre os resultados obtidos, podemos destacar que, de maneira geral, os trabalhadores da periferia de São Paulo têm rotina agitada e sufocante, portanto os olhares e discussões sobre a política se dão de forma superficial e pautada pela mídia; na política institucional não há diferenciação entre as esferas federal, estadual e municipal, é tudo “governo”; não há cisão entre a classe trabalhadora e a burguesia não perpassa pelo imaginário dos entrevistados, reconhecem que trabalhadores e patrões são diferentes, mas consideram que estão no “mesmo barco”, um precisa do outro; há destaque para o singular em detrimento do coletivo, assim não há conflito de interesses, há forte desejo por valorização pessoal. Independente da renda e da ocupação, as pessoas tendem a se autotransformar como pertencentes à classe média, pois a pobreza está associada à falta de moradia e alimento, e a riqueza está associada à abundância de patrimônios pessoais e familiares. O maior confronto não está na divisão entre ricos e pobres, entre capital e trabalho, entre corporações e trabalhadores, mas entre Estado e cidadãos, entre a sociedade e seus governantes. Pensam que o Estado só cobra impostos e não devolve nada em troca. Querem ter sua singularidade e valores reconhecidos, rejeitam políticas que aparentam “duvidar” de suas capacidades individuais, como as cotas. Buscam ascensão social que os ajude a se distanciar e diferenciar dos pobres. Veem no consumo importante meio de constituição da identidade e materialização da ascensão. Os mais velhos compram para atender necessidades básicas e para a família, os mais jovens buscam mais por marcas de itens pessoais, porém priorizam os gastos com casa própria e educação. Desejam ser empreendedores e

muitos se solidarizam com os empresários, ao mesmo tempo ainda valorizam o contrato com carteira assinada em função da segurança que traz. Consideram a família como o grande alicerce e solução para os problemas individuais e coletivos, é na família que tudo se resolve. Entendem como público o que é gratuito e de má qualidade. Acreditam que frequentar a escola é a ferramenta para a mobilidade social. A religião tem papel de destaque e é o principal espaço de sociabilidade, que dá sentido de comunidade e funciona como selo de honestidade e idoneidade. Entendem a política institucional como “suja”, cheia de gente mau-caráter, os políticos são vistos como usurpadores, indicam a corrupção como o principal problema do Brasil. A política precisa de gente do bem e a fim de trabalhar. Concedem maior credibilidade ao mercado, mas reconhecem a presença do Estado para reduzir desigualdades e garantir serviços básicos como saúde e educação. Políticas feitas pelo PT, como Bolsa Família, PROUNI e FIES são valorizadas, mas vistas como insuficientes e falhas; é preciso mais fiscalização para conter injustiças, como no caso do Bolsa Família.

Dentre as conclusões trazidas pela pesquisa está a afirmação de que no imaginário da população não há luta de classes; o Estado é visto como incompetente, ainda que se reconheça sua importância relativa. A visão de mundo, em muitos casos, é formada com projeção aos grupos nos quais os indivíduos desejam estar. A ascensão social está relacionada à coragem, ousadia e é tratada como resultado individual, apontando um sentimento de solidariedade mais estreito com os próprios empregadores do que aqueles que partilham de sua própria classe.

Moraes e Pochmann (2017) ressaltam que devido à natureza distinta da pesquisa não é suficiente a simples abordagem comparativa da nova classe trabalhadora de serviços com a classe trabalhadora industrial para entender seus valores e percepções. Chamam a atenção para as características dos trabalhadores de serviços que parecem ser equivalentes àquelas dos imigrantes da década de 1920, período em que se destacava a atuação anarquista contrária ao Estado e aos partidos políticos.

No final do século XX, com a desindustrialização instalada e o avanço dos serviços, uma nova classe trabalhadora passou a se manifestar diferentemente da percepção e valores dos trabalhadores industriais. Isso porque o salto na condição de miserabilidade desprovida

de cultura prévia do emprego regular e remuneração estável prevaleceu como ascensão social para grande parcela dos trabalhadores de serviços que encontrou ocupação nos mais de 22 milhões de empregos gerados entre os anos de 2003 a 2014. Adiciona-se também que tanto o predomínio de micro e pequenas empresas no setor de serviços, cuja hierarquia e disciplina se distanciam da verificada na grande empresa, como as técnicas mais subjetivas de gestão empresarial tendem a subverter a lógica da relação capital-trabalho. Nos serviços, ainda, a presença sindical, quando não ausente, ocorre de forma muito distinta dos sindicatos industriais. (MORAES & POCHMANN, 2017, p. 103)

De qualquer forma, muitas são as interpretações que se pode tirar do conteúdo da pesquisa; ao que tudo indica, podemos entender que estamos diante de um fenômeno de mobilidade social que traz com ele significativas alterações, de um lado, na forma que esta nova classe trabalhadora tem de olhar para si mesma, seus anseios, sua visão de mundo e, de outro lado, na forma como acadêmicos, estudiosos, políticos, empresários etc. têm ao olhar para ela. Várias são as narrativas e análises. Alguns comemoram a vitória do capitalismo ao constatar que essa nova classe trabalhadora valoriza os ideais capitalistas, outros entendem que ainda há discussões a serem travadas no que diz respeito às contrariedades que ela apresenta, como o aumento de impostos e o desejo de serviços públicos de qualidade. Sem dúvida, há uma transformação em curso. Pessoas antes invisíveis tornam-se agora sujeitos de disputas políticas, orientam mercados e segmentos de consumo, trazem à tona a importância das camadas populares.

Para os grupos posicionados à direita do pensamento político, a pesquisa é prova de um projeto que racionalize o Estado, estimule a iniciativa privada e premie os melhores e esforçados é eleitoralmente viável. Já para os grupos posicionados à esquerda do espectro político, trata-se de uma camada da sociedade intitulada como classe trabalhadora beneficiada nos governos do lulismo, que, no momento de retração do ciclo econômico, juntamente com a crise política – mais especificamente os escândalos de corrupção – provocaram a interrupção dos processos de inclusão social, de distribuição de renda e de mobilidade social, gerando medo e ressentimento de declínio social, revelando uma nova subjetividade entre as camadas populares, configuradas como os que defendem o empreendedorismo, mas apoiam as intervenções do

Estado, sendo necessário, portanto, a construção de novas narrativas contra-hegemônicas mais consistentes. (DUDA, 2017, p. 01)

De modo simultâneo, é preciso considerar as necessidades desse sujeito cidadão, que escreve dia a dia sua história num cotidiano de faltas, de provisões significativas que não lhe chegam a tempo de garantir um mínimo de descanso das situações diárias. O sujeito de direitos é também o sujeito de necessidades e talvez, neste momento, elas estejam à frente. A possibilidade de desfrutar pequenas oportunidades parece ter construído uma linha de fuga do cotidiano sofrido, ao mesmo tempo, tornou possível a vivência em situações cotidianas mais tranquilas e favoráveis, nas quais a necessidade deu lugar à conexão com outros desejos. “Estamos numa formação social; ver primeiramente como ela é estratificada para nós, em nós, no lugar onde estamos envolvidos; fazer com que o agenciamento oscile delicadamente, fazê-lo passar do lado do plano de consistência” (DELEUZE & GUATTARI, p. 27) é a partir daí que se torna possível a complexa construção da coletividade. Nesta perspectiva, a discussão sobre as classes sociais parece estar suprimida do debate, despolitizando o diálogo e diluindo a percepção de consciência de classe tão marcante na história do movimento operário, hoje tão enfraquecido, inclusive pela esquerda, que dada a concentração de renda e riqueza no capitalismo como um todo passou a pensar mais o mundo dividido entre ricos e pobres do que entre burgueses e trabalhadores.

A esquerda não se deu conta de que massa e classe não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que são categorias históricas e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica, proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a consciência de massa que a consciência de classe, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição. Que ela deveria traçar o caminho próprio para atingir e exprimir a consciência de classe. Enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e da atuação das massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações. Por isso, ela foi sempre surpreendida pelos golpes de Estado, pelas viradas bruscas, pelas oportunidades perdidas. Foi assim em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas; em 1954, com o suicídio deste; em 1956-60 em face da habilidosa combinação da política de massas e do desenvolvimen-

to internacionalista, conduzido por Juscelino Kubitschek de Oliveira; em 1961, ante a renúncia de Jânio Quadros e o empolgar das massas por Brizola; em 1964, ante o Golpe de Estado. Isto é, diante dos desdobramentos das contradições inerentes à democracia populista, a esquerda não formulou sua opção. Por isso, ela se condenou a assistir impotente à modificação drástica do quadro histórico no Brasil. (IANNI, 1994, p. 100-101)

Ao mesmo tempo, com o liberalismo e o neoliberalismo, a prática da cidadania se vê diante de uma encruzilhada. Por um lado, o percurso da cidadania brasileira sofreu avanços importantes, por outro, se encontra diante de um cenário mundial que coloca em xeque a consolidação democrática, o que gera um sentimento de perplexidade e frustração (CARVALHO, 2017). Está em jogo uma nova forma de nossa existência que indica como devemos nos comportar, nos relacionar com os outros e conosco, além de definir novas formas de vida para que possamos alcançar a modernidade. Nos impõe a convivência num universo de competição que intima os assalariados e as populações a entrar na luta econômica uns contra os outros, organiza as relações sociais segundo as regras do mercado, justifica desigualdades profundas, orienta o indivíduo a conceber a si mesmo e comportar-se como empresa. Essas novas normas comandam políticas públicas, relações econômicas e subjetividades; esta última exige o aparecimento de um novo sujeito. Todas essas são dimensões de uma nova razão do mundo. Essa é a tese defendida por Pierre Dardot e Christian Laval. Para eles o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, desimpedido de referências e plenamente assumido como construção e norma geral de vida.

Não há dúvida que há uma guerra sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias (sem mencionar o Exército e a Igreja). Mas essa guerra visa não apenas a mudar a economia para “purificá-la” das más ingerências públicas, como também a transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e do modelo da empresa. Para isso, é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX, o que pressupõe uma guerra longa, contínua e muitas vezes silenciosa, qualquer que

seja a amplidão do “choque” que sirva de pretexto para determinada ofensiva. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 20-21)

Portanto, torna-se agora fundamental compreender como o neoliberalismo influencia as condutas, as escolhas e as práticas das pessoas, uma vez que ele emprega técnicas de poder sobre as condutas e as subjetividades, extrapolando a esfera mercantil e o campo da acumulação de capital. “Em última análise, o neoliberalismo é o portador de um processo de mercantilização generalizada das relações sociais”. (Dardot & Laval, 2016, p. 23)

Há uma nova subjetividade em curso, na qual o sujeito se relaciona com ele mesmo como um capital humano que deve crescer indefinidamente. Esse novo sujeito neoliberal é competitivo, é um indivíduo que não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado, é a figura do homem-empresa, o novo sujeito o homem da competição e do desempenho. É uma nova regra do jogo que muda radicalmente o contrato de trabalho, eliminando a relação salarial, chegou a hora de substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre empresas de si mesmo. A Seguridade Social, tão cara aos trabalhadores, é vista apenas como um seguro obrigatório para cobrir riscos profissionais dos assalariados. Há, na realidade, a criação social e política de riscos individualizados que podem ser geridos por empresas que têm um setor comercial para gestão de riscos; enquanto isso, os governos tratam de reduzir a cobertura socializada dos gastos com doenças e aposentadoria, transferindo sua gestão para empresas de seguro privado fortalecendo a lógica individualizada que destrói a dimensão coletiva da existência, entre elas as classes sociais. A individualização é tão radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais. A concepção dos bens públicos é profundamente afetada, os fundamentos simbólicos encontrados nos princípios da cidadania, dão lugar às estratégias de gestão preocupadas mais com técnicas de avaliação de resultados do que com princípios de universalidade dos direitos.

Nada de direitos se não houver contrapartidas é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O

acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário. A figura do “cidadão” investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não apenas o “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar para ganhar mais”, para retomarmos alguns dos clichês do novo modo de governo. A referência da ação pública não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor que faz os mais variados contratos privados com outros atores autoempreendedores. Dessa forma, os modos de transação negociados caso a caso para “resolver os problemas” tendem a substituir as regras de direito público e os processos de decisão política legitimados pelo sufrágio universal. Longe de ser “neutra”, a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra a lógica democrática da cidadania social; reforçando as desigualdades sociais na distribuição de auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não cidadãos”. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 380-381)

Ao que tudo indica, a classe trabalhadora já está imersa, capturada neste novo sentido da existência, abandonando a luta de classe que a levou à conquista de direitos. As jornadas de junho de 2013, além de serem portadoras do descontentamento com as condições de vida na cidade, abriram caminho para que grupos oportunistas reforçassem essa nova razão do mundo. O desafio das lutas sociais atuais é decidir a continuação – ou até mesmo a radicalização – dessa lógica neoliberal ou o seu fim. Contrariando o presságio de Margaret Thatcher que disse “a economia é o método. O objetivo é mudar a alma”, temos o grande desafio de pegar nossas almas de volta.

Com respaldo teórico apresentados nos capítulos I e II deste trabalho, vimos que a seguridade social no capitalismo central se conforma a partir das lutas das classes trabalhadoras pela conquista dos direitos de cidadania. Ao longo da história estas lutas sempre foram marcadas por tensões, contradições e mudanças sociais que seguiram variados ritmos e padrões. O *welfare state* nas sociedades capitalistas se mostrou um forte instrumento de controle econômico, social e político do capitalismo avançado que tanto

se beneficiou da classe operária para a consolidação das chamadas democracias industriais. Sendo o Estado liberal o principal fato político do século XX, assistimos calados a configuração do Estado mínimo que deu pouca atenção aos direitos sociais e conseqüentemente à seguridade social, deixando a classe trabalhadora a mercê de seu próprio trabalho controlado pelo Estado. Tornaram-se assim tão ocupados que pouco se incomodaram com a conquista dos direitos civis e políticos. Embora tenhamos assistido ao avanço do *welfare state* no período pós-Segunda Guerra Mundial, o fato é que os chamados “anos de ouro” foram uma resposta a tempos de austeridade e necessidade de reconstrução. Foi possível vivenciar neste momento da história uma agenda comum entre todas as classes sociais, ainda que sem tocar na sua estrutura de divisão de classes. Diante desta agenda comum, os direitos passaram a ser universais, prevaleceu naquele momento o princípio da Seguridade Social, marcada pela solidariedade partilhada por toda a sociedade.

Com o retorno da onda neoliberal nos anos 1990, os direitos universais passam a ser substituídos por políticas focais e mínimas, compartilhadas com o mercado e outras esferas privadas. As ofertas para a classe trabalhadora vão se tornando escassas, a proteção social, que no caso do Brasil nem se consolidou, vai sendo derrotada pelo mercado e a solidariedade tão importante para as causas coletivas se enfraquece diante do jogo dos interesses corporativistas da própria classe trabalhadora. Nesta perspectiva, o capitalismo, agora neoliberal, traz mudanças significativas ao mundo do trabalho e entende que o bem-estar social pertence agora à vida privada dos indivíduos e de seus grupos sociais, confundindo os valores da classe trabalhadora, desqualificando e despolitizando a questão social como questão pública de interesse de todos.

Não podemos desconsiderar que a configuração do *welfare state* no Brasil se dá no cenário de capitalismo e industrialização tardios, marcada por profunda desigualdade social e cultura de padrão mandonista, particularista e exclusivista das elites que se reproduz diretamente nas relações de trabalho entre patrões e assalariados. A cidadania brasileira e a democracia não eram uma condição geral da sociedade. Esse desequilíbrio traz uma discrepância nos direitos da cidadania. Na perspectiva dos direitos civis, os cidadãos brasileiros são divididos em classes: há os de primeira classe, os privilegiados, os doutores, que estão acima da lei; ao lado destes

há os cidadãos simples, de segunda classe, sujeitos aos rigores e benefícios da lei. Estão aqui os trabalhadores assalariados, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Frequentemente estão à mercê da polícia e de outros agentes da lei que definem que direitos serão ou não respeitados; por último há os elementos considerados cidadãos de terceira classe. São os trabalhadores sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, camelôs, mendigos, etc. Existem apenas nominalmente, seus direitos civis são ignorados e são sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não são protegidos e nem acolhidos pela sociedade e pelas leis. (CARVALHO, 2017)

Muitos dos trabalhadores que adentraram à classe média no período desenvolvimentista do governo Lula saíram daqui. Eram antes “elementos” que agora desejam outra identidade. Viveram sempre desprotegidos, conheceram apenas a lei do Código Penal. Saem do anonimato e passam a ser vistos, o que altera a estrutura social brasileira. Contraditoriamente, alcançam pelas lentes do mercado o direito ao consumo e por aí buscam a cidadania.

Considerando que o capitalismo não funciona isento de ter que atender as demandas do trabalho, não pôde ficar, até este momento da história, apartado de condições mínimas de proteção social. O capitalismo agora neoliberal, concebe um novo tecido social, no qual os indivíduos estão assujeitados às suas conquistas individuais, é o indivíduo-empresa que precisa se autogerir.

Convencido de que é o único responsável pela sua derrota social e econômica, o indivíduo cede às pressões do sistema e se sujeita à penitência da miséria; do desemprego ou do trabalho degradante; da fome; do castigo no transporte público precário, na habitação de risco, na desassistência completa. Mas prossegue no culto ao capital. (PEREIRA, 2016, p. 340)

Conclusão

Temos vivido nos últimos anos, especialmente a partir das mobilizações que ocorreram no Brasil em junho de 2013, momentos de muita tensão. Recebemos o tempo todo sinais de que conquistas importantes no campo dos direitos humanos e sociais, como direitos trabalhistas e previ-

denciários tendem a se enfraquecer ou até mesmo se perder. Talvez, um dos caminhos que se abra para a sociedade seja sua auto-organização, mais do que nunca é preciso tomar o destino pelas mãos e decidir de uma vez por todas de que forma se quer viver.

Sabemos que isso só é possível quando há possibilidade de pensar sobre si mesmo, nas relações estabelecidas com o lugar onde se vive, nas urgências que a vida apresenta e nas possibilidades de futuro que podem ser construídas individual e coletivamente. Não é uma tarefa fácil e nem um desafio trivial, pelo contrário, o desafio que se apresenta é extremamente difícil e exige daqueles que se dispõe a enfrentá-lo, tolerância e paciência.

A queda do império soviético, o movimento de minorias nos Estados Unidos e, principalmente, a globalização da economia em ritmo acelerado provocaram, e continuam a provocar, mudanças importantes nas relações entre Estado, sociedade e nação, que eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental. O foco das mudanças está localizado em dois pontos: a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva. (CARVALHO, 2017, p. 225)

Observamos ao longo deste trabalho que as conquistas do bem-estar social no capitalismo central foram sempre permeadas pela relação pendular entre Estado de um lado e mercado de outro. As reformas trazidas pelo Estado de bem-estar social foram, desde sempre, resultado dos conflitos entre a classe trabalhadora e o capitalismo e se fortaleceram com a chegada das chamadas democracias industriais. A conquista da cidadania nos países europeus aconteceu de forma lenta e sequencial: primeiro vieram direitos civis, depois os direitos políticos e, por fim, os direitos sociais. A desigualdade, típica do sistema capitalista, era aceitável desde que existisse a igualdade da cidadania. Nesta perspectiva, as questões relacionadas ao *welfare state* ganharam destaque após a Segunda Guerra Mundial e a combinação entre as estruturas do Estado de bem-estar social e as estruturas econômicas parece não ter sido alvo de grandes polêmicas. Os trabalhadores, certos de que alcançaram a cidadania, se adequaram ao capitalismo, porém, o avanço enlouquecido do capitalismo trouxe com ele mudanças significativas na organização do trabalho. O avanço do desemprego estrutural de longa duração, as relações

de trabalho precarizadas, não associadas a direitos, levaram a mudanças que seguem em direção à restrição, seletividade e focalização das políticas que fomentam a proteção social, concentrando-se em grupos minoritários com direitos também mínimos. Ao Estado cabe legislar e reprimir.

Com a crise mundial de 2008 ficou demonstrado que o capitalismo, agora neoliberal, se apresentou para as classes dominantes como uma oportunidade, como um modo de governo que produz novos tipos de relações sociais e novas subjetividades. O indivíduo é levado a conceber-se e comportar-se como uma empresa. Desta forma, a solidariedade, um dos pilares da proteção social, já não existe mais. O projeto coletivo de uma sociedade que tem deveres e responsabilidades de proteger seus membros perdeu o sentido. Foi substituído pelo indivíduo-empresa. O que se valoriza é o trabalho em equipe que imprime a ilusão de que trabalhadores e chefes são iguais.

No Brasil, o projeto de Estado de bem-estar social foi criado em torno de uma formação social e estatal tardia e de uma aliança frágil entre classes. A conquista da cidadania brasileira se deu de maneira inversa à descrita por Marshall nos países ocidentais; aqui, primeiro vieram parques direitos sociais, o que causou uma grande desvantagem no exercício continuado da democracia política. O projeto da Seguridade Social brasileira não contou com governos que se preocuparam em construir bases sociais para a convocação de uma ampla discussão da agenda de análise dos processos e arranjos da política proposta pela Constituição de 1988. Devemos reconhecer os avanços trazidos pelo estágio desenvolvimentista do governo Lula, porém é preciso reconhecer também que o debate de uma política de proteção social pautada nos princípios do *welfare state* ficou restrito a áreas técnicas do governo e não contou com a participação dos trabalhadores, manteve-se como uma discussão independente e setorial, o que favoreceu o compromisso das elites e de maneira perversa, confundiu os trabalhadores.

A experiência desenvolvimentista do governo de Lula não foi suficiente para conter o avanço de políticas públicas mercantilizadas, embora tenha reduzido desigualdades através da política de salário mínimo e expansão de empregos, da implantação do Programa Bolsa Família, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular e a facilitação das famílias de baixa renda à universidade. Estas conquistas alteraram a estrutura social que

justifica o debate sobre classes sociais no Brasil. Olhando para a estrutura de classes brasileira é possível verificar que a classe trabalhadora brasileira vem crescendo e, no período de 2003 a 2009, acompanhamos aumento na renda dos grupos intermediários, chamados neste trabalho de nova classe trabalhadora, aproximando a baixa classe média e os trabalhadores. Ainda que com baixos salários, este grupo se viu diante da possibilidade do acesso ao consumo que sempre lhe foi negado, buscando a cidadania a partir do direito de consumir. Por outro lado, o avanço do neoliberalismo no Brasil, delimitou o frágil projeto de Seguridade Social, uma vez que não havia pacto substancial entre governo e sociedade para colocá-lo em prática na perspectiva dos direitos coletivos em busca de uma sociedade mais justa e solidária.

A deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 demonstra que novos rumos veem sendo dados às políticas públicas e ao sistema de proteção social brasileiro e, ao que tudo indica, a narrativa dos grupos políticos da direita vem fazendo sentido para a nova classe trabalhadora.

Referências

- BAPTISTA, T. W. F. “Seguridade social no Brasil”. In: *Revista do Serviço Público*. n. 3, jul-set 1998.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BENEVIDES, C. V. *Um Estado de bem-estar social no Brasil?* Dissertação (Mestrado em Economia). Orientadora: Prof. Célia Lessa Kerstenetzky. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.
- BERTONCELO, E. R. E. “As classes na teoria sociológica contemporânea”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 67, 1º sem. de 2009, p. 25-49.
- BOKANY, V.; RISCAL, J.; VENTURI, G. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2020/12/2013, p. 39-51.
- BORDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. – São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOSCHETTI, I. *Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação*. Disponível em: <<http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal>>.

- saude.pe.gov.br/files/seguridade_social_no_brasil_conquistas_e_limites_a_sua_efetivacao_-_boschetti.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Comissão para definição da Classe Média no Brasil*, 2012. Disponível em: <<https://issuu.com/sae.pr/docs/relatoriocm>>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Vozes da Classe Média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas*. Brasília: Edição Marco Zero, setembro/2012.
- CAMOLEZE, J. M. C. *Memória coletiva e patrimônio histórico: dimensões da legislação municipal de Jundiaí/SP*. Marília, 2017. 400 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017. Marília, 2017. Orientadora: Prof^ª Dra. Maria Leandra Bizello.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTRO, A. C. “Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão”. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 87-126.
- CASTRO, N. *América Latina e Caribe: integração emancipadora ou neocolonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- CEOLIN, G. F. “Crise do Capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 118, abr./jun. 2014. São Paulo: Cortez, p. 239-264.
- CHAU, M. “Uma nova classe trabalhadora: indagações”. In: *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2020 02/12/2013, p. 87-103.
- COCCO, G. “Nova classe média ou nova composição de classe?”. In: *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2020,02/12/2013, p. 65-85.
- CRUZ, R. C. *Preconceito social na internet: cultura informacional e distinção em redes sociais*. Belo Horizonte: Do autor, 2016.

- CURADO, M. “Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula”. In: *Economia & Tecnologia*, v. especial, ano 07, 2011.
- DANTAS, R. “A grande crise do capital”. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 14, São Paulo, 2009, p. 47-72.
- DARDOT, P. LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R. P. Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania. In: *Repositório do conhecimento* IPEA. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4347>>. Acesso em: set. 2017.
- DOWBOR, L. “A formação do capitalismo dependente no Brasil”. In: *Estudios Latinoamericanos*, v. 04, 1978, p. 53-72.
- DRAIBE, S. M. “A política social no período FHC e o sistema de proteção social”. In: *Tempo social*. v.15, n.2, São Paulo, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004>. Acesso em: 08 set. 2017.
- _____. “O welfare state *welfare state* no Brasil: características e perspectivas”. In: *Caderno de pesquisa*, n. 08. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- _____. “As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino americanas”. In: *Revista USP*, n. 117, 1993.
- _____, RIESCO, M. “Estados de bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimento em gestação?”. In: *Revista Sociologias*, n. 27, mai/ago. 2011, p. 220-254.
- DUDA, E. *A constituição da subjetividade da população periférica*. Disponível em: <<http://www.alampymebr.org.br/A-constituicao-da-subjetividade-da>>. Acesso em 23/04/2017 Acesso em: 23 abr. 2017.
- ESPING-ANDERSEN, G. “Astrêseconomias políticas do *welfare state*”. In: *Lua Nova*, n.24, São Paulo, set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006>. Acesso em: 02 abr. 17/10/20162020.
- FAGNANI, E. “A reforma tributária e o último suspiro da proteção social”. In: *Carta Capital*, 11 de out. 2017. Facebook. Acesso em: 13 out. /10/2017.

- _____. “A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica”. In: *Revista Ser Social*, v. 13, n. 28, jan/jun. 2011, pp. 41-80.
- _____. “Seguridade Social: a experiência brasileira e o debate internacional”. In: *Análises e Propostas*, n. 42, dez./ 2011, Fundação Friedrich Ebert.
- FERNANDES, A. E. S. M. *Cultura e Crise da Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 6 ed. São Paulo:, Cortez, 2011.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3 ed. – São Paulo/Rio de Janeiro:, Difel, 1979.
- FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1979.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 abril. de 202017.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO e FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (org). *Classes? Que Classes? Ciclo de debates sobre classes sociais*. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10597.pdf>> Acesso em 02/12/2013files/bueros/brasilien/10597.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.
- GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, F. G. “Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil”. In: *Revista de Administração Pública* [online], vol. 40, n.2, 2006, p.201-234. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034=76122006000200003-&scriptsci_abstract&tlng=pt>. 76122006000200003 Acesso em: 01 abr. 2020.05/10/2016.
- GUERRA, A. et al. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006.
- GUIMARÃES, S. P. “Os donos do poder: a macroestrutura”. In: *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p. 15-71.
- HOBBSAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOFLING, E. M. “Estado e Políticas (públicas) sociais”. In: *Caderno CEDES*, ano XXI, n. 55, Universidade Estadual de Campinas, nov./2001.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.
- KING, S. D. “O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas”. In: *Novos Estudos*, v. 3, ed. 22, out./1998, p. 53-76.
- LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- MAAR, W. L. “Luta de classes na socialização capitalista: Estado privatizado e construção privada da esfera pública”. In: *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo:, Boitempo, 2016, pp. 219-250.
- MARQUES, R. M.; MENDES, A. “O governo Lula e a contrarreforma previdenciária”. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n. 03, São Paulo, jul./set. 2004, p. 3-15. Versão on line ISSN 1806-9452
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- MEDEIROS, M. A. “A trajetória do *Welfare state* no Brasil: papel redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990”. In: *Texto para Discussão* n. 852, IPEA, Brasília, 2001.
- MORAES, R. “Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade”. In: *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 80, set. 2002, Campinas. ISSN 0101-7330 On Line version ISSN 1678-4626.
- _____; POCHMANN, M. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI: experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

- MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. Disponível em <https://journals.opendition.org/configuracoes/1324>.
- _____. “Seguridade Social Brasileira: histórico e tendências recentes”. In: *Serviço Social e Saúde*, 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.
- NAVARRO, V. “Produção e Estado de bem-estar. O contexto político das reformas”. In: *Lua Nova*, n. 28-29, São Paulo, abr. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100007>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NOZAKI, W. Ciclos econômicos e cultura política: a sociedade brasileira entre valores modernos e valores mercantis, 2017.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, C. P. *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. Brasília, 2013. Doutorado (tese), Universidade de Brasília. Orientadora: Prof^a Dra. Ivanete Salete Boschetti, Brasília, 2013.
- _____. *Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.
- PIKETTY, T. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRZEWORSKI, A.; WALLERSTEIN, M. “O capitalismo democrático na encruzilhada”. In: *Revista Novos Estudos*, v. 03, n. 22, out. 1988, p. 29-44. São Paulo: Cebrap, p. 29-44.
- RIBEIRO, C., SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados*, v. 44, n. 1, ISSN 0011-5258, 2001.
- SALATA, A. R. *A classe média brasileira: proteção social e identidade de classe*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. (e-book)
- _____. “Quem é a Classe Média no Brasil? Um estudo sobre identifica-

- de de classe”. In: *Dados*, vol.58, n.1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/00115258201540>>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- SANTANA, L.; SERRANO, A.; PEREIRA, N. “Seguridade Social pós Constituição Federal de 1988: avanços e desafios para implementação da política”. In: *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Universidade Federal de São Luís do Maranhão, 20 a 23 de ago. 2013.
- SCALON, C.; SALATA, A. *Uma nova classe média no Brasil da última década?* Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a09v27n2.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- SCALON, C.; SANTOS, A. F. “Desigualdades, classes e estratificação social”. In: *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p.79-105.
- SILVA, M. O. S. *Origem e desenvolvimento do welfare state*. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3709/1731>>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”. In: *Novos Estudos*, n. 85, nov./ 2009, São Paulo: Cebrap, p. 83-102.
- _____. “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista”. In: *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo; Boitempo, 2016, p. 21-54.
- SINGER, P. *A formação da classe operária no Brasil*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1987.
- _____. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Vol. I, São Paulo: Círculo do Livro, 1996.
- SOUZA, J.; NOZAKI, W. *O Brasil não conhece o Brasil*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/04/20/o-brasil-nao-conhece-o-brasil/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- SOUZA, J. (org) *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SOUZA, Jessé et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

- _____. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SPOSATI, A. “Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 116, out/dez 2013. São Paulo: Cortez Editora, p. 652-674.
- _____. “Tendências latino- americanas da política social pública no século XXI”. In: *Revista Katálysis*, v. 14, n. 1, jan/jun. 2011, p. 104-115.
- _____. “Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes”. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 13-55.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TIBLE, J. “Una Nueva clase media em Brasil? El lulismo como fenómeno político-social”. In: *Nueva Sociedad*, n. 41. Enero-Febrero/2013. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/una-nueva-clase-media-en-brasil-el-lulismo-como-fenomeno-politico-social/>>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- WALLERSTEIN, E. “A reestruturação capitalista e o sistema mundial”. In: *Revista Perspectivas*, v. 20/21, São Paulo, 1997/1998, p. 249-267.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

A SENHA DO ANTITOTALITARISMO

Ivony Lessa

Memória do caso francês e investigações sobre
o processo de desconstrução do PT em análise
da *Folha de S.Paulo*

Introdução

O material constitutivo deste trabalho é a mídia. Sua argamassa, digamos. Não a mídia em sua constituição como indústria ou materialidade cambiante, mas como difusor privilegiado de determinadas palavras, que são acrescidas de determinadas conotações de naturezas distintas, e que são postas em circulação em determinados tempo e espaço.

Tendo partido de uma proposta circunscrita – sobretudo com relação à metodologia –, a saber, um estudo eminentemente linguístico das evoluções argumentativas no jornal *Folha de S.Paulo* com referência ao Partido dos Trabalhadores entre 1984 e 2016, o material que recolhi com esse objetivo terminou por me direcionar a outras análises. Honestamente, fui desviada por ramificações que ainda não pude fechar e que apresento nesta dissertação mais como linhas possíveis de trabalho do que com pretensões conclusivas.

De qualquer modo, estão anunciados os eixos primordiais do trabalho: discursividade (estudada no caso concreto do jornal *Folha de S.Paulo*) na construção e desconstrução do PT como objeto do discurso público.

Ao iniciar as buscas no acervo do jornal, no entanto, algumas referências se mostraram recorrentes demais para não serem tratadas em particular, especialmente porque remetiam a situações já experimentadas por outros partidos de esquerda e porque apontavam para estruturas que vieram a alterar e formular panoramas teóricos, acadêmicos e políticos na contemporaneidade após a queda do chamado socialismo real.

Democracia.

Um conceito quase vazio, muitas vezes definido, como a divindade, no terreno da ontologia negativa.

As controvérsias de construção do objeto linguístico “PT” giraram muitas vezes em torno desse substantivo abstrato, menos por práticas do partido que pelo *esprit du temps* e os combates ideológicos que se travaram

em âmbito planetário durante o período de existência da sigla. Nesse sentido, evidentemente, o partido em sua materialidade também representou uma expressão e um vetor nesse combate, ainda que de forma um tanto quanto errática.

Conversaremos brevemente, mais adiante, sobre o problema teórico da democracia, mas para prosseguir com a introdução do trabalho, concedamos que o conceito foi reconstruído ao longo do século XX à sombra de acontecimentos que foram singularizados teoricamente com sucesso estuando como “totalitarismos”.

Totalitarismo é a não-democracia, equivale a afirmar: o som é o não-silêncio. Digo, tornou-se no senso comum uma evidência com peso de concretude, ainda que ambos os conceitos sejam de complexíssima definição. Nesse buraco negro cabem características, associações, práticas, não práticas e até partidos inteiros, segundo a conveniência do freguês.

Entre todas as vertentes críticas destiladas contra o Partido dos Trabalhadores ao longo dos seus 38 anos, o verdadeiro *coup de grâce* conceitual foi o antitotalitarismo, eis nossa hipótese. Se iniciamos o trabalho com a ideia de apreender os mecanismos retóricos de construção e desconstrução do PT, terminamos optando por ampliar a análise ao terreno da História das Ideias, sob o risco de turvar nosso objeto, mas com a ambição de alcançar uma abrangência sistêmica de maior utilidade para “Sua Excelência, o consumidor de dissertações”¹.

Assim, ela será dividida em duas partes: a primeira é uma sorte de estudo de caso e a segunda é a análise do corpus (peças publicadas na *Folha de S.Paulo*) com base nos pressupostos de construção de sentido apresentados na primeira parte.

A Parte 1 descreve o caminho filosófico de algumas chaves de leitura da realidade política, analisado com base no caso francês do pós-guerra e, particularmente, após maio de 1968. O foco é o antitotalitarismo. Apresentaremos também, naquele contexto, o desenvolvimento do que se conveio chamar “intelectual midiático” com ênfase para sua atuação política e o

1. O título do novo projeto editorial da *Folha de S.Paulo*, lançado em 2017 após 20 anos sem atualizações, é “Sua excelência, o consumidor de notícias”. Nós dormimos com todo esse barulho.

fogo cerrado contra o Partido Comunista Francês. É a parte com ênfase na História das Ideias, elaborada em paralelo a exemplos concretos de atores ideológicos, sejam pessoas, movimentos ou fundações. Ela é essencial tanto para apresentar a profundidade da problemática de tradição eminentemente francesa em seu pesado lastro conceitual, quanto para delinear os tentáculos de elaboração de uma ideologia que se diz não-ideológica, que impregnou os futuros caminhos da própria esquerda, desarmada contra si mesma.

A Parte 2 tem por base o acervo da *Folha de S.Paulo* a partir dos anos 1980 e buscará elementos da construção da imagem do Partido dos Trabalhadores, com especial atenção àquelas chaves de leitura da realidade nas mudanças do tratamento do jornal ao partido ao longo das décadas. Para tal, procedemos pela busca de palavras e radicais em mesmo contexto que a palavra “PT” (“projeto de poder” e “totalit*”), além das expressões “imagem do PT” e a profética “tentação totalitária”. A evolução no uso desses termos é eloquente, e a identificação dos locutores das ideias associadas a eles também. Esperamos, nessa parte, comprovar conceitual e linguisticamente nossa hipótese, apontando formulações que possibilitaram aos críticos singularizar a atuação do Partido dos Trabalhadores.

Por último, propomos a você uma leitura ativa na construção de seus próprios paralelos durante a Parte 1. Seria, em medida infinitamente mais modesta, como um Velho Testamento, que só resplandece em sentido à luz da posterior Nova Aliança. Será o nosso caso, porque o objeto de facto desta dissertação são acontecimentos posteriores, ocorridos na vida política brasileira entre o final dos anos 1980 e 2016. Eles serão analisados na Parte 2, mas estão frescos na memória, o material é vasto e deve ecoar.

(Sim, interpretar situações de períodos anteriores sob o foco direto de qualquer evento contemporâneo, ou vice-versa, é extremamente complicado do ponto de vista epistemológico. Não estamos aqui para propor uma correlação imediata e nem a farsa depois da tragédia. Apenas um pouco de indulgência, oras. Com a finalidade de tornar sua leitura mais interessante e, talvez, até divertida.)

PARTE 1

A filosofia política tem uma conexão especial com a escrita. Aquele que se dedica a ela não pode ceder completamente à ilusão de se descolar do seu tempo, da sociedade em que vive, da situação que se cria para ele, dos acontecimentos que lhe atingem, do sentimento de um futuro que escapa ao conhecimento e que, ao mesmo tempo, estimula sua imaginação e lhe leva à consciência dos seus limites. Ele sabe, ao menos de maneira tácita, que sua obra cairá nas mãos de leitores afetados por suas observações, porque levantará questões que lhes concernem direta ou indiretamente, minando seus preconceitos. Ele não quer oferecer argumentos aos homens que considera adversários, imbecis ou devotos de uma doutrina, nem quer seduzir outros, ávidos por agarrar algumas de suas fórmulas e, sem compreendê-las, tornarem-se partidários, elegendo-lhe herói de uma causa. Portanto, escrever é, para ele em particular, um negócio arriscado que lhe oferece o recurso de um discurso singular, mobilizado pela exigência de desmontar as armadilhas da crença e de escapar das garras da ideologia, de ir sempre além do lugar em que esperam os movimentos contrários que decepcionam uma e outra vez as diversas frações de seu público. [...]

Ele não é, não tem como ser, controlador dos efeitos do seu discurso. Mas basta que esse discurso seja rigoroso para que, a uma certa distância, os leitores sejam capazes de escutá-lo e de acomodá-lo nos horizontes do seu tempo. Sua escrita, que carrega a marca da resolução de não se deixar engolir pelo oceano de opiniões, nem se deixar cegar sob o choque dos acontecimentos, coloca seus leitores em movimento – ainda que estes ignorem os detalhes das controvérsias que tanto lhe preocupavam. Uma escrita, portanto, muito bem amarrada, não tanto por obedecer ao imperativo da coerência, mas porque ela se dedica a evitar os lugares em que cada um se fixou para abrigar suas certezas.²

O texto que abre esta dissertação é de Claude Lefort, escrito na aurora dos tempos do fim da História³, 1992. Em publicação de 2011,

2. C. Lefort, *Écrire à l'épreuve du politique*, p. 11-12 (tradução livre).

3. Teoria de base hegeliana ressignificada por Francis Fukuyama à queda dos regi-

o pensamento de Lefort era apresentado por Pierre Rosanvallon⁴ da seguinte maneira:

Para muitos filósofos da sua geração, a crítica do capitalismo era o único horizonte a organizar a visão de mundo. Embora se reconhecesse no âmbito da crítica marxista, Claude Lefort sempre pensou que a emancipação não deveria limitar-se apenas à crítica do capitalismo, à crítica da exploração, e que reflexões sobre a instituição dos indivíduos, sobre a constituição da sua dignidade, sobre as figuras de estabelecimento do coletivo que também deviam ser pensadas de maneira autônoma. Tratava-se, então, de inscrever a questão da emancipação em uma perspectiva antropológica da autonomia bem como em uma perspectiva política da invenção democrática.

Não discutamos se há acordo ou desacordo quanto a essa descrição da obra de Lefort, que é vasta e tem miríades⁵. Ao longo destas páginas, diferentes locutores se expressarão sem maiores compromissos de comentários (diretos) por parte da autora. Uma ideia que permeia os estudos sobre semântica pelo menos desde Santo Agostinho e vem sendo desenvolvida por distintas vertentes da análise do discurso contemporânea é que qualquer opinião de qualquer locutor sobre qualquer assunto é muito mais reveladora quanto ao pensamento do locutor em questão do que quanto ao assunto em si – ou seja, ao referente⁶. Neste caso, Rosanvallon, ainda que fale de Lefort, fala sempre muito mais sobre Rosanvallon e sobre as ideias apropriadas por Rosanvallon em seu discurso.

mes soviéticos, primeiro em artigo de 1989 e desenvolvida em livro de 1992, para quem o advento da democracia liberal “ocidental” seria o ponto final da evolução sociocultural humana e sua forma final de governo.

4. Falaremos bastante de P. Rosanvallon ao longo deste trabalho. Ninguém perde por esperar. Dialogue entre Claude Lefort et al., “À l’épreuve du politique. Dialogue entre Claude Lefort et Pierre Rosanvallon”, p. 17-31.
5. A propósito da trajetória teórica de C. Lefort, vide I. Garo, “Entre démocratie sauvage et barbarie marchande. À propos de Le Temps présent, Écrits 1945-2005 de Claude Lefort”.
6. “Eu, na verdade, pela admoestação das tuas palavras aprendi que estas não servem senão para estimular o homem a aprender, e que é já grande coisa se, através das palavras, transparece um pouquinho do pensamento de quem fala. Se, depois, foi dita a verdade, isto no-lo pode ensinar somente Aquele que falando por fora, avisa que habita dentro de nós. (S. Agostinho, De magistro)

Na mesma prosa, porém, Lefort apresenta seu itinerário de maneira bastante eloquente para a reflexão que proporemos em seguida. Destacaremos em negrito algumas palavras e expressões que merecem atenção especial:

Cedo na minha juventude, eu era marxista. Descobri Marx quando tinha 18 anos. **A luta de classes, o proletariado, fiquei deslumbrado, durou um certo tempo.** Mas me envolvi em um **grupo de extrema esquerda**, isto é, **trotskista**. Foi a partir daí que, radicalmente anticomunista, questionei com ardor a natureza desse **novo regime** que era o **totalitarismo**. Escrevi um livro em **1981** intitulado ***A Invenção Democrática***. Como que por casualidade, nesse livro, que é uma coletânea de ensaios, **há apenas um sobre democracia e todos os outros sobre totalitarismo**. Porque para mim, um jovem marxista se desligando do PC, o totalitarismo era o enigma. Compreendi que esse regime não era, como pensavam os trotskistas, um estado operário degenerado. Eu não era completamente estúpido e considerei que a atividade dos trotskistas era, em suma, marxista demais. Era também a defesa incondicional da União Soviética – incondicional porque, para os trotskistas, era necessário distinguir as boas estruturas (abolição do capitalismo, abolição da propriedade) de uma superestrutura ruim (Stalin e o Partido Comunista). Fui esperto o suficiente para compreender com rapidez que isso era um absurdo. Depois, me encontrei com Castoriadis que, como eu, era absolutamente crítico da União Soviética e aceitou a ideia de que a União Soviética era o capitalismo de estado. **Ainda estamos na análise marxista – o capitalismo era o inimigo, mas os meios de produção haviam sido monopolizados pelo estado.** Demorei algum tempo, mas não muito, para ver que isso também era absurdo, que não era possível reduzir o sistema de poder na URSS a um capitalismo de estado. **Na verdade, a grande novidade era a capacidade do poder, através de um partido único, que era onipresente.** Digo partido único, mas era muito mais que partido único, era um partido que tinha tentáculos em todo o corpo social. Sabemos o quão importante foi Stalin como um indivíduo. Mas esse poder, ao mesmo tempo, vinha de todos os canais da sociedade.

Em 1948, **Kravchenko** publica ***Eu escolhi a liberdade***, que imediatamente despertou a indignação da grande maioria

da esquerda, incluindo a esquerda intelectual, incluindo pessoas muito próximas a mim. Merleau-Ponty me permitiu escrever em *Les Temps modernes*, em 1948, um artigo em que eu digo que o livro de Kravchenko é uma **revelação extraordinária**, mas seguido de uma nota dizendo que se tratava da opinião pessoal de Claude Lefort. Eu aconselho a lê-lo novamente agora, porque não é uma crítica teórica do regime soviético, é sua história - a história do filho de um trabalhador talentoso que, subindo na hierarquia social, se torna engenheiro e vive num mundo de delação. O partido está em todo lugar, a espionagem, em todo lugar, sem falar no que sabíamos ou o no que podemos conhecer ainda sobre as grandes purgas de 1930, quando o campesinato foi exterminado às centenas de milhares. **O terror vermelho foi uma coisa incomum; hoje há literatura abundante sobre o tema.** O que eu quero explicar é que o partido não é apenas um partido que dá ordens de execução de cima - milhões de pessoas foram executadas. Mas também é uma sociedade podre onde, porque uma pessoa te odeia, outra tem **inveja**, há o risco de você ser repentinamente considerado um anticomunista, um inimigo do povo. Você sabe que os campos de concentração na União Soviética foram povoados por milhões de homens; muitos deles apenas por dizer palavras que não deveriam ser ditas. Deve-se lembrar que, em grande maioria, essas pessoas eram pura e simplesmente inocentes.

[...] Ler **Solzhenitsyn me fascinou e não tive a menor dúvida quanto à veracidade da sua história.** Novamente, é muito diferente de Kravchenko, que era um oficial soviético. **Solzhenitsyn esteve em um campo de concentração. Seu testemunho era indiscutível.** Ainda assim, em 1973, boa parte da esquerda considera Solzhenitsyn como um homem religioso, conservador e ainda por cima idealista. A resistência a Solzhenitsyn naquela época é muito estranha.

Foi o momento em que o Partido Socialista se aliou ao Partido Comunista. Os socialistas nunca entenderam os comunistas. **Eles eram antissoviéticos, mas foram traídos pelos comunistas em 1936**, quando houve uma enorme onda igualitarista entre a população. Eles não aprenderam nada da Frente Popular e do que se seguiu. **Mitterrand** ainda encontrou uma maneira de se aliar aos comunistas, ele **não entendeu o que era a URSS.**

Sobre a democracia e os fenômenos contemporâneos, lemos o seguinte diálogo:

LEFORT - [...] Redescobrir a democracia, para mim, não significa de modo algum minimizar as desigualdades, idealizar a **democracia**. É **tomar consciência** de que estamos em uma sociedade onde **temos oportunidades de desenvolvimento, em que há uma mobilidade social que permanece, apesar do desemprego**. Devemos ver a democracia como um ambiente de conflitos, onde é preciso saber contestar. Mas, quaisquer que sejam as críticas, não podemos nos distanciar deste regime e torná-lo mais um entre outros. **Ou teremos sucesso em transformar a democracia por dentro, com o poder da mobilização espontânea, ou ela desaparecerá**. O fato é que **há o temor de que, com o tempo, já não haja mais conflitos sociais importantes; porque a polarização da sociedade era importante para a sua vitalidade**.

Agora, a sociedade industrial se transformou, **o capitalismo continua existindo, mas não há mais, por assim dizer, algo que possa ser circunscrito como “agentes malignos da desigualdade”**, as coisas são muito mais complicadas.

ROSANVALLON - Eles não são personalizáveis da mesma maneira. Houve muita discussão ultimamente sobre todos os mecanismos de desenvolvimento da **economia financeira**. **Não se trata apenas de um grupo social, é um mecanismo de abstração** que produz as dramáticas desigualdades que conhecemos. **O modo de produção das desigualdades mudou de natureza, e o sentimento de opressão ou de exploração também mudou na natureza**, porque hoje se expressa cada vez mais, de acordo com o que vemos na França, em muitos lugares, em comunidades em dificuldades, em momentos muito particulares. Também **é experimentado nas trajetórias compartilhadas muito mais do que em um pertencimento geral, rotineiro e cotidiano a algo que chamaríamos classe trabalhadora**. Esse sentimento está **encarnado em momentos, em experiências, em trajetórias, em semelhanças de histórias, em solidariedades**. Portanto, possui rostos e formas muito diferentes.

LEFORT – Isso é, de certa forma, muito positivo. Mas, em outro sentido, **teme-se uma certa desmobilização social, causada**

em parte pela erosão das oposições. Podemos temer um poder que faz com que a sociedade adormeça, um poder que não consulta e que a reforma em distintos aspectos, seja educação, judiciário, sem qualquer mobilização das partes interessadas. Pode-se temer uma sociedade que se permita modelar por uma autoridade, coisa que antes era impensável.

ROSANVALLON - Mas nós, produtores de ideias, nós intelectuais, não temos alguma responsabilidade nisso? Precisamos tornar esses problemas e mecanismos mais visíveis, mais sensíveis, porque os fenômenos de passividade podem ser explicados em parte pelo sentimento de não ter mais controle sobre a realidade, um sentimento de opacidade, um sentimento de não entender, uma sensação de desencanto com o mundo.

Gostaria de terminar com uma última pergunta.⁷

A entrevista que reproduzimos parcialmente acima foi gravada por Stéphanie Mimouni em maio de 2009 no fórum “Réinventer la démocratie”, em Grenoble, e publicada em 2011, um ano após a morte de Claude Lefort, aos 86 anos. É uma de suas últimas entrevistas.

Isabelle Garo, filósofa marxista, inscreve Lefort desde o fim dos anos 1950 – ou seja, precocemente –, no âmbito de uma intelectualidade engajada no projeto de forjar uma definição conjunta da democracia e do totalitarismo, que deveria substituir qualquer outra leitura política – especialmente a crítica do capitalismo e a perspectiva socialista ou comunista da sua superação⁸. Corroborando essa opinião, o comentário do próprio Lefort sobre *A Invenção Democrática*: todos os artigos compilados, à exceção de um, falavam sobre totalitarismo. Com efeito, para Lefort, a indeterminação radical seria marca da sociedade democrática, que segue em busca permanente de seus próprios fundamentos – enquanto o totalitarismo, ele sim, pode ser milimetricamente teorizado.

Nessa entrevista, no entanto, vislumbramos opiniões mais elaboradas em seu crepúsculo. Lefort via na dinâmica selvagem do capitalismo o risco

7. A pergunta derradeira versava, festivamente, sobre Maio de 68.

8. Vide nota 4.

de um economismo sem política, a perda de vitalidade social pela falta de uma polarização clara e, com isso, “o risco de uma sociedade que se permita modelar por uma autoridade”. A essas coisas não se dá muito nome, estariam no escopo da indefinição democrática que Rosanvallon pincela, em autocrítica pouco convincente, antes da pressa em encerrar o assunto.

*“Ele não é,
não tem como ser,
controlador dos efeitos do seu discurso.”*

Um mecanismo argumentativo que vimos observando na opinião publicada brasileira para dar conta desse mal-estar inominado da democracia é precisamente dar-lhe o nome daquele fenômeno epistemologicamente mais familiar: totalitarismo. Ou alguma variante – Estado? -, que perde qualquer possível rigor teórico. Aquilo que foi teoricamente constituído como um contrário – ainda que nebuloso – do totalitarismo, vai tomando feições precisamente totalitárias. Finalmente, o que existe fora do totalitarismo além do liberalismo?

Luiz Felipe Pondé, que figura nas fileiras de *alumni* de Paris VIII, vem insistindo nos espaços que lhe são abertos que “erra quem ainda associa o fenômeno totalitário às formas clássicas do fascismo do século XX”. Ele propõe uma outra ideia e a desenvolve, assim, com a profundidade que meia lauda lhe proporciona e que parece ideal: “o novo totalitarismo está associado à inflação da ideia de ‘bem público’”⁹.

A “inflação da ideia de bem público” é fenômeno magnificado de uma questão ontológica. “A essência do totalitarismo não é apenas governos fortes no estilo do fascismo e comunismo clássicos do século XX”, insiste Pondé, truncado como sói e como lhe serve. “Chama minha atenção um dado essencial do totalitarismo, quase sempre esquecido, e que também era presente nos totalitarismos do século XX. (...) Toda vez que alguém quiser fazer um ser humano melhor, associando ciência (o ideal da verdade), educação (o ideal de homem) e política (o ideal de mundo), estamos diante da essência do totalitarismo”. O arremate é “o que move uma perso-

9. L. P. Pondé, “A gula republicana”, *Folha de S.Paulo*, 2/8/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0208201018.htm>>.

nalidade totalitária é a certeza de que ela está fazendo o ‘bem para todos’, não é a vontade de destruir grupos diferentes do dela.”¹⁰

Res publica e bem comum são noções risivelmente ultrapassadas, vemos. Interesse geral também vai para escanteio. A democracia neoliberal não promete nada quanto à eventualidade de um mundo melhor ou mais justo, e essa é precisamente uma das suas virtudes. Um pensamento que, levado às últimas consequências, coloca em xeque qualquer definição possível de Estado¹¹.

A “personalidade” totalitária traz também o conceito de totalitarismo à célula ideal do neoliberalismo, o indivíduo, de onde partem suas análises.

Comentaremos a seguir um artigo espantoso do filósofo, publicado na *Folha de S.Paulo* em 20/08/2012¹², que desenvolve um raciocínio tortuosíssimo sobre o tema da democracia versus fascismo. É difícil delinear o plano argumentativo do artigo em questão, mas identifica-se a questão do “Bem” como antivirtude totalitarista, com exemplos de como ele se insinua perniciosamente na administração da coisa pública para minar a democracia ‘verdadeira’ – aquela que essencialmente preserva os direitos individuais. O tema da corrupção petista aparece como *leitmotiv* com a função de cimentar o complicado edifício retórico, que se ampara nesta evidência social total para conferir sentido ao todo e para justificar sua própria existência enquanto peça publicada na *Folha*,

10. Idem. “A Tentação Totalitária”, *Folha de S.Paulo*, 18/7/2011. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1807201116.htm>>.

11. Como possível referência filosófica, lembremos Friedrich Nietzsche teorizando que o igualitarismo democrático seria o coroamento desastroso da supremacia dada à ideia de bem comum em termos de determinação moral. A pretensão igualitarista só chegaria a se realizar a partir de um crescimento monstruoso do poder do Estado, o “novo ídolo” ou “o mais frio de todos os monstros frios”. É claro que os encadeamentos políticos desse raciocínio são menos publicáveis *in natura*: “uma aristocracia saudável (...) deverá tomar para si a tarefa de sacrificar, sem peso na consciência, uma multidão de seres humanos que ela reduzirá e rebaixará, por seu interesse, ao estado de homens diminuídos, de escravos, de instrumentos”. M. Nodé-Langlois, “La politique Lidée de bien commun”, 2013. Disponível em: <http://www.philopsis.fr/IMG/pdf_politique_bien_commun_node-langlois.pdf>.

12. Idem. “Basta”, *Folha de S.Paulo*, 20/8/2012, reproduzido integralmente no Anexo 1. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/61753-basta.shtml>>.

de certa maneira. Como veremos, a discussão proposta pelo autor não se realiza. Ela nasce, repousa e se consuma na suposta intenção de um partido, que é roubar e controlar, e roubar e controlar para continuar roubando e controlando. O conceito proposto para isso é o de corrupção ideologicamente justificada.

A distinção é importante porque a corrupção petista é uma corrupção diferente de todas as outras. Sendo “ideologicamente justificada”, é índice de totalitarismo. Em sua linha *enfant terrible* da incorreção política, em outro artigo (“O que é uma vida decente?”, de 22/10/2012¹³), Pondé afirma que “quase ninguém quer ter um pai ou marido pobre, e sim prefere um pai ou marido corrupto, mas que dê boas condições de vida. Esta é a verdade que não se fala”. Dentro da lógica de Pondé, essa pessoa que quer “boas condições de vida” para si, que não pensa no bem coletivo, que não quer criar um ser humano melhor, é o cidadão ideal antitotalitário.

Vamos direto à análise, com formato silogístico e recursos gráficos:

1.

Fascismo é controle da vida dos outros.

Exigência de receita médica para compra de medicamentos tarja vermelha é controle da vida dos outros

Logo, exigência de receita médica para compra de medicamentos tarja vermelha é **fascismo**¹⁴.

[Praga contemporânea número 1]

Intermissão “esperta” – vincula masturbação, recusa de ideologia, niilismo, saúde pública, taras sexuais, coisas (no caso, Freud) “na veia”. O autor se dispensa ostensivamente de comentar possíveis fundamentos médicos e científicos que amparem a decisão da Anvisa. A Anvisa não é um sujeito válido de interlocução – ela é previamente definida como agência fascista porque controladora e vinculada ao governo-partido.

[Praga contemporânea número 2]

Universidades federais são financiadas com o dinheiro dos contribuintes.

13. L. F. Pondé, “O que é uma vida decente”, *Folha de S.Paulo*, 22/10/2012.

14. *cum hoc ergo propter hoc*.

Universidades federais têm cotas de 50% das vagas para índios, negros e pobres.

O dinheiro dos contribuintes financia as cotas de 50% das vagas para índios, negros e pobres: O dinheiro dos contribuintes é roubado.

2.

Lei de cotas responde a um conceito de **justiça social**.

Contribuintes não podem se defender da lei de cotas, que lhe bate a carteira (vide praga contemporânea 2).

Contribuintes não podem se defender do conceito de **justiça social**, que lhe bate a carteira.

“ter a carteira batida” → “não poder se defender de” → *Ditadura “light”*

Ditadura “light”: = **Justiça Social**: = **Fascismo**

Intermissão erudita de demonstração de arcabouço compartilhado com o leitor alvo: Aldous Huxley, George Orwell, Ayn Rand, “os professores não ensinam nas escolas que..”, vulgo *piscadela*.

Reforço de autoridade para o argumento de que **o Fascismo não morreu**.

Definição de **Fascismo** como **característica de um agente**: tecnocratas e políticos (“que querem governar a vida”, “que pensam que somos idiotas incapazes de decidir”, “que usam nosso dinheiro para esconder suas incompetências e sustentar suas ideologias ‘do bem’”).

Retorno aos exemplos com exposição do argumento – Fascismo como marca de um agente, que sofre catilinária.

Governo brasileiro *flerta*¹⁵ com o fascismo.

Governo brasileiro engana as pessoas com temas da “igualdade” e “saúde pública”.

Governo brasileiro maquia sua incompetência *imoral* em retribuir à sociedade o que arrecada *monstruosamente* em impostos.

Governo brasileiro é sócio parasita de todo mundo que trabalha.

15. Ele *flerta* porque tem em seus componentes (políticos, tecnocratas) a marca fascista, mas o próprio governo não configura fascismo, que parece estar pulverizado em ‘aspectos’.

Argumento:

- Dinheiro público não é usado pelo governo na educação básica

[porque]

- Dinheiro público é usado pelo governo em ‘aventuras’ como o Mensalão.

- Dinheiro público é pouco ou nada usado em medidas como cotas, controle da Anvisa e proibição de publicidade para crianças: não disputam dinheiro com a corrupção *[ideologicamente justificada inventada pelo PT – primeira menção ao PT no artigo]*

Medidas como cotas, controle da Anvisa e proibição de publicidade para crianças têm forte apelo publicitário: Bem comum, justiça social

Salto lógico mortal triplo carpado:

PT [não mais ‘governo brasileiro’] **diz** que “é do Bem” [porque efetua medidas visando à justiça social] e por isso pode roubar [usar o dinheiro público em aventuras como o Mensalão], configurando a **corrupção ideologicamente justificada**.

Professores e funcionários das universidades federais concordam porque **também** são **fascistas**.

[Praga contemporânea número 3]

Argumentação com base na doxa – “Todo mundo sabe que...”

- só a família e a escola podem educar crianças;

- é difícil educar, ocupar e conviver dizendo “não” para as crianças;

- mãe só e/ou ausente leva crianças a comerem mais porcaria;

- vazio familiar faz com que escola pública seja mais necessária.

No entanto, escola pública atrapalha a corrupção porque gasta o dinheiro da “mesada do bem” [proibir a publicidade infantil é mais barato]

PT cospe na cara da família como instituição, estimula as mulheres a pensarem só em si mesmas e acusa a família de ser autoritária. PT não dá dinheiro suficiente para a educação pública porque usa o dinheiro em aventuras como o Mensalão.

[Na lógica da doxa, as afirmações sobre o PT como inimigo da família brasileira e desvirtuador do feminino também aparecem como um suposto perfeitamente compartilhado, dispensando maiores caracteres]

— Não se discute a possível eficácia da proibição da publicidade infantil, não se discute se o orçamento da educação pública diminuiu, não se discute a esfera de poder mais diretamente responsável pela educação básica (municipal). Enfim, não se discute.

O mundo descrito pelo autor seria mais ou menos assim: um governo onipotente é plenamente identificado a um partido que tem a intenção primária de roubar e controlar; para tal, lança mão de artimanhas. O orçamento do governo é “um bolo”, e o partido deve surrupiar o maior pedaço. Ele retira para si parte do pedaço que seria usado para serviços fundamentais e inventa medidas que caibam no orçamento estropiado. Elas devem, além disso, cumprir plenamente suas duas intenções primárias, seja no divertimento de publicizar sua “bondade” para com o povo – que é um disfarce para o controle (proibição de automedicação, populismo universitário, censura da livre criatividade publicitária na venda de açúcar para crianças) –, seja no roubo (o roubo mesmo e o desvio do dinheiro do contribuinte a serviços que ele não poderá utilizar). Esse disfarce de intenções (“diga uma mentira mil vezes...”) aliado ao roubo (que lhe permite a manutenção do poder) e ao controle social configuram o fascismo. A aparente bondade do partido, que é o governo, faz com que boa parte da *intelligentsia* nacional faça vista grossa à corrupção – que ocorre para que a “justiça social”, vulgo fascismo, continue em vigor. A corrupção ideologicamente justificada.

Em suma, os únicos sujeitos do texto são o PT e o governo, construído à sua imagem e semelhança. São os únicos sujeitos passíveis de gerar o Mal por sua ação. Nenhum outro sujeito oculto no texto – como a indústria farmacêutica, a indústria de alimentos ultraprocessados, a indústria do marketing, as “famílias que largam as crianças” – têm a capacidade de gerar o Mal. Essas coisas todas são naturalizadas, existem no mundo com suas naturezas próprias, *boys will be boys* (garotos serão garotos).

O único momento em que a ação do Estado é preferível à sua inação é naquele argumento que elogia a família tradicional brasileira e critica as mulheres “que só pensam em si mesmas”. MAIS EDUCAÇÃO, já líamos em alguns cartazes.

Para quem fala o autor? Quando diz que a lei de cotas rouba nosso dinheiro, ele define seu leitor como branco e não pobre. Quando diz que

alguém estimula as mulheres a pensarem só em si mesmas, ele define seu interlocutor como homem – de maneira um pouco menos marcada. Esse direcionamento do público se trata de ranço conservador involuntário, esforço de identificação ao público alvo ou caprichado propósito diversionista?

Luiz Felipe Pondé é professor universitário e colunista do jornal de maior circulação em solo nacional.

Antitotalitarismo na França

O dito Giro Antitotalitário, de fortíssima expressão no panorama intelectual francês a partir de meados dos anos 1970 funcionou como um gatilho na direitização da *intelligentsia*, segundo o especialista em Revolução Francesa Claude Mazauric em sua resenha ao livro *Os intelectuais contra a esquerda: a ideologia antitotitarária na França*¹⁶, do historiador estadunidense Michael-Scott Christofferson. “Entre 1968 e 1981, essa *intelligentsia* ruidosa reuniu um arsenal ideológico usando materiais argumentativos à esquerda e à direita, preparando a derrota dos ideais teóricos fundadores da esquerda e do socialismo”¹⁷, avalia Mazauric.

Esse fenômeno, no entanto, nunca se restringiu ao ambiente acadêmico, marcando antes de tudo uma inflexão na relação entre intelectuais, partidos políticos e mídia de massas. Conforme descrição de Christofferson¹⁸, que será fonte prioritária na reflexão deste capítulo, já não eram intelectuais gestando novas maneiras de analisar a realidade, mas soldados ideológicos instrumentalizando uma fórmula requentada que se comprovara politicamente eficaz havia cerca de 30 anos. Tampouco combatiam um partido comunista revolucionário, mas partidos de inclinação prática trabalhista que atuavam essencialmente por meio da conciliação.

À época da Segunda Guerra Mundial, o Totalitarismo foi estudado como fenômeno sociopolítico descolado ideia de Revolução¹⁹, até porque a

16. M. Christofferson, *Les intellectuels contre la gauche : L'idéologie antitotalitaire en France* (1968-1981).

17. C. Mazauric, *Aux sources de la droitisation de l'intelligentsia française*.

18. Op. Cit. 1

19. Sempre mencionaremos “revolução” como conceito marxista.

presença viva do nazismo em seu caráter fortemente contrarrevolucionário não permitiria essa associação inequívoca. Ao contrário, a queda do nazismo legitimou a tradição revolucionária em seu conjunto²⁰.

Segundo o filósofo italiano Domenico Losurdo, essa interpretação favorável resistiu alguns anos durante a Guerra Fria, mas viria a ser posta em xeque no amplo processo do revisionismo histórico. Este, ao eleger a ideologia como eixo central das análises, minimiza contradições objetivas, circunstâncias históricas e conflitos entre diferentes classes sociais, já que o foco argumentativo se dirige ao combate entre o são, o normal e o natural, de um lado, e o louco, o doente e o colérico, de outro lado. A relação entre o nazismo, o stalinismo e o dito liberalismo ocidental oscilou fortemente quanto a esses novos termos de análise, e as decorrentes oposições ou identificações influenciariam todo um pensamento das décadas que se seguiram.

A teoria crítica, que denunciava o totalitarismo em uma linha marxista desde seu início na década de 1930, iniciava em 1970 um segundo período. Um de seus fundadores, Max Horkheimer, deu naquele ano uma entrevista considerada histórica à revista *Der Spiegel*, cuja manchete foi “O que chamamos ‘sentido’ vai desaparecer”²¹:

HORKHEIMER: Devo admitir que não tenho uma previsão determinada para os próximos anos. Muito provavelmente, a história da Alemanha seguirá seu curso de acordo com a mesma lógica que hoje é imanente ao desenvolvimento dos Estados por toda parte.

SPIEGEL: E o que essa lógica indica?

H: Que os Estados, incluindo a República Federativa, serão totalmente administrados por dentro. Não estou dizendo que serão administrados de modo totalitário, ou seja, pelo terror.

20. D. Losurdo, *Le révisionnisme en histoire. Problèmes et mythes*.

21. “Was wir ‘Sinn’ nennen, wird verschwinden”, entrevista com Max Horkheimer, *Der Spiegel*, 5/1/1970. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-45226214.html>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

A entrevista termina da seguinte maneira, após uma discussão sobre o desaparecimento na noção do transcendente:

S: Mas também pode ser que as pessoas – se suas necessidades materiais, inclusive sexuais, forem completamente satisfeitas – recorram aos jogos.

H: Sim, até os animais fazem isso. Posso bem imaginar que continue com humanos.”

S: Como essa perspectiva se relaciona à utopia de Karl Marx?

H: Marx propunha que a sociedade correta surgiria quando os meios de produção estivessem completamente desenvolvidos. Nesse momento, ou seja, quando todos os produtos necessários para a satisfação das necessidades puderem ser produzidos, a dominação seria obsoleta, já não haveria classes dominantes ou dominadas, seja por revolução ou por força da necessidade imanente.

S: Mas você não acredita que isso levaria à verdadeira e justa sociedade?

H: Não mais. (...) Porque eu percebi que o Nacional Socialismo também podia ser derrotado de outra maneira [que não a revolucionária], efetivamente, pela guerra. Enquanto isso, o reino de terror de Stálin se tornou um símbolo do fato que a revolução também pode levar ao terror. (...) Apesar de toda dialética histórica, me parece, quanto mais penso nisso, que o Liberalismo cumpre um propósito extremamente importante. A ideia de que a abolição da competição social levaria à liberdade do homem me parece um equívoco otimista. Marx não tratou do fato que justiça e liberdade são conceitos dialéticos. Quanto mais justiça, menos liberdade; quanto mais liberdade, menos justiça. **Liberdade, igualdade, fraternidade** – maravilhoso! Mas se você quer igualdade, deve restringir a liberdade, e se quer permitir que as pessoas sejam livres, não há igualdade.

Outro exemplo da mudança de ventos no espírito do tempo: se em *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt reforçava o aspecto anti-iluminista e contrário à Revolução Francesa constituinte do nazismo e distinguia a ditadura revolucionária de Lênin da URSS totalitária – evolução que teria ocorrido sobretudo devido à guerra civil e não a uma lógica inexorável do bolchevismo –, em *Sobre a Revolução* (1963), a autora condena a Revolução Francesa como gênese da Revolução de Outubro e explica que a liberdade é mais bem conservada onde não há revolução. O momento da ampla coalizão antifascista era passado e a revolução vai desenvolvendo aura de modelo político degenerado.

Pouco mais de uma década depois, o historiador revisionista francês François Furet completará a volta da maneira mais acabada, localizando a problemática em solo nacional e contemporâneo. Em *Penser La Révolution Française* (1978), ele enraíza as origens do totalitarismo na Revolução Fran-

cesa do período jacobino e explica assim a atração francesa pelo comunismo no século XX. Ali, ele afirmaria que “a Revolução Francesa acabou”, sentenciando a morte da sua cultura revolucionária para ser coroado pela mídia como rei do bicentenário de 1989.

Na França, após a Revolução Húngara de 1956 e a Guerra da Argélia (1954-1962), Maio de 1968 acirrou ainda mais as críticas de intelectuais contra o leninismo e as políticas estatizantes defendidas pela esquerda institucional.

Os protestos daquele mês se iniciaram com manifestações estudantis, às quais se somaram sindicatos e partidos de esquerda, vindo a promover uma gigantesca greve geral, com cerca de nove milhões de aderentes. As manifestações foram desmobilizadas com promessas de aumentos salariais e convocações de eleições pelo General de Gaulle, ocupante do poder já havia dez anos. Nas eleições de junho daquele ano, os gaullistes conquistaram maioria absoluta na assembleia, uma composição nunca antes sucedida.

O fracasso político imediato não resume Maio de 1968 e nem uma listagem exaustiva das correntes, organizações e movimentos participantes contemplaria a complexidade daquele momento que não pretendemos abordar centralmente²². Traduziremos apenas, a título de ilustração, alguns contextos enunciativos produzidos por ativistas da época²³:

Os que falam de revolução e de luta de classes sem se referir explicitamente à vida cotidiana, sem compreender o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa aos limites, esses têm um cadáver na boca.²⁴

22. Sugerimos os seguintes estudos acerca das tendências políticas atuantes naquele momento:

C. Anglada, *De la révolution prolétarienne aux révoltes démocratiques (1966-1974): une étude de la mouvance maoïste française*.

J. Salles, *La Ligue communiste révolutionnaire (1968-1981): Instrument du Grand Soir ou lieu d'apprentissage?*

C. Guérin, *Anarchisme français de 1950 à 1970, Mémoire de Maîtrise: Histoire contemporaine*.

M. Padis, 1968, *au-delà des générations*.

23 Lista de fontes sobre Maio de 1968 no site da Bibliothèque de Sciences Po Lyon: <<http://doc.sciencespo-lyon.fr/Ressources/Documents/DocEnLigne/mai68.php>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

24. R. Vaneigem, *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*. Vaneigem foi membro

COMERCIANTE GAULLISTA: Estudantes e operários têm os mesmos interesses: a gente estuda pra não ser operário. (Vaias)

RESPOSTA DE UM ESTUDANTE: Não é essa a questão, a questão é que o operário possa estudar.. (Muitos aplausos)

OPERÁRIO: O burguês não é um operário que deu certo: é antes de tudo um estado de espírito. O problema é mudar as estruturas profundas, ser uma pessoa pensante. Na sociedade americana, o operário tem muito conforto, mas ele não pensa. Eu quero poder sustentar minha família trabalhando normalmente e tendo tempo de vida no sentido amplo do termo, quer dizer, com tempo também para pensar... (Aplausos)

GARÇOM DE CAFÉ: Eu ganho 1.400 francos por mês. Tenho dois filhos, saio de casa às 8h e volto às dez da noite. Vejo meus filhos uma vez por semana. Bom, acho que estou pagando muito caro para viver! (Ovação)

VENDEDOR DE LOJA: A alienação das pessoas é planejada metodicamente pelo governo, por exemplo, na televisão. Um mundo capitalista não pode aceitar a crítica porque se autodestruiria...

COMERCIANTE GAULLISTA: Mentira! A prova é que você pode falar aqui no Odéon!

VENDEDOR DE LOJA: Agora, porque o poder está muito ocupado com as greves. Assim que o trabalho voltar, você vai ver como ele envia a tropa de choque.

MÉDICO MARXISTA: O Partido Comunista representa a única força verdadeiramente revolucionária. O movimento de vocês leva diretamente ao fascismo. (assovios) Vocês estão criando o neocapitalismo, porque ao negar tudo, vocês não negam nada. Os ideais de vocês são os mesmos de Hitler e Mussolini (Vaias por toda a sala): sim, têm o mesmo romantismo niilista de fundo! Vocês se afastam do comunismo porque têm medo! (Gritos de indignação)

MULHER DE 50 ANOS: Temos que falar do cristianismo: só ele pode nos salvar! (Gargalhadas generalizadas) É preciso construir com

da Internationale Situationniste. A IS foi criada em 1957, reunindo diversos coletivos de artistas na Europa, e vai tomando uma postura crescentemente política ao longo dos anos 60, com importante atuação no Maio de 68. Guy Débord é o maior expoente do grupo, qualificado como uma das últimas “vanguardas históricas”.

E. Brun, “Les situationnistes, Une avant-garde totale”.

a ajuda de Deus! (Gargalhadas e assovios) O movimento de vocês está se perdendo porque está cheio de tendências que se opõem: só a fé poderia unificá-las!

OPERÁRIO ESPANHOL: Tudo que vocês estão falando, aliás, tudo que se fala nessa sala em geral é muito distante da realidade da rua. (Aplausos e protestos) Vocês deveriam falar dos salários que foram descontados dos grevistas, é muito mais urgente!

ESTUDANTE: A gente não fez barricadas pra aumentar os salários dos cordeiros que caminham da Bastilha à Praça da República quando o sindicato convoca! Dessa vez, as ruas não estão servindo para o desfile desses cornos pacíficos, estão servindo para arrancarmos os paralelepípedos e resistir à polícia. (Ovação)

MÉDICO COMUNISTA: Parece que vocês não entendem que o fascismo está quase vencendo, não é discutindo assim que vocês irão barrá-lo!

EDITOR: Você fala sempre de fascismo, é mais uma fórmula, um rótulo: estamos fartos de rótulos! (Enorme ovação) Você fica ostentando o fascismo como um espantalho, mas ele é só um fantasma: o de Mussolini e seus adeptos. De Gaulle não é o fascismo, é o gaullismo, e já não é pouco... (Aplausos e risos)

ALGUÉM NA SALA: Muitos cristãos estão na linha de frente da revolução: o movimento deve afirmar abertamente que não os rejeita. (...) Tem até padres que estão conosco!

NA SALA: Vamos então à Notre-Dame pra dar de comer aos filhos dos grevistas!

A “FANÁTICA”: Somos todos irmãos! (Vaias, tentam expulsá-la, a organização intervém para acalmar a sala)²⁵. (Teatro do Odéon, 29/5/1968)

Após 1968, a crítica ao marxismo leninismo se tornou dominante entre os intelectuais de esquerda, muitas vezes sob forma de defesa da autonomia. A revolução não culminaria na tomada do poder por um partido

25. Diálogos e debates intensos tomaram as ruas, entre classes e gerações, durante maio e junho de 1968, e era também corrente a prática de assembleias públicas. O théâtre de L'Odéon foi ocupado pelo “Comitê de Ação revolucionária” e se tornou um símbolo desses espaços abertos de debates. Trechos de transcrições de intervenções públicas realizadas no Théâtre de L'Odéon citados por P. Ravignand, *L'Odéon est ouvert*.

revolucionário, mas na instituição da democracia direta. A política do PCF e da URSS era reacionária. O modelo a ser seguido, se houvesse, seria a Comuna de Paris de 1871 e não a Revolução Bolchevique de 1917.

Mesmo após o refluxo da maré contestatária, muitos intelectuais continuaram defendendo ideias mais ou menos autogestionárias²⁶ e denunciando toda forma de poder. É o caso de Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, André Glucksmann e Claude Lefort. Essas correntes foram muito bem representadas nas páginas do jornal *Libération*, das revistas *Nouvel Observateur*, *Esprit* e outros veículos acadêmicos ou de massa.

A rejeição dispensada ao comunismo foi estendida à social-democracia no plano político nacional com a *Union de la gauche*²⁷ (União da esquerda), que designava inicialmente uma aliança eleitoral entre o Partido Socialista (PS), o *Mouvement des radicaux de gauche* (Movimento dos radicais de esquerda – MRG) e o Partido Comunista Francês entre 1972 e 1977, com base em um programa de governo comum. Posteriormente, foi usado em diversas outras alianças eleitorais de esquerda. Naquele momento, os críticos acusavam o PS de ser manobrado por um PCF ideologicamente dominante na aliança.

Segundo Christofferson, foi precisamente em reação ao crescente sucesso eleitoral da União da esquerda entre 1974 e 77 que um movimento contra o “totalitarismo de esquerda” se unificou, de certa maneira, e se tornou veementemente militante, independente da atuação de intelectuais que denunciavam o totalitarismo e os métodos stalinistas desde a década de 1940.

Assim, foi providencial a publicação, em 1974, da primeira tradução francesa do Arquipélago Gulag²⁸, de Alexander Soljenítsin, e tida por esses intelectuais como uma grande revelação e apelo à “tomada de consciência” sobre as atrocidades que ocorriam sob a Administração Geral dos Campos de Trabalho Correccional e Colônias da URSS.

26. P. Rosanvallon, “A era da autogestão”. Viria a ser posteriormente presidente da Fondation Saint Simon.

27. M. Fulla. “Chronologie”, *Les socialistes français et l'économie (1944-1981)*.

28. A apresentação da nova edição ao português, lançada neste mesmo 2017, explica que se trata de “uma obra excepcional, um livro de combate contra o totalitarismo de face estalinista, um livro que ainda hoje nos queima as mãos”.

Christofferson reúne uma vasta documentação que não sustenta essa gênese autodeclarada do movimento, uma vez que as práticas descritas no livro já eram vastamente conhecidas²⁹. No entanto, as críticas feitas pelos marxistas ao livro impulsionaram questionamentos sobre a liberdade e democracia caso os comunistas subissem ao poder na França. O mito de que até o apocalipse de Soljenítsin a esquerda estaria cega para os “excessos” dos soviéticos servia como premonição dos males futuros à França com uma vitória da União da esquerda, para os quais os intelectuais estariam ainda igualmente cegos: a “tentação totalitária”³⁰. Em suma, Soljenítsin foi habilmente instrumentalizado no debate político doméstico, mas fez parte de um movimento mais amplo de reação ideológica.

O ano de 1975 foi notável para o desenvolvimento do antitotalitarismo, após o crescimento eleitoral da esquerda nas eleições do ano anterior. A Revolução dos Cravos avivou o espectro da “tentação”, sendo criticada por seus ataques à liberdade de expressão, e também data desse ano a publicação de *La cuisinière et le mangeur d'hommes*, que comentaremos no próximo capítulo.

A nova corrente antitotalitária foi modelada midiaticamente, sob alcuinha de *Nouveaux Philosophes* (Novos Filósofos). Seus principais expoentes foram Bernard Henri-Lévy, que sobrepõe a moral à política em suas análises, e André Glucksmann, de posição anti-intelectualista, atacando a ideia revolucionária e o progressismo da esquerda em distintos ângulos³¹.

Legitimados por sua origem na extrema esquerda de expressão no Maio de 1968, especialmente na *gauche prolétarienne*³², os afiliados ultrapassaram com método os limites das salas universitárias, fazendo uso da mídia em geral e da televisão em particular para difundir sua agenda em tom

29. Victor Serge já denunciara a Gulag nos anos 1930, Castoriadis e Lefort no final dos anos 1940, o Relatório Khrushchov data de fevereiro de 1956 etc.

30. O assunto será tratado posteriormente.

31. Bernard-Henri Lévy e André Glucksmann permaneceram na cena midiática até a contemporaneidade, enquanto outros “novos filósofos” terminaram ofuscados ou abandonaram a ideia. Entre eles, Jean-Marie Benoist (1942-1990), filósofo que sentenciou que “Marx está morto” já em 1970, Christian Jambet, Guy Lardreau e Jean-Paul Dollé.

32. Organização maoísta espontaneísta atuante entre 1968 e 1973.

dramático e espetaculoso³³. Sua primeira grande aparição foi em 1977 no programa *Apostrophes*, assistido por cerca de dois milhões de franceses³⁴, onde os Novos Filósofos seriam questionados em rede nacional se “são de esquerda ou de direita” por Xavier Delcourt e François Aubral. Este último terminaria por qualificar Bernard Henri-Lévy de “gênio do marketing”.

O antitotalitarismo amadureceu e rendeu frutos. 1977 foi o ano dos Novos Filósofos, com BHL e Glucksmann vendendo, cada um, 80 mil cópias de seus livros. Falavam da crise da esquerda por ocasião da ruptura da *Union de gauche*, suas aparições eram sempre um ensejo para falar do futuro da esquerda.

Le Nouvel Observateur debateu os Novos Filósofos no especial “Objectif 78”, discutindo as eleições que viriam no próximo ano. *Le Monde* entrevistava membros do grupo sobre suas posições sobre a esquerda, para o jornal *Libération*, “*Nouveaux philosophes* (novos filósofos)” se torna a “*expression de l’année* (expressão do ano)”, a rádio France Culture realiza uma série de programas com os filósofos novos (*Philosophie Aujourd’hui*) publicadas três meses mais tarde sob o título “Geração Perdida”, a revista estadunidense *Time* lhes dedica uma capa, o jornal *Nouvelles Littéraires* organiza um número sobre as últimas tendências filosóficas com a promoção de Christian Jambet e Guy Lardreau, a revista *Le Point* publica um artigo sobre os “novos oráculos”.

Onipresentes na mídia, os Novos Filósofos também dispunham de fortes apoios institucionais no âmbito editorial e das publicações culturais. Um encarte na revista *Magazine Littéraire* de outubro de 1976 anunciava as publicações dos Novos Filósofos nas coleções *Figures e Théoriciens*, dirigidas por Bernard Henri-Lévy. A editora Grasset se tornou um feudo do grupo, que contou também com a contribuição de várias outras editoras³⁵.

33. Para uma detalhada compilação das aparições midiáticas da corrente na França e em outros países, como nos EUA, onde a revista *Time* lhe consagrou uma capa, vide M. Christofferson, 2009, op. Cit. 2.

34. T. Bécards, “Apostrophes” en 1977, *l’émission qui rendit André Glucksmann et BHL célèbres*.

35. Para um relato detalhado das aparições midiáticas e publicações editoriais dos *Nouveaux Philosophes*, vide F. Hourmant, *Le désenchantement des clercs – Figures de l’intellectuel dans l’après-Mai 68*.

Os acadêmicos oscilaram com relação à corrente, que chegou a receber elogios mais ou menos entusiásticos, de Foucault e Roland Barthes, e reações mais ou menos furiosas, de Gilles Deleuze, Pierre Vidal-Naquet e Cornelius Castoriadis. Ainda que seu grupo, Socialismo ou Barbárie, tivesse servido de fonte de esquerda para as formulações anticomunistas dos Novos Filósofos, consta que à leitura de *La barbarie à visage humain*, publicado em 1976 por Henri-Lévy, Castoriadis “oscilou entre o riso desbragado e a indignação, diante da retórica grotesca e da indigência do propósito”³⁶. Em entrevista à *Le Nouvel Observateur* (28/7/1975)³⁷, o próprio François Furet ponderaria que “quanto a essas fúrias um tanto vagas, a esses gritos literários, que têm o mérito de despertar a esquerda ocidental de uma longuíssima reverência, seria preciso ter a coragem paciente de não torná-los fonte para novas profecias”. Alguns anos mais tarde, o historiador Marcel Gauchet avaliaria que “é bem possível que a violenta querela de legitimidade levantada pelo intelectual midiático tenha sido em realidade a sepultura da figura clássica do intelectual na política”³⁸.

Gilles Deleuze, criticado por Henri-Lévy na obra de 1976, foi entrevistado a respeito dos Novos Filósofos³⁹, denunciando sobretudo sua relação com a mídia e os efeitos decorrentes para o pensamento francês:

– O que você pensa sobre os “novos filósofos”?

– Nada. Acho o pensamento deles nulo. Vejo duas razões possíveis para essa nulidade. Primeiro, eles procedem por grandes conceitos, grandes como um buraco no estômago. A lei, O poder, O mestre, O mundo, A rebelião, A féetc. Assim, eles conseguem fazer misturas

36. Disponível em: <<http://bibliobs.nouvelobs.com/essais/20080709.BIB1699/que-reste-t-il-des-nouveaux-philosophes.html>>. Acesso em: 07 abr. 2020. O livro se inicia com as seguintes frases: “Hitler não morreu em Berlim, ele ganhou a guerra. Stálin não morreu em Moscou, ele está no meio de nós”.

37. N. Weill, “Rétrocontroverse: 1977, les ‘nouveaux philosophes’”.

38. M. Gauchet, *Les idées en France*.

39. A entrevista foi publicada em maio de 1977 como suplemento do número 24 da revista *Minuit*, disponível em: <<http://www.acrimed.org/A-propos-des-nouveaux-philosophes-et-d-un-probleme-plus-general-Gilles-Deleuze#nb6>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

grotescas, dualismos sumários, a lei e o rebelde, o poder e o anjo. Ao mesmo tempo, quanto mais o conteúdo do pensamento é fraco, mais o pensador toma importância, mais o sujeito da enunciação se dá importância em relação aos enunciados vazios (“eu, enquanto lúcido e corajoso, vos digo..., eu, enquanto soldado de Cristo..., eu, da geração perdida..., nós, já que fizemos o Maio de 68..., porque já não nos deixamos enganar pelas aparências...”)

(...) O jornalismo impresso, em conluio com rádio e televisão, tomou cada vez mais consciência da sua possibilidade de criar o acontecimento (os vazamentos controlados, Watergate, as pesquisas). E assim como o jornalismo precisava cada vez menos se referir a acontecimentos exteriores, porque ele mesmo cria uma boa parte deles, também precisava menos buscar análises exteriores ao jornalismo, de personagens do tipo “intelectual”, “escritor”: o jornalismo descobriu em si mesmo um pensamento autônomo e suficiente. É por isso, em última instância, que um livro vale menos que o artigo de jornal que se escreve sobre ele. (...) É de se imaginar um livro que fala sobre um artigo de jornal, e não mais o contrário.

(...) O que me enoja é bem simples: os Novos Filósofos fazem uma martirologia, a Gulag e as vítimas da história. Eles vivem de cadáveres. Eles descobriram a função-testemunha, que é a mesma que a função-autor ou pensador (veja no número da *Playboy* em que aparecem: “nós somos as testemunhas”...). Mas nunca teria havido vítimas se elas tivessem pensado como eles, ou falado como eles. Só que seria preciso que as vítimas tivessem vivido e pensado de modo totalmente diferente para justificar os que choram em nome delas, e que pensam em nome delas, e dão lições em nome delas. Quem arrisca a própria vida pensa geralmente em termos de vida, não de morte, amargura e vaidade mórbida. Os resistentes são acima de tudo grandes viventes. Nunca se prendeu alguém por sua impotência ou pessimismo, ao contrário.

(...) Não são os Novos Filósofos que importam. Se eles desaparecessem amanhã, seu empreendimento de marketing recomeçaria. Ele representa, de fato, a submissão de todo o pensamento à mídia. (...) Nada de vivo passa pelos Novos Filósofos, mas eles terão cumprido sua tarefa se se mantiverem em cena tempo suficiente para entrever alguma coisa qualquer.

Além da relação com a mídia, Deleuze aponta o uso dos “grandes conceitos” vazios que permitem todo tipo de manipulação e o uso teratoló-

gico da “Gulag”. Ela passou a funcionar como uma metáfora odiosa, como a palavra-chave que podia ao mesmo tempo expressar e legitimar a recusa radical do comunismo e da estratégia revolucionária: *Reductio ad Gulagem*.

Deleuze também aborda tangencialmente a nova personagem preferencial de autoridade, o dissidente. Com as críticas ao stalinismo, que acabaram por colocar em questão a própria ideia de tomar o poder, o revolucionário abre passagem para o dissidente como figura política de proa. Essa nova ênfase é marcada pelo impulso da temática dos Direitos Humanos como eixo transversal entre as diferentes disciplinas e políticas da época. Nos anos 1970, associadas a esse viés, emergem ainda a ecologia política e o movimento feminista, parte de uma mudança mais ampla no panorama das ideias na França. A crítica ao totalitarismo fazia parte de um movimento geral mais amplo de crítica radical à democracia representativa por parte de setores autorreferenciados de esquerda.

Segundo o sociólogo Philippe Corcuff⁴⁰, essa “*deuxième gauche*” autogestionária e antitotalitária colocou questões interessantes ao conjunto da esquerda francesa: crítica bem enraizada de uma cultura estatista e consideração séria das experiências totalitárias que se classificaram como “socialistas”, entre outras. Mas frequentemente isso ocorreu em um contexto de justificação da “economia de mercado”, eufemismo para capitalismo, desarmando intelectualmente tal esquerda frente à revolução neoliberal dos anos 1980. Raros são os críticos do capitalismo, como Miguel Abensour e Cornelius Castoriadis, que continuaram a associar vigilância antitotalitária e radicalidade anticapitalista. Ao mesmo tempo, as forças anticapitalistas que resistiram a esse movimento não conseguiram lastrear sua crítica ao capitalismo com suficientes componentes libertários e antitotalitários. Em seguida, a partir de 1983, a grande maioria da esquerda oficial que se apagou na prática e depois na teoria, em uma derrapagem social-liberal. No centro dessa configuração, a profissionalização política e o marketing eleitoral, mais ou menos acompanhados de anti-intelectualismo, ganharam a cena. E “as ideias” passaram a ser concebidas como bibelôs com vistas a enfeitar uma coletiva de imprensa ou um *meeting* de campanha.

40. P. Corcuff, *Actualité de la philosophie politique de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961)* - (II) - *Politique et histoire*.

Perry Anderson vê aquela Paris como a “Capital da reação europeia”, após ter sido a capital da esquerda, no pós guerra⁴¹. Não houve o chamado “efeito Gulag” no mundo anglo-saxão, onde as posições reacionárias do livro foram de pronto criticadas pelas esquerdas. É de se notar que o termo “antitotalitarismo” é eminentemente francês, enquanto em outros países discute-se primordialmente o “totalitarismo”. A ênfase dada ao prefixo indica sua origem semântica no repúdio, em especial ao comunismo.

Entre meados de 1970 e início dos 1980, o conceito do antitotalitarismo na França mudou pouco, apenas se tornando mais radical e intransigente. Segundo esse primeiro antitotalitarismo, todos os projetos revolucionários levavam inelutavelmente ao totalitarismo por conta de sua ideologia maniqueísta. Além disso, essa ideologia cegava os “companheiros de estrada” desses movimentos, razão pela qual o Partido Comunista ainda representaria um grave perigo mesmo quando estava decaindo em peso eleitoral com relação aos socialistas. Ainda assim, há diferenças substanciais entre o antitotalitarismo de Glucksman, Revel e Lefort, para citar três exemplos, que não aprofundaremos aqui. Já nos anos 1980, a crítica do totalitarismo favoreceu a preponderância do liberalismo e o advento do chamado pós-modernismo.

Um relatório da CIA de dezembro de 1985⁴², recentemente tornado público, tem por título: “França: a defecção dos intelectuais de esquerda”. Trata-se de um documento muito interessante, pela própria limpidez de análise – para bem e para mal –, que atesta em tempo real o efeito ideológico desse antitotalitarismo filosófico. Lá, lemos acerca dos Novos Filósofos:

argumentam que não existe socialismo na França que não seja implicitamente marxista e que todo pensamento marxista é, em última instância, totalitário. (...) [Eles] mais que compensaram seu discurso abstruso ao se tornarem radiantes personalidade midiáticas, defendendo seus pontos de vista nos longos e intelectualizados programas de rádio e televisão que os franceses adoram. (...) [Seus livros] se tornavam *best sellers* ao sair da gráfica, um feito impressionante em uma época em que a maioria das obras de filosofia só

41. P. Anderson, *Nas trilhas do materialismo histórico*.

42. Central Intelligence Agency, France: *Defection of the leftist intellectuals*.

consegue sair pela imprensa universitária, fortemente subsidiada. [Os Novos Filósofos] tiveram enorme êxito em persuadir a geração atual quanto à “tolice” de Sartre, aos males do marxismo e ao barbarismo do comunismo soviético (um chiste deles é que chamar os soviéticos de bárbaros é uma ofensa aos bárbaros).

Quanto às perspectivas:

O antimarxismo e antisovietismo, que causaram tanto furor nos anos 1970, ganharam vida própria e já se integraram tanto à ortodoxia intelectual francesa que os Novos Filósofos ficaram sem ter o que falar.

Há um debate sobre o declínio da influência dos intelectuais na política francesa. Há quem repute isso à economia e sociedade da alta tecnologia, e não se pode negar que a juventude francesa, que ia atrás de qualquer moda intelectual, agora procura carreiras científicas ou de business.

Já não existe movimento estudantil. Os únicos grupos que ainda sobrevivem combinam um mínimo de retórica militante com um monte de fotocópias.

O antiamericanismo que era visto nos círculos letrados como evidência circunstancial de uma educação adequada, já saiu de moda (...). A tentativa de alguns de retomar amplas e expressivas críticas às políticas dos EUA é vista como um óbvio esforço de desviar a crítica do seu alvo legítimo, as atividades da URSS.

Os intelectuais provavelmente se oporão frontalmente à ideia de que a esquerda só conseguirá conquistar o poder pela união, reavivando a União da esquerda, e apoiarão entusiasticamente a estratégia de que o futuro a longo prazo do socialismo está na construção de uma aliança de centro-esquerda. Em suma, o ativismo da nova esquerda deve aumentar as picuinhas entre socialistas e comunistas, o que, por sua vez, também deve levar a um aumento da defecção de eleitores dos dois campos.

Michael-Scott Christofferson realizou uma análise preciosa, mas delimita seu objeto no tempo-espaço europeu e anglo-saxão. Ele avalia que o “papel” daquele antitotalitarismo foi cumprido ao marginalizar o pensamento marxista e minar a legitimidade da tradição revolucionária, abrindo assim a via para soluções políticas moderadas, liberais e pós-modernas que dominariam as décadas seguintes. Em entrevistas posteriores, Christoffer-

son afirma que atualmente a ideia já não teria expressão relevante e que lhe aguarda um futuro tão morto quanto o comunismo.

No entanto, é forçoso reconhecer que a fórmula eficaz continua sendo aplicada aos “problemas” contemporâneos. Bernard Henri-Levy velho de guerra, por exemplo, não perdeu tempo em cunhar o neologismo “fascislamismo”, “a nova etapa de uma velha revolução iniciada com Lênin, continuada com Hitler e Mussolini, e que encontrou nos esquadrões da morte de Bin Laden seu mais recente avatar”⁴³. A simplificação e o vetor genealógico grotescos não conseguem mais fazer furor nos círculos acadêmicos, mas, como dizia Deleuze, “o jornal já não precisa do livro”, e a mídia prescinde gloriosamente da academia.

Esse malabarismo conceitual também se instalou infalivelmente na América Latina dos governos identificados com a esquerda, com aplicação de todas as suas técnicas midiáticas e retóricas.

Ampliando a discussão

Raymond Aron, crítico do comunismo e da esquerda, foi um intelectual execrado pelos estudantes do Maio de 1968. Para eles, Aron seria “indigno” do título de professor universitário. Por ocasião de sua morte em 1983, a capa do jornal *Libération*, fundado havia dez anos por ativistas daquele período, mancheteava que “A França perdeu seu ‘profe’”.

A reputação de Aron, diametralmente revigorada, é emblemática da transformação na cultura política francesa ao longo daqueles quinze anos em que o provável retorno do Partido Comunista Francês ao poder pela

43. B. Henri-Levy, *American Vertigo*. A edição brasileira foi lançada no mesmo ano que a original, pela Companhia das Letras, que descreve o livro como “uma mistura bem dosada de pesquisa acadêmica e jornalismo investigativo”. Enquanto a editora, que tem por *metier* vender livros, necessita realmente elogiar suas publicações, a *Folha de S.Paulo* poderia ter acompanhado a crítica internacional, que rejeitou massivamente a obra. No entanto, em entrevista com o autor, o jornal estima que este analisa, “com toda lucidez, o futuro de nossas democracias”. Filósofo francês investiga valores americanos em “American Vertigo”, *Folha de S.Paulo*, 24/9/2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/ilustrada/ult90u64516.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

primeira vez desde a década de 1940 se deparou com o chamado “momento antitotalitário”.

No entanto, essa interpretação de ofensiva retórica por cálculo político anticomunista, extensamente documentada por Michael-Scott Christofferson, não é unívoca. Conforme alerta o historiador Iain Stewart⁴⁴, o ataque frontal ao PCF naqueles anos também se enquadra em uma tradição intelectual francesa que não considera o totalitarismo como oposição ao estado democrático, mas sim uma possibilidade permanentemente latente em qualquer sistema de poder. É evidente naquele período a tentativa de revisão historiográfica na busca de novas teorias para pensar a contemporaneidade e os conflitos por ela apresentados, a preocupação com temas “liberais” como Direitos Humanos e Sociedade Civil e, nesse contexto, um maior interesse nos escritos liberais franceses do século XIX – Constant, Tocqueville, Guizot. Esse fenômeno não é circunscrito à França, que também nunca abandonou completamente o pensamento liberal, embora a maioria dos intelectuais engajados no próprio momento antitotalitário evitasse se identificar como “liberal”.

Este capítulo pretende estender uma contextualização superestrutural e apresentar os resultados eleitorais do PCF já em finais dos anos 1970 e início dos 1980, em contraposição a uma interpretação recorrente sobre o seu declínio eleitoral – a saber, de que a esquerda francesa teria chegado a um ápice com a eleição em 1981 de François Mitterrand, que passou então a adotar uma doutrina liberal no espírito Thatcherista (*There Is No Alternative* / não há alternativa), levando ao subsequente declínio daquele campo político.

A ofensiva midiática antitotalitária não é um fenômeno *ex nihilo* (“do nada”), mas as considerações aqui apontadas não devem ser vistas como delineação inequívoca de um vetor genealógico ou como teoria da conspiração. O próprio uso da expressão “teoria da conspiração”, convenhamos, pode ser questionado, uma vez que se refere, em termos práticos, a formas de planejamento ou estratégia. A justa medida em que os pontos se conectam de fato seria tema para outro estudo, muito mais extensivo, com o uso de outras fontes. O objetivo deste capítu-

44. I. Stewart, *Rethinking the ‘French Liberal Revival’*.

lo é pincelar um panorama mais amplo, precisamente para fugir das interpretações taxativas e monocausais, necessariamente equivocadas. É também acomodar o antitotalitarismo descrito no capítulo anterior dentro de um contexto alargado, no qual ele ocupa, ainda assim, um lugar importante.

Liberalismo

Iain Stewart, em sua tese de doutorado⁴⁵, retrata o caminho do liberalismo no século XX francês com foco em Raymond Aron, que teria sido um dos primeiros teóricos do país a escrever sobre o keynesianismo e participava no entreguerras do *think tank* Groupe X-Crise, fundado por economistas da École Polytechnique com o objetivo de desenvolver uma visão de planejamento e “uma linguagem não de comando estatal, mas de iniciativa, coordenação e produtividade”. O grupo reunia capitalistas, sindicalistas, liberais ortodoxos e socialistas desiludidos em uma abordagem declaradamente “não ideológica”, “*ni de droite, ni de gauche* (nem de direita, nem de esquerda)”, tecnocrática. Tal caráter foi retomado mais recentemente por think tanks autodeclarados “pós-ideológicos”, como a Fondation Saint Simon⁴⁶.

O historiador François Denord, em seu livro *Néo-libéralisme version française* (2007)⁴⁷, defende que a primeira aparição documentada deste termo em solo francês se deu justamente em 1938, em um colóquio dedicado à obra *Cité libre*, do jornalista estadunidense Walter Lippmann. Sob o vulto da crise de 1929 e da grande recessão dos EUA em 1937, alguns participantes do colóquio, como Aron, entendem que o credo liberal ortodoxo deve ser renovado criticamente, enquanto outros, como Von Mises e Hayek, defendem a retomada neoclássica. Mesmo sem chegar a um consenso, o colóquio lança as

45. I. Stewart, *Raymon Aron and the roots of the French liberal Renaissance*.

46. Fundada em 1982 por François Furet, Pierre Rosanvallon e Alain Minc, entre outros. Para mais informações sobre a tradição dos think-tanks “pós-ideológicos” na França, vide: V. Laurent, *Enquête sur la Fondation Saint-Simon: les architectes du social-libéralisme*.

47. F. Denord, *Néo-libéralisme version française: Histoire d'une idéologie politique*.

bases de uma “Internacional do neoliberalismo”, o Centre international d’études pour la rénovation du libéralisme (CIRL). O Centro, dissolvido por ocasião da Segunda Guerra, tem sobrevivência garantida por meio da editora Éditions de Médicis, que difunde o pensamento neoliberal na França até meados dos anos 1970.

Segundo Denord, locais de sociabilidade como o Colóquio, o CIRL e o Groupe X-Crise prefigurariam, em seu caráter cosmopolita e de reunião de diferentes atores comprometidos com a causa neoliberal (oficiais governamentais, patronato, políticos, acadêmicos, jornalistas), a fundação da Sociedade do Mont-Pèlerin em 1947, com Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, entre outros. Se estes grupos têm suas especificidades e variantes teóricas, a rede que cada um deles conforma – internacional antes de ser nacional – está em contato, havendo personagens que participaram de todos eles.

Denord defende, assim, que não se deve localizar a chegada do neoliberalismo na França nos anos 1980, uma vez que sua concepção já era trabalhada e circulava no território. Além disso, teóricos da chamada “economia social de mercado” atuavam diretamente nos governos nacionais a partir de 1947, com a saída dos ministros comunistas.

É importante notar que inicialmente havia uma grande heterogeneidade entre as distintas variantes do neoliberalismo, que não era sinônimo do radicalismo mercadista com que é associado hoje. O triunfo de um dos neoliberalismos possíveis, delineado já no Tratado de Roma (1957), atualmente em vigor como Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia, institui uma economia aberta de mercado sob controle da burocracia, prevendo uma espécie de “planejamento” do liberalismo por meio da disposição, pelos Estados, de um quadro jurídico que garanta o funcionamento da economia, mas sem capacidade de intervenção.

Importante para a nossa discussão é o fato de que em meados dos anos 1970, em paralelo aos “Novos Filósofos”, um grupo de economistas e jornalistas intitulado criativamente “Novos Economistas” traz ao grande público francês a discussão sobre as obras de antigos presidentes da Sociedade do Mont-Pèlerin (Gary Becker, James Buchanan, Milton Friedman).

Marxismo

A questão também pode ser analisada do ponto de vista da evolução do marxismo. Perry Anderson⁴⁸ descreve uma situação marginalizada do pensamento marxista desde suas origens na França, onde os movimentos de trabalhadores tradicionalmente nutriram uma grande desconfiança com relação a instituições e à intelectualidade nacional, de tendência majoritariamente positivista e hostil à filosofia e dialética alemãs. Ainda que o período da resistência tenha trazido uma grande leva de intelectuais ao PCF, como Althusser, Furet e Foucault, a Liberação não trouxe a esperada emancipação radical e a França se viu submergida em guerras coloniais e nas *débâcles* parlamentares da Quarta República. Por outro lado, a repressão em Budapeste e o relatório Krushev, ambos em 1956, arrefeceram maiores entusiasmos soviéticos.

Louis Althusser veio a se tornar o grande nome do marxismo francês em meados do século passado, em um esforço para desenvolver as credenciais científicas da matéria à margem dos eventos históricos e da política conjuntural. Segundo Daniel Bensaïd, o corte epistemológico permitiu que “a história histórica fosse deixada para os ideólogos e que os cadáveres do Gulag congelassem em paz”⁴⁹ enquanto a prática política permanecia na esfera de competência do Partido.

Bensaïd cita uma das raras intervenções diretas de Althusser em uma crise da União dos Estudantes Comunistas (UEC): “Qualquer discussão entre comunistas é sempre uma discussão científica: é nesse fundamento científico que repousa a concepção marxista-leninista de crítica e autocrítica. O direito de criticar e o dever de fazer autocrítica têm um e o mesmo princípio: o reconhecimento real da ciência marxista-leninista e suas consequências”. Embora Maio de 1968 tenha forçado Althusser a reconhecer a existência de um “desvio stalinista”, ele teria ocorrido essencialmente devido ao subdesenvolvimento da filosofia marxista. Assim, Bensaïd julga que existe um grande equívoco quanto à era dourada do marxismo francês, que se (sub) desenvolveu em meio ao protecionismo universitário nacional e ao provin-

48. P. Anderson, *op cit.*

49. D. Bensaïd, *The crisis of French Marxism.*

cianismo editorial, publicando escassos títulos dos marxistas de outros países. Boa parte das obras de Marx, inclusive, não estava disponível em francês ainda em meados dos anos 1960. De modo geral, avalia Bensaïd, as doenças francesas do marxismo seriam a ambiguidade entre tradição filosófica e pesquisa histórica/antropológica e a resistência à economia.

O ano de 1968 explicitou a falência dessa tradição marxista francesa e o acordo do PCF pelo Programa Comum com os socialistas em 1972, representando o retorno da política, desarmou e desmobilizou muitos dos que se engajavam no comunismo. A primeira crítica real de Althusser ao PCF ocorreu somente em 1978 (*Ce qui ne peut plus durer dans le Parti Communiste* / O que não pode mais permanecer no Partido Comunista), mas seu universo intelectual já se havia esfacelado e, em pouco tempo, Althusser já não escreveu mais.

Política e governo

Existe uma interpretação recorrente que reputa o declínio da votação do Partido Comunista Francês a uma derrocada generalizada da esquerda após as eleições presidenciais de 1981, seguida por um desastroso governo Mitterrand. Após uma aplicação inicial do Programa Comum, sua virada liberal impôs medidas como o congelamento dos salários em 1982, a política de austeridade em 1983, a desregulamentação bancária em 1986, a liberalização do fluxo de capitais em 1988 etc.

Concorre contra esta leitura a própria reeleição de François Mitterrand em 1988. De modo ainda mais significativo, notamos que já na eleição de 1981 o PCF apresenta uma queda abrupta, perdendo um quarto dos seus eleitores com relação a 1969 e descendo ao mais baixo patamar de votos em legislativas desde 1936.

Tableau 1. Tableau général des suffrages communistes (métropole)

<i>Elections</i>		<i>Suffrages communistes*</i>	<i>% inscrits</i>	<i>% exprimés</i>
1924	Chambre des Députés	875 812	7,9	9,5
1928	Chambre des Députés (1 ^{er} tour).....	1 063 943	9,3	11,4
1932	Chambre des Députés (1 ^{er} tour).....	794 883	6,9	8,4
1936	Chambre des Députés (1 ^{er} tour).....	1 487 336	12,6	15,4
1945	Assemblée constituante	5 005 336	20,3	26,1
Juin 1946	Assemblée constituante	5 119 111	20,7	25,7
Novembre 1946	Assemblée nationale	5 489 288	21,9	28,6
1951	Assemblée nationale	5 056 605	20,6	26,9**
1956	Assemblée nationale	5 514 403	20,6	25,9**
1958	Assemblée nationale (1 ^{er} tour)	3 907 763	14,3	19,2
1962	Assemblée nationale (1 ^{er} tour)	4 003 553	14,5	21,8
1967	Assemblée nationale (1 ^{er} tour)	5 029 808	17,8	22,5
1968	Assemblée nationale (1 ^{er} tour)	4 435 357	15,7	20,0
1969	Présidence de la République (1 ^{er} tour)	4 779 539	16,6	21,5
1973	Assemblée nationale (1 ^{er} tour)	5 085 008	17,0	21,4
1978	Assemblée nationale (1 ^{er} tour)	5 829 943	16,9	20,7
1979	Assemblée des Communautés européennes ...	4 102 576	11,9	20,6
Avril 1981	Présidence de la République (1 ^{er} tour) ..	4 413 575	12,4	15,5
Juin 1981	Assemblée nationale (1 ^{er} tour).....	4 002 767	11,3	16,1

* Les suffrages communistes comprennent les voix obtenues par les candidats non communistes soutenus par le PCF.

** Pour les élections législatives de 1951 et 1956, les pourcentages aux suffrages exprimés ont été calculés par rapport au total des moyennes de liste.

**inscrits*: Porcentagem bruta do eleitorado

**exprimés*: Porcentagem relativa sobre votos válidos

Naquele ano não havia uma crise aguda no quadro político, como em 1958 ou 1968, e a campanha ocorreu em tempo normal, sem maiores sobressaltos. Por outro lado, a crise econômica dos países industrializados nos anos 1970, que colocou em questão certos mecanismos liberais, poderia também atrair mais votos aos comunistas.

Do lado negativo, os crescentes atritos com os Socialistas e a ruptura da Union de Gauche em 1977-78 modificaram o ambiente político. Se em 1979 o PCF manteve sua porcentagem sobre os votos válidos, isso se deveu a uma alta taxa de abstenção em geral para as eleições para a Assembleia Europeia, já que houve expressiva queda de votos brutos. No entanto, as evasões de votos dirigidas ao PS, que continuava a encarnar as aspirações unitárias do “peuple de gauche”, já se faziam sentir – os Socialistas ultrapassaram os Comunistas em 1978 pela primeira vez desde 1945, obtendo 22% dos votos e se firmando como principal polo da esquerda na França.

Em números brutos, entre março de 1978 e abril de 1981, o PCF perdeu cerca de 1,4 milhão de votos, em um recuo geral sobre o mapa

francês, incluindo as zonas consideradas como “bastiões” comunistas. Nas regiões mais urbanizadas (cidades com mais de 30 mil habitantes), a involução entre 1979 e 1981 foi de 22% para 16,3%, enquanto no restante do país foi de 19,9% para 15,1%.

À época, os Comunistas ensaiaram sucessivas interpretações para a derrota: “voto útil”, prática equivocada da *Union de Gauche* desde 1965, responsabilidade de alguns dirigentes etc.⁵⁰

A partir de 1981, o PCF obteve as seguintes porcentagens de votos válidos nas eleições presidenciais que disputou sem alianças⁵¹: 1988 – 6,76%, 1995 – 8,64%, 2002 – 3,37%, 2007 – 1,93%.

Analisando a dramática queda eleitoral do PCF a partir dos anos 1980, o sociólogo Julian Mischi⁵² expõe as profundas transformações sociais e culturais das classes populares a partir da década de 1970, assim como da geopolítica, com a queda da URSS. No entanto, uma análise que se resumisse a isso significaria que o partido seguiu uma evolução mecânica, programada, da qual não se pode tirar lições. Assim, a organização do PCF e a mudança do seu discurso são fundamentais para a compreensão do processo.

Mischi enfatiza que a partir da década de 1980 e, sobretudo, na de 1990, o PCF passa a se considerar representante não mais das classes populares, mas da França em sua “diversidade”, em um ajuste discursivo e de linha política que apaga a luta de classes sob temáticas da sociologia moderna como “participação cidadã” ou recriação dos “vínculos sociais”. Os comunistas eleitos se demarcam em uma dimensão despolitizante, se dizendo defensores de uma “democracia local” que preencheria o abismo entre a classe política e os “cidadãos”.

50. Para uma análise detalhada do resultado das eleições de 1981, vide: F. Platone; J. Ranger, *L'échec Du Parti Communiste français aux élections Du printemps 1981*.

51. Para uma análise detalhada do voto no PCF, incluindo sua força relativa entre as forças de esquerda, vide France Politique: <<http://www.france-politique.fr/elections-pcf.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

52. J. Mischi, “Comment un appareil s'éloigne de la base”, *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 2015. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/2015/01/MISCHI/51938>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Em 1995, o partido liberou seus membros eleitos “de qualquer tutela nebulosa do partido, pois eles detêm seus mandatos não somente pelos comunistas, mas pelo sufrágio universal”, privilegiando as experiências de gestão sobre os recursos militantes. O papel dos militantes é reduzido em vista de uma ênfase na atividade eleitoral.

Citando o documento adotado no XXIX Congresso, de 1996, Mischi evidencia que o projeto marxista abre espaço a uma retórica humanista amplamente difundida no mundo associativo e político: “Associação, partilha, encontro, cooperação, intervenção, concertação: essas exigências tomaram uma vitalidade inédita, associadas ao desenvolvimento da revolução tecnológica e da informação, a complexificação da sociedade, a evolução do trabalho, a necessidade da cidadania, de novas relações humanas que respeitem a autonomia dos indivíduos”. Nesse congresso, o partido proclama sua “opção pelo humanismo e a democracia”. Em 2008, o documento inicial do XXXIV Congresso menciona a palavra “operário” uma única vez, em meio a uma série de outros grupos sociais de mesmo estatuto. Segundo Mischi, a ideia de “classe operária” estaria associada ao stalinismo.

Em uma entrevista⁵³ realizada em 2012 sobre a herança de Georges Marchais, secretário geral do PCF entre 1972 e 1994, o historiador especializado na esquerda francesa Philippe Buton afirma que:

“Tudo que o partido queria é fazer tabula rasa do seu passado. Seja do passado Georges Marchais, seja o passado soviético, é preciso apagar tudo. A questão do PCF não é mais desenvolver uma reflexão científica séria e aprofundada. Sua relação com a história se tornou uma relação de amnésia: é preciso conseguir acreditar que o partido comunista francês já não tem a ver com o modelo bolchevique”.

53. Au PCF, “l'impossible héritage” de Georges Marchais, entrevista com Philippe Buton, *Le Monde*, 20/11/2012. Disponível em: <<http://gauche.blog.lemonde.fr/2012/11/20/au-pcf-limpossible-heritage-de-georges-marchais/>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

MUNICIPALES: ANTONY S'INSTALLE DANS L'OPPOSITION
Après Drouot et Suresnes, la gauche a été dominée Antony à la droite. La liste conduite par le maire sortant André Aubry (PC) a perdu plus d'un millier de voix. Prochaine station du chemin de croix du PC: Aubry sous Dots dans trois semaines. Lire pages 9 à 11.

48 • MARDI 18 OCTOBRE 1983 •

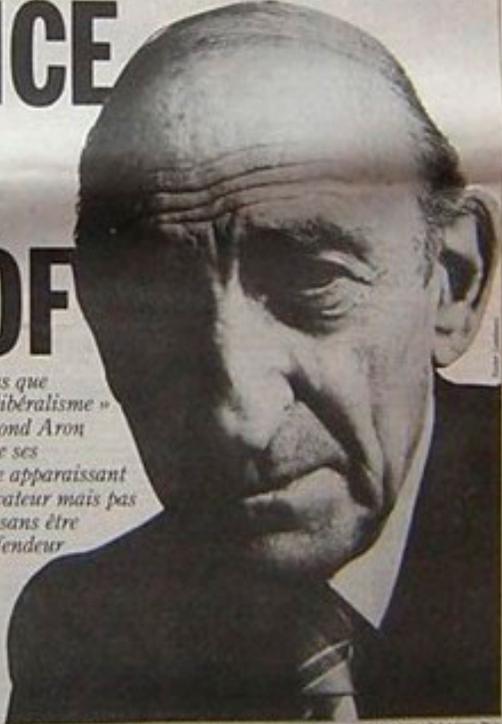
NUMÉRO 4 N° 146

Libération

Sécu: 8 questions aux syndicats
A vingt-quatre heures du scrutin, « Libération » a demandé aux cinq organisations syndicales représentatives de défendre leur programme. Lire pages 14 et 15.

Raymond Aron est mort hier d'une crise cardiaque à l'âge de 78 ans

LA FRANCE PERD SON PROF



Professeur, journaliste-éditorialiste plus que philosophe, défenseur constant d'un « libéralisme » qui retrouve une nouvelle vogue, Raymond Aron venait de connaître, avec la parution de ses « Mémoires », une consécration tardive apparaissant comme une revanche. Idéologue conservateur mais pas homme de parti. Résistant de Londres sans être gaulliste. Mandarin de mai 68 et pourfendeur incessant du totalitarisme. Anti-communiste quand ce n'était pas de mode, il n'avait, sa vie durant, suscité aucune des passions qui avaient marqué la vie de Sartre.

Lire pages 2 à 7.

Publié par le Service de la Presse de la Direction Générale de l'Information et de la Communication de la Commission des Communautés Européennes. Imprimé en France par l'Imprimerie de la Commission des Communautés Européennes. 100 rue de la Harpe, 75005 Paris. Téléphone: 01 42 68 50 00. Fax: 01 42 68 50 01. Courriel: info@liberation.fr

Dois estudos de caso

André Glucksmann, “o homem que livrou Paris de seus amores totalitários”

O filósofo francês André Glucksmann, nascido em família comunista em 1937 e morto em 2015, tem em seu histórico remoto uma filiação ao PCF, rapidamente renegada, e uma aguerrida e violenta militância maoísta na *Gauche prolétarienne* em Maio de 1968. Em seguida, adentra a “corrente” dos ditos Novos Filósofos.

No entanto, já antes de 1968 e suas manifestações *mao-spontex*⁵⁴, Glucksmann foi aluno de Raymond Aron, que em meados da década de 1950 especulava sobre o fim das ideologias e, em paráfrase, definia o marxismo como o ópio dos intelectuais: “inflexíveis quanto às falhas das democracias e indulgentes aos maiores crimes, desde que cometidos em nome das boas doutrinas”⁵⁵.

54. “O termo *Mao-spontex* (ou “maoísmo libertário”, “anarco-maoísmo”) designa uma corrente política no encontro do marxismo e do movimento libertário, na Europa ocidental nos anos 1960 e 1970. Este neologismo é um termo guarda-chuva derivado de “maoísta” e “espontaneísta.” Quanto à forma “spontex”, ela é uma alusão pejorativa à esponja de cozinha da marca francesa Spontex. Wikipedia, <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Mao-spontex>>. (visitado em 24/5/2017)

55. R. Aron, *L'Opium des intellectuels*. Ninguém precisa se surpreender que após apenas duas edições brasileiras, a última datando de 1980, 2016 viu vir à luz a terceira edição nacional – pela Editora Três Estrelas –, que pode ser adquirida nas melhores casas do ramo por cerca de R\$54. Mereceu resenha elogiosíssima do secretário de redação da *Folha de S.Paulo*, Vinícius Mota: “Os mitos basilares dessa coleção de crenças [marxismo] Aron vai expondo e destruindo um a um. A esquerda quer-se portadora da libertação e representante única dos despossuídos, mas basta chegar ao governo para evidenciar sua natureza parcial, de grupo privilegiado em luta pelo poder contra outras facções privilegiadas”.

V. Mota, “O Ópio dos Intelectuais” é reeditado no Brasil com nova tradução, *Folha de S.Paulo*, 30/7/2016. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/ilustrada/2016/07/1796827-o-opio-dos-intelectuais-e-reeditado-no-brasil-com-nova-traducao.shtml?cmpid=compfb>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

É de 1975 sua publicação de *La cuisinière et le mangeur d'hommes, réflexions sur l'État, le marxisme et les camps de concentration*⁵⁶, em que realiza paralelos e conecta desde o título o marxismo e o nazismo. Sucesso de público, nem tanto de crítica, a obra defendia que o livro de Soljenítsin revelava a importância da resistência popular contra o Estado e o Marxismo, “uma linguagem usada pela elite para controlar o povo ao justificar sua opressão”⁵⁷. Note-se que aqui o autor ainda criticava uma “essência estatal” mesmo nas democracias ocidentais, mas é o exemplo da Gulag que conforma a versão moderna do “grande confinamento”, estudado por Foucault. Impulsionando a crítica do marxismo e da política revolucionária enquanto totalitários, o livro serviu de modelo para a posteriores publicações da “Nova Filosofia”.

Les maîtres penseurs, livro publicado em 1977, aprofunda a denúncia do marxismo, argumentando que a filosofia ocidental seria essencialmente uma filosofia do Estado para justificar seu poder, e por isso esmaga a própria ideia de resistência da plebe ao descrevê-la como inconcebível. A revolução, em meio a esse projeto total de dominação estatal, só reforçaria o Estado, e a única política defensável é a ação da resistência da plebe, irrefletida e autointeressada.

Glucksmann volta à cena em 1979, reunindo intelectuais conflitantes como Aron e Sartre em defesa dos refugiados vietnamitas do pós-guerra⁵⁸, iniciando um ativismo por Direitos Humanos. No entanto, sua orientação humanitária era exclusivamente anticomunista, nesse caso específico, com Bernard Kouchner⁵⁹, médico e ex-PCF, expulso em 1966, futuramente

58. G. Schwartz: “‘Boat people’ sobrevivem à Guerra Fria”, *Folha de S.Paulo*, 30/6/1997. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1997/6/30/mundo/20.html>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

59. Na ocasião, Kouchner lançou a organização *Doctors of the World* após seu desentendimento com a Médicos sem Fronteiras, da qual também havia sido fundador. Ele defendia o fretamento de um barco para testemunhar, com médicos e jornalistas, as violações de Direitos Humanos no Vietnã, mas recebeu críticas da MSF. Evidentemente, o barco *L'île de Lumière*, finalmente fretado, serviu apenas em missões para refugiados de países comunistas.

M. Shampo e R. Kyle. “Bernard Kouchner Founder of Doctors Without Borders”; J. Péresse, “MSF, une vie de révoltes”, *Les Échos*, 20/12/2001. Disponível em: <https://www.lesechos.fr/20/12/2001/LesEchos/18556-174-ECH_msf--une-vie-de-revoltes.htm>. Acesso em: 07 abr. 2020; P. Cochez, “Grâce à l'île de

ministro de Nicolas Sarkozy. No início dos anos 1980, Glucksmann apoiou o envio de armas aos mujahedins afegãos contra a URSS e fez campanha a favor de “Euro-mísseis” contra a “crescente ameaça soviética” (posteriormente, para além da retórica dos Direitos Humanos e da resistência da plebe contra o Estado, Glucksmann apoiou a invasão do Iraque em 2003).

Em 1986, Glucksmann publica com Thierry Wolton *Silence on tue*, sobre a crise na Etiópia, um panfleto contra o regime do país e o socialismo africano em geral. O humanitarismo praticado por diversas organizações na ocasião foi descrito como continuação do “sentimento de solidariedade” esquerdista. Essa caridade seria cúmplice do regime que “tomou seus cidadãos por reféns”, uma vez que, sob a justificativa da soberania nacional, devia ser realizada sem contestações políticas, em silêncio. Os autores lamentam que o marxismo, “morto em Paris”, ainda podia ser encontrado em prisões do terceiro mundo.

Sobre essa obra, é interessante notar a ênfase dada ao tratamento televisivo do acontecimento⁶⁰:

Impossibilitado de esconder a tragédia, Mengistu escolheu o momento mais oportuno para explorá-la. Confortável em sua poltrona de secretário geral, o país nos trilhos do socialismo, ele podia deixar entrar milhares de ocidentais sem medo nenhum. O drama até lhe serviu de trampolim para acurar o culto de sua personalidade na mais pura tradição marxista-leninista.

A obra explica que uma catástrofe que não aparece na televisão, não existe mundialmente, citando como exemplos um terremoto na China em 1976 e uma grande fome em Camboja, em 1979, que teria marcado a ruptura entre duas idades de consciência na comunicação de massa. Segundo os autores, “a maior operação de ajuda humanitária realizada na história

Lumière, dès milliers de Vietnamiens ont reconstruit leur vie.”

60. Lembremos do discutido e extremamente discutível papel da mídia no posterior conflito de Kosovo (1999), quando a OTAN atacou a antiga Iugoslávia sem autorização da ONU, e nas duas guerras do Golfo (1991, 2003).

W. Hutchinson “Media, government and manipulation: the case of the two Gulf Wars”; J. KE, “Did the US media reflect the reality of the Kosovo war in an Objective Manner?”.

humana” ocorreu à sombra de um regime culpado, que organizou a disseminação de informações difundidas ao mesmo tempo para um bilhão e meio de terráqueos atônitos. Glucksmann se já se preocupava em definir o princípio de uma moral de calamidade fundada pela nova solidariedade eletrônica. As democracias, afirma, estariam em defasagem nessa guerra de imagens, sofrendo as cenas terroristas sem questionar a estratégia que lhes idealizam.

Quando Nicolas Sarkozy falou em liquidar a herança de Maio de 1968 na campanha de 2007⁶¹, André Glucksmann “respondeu” com um livro em que resume o acontecimento a seu elemento libertário e identifica o então presidente francês a um de seus herdeiros rebeldes⁶². “Foi uma revolução antitotalitária”.

Quando da sua morte, em 2015, Glucksmann foi celebrado por sua capacidade de “indignação”.

Uma análise dos posicionamentos políticos de Glucksmann mostra que na realidade ele nunca mudou de lado. Seu percurso intelectual é eloquente, tanto mais quando descobrimos sua participação em diferentes *think tanks* “neoconservadores”, ou, “de direita”. O termo *spin doctor* tem aqui um representante-tipo, na inversão de conceitos e na denúncia contra o adversário, ou inimigo, daquilo que o seu próprio campo está realizando.

Em 2004, ele assina, com membros do PNAC⁶³ (Projeto para um Novo

61. “Nicolas Sarkozy veut ‘liquider’ l’héritage de mai 68”, in: L’Obs, 30/4/2007. Disponível em: <<http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/elections-2007/20070430.OBS4781/nicolas-sarkozy-veut-liquider-l-heritage-de-mai-68.html>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

62. “Glucksmann père et fils: Sarkozy, enfant de Mai 68?”, in: *Le Point*, 7/2/2008. Disponível em: <<http://www.lepoint.fr/actualites-chroniques/2008-02-07/glucksmann-pere-et-fils-sarkozy-enfant-de-mai-68/989/0/222761>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

63. O nome PNAC remete ao século XX, o século americano, e as propostas para que o século XXI seja igualmente um século americano, ou estadunidense. O *think tank* funcionou de 1997 a 2006, tendo sido fundado por William Kristol e Robert Kagan, com o declarado objetivo de promover a liderança mundial dos EUA – “boa para a América, boa para o mundo”. “Observadores como Irwin Stelzer e Dave Grondin sugerem que o PNAC desempenhou um papel chave na definição da política externa da administração Bush, angariando apoio para a guerra do Iraque”. Após o encerramento de suas atividades, foi substituído pelo novo *think-tank Foreign Policy Initiative*, pelos mesmos fundadores.

Século Americano), uma carta⁶⁴ aos chefes de Estado ocidentais e à Otan clamando por uma nova postura com relação à Rússia e Vladimir Putin:

Estamos profundamente preocupados que esses trágicos eventos [crise de reféns da escola de Beslan⁶⁵] estejam sendo usados para minar ainda mais a democracia na Rússia. (...) No dia seguinte ao horrível crime em Beslan, o presidente Putin anunciou planos para centralizar ainda mais o poder e impor medidas que representam um passo a mais em direção a um regime autoritário⁶⁶. (...) Os líderes do Ocidente precisam reconhecer que nossa estratégia atual com relação à Rússia falhou. Nossas políticas não conseguiram contribuir com a Rússia democrática que desejávamos e que esse grande país merece após todo o sofrimento que suportou. (...) Neste período crucial da história, quando o Ocidente está fazendo avançar mudanças democráticas por todo o mundo, inclusive no Oriente Médio, se faz imperativo que não nos esquivemos de lidar com o comportamento de Moscou e nem criemos um duplo padrão para a democracia nos países da Europa Oriental.

64. Disponível em: <<http://archive.wikiwix.com/cache/?url=http%3A%2F%2Fwww.newamericancentury.org%2Frussia-20040928.htm> (visitado em 24/5/2017)

65. Massacre em escola de Beslan mata mais de 300, Portal Terra, retrospectiva 2004. <http://noticias.terra.com.br/retrospectiva2004/interna/0,,OI435301-EI4427,00.html> (visitado em 24/5/2017)

Cabe mencionar que em abril deste ano, 2017, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos terminou por condenar por unanimidade a ação da Rússia na ocasião, porque “apesar de possuir informação suficiente e específica sobre um ataque terrorista na região contra uma instituição de ensino na abertura do ano letivo, o Estado russo não fez o suficiente para evitar que os terroristas se reunissem e planejassem o atentado”. O tribunal condenou a Rússia a pagar 3 milhões de euros aos requerentes-familiares das vítimas e sobreviventes. O governo russo qualificou a decisão de inadmissível: “Para um país que foi atacado, essas formulações são absolutamente inadmissíveis”, disse o porta-voz do Kremlin Dimitri Peskov.

S. Ayuso, Estrasburgo condena Rússia por “erros graves” na matança de Beslan, *El País*, 13/4/2017. http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/13/internacional/1492071692_601052.html (visitado em 24/5/2017)

66. Lembremos do *Patriot Act*, assinado pelo presidente dos EUA, George W. Bush, pouco mais de um mês após o atentado às torres gêmeas de Nova Iorque, em 2001. 107th Congress Public Law 56, “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001”.

Entre outras participações, contribuiu com a Fondapol⁶⁷ (Fundação pela Inovação Política – “um *think tank* liberal, progressista e europeu”).



Fondation Saint-Simon, arquitetos do social-liberalismo

Claude Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon, foi um pensador francês que à primeira metade do século XIX disseminou, especialmente por meio de jornais, ideias sobre o profundo impacto que a industrialização e o avanço científico trariam à sociedade. Segundo Saint-Simon, essa sociedade reorganizada superaria as mudanças trazidas pela Revolução Francesa e teria a ciência e a indústria como substitutos dos poderes temporais e morais da teocracia medieval.

Em 23 de junho de 1999, *Le Monde* trazia em sua página um artigo de Pierre Rosanvallon que anuncia a dissolução e as razões do término da Fondation Saint-Simon, em atividade desde 1982. O conselho de administração da Fundação era então composto por Jean-Claude Casanova,

67. A. Glucksmann, *Liberté, Égalité, Fraternité*.

Roger Fauroux, *président*, Alain Minc, Jean Peyrelevade, além de Rosanvallon, e a decisão foi unânime: sua tarefa havia sido cumprida.

Rosanvallon distingue dois ciclos, anos 1980 e anos 1990, em que a Fundação teria atingido plenamente sua “função social”:

Nos anos 1980, a Fundação primeiro permitiu criar alguma transversalidade em uma sociedade que permanecia fortemente segmentada, o mundo intelectual e os meios econômicos, ou “profissionais”⁶⁸ (...) Aproximou-se todo um conjunto de pessoas que compartilhavam o mesmo *ethos* modernizador ou reformador, mas que se mantinham à distância por hábito ou conveniências. (...) Em um período em que a esquerda francesa ainda estava majoritariamente enredada nos arcaísmos intelectuais e políticos do programa comum – lembremos apenas do culto às milagrosas nacionalizações –, a simples existência dos nossos encontros abertos já fazia sentido. Mesmo que de maneira modesta, essa iniciativa contribuiu negavelmente a ultrapassar alguns fardos do passado e a acabar com a demonização anterior a qualquer cultura de governo para abrir intelectualmente um novo espaço ao pensamento reformador. (...)

[Nos anos 1990] a função de permitir o encontro e as trocas continuava, mas o foco foi na produção propriamente intelectual. A Fundação Saint-Simon se “universitarizou”, de certa maneira, constituindo o primeiro *Think Tank* à francesa, funcionando ao mesmo tempo como editora e organizadora de grupos de reflexão que produziam. Quarenta livros foram lançados naquele contexto (essencialmente na coleção *Liberté de l'esprit*), com títulos dedicados ao sindicalismo, à política industrial, à Europa, mas também obras de filosofia política, entre as quais algumas que se tornaram clássicos⁶⁹. (...) Mas esses estudos notáveis constituíram apenas a face visível de uma tarefa

68. No artigo, Rosanvallon menciona nominalmente François Furet, Albert Hirschman, Edgar Morin e François Jacob do lado intelectual e, do outro, Michel Albert, François Bloch-Lainé, Roger Fauroux, Edmond Maire, Simon Nora e Antoine Riboud.

69. Nominalmente, *Écrire à l'épreuve du politique* de Claude Lefort, *Principes du gouvernement représentatif* de Bernard Manin, *Histoire intellectuelle du libéralisme* de Pierre Manent, além de ensaios como de Emmanuel Todd sobre o mal-estar da política francesa, de Jean Peyrelevade sobre administração de empresas, de Daniel Cohen, Denis Olivennes e Thomas Piketty sobre o emprego, de Patrick Weil sobre a política de imigração e de Irène Théry sobre o contrato de união social.

intelectual muito mais ampla (...) fomos os primeiros a esclarecer os termos do que viria a constituir, em torno à corrente “soberanista”, um novo eixo de clivagem política e intelectual na França (...) além de análises iluminadoras sobre as transformações contemporâneas do capitalismo⁷⁰. Face aos que nos acusavam por preguiça de pensamento único, tentamos concretamente pensar de maneira livre e aberta, permanecendo absolutamente independentes de qualquer poder. (...)

Se todas essas razões intelectuais e práticas nos convidam a ter a coragem de saber terminar uma história, outros motivos, mais pessoais, também contaram, (...) não posso esconder que o falecimento de François Furet em 1997 colocou um gosto amargo a uma dessas tarefas que só têm sentido pelo prazer da amizade e da iniciativa compartilhada.

Cinco anos após o término oficial da Fondation, o jornalista do Réseau Voltaire, Denis Boneau, escreve um longo artigo sobre o lastro da “atlan-tista” instituição que, entre outras coisas, teria sido participante de uma rede internacional de *think tanks* patrocinada pela CIA (*Club de La Haye*). O Réseau Voltaire não pretende estar inserido em nenhuma forma de objetividade jornalística, de forma que tomemos com pinças as afirmações mais polêmicas, mas o artigo – assim como outros que se seguirão – serve como pedra de roseta para o conteúdo da carta-testamento de Rosanvallon:

No rastro da “terceira via” (...) reuniu personalidades vindas dos círculos liberais e social-democratas e desenvolveu um discurso “nem de esquerda, nem de direita”, qualificado por seus detratores como “pensamento único”.

Seu fundador e primeiro presidente, François Furet, não escondia seus contatos com a CIA após seu rompimento com o Partido Comunista. (...) se apresentava como continuador da obra de Raymond Aron, intelectual anticomunista que organizou o Congrès pour La liberté de La culture (dissolvido em 1975), uma vasta operação da CIA para manipular intelectuais da Europa Ocidental a se engajarem na Guerra Fria.

Ao final dos anos 1970, a escola de Aron (representada nas revistas *Contrepoint*, *Preuves e Commentaire* – esta, dedicada especificamente à análise do fenômeno totalitário) passa a sofrer “concorrência” com

70. De Michel Aglietta, Robert Boyer, Robert Castel e Jean-Paul Fitoussi.

a criação de um novo pólo de reflexão dito “reformista”, composto por jovens intelectuais em busca de reconhecimento acadêmico. Em 1980, Pierre Nora, chefe da editora Gallimard, e Marcel Gauchet, adversário de Michel Foucault, lançam a revista *Le Débat*, que constituirá uma tribuna e um trampolim para a jovem geração encarnada por Alain Finkielkraut, Alain Minc, Gilles Lipovetsky, Luc Ferry... Esta equipe, que defende uma “nova esquerda”, liberal e social, entrará na Fundação Saint-Simon em 1982.

O surgimento da rede Saint-simoniana é resultado do encontro entre dois importantes intelectuais da corrente antitotalitária, o historiador François Furet e o porta-voz da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho) Pierre Rosanvallon, e duas personalidades do mundo econômico, o ultracatólico presidente da Saint-Gobain Roger Fauroux e o influente conselheiro do patronato francês Alain Minc.

Os Saint-simonianos são altos funcionários do planejamento, jornalistas midiáticos, estrelas da televisão, filósofos, chefes de empresas, banqueiros, editores e políticos.

Boneau conta como a Fundação Ford, organizou em 1964 um simpósio em Berlim para criar fundações de estilo americano na Europa e, cinco anos mais tarde, o *Club de La Haye* foi fundado como grupo de contato para tais fundações. Desde então o clube organizou uma série de encontros anuais com temas de propaganda que deveriam ser publicizados por cada fundação em seus países. Segundo o jornalista, Rosanvallon era normalmente o representante da Fondation Saint-Simon em encontros que contavam também com membros da National Endowment for Democracy e de fundações ligadas a George Soros.

As grandes greves de 1995, contra as reformas da seguridade social propostas por Juppé e Notat, teriam sido uma prova de fogo para a Fondation, cujo plano midiático em defesa da aprovação teria fracassado e, posteriormente, levado à sua dissolução.

Jacques Kergoat, sociólogo francês e ex-presidente da Fondation Copernic, considerada de “extrema esquerda”⁷¹, assinava em 30 de junho de 1999

71. Esquerda de transformação social, nas palavras de Jacques Kergoat, em oposição à esquerda liberal.

no jornal *L'Humanité* um artigo que comenta a carta de Rosanvallon publicada em *Le Monde* na semana anterior. A tarefa da Fondation Saint-Simon teria sido efetivamente cumprida de maneira parcial, com a infiltração do liberalismo da esquerda francesa e a modernidade sendo apresentada como renúncia e adaptação ao mercado. Kergoat não entende porque Rosanvallon omite o “real” papel da Fondation, muito mais amplo que um mero lugar de encontros abertos e livres: ela teria funcionado como fulcro de elaboração de um projeto político específico. Curiosamente, diz o sociólogo, Rosanvallon não mencionou como uma das grandes obras patrocinadas pela Fundação o livro que escreveu em colaboração com François Furet e Jacques Julliard ainda nos anos 1980: “República do Centro”, que explicita a natureza do projeto. No entanto, morto um dia antes da publicação desse comentário, Kergoat considerava que a Fondation não havia cumprido plenamente sua função na medida em que o impulso liberal não teria conseguido se encarnar em uma forma política que assegurasse sua supremacia e perenidade: um governo de “centro-esquerda” que publicize seu credo liberal.

Laurent Bonelli, membro do grupo de análise política (GAP) de Paris-X, retoma o pensamento de Pierre Rosanvallon sete anos após o encerramento das atividades da Fondation Saint-Simon⁷². Assim como na entrevista que abriu este trabalho, com Claude Lefort, Rosanvallon demandava na época uma postura mais ativa na decodificação e formulação social por parte dos intelectuais: “há um déficit de compreensão”, ele dizia. Em 2002, o antigo presidente Saint-simoniano lançava a coleção “La republique des idées”, propondo lançar pequenos ensaios com o objetivo de refundar a esquerda reformista. Em sua leitura:

No começo dos anos 1970, a esquerda [*a esquerda, para ele, resumida ao Partido Socialista*] dispunha de uma bagagem política e intelectual, o programa comum, que era na realidade um resumo da história do socialismo desde o começo do século XX. Então foi com um capital de ideias envelhecidas que ela iniciou sua subida em potência que lhe levará ao poder em 1981. Daí a ideia da ‘deuxième gauche’, que defendia a modernização a partir da aceitação da economia de mercado, mas também por uma abertura à sociedade civil e uma cultura dos direitos

72. L. Bonelli, “Quand Pierre Rosanvallon fustige un deficit de compréhension”.

individuais herdada de Maio de 1968. A chegada de Michel Rocard ao Matignon⁷³ marcou o ápice desse movimento, mas em seguida a esquerda governamental não conseguiu passar a uma nova etapa, e é com isso que “La république des idées” pretende contribuir.

Bonelli define a pretensão de Rosanvallon: apagar a expressão dos antagonismos sociais graças às virtudes de um diálogo entre pessoas de boa companhia com o objetivo de “redefinir, nessa tarefa, um projeto de soma positiva para todos”, que o analista considera uma visão assaz singular do trabalho de “análise e compreensão da realidade” que Pierre Rosanvallon tomou para si.

Epílogo

Em 2012, após a vitória de uma campanha reverberantemente antiliberal, antifinancista e “antieuropeia”, como se dizia por lá em referência às medidas de austeridade que vinham sendo impostas pela União, François Hollande assumiu a presidência da França e passou a atuar exatamente como seu contrário discursivo. Assinou os tratados de austeridade e teto de gastos, trabalhou em afinado conjunto com Angela Merkel, tocou “reformas” diversas que reduziram ou retiraram direitos conquistados da população. Basicamente, realizou com mão de ferro o programa do candidato derrotado no pleito.

Como propusemos na introdução, sigamos com as evocações paralelísticas. Esta ainda está bastante fresca na memória. François Hollande, ainda que “impedido” de concorrer à reeleição por sua altíssima impopularidade, conseguiu terminar seu mandato. Mas a que preço?

Em entrevista aos historiadores Pierre Nora e Marcel Gauchet publicada em setembro de 2016 na revista *Le Débat*, o então presidente François Hollande foi provocado a responder se seria reconhecido como o presidente do fim da ideia socialista⁷⁴. Ele responde que o socialismo é realmente

73. Michel Rocard, figura reconhecida da *‘deuxième gauche’*, foi nomeado primeiro ministro de François Mitterrand logo após sua reeleição, em 1988.

74. M. Gauchet; P. Nora; F. Hollande, “Une France fraternelle”. François Hollande vinha defendendo uma “mudança de nome” do Partido Socialista (PS) para Partido Progressista (PP), possivelmente projetando a absorção do partido em um

mais uma ideia que uma organização e que, apesar de ser socialista, é contra a socialização dos meios de produção e sempre foi. Prosseguiremos com trechos da entrevista (grifos meus):

Quando Léon Blum evoca o que lhe fez tornar-se socialista, diz que o determinante foi a ideia de justiça. Hoje, eu sou conduzido por essa ideia de justiça para assegurar o destino de uma nação, não qualquer uma, a França, no mundo. (...) **É possível construir o socialismo em um só país? A resposta já foi dada pela História e pelos fatos. A questão é saber se a esquerda, mais que o socialismo, tem um futuro no mundo ou se a globalização reduziu ou até aniquilou essa esperança, essa ambição, essa pretensão, de uma maneira tal que só haveria um modelo e que as fronteiras entre direita e esquerda seriam tão frágeis que o voto dos cidadãos só passe a obedecer uma lógica de adesão a personalidades.**

Quando questionado sobre a falta de clareza quanto à dificuldade programática dos socialistas, recordando a mudança de rota de Mitterrand em 1983, a resposta foi particularmente escandalosa:

Eu não preciso me situar nesse debate porque já havia feito meu *aggiornamento* pessoal. **Fui particularmente claro na campanha das primárias, falei de mudança e não de ruptura. O discurso do Bourget⁷⁵ que denunciava a finança, a finança que estrangula os Estados com a crise dos subprimes, foi emblemático porque uma campanha se resume a uma fórmula e a algumas palavras.** Eu não as renego.

A esquerda governamental se torna suspeita no momento em que ela cede às responsabilidades e seu destino é ser

grande Partido Democrata, ao estilo estadunidense.

75. Em 22 de janeiro de 2012, 25 mil pessoas escutavam o vencedor das primárias do PS em discurso que fez as vezes de lançamento da campanha presidencial. Entre as passagens mais retumbantes, podemos citar: “Nessa batalha que está começando, vou lhes dizer quem é meu adversário, meu verdadeiro adversário. Ele não tem nome, não tem rosto, não tem partido. Ele nunca vai sair candidato, e por isso não será eleito, ainda que agora ele governe. Esse adversário é o mundo das finanças”. Nesse discurso, Hollande apresentou um programa preciso, pela reorientação da política da UE, lei bancária, reforma tributária etc., que não foi cumprido.

sempre acusada de traição. Não há um só exemplo de uma esquerda no poder que não tenha estado sob a pressão dos procuradores de alternativas.

Confrontada a essa suspeita perpétua, **a esquerda governamental não deve baixar a cabeça, deve se orgulhar do que faz. Ela deve se definir como uma força de gestão e de transformação, cujos méritos não podem ser louvados somente quando ela deixa o poder.** A esquerda é sempre linda na oposição, não só porque fica com as mãos limpas, mas também porque mitifica suas reformas do passado, esquecendo como foi duro o convencimento de que eram bem fundamentadas quando teve essa responsabilidade. Esse reencantamento *a posteriori* não é saudável.

Confrontado com a ideia de que o comunismo já não representaria o “superego” da esquerda como já havia representado, diminuindo a possibilidade de acusação de traição e possibilitando uma maior concordância entre discurso e atos, Hollande listou os novos superegos da atualidade:

Ele não se chama mais comunismo, mas **“alternativa”, “outra esquerda”, “insubmissa”**. Ele é influente **em alguns meios universitários ou militantes que consideram que nós nos perdemos** e que, de qualquer modo, a questão não é mais o poder. O objetivo é impedir. O projeto é muito diferente, sobretudo com relação à antiga posição do Partido Comunista. **Hoje a própria ideia de exercer o poder é contestada.** O objetivo é enterrar o Estado por todos os meios, de acordo com a teoria do grão de areia. Já não é contestar suas reformas, mas sim paralisar o Estado. E desafiá-lo, até no terreno da manutenção da ordem, daí a violência contra os policiais (...) **O que é novo é a renúncia. Porque o mundo está globalizado, porque as fronteiras entre esquerda e direita estão se apagando, então mudemos de estratégia e recorramos à obstrução. Encontramos essa tentação no meio sindical.** Melhor que passar pela negociação para buscar um meio-termo é bloquear, sem que haja necessidade de mobilizar grande efetivos para chegar a esse resultado.

Após a tergiversação sobre a inadequação do discurso ao governo, Hollande foi questionado claramente sobre a conveniência de “mostrar suas cores e assumir o social-liberalismo que pratica”, abandonando a própria palavra “socialismo”, ao que respondeu que:

O socialismo é uma ideia que tem a vida dura. A questão é saber o que a gente coloca atrás da palavra. O socialismo não se resume a instrumentos, uma organização ou uma doutrina econômica. Por outro lado, **ele carrega o movimento de redução das desigualdades em escala planetária. Ele se encarna em partidos que, para alcançar esse objetivo, aceitam o reformismo para garantir o progresso ao longo do tempo. Se ser social-democrata é aceitar a negociação, sou social-democrata.** Garantir o lugar dos atores sociais, é disso que se trata a lei trabalhista tão denunciada por aqueles que temem a negociação coletiva em sua forma mais pertinente. Ao longo de todo o meu mandato, **procurei colocar em diálogo um patronato moderno e um sindicalismo reformista.** É difícil, há resistências. **E à direita como à esquerda ainda há aqueles que acham que tudo deve passar pelo Estado e pela lei.** Mas desde 2012 acordos importantes foram negociados e o sindicalismo reformista se fortaleceu.

Social-liberalismo? É o liberalismo sem a brutalidade. Não sou um liberal no sentido de que a lógica do mercado deve ditar tudo. Por outro lado, admito em certas circunstâncias uma política da oferta. **Em 2012 o estado do país justificava ajudar as empresas para melhorar sua competitividade.** Foi esse o sentido do pacto de responsabilidade. **Foi de direita, foi de esquerda? Foi necessário, e eu o fiz. A oferta deve necessariamente encontrar a demanda.** É o reestabelecimento das margens que permite proceder à redistribuição. **É preciso produzir antes de repartir.** E sem consumidores, não existe futuro para os empreendedores. O liberalismo é a ideia de que somente o mercado fornece bons sinais, que o Estado perdeu sua função, que a regulação é contraprodutiva. Oras, tudo que eu fiz, seja no plano ambiental, fiscal ou financeiro contradiz essa visão da economia. **Recusar o dirigismo não significa se aliar ao liberalismo! É preciso que o Estado cumpra seu papel e o exerça com autoridade para que o mercado possa ser mais eficaz.** E que a economia integre o progresso social, o longo prazo e os imperativos da luta contra o aquecimento climático. O social não é algo que se agrega à ecologia, eles já são uma coisa só.

PARTE 2

François Furet, enorme maestro revisionista, foi entrevistado pela *Folha de S.Paulo* em 4 de janeiro de 1992. Ali, ele elenca a cambaleante URSS entre os impérios coloniais, “fadados a desaparecer”. Outras ideias-força que vimos apresentando ao longo dos últimos capítulos também são expostas de modo muito bem acabado:

A invocação do mercado é mágica. **A tirania comunista conseguiu transformar a sociedade liberal de mercado numa utopia.** Essa inversão de valores transformou os comunistas em direitistas e os defensores do mercado em esquerdistas. Na Europa oriental, quanto mais comunista você é, mais conservador. Como consequência, há um vácuo entre a esquerda da Europa oriental e as esquerdas da Europa ocidental e da América Latina.

Para o liberalismo, a essência do homem é a liberdade. Para Marx, a liberdade moderna não passa de uma mentira da sociedade de mercado. Marx faz a crítica da liberdade moderna, mas ao fazê-lo, divide com Adam Smith o mesmo solo. Nesse sentido, **o fracasso do comunismo é para nós somente um retorno às contradições básicas da sociedade liberal. É um retorno a Smith, é um retorno a Tocqueville, a Constant ou a Mill.** Não há uma ideia nova no que os anticomunistas chamam erradamente de “revoluções” na Europa do leste. Se você olha o que emerge na URSS, em Praga, em Varsóvia, não há nada novo: o mercado, a democracia pluralista, os direitos humanos, a ideia de “*check and balances*”... Não há uma ideia nova sequer! **As populações que abandonam a experiência comunista parecem obcecadas pela negação do regime vencido, por uma paixão da restauração: restauração do estado de direito, da liberdade, da propriedade privada, do mercado.**

O que o processo na Europa oriental nos mostra é que é impossível nos livrarmos do liberalismo. Se queremos ser ricos, temos que viver com o mercado. Se queremos uma sociedade que produza muitos bens e aumente o bem estar da população, temos que aceitar o mercado. **O colapso do comunismo nos deixou sem alternativas. Estamos condenados a viver na sociedade liberal.** Podemos aprimorá-la, introduzindo mudanças aqui e ali, mas **não podemos mais sonhar com uma sociedade**

democrática pós-liberal. Essa situação traz um problema filosófico interessante: **vamos viver em democracias privadas de um horizonte utópico e essa é uma situação sem precedentes nas democracias ocidentais.** É o que Fukuyama chama de fim da história. **Mas o fato de que até agora ninguém tenha sido capaz de ver além, não significa que a história acabou.**

Em 2 de agosto de 1995, a *Folha de S.Paulo*, na editoria ‘brasil’ (com minúscula), considerou “notícia” um presente recebido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o livro *Le Passé d’une Illusion*, de François Furet – lançado na França no ano anterior e até então não traduzido ao português. Foi dado pelo então ministro da Ciência e Tecnologia José Israel Vargas, “em função do interesse de Ruth Cardoso pelo assunto”.

Dos meios

A *Folha* cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas. (Projeto Editorial da *Folha*, 1997)⁷⁶

O corpus desta parte é composto por peças publicadas na *Folha de S.Paulo*. Esse jornal servirá como base da análise porque tradicionalmente foi considerado um jornal de maior amplitude ideológica, menos identificado ao conservadorismo e com alguma intenção de discussão intelectual. Sua derrapagem só não parece mais gritante que a da revista *Veja*, mas os casos de patologia editorial não são isolados.

A título de sucinta apresentação, digamos que a empresa nasceu em 19 de fevereiro de 1921 com o nome *Folha da Noite* e veio a tornar-se Grupo *Folha*, agregando a *Folha de S.Paulo*, o jornal *Agora*, o site *Folha On-line*, o portal de conteúdos e serviços UOL, a maior gráfica comercial do Brasil (Plural), o instituto de pesquisas Datafolha, a editora de livros Publifolha, uma livraria virtual, a agência de notícias Folhapress etc. A *Folha de S.Paulo* tornou-se

76. Disponível em: <<http://temas.Folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-Folha/projetos-editoriais-antiores/1997-caos-da-informacao-exige-jornalismo-mais-seletivo-qualificado-e-didatico.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

o jornal mais vendido do país na década de 1980, consolidando a posição durante a campanha de redemocratização de 1984, e em novembro de 2017 possuía uma circulação total (digital e impressa) de 292.331 edições⁷⁷.

Retomando o trecho da abertura do capítulo, vemos de entrada que a *Folha* não esconde a que vem em seu projeto editorial. Seria difícil conceber um texto mais espantoso de definição do jornalismo praticado pela empresa. Em um exercício barroco, o texto pretende que seja possível “cristalizar”, “moldar” e “doutrinar” elementos que são, por natureza e definição lexical, instáveis, cambiantes e/ou essencialmente neutros – a saber, a “crítica”, o “pluralismo” e o “apartidarismo”. Aqui também é digno de nota que a *Folha* tenha renunciado ao jornalismo “moderno”, que figurava justo ao lado dos outros itens no manual de 1984.

Na frase seguinte, aprendemos que a crítica, o apartidarismo e o pluralismo são, para o jornal, “valores” – ou seja, derivam da esfera moral e não epistemológica ou metodológica. Ou, ainda, são relativos. Esta segunda interpretação pareceria ganhar consistência com a frase que segue, a mais tremenda do trecho reproduzido, em que teríamos que nos afastar ainda mais do senso comum para encontrar algum sentido lógico no que está escrito.

Os tais valores adquiriram uma característica doutrinária. A tal “característica doutrinária” não vem a ser desenvolvida ao longo do manual, devendo, portanto, se sustentar sozinha.

77. Números auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação), segundo a própria *Folha de S. Paulo*. <http://www1.Folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5>.

Segundo o dicionário Michaelis online:

dou·tri·ná·ri·o

adjetivo

- 1 V doutrinal.
- 2 Que se mostra excessivamente apegado a uma doutrina e à aplicação rigorosa de seus postulados.
- 3 Que é sentencioso e dogmático em seu modo de expressar-se; afetado, doutoral, empolado.

sm

- 1 Hist Partidário, na França, de uma política moderada ou de meio-termo entre a democracia pura e a tradição monárquica.
- 2 Conjunto de ideias, concepções, teses etc.
- 3 Político muito dado a teorias e pouco prático na aplicação de suas ideias.

O autor pretendia, possivelmente, que entendêssemos que os valores da crítica, do apartidarismo e do pluralismo passaram a ser aplicados rigorosamente. Mas que escolha de palavras! Aprendemos ali que a personalidade (!) do jornal possui uma característica doutrinária. Uma doutrina é, antes de tudo, um “conjunto de princípios em que se fundamenta um sistema religioso, político ou filosófico; ideologia, sistema, teoria”⁷⁸. Um postulado não é uma técnica, nem um método. Um postulado não é mais que um princípio admitido, não demonstrável e não evidente, um ponto de partida para um sistema teórico, religioso ou ideológico.

O campo semântico escolhido infalivelmente nos afasta da ideia de técnica ou método profissional. O jornal possui uma “personalidade”, não uma “marca” ou qualquer outra palavra menos explicitamente subjetiva e unívoca – características que afastam as ideias de apartidarismo, pluralidade e crítica. Esta “personalidade” é “impregnada”. Ou seja, é infiltrada pouco a pouco, é decisivamente influenciada por algo que lhe foi incutido pela tal da característica doutrinária.

O que quer que signifiquem de fato as palavras – crítica, pluralidade e apartidarismo – que o formulador do manual escolheu para escandir o que seriam os valores do jornal –, nós sabemos que esses valores são “cristalizados” e “adquiriram uma característica doutrinária”. Sabemos também que

78. Dicionário Michaelis On-line.

uma característica doutrinária “impregna a personalidade da *Folha de S.Paulo*” e “ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas”.

Depois de toda essa ode à ideologia, contrariada apenas pelos autodeclarados princípios de “crítica, apartidarismo e pluralidade” perdidos no texto, em seguida leremos admirados que:

Se o jornalismo atravessa um período de qualificação, que ultrapassa a ênfase normativa do período anterior, a decorrência é que aqueles valores devem ser tomados, também eles, de modo mais qualificado. Isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas refiná-la e torná-la mais aguda num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida, o debate ideológico. (Projeto Editorial da *Folha*, 1997)⁷⁹

Em 1997 Fernando Henrique Cardoso ainda era presidente. A continuação do ambiente de fim da história é afirmado como evidência nesta mesma revisão do Projeto Editorial.

A “característica doutrinária” neste trecho é parafraseada como “ênfase normativa”, confirmando o significado exprimido no excerto anterior. Só que os valores, no plural, que no passado adquiriram a ênfase normativa, – ou seja, a crítica, a pluralidade e o apartidarismo – devem ser refinados. A crítica deverá ser refinada porque o certo e o errado já não respondem a parâmetros ideológicos, mas a critérios técnicos.

O pluralismo, apequenado muitas vezes na auscultação meramente formal do “outro lado” da notícia, deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico. Mesmo a atitude apartidária, que veda alinhamentos automáticos e obriga a um tratamento distanciado em relação às correntes de interesse que atuam sobre os fatos, não pode servir de álibi para uma neutralidade acomodada, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar.

O “apartidarismo” dará lugar a uma atitude ativa e responsável.

79. Disponível em: <<http://temas.Folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-Folha/projetos-editoriais-antiores/1997-caos-da-informacao-exige-jornalismo-mais-seletivo-qualificado-e-didatico.shtml>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

A *Folha* publica que só fará críticas “refinadas” ao governo e que “qualificou” seu “apartidarismo e pluralidade”. Ela também anuncia que o pensamento único – a técnica, o liberalismo, as tendências internacionais – não é ideológico e que a esquerda morreu. Não há maiores mudanças com relação à versão anterior, da qual também consta um trecho que nos ajudará a melhor apreciar a evolução do veículo em sua autodeclarada tarefa:

A evolução do jornalismo brasileiro na década de 1980 culminou no impeachment do presidente da República em 1992, no qual a imprensa teve papel determinante. Os telejornais ganharam desenvoltura informativa, firmou-se nos meios impressos o prestígio de um profissionalismo independente, submetido apenas às forças de mercado. (...) **Os meios de comunicação passaram a refletir pressões crescentes de democratização do poder público, expressas em timbre moralizador (...)**

Entrou em grande evidência um jornalismo baseado na investigação, nem sempre conscienciosa, de irregularidades na administração pública, divulgadas de forma categórica, às vezes bombástica. O impeachment ocupa entre nós posição análoga à do caso Watergate na evolução da imprensa norte-americana, seja no sentido de ter revitalizado a função político-institucional do jornalismo, seja no de revelar falhas que o próprio aumento da influência dos meios de comunicação tornou patentes.

Assim como cresceu a percepção crítica da imprensa em relação aos poderes instituídos, especialmente os de natureza pública, aumentou também a recepção crítica dos meios de comunicação por parte da sua base social, o público que consome a mercadoria-informação. O mal-estar que cerca a imprensa passou a se traduzir em três acusações predominantes: ela seria superficial, invasiva e pessimista. Em vez de se voltar para o esclarecimento de processos complexos e contraditórios a imprensa opta – de acordo com a primeira crítica – por pinçar seus fragmentos mais estridentes, praticando simplificações que só aparentemente refletem uma disposição crítica, na verdade conivente com as estruturas que finge ignorar. Para o segundo tipo de acusação, no afã de obter revelações chocantes a imprensa atropela quaisquer limites, sobrepondo um suposto interesse público, cuja extensão ela mesma estabelece, aos direitos individuais de privacidade e reputação. Tangida pela competição à busca do “furo pelo furo”, permeada

por uma atmosfera de descrença reinante nas redações, a imprensa adota uma linha destrutiva – daí o seu alegado pessimismo. (...)

Subordinado a um regime de pressa que faz parte de sua utilidade pública, o jornalismo está sujeito a erros e distorções, raramente premeditados. (...)

Como praticar um jornalismo mais interessante (pois há queixas também nessa direção) e ao mesmo tempo mais ponderado? Como manter e até ampliar o diapasão de crítica, sem ferir direitos nem utilizar métodos capciosos? Como aprofundar os enfoques sem perder a necessária vivacidade jornalística? Como evitar tanto o conformismo como a crítica pela crítica? Mais especificamente, **essas questões deverão assumir forma prática com a nova legislação de imprensa, que provavelmente tornará mais ágeis e frequentes as punições nos casos em que prevalecer, em juízo, o entendimento de que houve negligência ou abuso.**⁸⁰

Se ao longo da década de 1980 a *Folha* lançou cinco projetos editoriais (1981 – A *Folha* e alguns passos que é preciso dar, 1984 – A *Folha* depois da campanha diretas já, 1985 – Novos rumos, 1986 – A *Folha* em busca da excelência, 1988 – AA Hora das reformas), a de 90 teve apenas o projeto de 1997 (Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático)⁸¹. Posteriormente, foi apenas em 2017, 20 anos depois, que a *Folha* atualizou seu Projeto Editorial. E isso não se dá casualmente.

Em “Sua excelência, o consumidor de notícias” (2017), o jornal demonstra querer enfatizar o combate às fake news e ampliar o debate pluralista para fazer face à intolerância encontrada nas redes sociais. Se nos demais projetos os princípios editoriais básicos pareciam, ainda que oscilando em advérbios e graus, estar sintetizados em quatro características (pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independente), em 2017 a *Folha* listou doze princípios que exprimem mais uma resposta a pressões externas que uma autorreflexão sobre sua forma de fazer jornalismo. De outro ângulo, também poderiam ser lidos como uma autocrítica pelos de boa-fé – com

80. Nos anos 2000 ainda veríamos a *Folha* defendendo a “legislação da imprensa”, desta vez na crítica dos monopólios. Bons tempos pré-antitotalitários.

81. Para apresentação comentada dos distintos projetos editoriais da *Folha de S.Paulo*, vide T. R. Diniz, “O que guia o maior jornal do Brasil: a visão editorial da *Folha de S.Paulo*.”

relação à postura do jornal nos últimos anos, ou como uma promessa de pisada no freio com relação à “fiscalização” dos governos vindouros⁸².

-
82. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la; 2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas; 3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público; 4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes; 5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores; 6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa; 7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório; 8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão; 9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário; 10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo; 11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei; 12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção. In: Manual da Redação da *Folha* chega à 5ª e mais ampla versão, *Folha On-line*, 18/2/2018. Disponível em: <<https://www1.Folha.uol.com.br/poder/2018/02/manual-da-redacao-da-Folha-chega-a-5a-e-mais-ampla-versao.shtml>>.



*Imagens de caráter meramente ilustrativo, sempre.

“Autenticidade de ficha de Dilma não é provada”⁸³

Publicado na própria *Folha* – como uma espécie de selo na carteirinha de vacinação do jornal pluralista –, um artigo do filósofo Renato Janine Ribeiro aponta criticamente a evolução do leitor do periódico de “cidadão” para “consumidor”: “Dá vontade de dizer que o leitor deveria ser visto

83. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u556855.shtml>>. Acesso em: 19 maio 2017. No artigo justificativa, a *Folha* afirma que “cometeu dois erros”, e nenhum deles foi ter publicado uma imagem com alto potencial deletério sem possibilidade de verificar sua autenticidade. Por erro, finalmente, lia-se mentira. Em palavras do jornal:

“O primeiro erro foi afirmar na Primeira Página que a origem da ficha era o arquivo [do] DOPS”. Na verdade, o jornal recebeu a imagem por e-mail. O segundo erro foi tratar como autêntica uma ficha cuja autenticidade, pelas informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada”.

Não pode ser descartada, ainda que o coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que conserva os documentos do DOPS, tenha afirmado categoricamente ao jornal que “Essa ficha não existe no acervo (...) Nem essa ficha nem nenhuma outra de outra pessoa com esse modelo. Esse modelo de ficha a gente não conhece”.

A matéria conclui com: “Apenas parte dos acervos dos velhos DOPS está nos arquivos públicos. Muitos documentos foram desviados por funcionários e hoje constituem arquivos privados”.

mais como cidadão do que como consumidor. Mas o jornal sabe disso. No Projeto Editorial, a palavra cidadão aparece três vezes, só que nunca sozinha: uma vez como leitor-cidadão, duas como cidadão-contribuinte.”⁸⁴.

Por ocasião do aniversário do periódico em 19/2/2018, a *Folha de S.Paulo* publicou autoelogio em que explicita que “vem sustentando uma linha de fiscalização crítica em relação a todos os governos” e “define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências”.⁸⁵

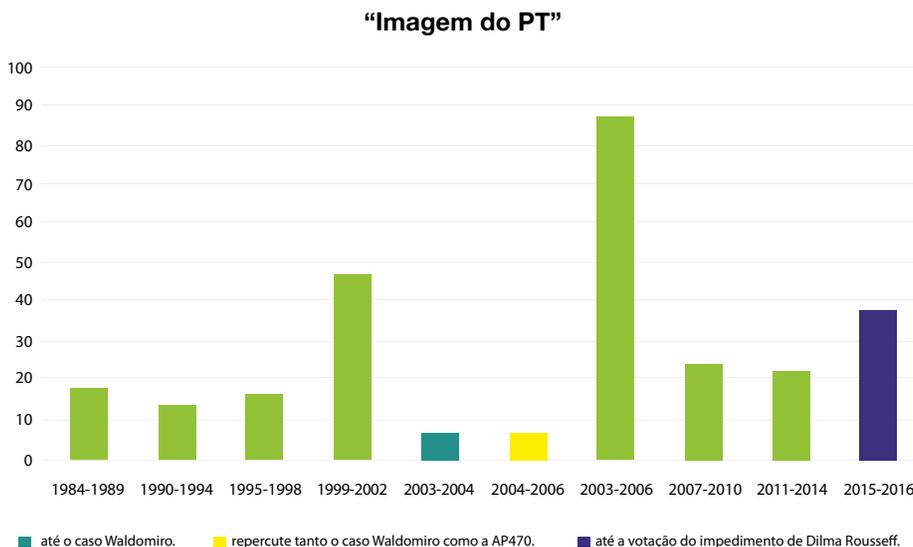
A imagem do PT

Ao longo dos anos, a imagem do PT vem sendo mencionada pela mídia em diferentes contextos, em uma tentativa tanto de capturar a dita opinião pública como de moldá-la. É importante notar que textos que mencionam a “imagem do PT” são em geral de análise política e eleitoral, não refletindo necessariamente a forma como o partido figura no restante do noticiário. Isso ficará claro especialmente na cobertura do período de 2011 a 2014.

Em uma busca exaustiva nos arquivos do jornal *Folha de S.Paulo*, de 1984 até a votação do impedimento de Dilma Rousseff em 2016, selecionamos os contextos imediatos (frase ou parágrafo) em que aparece a expressão “imagem do PT” e observamos a seguinte distribuição de ocorrências (segundo períodos de eleições presidenciais):

84. R. J. Ribeiro, “Em novo ‘Manual’, leitor é consumidor, não mais cidadão”, *Folha de S.Paulo*, 24/2/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/02/em-novo-manual-leitor-e-consumidor-nao-mais-cidadao.shtml>>.

85. “Fundada em 1921, *Folha* sustenta fiscalização crítica dos poderes”, *Folha On-line*, 18/2/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/fundada-em-1921-folha-sustenta-fiscalizacao-critica-dos-poderes.shtml>>.



Fonte: Folha de S.Paulo.

Durante o primeiro período, de 1984 a 1989, o termo é utilizado sobretudo na posição de objeto, sendo afetado por uma série de sujeitos entre os quais se destacam “manchete” (que insinua que Maluf teria voto no PT; que nada tem a ver com o texto) e “campanha” (ideológica; cerrada das forças conservadoras; brutal). As ações associadas são majoritariamente negativas, mas de natureza mais “técnica” (comprometer, prejudicar, minar, estigmatizar, desmistificar), e demonstram que a imagem do PT ainda é algo frágil e em processo de construção (criar, distorcer, desestabilizar, fortalecer, associar). Esse último ponto também se verifica pela alta ocorrência do verbo “tentar” (6) nos contextos selecionados. Tentava-se “fazer algo” com relação à imagem do PT, perante uma “opinião pública” (4 ocorrências).

Quanto à qualificação, entre “tentativa”, negativa ou afirmativa, figuram: raivosa de 1982, irresponsável, fora do sistema partidário. Entre as pessoas citadas nos contextos de 1984 a 1989 estão Lula (8), Suplicy (5) e Maluf (2) – comprometendo a imagem do PT desde os anos 1980).

Notemos que o que viria ou não a prejudicar a imagem do PT não estava associado em absoluto a corrupção. Seguem alguns exemplos:

25 de setembro de 1984

Acho que a manchete da *Folha* insinuando que o Maluf teria voto no PT só tem duas explicações, ou é erro da redação ou é má fé da pessoa que fez a manchete, pois, quem sabe, chateada pelo fato do Maluf ter voto no seu partido, quis comprometer a imagem do PT com a opinião pública brasileira.

13 de abril de 1986

O virtual candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo paulista, Eduardo Matarazzo Suplicy, 44, admitiu ontem, em Guariba, que a prisão dos cinco membros do PT após assaltarem uma agência do Banco do Brasil, ontem em Salvador, poderá prejudicar a imagem do partido.

16 de julho de 1986

Querem criar pretexto para jogar o PT na ilegalidade.

13 de setembro de 1986

O Gabeira é uma vacina antirrábica contra a imagem do PT raivoso de 1982.

23 de agosto de 1987

Para Figueiredo, a administração de Maria Luiza em Fortaleza se caracteriza pelo fracasso, “e ela se filiando ao PSB trará esta péssima imagem, deixando limpa a imagem do PT.

22 de julho de 1989

(...) matérias ‘PT usa carros oficiais na campanha de Lula’ e ‘Lula não supera Sarney’, do reacionário Gilberto Dimenstein, mostram como a *Folha* não poupa esforços para denegrir a imagem do PT.

28 de novembro de 1989

O ex-titular do Incra, José Gomes da Silva, está articulando reunião com empresários da área rural, no Rio, para tentar desmistificar a imagem do PT.

No período subsequente, 1990 a 1994, observamos a estabilização de uma primeira “imagem do PT” segundo a *Folha*. Já aparece mais vezes como sujeito e os verbos que a afetam denotam ação suave sobre um objeto consolidado (produzir um desgaste, desgastar, arranhar, reforçar, mudar)

e sua colocação em relação a outros objetos do mundo político (desvincular, vincular, dissociar, conseguir dissociar, associar, ligar). Esse processo é realizado majoritariamente por agentes “internos” (petistas, Maurício – prefeito desfilado do PT –, deputados do PT, decisão de não participar da revisão constitucional, Lula, greve).

A imagem do PT é associada a adjetivos e adjuntos como: moderado, estúpido, radical, embaraçoso, imagem do prefeito, jovens militantes, “regimes socialistas” e “socialismo burocrático”. Podemos observar como as experiências de gestão passam a influenciar a “imagem do partido”, que enquanto “imagem” também passa a ser associada explicitamente às experiências, então já derrotadas geopoliticamente, do socialismo.

Data deste período a primeira menção – nos contextos imediatos – a disputa interna com relação à “mudança na imagem” do partido, defendida por José Dirceu, criticada por Cândido Vaccarezza. As pessoas citadas nos contextos desse período são Lula (5), Gilberto Dimenstein (3), José Dirceu (2), Maurício (2), Bittar, Djalma Bom, Cândido Vaccarezza e José Genoino.

06 de outubro de 1994

Do coordenador da campanha de José Dirceu (PT), Cândido Vaccarezza, sobre as declarações do candidato favoráveis à mudança da imagem do PT: – Isso aponta para a disputa interna, o pior caminho para o PT.

24 de setembro de 1994

A menos de 50 metros da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, conversaram pacientemente com eleitores durante duas horas. Quem se acostumou a vincular a imagem do PT com a de jovens militantes se surpreendia com a abordagem.

Entre 1995 e 1998, aquela primeira imagem se desestabiliza, com um novo aumento de “tentativas” (6) de ação sobre ela. Permanecem os arranhões (2), reforços e associações (2 – a MST e CUT, em contexto negativo – saques e greves), mas a tônica está em recuperar (2), mudar (2), alterar, confundir, melhorar, descaracterizar, diluir, tentar fixar e, finalmente, tornar-se preocupação.

O foco eleitoral fica evidenciado, com campanhas, linhas de campanha, campanhas publicitárias, candidaturas e comunicadores assumindo a posição de sujeito pela primeira vez. “Acusações” também figuram como agentes sobre a imagem. As questões internas do partido ganham protagonismo no processo, havendo três menções (sobre 15) a divisão interna, disputa interna e adversários internos. Nos qualificadores, reforça-se a ideia da discórdia (“idiotice de alguns filiados”, “que não consegue se unificar”), a de oposição irracional (“perfil negativo e pessimista”, “sectário”, “fechado a alianças”), a de estar fora do sistema (“imune à corrupção”), a da mudança (“sem barba”) e o centro lulista (“de Lula”). Programa e imagem devem andar lado a lado, segundo a esquerda do partido.

As pessoas citadas nesses contextos imediatos são Markus Sokol, Arlindo Chinaglia, Ângela Guadagnin, Celso Pitta, Luíza Erundina (7), Lula (5), Simões (2), Palocci, Marta, José Dirceu, além de três menções a CUT e três ao MST.

Dignas de nota estão as menções a “táticas nazistas”, “frente de centro esquerda pragmática” e duas vezes a “corrupção”.

17 de julho de 1996

Autorizado pela Justiça Eleitoral, ainda esta semana o PT colocará 150 *outdoors* na cidade de São Paulo com a palavra “sim” em destaque, acompanhada de uma estrela vermelha, símbolo do partido, e do nome de Erundina, de forma discreta. Trata-se de uma tentativa de alterar a imagem do PT, tido como um partido “do contra”.

02 de junho de 1997

Folha – Na sua análise, as denúncias tentam atingir Lula?

Angela – Atingir o PT.

F. – A sra. acha que o objetivo foi atingido?

A. – (Há) um repique de acusações, a cada hora uma denúncia diferente. Dificilmente será recuperada a imagem que o PT possuía.

F. – A crise arranhou a imagem que o PT tentou fixar, de um partido imune à corrupção?

A. – Tenho certeza de que nós administramos com moralidade o dinheiro público. Em todos os escândalos nacionais, como o do Collor e o da CPI do Orçamento, nunca foi conseguido ligar o PT. A partir

do momento em que demonstrarmos que as denúncias são infundadas, a credibilidade do PT vai ser muito grande.

09 de julho de 1997

Simões declarou que sua candidatura é contra a “descaracterização e diluição do programa e da imagem do PT”, o que ocorreria se o partido formasse uma frente de centro-esquerda “pragmática” para disputar as eleições de 1998. Palocci, favorito para ganhar o diretório paulista, disse que o PT precisa “ouvir a sociedade e fazer debates mais plurais”. O ex-prefeito quer ainda que, em 1998, a legenda faça “amplas alianças”.

13 de junho de 1998

O alvo principal da propaganda pefelista é a classe média. Pesquisas qualitativas do partido mostram que essa parcela da população não estaria identificando o PT por detrás das ações da CUT e do MST.

O período de 1999 a 2002 traz o primeiro salto nas menções à “imagem do PT”. São 47, em contexto majoritariamente negativo e fora do controle do partido – os agentes sobre ela já não são somente as campanhas e seus próprios membros. Eles continuam (“decisão da convenção PT-RJ”, “nós- PT”, “Tarso Genro”, “Heloísa Helena”), também em seu aspecto de divisão como fator de desgaste (“brigas internas”, “disputas internas”) e de campanha (“Carlito”, “vermelho”, “pesquisas”, “projetos de Franca que serão usados no programa eleitoral”, “programa de Lula”), mas eventos da política passam a ser centrais (“nomeação de esposa do prefeito de Recife”, “apoio de Maluf”, “punição de Heloísa Helena”, “levar a senadora a processo disciplinar”, “polêmica do anonimato das emendas” etc.).

Entidades externas e adversários bem identificados, em contraste às “campanhas ideológicas” genéricas dos anos 1980, passam a atuar (afetando ou comentando) sobre a imagem do PT (Maluf, PSDB, declaração de FHC, *Folha*, embaixador estadunidense, tucanos, elite mesquinha) e a questão denunciatória começa a pesar (“denúncias envolvendo o governo gaúcho”, “denúncias”, “o caso” – denúncias –, “investigações do assassinato do prefeito Celso Daniel”).

O principal contexto em que ocorrem as menções – de análise eleitoral – é apreensível a partir das expressões adjuntas: projeto, propaganda, pesquisas, pesquisas quantitativas e qualitativas, cor-de-rosa, da Marta,

que administra bem, instituição ética. Outros qualitativos “tradicionais” são proporcionalmente reduzidos: intolerante, desordem, invasões, sectário. Os problemas das diversas gestões locais do PT já começam a aparecer no noticiário e moldar (ou desmoldar) a sua imagem.

Há proporcionalmente menos “tentativas” (5) de ação, e as associações permanecem presentes (especialmente com relação ao MST V – 4 menções): estar associado, vincular, afastar, desvincular. Com uma imagem em transformação, aparecem verbos como desqualificar, contribuir, não contribuir, construir, levar, mudar, promover, tornar nítida. As ações mais negativas ainda seguem um padrão de ortodoxia jornalística, por assim dizer: desgastar, denegrir, atingir, arranhar, prejudicar, afetar, degradar, trazer danos, macular e, finalmente, uma menção a enlamear. Do lado da defesa, aparecem: deixar limpa, resguardar.

Com o aumento de ocorrências, um grande aumento de menções a pessoas: Lula (16), José Dirceu (11), José Genoíno (10), Marta (9), Erundina (8), Giannazi (6), Maluf (6), Palocci (5), Heloísa Helena (4), Mercadante (4), Carlito Maia (3), Rui Falcão (3), FHC (3), Henrique Meirelles (3), ACM (2), Tony Blair (2), Garotinho (2), Thomas Traumann (como jornalista – 2), Zeca do PT (2), Harrington (2), Machado (2), Duda Mendonça (2), Olívio Dutra (2), Pitta (2), Celso Daniel, Ângelo Vanhoni, Bittar, Bonduki, Berlusconi, José Carlos Bumlai, Vicente Trevas, Donizeti Rosa, Newton Mendes Garcia, Tarso Genro etc.

17 de julho de 2000

PT de Palocci troca o vermelho pelo azul

O presidente do PT da cidade, Newton Mendes Garcia, diz que é apenas questão de estética. “Uma coisa que o Palocci não pode esconder é que ele é do PT”, afirma.

Para ele, o fundamental é que a estrela seja vermelha. Mas essa não é bem a opinião do coordenador da campanha petista para a Prefeitura de São Paulo (de Marta Suplicy), o ex-deputado Rui Falcão. Na semana passada foi apresentado o material de campanha de Marta, com a cor vermelha dando o tom. Falcão declarou que o vermelho tem de estar sempre associado à imagem do PT.

“Nossa campanha tem as cores de todos os partidos. Temos vermelho, azul, amarelo. Me apresentaram essa proposta e eu

acho o azul bonito. É só isso”, explica-se Palocci, que será assessorado este ano pela equipe de publicidade de Duda Mendonça, conhecido por fazer campanhas para Paulo Maluf (PPB). O publicitário e membro do PT de Ribeirão, Genival Silva, discorda de Palocci. Para ele, quem não quiser o vermelho (símbolo do socialismo), que saia do PT.

18 de fevereiro de 2001

Para Machado, seria uma “interferência indevida” do partido na autonomia do município exigir prestação de contas ou prazos na área das finanças.

“O prefeito foi eleito pelo povo. Meu dever é resguardar a imagem do PT e respeitar as diretrizes do partido, mas eu não recebo ordens. Eu procuro levar à frente o programa que o PT defende como proposta de governo, mas não admito receber ordem de nenhum dirigente do PT”, declarou.

30 de abril de 2001

Folha – Que tipo de estratégia de campanha será adotada para reduzir a rejeição ao PT e a Lula?

Dirceu – Rejeição não é mais problema. A rejeição caiu muito. A situação do PT é excelente, porque construímos uma imagem de partido democrático, que administra bem. O eleitorado considera que o Lula mudou, que tem mais experiência.

F. – Vocês têm pesquisas que demonstram isso?

D. – Sim. E até a eleição vamos fazer um trabalho altamente profissional, com apoio de institutos de pesquisas, publicitários, marqueteiros. Vamos fazer pesquisas qualitativas e quantitativas sobre a imagem do PT, sobre o que espera o eleitorado.

30 de outubro de 2001

O deputado federal José Genoíno, uma das principais lideranças do PT, admitiu ontem que as denúncias envolvendo o governo gaúcho trarão um desgaste para a imagem do partido.

“Que essas denúncias produzem desgaste para o partido, isso é óbvio. Não vamos esconder o sol com a peneira. É claro que uma notícia como essa atinge a imagem do PT”, disse Genoíno.

O presidente nacional do PT, José Dirceu, teve posição oposta à de Genoíno. Para ele, o caso, apesar da seriedade, não arranha a imagem da

sigla. “O PT tem posição clara de apoiar Olívio. Se alguém falou aquilo, falou por conta própria. Quem cometeu infração deve ser punido”.

09 de novembro de 2001

O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, está preocupado com o desgaste da imagem do PT, após as denúncias de envolvimento do partido e do governo gaúcho com o jogo do bicho.

Para ele, os petistas vencerem por três vezes as eleições para a Prefeitura de Porto Alegre e a última para o governo do Estado porque o partido foi identificado como uma instituição ética.

27 de janeiro de 2002

PT critica “uso político” da apuração do caso.

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, deputado federal José Dirceu, disse ontem, durante a cerimônia multirreligiosa em memória de Celso Daniel, que as investigações do assassinato do prefeito de Santo André estão tomando um rumo político com o objetivo de denegrir a imagem do PT em razão da proximidade das eleições.

No entanto, diz Dirceu, “estão vazando” informações para a imprensa com o objetivo de macular a imagem do prefeito petista, que era um dos símbolos de excelência administrativa do PT.

27 de março de 2002

O problema para Lula, com superexposição e tudo, é o MST. Na Cultura e na TVE, o petista se declarou “contra a invasão”, insinuou que seria uma armação etc. Outros petistas – dentre os candidatos dirigidos por Duda Mendonça – foram além, afastando aos gritos a imagem do PT do MST. São ações coerentes com a estratégia eleitoral da legenda, que não exclui nem o apoio de ACM – como admitiu o próprio Lula, no Roda Viva.

É o jogo.

07 de maio de 2002

“O que estou criticando é o projeto da prefeita, milhares de petistas fazem isso. Quem está degradando a imagem do PT é esse grupo ligado à Marta e à família Tatto”, disse Giannazi.

23 de junho de 2002

Mas, se os tucanos ajudarem a elite mesquinha a deturpar fatos e a enlamear a imagem do PT e se os petistas alimentarem a guer-

ra de dossiês contra os adversários, o debate mudará de patamar. E ninguém vai ganhar.

(Eliane Cantanhêde)

03 de outubro de 2002

“Erundina disputou diversas eleições pelo PT e não foi eleita. Ela acreditava que seu desempenho negativo era fruto do desgaste do PT e não da sua imagem. A eleição de Marta Suplicy em 2000 mostrou que Erundina estava errada. O problema não era a imagem do PT e sim dela”, disse Mercadante.

As apenas 7 ocorrências entre o início de 2003 e meados de 2004, com o advento do “Caso Waldomiro”, indicam o breve período de estabilidade da imagem do PT com ações como preservar, cuidar, marcar; modulações como “poder manchar”, um “tentar sujar” e, finalmente, atingir. Os agentes, à exceção de “processo que apura o assassinato de Celso Daniel”, são em sentido amplo ligados ao governo: “promessas de ruptura econômica”, “protesto”, “marketing de governo”, “Duda Mendonça”. Outro agente que retorna dos idos dos anos 1980 é a imprensa, com duas ocorrências de *Folha*. A noção de disputa interna fica por conta de uma marginalizada “ala radical”, as denúncias permanecem em nível local, mas há ênfase na questão criminal, com 4 menções a Santo André.

A pessoa mais citada nos contextos ampliados denota a transposição da “imagem do PT” ao terreno do marketing ativo: Duda Mendonça, seis vezes. Aparecem também Lula (6), João Avamileno (2), Celso Daniel (3), Marta (3), Babá, Maluf etc.

01 de janeiro de 2003

Se mantivesse as promessas de ruptura econômica que marcaram historicamente a imagem do PT e, em parte pelo menos, a campanha eleitoral, Lula não diria “paz e amor” e não se elegeria presidente. (Francisco Weffort)

20 de agosto de 2003

“Essa unidade de trabalhadores federais, estaduais e municipais é que fará com que essa reforma possa ser derrotada”, disse o deputado Babá (PT-PA), da ala radical do partido, durante a manifestação. Diferentemente da passeata anterior realizada por funcionários

federais, o protesto de ontem “preservou” a imagem do PT e do presidente. Não houve queima de bandeiras nem enterros simbólicos. Os servidores que chegavam à concentração, ao lado da catedral de Brasília, recebiam um papel com “orientações”. A primeira delas dizia: “Evite provocações e não se envolva em distúrbios”.

20 de setembro de 2003

Gostaria de conhecer a pesquisa que a *Folha* deve ter em mãos dando conta de que ou critica o PT rotineiramente ou morre. A linha editorial deste jornal é 100% de perseguição. É um jornalismo rasteiro, em que a denúncia de hoje não precisa, necessariamente, ser comprovada amanhã. E pensar que a *Folha* já acusou o PT de denunciamento. Quem pratica denunciamento é o jornal, que parece nada ter aprendido com a Escola Base. A perseguição a Marta Suplicy é outro caminho seguido pela *Folha* para tentar sujar a imagem do PT. Não conseguirão, mas, pelo jeito, continuarão tentando.” (Painel do leitor)

Os grandes ataques vieram a partir do dito Caso Waldomiro, que seria um primeiro balão de ensaio do ataque massivo que ocorreria a partir de 2005, com a criação da AP470. Sem nos determos no contexto político, cabe uma divisão neste período de ofensiva, uma vez que o Caso Waldomiro e o Mensalão tiveram uma interpretação substancialmente diferente, o primeiro significando primordialmente a queda do PT do panteão da ética antissistema político – apontando, na realidade, o quanto essa ideia era associada ao partido e que foi a primeira frente explorada no processo de desconstrução.

O Caso Waldomiro não foi a única notícia a incidir sobre a imagem do PT, que seguiu sofrendo a ação do “acirramento da tensão no campo”, “greve”; de adversários políticos em contexto de governo como “partidos de oposição (PSDB, PFL, PDT)”, “partidos oposicionistas”, “alguns setores da política” e mais fortemente de “alianças heterodoxas”, “alianças eleitorais”, sem menção à vida interna do partido, que parece ter se tornado monolítico. O que vem sendo nomeado de “caso” por aqui, apareceu três vezes como agente em forma de “Escândalo Waldomiro”, de “situação negativa” e até como “fato isolado”.

Aquela imagem estabilizada do período imediatamente anterior manifestou robustez, e os verbos que incidiram sobre a imagem do PT, embo-

ra negativos, não denotavam abalos estruturais e muitas vezes apareceram precedidos por “não”: atingir, deslustrar, manchar, desgastar, arranhar, trazer prejuízos, provocar danos, causar estragos, cair, macular, ter efeito sobre, e, um pouco mais contundentes, sangrar e fazer estragos generalizados. Ocorrem também “ligar” e “guardar e preservar”. Guardar e preservar o quê? As expressões adjuntas explicitam a frente: “ética”, proprietário monopolista da ética na política, túnica inconsútil, campo da moral e da ética, partido ligado à ética na política, partido ético, história, identidade, pureza ideológica, pura fantasia. Mencionam-se ainda o “poder do ministro”, “casos de corrupção” e “desmoronamento”. No período, o bloco eleitoral está presente em proporção um pouco menor: pleitos municipais, vésperas das eleições, processo de reconstrução (PT-RJ), ponto de vista popular.

A entrevista de Roberto Jefferson em que “denuncia o Mensalão” foi publicada em 06 de junho de 2005 na *Folha de S.Paulo*. Sinalizando a campanha feroz que seguiria, talvez a título de fotografia do “antes”, no dia 07 de junho de 2005, o jornal traz uma pesquisa do Datafolha destacando que a imagem do PT como partido ligado à ética na política era válida para 85% dos brasileiros, uma vez que somente 15% dos entrevistados responderam “sim” à pergunta: “Você tem conhecimento de algum caso de corrupção ligado ao PT ou a governos do PT?”. Isso faz 12 anos. As 80 menções à imagem do PT de meados de 2004 ao fim de 2006 representam, proporcionalmente, cerca de 550% mais menções que a média verificada de 1984 a 2014, tirando esse período. Nem antes, nem depois se falou tanto da “imagem do PT” na *Folha de S.Paulo*.

Deste momento até o final de 2006, foram agentes no campo dos “adversários” (sobretudo em ataque ao Mensalão, mas residualmente ao MST e outros): depoimento de Jefferson; denúncias; outro golpe (somado ao estelionato eleitoral); crise; escândalos; pior crise; desgaste; advogados; ligação de Valério com o partido; monopólio da ética; risco de desabamento; prisão de um militante com 437 mil reais em dinheiro vivo; objetivo do PFL; propaganda partidária (PFL); objetivo da oposição; publicitário; José Serra. A ação da imprensa é trazida como “notícias negativas”, “vazamento”. No âmbito do PT, do governo e eleitoral, muitas vezes em relação à AP, vemos: saída de Genoino, Pereira e Delúbio (para “salvar”); discurso do tesoureiro do PT; imagem do presidente; reeleição de Lula; governo;

planos; plano da nova executiva; acertos; conversas e acertos; aliança com antigo desafeto (Quércia).

Se as expressões presentes nos contextos do Caso Waldomiro indicam discussões quanto à própria “imagem do PT”, o advento do Mensalão amplia o contexto. Já não se fala sobre a natureza da imagem do PT, mas sobre como os danos a ela incidirão sobre outros objetos (opinião pública; imagem internacional; dificuldade exterior; congresso; imagem do presidente Lula, setores da opinião pública), além dos ecos da “reputação ética”, “partido mais ético”, “bastião da ética na política”, e da constatação jornalística da crise de imagem: “em declínio”, “alvo de preocupação”, “desgaste”, “drasticamente”, “grau de deterioração” etc.

Os verbos utilizados também apresentam um grau de aprofundamento. Se permanecem os clássicos “desgastar”, “prejudicar”, “macular”, “atingir”, “abalar”, “comprometer”, “trazer prejuízos”, “manchar”, o movimento de reação por parte do partido e dos publicitários em contexto de campanha passa a ser fortemente representado: melhorar, salvar, defender, preservar, recuperar, reconstruir, criar, formar, renovar, limpar, edulcorar, adquirir tons de Duda. Essa reação vem em resposta a algumas ações que aparecem consolidadas (“ficar comprometida”, “afetar”, “sair arranhada”), mas sobretudo ao peso de um novo campo semântico que passa a figurar com prevalência: corroer, chocar frontalmente, danificar totalmente, degradar, destruir, liquidar, demolir.

Cabe mencionar a alta frequência nos contextos imediatos de termos e radicais como “corrupção”, “crise” (19), “desgaste” (10), “denúncias” (8) e “ético*” (16), “ideolog*” (5), mostrando direcionamento do ataque. Seu caráter amplo e definitivo se dá por sínteses que mencionam “história” (5), “25 anos” (3) em conexão à situação daquele momento.

Assim como a *Folha* gostou de dizer “Escândalo Waldomiro”, também citou 6 vezes “Escândalo do Mensalão”. Tendo Watergate como pináculo do seu uso em jornalismo, a palavra escândalo tem uma história interessante, à qual convém que nos atenhamos brevemente.

É comum dizer que a imprensa “demoniza” o PT. Não é possível “demonizar” algo ou alguém pelo simples fato de falar mal, é preciso uma série de outros requisitos. O demônio representaria a causa de todos os males segundo algumas tradições teológicas, é a entidade responsável pela

tentação original no Éden e o anjo que caiu porque escolheu livre e conscientemente o Mal.

Enquanto para Dante o pecado da soberba tinha morada num modesto terceiro círculo do inferno, em intensos debates, a escolástica franciscana já havia eleito a soberba como pecado primordial, porque foi o sentimento que levou Lúcifer a voltar as costas a Deus e ir pra lugar quente. Foi também o pecado de que mais se acusou o PT.

Para demonizar algo ou alguém no discurso é necessário criar um campo semântico religioso, além da lógica argumentativa em direção à causa original de todos os males – que, convenhamos, seria de muito difícil convencimento sem o aspecto ‘sobrenatural’. Escândalo cumpre justamente essa função, em conjunto com outros termos. Lembremos ainda que “corrupção” é uma palavra bíblica por excelência.

Nos contextos imediatos, em 1997 a palavra havia aparecido uma vez com referência a Fernando Collor, ressurgiu em 2003 problematizando a dupla função de Duda Mendonça, à frente do marketing do PT e do governo: “beira o escândalo”, disse um tucano à época. Tem sua idade de ouro na época de Waldomiro e AP470, com 15 menções em dois anos e meio – a título de comparação, posteriormente, até 2016, houve apenas 8 ocorrências, com Petrolão, com Lava jato, com tudo.

No uso vulgar a palavra escândalo significa:

1. fato ou acontecimento que contraria e ofende sentimentos, crenças ou convenções morais, sociais ou religiosas estabelecidas.
2. indignação, perplexidade ou sentimento de revolta provocados por ato que viola convenções morais e regras de decoro.

Na etimologia, *skandalon* é uma palavra que praticamente não existe no grego clássico. Ela entrou em voga justamente em contexto religioso, tendo sido utilizada na primeira tradução da Bíblia ao grego, a Septuaginta (entre III a.C. e I a.C.), para representar o original hebreu *moqesh*: armadilha, obstáculo para fazer cair, ocasião que leva ao pecado, ou pedra de tropeço, como lemos em algumas passagens de traduções ao português. Com 14 ocorrências no antigo testamento e 40 no novo, é difícil encontrar um significado preciso para o termo, mas ele aparece diversas vezes para

descrever as reações ao Cristo e muitos tradutores preferem frisar o aspecto da surpresa psicológica⁸⁶.

“E bem-aventurado é aquele que não se escandalizar em mim.”
(Mateus 11:6)

Para além do escândalo e da corrupção, as imagens teológicas abundam para além do escopo dessa análise. Copiaremos apenas um trecho mais, em assinatura de Jorge Bornhausen, que captura diversos elementos daquele episódio:

01 de março de 2004

O escândalo, bem além dos bicheiros

Com o caso do sr. Waldomiro Diniz, cai a túnica inconsútil de pura fantasia da imagem do PT

Como estava acontecendo com relação ao caso Celso Daniel, prefeito de Santo André. O crime terrível, o assassinato de um dos mais importantes líderes do próprio PT, foi reduzido a um caso policial vulgar, quando tudo indica e os promotores demonstram que foi uma conspiração para encobertar corrupção. Mas o risco de atingir o PT bastou para que o assunto fosse relegado à vala comum. Com o caso do sr. Waldomiro Diniz, porém, cai a túnica inconsútil de pura fantasia da imagem do PT, o componente que esse partido mais fortemente explorava. Assim, depois de abandonar a ideologia e liquidar seu programa histórico, o PT agora realiza o enterro dos seus últimos compromissos éticos.

“Quando crucificaram Jesus, os soldados repartiram as suas vestes em quatro partes, uma parte para cada soldado. Deixaram de lado a túnica. Era uma túnica sem costura, feita de uma peça única, de alto a baixo” (Jo 19,23-24)⁸⁷.

Ou ainda, em referência profana:

“Vês! Ninguém assistiu ao formidável Enterro de tua última quimera. Somente a Ingratidão – esta pantera – Foi tua companheira inseparável!

86. GOT Olivier *Histoire “Du mot scandale”*, Sigila n°33, primavera-verão 2014.

87. O Evangelho de João narra expressamente este fato enquanto cumprimento de profecia feita no Antigo Testamento (Cfr. Salmo 22, 18).

Acostuma-te à lama que te espera! O Homem, que, nesta terra miserável, Mora, entre feras, sente inevitável Necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo. Acende teu cigarro! O beijo, amigo, é a véspera do escarro, A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se a alguém causa inda pena a tua chaga, Apedreja essa mão vil que te afaga, Escarra nessa boca que te beija!⁸⁸

Voltando. Em junho de 2004, a *Folha* consultou um brasilianista, Timothy J. Power, coordenador dos cursos de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Internacional da Flórida, para uma opinião isenta quanto ao tema:

11 de junho de 2004

Folha – O PT sempre tentou obter vantagem eleitoral com seu discurso anticorrupção. Essa retórica foi afetada pelas recentes acusações de desvios?

Power – Quando Lula foi eleito, havia as seguintes colunas de legitimidade: 1) seu desempenho pessoal; 2) sua força interna no PT; 3) sua promessa de mudar o modelo econômico; 4) a imagem do PT de partido ético, sem manchas. As primeiras duas colunas se mantêm intactas, as duas últimas nem tanto. É normal que um partido no governo passe a enfrentar manchetes negativas e ser visto como outro partido qualquer.

Uma opinião mais caseira dava conta de que “quanto mais alto o coqueiro, maior o tombo”:

4 de julho de 2005

Folha – O que a as denúncias poderiam acarretar à imagem do PT? Bolívar Lamounier – É preciso ponderar que, por enquanto, temos apenas indícios de corrupção. Mas isso se chocou frontalmente com a imagem do PT como sendo o partido mais ético. O partido sempre disse como partido aquilo que o presidente disse como pessoa física:

88. A. dos Anjos, *Versos Íntimos*. Essa mensagem já seria para aqueles no PT que esperavam cooptar os favores midiáticos. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/o-lula-e-o-dirceu-ja-tinham-a-globo>>.

“Eu sou o mais ético do Brasil”. Ai é aquela história: quanto mais alto o coqueiro maior o tombo. Uma consequência disso que já vemos é que o PT perde espaço no governo.

F – O discurso do tesoureiro do PT, na sexta-feira, não seria uma tentativa de preservar a imagem do partido, de que a crise se deve aos “setores conservadores”? B. L. – Não sei o que o Delúbio [Soares] entende por “setores conservadores”. Uma certa mania de onipotência o PT certamente tem. Por mais que tenha edulcorado essa imagem e adquirido tons de Duda Mendonça, um certo discurso de prepotência, de quem detém toda a verdade, o PT sempre teve. Isso alimentou um sentimento de prepotência.

Ao longo de quase duas décadas, a imagem do PT se caracterizou pela ética e por disputas internas. O período entre 2003 e 2006 destruiu essa imagem. A queda abrupta nas menções indica que já não há imagem. Fala-se, então, do partido. Falar em “imagem do PT” explicita que há diversos ângulos do mesmo objeto, que sua essência não se resume à sua imagem, que a complexidade do corpo pode não estar na aparência etc. Essa deferência já não interessa e é desnecessária. Na casa dos mortos cobriam-se os espelhos. Os vampiros, mortos-vivos, também não possuem imagem. Sua consistência física, material, se baseia em uma maldição, uma feitiçaria que pode, assim como foi feita, ser desfeita. O espelho não pode refletir o que não existe.⁸⁹

O primeiro passo para essa transformação foi perceber que as parcas 23 menções no período subsequente já aparecem em grande parte na posição de sujeito. Há agentes afetando a imagem do PT, mas ela também afeta objetos distintos – traz prejuízos, marca, arrebenta, atinge, produz desgastes. Não há mais menção a disputas internas, o partido se torna um monólito, e as pessoas mencionadas nos contextos diretos são Lula (6), Serra (5), Dilma (4), Marina Silva (4), Índio da Costa (3), Berzoini (3), Collor (2), Chinaglia (2), Sandra Cureau (2), José Dirceu (2), Sarney (2), Tarso genro, Valter Pomar, Markus Sokol, José Eduardo Cardozo e Celso Daniel. No bojo da descabelada Campanha Serra, a tentativa de associação ao narcotráfico e às Farc aparecem quatro vezes.

89. J. Vion-Dury; P. Brunel, *Dictionnaire des mythes du fantastique*.

É também digno de nota que, enquanto o “mensalão” teria afetado a imagem do PT, que necessitaria ser “reconstruída”, a própria imagem da Câmara de Deputados como um todo estaria muito conectada ao escândalo.

16 de setembro de 2007

Não desistem – Editorial

Com a inominável votação de quarta-feira passada, protegeram-se, com Renan Calheiros, os interesses do governo Lula. Soma-se a médio prazo, entretanto, mais um abalo na imagem do PT. Um partido que, em outros tempos, dizia-se representante de uma atitude republicana e ética na política hoje não mais se distingue do coronelismo, do atraso, da prepotência e da falta de princípios dos que, vá lá a palavra, não foram dotados de nenhum “dom da desistência” quando se trata de achincalhar as instituições da democracia brasileira.

25 de agosto de 2009

Demóstenes Torres classificou como “deplorável” a decisão do PT, manifestada em nota assinada pelo presidente do partido, Ricardo Berzoini (SP). “Essa nota arrebenta com o que tinha de imagem do PT. Eu cheguei a confiar no partido. Mas hoje vejo que até os sonhos de juventude da adolescência já não se justificam mais. Isso é querer brincar com a opinião pública. No papel, o PT é uma coisa, na prática é outra.

Com apenas 21 ocorrências entre 2011 e 2014, a “imagem do PT” aparece majoritariamente em contexto eleitoral, tanto com a eleição de Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo quanto na reeleição de Dilma Rousseff à Presidência – como vemos a partir dos adjuntos (reeleição, chegada ao poder, governo Dilma, financiamento público exclusivo de campanha, reta final da disputa pelo Planalto) e agentes (Haddad, abraço de Haddad e Maluf, aliança de Haddad com Maluf). O mensalão, assim, volta para assombrar as eleições com 10 menções, e já se insinuam os efeitos da Lava Jato, que ainda não tinha nome consolidado (escândalo da Petrobras, impacto das denúncias de corrupção na Petrobras). Os verbos são negativos, mas suaves – tremelicar, arranhar, piorar, prejudicar, jogar (ainda mais) para baixo, causar problemas, estar avariada, provocar danos, fragilizar. Muitas vezes, no entanto, vieram precedidos de negação, indicando a surpresa do jornal pela falta de efeitos eleitorais práticos da “vinculação do governo e do PT a atos de corrupção”.

Duas observações sobre o período: mesmo durante o auge do julgamento da AP 470, não houve aumento de ocorrências à imagem do PT (apenas 8 em 2012) e datam deste quadriênio quatro das nove colunas de Eliane Cantanhêde que mencionam a expressão, mostrando seu engajamento nas eleições paulistanas.

21 de junho de 2012

O crime compensa – Eliane Cantanhêde

Fazendo o cálculo, Lula concluiu que valia a pena prestar-se ao que Luiza Erundina chamou ontem de “higienização” de Maluf. A imagem do PT? Já não anda lá essas coisas mesmo desde o mensalão... Pragmatismo em puríssimo estado, tão ao gosto de quem se atirou com tanto prazer nos braços de Collor, de Sarney, de tantos outros inimigos históricos do PT. E, quando se fala de Maluf, a questão não é ideológica, programática, política. A questão é visceralmente ética.

01 de março de 2014

O mensalão e a retórica – Fernando Rodrigues

É nulo o impacto eleitoral da decisão do Supremo. A imagem do PT já estava avariada. O ganho difuso (e mínimo) da oposição já foi contabilizado há muito tempo. Persistirá a ‘luta política’.

O novo salto às ocorrências contabilizado entre 2015 e o impedimento da presidenta Dilma Rousseff parece ter colocado a “imagem do PT” de volta aos holofotes, mas dessa vez em tons apocalípticos, refletindo o vindouro desastre eleitoral das eleições municipais de 2016. Foram 39 menções, que também contabilizaram a crise do governo Dilma 2 e a consolidação da operação Lava Jato, mas sobretudo apontavam os esforços pessoais de Lula na “recuperação da imagem” do partido em resposta a esses eventos. Pululam os offs.

08 de fevereiro de 2015

Para Dirceu, crise pode ser “pá de cal” na imagem da sigla

José Dirceu considera que a Operação Lava Jato, que apura a corrupção na Petrobras e seus braços no mundo político, poderá ser a ‘pá de cal’ na imagem do PT se a sigla que ajudou a fundar em 1980 e que liderou no processo de chegada ao Palácio do Planalto em 2003 não reagir.

27 de março de 2015

Réu na Lava Jato, tesoureiro do PT avisa que não sairá do cargo

A resistência de Vaccari mina ainda mais seu apoio entre seus companheiros de sigla, que o acusam de desprezo com a imagem do PT, submetida a forte desgaste.

03 de junho de 2015

Painel

Lula pediu que aliados trabalhem para amenizar o tom dos ataques públicos feitos por petistas ao governo Dilma Rousseff. Preocupado com o desgaste da imagem do PT, o ex-presidente tem ponderado que o partido não vai se recuperar se o governo permanecer sob artilharia e que seria um erro ampliar o afastamento entre as duas instâncias.

14 de agosto de 2015

Diretor do Instituto Lula diz que irá a protestos para “sentir o tom das ruas”

Depois de uma semana intensa, com participação em dois eventos em Brasília, Lula fechou o início de sua agenda de viagens pelo país na tentativa de resgatar a imagem do PT.

25 de outubro de 2015

Painel do Leitor – Haddad incinerou imagem do PT na capital, diz leitora

O prefeito Fernando Haddad acha que, trocando o PT pela Rede, terá suas chances de reeleição aumentadas. Haddad ainda não percebeu que, se o PT está queimado no Estado de SP, ele também acabou por incinerar a imagem do PT na capital com sua gestão paranoica, fulminando assim sua própria imagem.

03 de novembro de 2015

Desinteresse pelos partidos em SP é recorde, mostra Datafolha

A alta taxa de desinteresse parece ter relação direta com a crise de imagem do PT. A mesma pesquisa mostra que a simpatia dos paulistanos pelo PT é a mais baixa desde 1989, ano em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disputou a presidência pela primeira vez e o partido ultrapassou o PMDB como o líder da preferência entre os eleitores da capital. No levantamento feito nos dias 28 e 29 de outubro, 11% dos eleitores da cidade apontam o PT como o partido preferido. Em fevereiro eram 17%. Em dezembro do ano passado, 22%. A taxa recorde de popularidade da sigla na cidade foi 35%, alcançada

em duas ocasiões: em novembro de 2010, logo após a primeira eleição da presidente Dilma Rousseff, e abril de 2013, pouco antes dos protestos de junho daquele ano.

02 de dezembro de 2015

Rui Falcão pede a deputados petistas que “não acabem com imagem” do PT

Numa queda de braço com o Palácio do Planalto, o presidente nacional do PT, Rui Falcão, pediu aos deputados federais petistas que integram o Conselho de Ética que se posicionem pelo prosseguimento do processo de cassação do mandato do presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha.

Em conversa por telefone, o dirigente petista ressaltou que o partido não pode passar por esse desgaste e que a participação da sigla no arquivamento do processo contra o peemedebista “vai acabar com a imagem do PT”.

29 de fevereiro de 2016

Lula prioriza sua defesa e a do PT e vê Dilma em 2º plano

No momento de maior afastamento da presidente Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva fez chegar à sucessora o recado de que pretende se concentrar em sua defesa pessoal e na reconstrução da imagem do PT, deixando em segundo plano a advocacia do governo.

A título de comparação, enquanto há mais de 300 menções ao termo exato “imagem do PT” na busca eletrônica no acervo da *Folha* entre 1994 e junho de 2016, “imagem do PSDB” apresenta apenas 37 ocorrências durante o mesmo período, associadas geralmente a marketing eleitoral. Quanto a “imagem do PMDB”, há apenas 24 menções.

Espanta, no caso do PMDB, que as menções são cronologicamente distribuídas de maneira regular até 2002, havendo duas ocorrências regionais (RS, Rigotto) em 2005 e ressurgindo novamente apenas em 2013. A “imagem do PMDB” virtualmente deixa de existir entre 2002, com “Má imagem do PMDB influenciou decisão de Lula [de minar a negociação do partido por dois ministérios]” (21/12/2002) e 2013, com “Por 2014, Dilma deve rever cargos, diz líder do PMDB” (18/02/2013). Essa última é uma entrevista com Eduardo Cunha. A primeira traz o seguinte trecho: “É só desculpa a alegação dada a Temer de que a luta interna do PT foi o motivo para Lula não dar duas pastas ao PMDB. Para acomodar aliados, há ministeriáveis petistas que

podem ser cortados. Lula decidiu tirar Minas e Energia da negociação porque a equipe de transição diagnosticou risco de apagão em seu governo. Preferiu não correr risco e nomear uma técnica de confiança, Dilma Roussef (PT-RS)”.

Outras agremiações, como PP, PSB, PDT, PR e PCdoB não receberam nenhuma menção com referência à sua imagem.



Fonte: Folha de S.Paulo – 17/11/2012, página A2.

Projeto de poder

Martelados diuturnamente com a história tenebrosa do “Projeto de Poder” do PT, não deixa de ser surpreendente que nos idos de 1994 a expressão aparecesse majoritariamente em reportagens comuns – não de opinião –, em tom casual e, muitas vezes, brotando da boca dos próprios “conspiradores”. Mas conspiradores viriam a ser somente os petistas, porque naquele momento quem tinha abertamente um “projeto de poder” eram PSDB e PFL.

Gilberto Dimenstein, infalível presença nessas questões, abre a série elogiando o tucanato que tem “preparo intelectual, não sujou as mãos no regime militar e demonstrou sensibilidade social”, mas alertando para a maquiagem que esconde a índole pragmática do partido: saíram do PMDB porque sentiram falta de espaço, setores mostraram-se simpáticos ao vencedor de 1989, Collor, dominaram o governo Itamar⁹⁰. “Agora, para

90. G. Dimenstein, “A Bela da Tarde”, 17/04/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/17/opiniaio/4.html>>.

dar continuidade ao projeto de poder, aceitam todos os tipos de aliança, a começar do PFL – o símbolo da fisiologia brasileira”. O artigo é interessante porque é dos relativamente poucos que se propõem a analisar o PSDB, em contraste à profusão de textos que esmiuçaram o PT ao longo do período. O título diz bastante sobre o conteúdo: “A Bela da Tarde”⁹¹. A próxima menção vem logo antes das eleições de 1994, com um Fernando Henrique Cardoso assertivo, afirmando que “o projeto de poder da aliança entre PSDB, PFL e PTB por ele encabeçada pode atravessar o milênio”⁹².

Esse projeto de poder tucano, no entanto, vem em Dimenstein sem adjetivos nem explicativas, só sabemos que se iniciou no governo Itamar. Fernando Henrique Cardoso, em entrevista no mesmo dia, dá mais pistas. Seria uma aliança da social-democracia com o liberalismo, em contraponto a uma visão totalitária da velha esquerda. No entanto, não se pode mais ser “liberal à antiga”.

Folha – O sr. disse em Recife: ‘A esquerda somos nós’. Mas, a **esquerda** não morreu?

FHC – Depende do que você chama de esquerda. Se for **amor à liberdade**, todo mundo hoje tem. No fundo, é você mudar para diminuir as diferenças sociais. Se você chamar isso de esquerda, somos nós.

Acho que, no Brasil, os que se intitulam de esquerda e que fazem as críticas de que eu tenho uma aliança conservadora, eles é que, na verdade, são conservadores. (...) **A esquerda somos nós, porque nós estamos fazendo as mudanças**. [em referência à “estabilização econômica” advinda do Plano Real]

(...)

Folha – A impressão que se tem é a de que essa união de sociais-democratas com liberais é uma união pensada para durar. Um projeto de poder de longo prazo...

FHC – Pode ser. Isso aconteceu na Espanha, aconteceu no Chile, no Uruguai. E os liberais que se mantiveram separados da social-de-

91. Em referência a filme de Luis Buñuel de 1967, sobre uma burguesa casada com um médico, mas que passa suas tardes trabalhando em um bordel.

92. “FHC 48 X 22 Lula”, 3/10/1994. Disponível em: <http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1994/10/03/caderno_especial/70.html>.

mocracia, como os da Alemanha, entenderam que não se podia ser liberal à antiga.

Então, se nós tivermos condições de fazer as reformas, acho que sim. Não se muda o Brasil em quatro anos. É difícil saber o tempo, qual é a saturação histórica. Mas, se nós não errarmos, podemos atravessar o milênio.

Folha – O sr. desistiu de uma aliança com o PT, como o sr. e o PSDB chegaram a pensar antes mesmo da aliança com o PFL. Não há mais possibilidade de convívio no poder?

FHC – Não creio, porque o PT foi para o caminho da velha esquerda. Acho que a história nunca tem um ponto final. Diálogo sempre haverá, mas, de imediato, não acredito em convivência no poder. As visões hoje são muito diferentes. O próprio PT vai passar por uma fase de discussão interna muito séria, se perder. Vai levar tempo para digerir.

E o PT tem de perder a ideia de que ele é o único partido bom e o resto não é bom. É uma visão totalitária. Eles ainda não passaram pela penitência democrática.⁹³

A estratégia argumentativa para ligar o PT ao totalitarismo é esperta. Apresentando-se como partido ético e diferente, em contraste à acusação de fisiologismo sofrida pelo PSDB em suas alianças; apresentando-se como único partido bom, chegamos à associação do PT ao “partido único” e, portanto, antidemocrático. O caráter diabólico de tal condição também é elegantemente indicado: o PT é impenitente – de um pecado cometido por Stálin.

Voltando ao projeto de poder tucano, avaliava-se, em fevereiro de 1995, que pecava por falta de força: “Para deputados tucanos, o PFL, aliado ao PMDB de Sarney, tem um projeto de poder mais forte do que o PSDB. Apostam que ACM será presidente do Senado em dois anos e que, em 1998, terá três presidenciáveis: Sarney, Jatene e Ciro”⁹⁴. Alguns dias depois, analisava-se que o famigerado “centrão” estava sendo gestado para garantir um “projeto de poder de longo prazo”⁹⁵, uma justificativa, portanto, válida

93. “FHC pretende longa união com PFL”, 3/10/1994. Disponível em: <http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1994/10/03/caderno_especial/10.html>.

94. “Painel”, 5/2/1995. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1995/2/05/brasil/1.html>>.

95. “Centro, o álibi da direita”, 12/2/1995. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1995/2/12/mais!/24.html>>.

e correta. Em 22 de junho do mesmo ano, Sérgio Motta, aquele, anunciava orgulhosamente que “o PSDB não é um partido de tertúlias acadêmicas e sim um partido que tem projeto de poder”, e que esse reich duraria pelo menos 20 anos⁹⁶. Notemos que isso ocorria a seis meses da primeira posse de Fernando Henrique Cardoso que, no dia seguinte, se preocupou em dizer que não estava preocupado em manter o poder até 2015⁹⁷.

José Genoino teria observado, um mês depois, que “O PFL não enfeita governo. Ele quer o poder. E como o Serra, felizmente, também tem um projeto de poder, o PFL quer detoná-lo”⁹⁸.

Cada um sabe das alianças que faz.

Em agosto do mesmo ano, Luiz Gushiken sobriamente coloca as coisas em perspectiva: “As velhas elites que professam um liberalismo de palanque, liberais que não se liberam do Estado paternalista e perdulário, sentiram a necessidade de buscar um candidato palatável às classes médias, um verniz para dar continuidade a seu projeto de poder. Encontraram em FHC o candidato que se prestou admiravelmente ao papel”⁹⁹. Nada de novo no “consenso de Washington e no novo liberalismo social-democrata”. Esse artigo saiu no caderno de economia – que se chamava à época “dinheiro”.

Em janeiro de 1996, o eterno crítico Ciro Gomes fazia uma análise pertinente:

Folha – Ao contrário do que o senhor diz, a maioria das pessoas avalia que o governo tem um projeto muito claro. Alguns discordam do rumo tomado, mas admitem que ele existe.

Ciro – **Projeto de governo não é igual a projeto de poder. Este, o Fernando Henrique tem, e é muito forte.** Difícil até de ser examinado moderadamente. Cheira a censura o que está acon-

96. “Motta prevê 20 anos de poder para tucanos”, 22/6/1995. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1995/6/22/brasil/18.html>>.

97. “FHC diz não pensar em 20 anos de poder”, 23/6/1995. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1995/6/23/brasil/41.html>>.

98. “Painel”, 20/7/1995. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1995/7/20/brasil/1.html>>.

99. “As nossas elites ainda não mudaram”, 26/08/1995. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1995/8/26/dinheiro/7.html>>.

tecendo no Brasil. Esse alinhamento geral, que chega ao ponto de o Lula dizer que o Fernando vai se reeleger, é muito perigoso. Se um presidente da estatura da sua biografia afirma que nega o modelo neoliberal e que o modelo é outro, ele tem que mostrar qual é. Um ano depois, eu não sei o que eles estão fazendo. Se fosse neoliberal, seria até mais simples. O que vejo é uma enorme confusão dentro do governo, e eu sei quem são os protagonistas dessa confusão.”¹⁰⁰

Voltando às matérias “factuais”, o projeto de poder tucano aparece aliado a Paulo Maluf e um possível candidato comum: **“A Prefeitura paulistana é considerada ‘ponto central’ do projeto de poder tucano de longo prazo”**¹⁰¹. Entre ameaças de aumento de passagem – em forma de boicote à estabilização inflacionária do Real – e promessas de ministérios para o PDS, tudo parecia fazer parte da política.

Como projeto de poder era algo bastante positivo, com ares de pré-requisito de qualquer estadista, o PMDB também anunciava possuir o seu por meio do então presidente do partido, Paes de Andrade: “Essa luta interna é a característica maior do PMDB. Se o partido não rachou ontem, não racha hoje. **O partido tem projeto de poder.** Terá candidato a presidente da República”¹⁰².

Ainda no contexto das municipais, uma estranha oposição de direita estaria tentando desmoralizar o governo FHC, coisa que Sérgio Motta atribuía “à reação das ‘velhas elites do país’ ao projeto do PSDB”¹⁰³. (A expressão passeou por muitas bocas).

“A oposição está desesperada”, avaliou o ministro, um dos formuladores de uma estratégia ofensiva do PSDB nas eleições municipais. **O pleito é tido como fundamental para o projeto de poder de longo prazo dos tucanos** porque fixará as bases políticas para as eleições de 1998.

100. “Ciro e seu guru buscam novo eixo de poder”, 22/1/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/1/22/brasil/18.html>>.

101. “Maluf e FHC negociam candidato único em SP”, 23/3/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/3/23/brasil/3.html>>.

102. “Paes culpa PMDB paulista”, 26/3/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/3/26/brasil/28.html>>.

103. “Sérgio Motta afirma que FHC tem ‘o saco preto’”, 29/3/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/3/29/brasil/3.html>>.

De acordo com os cálculos do ministro, “o PSDB passará a ter, depois das eleições municipais, a mais forte estrutura partidária do país”.

Ainda em 1996, houve conflito para escolher o novo presidente do PSDB. Este seria, em matéria “factual”, o responsável por **“operar o projeto de poder tucano”**¹⁰⁴.

“O projeto tucano de permanecer no poder até o próximo milênio foi a causa da mudança de posição de José Serra quanto a disputar a prefeitura paulistana”, explicava tranquilamente a matéria de maio de 1996, sem nenhum drama quanto à alternância de poder. “O pano de fundo era sempre o mesmo: a sucessão de FHC”¹⁰⁵.

Em crítica à hipoteca do governo ordinário em favor da aprovação da extraordinária reforma da reeleição, no final daquele ano o cientista político Renato Lessa alertava para o risco de um “projeto oligárquico”, cujo objetivo seria a restrição do espaço democrático.

Essa nova oligarquia estaria se impondo, segundo Lessa, não segundo os velhos hábitos e modos truculentos, mas de forma “ilustrada”, através de sofisticadas manobras institucionais como a defesa do voto distrital e a redução do número de partidos no Congresso.

Folha – O José Luís Fiori, cientista político da UFRJ, diz que FHC assumiu, enquanto presidente, a condução política de seu antigo objeto de estudo – que era a burguesia industrial. Segundo a análise, FHC estaria atualizando nosso capitalismo dependente e associado, porque teria percebido uma brecha para o Brasil no rearranjo da ordem internacional.

Lessa – É muito interessante essa análise, mas confesso que tenho dificuldades de pensar dessa maneira um pouco cósmica. Acho que **a questão é saber como você organiza as forças políticas e viabiliza um projeto de poder no país.**

Folha – Mas tem o lado externo, fundamental para viabilizar o projeto. As constantes viagens de FHC ao exterior apontam para isso.

104. “Tucanos não definem o novo presidente”, 13/4/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/4/13/brasil/15.html>>.

105. “Projeto de poder do PSDB foi decisivo”, 29/5/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/5/29/brasil/9.html>>.

Lessa – Isso é inerente ao exercício da Presidência num país moderno. Isso aqui não é uma republiqueta isolada do mundo. É fundamental termos hoje uma agenda externa muito bem estruturada. Há dinâmicas internacionais que fogem do nosso controle. O nosso problema é saber o *timing* disso, quais os ajustes internos que você vai fazer em função delas. Enfim, como é que vamos nos globalizar, esse é o problema. Você pode globalizar com políticas compensatórias de habitação, saúde etc.¹⁰⁶

Em 1997, “Maluf já estaria convencido de que a reeleição será aprovada. Ele espera apenas que FHC saia desgastado do episódio, devido a denúncias de fisiologismo. O senador diz que vai acompanhar a posição que será tomada pelo partido na convenção de dezembro, provavelmente contra a reeleição. “Como temos um projeto de poder, é natural que a convenção enseje uma antecipação da sucessão”, afirmou. Amin é pragmático: “Se houver reeleição, existe um candidato forte, que é o Fernando Henrique. Se não houver, o PSDB não tem candidato, e nós temos: o Maluf”¹⁰⁷.

Mais além do “projeto de governo”, agora aparece em contraste ao projeto de poder um “projeto político”, quando o deputado governista do PMDB, Moreira Franco, disse “concordar com o ‘candidato próprio”, mas acrescenta: “Isso não significa que seja do PMDB. Pode ser do PFL, do PSDB. Temos que dar continuidade ao projeto político, não ao projeto de poder”¹⁰⁸.

Quando a política ainda não era crime, líamos no noticiário ordinário textos como o que segue:

A luta política pelo impeachment do governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira (PMDB), envolve um projeto de poder para 1999. PPB, PFL e PSDB articulam uma aliança para ganhar o governo do Estado nas eleições do próximo ano. O candidato ao governo é o senador Esperidião Amin (PPB). A primeira etapa do

106. “Emenda da reeleição é a grande reforma do governo”, 11/11/1996. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/11/11/brasil/3.html>>.

107. “FHC pede neutralidade a Bornhausen para evitar veto de Amin à reeleição”, 14/11/1996. Disponível em: <http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1996/11/14/caderno_especial/28.html>.

108. “Paes vai recorrer à convenção para ficar no cargo até 1998”, 14/2/1997. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc140203.htm>>.

projeto seria cumprida com a posse do presidente da Assembleia, Francisco Kuster (PSDB), no governo do Estado, por 180 dias, enquanto durasse o julgamento do governador e do seu vice, José Augusto Hulse. Em seguida, um governador eleito de forma indireta, pela Assembleia, completaria o mandato de Paulo Afonso”.¹⁰⁹

Naquele ano, Sérgio Motta sairia em caravana pelo Brasil em preparação para as eleições do ano seguinte porque “temos um projeto de poder para cada Estado”. Para ele, o PSDB “sofreu de ‘complexo de inferioridade’ e é hora de ele assumir sua ‘hegemonia’”. Em sua avaliação do primeiro mandato de FHC, comparava o país com Cuba, mas não nos moldes que observamos ao longo dos anos 2000 e 2010: “Houve melhoria na distribuição de renda. Mas isso não resolve nada. A educação ainda é vergonhosa. Temos 4,8 anos de escolaridade média. Em Cuba, são 11 anos”¹¹⁰. Esse homem cairia em altíssima desgraça política¹¹¹.

O projeto de poder de cada partido passava pelas estimativas de resultados eleitorais, decisões por alianças ou candidaturas próprias.

Ciro Gomes, decidindo filiação ao PPS, dizia do PSDB: “Não saio falando mal. É um grande partido, mas está rendido ao presidente, às suas deficiências, suas incoerências, seu fisiologismo”¹¹².

Em 1998, em artigo elegia, Cândido Mendes diria que “o tucanato perdeu o ‘id’ de sua ‘persona’ máxima, morto com Sérgio Motta”. “Político é quem tem o apetite para saciar-se do poder. Grande homem é quem usa esse apetite a serviço de projeto ou ideia”, era o argumento inicial do panegírico. Entre outras coisas, Motta “desatendeu frontalmente ao

109. “PPB, PFL e PSDB tentam união”, 1/7/1997. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1997/7/01/brasil/20.html>>.

110. “Em campanha por FHC, Motta promove caravana”, 27/2/1997. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc270202.htm>>.

111. Sérgio Motta foi denunciado pela *Folha de S.Paulo* que, divulgou gravações envolvendo o então ministro no “escândalo da compra de votos” para a aprovação da emenda constitucional 16/97, que permitiu a reeleição de, entre outros, FHC – amigo que conheceu em 1975 no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

112. “Ciro filia-se ao PPS e faz apelo à frente de oposição”, 27/9/1997. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/1997/9/27/brasil/3.html>>.

compromisso de consulta às bases pelo PSDB para a escolha do candidato” e “confrontou o movimento dos tucanos vermelhos”. “**O essencial era assegurar um genuíno projeto de poder**, nascido de uma afirmação que passava pela AP, pelas pressões do autoritarismo militar e pelo pacto, enfim possibilitado por esse extraordinário governo Montoro, de formação de uma grei política, **capaz de moldar um querer nacional fora do rigor ideológico**. FHC, Serra, Plínio de Arruda Sampaio, Jorge da Cunha Lima ou Serjão vão, na maioria, encontrar-se no PSDB por essa vontade da diferença, que permitiria o próprio amadurecimento do **Brasil das liberdades**”. “Sujava sartrianamente as mãos, com gosto, a bem de uma nova desenvoltura da nossa ‘realpolitik’. Esta o levou a patrocinar a aliança com o PFL para, a seguir, reconhecer que não teria tido FHC necessidade da legenda para abocanhar a vitória estupefaciente. (...) deve-se a Serjão a passagem do amadorismo das boas intenções a um profissionalismo político que veio para ficar”¹¹³.

Em termos mais crus, como sói, Arthur Virgílio expunha o seguinte:

Folha – Na semana passada, o sr. disse que era leal, mas não idiota. O sr. mantém o que disse?

Arthur Virgílio – Mantenho o que disse, e disse não só em relação a mim, como também ao partido. Está na hora de ficar bem claro que o PSDB tem um projeto de poder. No segundo mandato, ele vai precisar daqueles aliados leais, que ficam com ele quando ele tiver 80% ou 8% de aprovação popular. Se ele não tiver esses aliados ao lado, o governo soçobrará. Ou cairá na mesmice ou na mediocridade ou se extinguirá por falta de governabilidade, com uma CPI aqui outra lá.¹¹⁴

Eliane Cantanhêde era fã daquele projeto, inclusive em nível regional. Em análise sobre o advento da reeleição, em maio de 1998, a colunista dizia que “No Ceará, a reeleição se transformou num fardo para Tasso Jereissati. Governador pela segunda vez, acha que não haverá nada a inovar numa terceira. Sonha voltar à política nacional, com gabinete em

113. “A disfarçada grandeza de Sérgio Motta”, 5/6/1998. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz05069810.htm>>.

114. “FHC é fraco e injusto, diz Arthur Virgílio”, 10/9/1997. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc101213.htm>>.

Brasília. A reeleição não deixa. Todas as pesquisas mostram que ele é o único candidato do PSDB considerado imbatível. Se for outro, pode estar em risco todo um projeto de poder”¹¹⁵.

A querela da reeleição, no entanto, não passou incólume. A *Folha*, em matéria assinada por seu então Secretário de Redação, Bernardo Ajzenberg – e não em editorial –, fustiga a reforma ministerial de FHC com vistas à “governabilidade”: “A reforma anunciada semana passada, com a mediocridade apenas exacerbada e a inclusão no ministério de uma figura tão emblemática como a de Renan Calheiros, não deveria surpreender ninguém”. Ajzenberg critica as “viúvas do uspiano social-democrata”, como Bolívar Lamounier. Esse comentava assim a nomeação: “Acho que a expectativa era a da escolha de alguém com mais estatura (para a Justiça). Se não foi possível, paciência”. “Jornalistas, de seu lado, procuram interpretar as mudanças com genuíno e louvável esforço, chegando a ver em FHC um articulador derrotado, vítima das contingências políticas”, continua Ajzenberg, concluindo que “acima dos desígnios e ambições pessoais, FHC é um projeto de poder, o único bastante sólido hoje para aglutinar os poderosos do país, dentro e fora do governo ou do Estado”¹¹⁶.

Curiosamente ou não, a partir desse momento, a expressão “projeto de poder” passou a figurar majoritariamente em artigos de opinião e entrevistas. Em novembro do mesmo ano, Cantanhêde expunha os cargos de FHC, Covas, Serra, Mendonça de Barros e André Lara Resende avaliando que “juntos, são a fotografia de um projeto de poder para 20 anos, como queria Sérgio Motta”. Sem explicitação de maiores juízos de valor, a colunista dizia que por conta da possível CPI, havia “um projeto de poder em perigo”¹¹⁷. Em crítica ao “indigno” uso de meios ilegais e condenáveis – grampos, no caso – o editorial da *Folha* de novembro de 1998 afirmava que “Mendonça de Barros é, hoje, uma das cabeças mais visíveis de um projeto de poder de longo prazo para o PSDB. É natural, pois, que os outros parti-

115. “A armadilha”, 12/5/1998. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz12059805.htm>>.

116. B. Ajzenberg, “Tubarões Bicudos”, *Folha de S.Paulo*, 6/4/1998. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06049807.htm>>.

117. “Guerra de poder”, 19/11/1998. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz19119805.htm>>.

dos, mesmo os que fazem parte da atual coalizão governista, se empenhem em torpedear tal projeto, minando, para tanto, o ministro”¹¹⁸.

Em maio de 2000, FHC é entrevistado pela *Folha*, que lhe pergunta se é possível governar sem o PFL. A resposta, hoje, pareceria caída de Vênus por tão inusitada: “Só se o PFL fosse trocado pelo PT, o que é inviável. **O PT tem um projeto de poder. Não é uma questão de ideias diferentes. As ideias estão ficando parecidas.** Não vimos agora o PT e o Antonio Carlos Magalhães unidos? A questão está no projeto de poder. **O PT tem um projeto, o que é legítimo.** Ele quer vir para cá, logo não vai querer estar comigo”¹¹⁹.

Aquele projeto de poder que envolvia PSDB, PFL e PMDB, que tantos colonistas pareciam lamentar estar em risco, entrava na linha de fogo com risco de não conseguir chegar ao segundo turno nas eleições de 2002. Em junho de 2001, Valdo Cruz dizia que “a coisa vai muito mal para quem esnobava os adversários nos anos anteriores e trabalhava com um projeto de poder de vinte anos”.

No mesmo período, o PT atraía novos filiados vindos de outros partidos. “Para a cientista política Maria Victoria Benevides, professora da USP, **o partido está correto ao buscar mais apoio para seu projeto de poder.** Mas ela faz uma distinção entre conquista de apoio e de filiados: ‘O critério para conseguir apoio é um, enquanto o utilizado para conquistar filiados tem de ser outro, bem mais rigoroso’”. Benevides diz que o aumento da presença de “novos filiados” na bancada federal resulta do fortalecimento do partido. Ela crê que existe o risco teórico de o PT, ao chegar no poder, promover um inchaço de quadros. Mas afirma que isso não deve ocorrer: “As alas mais à esquerda do partido e a militância não deixam. Inchar o PT seria, antes de tudo, um suicídio político”, diz.¹²⁰

118. “2002 começa, e mal”, 21/11/1998. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz21119801.htm>>.

119. “FHC diz que não teme o julgamento da história”, 27/5/2000. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2705200023.htm>>.

120. “PT promove ofensiva para filiar congressistas de outras legendas”, 15/7/2001. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1507200112.htm>>.

Em novembro de 2001, José Luís Fiori avaliava que o “pior” já estava acontecendo: “Covas morreu, Cardoso está de saída e a política liberal chegou a um beco sem saída. Logo, acabou o PSDB”¹²¹. Segundo Fiori, “uma mudança de rumo no país terá de passar pela redefinição dos seus objetivos estratégicos e das bases sociais de sustentação de um novo projeto de poder”.

Pouco antes do início da campanha presidencial de 2002, o professor da FEA-USP José Augusto Guilhon Albuquerque decretava o óbito do projeto tucano após a ruptura do pacto de governabilidade com o PFL. “O espaço político da oposição foi efetivamente ocupado por Lula, enquanto o da situação não foi devidamente ocupado. E isso, por sua vez, reflete o ocaso do ‘projeto de poder’ tão ardorosamente preconizado por Sérgio Motta. Tal projeto de poder existiu, mas não na forma de um voluntarismo jacobino, e sim, para usar uma expressão que Fernando Henrique popularizou, como um processo. Um processo que deve mais à direita e a seu partido ‘orgânico’, o PFL, do que ao PSDB”¹²². Após detalhado diagnóstico, o professor parecia urgir o PSDB a salvar o bendito projeto: “Se a situação não for capaz de ocupar seu próprio espaço, a candidatura Serra estará condenada, qual Ulisses, a uma nova odisséia, desta vez sem regresso”.

Naquele momento, Ciro Gomes também intensificava movimentações políticas em favor do seu projeto de poder, aproximando-se de empresários e economistas liberais¹²³ e Jânio de Freitas escrevia sobre a armadilha para o PT em sua aliança com o PL: “Os bispos evangélicos que tanto influem no PL compõem um movimento ultraconservador, um coronelismo de nova espécie – o coronelismo religioso – e só fazem política para dentro dos grupos que integram seu projeto de poder”¹²⁴.

Já em 28 de outubro de 2002, a *Folha* faz um perfil de José Dirceu como “artífice da vitória de Lula”, figurando no jornal como um Sérgio

121. “PSDB se esfacelou, diz cientista político”, 19/11/2001. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1911200108.htm>>.

122. “Ocaso de um projeto de poder”, 19/8/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1908200210.htm>>.

123. “Ciro cerca empresários de peso e economistas liberais”, 20/8/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200234.htm>>.

124. “Negociações abertas”, 9/10/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200204.htm>>.

Motta para FHC: “Presidente nacional do partido, Dirceu operou a guinada pragmática do PT com mão de ferro, muitas vezes à revelia de lideranças partidárias importantes, incomodadas com o ‘novo PT’, em cujo projeto de poder cabem partidos como o PL e figuras como Orestes Quércia e José Sarney”¹²⁵.

Em 2003, a então oposição mostra irritação com a aceitação de antigas propostas de FHC e com a declaração de João Paulo Cunha “segundo a qual a oposição do PT às reformas era parte de um ‘projeto de poder’¹²⁶”. Notemos que esse projeto de poder já aparece entre aspas, e não no corrido do texto político como até aquele momento.

Voltando ao PSDB, uma curiosíssima entrevista com Mendonça de Barros, então presidente da Instituto Sérgio Motta¹²⁷:

125. “Artífice da vitória, Dirceu é sombra de Lula”, 28/10/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2810200201.htm>>.

126. “PSDB quer fazer PT reconhecer que errou ao não apoiar proposta de FHC”, 18/4/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1804200309.htm>>.

127. Hoje o Instituto Sérgio Motta aparecia num site sem certificado de segurança com a seguinte descrição: “O Instituto Sergio Motta é um centro de projetos e debates voltados ao uso criativo da tecnologia e à inovação. Efetiva ações que unem as tecnologias de telecomunicação com o setor cultural e social, fazendo com que essas novas tecnologias ajudem no desenvolvimento da sociedade, em consonância com as exigências do nosso tempo”. A *intelligentsia* do PSDB se organiza no Instituto Teotônio Vilela, fundado em 1995. Seria interessante pesquisar, nos meandros do tucanato, o que ocorreu com o Instituto Sérgio Motta, sito na Travessa Dorothy Poli Zioni, 7. Em 2006, Wilma Motta, viúva de Sérgio Motta, foi eleita a mulher mais influente do Brasil no Setor Público pela *Forbes* Brasil, em “reconhecimento pela fundação do Instituto Sérgio Motta, um centro de debates da política e da cultura do Brasil” que realizava o “Prêmio Sérgio Motta de Arte e Tecnologia”. No Facebook, a entidade se descreve como “um centro de projetos e debates voltados ao uso criativo da tecnologia e da inovação” e publicou até março de 2013, https://www.facebook.com/pg/Inst.SergioMotta/about/?ref=page_internal, mas o endereço do site que consta na página é hoje (28/2/2018) um “domínio que pertence à Locaweb” <http://ism.org.br/>. Aparentemente, segundo a enciclopédia Itaú Cultural, a entidade entregou o prêmio até 2011, e realizava atividades com a Secretaria Estadual da Cultura <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento602473/premio-sergio-motta-9-2011-sao-paulo-sp>.

Folha – No primeiro documento de responsabilidade do Instituto Sérgio Motta sob a sua presidência, intitulado ‘Um Plano de Ação para o PSDB’, faz-se o diagnóstico do governo Lula e do desempenho do seu partido na oposição. O texto conclui: ‘Temos de decidir: **seremos um partido com um projeto de poder ou uma ONG com projeto de gerência?**’. E então?

Luiz Carlos Mendonça de Barros – Espero que o PSDB opte por ser um partido, é claro, que tenha, como diria o presidente da Câmara, João Paulo Cunha – só que num contexto infeliz –, um projeto de poder. Peguemos o caso das reformas. Os tucanos são favoráveis ou contrários? Alguns dizem que, em nome da coerência, têm de defender as medidas. Ok, mas a coerência só pesa nos ombros do PSDB e do PFL? O que faria o PT se obrigado, também ele, à coerência? O Brasil deve dar ao PT e a Lula o monopólio da incoerência?¹²⁸

Para as eleições de 2004, o PFL ainda apostava no início de um novo “projeto de poder”, também entre aspas¹²⁹. No entanto, ao assumir a presidência nacional do PSDB em novembro de 2003, menos de um ano de governo Lula, um amargado José Serra já daria toda a senha do que estava por vir: “Ficou claro até agora que existe no Brasil um projeto de poder, mas não existe um projeto de governo”. “O PSDB sempre fugiu das tentações de aparelhar o Estado com o partido e de aparelhar o partido com o Estado, como tem acontecido na gestão de Lula”. “Dentro da lógica do poder pelo poder, temos assistido uma verdadeira ocupação do Estado por quadros do partido do governo (...). Exarcebou-se o loteamento de cargos entre forças aliadas”.

À época, o então presidente do PT, José Genoíno, avaliou que “[Serra] está fazendo o dever de casa, buscando identidade como oposição. Está cumprindo seu papel, mas já vi discursos mais brilhantes de Serra”¹³⁰. Curiosa opção de análise, técnica retórica.

128. “PT abraça agenda morta de FHC, diz Mendonça”, 27/5/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2705200319.htm>>.

129. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u54917.shtml>>.

130. “Serra assume PSDB e diz que PT não tem projeto de governo”, 21/11/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u55678.shtml>>.

Em janeiro de 2004, encontramos mais uma dessas pérolas que testemunham a enorme mudança de percepção e do próprio ambiente político. Em entrevista, Aécio Neves dizia que sua grande conselheira na vida era a falta de obsessão [em ser presidenciável]. Destacou pontos “positivos” do primeiro ano do governo Lula (“Assistimos à transformação rápida de um discurso atrasado e populista numa prática responsável, sobretudo na política econômica. Durante muitos anos não teremos mais eleições ideologizadas entre aspas, nas quais as questões centrais serão debates de conceitos, como o papel do Estado, se menor ou se maior. A guinada do PT acabou com isso”) e, assim como outros tucanos, avaliava a possibilidade de união com o PT:

Folha – O sr. vê chance de união PT-PSDB num só partido?

Aécio – Partido é projeto para bem mais adiante. Pode ser uma grande aliança, sem a necessidade de se pagar preços que o presidente Fernando Henrique pagou e que Lula começa a pagar hoje.

Folha – É possível trocar aliança fisiológica por ideológica?

Aécio – Plenamente possível. **Hoje há uma aliança com setores e pessoas tão distantes do ponto de vista ideológico que se unem em torno de um projeto de poder.** Não sou puritano. **Há hoje a necessidade real de certo loteamento de espaço para construir maioria no Congresso.**

Observamos ao longo dos próximos meses José Serra martelando a ideia de que o PT possuía projeto de poder, mas não de governo. Aquela ideia que Genoino considerou “não brilhante”. De fato, a partir daquele discurso de Serra ao se tornar presidente do PSDB, passamos a ouvir somente de projeto de poder do PT, em oposição a projeto de governo, de sociedade etc.¹³¹

131. Ao longo de 2003 houve ainda menções a projeto de poder do PMDB, que foram escasseando. Em abril, o então presidente do PMDB Michel Temer lançou nota em que anunciava que o partido ficaria fora do governo por “sua autonomia no “projeto de poder” de se fortalecer a partir das próximas eleições [municipais], lançando candidatos próprios”. Sete meses depois, em novembro, Renan Calheiros como líder do PMDB no Senado defendeu que Lula só realizasse a reforma ministerial depois das votações das reformas previdenciária e tributária (Temer teria sido contrário a esta posição). Na ocasião, Calheiros propôs “um pacto estratégico de poder entre PMDB e PT”, afirmando que seu partido tem

No entanto, não se pode atribuir ao candidato derrotado a primeira grande menção à ideia na *Folha* de S.Paulo. O infalível Denis Lerrer Rosenfield, “Doutor pela Universidade Paris I”, em 15 de outubro de 2003 (menos de um mês antes do discurso de Serra), escrevia assim sobre o tema: “Se a prática do governo está demonstrando que o **PT não tinha uma proposta para o país, o mesmo não se pode dizer de seu projeto de poder, este sim muito bem estabelecido**”. Falando da “conversão petista ao ideário de FHC”, ele considera que “há uma orientação constante em todo esse processo, a saber, o **projeto de conquista e de permanência no poder, presente no aparelhamento partidário da máquina estatal**. O ‘emprego’ dos militantes partidários em cargos de confiança, dos mais elevados aos de menor valor, passando pelas empresas estatais e pelos fundos de pensão, é uma prática que, de um lado, deita raízes no próprio Estado brasileiro e, de outro, **corresponde a um projeto de poder de inspiração esquerdista, assentado na apropriação do Estado para a realização de uma posterior mudança política**”. Segundo o doutor, o projeto piloto da prática teria sido o governo Olívio Dutra, no RS, e se diferencia de outros partidos porque nenhum outro se “apossou totalmente dos cargos de comissão e, tampouco, [se fortaleceram] via contribuição obrigatória”¹³².

Rosenfield acreditava ainda que “o aburguesamento dos militantes [em decorrência da carguificação] poderia contra-arrestar essa tendência esquerdista. Essa leitura é bem plausível, podendo indicar um caminho que estaria sendo percorrido”. Eu considero o professor bastante clarividente.

Sempre atentos ao discurso da oposição não para neutralizá-lo, mas para reforçá-lo, “alguns ministros”, reportados por Valdo Cruz, avalia-

um “projeto próprio de poder”, que não impede a reeleição de Lula em 2006: “O mais provável é que a aliança com o PT se mantenha em 2006 com o Lula sendo candidato. O PMDB tem um projeto de poder adiante.”

“Em reunião, PMDB decide manter-se fora do governo”, 17/4/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u48163.shtml>>.

“PMDB diz que quer ser do ‘núcleo do poder’”, 15/11/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u55459.shtml>>.

132. “Afinidades eletivas”, 15/10/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1510200308.htm>>.

vam que Lula precisava definir um projeto de governo: “O maior problema para deixar de apenas reagir ao cotidiano de crises e imprimir um novo projeto ao país é exatamente a falta de um projeto – e até mesmo de alguém que o formule. Na equipe principal de Lula, ninguém se encaixa no perfil de formulador”¹³³.

No mesmo dia, uma “*intelligentsia* petista” também mostrava na *Folha* o seu “mal-estar” com a falta de projeto de governo, uma gente que depois acabou indo para vários outros lados e que, não curiosamente, estava ali também convergindo com a então oposição: “A heterogeneidade de pensamento, que o grupo de Maria Victoria vê como qualidade, para o economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, significa que o governo “não tem muita estratégia, fica respondendo às circunstâncias”. Segundo ele, isso mostra que o PT ‘não tem um projeto de sociedade, só um projeto de poder’”¹³⁴.

Em dezembro de 2003, Gustavo Krause já naturalizava o mote: “É voz corrente entre os analistas políticos que o PT tem um projeto de poder, porém há expressivos sintomas de que lhe falta um projeto de governo”. O projeto de poder, no entanto, ainda não era um vilão de V maiúsculo, apenas um objetivo paralelo e, sem juízo de valor, poderia funcionar ou não: “sem crescimento econômico, geração de empregos e aumento de renda qualquer governo está condenado à impopularidade e o projeto de poder fadado ao fracasso”¹³⁵.

Um dado importante sobre essa busca é que ela gerou 688 resultados, dos quais apenas 113 ocorrem até janeiro de 2003. O restante, ou seja, 575, aparecem já nos governos petistas e em reminiscências pós-golpe (até fev. 2018).

Se até 2003 “projeto de poder” era um termo corrente de análise política, sem representar alguma chave especial de interpretação da realidade, vemos que nos anos subsequentes ele passa a ser martelado quase sempre

133. “Falta de projeto de governo causa desconforto”, 30/11/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3011200311.htm>>.

134. “Lula provoca mal-estar na intelligentsia”, 30/11/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u55933.shtml>>.

135. “Espetáculo do crescimento ou truque?”, 30/12/2003. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3012200310.htm>>.

com relação ao PT (na interpretação do mensalão e, em seguida, da operação Lava Jato) e também com frequência com relação aos governos de esquerda da América Latina. Os números a seguir devem ser matizados porque a busca da *Folha* retorna alguns resultados repetidos a partir da inclusão das matérias publicadas na *Folha On-line* e, neste caso, não foram verificados um a um:

ANO	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17
Ocorr.	21	28	41	45	18	15	17	20	19	62	56	63	68	73	28

A explosão em 2005 e 2006 advém da chave de leitura proposta para a AP 470, sobretudo em artigos de opinião e declarações, a seguir o termo passa a ser utilizado em boa parte com relação à América Latina para voltar ao noticiário de campanha nacional, ainda modestamente, em 2010. O ano de 2012 é o do julgamento da AP 470, e a campanha fervorosa não arrefece até a consumação do impedimento de Dilma Rousseff e suas posteriores justificativas. Em 2017, aparecem apenas 28 ocorrências. O ano de 2016 também mostra uma transferência do “projeto de poder”, sempre usado de maneira extremamente negativa, mas também com relação à Igreja Universal. Naquele ano, algumas vezes que se levantavam contra o impeachment, como Kátia Abreu e Raduan Nassar, denunciaram o “projeto de poder” de Michel Temer, que voltaria a ser mencionado, mas residualmente. Aparece também a ideia de “projeto de poder” do judiciário nas bocas mais insuspeitas. Claro que somente em tempo oportuno.

Entre os maiores avançadores da ideia de “projeto de poder” petista no ano do golpe estão: Aécio Neves (que em total publicou no jornal 17 colunas mencionando o termo), Kim Kataguiri, Ferreira Gullar, Igor Gielow, Demétrio Magnoli e Elio Gaspari. É comum aos políticos o uso de *slogans* e ideias-força, eles o fazem da maneira mais tosca, mais simples e mais acabada. Foi o que vimos em 2016.

Entre as figuras políticas identificadas com a esquerda, lamentavelmente Frei Betto foi dos pioneiros a abraçar a tese e figurar no listado, coisa

que faz até hoje, em coro com Dom Odilo Pedro Scherer¹³⁶. “O PT precisa voltar a ter um projeto de Brasil, e não apenas de poder”, disse Betto com relação à “ideia fixa” do partido de ganhar as eleições em 2018¹³⁷. Não é, em si, lamentável a crítica. Sem pretensão de explorar o terreno, muitas coisas podem e devem ser discutidas com relação ao “projeto do PT”. Lamentável é o uso e abuso da tribuna preferencial, esgrimindo as *weapons of choice* do campo adversário.

Tentação totalitária

Na busca do site da *Folha* (a partir de 1994), recuperamos as ocorrências de “tentação totalitária” e seus relativos “homófonos” nas quantidades e períodos que seguem:

- Tentação totalitária: 27 ocorrências, de 17/3/1996 a 28/5/2017
- Vocação totalitária: 19 ocorrências, de 1/1/1994 a 10/3/2017
- Tradição totalitária: 6 ocorrências, de 17/3/1996 a 29/4/2006
- Tentação autoritária: 62 ocorrências, de 17/3/1996 a 25/6/2017
- Vocação autoritária: 41 ocorrências, de 5/9/1995 a 8/10/2017

136. “O resultado das eleições de 2002 despertou grandes expectativas de transformação social. Aos poucos, o projeto de poder se sobrepõe à busca de um projeto de nação socialmente mais justa”, dizia o então porta-voz da CNBB em 18/8/2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200611.htm>>.

137. “Voltamos à era do messianismo político que gerou Hitler, diz Frei Betto”, *Folha de S.Paulo*, 29/5/2017. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/poder/2017/05/1888307-voltamos-a-era-do-messianismo-politico-que-gerou-hitler-diz-frei-betto.shtml>>.

TRANSICAO SOCIALISTA

transicao.org fb.com/transicaosocialista

Pela condenação e prisão de Lula!

Não ao risco de governo autoritário!

Lula é comprovadamente corrupto. Quem fala que não há provas contra ele ou é ignorante (não leu a condenação de Sérgio Moro) ou é mal-caráter. Lula e a falecida Mari-
sa Leticia ocultaram a propriedade do apartamento triplex no Guarujá com uma série de maracutais tão bem registradas que não deixam qualquer dúvida de sua culpa. Além disso, há mais processos, ainda não julgados, com provas mais consistentes (o sítio em Atibaia, a corrupção com grandes empresas automotivas, sem falar nos indícios de corrupção na Petrobras). Lula esbaldou-se na farrá mais repugnante da burguesia.

Temer deu declaração na Folha de SP a favor do “direito de Lula se candidatar”. Renan Calheiros disse que “Lula só pode ser julgado pelo

povo” (ou seja, nas urnas, não na justiça). FHC disse que “prefere derrotar Lula nas urnas a vê-lo na cadeia”. Aécio Neves disse “eu não torço pela prisão do Lula”. Henrique Meirelles disse que “a participação de Lula na eleição é positiva”. A lista de malfetores a favor de Lula poderia ser infinita.

Não se esqueça: esses malfetores são aqueles que querem aprovar a reforma da previdência para que você trabalhe até morrer. São os mesmos que defenderam com unhas e dentes a reforma trabalhista, que precariza ainda mais as relações de trabalho. Só isso já deveria bastar para não confiarmos em nada do que esses senhores dizem. Agora, quando defendem Lula, devemos ter clareza do seguinte:

- Tradição autoritária: 62 ocorrências, de 31/3/1994 a 15/4/2017

Optamos por analisar o termo com mais proximidade às suas “origens”, e o acervo da *Folha* proporcionou o acesso a matérias dos anos 1980. *Tentação Totalitária* é o título de um livro publicado pelo jornalista francês Jean-François Revel em 1976.

Em 23 de março de 1980, ao lado de um enorme anúncio do Jumbo Eletro em que um acendedor elétrico para fogão custava mais de dez vezes o preço de um balde grande de plástico, a *Folha de S. Paulo* trazia um artigo de Pedro Del Picchia sobre “Os indiferentes de ontem e de hoje na sociedade italiana”. O texto informa que nos primeiros 82 dias do ano de 1980, duas dezenas de pessoas haviam sido assassinadas “por extremistas”.

“Os indiferentes” são uma referência ao romance de Alberto Moravia, que retrata “o mesquinho mundo de uma faixa da burguesia italiana que caminha para o fim e, preocupada com a própria sobrevivência, está completamente alheia ao que acontece fora da minúscula área social e geográfica em que circula”. Os indiferentes de hoje seriam “a gigantesca classe média [que] não está interessada no assunto”. “Corrupção, suborno, lama, serviços que não funcionam, e nada: ela permanece no sofá, assistindo programas dominicais. Conseguem ser piores que os brasileiros”, sentencia o jornalista.

O artigo centra críticas nas soluções autoritárias que teriam sido oferecidas ao presidente italiano para recuperar a ordem nacional: constituição de tribunais especiais sem júri popular, autocensura da imprensa, reprodução do sistema alemão de combate ao terrorismo, utilização direta do exército no combate à violência. A maioria dos juízes – três juízes haviam sido assassinados na semana anterior à publicação do artigo – estaria contra tais medidas, mas o medo entranhado em todos os setores começava a gerar anseios por um “salva-pátrias” que promettesse proteção e segurança para que o povo trabalhasse em paz.

Tal era a “tentação totalitária” de uma Itália que, à época, padecia os efeitos do conflito desencadeado pela operação Mãos Limpas de combate à máfia – aquela que posteriormente viria a “inspirar” a Lava Jato do juiz Sérgio Moro.

Em 4/2/1981, a expressão-fetichismo de Jean-François Revel dá título ao editorial da *Folha* em que se criticam as fraudes e outras violências ocorridas nas eleições municipais daquele ano: “a representação popular parece ter

apodrecido por inteiro, de alto a baixo. Para a grande maioria, o mandato tornou-se um emprego como outro qualquer. Para muitos, ficar ao lado ou contra o governo é uma simples questão de lucros e perdas”. “Diante desse quadro”, prossegue, “há uma tentação para justificar os regimes de força. Poderia até ser uma boa saída, se as mazelas que temos não fossem produto de tantos anos de exceção”.

No mesmo ano, em abril, temos esta ‘joinha’:

A Ibrasa anuncia “O Louco e o Proletário”, de Emmanuel Todd. O autor compara a tentação totalitária ao suicídio, ao alcoolismo, à esquizofrenia e aos acidentes de automóvel — um fenômeno de patologia social.

José Carlos de Azevedo, oficial da Marinha na reserva, engenheiro nuclear e conselheiro do Centro de Estudos Sociais Políticos e Econômicos Comparados da Universidade de Georgetown, em 12/7/1985 teme que nas eleições que se aproximam emerja o totalitarismo¹³⁸. Sem nenhuma sutileza e, talvez até por isso, muito espertamente, joga o governo militar no colo do socialismo como evidência de primeiro parágrafo: “a prevalência do planejamento centralizado sobre a vida nacional, própria de países socialistas, deixou-nos problemas econômicos, políticos e sociais da maior complexidade”.

Segue outra evidência, sem sombra de desenvolvimento: “Estatização e mau desempenho educacional são problemas correlatos, razão pela qual temos hoje o maior contingente de analfabetos e o maior índice de estatização do mundo ocidental”. (Se neste momento chove e ocorrem eleições no centro acadêmico, a chuva é causa das eleições no centro acadêmico). No parágrafo seguinte temos a ladainha completa com uma impressionante negligência com respeito às conexões lógicas: problemas nacionais são causados pelo mau desempenho do setor educacional; greves e paralisações contribuem com a inflação mas não estancam o investimento em

138. J. C. Azevedo, “A opção e a tentação totalitária”, *Folha de S.Paulo*, 12/7/1985.

universidades públicas; universidades públicas recebem rios de dinheiro mas não contribuem para o desenvolvimento nacional; universidades públicas contribuem negativamente para a tranquilidade social por serem um cabide de emprego.

Como os partidos em geral são todos iguais e não têm um programa educacional, tudo girará no mesmo círculo vicioso “até que os comunistas assumam o poder. Por que na Rússia a educação vai bem? Pois ali não vicejam os vírus da ‘mediocracia’ e da ‘democratite’ que transformam nossas instituições de ensino superior em sindicatos de baixo nível”.

Segue um elogio genealógico bastante curioso do liberalismo, “que de certa forma remonta aos filósofos gregos”, e das liberdades individuais, que não devem ser confundidas com “direito à mazorca e prevalência de interesses pessoais sobre o coletivo”.

Depois, no que poderia ser um ato falho ou a correção de um tipógrafo engajado, Azevedo diz que “o liberalismo é incompatível com o ensino público e não exime o Estado da obrigação de oferecer, gratuitamente, boas escolas àqueles que não podem pagá-las (...) **Afinal, a escola pública propicia a maneira mais eficaz de moldar o caráter e a personalidade do cidadão, à feição da classe dirigente**”.

Após mencionar o topos “não se vota para pilotos de aviões a jato”, o oficial continua retificando os erros comuns quanto ao sistema eleitoral – “corrompido seu significado, ‘democracia’ tornou-se, entre nós, sinônimo de ‘popular’”; “a democracia não é panaceia”; “a minoria pode estar certa, mas a maioria está sempre errada” – para em seguida desvendar “o antídoto para todos os radicais”: Hayek. O autor austríaco “mostra”, em uma ótica precisamente binária, que “o oposto de democracia é o regime autoritário e o de liberalismo é o totalitarismo e é este que pode emergir nas próximas eleições”.

Concedendo que é preciso limitar a força coercitiva do governo, é “preciso entender claramente que, se a maioria deseja alguma coisa, ela não é necessariamente boa”. O militar acredita que “não sucumbir à tentativa totalitária” significa limitar a ação do governo (“à justiça, forças armadas, fazenda e mais uma meia dúzia de áreas”).

O artigo termina citando uma anedota de Colbert, emblemas de brasões ingleses e com a proposta de criação de um Partido Liberal *tout court*, de mote *laissez nous faire*.

Este texto espantoso foi publicado em um período turbulento da história brasileira, e ali já carrega o núcleo do pensamento da proclamada “nova direta”, que de nova se vê que tem bem pouco a cada ano que remontamos no pensamento publicado no nosso país. Este traz o ranço autoritário em carne viva, mas desenha de maneira cristalina a mesma tautologia que fundamenta o argumento do grosso dos protestantes antiPT da atualidade.

- Partindo de uma proposta inatacável, a de que se deve melhorar o nível educacional do país, nada se diz sobre como fazê-lo. É o cartaz autista que pede “Mais Educação”. Mais adiante, sobre o tema, Azevedo desliza despididamente em um dos cânones do que seria o totalitarismo para alguns ideólogos atuais (entre eles os do Escola Sem Partido): educação para “moldar o caráter e a personalidade do cidadão”.
- Estatização e centralização são típicas do socialismo. São as medidas (tipicamente) socialistas aplicadas pelo governo militar – e não o governo militar – as responsáveis pelos problemas econômicos, políticos e sociais.
- Estatização é “correlata” e “razão” do baixo nível educacional. Ainda assim, o nível educacional da Rússia é bom. “Mediocracia” e “democratite”, típicas de sindicatos de baixo nível, são responsáveis pelo baixo nível educacional.
- Defendendo a redução do Estado, propõe limitação da **ação do governo** a “justiça, forças armadas, fazenda e mais uma meia dúzia de áreas”. Sem mencionar claramente o executivo, parece que ficariam sob seu controle todo o aparato coercitivo e punitivo, além da Fazenda e “meia dúzia de áreas”, ampliando dramaticamente qualquer proposição assumida neoliberal e, sobretudo, qualquer proposição democrática.
- Em meio a diversas alusões negativas ao sindicalismo, o que deve ser evitado a todo custo é o “totalitarismo”. Trata-se do único foco de clareza, desde o título. Esse, aliás, “Opção e Tentação Totalitária”, significa que ter a opção de um outro governo implicaria ter a possibilidade de sucumbir à tentação totalitária.

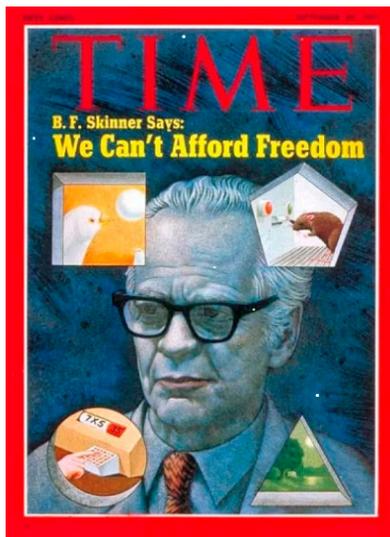
Oscilando tortuosamente entre críticas à democracia e ao ‘socialismo’ estatista, é difícil definir se a miscelânea de temas e o truncamento lógico

são fruto da tentativa de expor extensivamente uma cartilha recentemente aprendida e ainda mal assentada no raciocínio ou se são propositais, uma vez que na falta de argumentos ‘publicáveis’, mais vale a tática da sobreposição e confusão de dados com ares de doxa e autoridade.

Colocando um sujeito (*nous*) na forma clássica do mote liberal (*Laissez-faire*), o leitor deve-se perguntar de quem se trata. Dos próprios militares “iluministas” como o autor? De um Partido Liberal que deve ter a mesma “autonomia” de governança que tiveram os militares? De um governo liberal, em qualquer conformação, que não dependa da vontade da maioria (que não é necessariamente boa)?

A expressão continua em disputa em julho de 1985, quando Ruy Lopes comenta a insegurança política dos “pactos” realizados para a transição com Sarney e sentencia que “tão logo a maioria esqueça quem foram os responsáveis pelo nível de inflação, pela dívida externa, pela recessão e pela dependência colonial, voltará a existir a **tentação totalitária**”¹³⁹.

Naquele mesmo mês de 1985, celebra-se no jornal a chegada de Jean-François Revel a São Paulo, a convite da FIESP, “para conferências e encontros com personalidades do mundo político e empresarial”. Seu artigo publicado no jornal em 20/7/1985¹⁴⁰, é dedicado em boa parte a informar que a “reviravolta neoliberal” não é “ideológica”, mas “consequência da experiência”. Não é “influência de teóricos”, mas “rejeição espontânea do dirigismo estatal pela opinião pública”, e passa a defender centralmente, com “argumentos da experiência”, a desnacionalização. Ele menciona que



Capa da Revista Time, de 20 de setembro de 1971

139. R. Lopes, “O Pacto Indefinido”, *Folha de S.Paulo*, 18/7/1985.

140. J. Revel, “O neoliberalismo: uma desintoxicação ideológica”, *Folha de S.Paulo*, 20/7/1985.

na França de meados dos anos 1980, o “empresário privado tornou-se, aos olhos dos jovens, o herói cultural do nosso tempo” para concluir que o novo clima intelectual não resulta de uma construção ideológica, mas antes de “uma rejeição dos métodos ideológicos em geral”.

Totalitarismo

Em resposta a um artigo do então vereador pelo PT, Francisco Whitaker, o jornalista, ex-membro do PCB na década de 1960 e assessor de imprensa do prefeito Jânio Quadros nos anos 1980, Odon Pereira, identifica-o à “esquerda paleolítica” por atribuir suas derrotas ao baixo nível de politização dos eleitores¹⁴¹. Segundo Odon, “este tipo de raciocínio é a matriz, o eixo teórico do totalitarismo que submeteu durante tantas décadas os países do Leste Europeu”.

O artigo é de 1 de janeiro de 1994 e Odon Pereira faleceu em 2001, sem presenciar o ascenso eleitoral do PT, “de vocação totalitária”, à presidência. Mas ali ele já sentenciava que, em uma tal eventualidade, o partido “seria fatalmente **tentado** a se perpetuar no poder, utilizando-se de alguma forma antidemocrática. Isso aconteceria por razões lógicas: ‘proteger o bom povo’ e impedir que ‘cometa erros’, como o de não eleger Suplicy em 1992”.

O vereador Whitaker não percebe que “modelar cérebros” é uma missão que transcende a política. E já foi cumprida, como nos informa uma formidável reportagem, a maior de todos os tempos. Seu título é Velho Testamento. A missão a que se propõem o vereador Whitaker e o PT durou seis dias, ao fim dos quais Ele descansou.

Cerca de vinte anos mais tarde, podemos recordar como exemplo aquele artigo de Pondé¹⁴², a tese apresentada é a mesma – o totalitarismo perpetuatório – mas com argumentos opostos: com Odon, o PT pregaria a proverbial conscientização, com Pondé, a “conscientização” seria prejudicial ao PT, que mantém as massas na ignorância para se manter no poder.

141. O. Pereira, “O PT e o Criador”, *Folha de S.Paulo*, 1/1/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/01/cotidiano/13.html>>.

142. L. F. Pondé, “Basta”, op cit.

O interruptor entre um e outro é o resultado das urnas, coisa que, admitamos, aparece também com sinal ideológico invertido.

Neste capítulo analisaremos a mutável composição do “aspecto totalitário do PT” em nosso veículo *of choice* ao longo dos anos do nosso escopo. Em uma busca pedestre, usando em conjunto a sigla “PT” e o lexema “totalit*”, encontramos 384 resultados (excluindo os repetidos) entre janeiro de 1994 e de 2018 assim distribuídos:

1994	21	2006	21
1995	5	2007	11
1996	6	2008	14
1997	14	2009	8
1998	8	2010	25
1999	7	2011	4
2000	11	2012	6
2001	3	2013	8
2002	20	2014	22
2003	33	2015	10
2004	19	2016	13
2005	30	2017	10

Trata-se de uma busca interessante que mostra, entre outras coisas, a evolução da profundidade intelectual a que se propôs a *Folha de S. Paulo* e que mereceria que lhe extraíssemos mais suco, mas aqui nos ateremos ao principal. Analisamos exaustivamente as ocorrências a partir do ano 1998 divididas em cinco categorias de espaço interno bastante generoso: Opinião antiPT, Opinião antiPT “de esquerda”, Opinião pró-PT, Políticos e Leitores. Entendamos “antiPT” por aqui indo desde o hidrófobo até algum crítico sóbrio a medidas quaisquer do partido. Trata-se de uma aproximação do esquema proposto por Patrick Chareaudeau para análise de discurso político que se realiza em três instâncias, a política, a midiática e a cidadã. Uma aproximação, porque na realidade só analisaremos a instância midiática e as vezes que ela escolhe publicar na configuração do seu próprio discurso, construindo a ilusão de pluralidade.

Seguiremos essa ordem de categorias e propomos duas maneiras de leitura para esse capítulo. O resultado analítico de cada busca será comentado cronologicamente e ao final de cada seção, faremos um comentário sobre o conjunto de ocorrências compilado, que poderá ser lido preferencialmente.

A problemática será introduzida por um tradicional colunista da *Folha* e membro do seu conselho editorial.

À época do impeachment de Dilma Rousseff, Marcelo Coelho se propôs a analisar na *Folha de S.Paulo* a “aura antidemocrática do PT”¹⁴³. Sem se ater ao absurdo da situação do golpe parlamentar, em que não havia sombra de reação remotamente autoritária por parte da presidência, ou, mais precisamente, havendo completa falta de reação, ele toca em alguns pontos importantes quanto à percepção pública do partido. Coelho aponta uma convicção sincera, mas não sistematizada, de que o PT não é afeito à ideia de democracia, apoiada em grande medida no fato de que o partido promove uma visão binária e antagônica da política: nós contra eles. O jornalista conecta essa visão à “teoria claramente totalitária de Carl Schmitt, que entendia a política a partir da dualidade amigo-inimigo”. Coelho pondera que em qualquer disputa é natural uma divisão do gênero e aponta a impossibilidade lógica de afirmar que “eles estão errados porque dividem o mundo em nós contra eles”.

A primeira explicação encontrada para o fenômeno é aplicada somente aos tucanos que, após o governo FHC, se sentiriam moralmente acuados pela postura principista do debate político petista, mas que por fim flagram o PT em casos diversos de corrupção e conluíus capitalistas.

O colunista também aponta a percepção de uma especificidade maligna da roubalheira atribuída ao PT, pelo fato de estar a serviço de um “projeto de poder”, apesar de todo partido ter necessariamente um projeto de poder. Nesse caso, os “partidos menores” também se incomodariam, segundo Coelho, com a postura arrogante do PT, que se colocaria em um patamar histórico e doutrinário superior às demais agremiações oportunistas e fisiológicas. Ainda que concorde com o raciocínio de que,

143. M. Coelho, “Nós contra Eles”, *Folha de S.Paulo*, 27/4/2016.

para muitos petistas, a corrupção se tratava de uma conjuração de forças diabólicas para atingir um fim maior, o colunista frisa que não se trata de atitude antidemocrática.

Marcelo Coelho é dos que oscilam em suas opiniões, tendendo para a linha *deuxième gauche* que mais desgosta do PT como ideia de partido do que gosta. Mas exercita a lucidez em suas análises publicadas, o que veio a se tornar por si só uma característica louvável. Ele transitou com desenvoltura pelas nossas categorias.

Opinião antiPT

Em 1998 iniciamos em grande estilo com o filósofo Roberto Romano que, comentando episódio duvidoso da história do partido – a saber, a escolha do candidato a governador no Rio de Janeiro –, optou por mobilizar o instrumental antitotalitarista: “o autoritarismo deita raízes no mais antigo pensamento político. Os donos nacionais daquele partido, gerados pelo ideário stalinista e semelhantes, enfrentam as oposições internas com chantagem e outras armas violentas”.

Mais acima, afirmava – não sei a partir de que fontes – que “A liderança do PT sugeria aos militantes que todos no partido eram anjos e os demais, ‘farinha do mesmo saco’”. Partido infalível, exceção, criação do Homem Bom. Referência teológica – porque o anjo, antes de tudo, cai – mas também ao *hit* de 1976 dos *Nouveaux Philosophes* Guy Lardreau e Christian Jambet, *L’Ange*. Mais ainda, os franceses usam um dito derivado de aforisma do filósofo do XVII Blaise Pascal: “*qui veut faire l’ange fait la bête*” muito apreciado pelos liberais, teóricos da natureza humana.

L’enfant terrible Arnaldo Jabor aparece em 1998 e duas vezes em 2000, falando mal de um monte de gente e coisas, e até não se conformando “com o sectarismo do PT, recolhendo o entulho totalitário que sobrou da queda do Muro”, porque lhe dava a sensação de desperdício histórico. Um dia sectário, no outro pragmático ou até fisiológico. Seja do modo que for, sempre é possível ser totalitário.

Naquele mesmo ano, Carlos Heitor Cony faz o elogio aos 80 anos de Dom Eugênio que, “sem se curvar aos patrulhamentos ideológicos, sem cortejar os formadores de opinião, foi peça importante na custódia de

perseguidos pelo regime totalitário”. É preciso admitir que, embora muitas vezes criticando o PT por esse ângulo, Cony sempre se referiu ao período da ditadura militar como regime totalitário. Era bem amplo o conceito para ele. Este artigo aparece aqui porque traz crítica a quem rotulava o religioso de conservador.

Lançando mão da artilharia pesada a partir de 2002, a *Folha* convoca Olavo de Carvalho que elogia o escritor cubano Armando Valladares: tem um lugar assegurado na história do século XX entre os personagens que provaram, por sua coragem e retidão inflexível nas piores circunstâncias, a soberania do espírito livre ante as trevas do *diabolismo totalitário*.

No mesmo ano, fiel à crítica ao patrulhamento e ao universo conceitual, Cony traça uma linha reta entre o stalinismo e a campanha de 2002: “Os xiitas do PT pretendem decretar a morte de Regina Duarte como personagem do mundo artístico. Manifestação explícita do patrulhamento, *que começou no período totalitário* e que agora ameaça voltar no melhor estilo da ‘não pessoa’ que vigorou nos tempos mais duros do stalinismo”.

Em agosto daquele ano, a *Folha* embarca o meu favorito, Denis Lerrer Rosenfield, filósofo pupilo de Giannotti, professor na UFRG, com larga passagem por terras gaulesas. (Diga-se de passagem, nosso atual presidente Michel Temer lhe convocou recentemente para o conselho da corte).

Ele faz muitas aparições, menciono as que apareceram na busca proposta. Em tréplica de um primeiro artigo, que foi criticado pelo coordenador da campanha de Lula, Carlos Tibúrcio, no Painel do Leitor, Rosenfield dá uma aula que convém que prestemos atenção:

nada mais fiz do que apontar as incoerências do PT e as **práticas que qualifiquei de próprias de ‘movimentos totalitários’**. No artigo, utilizei essa expressão no sentido de H. **Arendt**, que **distingue movimento totalitário de Estado totalitário**. O movimento totalitário consiste no processo de desestruturação do Estado e da democracia, seguindo, nesse estágio, as regras estatais e democráticas, porém deturpando-as e as obedecendo nos seus limites, quando não além deles. Esse processo escalam-se, assim, num amplo espaço de tempo. Ele pode também ser chamado de ‘revolucionário’, se utilizarmos os vocabulários marxista e comunista em suas diferentes versões. O Estado totalitário, por sua vez, é o

resultado desse processo, sob a forma da pura dominação violenta, escancarando o que antes se ocultava, com a abolição subsequente da democracia, das liberdades e do Estado de Direito.¹⁴⁴

À época do lançamento do seu livro *PT na encruzilhada: social-democracia, demagogia ou revolução*.¹⁴⁵, o Rosenfield elogia a contribuição do PT ao cenário político brasileiro: a bandeira da ética, para em seguida criticar sua falta de coerência nesse aspecto e por não realizar uma revisão programática. O partido teria que “superar as divisões internas” mencionadas no subtítulo da obra e, basicamente, suprimir a “vertente gaúcha” e iniciativas totalitárias como o Orçamento Participativo (a palavra “totalitária” aparece na introdução do jornalista, não na entrevista publicada). Rosenfield temia os “revolucionários” do PT, como chama o que a mídia apelidava de “radicais”, porque “esse terço do partido demandará sua parte do poder”.

Em outro momento da entrevista, questionou a validade da divisão entre esquerda e direita para afirmar que o país não conta nem com uma esquerda realmente renovada e nem com uma direita clássica.

O ano de 2003 foi rico nesta rubrica. Logo no início, Bóris Fausto descomemora a ascensão de Lula à presidência porque defende que a sua bandeira jamais será vermelha e é contra a divisão do país: “Os símbolos e as imagens expressaram essa sensível restrição: o verde-amarelo apareceu envergonhado, quando apareceu; a praça dos Três Poderes foi tomada pelo mar de bandeiras vermelhas, pelas estrelas petistas e pela foice e o martelo, expressão de uma grande utopia do século XX que resultou no desastre de regimes totalitários”.

Próximo à data (29/1/2003), o cético Delfim Netto tinha outra avaliação: “Não foi o PT que mudou o mundo, foi o mundo que mudou o PT, embora ainda uma juventude generosa que **não se conforma com o desenrolar histórico**. Insiste em querer **mudar o mundo com métodos totalitários a serviço de ingênuas utopias igualitárias**”.

144. D. L. Rosenfield, “Quem mente?”, *Folha de S.Paulo*, 2/9/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0209200209.htm>>.

145. “Filósofo aponta falta de coerência no PT, entrevista com Denis Rosenfield”, *Folha de S.Paulo*, 8/9/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0809200225.htm>>.

Carlos Heitor Cony, constante no patrulhamento do partido alheio, lamenta o centralismo petista, onde os radicais não são livres: “Cobrar uma unidade de pensamento dentro de um partido é uma tendência totalitária que pode descambar para uma espécie de partido único – base de qualquer ditadura, seja de esquerda, como na antiga União Soviética, seja de direita, como na Alemanha nazista e na Itália fascista”.

Em 2003, como costuma, Elio Gaspari falava de totalitarismo em tópicos internacionais – “os EUA são acusados de fascismo pelos que defendem métodos totalitários”. Demétrio Magnoli, no mesmo ano, fala da “cumplicidade de Lula com o totalitarismo”, por não criticar fuzilamentos ocorridos em Cuba: “Rosa morreu, Stálin venceu e a esquerda marxista se tornou stalinista. Essa esquerda, apagando os vestígios do seu passado, qualificou a liberdade como ‘burguesa’ e, no poder, ergueu os muros do privilégio”.

Cony volta à carga ainda em maio de 2003, criticando a submissão do governo ao sistema que antes criticava, mas elogiando a volta atrás de uma medida que qualifica como índice de “dirigismo estatal, uma das aberrações mais nefastas de qualquer regime totalitário”.

Clóvis Rossi se une ao time em junho de 2003, afirmando que o PT desclassifica seus críticos antes de tentar verificar se a crítica procede: “um mecanismo totalitário”.

Rossi é bastante laxista em suas avaliações conceituais, diferente do psicólogo Jacob Pinheiro Goldberg, que faz análise das massas frente ao “mistagogo ou estadista Lula” com profusão de autores em citações de uma frase, até Aristóteles. Em determinado momento ele diz que “a função totalitária é reduzir o homem a uma máquina impessoal, cobaia do progresso”. Eu acredito que na realidade ele estava falando bem do PT, e até do MST, mas não tive tempo para maiores indagações quanto ao texto, questão de prazos.¹⁴⁶

É por intermédio de uma crítica de revistas literárias que somos apresentados à Kathrin Rosenfield, professora de teoria literária na UFRG, que, em meio a uma prosa bastante lírica e suave, faz um parêntese (com parênteses gráficos, mesmo) estranho a um comentário sobre as políticas

146. Convido o leitor para contribuir com a reclassificação: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0708200309.htm>>.

gaúchas: “O futuro mostrará se o entusiasmo com o modelo político-cultural do Rio Grande do Sul **(que os entrevistadores e o entrevistado devem ter observado a uma distância que filtrou os traços totalitários da política cultural do PT gaúcho)** confirmará a ideia de que Porto Alegre ‘é um evento que não só imagina alternativas em conjunto, mas que apresenta um tipo de coerência... global entre os vários movimentos e assuntos sociais’”. Quase posso imaginar a cena doméstica. Tudo isso ainda em agosto de 2003.

Quando, em setembro, Lula procurou “resgatar os símbolos nacionais”, foi criticado pelos sociólogos Sérgio Miceli e Hélio Jaguaribe: “Só os **governos totalitários** fazem essas grandes paradas. Elas estão em pleno ocaso”. Totalitário por ter cão, totalitário por não ter cão.

Roberto Romano volta à *Folha* naquele mesmo ano fatídico, 24/9/2003, criticando a cultura do militante, cuja norma seria a renúncia ao intelecto pessoal desde a censura napoleônica e passando pelo totalitarismo do século XX.

Cony volta a criticar a confusão interna do PT: “os conflitos internos do partido, inclusive uma tendência totalitária de cúpula tão nociva quanto a dos estados-maiores que nos governaram durante o regime militar”, comparando de maneira ostensivamente leviana aquele governo à ditadura militar.

Denis Rosenfield, já depois do artigo que escreveu sobre o “projeto de poder” do PT, e depois da paráfrase do seu artigo na convenção do PSDB por José Serra, esmiúça ponto a ponto um documento apócrifo, “que teria sido elaborado por assessores do Ministério da Justiça” e foi “vazado”, tratando do linchamento público de Luiz Eduardo Soares após sua exoneração da Secretaria Nacional de Segurança Pública: “segue os melhores cânones do stalinismo!”¹⁴⁷. O lema totalit* aparece aqui três vezes.

Tudo isso ocorreu em 2003, o primeiro da presidência petista. Em 2004, vimos o foco da crítica se direcionar a propostas de regulação midiática, ameaça à liberdade de imprensa, e os riscos de monopolização do poder em mãos de um único partido, com as eleições municipais.

147. D. Rosenfield, “O agente da CIA”, 13/11/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1311200309.htm>>.

Em maio de 2004, por ocasião do imbróglio com o jornalista Larry Rohter Jr. do NYT¹⁴⁸, Carlos Heitor Cony diz sua expulsão “coloca o Brasil do PT na mesma situação de países ridículos, geralmente em vigência de regimes totalitários”. Em setembro daquele ano, o mesmo colunista se surpreendeu com o aumento da popularidade do presidente Lula. Em inferência pouco sutil, diz que os “militares garantiram a ordem com um Estado totalitário”, enquanto “Lula e o PT ganharam a preferência eleitoral porque lutaram por uma agenda social que foi esquecida”, “mas as taxas de popularidade de Lula continuam garantindo a normalidade institucional” (até quando?).

José Arthur Giannotti, coordenador da área de filosofia do CEBRAP¹⁴⁹ e autor de “Certa herança marxista”, entre outras qualidades, tem por método o uso de elegância e pretensão de lucidez em suas análises, que não indicam “riscos de regime totalitário” no horizonte, mas que, não obstante, apontam ameaças ao jogo democrático no “projeto político do PT”. Em artigo de outubro de 2004¹⁵⁰ ele se esforça para distinguir “troca de indulgências” com políticos nefastos (prática do jogo político) e “busca por retardar o indiciamento [de políticos nefastos]” (que enfraquece as instituições),

148. “O governo federal decidiu ontem expulsar do Brasil o jornalista do *The New York Times*, William Larry Rohter Junior, em resposta à matéria assinada por ele relatando uma suposta preocupação da sociedade brasileira com o consumo excessivo de bebida alcoólica pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em nota, o Ministério da Justiça explicou que o governo determinou o cancelamento do visto temporário do repórter. “ Em face da reportagem leviana, mentirosa e ofensiva à honra do presidente, com grave prejuízo à imagem do país no exterior, publicada na edição de 9 de maio passado do jornal *The New York Times* , o Ministério da Justiça considera, nos termos do artigo 26 da Lei 6.815, inconveniente a presença em território nacional do autor do referido texto” , diz a nota do Ministério da Justiça, assinada pelo ministro interino, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto”. *Valor On-line*, 12/5/2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/valor/2004/05/12/ult1913u7695.jhtm>>.

149. Para uma discussão do papel ideológico do CEBRAP como *think tank* de *deuxième gauche* subdesenvolvida (classificação com a qual arco inteiramente), com discussão sobre seus membros, financiamento (também pela Fundação Ford desde o início), seu papel como plataforma política, vide excelente artigo de M. Lahuerta, “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”.

150. J. A. Giannotti, “Com a cabeça fria”, *Folha de S.Paulo*, 17/10/2004. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1710200408.htm>>.

entre outras paráfrases. Defendendo a alternância de poder, celebraria a vitória de José Serra em São Paulo, bem como a de Fernando Pimentel em Belo Horizonte, disse o filósofo.

Já em 2005, o monocórdio Cony comenta entrevista do então presidente do PT, José Genoíno, em que afirmava que o partido “ainda é de esquerda” de maneira inusitada: “a preocupação em ‘ainda’ ser da esquerda me parece *démodé*. O grande mérito do partido foi justamente abrir, no passado, uma espécie de terceira via que libertasse o eleitorado da defasada dicotomia esquerda-direita”. O programa nacional e operário proposto pelo PT nos anos 1980 estaria desvinculado do discurso da esquerda oficial, dependente da URSS. “O PT lutou e se consagrou por manter uma linha independente, ‘ainda’ que esta independência o levasse a recusar o apoio à candidatura de Tancredo Neves, que era decisivo para sepultar definitivamente o regime militar. Não queria se contaminar com as correntes liberais [*deuxième gauche*] que afinal enterraram o totalitarismo”. Cony conclui que essa opção foi desfigurada.

Em setembro de 2005, portanto pós entrevista de Roberto Jefferson (6/6/2005), um fidelíssimo à cartilha Demétrio Magnoli inicia coluna citando o “discurso secreto” de Kruschew, de 1956: “Stálin preparou o partido e a NKVD para o uso do terror de massas”¹⁵¹. A crítica do articulista se dirigia aos intelectuais da esquerda tradicional: “a interrupção da crítica, mais até do que a falência do governo, condena o PT a repetir a trajetória descrita no passado pelos partidos comunistas”.

Esse foi um *leitmotiv* do momento, e personalidades acadêmicas, especialmente a filósofa Marilena Chaui, foram colocadas na linha de fogo. Um artigo de agosto de 2005 traz opiniões de intelectuais que “rejeitam silêncio de filósofa”: “Leôncio Martins Rodrigues, professor aposentado da UNICAMP, disse que os intelectuais de esquerda já cometeram muitos erros, como ‘**o apoio servil a regimes totalitários**’, e para evitar novos erros ‘é bom mesmo que se calem. Ou que só se pronunciem sobre sua especialidade’”.

O ano de 2005 trouxe outra polêmica que instrumentalizou o vocabulário do totalitarismo, mas fugindo da forma francesa e se apro-

151. D. Magnoli. “A crítica interrompida”, *Folha de S.Paulo*, 1/9/2005. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0109200507.htm>>.

ximando da problemática de tradição estadunidense, a polêmica da proibição do comércio de armas de fogo. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach vociferava em 22 de outubro de 2005 que “Confirmou-se ao longo da campanha [do desarmamento] a certeza de que a política de desarmamento proposta é inconstitucional, irrazoável, demagógica e totalitária, incompatível com o Estado democrático de Direito”. No dia seguinte, Alberto Fraga argumentava que “o desarmamento dos cidadãos é historicamente uma das bases do totalitarismo”, citando Stálin, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung.

A crítica aos laços do PT com Cuba também enseja matérias em que o sistema de governo da ilha é descrito ‘factualmente’ como “um regime totalitário comandado por Fidel Castro” (30/10/2005).

Em julho de 2005, Cony “se justifica” com relação às “crônicas pesadas” contra o PT e o governo: “Não admiro o partido. Há muito detectei nele um ranço totalitário. *Dois crônicas publicadas na semana passada* chegaram a lembrar alguma analogia (nunca a identidade) com o partido nazista”. Ele admite, no entanto, que as generalizações são inevitáveis, mas injustas e torce para que a “banda podre” seja menor que se anuncia. Entre petistas admiráveis estariam Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante e Ricardo Kotscho, “os primeiros a sofrer na própria carne a onda que se formou contra o partido”.

Em 3/12/2005, Cony diz que “mal chegado ao poder, com Dirceu no absoluto comando executivo do partido, o PT tomou aquela poção misteriosa que transforma um médico em monstro. O pequenino grupo que denunciou a transformação ou a traição foi truculentamente expurgado – nos moldes de todos os partidos totalitários que conhecemos”. Aparentemente não se pode expurgar a banda podre.

Em 11/12/2005, Carlos Heitor Cony se contradiz com relação às origens do PT e procede com suas alusões sempre surpreendentemente frívolas: “Desde os inícios do partido, senti nele um bafio totalitário, lembrando em alguns casos a ascensão dos nazistas, pelo menos até 1933, quando tomaram o poder na Alemanha democraticamente, dentro das regras do jogo”. Saímos de Stálin para pisar diretamente no nazismo. Após loa à origem antiautoritária do PT, “há muito” ele já detectava o “ranço” e agora o “bafio” estava desde os inícios.

Denis Rosenfield mostra a que vem em entrevista de fevereiro de 2006, onde afirma que há espaço para o surgimento de uma nova direita, desvinculada das ideias de um Estado totalitário e corrupto e identificada com a boa gestão administrativa e a defesa das liberdades. Em agosto de 2006, vemos o coerente teórico Rosenfield retomar Arendt e a noção de “movimento totalitário”: “a saber, aquele processo que conduz ao desmantelamento do Estado”.

Contardo Calligaris defendeu uma tese na Universidade de Provence, em 1993, que ele menciona muito amiúde, cada vez com um motivo para não ter sido publicada¹⁵². Em 13/4/2006, ele diz que lhe parecia que a questão central pertencia a outra época, “à dos totalitarismos”, mas que uma declaração do então deputado Jorge Bittar lhe fazia mudar de ideia quando à contemporaneidade do tema. Em crítica ao relatório de Delcídio Amaral (PT-MS) da CPI dos Correios, xingou e disse que o senador não agiu como “um verdadeiro petista”. O argumento é que o PT seria um grupo que oferece férias à subjetividade dos seus membros para que ajam como instrumentos a serviço do partido (configurando índice de totalitarismo).

Em 1/10/2006, Danuza Leão distingue a “gente simples” da “gentilha que ocupa cargos no governo”. Ela alerta para que uma vitória do PT no primeiro turno das presidenciais seria um perigo “com as tendências totalitárias do presidente”, que pode levar do fechamento do Congresso à censura à imprensa.

Em agosto de 2007, nosso ideólogo de primeira linha Denis Lerrer Rosenfield afina o discurso, agregando os governantes bolivarianos da

152. Em outra coluna, ele explica o cerne conceitual da sua tese: “Nessa altura, Arendt já tinha publicado há tempos (em 1951) seu *Origens do Totalitarismo* (Companhia das Letras). Fato extraordinário para a época, Arendt examinava os totalitarismos do século XX levando stalinismo e nazismo para um mesmo tribunal. Ela encontrava as origens do totalitarismo do século XX no imperialismo colonialista e no racismo (ideias, convicções, tanto das elites como dos povos). Pois bem, dez anos mais tarde, Arendt saía do processo de Eichmann pensando diferente: as convicções (por exemplo, antissemitas) dos funcionários do regime não bastavam para explicar o que os tinha transformado em assassinos genocidas, e o totalitarismo tinha sido possível não graças aos entusiasmos ideais de sua tropa, mas, ao contrário, graças a personagens quaisquer e banais, facilmente dispostos a abdicar sua faculdade de pensar”. C. Calligaris, “Meu vizinho genocida”, *Folha de S.Paulo*, 18/7/2013.

América Latina na análise: “Pensam que o Brasil deveria seguir o mesmo caminho, instaurando uma sociedade socialista, dita solidária, mas, de fato, autoritária ou totalitária”. O artigo se dedica a falar da possibilidade de “anistia política” de José Dirceu, “candidato natural do PT à Presidência que teve o caminho barrado com a cassação”, que assumiria em campanha uma atitude mais à esquerda.

Nas sendas internacionais, o acordo de cooperação do PT com o partido sírio Baath é visto como um retorno às origens stalinistas pelo politólogo Octaciano Nogueira: “Aliar-se ao Baath, que é um partido totalitário, num país [Síria] onde não há democracia, isso é uma volta à origem radical, ao stalinismo”.

Em 2008 a ponderação acadêmica do mestre José Arthur Giannotti já se mostrava completamente *démodé* como ideólogo tucano. O filósofo fala dos vícios da política brasileira, especialmente depois do “desaparecimento do horizonte do ideal de uma economia sem mercado e da ilusão da política regida pelo comitê central” e em plena crise econômica internacional de 2008. Ele dá tarefas para todo mundo, inclusive para a esquerda contemporânea: “criar alternativas reais às misérias promovidas pelo capital, o que se consolidará na luta pelo aprofundamento da democracia, na demanda de instituições transparentes, que sejam capazes de controlar as loucuras do mercado, as lutas de classes desvairadas, o jogo sujo na política”. (Nesse ponto, relemos Lefört, em sua defesa da polarização da sociedade). “Embora os resultados dessas eleições tenham sido melhores do que o esperado, pois não se configurou a onda vermelha unificadora do nada, o jogo político não respeitou as regras mínimas do respeito pelo adversário”. Giannotti teme que com “a profundidade da crise nacional e internacional, espereite o perigo de uma solução totalizante e totalitária, liderada por gaviões que busquem o apoio popular sem os meandros das instituições democráticas”.

Em janeiro de 2009, Sérgio Malbergier fala da militância de esquerda: “cega”, “turba de difícil educação”, “filhos de ideologias totalitárias vencidas” (note-se o plural), e maniqueísta. Note-se que o colunista usou o título “de olhos bem fechados” no mesmo jornal uma segunda vez, em 2015, para falar do radicalismo islâmico – uma passagem já trilhada por, entre outros, Bernard Henri-Lévy.

O ano de 2010, como bom ano eleitoral, traz um grande leque de nuances antitotalitárias. Em março, a *Folha* capricha na elaboração e na virulência de sua crítica academicista:

Como o partido se julga o representante místico dos ‘trabalhadores’, o financiamento escuso que recebe de empreiteiras, as alterações legais casuísticas que promova em favor de uma empresa de telecomunicação, não representarão escândalo jamais. Os fins justificam os meios. Autoabsolvido pelo venerável espírito hegeliano-marxista da História, o petismo pode fazer tudo o que condenava em seus adversários. Quem apontar a farsa será tachado de inimigo dos trabalhadores – e, na tese de uma imaginária ‘guerra de extermínio’, o PT mostra apenas a sua **própria tentação totalitária**. Perdeu a moral, mas não perde o autoritarismo, a mendacidade e a arrogância”.

Cantanhêde é fiel ao seu espírito bonachão e ironiza os profetas do totalitarismo bolivarianista em maio. Em setembro, o politólogo Ricardo Caldas, por ocasião da quebra do sigilo fiscal da filha de José Serra e outros nomes do PSDB, era dos que apostavam na iminência do estado totalitário. Fernando de Barros e Silva volta a criticar Marilena Chaui segundo a cartilha, citando Claude Lefort como “crítico precoce do totalitarismo de esquerda”. Ela teria abandonado seu papel de ponte entre o pensamento filosófico e a opinião pública.

O ano de 2011 retorna com Cony em crítica ao controle social da mídia: “sonho de consumo de todos os partidos [em referência ao PT] que cultivam sequelas totalitárias, dominar a sociedade com o pensamento único”.

Já 11/4/2013 tem uma associação mais original por Sérgio Malbergier, que diz que o consumismo é o novo comunismo, com a China como prova e o “PT também tem esse lema: consumam!”. Para se fazer mais convincente, apela ao viés mórbido do “sangue de dezenas de milhões de inocentes” na conta do comunismo e outros totalitarismos.

Em 2014, Demétrio Magnoli, mais metódico, comenta artigo de Tarso Genro, em que colocava a China como um modelo para o Brasil. Ali o totalitarismo como “sujeito político (Partido-Estado)” que “cria o mercado e suas relações”, num processo em que “estas relações novas recriam o sujeito (Partido-Estado), que será permanentemente outro” de forma

a gerar poder absoluto ao partido-Estado. O artigo teria demonstrado o “lado escuro da alma do partido que nos governa”.

A Política Nacional de Participação Social também ensejou questões totalitaristas. Em junho de 2014, o jurista Oscar Vilhena Vieira diz que o problema não é a participação dizendo que preocupa mais a cultura patrimonialista radicalizada pelo PT. Em menção às origens, fala da demanda por mais participação democrática desde 1968 e que um regime totalitarista poderia fazer uso da participação social para atingir seus “perversos objetivos”. Pondé, por outro lado, denuncia o golpe iminente e a transformação da república em uma “União Brasileira Socialista Soviética” a partir do decreto que instituiu o Sistema Nacional de Participação Social, um fruto de setores do PT radical e raivosos ex-PT. Em artigo confuso publicado em setembro, Carlos Heitor Cony diz que é contra a democracia representativa, mas contra ditadura ou qualquer outra forma de totalitarismo (com referência ao período militar).

Novembro de 2014, em tempos da quarta vitória consecutiva do PT à Presidência, Luiz Felipe Pondé dá a senha do que viríamos a observar nos próximos meses. Em um de seus artigos mais beligerantes, pregou a necessidade de formação de uma **militância de secessão** para aprofundamento da polarização política. Respeite-se a institucionalidade, mas com “secessão política cotidiana em todo lugar onde algum bolivariano quiser acuar quem recusar a cartilha totalitária petista”. No processo de destruição da liberdade de pensamento, o filósofo acusa a maior parte dos intelectuais de serem membros da seita bolivariana.

Entre os índices do totalitarismo destacam-se: processo de destruição da liberdade de pensamento, negar diálogo à imprensa, depredações à editora Abril, mentiras contra adversários na campanha, perseguições a profissionais politicamente divergentes (que perdem emprego ou são aliados de concursos e editais), marco regulatório da mídia, bolivarianismo, nós e eles (ódio político ensinado pelo PT, que vai provar do próprio veneno). Em tom ultracatastrofista, ele sentencia que este é o projeto bolivariano de domínio totalitário do país e que o PT ficará no poder por 1000 anos, em referência indireta ao Reich.

No mesmo dia, a *Folha* publica carta do roqueiro Lobão em que negava apoio à intervenção militar, mas acusava a “evidente postura

[do PT] de impor ao país um regime totalitário”: não há três poderes independentes, não há soberania por conta do atrelamento ao Foro de São Paulo etc.

Em 2015, dias antes da maior manifestação a favor do impeachment de Dilma Rousseff, Reinaldo Azevedo escrevia que “o PT está em pânico porque o poder demiúrgico está sendo destruído por indivíduos de verdade”. Menciona muitas vezes “matar” e outros temas do imaginário mórbido, em associações indiretas ao PT. Totalitarismo aqui seria a heresia da igualdade: “Delírios totalitários de esquerda ou de direita”. Faz também menção indireta à máxima thatcherista: “não há povo, há pessoas”.

Em junho de 2015, Magnoli retoma o mote do culto a Lula como reedição do de Stálin: “uma engrenagem da propaganda de massas do totalitarismo”. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na URSS, com o PT esse culto significaria apenas o vazio de ideias de um partido desnorreado e precocemente envelhecido. Ainda assim vale o totalitarismo como Estado-partido, extinção da política, extinção da divergência, propaganda de massas, culto à personalidade.

Magnoli volta em fevereiro de 2016 em comentário a discurso de Dilma Rousseff conclamando os cidadãos a lutar contra os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*: um flerte com “técnicas de marketing totalitário”, inspirado de um projeto político hegemônico. São mais visíveis os aspectos do uso de técnicas de marketing, culto à personalidade, demonização da oposição na conceituação do totalitarismo. Em outubro do mesmo ano, pós impeachment, Magnoli iguala totalitarismo e realismo socialista, com a presunção de indicar o “caminho certo” ao povo. Nesse artigo, o ex-Libelu se define como “tão de esquerda quanto um social democrata europeu”¹⁵³.

Também após a consumação do impedimento, a “Resolução sobre a Conjuntura” publicada pelo PT rendeu críticas antitotalitárias diversas. Ferreira Gullar recitou a ladainha completa da versão nativa em 5/6/2016: “o populismo característico do governo do PT nasceu como uma alternativa ao regime comunista que acabou antes que chegassem ao poder pela revolução”, ganhou adesão da população usando recursos públicos com assistencialismo, levou o país à bancarrota para mostrar-se anticapitalista,

153. A. Fernandes; T. Shimoda (abril de 2013). “Amigos, amigos, 13 à parte”. *ECA-USP*.

ao mesmo tempo em que saqueou as estatais em aliança com empresários capitalistas¹⁵⁴. Com relação ao documento, interpreta que ele mostra que o projeto do partido era instaurar um regime antidemocrático por meio do aparelhamento e controle das instâncias democráticas – um regime totalitário. Entre os índices de totalitarismo estão: controle do judiciário pelo partido, mudança de formação ideológica das forças armadas, controle das decisões do Itamaraty e compra da opinião publicada. Uso da máquina estatal e do assistencialismo para perpetuação no poder, representação do partido como intérprete da vontade popular e da autêntica democracia. Deveria ser irônico escrever essas coisas com relação aos governos petistas, mas parece que foi publicado a sério.

Comentário sintético de ‘opinião antiPT’

Inicialmente, vemos, associadas ao totalitarismo petista, críticas aos procedimentos internos do partido, que não seriam democráticos. Nem precisaríamos mencionar que não é corrente, digamos assim, a discussão sobre os procedimentos internos de nenhum outro partido.

A vertente da arrogância, de mostrar-se como exceção no sistema político e detentor da ciência do “caminho correto para o povo”, aparece desde o início, bem como o sectarismo na defesa de suas posições. Também aparece o patrulhamento ideológico, na perseguição de opiniões alheias para conformar um pensamento único possível.

As associações a Cuba são recorrentes, bem como associações diretas à URSS e, com menor frequência, ao nazismo e à própria ditadura militar brasileira. O onipresente Carlos Heitor Cony foi um que, em 2005, em nome da própria credibilidade, se viu forçado a se justificar pelas associações do PT ao nazismo: “chegaram a lembrar alguma analogia (nunca a identidade)”. Há aqueles que, como Demétrio Magnoli, se dedicaram com método a traçar paralelos de identificação do governo petista ao stalinismo.

Denis Lerrer Rosenfield me parece um divisor de águas na opinião antipetista porque, ainda durante a campanha presidencial de 2002, com a

154. F. Gullar. “Antes autoritário que corrupto”, *Folha de S.Paulo*, 5/6/2016. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/co...-autoritario-que-corrupto.shtml>>.

bagagem da crítica dos governos petistas no Rio Grande do Sul, apresenta um raciocínio coerente, com base teórica e suposta observação empírica. Retomemos:

[O PT tem práticas próprias de movimento totalitário que] consiste no processo de desestruturação do Estado e da democracia, seguindo, nesse estágio, as regras estatais e democráticas, porém deturpando-as e as obedecendo nos seus limites, quando não além deles. Esse processo escalone-se, assim, num amplo espaço de tempo. Ele pode também ser chamado de ‘revolucionário’, se utilizarmos os vocabulários marxista e comunista.

O Estado totalitário, por sua vez, é o resultado desse processo, sob a forma da pura dominação violenta, escancarando o que antes se ocultava, com a abolição subsequente da democracia, das liberdades e do Estado de Direito.

Para sustentar essa tese, inicialmente, ele localiza o risco nas correntes “revolucionárias” do PT, ou, os “radicais”. Posteriormente, o dito mensageiro forneceria mais carne para essa interpretação.

Em 2006, Rosenfield começa a pregar o surgimento de uma nova direita, desvinculada das ideias de um Estado totalitário e corrupto e identificada com a boa gestão administrativa e a defesa das liberdades. É importante dizer que nosso amigo ideólogo parou de escrever na *Folha*. Embora tenha continuado a dissertar no *Estadão* e no *O Globo*, entre muitas outras tribunas, perdemos sua trilha em nosso corpus.

No primeiro ano do governo Lula, o PT recebeu muitas críticas pelo viés antitotalitário, fosse por “dividir o país” (bandeiras vermelhas, e não verdes e amarelas), pelo centralismo exigido dos deputados e pelo abandono da subjetividade por parte da militância (pensamento único), desqualificação da crítica (pensamento único), pelo resgate dos símbolos nacionais (nacionalismo fascista) etc.

Em 2004, com as propostas de regulação da mídia, entre outros eventos, as críticas se voltaram à ameaça de censura e da liberdade de imprensa. Somadas à campanha petista contra o denunciamento midiático e de denúncia de golpe midiático, o tema transitará por todos os anos subsequentes, associado à questão do pensamento único e da propaganda de massas.

Com as municipais de 2004, aparece também a necessidade democrática da alternância de poder. Após o advento do mensalão, a crítica antitotalitária se encarna contra os intelectuais do petismo, em sua postura militante e acrítica – um movimento que vimos com precisão nos anos 1970 franceses. Outro tema que mobilizou o campo semântico do totalitarismo, mas segundo a tradição estadunidense e não francesa, foi a campanha do desarmamento.

Percebe-se, principalmente a partir de 2005, um movimento de redenção dos “radicais”, verdadeiros petistas, que teriam sido expurgados pelo autoritarismo de uma cúpula sedenta de poder. A exigência do centralismo é pintada sob as cores da banalidade do mal arendtiana, quando um grupo “oferece férias à subjetividade dos seus membros para que ajam como instrumentos a serviço do partido” na realização de qualquer atrocidade. A partir de 2007, a questão latino-americana e bolivariana toma mais força.

Na campanha de 2010, o elemento “corrupção” está plenamente integrado à análise antitotalitária: “como o partido se julga o representante místico dos ‘trabalhadores’, o financiamento escuso que recebe de empreiteiras, as alterações legais casuísticas que promova em favor de uma empresa de telecomunicação, não representarão escândalo jamais. “Fins justificam os meios”. A quebra de sigilo fiscal da filha de José Serra também ensejou críticas pelo viés da espionagem e controle da sociedade.

O ano de 2014 trouxe a querela da Política Nacional de Participação Social, lida por comentaristas diversos com escandalização e lentes antitotalitárias. Ela reforçou as críticas ao “aparelhamento” do governo pelo partido, que queria dominar ou subordinar os três poderes. Um dos grandes escandalizados, Luiz Felipe Pondé, deu a senha do que viria a ocorrer após a quarta vitória consecutiva do PT à presidência nacional, exortando a criação de uma militância de secessão para “patrulhar”, pelo menos, qualquer simpatizante que defenda o governo ou PT, já plenamente associado com o bolivarianismo (“uma seita”).

As noções de misticismo, seita, culto, demiurgia e delírio são mencionadas com frequência, especialmente a partir do aumento da virulência da crítica, com relação ao PT, mas crescentemente com relação à pessoa de Lula.

No pós-impedimento, a “Resolução sobre a Conjuntura” do PT forneceu uma “evidência póstuma” de suas intenções totalitárias na conclusão da fábula da opinião publicada. Entre as estratégias, estaria o controle das forças armadas a partir de uma mudança de formação ideológica.

Embora não esteja no escopo cronológico deste capítulo, reproduzimos como bônus um trecho da coluna de José Simão de 4/2/1994:

Zé Genoio, Zé Dirceu, Aloisio Mercadante e senador Eduardo Suplicy, socorro! Os xiitas estão chegando! E os simpatizantes indo embora! Tô lendo o Programa do PT! Ai que medo! E olha que eu nem sou dono da Globo, só assisto! Rarará! Não precisam tentar derrubar o Lula. O Programa já derrubou. Como diz uma amiga: “Já não sou mais companheira, agora sou só simpatizante”. E a outra: “Já não voto mais só pela confusão que vai dar”.

E vão quadruplicar o soldo dos militares? Como disse o Ciro Gomes: isso é tentativa de suborno! Rarará! Pra botar esse programa retrógrado e totalitário na rua só com tanque!

E tem um item que deve ser comigo: “Obrigatoriedade de criação de Comissões de Redação em toda e qualquer empresa de comunicação”.

Opinião antiPT “de esquerda”

Esta subdivisão é realmente complicada, as críticas têm variações sutis, mas os autores desta seção em geral se autodeclaram de esquerda. Seria necessária uma classificação mais criteriosa, ou talvez a união desta seção com a anterior, mas ela será útil para identificar algumas especificidades pelo menos no início do período que estamos estudando neste capítulo.

Em 24/2/1997, um editorial da *Folha* intitulado “Esquerda, volver”¹⁵⁵ menciona o “fracasso do Estado totalitário soviético” como enterro simbólico de tradicionais conceitos de esquerda, como de **intervenção estatal**. No Brasil, a esquerda teria então limitado sua atuação à negação do que era proposto pelo governo sem apresentar alternativas e defendendo, finalmente, o imobilismo. Com relação especificamente

155. “Esquerda Volver”, *Folha de S.Paulo*, 24/2/1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/24/opinioao/1.html>>.

ao PT, a agremiação teria nascido crítica ao modelo soviético, mas em sua queda permaneceria preso ao regime sem ainda conseguir dizer que espécie de socialismo pretende implantar. A *Folha* considera que o lugar que deveria ser ocupado pela esquerda está vago, enfraquecendo o debate e a busca por alternativas. Nesse texto, ainda que “totalitarismo” seja aplicado inequivocamente à URSS, é tomado por algo implicitamente rejeitado pelo PT desde sua origem.

Boris Fausto, em 1999, critica a campanha “Fora FHC” e, com relação ao PCdoB, diz que “sua suposta defesa do socialismo constitui uma palavra-chave enganosa, que não serve para dissimular o fato de que o partido esteve sempre ao lado do totalitarismo stalinista, seja na versão chinesa, seja na versão caricata dos albaneses”. Pouco mais de um ano depois, em dezembro de 2000, Boris Fausto fala da democracia como um consenso básico em nosso país de tradição clientelista e autoritária: “a busca desse objetivo não significa a busca das unanimidades, do pensamento único, que foi, aliás, uma nuvem que passou. Pelo contrário, para não se converter em dogma autoritário ou totalitário, o consenso básico pressupõe a existência de políticas e opiniões divergentes e conflitantes, no âmbito da política”.

Neste grupo de artigos incluiremos um de ninguém menos que Otávio Frias Filho¹⁵⁶. Lembremos que as fronteiras entre esquerda e direita andam particularmente obnubiladas neste capítulo. É de 31/02/2002, bastante tempo antes das eleições e da ascensão petista à presidência, no qual o empresário de mídia critica o oligopólio Global em sua estratégia de interatividade do programa BBB, usando todos os seus braços (TV aberta e fechada, revistas, rádios, jornais, internet). Nesse artigo lemos pérolas de qualidades variáveis, tais como: “A população não tem como se proteger da TV”, ou “Com a conversão dos veículos de mídia em grandes conglomerados econômicos, discute-se nos Estados Unidos se o jornalismo terá autonomia, ainda que relativa, para tratar do jogo de interesses de tais megaempresas”. “Em outros tempos, havia forças políticas dispostas a enfrentar o problema. O poder do oligopólio se tornou tão avassalador, porém, que as calou, a come-

156. O. Frias Filho, “BBB”, *Folha de S.Paulo*, 31/1/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3101200207.htm>>.

çar do nosso partido de esquerda, ao qual se poderia aplicar o *slogan* “Globo e PT, tudo a ver”, “Ninguém mais lembra, mas Big Brother era o nome do governante totalitário, inspirado em Stálin, do livro ‘1984’, de George Orwell. Num futuro que para nós já é passado, essa ditadura havia colocado câmeras vigiando cada aposento de cada domicílio”. Totalitarismo é associado ao poder exacerbado de um meio de comunicação. O PT, no caso, teria sido tragado por esse oligopólio e estaria a ele associado.

Em 1/6/2002, Fernando de Barros e Silva não deixa passar batida a menção de Lula, na “Carta ao Povo Brasileiro” ao “aspecto ‘totalitário’ do discurso de um governo [FHC] que em oito anos não cansou de propagandar a inexorabilidade de sua política econômica. Acossado, no entanto, o próprio PT se rendeu à ditadura dos mercados. Depois de vender a alma ao demônio – dê-se a ele o nome que quiser –, só falta a Lula pedir desculpas por ser candidato”.

Tomemos um tempo maior para comentar artigo publicado em 2/6/2002. Ruy Fausto, radicado em Paris, conforma um capítulo todo especial nessa construção, sendo um legítimo representante do antitotalitarismo em estado puro. Além disso, consta que muitas e várias frustrações acadêmicas amargaram ainda mais suas críticas amplas, específicas ou generalizadas para muitos lados, mas não entremos nesse assunto. Em “Marx contra Marx”¹⁵⁷, entrevista dada à *Folha* em 9/6/2002, ele defende um “socialismo democrático” sem maiores definições e fala com relação ao totalitarismo que:

- É preciso reencontrar um ponto de convergência entre princípios éticos universais e práticas políticas específicas, sem o que a história corre o risco de assistir ao retorno de regimes totalitários.
- Há uma esquerda que tece loas à ditadura cubana e ao capitalismo totalitário chinês em vez de defender o socialismo democrático como projeto.
- MST tem ideologia pré-totalitária, nutrida do culto de Che Guevara e outros.

157. “Marx contra Marx”, *Folha de S. Paulo*, 9/6/2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0906200204.htm>>.

- Há um jeito de ir para a esquerda que na realidade leva para a direita ou pelo menos para o totalitarismo
- E com relação ao PT ele diz que: “É preocupante o que ocorre com o PT nos últimos tempos, agindo de maneira oportunista, o que é (nada menos que) uma catástrofe. As alianças do PT do momento têm como modelo as de FHC: ‘O PT imita os tucanos e isso pode ser a morte do PT’”.
- Construiu um grande partido de esquerda, desenvolveu o importante projeto dos orçamentos participativos, administrou prefeituras bem, Lula e parte do PT se manifestaram – positivamente – contra as violências do MST. Tomou distância em relação a antigos modelos, pode mobilizar grandes energias intelectuais em caso de vitória para contrabalançar sua “pretensa incompetência”.
- “Votarei em Lula, mas o destino da esquerda brasileira não se identifica com o destino do PT e ainda menos com o destino de Lula”.
- “Se o PT abandonar a política de alianças oportunistas, escolher um bom candidato (ou candidata) à Vice-Presidência, a derrota não será uma catástrofe.”
- Se o PT insistir nesse caminho “Votaria em branco, mas só até que se formasse um novo partido, reunindo as forças socialistas e democráticas não contaminadas pelo oportunismo e pela corrupção. Essa não seria a primeira vez que um partido de esquerda teria apodrecido”.

No mesmo ano, Fausto vaticina que as categorias fundamentais do marxismo não dão conta das formas sociais do presente; e de que é preciso reencontrar um ponto de convergência entre princípios éticos universais e práticas políticas específicas, sem o que a história corre o risco de assistir ao retorno de regimes totalitários. Em 2003, Ruy Fausto seria novamente publicado mencionando o viés “autoritário no núcleo que dirige o PT e o governo” e os relativos riscos de direita e de “pseudoesquerda”.

Em dezembro de 2002, Helio Bicudo empunhou o estandarte da liberdade de expressão, gravada a fogo na evangélica Declaração dos Direitos Humanos e fundamento *sinequanon* do Estado Democrático de Direito, para criticar o princípio de fidelidade partidária petista que em “episódio recen-

te” impedira a livre manifestação de uma senadora indefesa¹⁵⁸. “Se a divergência não viola os princípios partidários, não há como sufocá-la; porque, então, estar-se-á violando claramente um direito humano protegido por convenções internacionais ratificadas pelo Brasil”, sabatina Bicudo com uso de mesóclise e profusão de vírgulas. Totalitarismo para ele seria obediência como sinônimo de submissão, que esmaga o pensamento, e o ato do Partido dos Trabalhadores consistiu em violação dos Direitos Humanos e da nacional constituição cidadã, antes mesmo de assumir a presidência.

Em maio de 2003, o sociólogo Francisco de Oliveira fala do risco de subordinação da política à economia, analisando pontos de continuidade e ruptura no recém iniciado governo Lula com relação ao anterior: “Podemos estar frente a uma nova forma de uma sociedade de controle, que nem é democracia, nem totalitarismo. O capital tem suas invenções”. Esse viés, às vezes também chamado “globaritarismo” em referência ao pensamento do geógrafo uspiano Milton Santos, de componentes econômicos e internacionais, não teria maiores relações com o antitotalitarismo francês.

Em agosto de 2004, Marcelo Coelho faz uma espécie de balanço das “heranças” do PT, mostrando que o tema saturava a opinião publicada e discursos políticos¹⁵⁹. Como elementos da herança “stalinista”, menciona: “amores pelo regime de Cuba, as alianças com o PCdoB, as tendências para o culto à personalidade em torno de Lula e para a rigidez na militância”. Antídotos para o veneno seriam: aposta na autonomia dos movimentos sociais, a crença numa democratização radical da sociedade, a obsessão ética, o velho “basismo” da sua organização. O lado “trotskista” se via com “a impaciência, o imediatismo, a aversão do PT a táticas conciliatórias”. Do ponto de vista econômico, havia mais estatismo que liberalismo no PT, mas stalinismo não é palavra única para a característica: “poderíamos igualmente chamá-la de varguista, desenvolvimentista, geiseliana, social-democrata, nacionalista ou corporativista”. O autor cita brevemente as heranças católica e puritana protestante, que convivem com a do pós-1968 (“o PT da Vila Madalena não

158. H. Bicudo. “Liberdade e Fidelidade”, *Folha de S.Paulo*, 22/12/2002. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2212200208.htm>>.

159. M. Coelho. “Stalinismo”, *Folha de S.Paulo*, 25/8/2004. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2508200415.htm>>.

é – vê-se agora – o de Zé Dirceu”). A que constitui novidade para Coelho, no entanto, é a “Fernando-henriquista”, com o abuso dos termos “denuncismo” e “governabilidade”. “A aposta do PT era predominantemente antiautoritária”, mas “para alcançar o poder, Lula e seus companheiros decidiram não romper com uma herança autoritária que prefere a “ordem” ao “progresso”, o que significa paternalismo em vez de mobilização e mistificação propagandística em vez de esclarecimento político”. O colunista também identifica uma clara “escalada contra a liberdade de imprensa”.

Em março de 2005, Ruy Fausto se *escandaliza* com a notícia de aproximação e intercâmbio da Abin e a DGI, serviço secreto cubano: “mais uma pérola do lado sombrio da política externa do atual governo brasileiro”. Ele diz que não sabe de quem partiu a ideia do “programa de intercâmbio”, “mas, provavelmente, o ministro José Dirceu o vê com muita simpatia, ele cujo encantamento pelo poder castrista já era bem conhecido”. Em janeiro de 2006, Ruy Fausto redireciona as presas a José Dirceu: já que uma parte do PT o celebra como herói (!), cabem duas palavras a respeito dele. Dirceu, é preciso dizê-lo, encarna o que há de pior na esquerda, em termos de burocratismo e de autoritarismo. O que não é só questão de traços pessoais. Seus laços – passados e presentes – com o “socialismo” totalitário são conhecidos, ainda que não inteiramente.

Já que “a crise que atingiu o PT estaria fazendo com que as pessoas perdessem o medo de declarar-se ‘de direita’”, em fevereiro de 2006, Hélio Schwartzman questiona se “a esquerda morreu”. O articulista recita a ladainha das fronteiras esmaecidas entre esquerda e direita e se propõe explicar a questão desde a assembleia dos Estados Gerais (mudança x conservação) até o golpe desferido ao marxismo em 1989, que enfiou a ideia teleológica de revolução “em uma gelada gulag”. À confusão que se seguiu, Schwartzman diz que a esquerda (qual?) abandonou bandeiras tradicionais como o direito ao aborto e confiança no progresso científico, que seriam então identificadas como teses liberais. Ele sugere então o abandono das categorias progressismo e conservadorismo para a cisão política, propondo o exercício de uma distinção baseada na noção de natureza humana defendida por cada lado: imutável para a direita, relativa para a esquerda. Ambas teriam possibilitado a emergência de regimes totalitários com “pilhas e pilhas de cadáveres”. Afirmando-se corintianamente “de esquerda”, ele

argumenta que “ainda que exista uma natureza humana nada apreciável, parece haver também circunstâncias sociais que exacerbam ou contêm nossas piores tendências”. Apesar de todos os “equivocos da esquerda”, a evolução do homem, comprovada por avanços da medicina e outros, pode indicar que, sob a definição proposta, ainda não se deve assinar o atestado de óbito da esquerda.

Em março de 2006, Ruy Fausto sumariza a opinião publicada em geral com relação ao dito “socialismo real”, advindo de processos revolucionários: As três revoluções “socialistas” mais importantes do século XX – a russa, a chinesa e a cubana – levaram aos piores resultados. Em primeiro lugar, elas custaram muito sangue e sofrimento. Para a primeira: coletivização forçada – mais ou menos 7 milhões de mortos –, terror e Goulag, mais uns 4 milhões ou 5 milhões, pelo menos etc.; para a segunda, além dos massacres dentro e fora do partido que começaram muito antes da vitória final, houve o chamado “grande salto para frente”, que custou de 20 milhões a 30 milhões de mortos, a “revolução cultural”, mais ou menos 1 milhão etc.; para a terceira: exílio de mais de 10% da população, repressão brutal de toda opinião dissidente, assassinatos políticos etc. E tudo isso para desembocar em um capitalismo selvagem (China) ou mafioso (Rússia) ou em uma situação de miséria e colapso econômico (Cuba), que prenuncia também, a médio prazo, um retorno ao capitalismo. A acrescentar, nos três exemplos, a liquidação de todo movimento socialista-democrático e a desmoralização da ideia geral de “socialismo”. A catilinária se presta a defender “**o projeto de reconstrução de um movimento socialista democrático no Brasil, no contexto de uma política de esquerda antitotalitária para todo o continente**”.

Em abril de 2006, Marcelo Coelho resenha o livro *Leituras da crise – diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*, que compila entrevistas com Marilena Chaui, Wanderley Guilherme dos Santos, Leonardo Boff e João Pedro Stédile. É uma senha para apontar ‘incoerências’ e **tradição totalitária** porque “quaisquer críticas ao PT são válidas, desde que feitas pelos próprios petistas. Fora do PT, o que há é ideologia, golpismo, visão parcial da realidade, o que quisermos”.

Jogando em tabelinha, é Ruy Fausto que retorna em junho de 2006 para nos explicar o que é “esquerda totalitária e esquerda democrática”.

Ele critica “equipes ideológicas” do MST e a investidura por parte da direção petista do “antigo impulso revolucionário [que ele critica, como todo antitotalitário] na montagem de uma máquina de corrupção”, resultando em um “bolchevismo mafioso”.

Em julho daquele ano, Jânio de Freitas fala do sucesso da campanha presidencial de Heloísa Helena no PSOL, “que a deixa vingada da violência totalitária que a excluiu do PT”. Em novembro, Fernando de Barros e Silva antecipa a crítica que Eliane Cantanhêde faria em 2010 para ridicularizar “os extremismos retóricos” de lado a lado nas eleições: “Não há nenhuma tentação golpista em curso, como brada certa intelligentsia petista para vitimizar Lula. Também não faz sentido ver na reeleição uma nova ameaça autoritária, **como quer certo colonismo** “made in Miami”, **que chega ao ridículo atroz de invocar as** Origens do Totalitarismo, **de Hannah Arendt, para alertar contra o “risco PT”**. O eleitor parece ter mais o que fazer e dá de ombros. Feitas as contas, a eleição é pobre, mas o debate em torno dela é mais miserável”.

Em 2007, Marcos Augusto Gonçalves faz um paralelo “involuntário” dos movimentos de esquerda no Brasil de fins dos anos 1970 e os franceses: “Disseminava-se no movimento estudantil a influência de organizações trotskistas (especialmente em São Paulo) e de uma miríade de dissidências de dissidências do Partido Comunista. Esses grupos, autodenominados “esquerda revolucionária”, viviam a divergir por questiúnculas, mas tinham algo em comum: consideravam o Partidão uma horda de reformistas atrasados e velhotes bem colocados no sistema cultural, que fazia o jogo da reação ao pregar a necessidade de uma etapa de reformas democráticas, na qual os trabalhadores se associariam à burguesia progressista para combater o imperialismo e o fascismo. “A atitude antipartidão era também uma atitude antiunião Soviética, a pátria do socialismo ‘desvirtuada’ pelo stalinismo e pela burocracia totalitária. Mas alguns já sacavam que o stalinismo não era apenas um ‘desvio’, mas o pilar do socialismo real, que em muitos aspectos se assemelhava – ou era pior – à própria ditadura brasileira”. O artigo defende que a recente greve da USP estaria associada a uma disputa política contra a hegemonia do PT nos aparelhos escolares. “Agora, os remanescentes ou herdeiros da ‘esquerda revolucionária’

combatem o partido de Lula como combatia-se o ‘reformismo’. O PT ficou careta. É o novo Partidão!”. Ou PCF..

Em 2008, por ocasião do lançamento de *Os murmuradores*, de Orlando Figes, Hélio Gaspari aproveita para falar de outra obra do autor, publicada em 1999: *A Tragédia de um povo – a revolução russa, 1891-1924*. O livro conta, entre outras coisas, que tavernas russas da época serviam carne de criança e que, se a Revolução Russa poderia ter sido evitada, a natureza totalitária do regime, não. Gaspari também diz que não há necessidade de ler outros livros, este basta, para saber sobre o assunto.

Em 2013, no lastro da querela das biografias não autorizadas, um manifesto de intelectuais geralmente colocados neste grupo dizia que sua proibição remeteria a um “monopólio da história, típico de regimes totalitários”. Totalitarismo em roupagem de versão única dos fatos, sem contraditório e liberdade de expressão.

Em 26/11/2014, em elogio ao recentemente falecido Charles Fourier, Francisco Daudt cita a definição do PT alardeada por José Serra: “bolchevismo sem utopia”, ou “poder totalitário sem idealismo”. Há no texto uma analogia entre o discurso secreto de Kruschév e o Mensalão.

O ano de 2016 viu o lançamento do livro de Ruy Fausto sobre os *Caminhos da Esquerda*. Ele viria a ganhar muita atenção da *Folha*¹⁶⁰, que se compunha com o tema e para quem Ruy Fausto parece um guru ideal – ele não fala de economia, para começar. Em novembro, a resenha de Celso Rocha Barros, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, com tese sobre as desigualdades sociais após o colapso de regimes socialistas no Leste Europeu, conta que o totalitarismo é uma das três patologias da esquerda identificadas pelo autor. Em breve comentário, Rocha Barros diz que a Esquerda, seguindo Marx, muitas vezes flerta com o discurso de que o Estado de Direito é instrumento de dominação ou uma mera ficção. Citando Lefort, o sociólogo defende que a liberdade de opinião garantida na Declaração dos Direitos do Homem assegura a circulação do pensamento em contraposição ao poder.

160. C. Rocha Barros. “É hora de discutir programas e ideias na esquerda brasileira”, *Folha de S.Paulo*, 13/11/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/11/1831312-e-hora-de-discutir-programas-e-ideias-na-esquerda-brasileira.shtml>>.

Ele admoesta PT, PSOL e PCdoB a se libertarem dos traços totalitários e assumirem uma “postura vigorosa de defesa da instauração da democracia” em Cuba. Rocha Barros também gosta das propostas de uma frente de esquerda e de prévias, a título de “renovação”. Preocupam o articulista as discussões recentes nos documentos petistas, radicais e sem condução de liderança responsável. Há no partido quem ache que faltou populismo político, “como se esse não fosse um dos seus méritos”. O totalitarismo aqui seria uma “simpatia por regimes ditatoriais brutais como o stalinismo e o maoísmo”. Vem em oposição a Estado de direito, liberdades individuais, liberdade de opinião, Declaração dos Direitos do Homem. Totalitarismo também não parece ser exatamente uma postura programática, mas um ritual ou tradição que dá identidade a certos grupos da esquerda brasileira.

Em julho de 2017, Marcelo Coelho assina artigo sobre o encontro mediado por ele em que foi discutido o último livro de Ruy Fausto¹⁶¹. Ele repisa as ideias do livro a respeito das “patologias da esquerda”: “uma tolerância persistente aos modelos totalitários surgidos com as revoluções russa chinesa ou cubana”, “apoio a soluções populistas em versão forte (Chávez) ou fraca (Lula)” e “abandono de qualquer perspectiva anticapitalista¹⁶²” como nos Partidos Socialistas europeus e, aqui, com FHC. Coelho também aponta a habitual negligência de qualquer análise econômica por parte de Ruy Fausto. Quanto à questão entre esquerda e direita, embora considere que economicamente os governos Lula e FHC possam ter sido inclusivos, a ênfase populista de inclusão cidadã garantiria a diferença.

Em 3/7/2017, Celso de Rocha Barros, comenta novamente o livro de Ruy Fausto¹⁶³. Ele concorda que a esquerda precisa se livrar das heran-

161. M. Coelho. “Será que o governo Fernando Henrique foi tão de esquerda quanto o de Lula?”, *Folha de S.Paulo*, 7/7/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/07/1899122-debate-sobre-esquerda-e-direita-nao-se-resolve- apenas-com-cifras.shtml>>.

162. O anticapitalismo de Ruy Fausto parece ser algo como o estabelecimento de limites à acumulação de capital, finalmente algo passível de realização dentro de um sistema capitalista.

163. C. Rocha Barros. “Para onde, esquerda?”, *Folha de S.Paulo*, 3/7/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2017/07/1897885-para-onde-esquerda.shtml?loggedpaywall>>.

ças totalitárias e populistas, mas perdoa a política de alianças (a terceira patologia, o adesismo ao centro). Segundo o sociólogo, “se o PT escapou da tradição totalitária para cair no vício da corrupção, o espaço entre as duas alternativas, no caso brasileiro, era estreito. O PT nunca esteve sequer próximo de ter uma maioria parlamentar” e acredita que “se o PT tentasse governar sem alianças, o risco de recair no totalitarismo (ou no populismo autoritário) certamente teria sido maior”.

Aqui vemos que o “modelo forte de populismo”, identificado a Chávez, aparece como populismo autoritário. O totalitarismo é novamente uma “evidência” dos regimes socialistas implantados no século XX e pode ser contido pela aceitação do jogo da democracia representativa.

Comentário sintético de opinião antiPT “de esquerda”

A opinião antiPT “de esquerda” se assemelha muito à da *deuxième gauche* francesa: antissoviética, libertária, direito-humanista e atenta a temas, digamos, transversais. Nem chega a ser notável que, em meio a esses “valores”, apareçam outras evidências – mais próprias ao terreno econômico – como “enterro da intervenção estatal”.

Nota-se, nessa crítica, a ênfase na confusão e indefinição da esquerda como um todo e em nível global após a queda do ‘socialismo real’. Assim, o PT em suas origens é retratado ora como antissoviético (sem propor alternativas), ora como semissoviético (com correntes que lhe empurram para o pensamento totalitário), ora como abertamente soviético (e portanto arcaico).

Digno de nota sim é um artigo de Otávio Frias Filho defendendo a regulação do monopólio de empresas de comunicação – nesse texto, o PT antes mesmo da ascensão à presidência já teria sido cooptado pela Globo, não empreendendo a necessária crítica.

Não faltaram críticas à Carta ao Povo Brasileiro, que menciona o “aspecto totalitário” do pensamento único econômico, vulgo TINA, mas que na realidade demonstraria justamente a capitulação do PT à ditadura dos mercados. Nesse viés, Chico de Oliveira também falou do risco de subordinação da política à economia.

A partir de 2002 (dentro do nosso escopo), a *Folha* começa a publicar com muita frequência o filósofo Ruy Fausto que, como seu antigo amigo

e atual desafeto Denis Lerrer Rosenfield (segundo algumas más línguas acadêmicas), fornece uma análise bem acabada do fenômeno petista sob a ótica antitotalitária de *gauche*. Por essa senda, ele critica inicialmente o “oportunismo” e “aliancismo” petistas que, se abandonados, fariam com que “mesmo uma derrota não [fosse] uma catástrofe”. Rapidamente ele passa a criticar o viés autoritário no núcleo que dirige o PT e o governo, indicando associação direta entre partido e Estado.

Outras críticas apontam violação dos Direitos Humanos por parte do PT, ao não permitir a livre opinião de seus membros na exigência do centralismo nas votações parlamentares. “A submissão que esmaga o pensamento”, já bastante explorada na seção anterior, aqui em oposição aos DDHH, não à “Liberdade”. Em diferentes momentos, a ideia de expurgo é avançada.

Após a vitória de Lula, se viram críticas à “herança Fernando-henriquista”, em mistificação propagandística de certos termos como estratégia para evitar o debate, além de uma escalada contra a liberdade de imprensa.

As críticas à aproximação com “governos totalitários” como Cuba são vastamente documentadas, e muitas vezes em aproximação singularizada na pessoa de José Dirceu, “o pior que há na esquerda em termos de burocratismo e autoritarismo”. A ideia de revolução, muito antitotalitaristicamente, é vista sob o prisma da “pilha de cadáveres”, as “revoluções bolivarianas” entram na linha de fogo e a divisão entre direita e esquerda precisa ser repensada. Movimentos sociais, MST em especial, são colocados nesse conjunto odioso por “herdeiros do impulso revolucionário”.

Nessa seção também vemos críticas à cegueira da militância e da *intelligentsia* ligada ao PT, que só admite críticas internas ao partido e o que vem de fora é ideologia, golpismo ou visão parcial da realidade.

Em 2007, Marcos Augusto Gonçalves traça o paralelo entre o PT e o PCB em fins dos anos 1970, descrevendo uma problemática de conflitos internos da esquerda bastante similar à ocorrida na França: “agora, os remanescentes ou herdeiros da ‘esquerda revolucionária’ combatem o partido de Lula como combatia-se o ‘reformismo’”. Criaram-se também analogias entre o discurso secreto de Krushev e o “mensalão”.

A *Folha* dedicou amplas laudas ao livro *Caminhos da Esquerda*, de Ruy Fausto, lançado em 2016. Ele ensejou que colunistas exortassem “PT, PSOL e PCdoB a se libertarem dos traços totalitários”, que seriam a “simpatia por

regimes ditatoriais brutais como o stalinismo e o maoísmo” em oposição a Estado de Direito, liberdades individuais, liberdade de opinião, Declaração dos Direitos do Homem.

Assim como na seção anterior, as críticas são puramente ideológicas, não havendo recurso a uma análise empírica da economia ou sociedade. Análises de inspiração marxista não servem, evidentemente.

Opinião pró-PT

Em 6/11/1999 o departamento de filosofia da USP homenageou Claude Lefort quando do lançamento da tradução de *Desafios da escrita política*, compilação de ensaios publicada originalmente na França em 1992.

A influência de Lefort no desenvolvimento dos estudos filosóficos no Brasil e, particularmente, na formação dos pensadores da USP foi ressaltada pela professora titular do Departamento de Filosofia da universidade, Marilena Chaui, e por José Arthur Giannotti, professor emérito da USP e presidente do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Giannotti recordou o impacto que o grupo responsável pela revista *Socialismo ou Barbárie*, liderado na França por Lefort e Cornelius Castoriadis na década de 1950, teve sobre os pensadores brasileiros que fundaram em 1958 o Seminário Marx, para ler *O Capital*, entre eles o próprio Giannotti e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

O grupo de Lefort e Castoriadis foi o primeiro na França a fazer a crítica do stalinismo e do totalitarismo de uma perspectiva de esquerda.

Chaui falou primeiro da importância das análises de Lefort sobre o fenômeno burocrático, ‘uma forma de poder e não um mero sistema organizacional’. A seguir, ressaltou a novidade de sua concepção da democracia, ‘não um regime político, mas uma formação social e criação de direitos’.

Os escritos de Lefort sobre a democracia marcaram parte da esquerda brasileira durante a abertura política nos anos 1970 e influenciaram, em grande medida por meio de Chaui, ideias defendidas pelo PT, sobretudo nos seus primeiros anos, na década de 1980.

Claude Lefort esteve várias vezes no Brasil a convite da USP para aulas e conferências, inclusive nos anos mais duros do regime militar,

quando, segundo Chaui, ‘corria o risco de ser visto como colaborador da ditadura em seu país’.

Um mês antes, em outubro de 1999, Maria da Conceição Tavares falava – em termos econômicos – da tendência “totalitária global, na qual o caráter regressivo do capitalismo se manifesta em sua maior intimidade com o poder desenfreado do capital”.

Somente em 10 de setembro de 2002 vemos na *Folha* uma crítica às ideias avançadas por Denis Rosenfield, assim resumidas por Luiz Marques: “A intenção do autor foi, claramente, a de excluir a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva do espectro constitucional do Estado de Direito, apresentando-o ora como agente de um ‘movimento totalitário’, ora como um mero ‘instrumento do partido’, que, eleito, ‘não teria a autonomia própria de um presidente’ para tomar decisões”.

O filósofo Oswaldo Giacoia Jr., em 2 de janeiro de 2003, comemora a ascensão de Lula à presidência e alerta contra os escapismos: “É o FMI quem vai continuar ditando as regras dos programas de governo”. “Agora é a hora de medir a distância entre o delírio demagógico da campanha e o realismo dos planos de ação possíveis”. “A opção *light* é só a maquiagem oportunista do totalitarismo cor-de-rosa”. Em seguida, explica de que se tratam: “Tais clichês funcionam como próteses mentais limitadoras, constringendo nosso pensamento a percorrer sempre as mesmas trilhas, pré-formatando respostas descosidas para questões sobre cuja gravidade, de fato, não ousamos refletir. Amparados em tais muletas, com toda a ingenuidade da má-fé autoiludida, demitimo-nos do dever de pensar fazendo uso de nosso próprio intelecto”.

Em análise sobre os cem primeiros dias do governo Lula, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos minimiza a saída de cinco deputados do PT e os conflitos internos: “Num momento em que o PT era muito mais débil, que foi na votação de Tancredo Neves, perdeu três grandes deputados. Foram expulsos. Uma medida violenta, o partido expulsou três deputados que votaram por Tancredo. E o PT estava se formando, era chamado de totalitário, de leninista, e dava uma demonstração de que parecia que era mesmo. Não houve crise nenhuma, continuou crescendo e hoje é o partido principal do parlamento”.

Em fevereiro de 2003, Francisco de Oliveira critica as propostas de autonomia do Banco Central e, coerente, afirma que “está em gestação uma sociedade de controle que escapa aos rótulos simples do neoliberalismo e do totalitarismo”. Na mesma linha, em 12/6/2003, economistas ligados ao PT (como Luiz Gonzaga Belluzzo, Ricardo Carneiro, Reinaldo Gonçalves e Plínio de Arruda Sampaio Jr.) assinam documento intitulado “A agenda interdita – uma alternativa de prosperidade para o Brasil” em que lemos que: “o Brasil está sendo levado a um beco sem saída de estagnação e desemprego por uma política econômica que capitulou à insensatez do totalitarismo de mercado”.

Após um 2003 agitado, em 29 de dezembro Fábio Wanderley Reis afirmava precipitadamente que “o governo Lula (que, aos olhos de muita gente, não devia sequer ter chegado a existir) já nos trouxe, quando nada, a perspectiva de efetiva consolidação institucional da democracia brasileira, com o importante experimento que representa e a conciliação que vai aprendendo a fazer, como na social-democracia, dos princípios com o esforço de realismo e pragmatismo (cabe notar, a propósito, o bom sinal de que emudeceram as denúncias da ameaça de ‘totalitarismo’)”.

O ano de 2004 foi um ano em que a questão da “liberdade de imprensa” foi mote na construção do autoritarismo petista, mas o atento politólogo Fábio Wanderley Reis diz que a mídia exagera contra a proposta criação de um conselho. Para ele, ainda que setores do PT tenham laivos autoritários, algum controle da mídia é positivo. Ele esboça a ideia que era avançada, neste momento, a partir das propostas de criação do conselho, da ANCINAV e de proibição da divulgação de grampos telefônicos: “A ideia de que você teria num governo petista pessoas imbuídas de uma ótica autoritária, de inspiração socialista stalinista, buscando o exercício de alguma coisa que acabaria sendo totalitária. (...) Afinal de contas, o PT é o herdeiro das suspeitas que havia anteriormente com relação ao risco de revolução”.

Maria da Conceição Tavares, em 2004, leva novamente a discussão a termos macro-históricos e econômicos e critica “a metafísica dos filósofos do pós-guerra, que não deu contribuição relevante à utopia da ‘boa sociedade’ ou do socialismo”. “Os totalitarismos nazifascista e depois soviético foram denunciados, e a ‘irracionalidade’ da sociedade de massas parece tê-los marcado irremediavelmente. Nenhum

deles prestou maior atenção às transformações positivas do Estado de bem-estar, da social-democracia, e, pasme, poucos se entusiasmaram com a descolonização da Ásia e da África”.

Em 2005, Marilena Chaui sob ataque fez circular uma carta, publicada na *Folha* em 21/9/2005¹⁶⁴, em que comenta aos alunos “perplexos” sua opção por não se pronunciar à mídia com relação ao “escândalo do ‘mensalão’”, ainda que viesse participando de grupos e eventos que refletiam o tema e outros que foram instrumentalizados na mídia como se refletissem o tema – no caso, “O Silêncio dos Intelectuais”, planejado sob o mesmo nome havia mais de um ano, contando com intelectuais de ideologias e filiações diversas. “A mídia está enviando a seguinte mensagem: ‘Somos onipotentes e fazemos seu silêncio falar. Portanto, fale de uma vez!’”.

Ela lembra a mudança da mídia com relação ao tratamento aos “radicais do PT”: antes, uma ameaça, agora, verdadeiros porta-vozes de um PT que foi traído. Lembra as diferentes tentativas de desestabilização do governo, com ponto alto em matéria que afirmava que “na arma do policial que matou o brasileiro em Londres, estava a impressão digital de Lula, pois não criando empregos, forçara a emigração!” (sendo que a vítima havia emigrado sob o governo FHC e os dados indicavam forte crescimento econômico). Lembra o paradoxo da função pública a ser cumprida pelos meios privados de comunicação. Especifica a característica do noticiário: bombardeio de notícias desencontradas, surpresas e desmentidos que não permitiam análise ou reflexão. Critica a forma da notícia, apresentada como opinião, indícios como evidências, suspeitos como culpados.

Neste momento, a filósofa recorre à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: inocente até prova em contrário e ninguém poderá ser condenado por suas ideias, mas somente por seus atos.

O totalitarismo é retomado com Hegel sobre o terror: “transformação sumária do suspeito em culpado e sua condenação à morte sem direito de defesa, morte efetuada sob a forma do espetáculo público”. Também com Hannah Arendt e Claude Lefort, sobre os tribunais dos totalitarismos, enfatizando a não criminalização das ideias e da opinião dissidente.

164. “Em carta a alunos, Chauí explica seu silêncio”, *Folha de S.Paulo*, 21/9/2005. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/Folha/brasil/ult96u72595.shtml>>.

No mesmo ano, com relação à querela do desarmamento, Bárbara Gancia expõe o absurdo da revista *Veja* de tentar vincular a campanha à agenda do PT, ao dizer que o desarmamento é “historicamente um dos pilares do totalitarismo”.

A *Folha* também vai se posicionar, em editorial de novembro, contra os grampos: “Essa intensa atividade de espionagem é, ao menos em parte, uma sequela da ditadura militar, quando o Serviço Nacional de Informações (SNI) se tornou um ameaçador ‘aparelho’ a fuçar a vida de todos, no pior estilo dos regimes totalitários”.

Em 8/11/2006, Delfim Netto diagnostica uma “infecção de rabdovírus” nos “gigolôs oportunistas” de tradição marxisto-sartreana, inconformados com o que aconteceu no Brasil: “o proletariado libertador, que supunham liderar, vendeu o seu voto por um Bolsa Família”¹⁶⁵. Sem dar nome aos bois, menciona “pelo menos um (que, aliás, foi fundador do PT) que, já nos anos 1920, antecipou a tentativa totalitária implícita na concepção da ‘ditadura do proletariado’”.

Paulo Betti, que também sofria linchamento moral, se defendeu na *Folha* em 5/9/2006: “[a campanha] oculta, sob a forma de protestos indignados contra minha suposta pregação do ‘fim da ética’, uma corrente de intolerância e de farisaísmo político que se esforça para desqualificar todos aqueles que se identificam com o projeto político representado pelo presidente Lula”. Ele argumenta que qualquer democrata deveria se preocupar com a exploração que suas declarações ensejaram: “é autoritária porque reproduz o germe de todos os sistemas totalitários: desqualificar os que não se alinham com o pensamento dominante. Para calar, o primeiro passo é desmoralizar. Assim fazem as ditaduras”.

Igor Gielow entrevistou Bernardo Kucinski em dezembro de 2006, para quem a “mídia brasileira foi ‘autoritária’ na discussão das propostas encampadas pelo governo Lula para o setor – notadamente, o Conselho Federal de Jornalismo e a ANCINAV”. Gielow, secretário de redação da *Folha*, questiona se “um jornalista deve abandonar o criticismo em favor de uma vontade expressa em urnas? Essa uniformidade não mimetizaria

165. A. Delfim Netto, “Infecção do rabdovírus”, *Folha de S. Paulo*, 8/11/2006. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0811200606.htm>>.

o ideário dos totalitarismos que o senhor rejeita como rótulo ao PT?”, ao que Kucinski responde que mais que “postura crítica”, houve engajamento ativo na campanha contra Lula.

Em 2007, Beluzzo comenta a postura agressiva do governo com relação à mídia e vice-versa em entrevista: “Em Origens do Totalitarismo, quando você lê os relatos que a Hannah Arendt faz do fascismo, é claramente de um povo que se sentia acuado, economicamente, social e politicamente. O totalitarismo não permite que o indivíduo se exprima. Gera a violência. Isso é muito perigoso. Fico assustado quando vejo esse tipo de reação. A reação correta é construir um ambiente de diversidade. Não é um demônio adversário, em cima do qual você joga toda responsabilidade”.

Em 3/11/2008, Fernando de Barros e Silva critica os “Falcões do Serrismo” na hipocrisia do que alguns ideólogos da direita acusam a esquerda brasileira, o “duplipensar”: “PT tem cupinchas, aparelha, põe a democracia em risco quando vence; tucanos têm assessores, empregam, quando vence exprime a saúde da democracia contra a tara totalitária do primeiro”. Ácido, o colunista conta que “um luminar não contabilizado do serrismo soprou ao governador e ele achou que deveria dizer o seguinte no discurso da vitória [à Prefeitura paulistana], ao lado de Kassab, domingo passado: “Ganharam no Brasil a pluralidade e a diversidade. Perderam o monopólio e aqueles que sonham com o monopólio”. E completou a grande ideia com insinuações sobre o mundo sombrio de George Orwell”. Quem será o luminar? O jornalista em seguida pressagia: “o serrismo saiu da eleição por cima. Mas em uma semana já ofereceu um mau presságio do que ele poderá se tornar nas garras da direita que o parasita”.

Em 20/12/2014, André Singer comenta otimista a tentativa de aproximação entre Cuba e os EUA, levada a cabo ainda na presidência de Barack Obama. Ele afirma no texto que o totalitarismo é um fantasma do passado ressuscitado por setores da direita nacional “nos últimos meses”, “de maneira tola e artificial” para pedir intervenção militar. Discursos delirantes.

Em 30/3/2016, o ator Wagner Moura assinou artigo intitulado “Pela Legalidade”, no qual afirma a inconstitucionalidade de impeachment sem crime de responsabilidade. Ele diz que a ilegalidade do processo de impeachment é típica do vale-tudo de Estados totalitários (conceitos de estado policialesco, ação policial ao arrepio da lei, insegurança jurídica).

Marcelo Coelho fala do ambiente pré-impeachment em 13/4/2016, sopesando similaridades e diferenças entre aquele momento e períodos que antecederam escaladas autoritárias¹⁶⁶. O totalitarismo, que ele não vê como iminente, pode conviver com a continuidade da ordem jurídica (que seguiria os novos parâmetros de legalidade), citando o stalinismo. A hostilidade a judeus na Alemanha de 1923 por um pequeno grupo de radicais é comparada a “fatos isolados” como: Estudantes pró-impeachment carregam uma faixa contra a “islamização do Brasil”. O ministro Teori Zavascki, do STF, é retratado num pixuleco. Uma senhora ataca o cardeal-arcebispo de São Paulo, durante a missa, chamando-o de “comunista”. Ele ainda sugere que o processo não seria inteiramente constitucional, por estar submetido ao “império da ignorância”. O totalitarismo aqui descrito seria a subversão da ordem jurídica, o apelo às massas.

Comentário sintético de opinião pró-PT

Noticiando uma homenagem a Claude Lefort, em novembro de 1999 no departamento de filosofia da USP, a *Folha* destacou sua influência nos estudos filosóficos brasileiros. O grupo Socialismo ou Barbárie foi o primeiro na França a fazer a crítica do stalinismo e do totalitarismo de uma perspectiva de esquerda, dizia o jornal, e os escritos de Lefort sobre a democracia marcaram parte da esquerda brasileira durante a abertura política nos anos 1970 e influenciaram, em grande medida por meio de Chaui, ideias defendidas pelo PT, sobretudo nos seus primeiros anos, na década de 1980. Não defino se é uma notícia exatamente pró-PT, mas como o partido é colocado em um campo de simpatia, ela apareceu neste setor, como foi o caso de outras.

Boa parte dos artigos desta seção, no entanto, saem do universo conceitual do antitotalitarismo para se aproximar da noção globalitarismo, conceito proposto por Milton Santos em crítica de vários níveis ao processo de globalização conforme vem ocorrendo. Esse totalitarismo passa pelo terreno econômico. Maria da Conceição Tavares fala da “tendência totalitária global, na

166. M. Coelho. “O império da ignorância”, *Folha de S.Paulo*, 13/4/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2016/04/1760335-o-imperio-da-ignorancia.shtml>>.

qual o caráter regressivo do capitalismo se manifesta em sua maior intimidade com o poder desenfreado do capital”. Nesse sentido, também foram criticados os “filósofos do pós-guerra”, que não prestaram “maior atenção às transformações positivas do Estado de bem-estar”. Entre temas mais pontuais, foi atacada por esse viés a proposta de autonomia do Banco Central

Os artigos que se situam no universo antitotalitário geralmente são peças de defesa quanto a acusações sofridas. Seja nas acusações a granel, como as dos expurgos Dirceu-stalinistas, seja no terreno mais teórico, como resumiu Luiz Marques em resposta a Rosenfield: “A intenção do autor foi, claramente, a de excluir a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva do espectro constitucional do Estado de Direito, apresentando-o ora como agente de um ‘movimento totalitário’, ora como um mero ‘instrumento do partido’, que, eleito, ‘não teria a autonomia própria de um presidente’ para tomar decisões”. Infelizmente, percebe-se que essas defesas não ocorrem de maneira articulada ou muito elaborada. Elas se mostram mais como uma evidência de bom senso em oposição, em maior ou menor grau, a fantasmas, tolices, artificialidades, discursos de setores minoritários da direita.

Em meio ao ataque que sofreu em 2005, Marilena Chaui mobiliza conceitos “antitotalitários” em seu favor e do PT na carta circular para os “alunos perplexos com seu silêncio quanto ao ‘mensalão’”, enfatizando a não criminalização das ideias e da opinião dissidente, bem como o Direito Humano de ser inocente até prova do contrário. Paulo Betti, também atacado, apontou o autoritarismo da desqualificação do pensamento não alinhado com o dominante, em coro reverso com muitos críticos do PT. Belluzzo é outro que cita Hannah Arendt para criticar a postura demonizadora do adversário.

De Delfim Netto parte uma crítica pesada aos “esquerdistas” de tradição marxisto-sartreana, “gigolôs oportunistas”, incapazes de analisar o voto popular a partir da efetiva alteração das condições de vida.

Fernando de Barros e Silva analisou a mudança de discurso de José Serra e insinuou que algum “assessor informal” lhe passaria as senhas do discurso antitotalitário a ser repisado e que isso seria um mau presságio.

Muito tardiamente começam a aparecer conexões entre totalitarismo e o sistema judiciário nacional (com ilegalidades típicas do “vale-tudo de estados totalitários”) e o apelo às massas ignorantes.

Painel do leitor

A primeira menção ao totalitarismo no painel do leitor desde 1998 acontece somente em resposta a artigo de Denis Rosenfield, em 2002, entre outras críticas ao jornal¹⁶⁷. O chefe de redação da campanha Lula Presidente, Carlos Tibúrcio, escreve que “para nosso espanto, habituados ao elevado nível da seção ‘Tendências/Debates’, deparamos com um artigo mentiroso e insultuoso de Denis Rosenfield, que acusa o PT de ‘movimento totalitário’”.

167. “O ‘Painel’ (Brasil, pág. A4) de quinta-feira 22/8, sob o título ‘Puxão de orelha’, insinuou que Lula revelara não conhecer a estrutura do governo ao propor a criação de uma Secretaria Especial da Mulher, pois essa secretaria já existe. O que Lula propôs, na verdade, foi uma Secretaria Especial da Mulher diretamente subordinada a ele na Presidência da República. Hoje existe uma Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, de status inferior, subordinada não ao presidente, e sim ao ministro da Justiça. Esse equívoco do ‘Painel’, que se somou a uma certa exploração da fala de Lula pela atual secretária da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, poderia ter sido evitado se tivéssemos sido consultados. Na mesma edição, sob um título ofensivo, Nelson de Sá (coluna “No Ar”) apresenta, sem provar, a tese de que “Lula malufou”. A leitura cuidadosa de seus quatro argumentos mostra que, se houve alguma aproximação entre os dois políticos, foi de Maluf em direção a Lula, nunca de Lula em direção a Maluf. No máximo, poderia perguntar “Maluf lulou?”, o que seria um título menos incorreto. Na página A3, para nosso espanto, habituados ao elevado nível da seção “Tendências/Debates”, deparamos com um artigo mentiroso e insultuoso de Denis Rosenfield, que acusa o PT de “movimento totalitário”. No dia 17/8, na página A4, a *Folha* noticiou: “Itamar apóia Lula em 17 minutos”. O que esse tipo de título quer dizer? Que o apoio foi pequeno, de “apenas” 17 minutos? Esse tempo foi o da duração do cafezinho que Itamar e Lula tomaram no famoso Café Nice -símbolo da atividade política em Belo Horizonte e frequentado por JK- justamente para marcar publicamente o apoio. Antes, os dois tiveram um encontro de uma hora na residência de José Alencar com a participação de Marta Suplicy e de Alexandre Dupeyrat. Esse encontro foi relatado na ocasião aos jornalistas pelo coordenador de comunicação da campanha, Ricardo Kotscho. No dia seguinte, a *Folha* publicou com grande destaque que “Lula abandona orçamento participativo”. Mas a própria reportagem traz o trecho do Programa de Governo que defende a extensão dessa proposta ao âmbito da administração central, mesmo considerando (o que o repórter não fez) a grande diferença entre esferas municipais (típicas de aplicação de um orçamento participativo) e esferas estaduais e federais. Para criticar-nos, bastam os erros que eventualmente cometemos, não é preciso inventar outros.” Carlos Tibúrcio, chefe de redação da campanha Lula Presidente (São Paulo, SP) “Painel do Leitor, *Folha de S. Paulo*, 28/8/2008.

Em 2003, um leitor acusa o PT de ser um partido totalitário, que “para assumir o poder, não só mente, ao fazer promessas que sabe jamais serão cumpridas, mas também prejudica o país”.

Em 2004, um leitor elogia artigo de Ricardo Kotscho em que defende o conselho da mídia: “afasta uma ideia que se vem alastrando indevidamente, a de que estaríamos diante de uma proposta opressiva e de caráter totalitário”.

No mesmo ano, um leitor qualifica de “horrorosas e irresponsáveis as declarações do intelectual francês François Chesnais à *Folha*. Ele propõe ao Brasil um Estado totalitário de esquerda quando hoje sabemos que tanto o totalitarismo de direita como o de esquerda estão longe de poderem ser associados à palavra democracia e são fontes inesgotáveis de graves crimes contra o indivíduo”.

Em 2005, fora do contexto imediato petista, o assessor de imprensa de Paulo Maluf acusa um leitor que havia expressado críticas ao processo do político de “preconceito, ranço totalitário e macartismo”: “todos são inocentes até prova em contrário, diz a constituição do Brasil”. Cynicamente, afirma que “De 1964 até a queda do regime militar, muitos pensavam como pensa o senhor Celso Balloti e, por causa disso, a nossa história está cheia de pessoas que morreram assassinadas na prisão naquele período terrível”.

Em 2005, um leitor exige punição exemplar com perda do mandato aos políticos culpados: “O parlamentar que recebe dinheiro para votar representa a quem? Transgir nesse ponto significa condenar o país a novas aventuras totalitárias”.

No mesmo ano o professor Roberto Romano ataca o deputado professor Luizinho por suas críticas ao judiciário: “o líder do governo anuncia desprezo pelos promotores públicos e mostra os intentos totalitários de seus chefes. É o mesmo procedimento que inspirou o falecido Conselho Federal de Jornalismo e outras ações liberticidas”. Romano conclama todos os “cidadãos honestos” a protestar contra o parlamentar.

Já em 2006, Demétrio Magnoli responde a crítica de Emir Sader a um artigo seu, apontando que o sociólogo repete a lenda stalinista de que a URSS venceu a Alemanha nazista: “a ruptura com a democracia (eufemismo para a ditadura totalitária) teria salvado a humanidade de Hitler”. No mesmo ano uma leitora diz que a reforma política não pode ser feita

sob um governo petista sob risco de que nossa Constituição seja declarada letra morta e que passemos a viver debaixo de um regime totalitário.

Em 2007, Sérgio Tannuri reclama de nota da Executiva Nacional do PT “defendendo a posição de Hugo Chávez, presidente da Venezuela, de fechar a emissora RCTV” e do “silêncio dos intelectuais”. “Enquanto isso, o vírus totalitário que contamina o nosso continente se alastra: também o presidente do Equador, Rafael Correa, já afirmou que cancelará a concessão de qualquer canal de TV que for contra o seu governo. Daqui a pouco, o índio cocalero Evo Morales decide acompanhá-los... E quem salvará a imprensa da América Latina?”. A Venezuela segue em voga em 2007, e um leitor considera “Inexplicável o viés favorável de Lula a Hugo Chávez, como se fosse o ‘arauto da democracia’. Foi mentor e protagonista de um golpe de estado”. Uma voz dissidente se horroriza com artigo de Boris Fausto intitulado “Limites legais e impunidade”. O leitor critica a ideia de que a justiça brasileira deva ceder ao “clamor social”, receita para erros judiciais históricos de Jesus Cristo a Dreyfus. O leitor especifica a punição de acidentes de trânsito – punição a priori do descumprimento de deveres de cuidado como se fossem crimes dolosos “é a mais pura expressão de totalitarismo”.

Em 2008, leitor se questiona o que o “Chapolim Colorado [Hugo Chávez] precisa fazer para que Lula e sua turma do PT entendam” que ele é uma ameaça à democracia. Em crítica ao editorial “Criacionismo, não”, um leitor identifica ali a “expressão de uma tentação totalitária epistemológica e de um anacrônico cientificismo”. Em referência indireta a petistas, um leitor menciona “aquele pessoal das ideologias totalitárias” e da “imaginação no poder”. Quando da liberação da colombiana Ingrid Betancourt, sequestrada pelas FARC, leitor põe em contraste democracia e liberdade individual versus narco-terrorismo, autoritarismo, totalitarismo. Outro leitor afirma que a crítica a espaço aberto à Opus Dei na seção Tendências e Debates é ação similar à de regime totalitário fascista.

Em 2010, um leitor comenta o livro de Jacques Lambert, de 1959: “*Os Dois Brasís* ainda são marcas indeléveis de uma ‘ordem e progresso’ totalitária, definindo quem não tem acesso à energia elétrica e quem tem acesso à pena rara”. Outro expõe algumas linhas mestras de antitotalitarismo francês e conservadorismo estadunidense: “o PT aparelhou o Estado e

nós ficaremos reféns de um partido, assim como os venezuelanos, cubanos, iranianos e outros países totalitários. Preciso ter esperança de que o Poder Judiciário possa reverter essa situação”. Em maio, um leitor lamenta o espaço dado a General Santa Rosa: “Concordo que a maioria dos torturados não lutava por uma democracia capitalista, mas, sim, por uma popular e socialista (o que não justifica a tortura de presos). Mas daí a afirmar que o atual governo – e, por tabela, todos os civis anteriores, pois FHC também era de esquerda – tende ao totalitarismo é lamentável”. Na mesma coluna, outro leitor critica coluna de Eliane Cantanhede que dizia não temer a implantação do totalitarismo pelo PT “porque o mundo evoluiu”. Concorde com o general Santa Rosa, porque as pessoas não mudam seu “íntimo essencial” e o PT, esse partido devasso, pensa em sequestrar o poder por 20 anos – ou mais – e transformar o Brasil em uma republiqueta bolivariana – quiçá coisa ainda pior. Em agosto, um leitor diz que “está tudo combinado”: “Uma oposição falsa, o totalitarismo chegando devagar e todos os recantos do poder loteados entre absurdos novos ‘companheiros’. Que, ao menos, a imprensa e o acesso à informação sobrevivam a esses sabe-se lá quantos anos que virão. Democracia sem oposição não existe. Comunismo democrático também não. O que esperar?”. Em setembro, em comentário sobre a liberação da maconha, leitor diz que o argumento segundo o qual “tudo que faz mal deve ser proibido” é totalitário, “proibicionista”. Em outubro, um leitor critica como totalitária a postura da China, que ameaçou retaliar a Noruega, país que concedeu Nobel a crítico do regime. No mesmo mês, leitor qualifica como atitude totalitária a proposta de proibir a leitura de Monteiro Lobato por ser racista.

Em 2012, leitor critica editorial da *Folha* que propõe uma “visão tecnocrata do ensino” universitário. Formar indivíduos incapazes de compreender e atuar na solução dos problemas do mundo, porém perfeitamente adestrados ao mercado, só favorece a manutenção de um *status quo* baseado na idiotia das massas e, pior, favorece o aparecimento de sistemas totalitários baseados na desinformação.

Em 2013, leitor parabeniza Antônio Prata por uma coluna escrita em tom absolutamente irônico. “Essa gentinha protegida por um poder totalitário instalado em nossa nação há mais de uma década que impede o pleno desenvolvimento do país”.

Em 2014, leitor avalia que a manifestação de Gilmar Mendes contrária à realização de vaquinhas para o pagamento de multas judiciais tem forte aspecto totalitário. Em carta que comenta o “fla-flu” eleitoral, uma leitora da *Folha* afirma que o Estado está “tão totalitário” que controla as crianças na escola com o *kit gay*. Em outubro, leitor comenta que debate gratuito de política e proselitismo eleitoral nas redes sociais demonstra totalitarismo, uma vez que não se demonstra tolerância a opiniões contrárias.

Já em 2016, um leitor diz que as gravações pessoais de Lula – ilegalmente vazadas pelo juiz Sérgio Moro – são comprovação de que o ex-presidente é totalitário, autoritário e se considera acima de tudo e todos, desprezando a Constituição.

Comentário sintético do Painel do leitor

O Painel do leitor, publicação das cartas selecionadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, reflete alguns dos pontos de vista mais representados no jornal, com algum espaço para o contraditório que vai diminuindo gradualmente. Ele, no entanto, existe. Observamos também, “personalidades” que se respondem via painel, e pessoas ou representantes que se defendem de acusações antitotalitárias ou que as realizam.

As formulações, em todo caso, aparecem por vezes de maneira mais crua, sem os devidos subjuntivos, as devidas modulações, os devidos desvios dos clichês mais irritantes e os devidos cuidados de permanência em um universo semântico e teórico coerente. Isso se esperaria nos formadores de opinião da *Folha*, embora nunca tenha sido uma exigência, sabemos. Em outras palavras, se o grosso do material publicado no jornal fosse o material de estudo, esses leitores passariam em uma avaliação do Ensino Médio, mas não da graduação.

Assim vemos que “o PT é um partido totalitário que para assumir o poder, mente e prejudica o país”, que “o totalitarismo de esquerda e direita não podem ser associados à palavra democracia e são fontes inesgotáveis de graves crimes contra o indivíduo”, que “as pessoas não mudam seu “íntimo essencial” e o PT, esse partido devasso, pensa em sequestrar o poder por 20 anos – ou mais – e transformar o Brasil em uma república bolivariana”, que “essa gentalha protegida por um poder totalitário instalado em nossa nação há mais de uma década é que impede o pleno

desenvolvimento do país”, que “o Estado está tão totalitário que controla as crianças na escola com o *kit gay*”. Muitos criticam colunistas da *Folha* que atentavam para o *nonsense* da iminência totalitária. Alguns, indo na linha mais conspiratória, acusam o complô estatista total, que incluiria mídia e oposição (falsa) contra os indivíduos.

O tema bolivariano, com a Venezuela em particular, recebeu muita atenção dos selecionadores da *Folha* de cartas para publicação no Painel. É curioso o empenho desses leitores em apresentar toda a conexão do argumento autoritarismo X liberdade proposto pelos colunistas.

Não é negligenciável o uso de palavras derivadas de totalit* para comentar temas relativamente exógenos, entre livros, crítica ao criacionismo, proibição da maconha etc. De fato, quando observamos a altíssima ocorrência do termo no jornal, não é de surpreender que ele tenha entrado em um vocabulário corrente sem pretensões de rigor conceitual. Vale para colunistas, vale para leitores.

A partir de 2014, os termos começam a aparecer em comentários sobre Direito (declarações de Gilmar Mendes, vazamentos de ligações pessoais etc.).

Políticos

Em 1998, Tarso Genro advogava por “um novo contrato social” contra as “determinações globalizantes e totalitárias do capital financeiro, que desestrutura a capacidade reguladora e indutora do Estado”. No mesmo ano, o mesmo Genro usa a expressão em outro terreno, dizendo-se favorável à instalação de uma CPI sobre o caso do grampo no BNDES, ilegalmente vazados e que traziam provas de comportamento criminoso por parte do então ministro Mendonça de Barros. Fundamentando o artigo na teoria constitucional da limitação do poder, ele se apressa em distinguir: “as provas não são as fitas ilegais, mas suas declarações [as do ministro, reconhecendo o comportamento], que aliás se caracterizaram por sustentar como de ‘interesse público’ a violação do princípio da impessoalidade”.

“Na verdade, o que estamos presenciando é tão grave, como violência contra a ordem jurídica e como ruptura do contrato político expresso pela Carta, quanto os fatos que ensejaram o impedimento de Collor. Trata-se de um processo político, que só não se tornará parlamentar (CPI) e

judicial (pela provocação do Ministério Público) se todas as instituições do país sucumbirem à inevitável conclusão de que o neoliberalismo é mesmo essencialmente corrupto. A liquidação da ideologia da Constituição pela destruição da sua força normativa, ao lado da descoesão social já provocada pelo modelo neoliberal, é o ovo da serpente que faz crescer a **tentação totalitária**. Só a dignidade do Parlamento e da Justiça pode, com a sociedade civil mobilizada, recompor o futuro do país, impondo a força normativa da Carta como limitação jurídica e política a desmandos e corrupção.

Em 1999, a *Folha* publicou a íntegra da edição do debate da campanha presidencial de 1989 entre Fernando Collor e Lula. Na ocasião, disse Collor: “no dia 17 vamos dar um basta definitivo à bagunça, à baderna, ao caos, à intolerância, à intransigência, ao totalitarismo, à bandeira vermelha. Vamos dar sim à nossa bandeira. Essa que está aqui (aponta para o peito), a bandeira do Brasil, a bandeira verde, amarela, azul e branca”. Lula respondeu: “Nós, que pertencemos à classe trabalhadora, sabemos perfeitamente bem que a nossa luta titânica é para escapar da fome, é para escapar do desemprego, é para escapar da favela ou de baixo de uma ponte”.

Em 25/1/1999, Tarso Genro volta à cena com a noção “globalitária” do sistema neoliberal na ordem política do Brasil: “ou se nos transformarmos definitivamente em servos de uma ordem global totalitária”. Em 27 de julho do mesmo ano, Genro publica na *Folha* suas reflexões sobre “os caminhos da esquerda” e o PT: “A esquerda em escala mundial busca novos caminhos. Alguns deles, como a Terceira Via de Tony Blair, na verdade tentam casar a renúncia do fiscalismo social-democrata com a ideologia mercantil do neoliberalismo globalizado. Outros apenas reafirmam com novas linguagens o velho projeto soviético. Um verdadeiro novo espaço de construção teórica e política, porém, vem emergindo dentro da crise. Esse é o espaço no qual devemos batalhar”. Especificamente com relação ao PT, ele explica que “a polarização vigente hoje no PT, entre a ‘esquerda’ e o chamado campo ‘moderado’ do partido (...) é um entrave burocrático para sua modernização”. Nas origens do partido, havia duas tradições de fundo: “de um lado, predominava uma concepção que identificava no Estado o verdadeiro sujeito das transformações socialistas e, de outro, uma expectativa de revigoração de uma social-democracia ‘limpa’, inspirada por uma nova ética de esquerda”, mas “é possível afirmar que um

partido socialista-democrático, numa época de hegemonia do neoliberalismo (ainda que em crise), de falência do socialismo real (por totalitário e anti-humanista) e de composição da social-democracia com os ‘ajustes’ do sistema financeiro mundial, (...) não pode apostar, pelo menos seriamente, em nenhuma das duas vias consagradas pela esquerda até meados da década de 1970”. Com relação à URSS, diz que “o capitalismo de Estado, que é o primeiro passo da ‘acumulação soviética’, já demonstrou seu anti-humanismo e as consequências da emergência da sua burocracia, que controla o Estado para seu proveito e para reproduzir seus privilégios”. Assim, os dois campos no PT só sobrevivem “por hábito [que gera os grupos da política interna] e pelo interesse [disputa de poder interna e também mandatos e cargos no aparato estatal]”. Como solução, Genro propõe “um acordo interno consciente, válido para um projeto de médio prazo, viável dentro da ordem internacional atual” com base no seguinte programa: “a) iniciar um processo concreto de controle social do Estado, pela combinação da democracia direta com a representação política; b) estabelecer uma inserção soberana na economia global, capaz de dar suporte à formação de um bloco que enfrente a hegemonia americana; c) definir um projeto nacional capaz de criar um mercado interno de massas, socialmente articulado; d) estruturar redes públicas e alternativas, de crédito industrial e agrícola, e promover a reforma agrária”. Genro conclui que “nosso segundo congresso, em novembro, que terá sucesso se conseguir ‘publicizar-se’ – dialogando amplamente com a sociedade –, para realizar uma síntese da nossa experiência, não uma ‘média’ dos atuais interesses de controle do aparato partidário. Aparato, hoje, repartido entre dois campos políticos extraordinariamente valorosos, mas cujo conflito não produziu uma política de partido dirigente, capaz de alterar a hegemonia e enfrentar com vigor o desastrado governo neoliberal de FHC”.

Em fevereiro de 2000, Tarso Genro novamente prega o enfrentamento com o totalitarismo neoliberal.

Em setembro de 2000, seguindo a linha que será consagrada na *Folha* por Denis Rosenfield, “o cientista político José Antônio Giusti Tavares, autor do livro *O totalitarismo tardio: o caso do PT* acredita que o percentual de Yeda nas pesquisas mostra que existe um eleitorado maduro em Porto Alegre ‘que não aceita o comportamento totalitário do PT’. A matéria se

chamava “PSDB de Porto Alegre faz campanha ‘antiPT’”. Em 25/10 do mesmo ano, Alceu Collares oferece “uma opção para Porto Alegre”: “O trabalhismo de PDT e PTB ressurgiu fortalecido; uma nova alternativa à arrogância totalitarista e radical do PT”, mostrando que o PSDB não era o único a seguir essa linha de campanha. Em 14/8/2000, aliás, o PT já havia entrado na justiça contra o *jingle* do PDT em Porto Alegre que “associa a forma de administrar do PT ao regime totalitário, sendo ofensiva, difamatória e inverídica”. No bojo das municipais daquele ano, eis a análise de Maluf com respeito a Marta Suplicy: “Somente a fraqueza de uma candidata, embriagada pela ambição pessoal, manipulada por um partido totalitário e radical e pelo oportunismo de políticos que, passada a eleição, voltarão à sua condição de inimigos irreconciliáveis, poderia ter fabricado nos estúdios de publicidade, uma candidatura tão artificial e perigosa para São Paulo”. Na campanha de Curitiba, a senha também estava dada, com panfletos apócrifos que acusavam o candidato e então prefeito petista (Ângelo Vanhoni) de ser “comunista que prega a volta do regime totalitário e estatal que torturou e matou milhões de pessoas na ex-União Soviética”.

Após o balão das municipais e com os embates de Hugo Chávez nos holofotes (“desde sua eleição em 2000, Chávez mudou estruturas institucionais, foi acusado de totalitarismo, enfrentou um golpe e agora vê ondas de protesto”), José Serra, na campanha presidencial de 2002 dizia que “Quando sou perguntado sobre como seria uma administração petista, digo que seria como a Venezuela, um governo do PT seria como o de Chávez”. Na campanha de 2002, lembremos a carta ao povo brasileiro de Lula, que trazia o termo em outro contexto: “a condução da política econômica apresentada de **modo totalitário** como único caminho possível para o Brasil”, ecoando a ideia avançada em muitos dos artigos de Tarso Genro.

A ocupação da fazenda Fernando Henrique Cardoso em Buritis pelo MST, em março de 2002, foi um episódio polêmico e a opinião publicada exigiu uma posição do candidato Lula. O então ministro Arthur Virgílio chamou Lula de “irresponsável” pela forma como condenou a ação e criticou o dirigente sem-terra Gilmar Mauro: “Ele pode curtir sua paranoia zapatista à vontade, mas me preocupa que a entidade que recebe recursos, inclusive de fora, e que já gozou da simpatia do público destina o dinheiro a uma causa totalitária”.

Já em 2003, José Genoíno critica o ataque estadunidense ao Iraque: “Esta guerra, em particular, é movida por uma visão totalitária do bem contra o mal.” Em agosto, o PSDB lançou uma nota crítica ao governo Lula: “a história já demonstrou os riscos que a combinação de procedimentos totalitários com posturas messiânicas pode causar à democracia”. A nota também repisa a “postura arrogante do PT” e condena o clientelismo. Em setembro de 2003, Heloísa Helena dizia que “Para que eu saia [do PT], vão ter de colocar a digital do totalitarismo, a digital do neoestalinismo”. Em outubro de 2003, o então presidente do então PFL, Jorge Bornhausen elogia o governo espanhol de José María Aznar (PP) que, para chegar ao poder, precisou que o povo espanhol rompesse com “preconceitos ideológicos”: “Por exemplo: a ilusão, ainda muito forte no Brasil, de que toda inteligência é esquerdista e de que socialismo é sinônimo de ética e democracia, sendo que a experiência mostra que, na maioria das vezes, dá-se o contrário. A tentação totalitária é sempre privilégio do radicalismo, seja ele de esquerda ou de direita”. O artigo de Denis Rosenfield que detalha o projeto de poder do PT, em oposição a um projeto de governo, foi publicado em 15/10/2003. Em 7/11, Nelson de Sá fala do “retorno de Serra”, que coincidiria com uma “radicalização do PSDB”: “Jereissati dizia ontem, na Globo, sobre novas votações no Congresso: O governo quer apenas que façamos número para rejeitar ou dar uma legitimidade ao seu totalitarismo fisiológico”. Uma formulação inovadora.

Em 2 de janeiro de 2004, Jarbas Passarinho comenta duas entrevistas, de José Serra e de Fernando Gabeira, e passa a fatura da “utopia bolchevista”: “os massacres repressivos que Gorender reconhece ao se referir ao ‘Livro Negro do Comunismo’”. É interessante porque os termos que o tucano viria repisar ao longo dos próximos anos não passaram despercebidos em seu vazão: “Serra, entrevistado pela *Folha*, tratando da transformação pragmática do discurso socialista radical de 1989, do PT, para o aliancionista de 2002, que o elevou ao governo, lastimou que o partido houvesse renegado a utopia, que ‘era a melhor coisa do bolchevismo’”. Em análise sobre as associações feitas ao bolchevismo e ao histórico de José Serra, termina se perguntando “qual a utopia que lastimou haver o PT dela se descartado. (...) Serra ficaria mais próximo de Martov”.

Quanto a Gabeira, seu desentendimento com o PT teria sido “pela extrema tolerância do partido em relação às transgressões que aconte-

cem no campo da esquerda. Fidel Castro e Cuba não podem ser exemplos para nenhum país do mundo”. “É o reconhecimento do abandono da crença na ideologia original do autor de *O que é isso, companheiro?*”, comenta Passarinho.

Continuando com Gorender, Passarinho menciona uma noção que será recuperada nas páginas da *Folha* ao final de 2004 por um petista: “A partir da falência do socialismo real, Gorender se pergunta se rejeitar o bolchevismo não significa aderir ao ‘bom capitalismo’ humanizado. E como isso não aceita, sugere uma ‘alternativa socialista-comunista sem utopia”.

Mais tarde no mês, com relação às notas críticas do ministro José Dirceu sobre os vazamentos de informações da investigação do assassinato de Celso Daniel, o procurador-geral interino em São Paulo disse que o trabalho de investigação promovido por promotores apenas desperta a “ira dos totalitários e dos oligarcas”. Disse que o órgão não irá se dobrar aos “poderosos do momento”.

Em 29/7/2004, o PSDB repudiava “o ataque ‘totalitário’ e ‘antidemocrático’ comandado pela campanha de Marta Suplicy” em nota sobre confronto entre militantes.

Em 25/8/2004, lemos que “Os dois principais governadores do PSDB, **Geraldo Alckmin** (São Paulo) e **Aécio Neves** (Minas Gerais), criticaram ontem a “centralização” do governo federal. Alckmin comparou o governo do **presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao período militar, e Aécio disse temer o surgimento de um ‘governo totalitário’ no Brasil**”.

Em 13/9/2004, em meio a comentários sobre a administração petista da Prefeitura de São Paulo, José Serra repisa a ideia de que “vê no PT uma tendência totalitária, uma espécie de bolchevismo sem utopia”. Em 28/9/2004, Jorge Bornhausen critica o “negócio eleitoral PT-PTB, composição que tem tudo de operação marginal de troca de interesses sem nenhum toque político” porque “o que o presidente e seu partido estão fazendo conduz à perda de confiança da sociedade; favorece os radicais de sempre, os eternos totalitários à esquerda e à direita; e alimenta a ganância dos negociatas que apostam nos regimes de força”.

Logo após todo esse barulho, o então ministro da educação, Tarso Genro, diz à *Folha* que “o crescimento do PSDB [nas eleições municipais] aponta para a modernização democrática da vida republicana do Brasil. Porque é

um partido que tem proposta, tem enraizamento social definido”. Na mesma entrevista, ele propõe um “rebaixamento utópico” ao PT: não mais o fim da sociedade de classes, mas sua recriação. “Se a nossa visão utópica era, via o socialismo, destruir a sociedade de classes, hoje é reorganizá-la. Porque isso significa reconstituir o sujeito político da democracia, isso significa poder repor, para quem quiser, num próximo período, pretensões utópicas mais radicais. Sem isso, é a *barbárie*” (essas palavras de prefixo “re”, vemos, se prestam a qualquer trabalho sujo). Possivelmente essa “releitura” corresponda ao “socialismo democrático” avançado e reavuçado por Ruy Fausto.

Com relação às mudanças no PT, Genro dizia que: “Tem a ver com a destruição da sociedade de classe originária da segunda revolução industrial, que dissolve o sujeito operário tradicional. Tem a ver com a quebra dos paradigmas originários do socialismo totalitário, *estadista*. Tem a ver com a crise da social-democracia e tem a ver com o fato que a própria social-democracia é inaplicável num país como o nosso”. Nessa entrevista, Genro também falou da incapacidade do PT em disputar suas versões na sociedade.

Em janeiro de 2005, petistas culpavam as novas administrações gaúchas pela saída do Fórum Mundial de Porto Alegre: “os grupos políticos ligados a Rigotto e Fogaça sempre tentaram ‘desmoralizar e desprezar o fórum’. Todos os anos fizeram representações contra os recursos públicos destinados à organização e falavam que era um evento da esquerda totalitária”.

Em 9/6/2005, Eduardo Jorge se perguntava se o PT acabou. Ele insistia em dizer-se socialista e afirmava que o PT não havia conseguido resolver uma série de dilemas, como totalitarismo/democracia, produtivismo/ecologia, nacionalismo/internacionalismo.

Em 8/7/2005, Paulo Pereira da Silva, vulgo sabemos quem, criticava a proposta de reforma política em artigo chamado “o golpe dos corruptos”. Ele argumentava que “perder a esperança em nossas instituições políticas, hoje emporcadas, seria o pior dos mundos, porta de entrada para a rejeição da democracia e a volta da tentação totalitária”.

Em 31/7/2005, Serra era apontado como o tucano mais competitivo para a campanha presidencial do ano seguinte. O então prefeito de São Paulo afirmava que “a atual gestão [presidencial] combina formas velhas e novas de patrimonialismo, associadas por sua vez à utopia mercadista e ao esforço de controle totalitário do aparato do Estado”.

Em 20/9/2005 a *Folha* noticia que “a direção do PT iniciou ontem o que chama de ‘reação ao golpismo midiático que pretende inviabilizar o mandato legítimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva’, dirigindo duras críticas a setores da imprensa e à oposição”. O presidente interino do partido, Tarso Genro, segundo a *Folha*, “foi o responsável pela elaboração da base do texto [de resolução], que acabou aprovado após alterações feitas, principalmente, pelo 3º vice-presidente, Valter Pomar” e que dizia que o PT precisa iniciar “mobilizações regionais articuladas” para “esclarecer a opinião pública sobre os objetivos dos denunciamentos em curso, inclusive estabelecendo diálogo com órgãos de comunicação que não estejam inseridos voluntariamente nesta campanha de massificação totalitária da opinião contra o governo Lula e o PT”.

Em dezembro de 2005, Jorge Bornhausen reage às declarações do ministro Marcio Thomaz Bastos com relação à atuação da Polícia Federal no combate ao caixa 2 na campanha de 2006: “são totalitárias, arbitrárias, autoritárias e antidemocráticas”. Bornhausen disse que a PF será usada politicamente para beneficiar o PT e os aliados: “Os partidos são, na forma da lei, fiscalizados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Qualquer interferência externa significa um ato servil de organismo público para atender a interesses do presidente da República e do seu ministro”.

Em 17/7/2006, José Dirceu publica carta no PAINEL do Leitor em resposta a artigo de Demétrio Magnoli que, mais uma vez, procurou associá-lo a Stálin, além de questionar uma recente visita do ex-ministro à Bolívia por razão de suas atividades como consultor. José Dirceu achava naquele momento que o colunista havia “transposto o limite da civilidade com sua leviana acusação”. Magnoli se defende dizendo que seu artigo não analisava os programas sociais do governo, mas “a degradação totalitária da linguagem política”: “O ex-ministro deixou o governo proclamando que continuaria a ‘governar o Brasil’. Depois de cassado, afirmou que continuaria a fazer política, o que faz na condição de dirigente informal do PT”.

Em dezembro de 2006, entre as governadoras que reclamaram de ataques durante suas campanhas, estava a do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius: **“Os ataques foram de um cunho totalitarista porque eu escolhi morar no Rio Grande do Sul com um marido gaúcho. Aqui tive meus filhos e meus netos. Fui atacada por ter nascido**

em São Paulo. Isso me lembrou um pouco do viés totalitarista, não ser da raça gaúcha”.

Em maio de 2007, a PF divulgou nota divertida informando que “aguarda eventual requisição de providências para apuração de possível irregularidade”, com relação a vazamentos em operações, após Lula solicitar ao então ministro da Justiça Tarso Genro que apurasse os excessos. A PF também informou que não se manifestaria quanto às recentes declarações do ministro do STF Gilmar Mendes, que responsabilizava Tarso Genro pela “canalhice” dos vazamentos. Mendes disse ainda que a PF vinha fazendo: “terrorismo com a democracia” ao divulgar informações sigilosas em conta-gotas. “É cinismo falar em segredo de Justiça nesse momento. Cínico é o quadro que vivemos no país. É uma lógica absolutamente totalitária. Então, rasguem a Constituição”.

Em julho de 2007, deputados comentavam declarações de Hugo Chávez: “o deputado Antonio Carlos Pannunzio (SP), líder da bancada tucana, considerou que Chávez, ‘totalitário’, tenta ‘dar um ultimato a um Congresso soberano’”.

Em junho de 2008, a *Folha* se defende de representação judicial contra o jornal que considerou “propaganda eleitoral antecipada a entrevista concedida por Marta Suplicy, pré-candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, aos jornalistas **Renata Lo Prete** (editora do Painel) e **Fernando de Barros e Silva** (editor de Brasil), publicada no dia 4 de junho”. Entre diversas entidades de imprensa horrorizadas, a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) dizia que “é um abuso, é uma manifestação totalitária que viola as disposições sobre liberdade de imprensa, nos termos assegurados na Constituição, com o pretexto de impedir propaganda eleitoral antecipada”.

Em agosto daquele ano, Ciro Gomes, como sempre, dizia que seria difícil que a base de Lula tivesse apenas um candidato nas eleições de 2010. Na entrevista, faz referência a George Orwell em 1984, “que descreve um fictício Estado Totalitário”.

Em 2 de setembro, Dilma Rousseff compara ato de grampear a totalitarismo, com atropelo da justiça, estado policial, controle e censura prévios. Mais tarde no mês, o deputado Antonio Carlos Pannunzio foi publicado no “tiroteio” da coluna Painel: “Lula continua a demonstrar subserviência aos

países vizinhos com clara admiração pelo totalitarismo. Já vimos esse filme com Bolívia e Venezuela, e, agora, com o Equador”.

Em julho de 2009, Saulo Ramos, ex-consultor geral da república e ministro da justiça, fala sobre José Sarney: “A vida pública de Sarney foi sempre pautada pelos valores da democracia. Daí seu apego ao diálogo, ao entendimento, às formas consensuais para a solução dos problemas.” Entre as benesses, “no momento em que o Brasil esteve na iminência de sofrer um retrocesso para o totalitarismo, apaziguou as partes em conflito e administrou com humildade os ânimos extremistas que desejavam impedir a volta do Brasil ao Estado de Direito”.

Em outubro de 2009, o tema era a votação para inclusão da Venezuela no Mercosul: “Tasso Jereissati também expôs argumentos relacionados principalmente à falta de respeito aos princípios democráticos na Venezuela. Nesse ponto, a maioria dos senadores governistas concorda com o tucano”. O contemporizador (?) Eduardo Suplicy disse que “Em alguns aspectos não há democracia, como na relação com a imprensa. Eu também fui contra a adoção de possibilidade de reeleição indefinida”. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) assim definiu: “Eu voto a favor preocupado. Não gosto desse espírito de totalitarismo de Chávez”.

Em novembro de 2009, o deputado estadual tucano Vaz de Lima antecipa as eleições do ano seguinte como uma guerra dos petistas para manterem seus privilégios. “Aquela velha e assustadora ideia de transformar a mentira em verdade pela força da repetição só se sustenta nas ditaduras, felizmente hoje relegadas a setores minoritários do planeta. Porém, seus seguidores continuam por aí. E a herança daquele pensamento totalitário parece persistir em parcelas relevantes de nossa elite”.

Logo a 9 de janeiro de 2010, nos deparamos com Arthur Virgílio em ataque ao PNDH-3 que contém todos os elementos: “O texto colide com princípios constitucionais essenciais como a da livre iniciativa privada, o direito de propriedade e a liberdade dos meios de comunicação, contendo diretrizes político-ideológicas parciais e totalitárias que restringem os direitos e garantias individuais e fragilizam as instituições democráticas, instrumentos primordiais na manutenção do Estado de direito”. Três dias depois, Kátia Abreu retoma o tema em maneira menos sintética: “Direitos humanos, na forma aprovada pelo decreto 7.037, parece ser apenas a máscara benigna e

traíçoeira que oculta a face terrível dos demônios que grupos radicais e sectários se recusam a sepultar. Aproveitando-se do sucesso da economia capitalista e globalizada do Brasil, para o que em nada contribuíram as ideias, os valores e a visão do mundo de setores radicais do PT e dos movimentos que o sustentam, atiram aos brasileiros essa plataforma totalitária”.

Em 7/2/2010, com relação às teses para o Congresso do PT, “o ministro Samuel Pinheiro Guimarães (Assuntos Estratégicos) disse que a atenção que a política externa brasileira dá à integração do continente é objeto de “luta ideológica” no país (...) e opôs-se à “**convicção na sociedade brasileira** de que a Venezuela tem um governo totalitário”.

Em 22 de setembro, em comentário à manifestação de movimentos sociais contra o golpismo da mídia, o general Clovis Purper Bandeira, vice-presidente do Clube Militar, diz que “todo regime totalitário quer controlar a imprensa. Temo que estamos caminhando para isso em razão de declarações oficiais”. À mesma época, o Clube Militar promovia seminário intitulado “riscos à liberdade de imprensa e à democracia”.

Em outubro, o “vice improvisado” de José Serra Índio da Costa diz que o “PT está fazendo uma *barbárie*. Nunca vi tanto uso da máquina pública quanto nesta campanha. Quanto gastou em viagens do presidente e dos ministros para cumprir agendas inexistentes? É o projeto de construção do totalitarismo”. Associava totalitarismo a partido-estado, uso da máquina pública para política, perpetuação no poder, censura à imprensa, ligação com as FARC, ao narcotráfico, ao que há de pior.

Tasso Jereissati¹⁶⁸, no dia da eleição em que perderia a cadeira de senador para candidatos apoiados por Lula, atacou o presidente de ter uma “atitude totalitária” ao tentar “acabar com a oposição”. A atitude foi totalitária, chavista, típica de ditadores: a hegemonia destruidora para os valores do país e do Estado “é um perigo para o país”.

Em entrevista à *Folha* logo após sua reeleição ao governo baiano, Jacques Wagner fala do ‘carlismo’: “uma concepção de poder diferente

168. “‘Senadores de Lula’ derrotam Jereissati no CE”, *Folha de S.Paulo*, 4/10/2010. Disponível em: <<http://www1.Folha.uol.com.br/fsp/poder/po0410201030.htm>>; <<http://www1.Folha.uol.com.br/poder/2010/10/808880-lula-tem-es-trategia-totalitaria-de-acabar-com-oposicao-diz-tasso-no-ce.shtml>>.

da minha, que era mais dura, absoluta e totalitária. Eu botei as minhas fichas num projeto antagônico, de diálogo e transparência. A nova hegemonia é nesse sentido”.

Em artigo de 30/12/2010, em comentário à eleição em que Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez, Vinícius Torres Freire diz que “o pessoal do PSDB posava de último bastião de defesa da democracia contra a iminente ameaça do totalitarismo dos hunos petistas”. Ele explicita o totalitarismo como discurso do PSDB, barbárie e oposto da democracia.

Em 2011, Vera Magalhães faz um perfil do então pré-candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, que em seus anos de estudante de Direito, se “inquietava como um pensamento de tal forma libertário [marxismo] podia ter resultado em regimes tão fechados e totalitários”, mas considerava a crítica trotskista ao stalinismo “um pouco moralista”. “Questionado pela *Folha* sobre a existência do mensalão, o ministro não enviou resposta. Sobre o tema, limita-se a dizer: ‘Nenhum partido tem se saído bem nesse campo’”.

Em fevereiro de 2012, Aécio Neves, então colunista da *Folha*, critica o governo cubano e a postura do PT com relação ao seu “autoritarismo”. “Os silêncios e os temas evitados na viagem da presidente Dilma a Cuba agridem as consciências democráticas. O mal disfarçado flerta com regimes fechados e totalitários, como o de Cuba e o do Irã, entre outros, expõe publicamente a **tentação autoritária** que o PT tenta dissimular e que, no entanto, parece estar inscrito no **DNA do partido**.”

Em fevereiro de 2013, a coluna painel lembra que em seu discurso de posse como prefeito de São Paulo, em 2005, José Serra citou trecho do livro *A revolução dos bichos*, “uma fábula sobre o totalitarismo”. Quando da morte de Ruy Mesquita, do Estadão, em maio de 2013, o presidente nacional do PSD Gilberto Kassab lamentou a perda do jornalista que resistiu à censura prévia, assim, combatendo o regime totalitário em nosso país.

Tasso Jereissati, em discurso por ocasião da oficialização da sua candidatura ao Senado em 2014, fala da ameaça totalitária do PT ao país: partido que se confunde com governo, domínio total em ameaça à imprensa e à sociedade, menções a Hitler e Stálin. Em julho, Luis Moura se rebela contra decisão do PT pela sua expulsão depois de indícios de ligação com o PCC: decisão arbitrária, totalitária, equivocada, sem direito de defe-

sa. Logo após sair da prisão devido a condenação decorrente da AP470, Roberto Jefferson afirma que o “petrolão é o epílogo do mensalão”, financiando o projeto do PT para se perpetuar no poder. O projeto é totalitário porque pretende calar a mídia, que fez papel de oposição, e disputa o poder a qualquer preço para sua perpetuação. Em outubro, em artigo na *Folha*, o então presidente nacional do PSB Carlos Siqueira se posiciona “contra o maniqueísmo”, que ao longo da história “justificou os totalitarismos à direita e à esquerda”. Em dezembro daquele ano, em evento do PSDB, José Serra contou sua ação para atrasar até inviabilizar o projeto do trem-bala em São Paulo, além de atribuir ao PT uma postura bolchevique e totalitária, com a corrupção como método de governo.

Em 9/3/2015, Kim Kataguiri diz que o PMDB é corrupto, mas o PT é totalitário. Em 19 de março, o deputado estadual tucano Cauê Macris critica artigo de Vladimir Safatle publicado dois dias antes (“Impeachment é pouco”), em que o filósofo comentava negativamente as manifestações de março daquele ano contra Dilma Rousseff: “reafirma [seu] totalitarismo” ao desqualificar a oposição/opinião contrária e defender o terrorismo como método (em referência ao apoio de Safatle à ocupação da reitoria da USP). No final de março, em debate promovido pela UOL, o líder do MBL Fernando Silva, tornado Holiday, não lamentava que o impeachment pudesse entregar o poder ao PMDB porque apesar de também estar envolvido com denúncias de corrupção, o PMDB não tem um viés totalitário: “O PT usa a corrupção para colocar em risco a nossa liberdade”. Em junho daquele ano, após aprovação pela câmara de Campinas de emenda contra a discussão de gênero nas escolas, o coordenador do grupo Identidade, Paulo Mariante, disse que a proposta “tem a simbologia de autoritarismo, totalitarismo e de ser antidemocrática” por vetar a discussão e o contraditório. Em setembro de 2015, em artigo em que defende a mudança de logradouros que homenageiem pessoas relacionadas à ditadura, Juliana Cardoso qualifica esse período como totalitarismo.

Em junho de 2016, já no pós-impedimento, o então ministro da Cultura, Marcelo Calero, criticou o protesto contra o impeachment dos atores do filme *Aquarius* em Cannes. O ato seria, para ele, “quase infantil” e até “um pouco totalitário”, reinventando a semântica, porque “pretende que uma visão específica cubra a imagem de um país inteiro”. Sônia Braga

respondeu que isso implicava desconhecimento do que significa plena democracia: “Se estivéssemos falando em nome de todos, não precisaríamos, evidentemente, fazer o ato”¹⁶⁹.

Em agosto de 2016, em retorno ao garantismo, o ministro do STF Gilmar Mendes criticou os procuradores da Lava Jato, que se avizinhavam do “terreno perigoso de delírios totalitários”¹⁷⁰ por ocasião do vazamento de acusações da OAS contra o colega Dias Toffoli. Totalitarismo aqui vem ligado à falta de garantias jurídicas, abuso do poder judiciário e delírio. Teoria absolutista, combate ao crime a qualquer preço. Após o episódio, a *Folha* publicou editorial¹⁷¹ criticando o corporativismo do STF e PGR, que nunca havia reagido tão rigorosamente a outros vazamentos da Lava Jato. No editorial, a *Folha* nomina Aécio Neves e Marina Silva entre os padecentes de vazamento, mencionando também que Toffoli foi indicado por Lula ao STF.

Em 2017 temos João Dória Jr. dizendo que “no dia em que alguém for impedido pelo Ministério Público ou pelo desejo de petistas de viajar por seu próprio país, teremos instalada a ditadura e o totalitarismo”, quando da representação feita pelo PT-SP que acusava o prefeito de improbidade administrativa por conta das suas viagens. Ele diz que o PT e Lula produziram essa intolerância porque “a verdade é só o Lula”.

Ronaldo Caiado também retorna com uma teoria que internacionaliza a perpetuação no poder, segundo a qual a Venezuela seria a expressão de projeto revolucionário socialista bolivariano: um projeto totalitário, urdido no Foro de São Paulo, entidade criada por Lula e Fidel Castro. “Lula disse que o Brasil, como maior economia, tem que sustentar o projeto do Foro

169. “É inadmissível um ministro da Cultura ofender artistas”, diz Sonia Braga, *Folha de S.Paulo*, 7/6/2016.

Na TV, Marcelo Calero critica protesto contra impeachment em Cannes, *Folha de S.Paulo*, 6/6/2016.

170. M. Bérgamo, “Defesa de Lula distribuirá na ONU documento contra Lava Jato e Moro”, *Folha de S.Paulo*, 16/9/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/09/1813678-defesa-de-lula-distribuir-documento-contralava-jato-e-moro-da-onu.shtml>>.

171. “Dois Pesos”, *Folha de S.Paulo*, 24/8/2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/08/1806266-dois-pesos.shtml>>.

– daí a rapina do Estado Brasileiro e a ascensão do crime organizado no continente (FARC presentes)”. Diz que Lula inventou Chávez. O Itamaraty se submetia aos ditames do Foro e “as digitais do PT estão impressas na tragédia venezuelana (presos políticos, mortes, torturas etc.)”.

Comentário Sintético de ‘Políticos’

Esta seção foi muitíssimo frequentada por Tarso Genro, desde o início do nosso escopo até o final, refletindo tanto suas boas relações com o periódico dos Frias quanto suas obsessões conceituais. Ovo ou galinha, antes de passar ao noticiário nacional ele certamente lidou com as críticas locais de práticas totalitárias nas administrações do Rio Grande do Sul. Genro, contrariamente ao crítico antitotalitário gaúcho Denis Rosenfield, varia muito no uso do “totalitarismo”, ora indo pela vertente globalitária, ora pela francesa, muitas vezes por um amálgama. Pela própria formação, insiste em argumentos jurídicos e constitucionais, além de estimular o debate da formação de uma nova esquerda de socialismo democrático – assim como Ruy Fausto.

Em interlúdio, tivemos lembranças do debate dos anos 1980, quando a URSS ainda estava de pé, quando Fernando Collor reafirmava a bandeira verde e amarela nacional em oposição à internacionalista vermelha do PT, antes de voltar ao Rio Grande do Sul e a campanha eleitoral abertamente “antiPT” já em 2000. Os adversários se colocavam como alternativa à “arrogância totalitarista” do partido. Em outras cidades, este viés também foi muito explorado, mais com argumentos “internacionais” (volta do regime totalitário e estatal que torturou e matou milhões de pessoas na ex-União Soviética) que como formulação nativa.

A comparação com a Venezuela já é explícita nas eleições de 2002: “um governo do PT seria como o de Chávez”, com maior ênfase nos distúrbios institucionais decorrentes que na posterior formulação de ditadura bolivariana. O tema retornaria sazonalmente, quando da polêmica da inclusão da Venezuela no MERCOSUL, por exemplo. A posição do PT com relação a Cuba também será cobrada e apresentada como prova do “DNA” perverso do partido.

O primeiro ano do governo Lula veio com as críticas já mencionadas nas outras seções, e o advento do mote do projeto de poder. A radicalização retórica do PSDB não passou despercebida e foi qualifi-

cada como hipócrita de maneiras diversas. A concertação radicalizada tucana aparece na boca dos seus luminares mais distantes entre si, em comparações explícitas do governo Lula a um regime totalitarista e mesmo à ditadura militar. Jorge Bornhausen se revela uma exceção no campo dos críticos políticos ao proceder em formulações mais elaboradas e menos propagandísticas. Ele chegou a se levantar contra o uso da Polícia Federal na investigação de partidos políticos proposta pelo governo Lula. Começaram a pulular “traídos e desiludidos”, além da “expurgada” Heloísa Helena, que fez seu ruído. Procuradores e delegados já se defendiam da “ira dos totalitários” afirmando que não se curvariam aos “poderosos do momento”.

Mesmo após toda a radicalização, Tarso Genro exibe postura notavelmente republicana (seja lá o que isso for), insistindo no *aggiornamento* da esquerda (não utópica, como avançada por Ruy Fausto e em concordância com o *slogan* que José Serra vinha tagarelando, a saber, que o petismo era o “bolchevismo sem utopia”).

As críticas ao PT, em 2005, continuavam frisando seus dilemas internos mal resolvidos, mas logo após o advento do “mensalão” a pecha da corrupção foi onipresente, seja relativa ao “golpe dos corruptos” da proposta de reforma política, seja às velhas e novas formas de patrimonialismo, seja associada à noção de aparelhamento do Estado. Parece que isso fez finalmente doer o calo de uns e outros, e o PT insinuou uma mobilização em “reação ao golpismo midiático que pretende inviabilizar o mandato legítimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, dirigindo duras críticas a setores da imprensa e à oposição. Na carta supostamente estruturada por Tarso Genro, falava-se em “campanha de massificação totalitária da opinião contra o governo Lula e o PT”. Em 2006, José Dirceu se defende no Painel do Leitor contra as analogias entre ele e Stálin.

Uma declaração de Yeda Crusius, recém-eleita governadora do RS em dezembro de 2006 mostra o estado de degradação conceitual e entrada em algum senso comum do termo “totalitarismo” em terras gaúchas: “Os ataques foram de um cunho totalitarista porque eu escolhi morar no Rio Grande do Sul com um marido gaúcho. Aqui tive meus filhos e meus netos. Fui atacada por ter nascido em São Paulo. Isso me lembrou um pouco do viés totalitarista, não ser da raça gaúcha”.

Em 2007 as ações da PF e, sobretudo, os vazamentos ilícitos, fizeram circular o vocabulário totalitarismo em sua vertente de Estado Policial e fora da lei/inconstitucional. Um Gilmar Mendes garantista falava em “terrorismo com a democracia”. A própria *Folha* se manifestou contra um “excesso judicial”, quando foi acusada de propaganda eleitoral antecipada por uma entrevista com a pré-candidata Marta Suplicy.

A pré-campanha de 2010 vem com discurso montado de “mentiras petistas para garantir manutenção dos privilégios” e a polêmica em torno de PNDH-3 ressuscitou a questão dos radicais do PT.

Quanto às liberdades, o PT recebeu críticas de desrespeito à de imprensa por parte de um militar, críticas por apoiar outro candidato por parte de um membro da oposição, entre outras bizarrices. Totalitarismo já aparece como “prato único”, prescinde de coerência paradigmática ou até sintagmática. Tasso Jereissati foi outro que não poupou a palavra, sempre em associações odiosas.

Outros petistas foram amargamente laxistas quanto ao uso do “totalitarismo” (“o carlismo era uma concepção de poder mais totalitária”), ou abraçaram em público a versão dos “gigolôs oportunistas” – só para citar Delfim Netto – (“me inquietava como um pensamento de tal forma libertário [marxismo] podia ter resultado em regimes tão fechados e totalitários”).

A campanha de 2014 também foi rica no uso do totalitarismo, especialmente pela “perpetuação no poder” e pela atualização do ‘mensalão’ no ‘petrolão’ – apelido que não pegou – sendo a corrupção um método de governo.

Como veríamos em seguida de maneira muito explícita nos movimentos pró-impeachment de Dilma Rousseff, a corrupção não é problema, problema é o método: “o PMDB é corrupto, mas o PT é totalitário”. Escutamos essa frase em forma de *slogan*, repetida até se fazer interna. Naquele contexto, a desqualificação da crítica dos opositores (por conta da adoração ao pato etc.) era desqualificada enquanto “totalitarista”. A liberdade também é conceito farol na boca dos favoráveis ao impeachment, “em risco pelo PT”. Toda a série de supostos entre “liberdade” e “ameaçada pelo PT” pode ser preenchida de acordo com o gosto e a experiência de cada um – coisa que pudemos verificar nas reportagens sobre as manifestações daquele momento que continham depoimentos dos protestantes.

No pós-impeachment, os políticos pareceram redistribuir o foco antitotalitarista também para os abusos do poder judiciário, mas com o objetivo de destruição política de Lula e de sedimentação da versão até então apresentada, os ataques ao PT continuaram com o gancho que se apresenta no momento.

Breve comentário sobre a categoria “totalitarismo” e sua crescente saturação no discurso publicado

Em 2004, Domenico Losurdo propunha uma crítica da categoria de totalitarismo¹⁷². Ele repassa uma série de autores e chega a Hayek (1899-1992), da chamada Escola Austríaca de pensamento econômico, muito citado pela chamada “nova direita” brasileira e, por que não lembrar, participante dos primeiros colóquios franceses sobre a reconstrução do liberalismo.

Em 1986, Hayek escreveu que

as tendências que desencadearam a criação de sistemas totalitários não se limitam aos países que posteriormente sucumbiram a eles. (...) [Na Áustria] não foram os fascistas, mas os socialistas que começaram a conclamar crianças desde a mais tenra idade às organizações políticas, para se assegurar de que cresceriam como bons proletários. Não foram os fascistas, mas os socialistas que pensaram primeiro em organizar esportes e jogos, futebol e excursões no clube do partido para que os membros não se contaminassem de pontos de vista diferentes. Primeiro foram os socialistas que insistiram que os membros deviam se distinguir pela maneira de se cumprimentar e de se dirigir uns aos outros.

Assim, Hayek conclui que a ideia de um partido político que engloba um indivíduo do berço ao túmulo remete em primeiro lugar ao movimento socialista e, com outros meandros argumentativos, que democracia social e democracia totalitária são sinônimos.

O artigo é riquíssimo, expondo também como se deu a “seleção do horror” entre todas as atrocidades do século XX (para ficarmos somente no século XX) que poderiam incluir, antes da Revolução de Outubro, a Primeira Guerra Mundial, o genocídio armênio, o genocídio dos Hererós.

172. D. Losurdo, “Pour une critique de La catégorie de totalitarisme”.

Ou, logo a seguir, os campos de concentração para japoneses e descendentes nos EUA, ou a ocupação japonesa da China, uso de armas biológicas no extremo oriente, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Losurdo também demonstra como não se sustentam as aproximações entre marxismo e nazismo nos termos do aniquilamento da subjetividade individual. Ele defende que características atribuídas ao totalitarismo de manual (o partido único, conduta terrorista do Estado, monopólio dos meios de comunicação, monopólio da violência, economia administrada diretamente por um poder centralizado e racismo) são tanto relativas à noção de Estado em geral quanto atribuíveis a diversos outros tipos de Estado que não são tachados de totalitários, mencionando especificamente exemplos estadunidenses do século XX e aprofundando análises históricas de contextos específicos (Segunda Guerra de trinta anos).

Losurdo conclui que o erro fundamental da categoria de totalitarismo é transformar uma definição empírica, relativa a algumas características determinadas, em uma dedução lógica de caráter geral.

Segundo ele, não é difícil constatar analogias entre a URSS stalinista e a Alemanha nazista e a partir daí a construir uma categoria geral (o totalitarismo) com presença do fenômeno assim definido nos dois países, mas daí a transformar essa categoria em chave explicativa dos processos políticos que se desenrolaram ali constitui um salto espantoso. Mais ainda, se queremos focalizar a questão da ditadura de partido único, comparável nos dois países, por que recorrer às supostas afinidades ideológicas, e não à similaridade de suas situações políticas (permanente estado de exceção) e de contexto geopolítico (importante vulnerabilidade).

Se Marx semeou o gérmen do totalitarismo comunista e deve arcar com isso, segundo Hannah Arendt, que papel a palavra de ordem de luta contra o totalitarismo teve no massacre de centenas de milhares de comunistas na Indonésia em 1965? Qual foi seu papel no genocídio maia pela ditadura militar apoiada pela CIA, segundo relatório da comissão da verdade na Guatemala? Qual o seu papel nos conflitos do Oriente Médio? Qual o seu papel na manutenção da prisão de Guantánamo?

O conforto do recurso a uma situação histórica relativamente distante e praticamente “irrevisável” devido a todos os tabus que a rodeiam e às construções ideológicas que se cristalizaram, aliado ao conforto da disputa

em terreno ideológico e retórico sem maiores dados empíricos (exceto a martirologia mencionada por Deleuze) tornaram a categoria totalitarismo um lugar de derrota infalível para qualquer entidade a ela identificada.

A partir das possibilidades de busca no site da *Folha de S. Paulo*, compilamos os resultados que mencionam somente o lexema totalit*, sem “PT” nas colunas da *Folha On-line*, onde o termo aparece somente em 2000. É claro que, para uma análise rigorosa da representatividade dessa amostra, seria necessário estipular ao menos quando surgiram as colunas na *Folha On-line*, quantos eram os colunistas e qual foi a evolução do seu número ao longo dos anos.

Os resultados, no entanto, são tão eloquentes que, se bem não indicam com precisão o desenvolvimento do uso do termo durante a cronologia proposta, apontam claramente sua súbita saturação no debate publicado a partir de 2013 com ápice de ocorrências em 2016:

ANOS 2000 A 2018																				
COLUNISTA	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18*	TOTAL
HÉLIO SCHWARTSMAN	1	1	1				3			1		1	2	1						11
CONTARDO CALLIGARIS													5	1	2	1	4			13
JOÃO PEREIRA COUTINHO								1	2		2	2	6	5	3	12	10	3		46
BERNARDO AJZENBERG			1																	1
SÉRGIO MALBERGIER								1	2		1		1							5
KENNEDY ALENCAR								1												1
CLÓVIS ROSSI										2			1			2	1			6
LUIZ CAVERSAN											1		1	1						4
MANUEL DA COSTA PINTO												1	1	4	2	1	1	1	1	12
EVGENY MOROZOV												1								1
LUIZ FELIPE PONDÉ												3	1	9	4	1	2	1		21
VLADIMIR SAFATLE												1	2	1		1	2			7
MARINA SILVA													1							1
KÁTIA ABREU													1							1
BARBARA GANCIA													1							1
ANDRÉ SINGER													1	1						2
ÁLVARO PEREIRA JR.													2	2	1					5

ANOS 2000 A 2018																							
UIRÁ MACHADO	1	1															1						
PABLO ORTELLADO																	1						
CELSO ROCHA DE BARROS																	1						
JOEL PINHEIRO DA FONSECA																	2						
MARCELO VIANA																	1						
LEANDRO NARLOCH																	1						
NABIL BONDUKI																	1						
CLÁUDIA COSTIN																	1						
FERNANDO SCHULER																	1						
CRISTOVÃO TEZZA																	1						
TOTAL	1	1	2							3	1	4	5	1	5	9	32	47	36	55	46	9	257

*até 03 mar. 2018.

Conclusão

Se na introdução procurei apresentar esse conjunto de páginas como um todo coerente, entendo que é muito provável que ao longo da sua exposição alguns fios tenham parecido um tanto frouxos, como sói acontecer. Esta conclusão há de servir para que eu tente voltar a amarrá-los ao hierarquizar a importância de algumas ideias, entre tantas que circularam.

1. “Totalitarismo” não foi tratado nesta dissertação como um acontecimento histórico ou uma ideologia.
2. A categoria totalitarismo é discutida aqui sob algumas tradições diferentes, que, no entanto, nunca deixam de se comunicar, contaminar e amalgamar. Isso ocorre com especial furor nos discursos políticos e midiáticos, ressoando no que se convém chamar “opinião pública”. Isso ocorre com menor frequência nos discursos acadêmicos.
3. O fenômeno ideológico-midiático do “antitotalitarismo” é algo que pode ser singularizado e apreensível com maior facilidade justamente por se tratar de um objeto da ordem das ideias e palavras, com origem sócio-histórica identificável, autores declarados, libelos publicados e trilha acadêmica rastreável. Ele foi constituído para além das representações da categoria totalitarismo, tendo o repúdio como componente essencial.
4. A ausência de realidade histórico-referencial no que é apresentado como totalitarismo, passado ou presente, não deve ser motivo para menosprezo da categoria. Ela é uma realidade discursiva.
5. A opção metodológica por realizar um trabalho eminentemente linguístico foi feita para dialogar, em sua própria tessitura, com o objeto que discutimos.
6. A discussão sobre o giro linguístico e sobre a análise do discurso de matriz althusseriana teve o mesmo objetivo: qual seja, dialogar também em nível metodológico com o objeto do trabalho em seus conflitos e em sua pretensa referencialidade, construída sob bases ideológicas. Indo mais além, trata-se de uma discussão importante para demonstrar a possibilidade epistemológica que se abriu – também a partir dos anos 1970 – para avaliar uma forma de discussão política e histórica que prescinde de recurso ao empirismo.
7. A opção pela análise do discurso também está no cerne da nossa hipó-

tese, qual seja, a instrumentalização do antitotalitarismo no processo de desconstrução discursiva do Partido dos Trabalhadores, ainda que não encontremos muitas referências diretas aos autores franceses que mencionamos na Parte I no corpus analisado. Segundo a AD, o discurso (qualquer discurso) constitui o ponto de encontro entre o velho e o novo, o mesmo e o diferente, a estrutura e o acontecimento. Desse modo, o discurso que vai se tornando memória (memória discursiva) retoma o mesmo, mas está sempre sofrendo deslocamentos.

8. A evocação dessas memórias discursivas, presentes em cada autor apresentado, em cada entrevista ou declaração, em cada linha aqui escrita, mas, para os fins desejados, sobretudo – “Sua excelência” – o leitor dessa dissertação, foi a razão para a opção de transcrever literalmente muitas partes dos textos teóricos de base e do corpus sem desenvolver comentários extensos. Isso se deu porque o presente trabalho não se pretende ser conclusivo, só que tem uma grande e acanhada ambição de suscitar algum debate em termos diferentes dos que vêm sendo propostos em instâncias diversas.

Creio que é inadequado, chegando à plena conclusão, confessar que esse trabalho não se pretende conclusivo. O título do capítulo é pro forma, sabemos. Por outro lado, a Parte 2, embora também mais propositiva do que conclusiva em seus inícios, apresenta alguns desenlaces consequentes.

Como cada subseção apresenta alguma forma de moral da história, aqui me limitarei a expor qual o papel de cada capítulo para a conformação do conjunto do estudo:

Com relação à imagem do PT, pudemos ver a permanência continuada do componente totalitário/autoritário em diversas nuances ao sabor dos tempos, impressa no “DNA petista” por sua própria natureza de partido político. Partido que se apresentou desde as origens com explanação pública, em evolução conjuntural, de projeto político e administrativo.

Quanto ao projeto de poder, foi possível observar que a “criminalização” do PT foi construída paralelamente à criminalização da política, com a alteração da conotação da expressão ao longo dos anos 1990 e 2000 em associação ao totalitarismo e à corrupção – que também vieram a conformar um bloco.

O objetivo do capítulo tentação totalitária foi demonstrar que muitas

discussões sobre o liberalismo que se colocam hoje como modernas e urgentes, que se colocam como do pós-queda do “socialismo real”, na realidade estão se apresentando dessa mesma forma há cerca de 40 anos. Que o entrelaçamento, no debate nacional, entre autoritarismo e liberalismo tem raízes antigas e se manifesta atualmente de maneira muito similar. Que o problema jurídico da “tentação totalitária” foi vastamente explorado na Itália da operação Mãos Limpas sem que tenhamos aprendido daquela discussão em tempo oportuno. E que a dita encruzilhada da esquerda após o fim da URSS é na realidade uma questão anterior.

O capítulo sobre o totalitarismo serviu para identificar ideólogos, políticos ou acadêmicos que mantiveram e nutriram essa noção ao longo dos anos. Indicou também como um viés de apropriação da problemática terminou por ser abafado na disputa da versão de esquerda, o globalitarismo de Milton Santos. Gostaria, pessoalmente, que tivesse também servido para mostrar que esse debate não foi produtivo para a esquerda sem aspas e sem fronteiras enevoadas.

Epílogo

“Tu já vives justamente, já vives piedosa, pura, santamente, já vives em castidade virginal; contudo, vives ainda aqui na terra.

E não hás de te humilhar ao ouvires: ‘Acaso a vida do homem sobre a terra não é uma tentação?’” (Jó 7,1)¹⁷³.

Em mais de dois mil anos, a teologia católica não chegou a uma resolução formal quanto à efetividade do pecado em pensamento¹⁷⁴, a discussão é interessantíssima, mas por via das dúvidas se recomenda pagar alguma penitência. A tentação é uma condição humana irremediável, inerente à vida terrena e contra a qual a única defesa é a fé. Como se defender de um pecado original? A tentação totalitária ronda toda e qualquer organização de esquerda, e não só de esquerda, porque a fórmula de suspeição e detra-

173. S. Agostinho, *A Santa Virgindade*.

174. “Ouviste o que foi dito: ‘Não cometerás adultério’. Eu, porém, vos digo, que qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, em seu coração, já cometeu adultério com ela.” Mt 5:27-28.

ção parece perfeita. A palavra é tentação porque o homem não pode não ser pecador, uma vez que o cúmulo do pecado é a arrogância e o orgulho de cobiçar não ser pecador.

A nova tentação totalitária: governança global e crise da democracia na Europa; O demônio na democracia: tentações totalitárias nas sociedades livres; A tentação totalitária, uma filosofia política; A tentação totalitária da esquerda etc. Esses são títulos de livros lançados há menos de dez anos que continuam a explorar a fórmula tentatória com nuances diversas, mas sempre para atacar algum inimigo político contemporâneo – seja a União Europeia, seja o “igualitarismo”, seja a inveja, de certa forma... Mas sobretudo a esquerda, que opta por alhear-se da discussão e disputa de algumas categorias.

O último livro mencionado foi lançado em 2014 por Michèle Alliot-Marie, deputada europeia e que, entre 1993 e 2011, ocupou os cargos de ministra da Juventude e Esporte, da Defesa, da “Casa Civil” (Intérieur), da Justiça e de Relações Exteriores.

Naquela triste França sob Hollande, Alliot-Marie sentenciava que

por trás dos discursos emolientes do presidente, que tenta apaziguar as críticas mais violentas, a realidade cotidiana é de endurecimento das bases ideológicas e da engrenagem. É preciso manter a máquina estatal a qualquer preço. É preciso minimizar a expressão pública de contestação. É preciso inverter a marcha, aparentemente inexorável, rumo à derrota eleitoral, mesmo se, para isso, seja necessário esquecer as regras da democracia. É quando desponta a tentação totalitária da esquerda.¹⁷⁵

Sabemos como terminou esse capítulo da história.

À época de sua publicação, o livro *Tentação totalitária* do jornalista francês Jean-François Revel recebeu resenha de Paul E. Sigmund, da qual traduzimos excertos:

Um ataque oportuno à tendência da esquerda europeia de criticar as falhas do Oeste – especialmente dos EUA – ao mesmo tempo em que defende ou ignora os males muito mais graves dos regimes ditatoriais marxistas.

É oportuno porque existe a possibilidade de que partidos comu-

175. M. Alliot-Marie. *La tentation totalitaire de la gauche*.

nistas participem de coalizões governamentais na França e na Itália (como já participaram, coisa frequentemente esquecida, por muitos anos após a IIGM).

No entanto, o argumento do livro é na realidade a imagem espelhada do tipo de duplipensar que ele critica. (...) Revel se diz socialista e argumenta brevemente que a social-democracia é tanto inevitável como justa, mas seu livro trata muito mais de atacar o comunismo que de defender o socialismo. A maior parte do livro se dedica a atacar as tendências inevitavelmente monolíticas, totalitárias e ditatoriais inerentes a todos os regimes comunistas e ao próprio marxismo. O capitalismo pode evoluir para o socialismo porque é compatível com a democracia, mas o comunismo é necessariamente “stalinista”, contrário aos trabalhadores e ineficiente do ponto de vista econômico.

Se Revel tivesse gastado algum tempo analisando Marx (e Lênin) e a experiência de marxistas no poder, poderia ter usado esses fatos em favor do seu argumento. Infelizmente, no entanto, o autor mobiliza três casos como prova principal – Portugal, Peru e Chile –, nos quais o papel do partido comunista não era central e que ele retrata com viés tão unilateral quanto os intelectuais europeus que critica.

Após se dizer incapaz de uma análise mais profunda do caso português, o resenhista aponta diversas simplificações estereotipadas, escolhas enviesadas, omissões e distorções de má-fé nos estudos de Revel sobre Peru e Chile para concluir que a questão sobre se comunistas e marxistas sempre e em todo lugar serão inevitavelmente levados a adotar um centralismo burocrático e ditatorial pela “tentação totalitária” ficou pelo menos em aberto.

O próprio partido social-democrata de Marx evoluiu para uma aceitação plena da democracia parlamentar, Dubcek deu passos em direção a uma forma de comunismo mais libertária na Tchecoslováquia antes da intervenção russa e é possível que, com o tempo, possamos observar uma evolução similar nos partidos comunistas ocidentais quando eles forem sucumbindo a uma outra tentação, a “*tentação democrática*”.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *De magistro*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)
- _____. *Dos bens do matrimônio: A Santa Virgindade*. São Paulo: Paulus, 2004.
- ALLIOT-MARIE, Michèle. *La tentation totalitaire de la gauche*. Paris: Plon, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANDERSON, Perry. *Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANGLADA, Camille. “De la révolution prolétarienne aux révoltes démocratiques (1966-1974): une étude de la mouvance maoïste française”. In: *Histoire*. 2016. Disponível em: <<https://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-01400337/document>>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- ARON, Raymond. *L’Opium des intellectuels* (1955), edition Agora, Paris, 1986.
- BÉCARD, Thomas. “Apostrophes” en 1977, l’émission qui rendit André Glucksmann et BHL célèbres, Téléràma, 10/11/2015. Disponível em: <<http://television.telerrama.fr/television/apostrophes-en-1977-l-emission-qui-rendit-andre-glucksmann-et-bhl-celebres,133946.php>>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- BENSAÏD, Daniel. “The crisis of French Marxism”, in: *International Marxist Review*, n. 14. 1992. Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article2215>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- BONELLI, Laurent. Quand Pierre Rosanvallon fustige um “deficit de compréhension”, in: *Le Monde Diplomatique*, maio de 2006. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2006/05/BONELLI/13430>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- BRUN, Éric. *Les situationnistes, Une avant-garde totale*. Paris: CNRS Éditions, 2014.
- CARVALHO, Rodrigo. “Althusser e a questão da atualidade da hegemonia”. In: II Seminário Comunicação na Sociedade do Espetáculo, 5 e 6 out. 2007. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.

- CENTRAL Intelligence Agency. Office of European Analysis, Freedom of Information Act (FOIA) Library. *France: Defection of the leftist intellectuals*, 12/1985. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readin-groom/docs/CIA-RDP86S00588R000300380001-5.PDF>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- CHARAUDEAU, P. “Pathos”. In: _____; MANGUENEAU, D. (Orgs.) *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. “Une problématisation discursive de l’émotion: a propos des effets de pathémisation dans la télévision”. In: PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. 102 *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.7, n.1 (88-102), jan-jun, 2010 (Orgs.) *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- CHRISTOFFERSON, Michael-Scott. *Les intellectuels contre la gauche : L’idéologie antitotalitaire en France (1968-1981)* [French Intellectuals Against the Left: The Antitotalitarian Moment of the 1970’s. Agone, Paris, 2009.
- _____. “May 1968’s Black Sheep”, in: *Jacobin Magazine*, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2015/12/andre-glucksmann-foucault-nouveaux-philosophes-christofferson-french-new-left-may-1968>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- COCHEZ, Pierre. “Grâce à l’” Île de Lumière “, dès milliers de Vietnamiens ont reconstruit leur vie”, in: *La Croix*, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Grace-a-l-Ile-de-Lumiere-des-milliers-de-Vietnamiens-ont-reconstruit-leur-vie-2013-08-08-996240>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- CORCUFF, Philippe. “Actualité de la philosophie politique de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) - (II) - Politique et histoire”, in: *Mediapart*, jan. 2009. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/philippe-corcuff/blog/070109/actualite-de-la-philosophie-politique-de-maurice-merleau-ponty-1908-1961-ii-politique-et-histo>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- COUTO, Edvaldo Souza & ROCHA, Telma Brito (org.) *A vida no Orkut – narrativas e aprendizagens nas redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/4999/1/a%20vida%20no%20orkut_RI.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.

- DENORD, François. *Néo-libéralisme version française: Histoire d'une idéologie politique*. Éditions Demopolis, Paris, 2007.
- DINIZ, Talita Rampazzo. "O que guia o maior jornal do Brasil: a visão editorial da *Folha de S.Paulo*", in: XVº Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP da SPBJor, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/818/500>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- FARIAS, Anelilde Maria de Lima. *O gênero e-forum do Orkut: um instrumento de desenvolvimento da argumentatividade*. Pós-graduação (Dissertação). UFPE, Pernambuco, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7667/arquivo452_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- FULLA, Mathieu. "“Chronologie”, Les socialistes français et l'économie (1944-1981). Une histoire économique du politique". In: _____ (Org). *Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P)*, Paris, 2016, pp. 419-428. Disponível em: <<http://www.cairn.info/les-socialistes-francais-et-l-economie--9782724618600-page-419.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- GARO, Isabelle. "Entre démocratie sauvage et barbarie marchande. À propos de Le Temps présent, Écrits 1945-2005 de Claude Lefort", in: *La Revue internationale des livres et des idées*, n. 3, jan.-fev. 2008.
- GARRISON, Jim. "Dewey's Theory of Emotions: The Unity of Thought and Emotion in Naturalistic Functional "Co-Ordination" of Behavior", in: *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 39, n. 3, 2003.
- GAUCHET, Marcel; NORA, Pierre; HOLLANDE, François. "Une France fraternelle", in: *Le Débat*, n. 191, set.-out. 2016.
- GAUCHET, Marcel. *Les idées en France*. Paris: Folio, 1989.
- GLUCKSMANN, André. "Liberté, Égalité, Fraternité", in: *Fondapol*, Paris, maio 2011. Disponível em: <<http://www.fondapol.org/wp-content/uploads/2011/05/Andre-GLUCKSMAN-Note.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- GOT, Olivier. "Histoire 'Du mot scandale'", in: *Sigila*, n. 33, prim.-verão 2014.

- GUÉRIN, Cédric. Anarchisme français de 1950 à 1970, Mémoire de Maitrise: Histoire contemporaine: Lille 3 : 2000. Villeneuve d'Ascq, Dactylogramme, 2000.
- HENRI-LEVY, Bernard. *American Vertigo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOURMANT, François. “Le désenchantement des clercs – Figures de l’intellectuel dans l’après-Mai 68”, in: *Presses universitaires de Rennes*, Rennes, 1997.
- HUTCHINSON, William. “Media, government and manipulation: the case of the two Gulf Wars”, in: *Proceedings of the 9th Australian Information Warfare and Security Conference*, Edith Cowan University, Perth Western Australia, 1/12/2008.
- KE, Jing. “Did the US media reflect the reality of the Kosovo war in an Objective Manner?”, in: *Intercultural Communication Studies Review*, I 2008. Disponível em: <<http://web.uri.edu/iaics/files/16-Jing-Ke.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- KEEN, Andrew. *O culto do amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. In: *Cad. AEL*, v.8, n.14/15, 2001.
- LAURENT, Vincent. “Enquête sur la Fondation Saint-Simon: les architectes du social-libéralisme”, in: *Le Monde diplomatique* (set. 1998). Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/09/LAURENT/10967.html>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- LEDO, Amanda Cavalcante & PEIXOTO, Thaís Soares. “Gêneros digitais: possibilidades de interação no Orkut”, in: *Ao pé da letra*, v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedaletra/article/view/231744>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- LEFORT, Claude. *Écrire à l'épreuve du politique*, Camann-Lévy, 1992, p. 11-12 (tradução livre).
- _____. *et al.* “À l'épreuve du politique. Dialogue entre Claude Lefort ET Pierre Rosanvallon”, in: *Esprit* dez. 2011/12, p. 17-31.

- LIMA, Renato Brasileiro. *Legislação criminal especial comentada*, Editora Juspodivm, 2014, p.481/484 (op. cit.).
- LOSURDO, Domenico. *Le révisionnisme en histoire*. Problèmes et mythes. Paris, Albin Michel, 2006.
- _____. “Pour une critique de La catégorie de totalitarisme”, in: *Actuel Marx* 2004/1 (n°35) Presses Universitaires de France.
- MAZAURIC, Claude. “Aux sources de la droitisation de l’intelligentsia française”, in: *L’Humanité*, 9 out. 2009. Disponível em: <<http://www.humanite.fr/node/425292>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- MESTROVIC, Stjepan. *Postemotional Society*, SAGE Publications, Londres, 1997.
- _____. *Genocide after emotion: The post-Emotional Balkan War*, Routledge, Nova Iorque, 2005.
- NODÉ-LANGLOIS, Michel. “La politique Lidée de bien commun”, in: *Philopsis*, 2013. Disponível em: <http://www.philopsis.fr/IMG/pdf_politique_bien_commun_node-langlois.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- PADIS, Marc-Olivier. “68, au-delà des générations”, in: *Esprit*, maio 2008, p. 29-33.
- PASCAL, Perrineau. “Glucksmann (Andre) - La cuisinière et le mangeur d’hommes, Essai sur l’Etat, le marxisme, les camps de concentration”. In: *Revue française de science politique*, 26 année, n.2, 1976. pp. 324-327. Disponível em: <www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1976_num_26_2_418236_t1_0324_0000_002>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- PÉCRESSÉ, Jean-Francis. “MSF, une vie de révoltes”, in: *Les Échos*, 20/12/2001. Disponível em: <https://www.lesechos.fr/20/12/2001/LesEchos/18556-174-ECH_msf--une-vie-de-revoltes.htm>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. *Informação e sociabilidade nas comunidades virtuais: um estudo sobre o Orkut*”, 2013. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3368/2494>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

- PLATONE, François; RANGER, Jean. “L’échec Du Parti Communiste français aux élections Du printemps 1981”, in: *Revue Française de science politique*, v. 31, 1981. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1981_num_31_5_393989>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- RAVIGNANT, Patrick. L’Odéon est ouvert. Paris, Stock, 1968. In: LOYER, Emmanuelle. *Mai 68 dans le texte*. Bruxelles, Complexe, coleção De source sûre, 2008.
- RIFFATERRE, Michael. *Essais de stylistique structurale*. Paris: Flammarion, 1970.
- SALLES, Jean-Paul. *La Ligue communiste révolutionnaire (1968-1981): Instrument du Grand Soir ou lieu d’apprentissage?* Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2005. Acesso em: <<http://books.openedition.org/pur/21289>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- SHAMPO, Marc A. & KYLE, Robert A. “Bernard Kouchner – Founder of Doctors Without Borders”, in: *Mayo Clinic Proceedings* 86.1, 2011.
- STEWART Iain. “Rethinking the ‘French Liberal Revival’”, in: *New Directions in French History*, nov. 2015. Disponível em: <<http://frenchhistorysociety.co.uk/blog/?p=670>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- STEWART, Iain. *Raymond Aron and the roots of the French liberal Renaissance*. Doutorado (tese), Universidade de Manchester, 2011. Disponível em: <https://www.research.manchester.ac.uk/portal/files/54512191/FULL_TEXT.PDF>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- TÉTU, Jean-François. “L’émotion dans les médias: dispositifs, formes et figures”, in: Mots. Les langages du politique [En ligne], 75 | 2004. Disponível em: <<http://mots.revues.org/2843>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- USA Government. 107th Congress Public Law 56, *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*. U.S. Government Printing Office, 26/10/2001. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/html/PLAW-107publ56.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- VANEIGEM, Raoul. *Traité de savoir-vivre à l’usage des jeunes générations*, Paris, Gallimard, 1967. In: BRUN, Éric. *Les situationnistes, Une avant-garde totale*, Paris, CNRS Éditions, 2014.

- VION-DURY, Juliette; BRUNEL, Pierre. *Dictionnaire des mythes du fantastique*, Presses Univ. de Limoges, 2003.
- WEILL, Nicolas. “Rétrocontroverse: 1977, les ‘nouveaux philosophes’”, in: *Le Monde*, 23/7/2007. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2007/07/23/retrocontroverse-1977-les-nouveaux-philosophes_938320_3232.html>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1961.

CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Mariana Dutra Teixeira

A experiência da cidade de Canoas/RS
2009-2012/2013-2016

Introdução

O Brasil vive uma turbulenta crise social, política e econômica. O impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016 escancarou a crise¹, configurou um golpe de Estado e tem colocando em caloroso debate público e acadêmico a democracia brasileira. O novo governo tem apresentado e aprovado políticas que alteram as condições de realização de direitos estruturantes da cidadania, como as Propostas de Emendas Complementares (PEC) do Teto dos Gastos Públicos², da Reforma das Leis Trabalhistas³ e da Reforma da Previdência.

Internacionalmente a crise não é menor. As migrações por refúgio de guerra são escandalosas, levando a reações muito conservadoras nas principais potências políticas e econômicas do mundo. Estados Unidos, Inglaterra e França⁴ elegeram os líderes mais conservadores do último ciclo

-
1. Recomenda-se a leitura do livro *A radiografia do golpe*, do sociólogo Jessé de Souza, no qual descreve sobre os processos sociais que levaram ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016.
 2. As consequências destas reformas ainda estão sendo analisadas e debatidas por especialistas de diversos campos. O texto da reforma pode ser consultado em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso: 29 set. 2017.
 3. Clemente Lúcio, diretor do DIEESE, apresentou na plataforma Brasil Debate, em setembro de 2017, um estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre como as reformas trabalhistas que ocorreram em 110 países de 2008 a 2014, desregulamentaram as relações de trabalho, diminuindo as massas salariais e o consumo interno. Assim, deprimindo as economias e aprofundando ainda mais a crise nestes países. O texto da reforma pode ser consultado: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>>. Acesso: 29 set. 2017.
 4. Os processos eleitorais foram polarizados entre forças políticas liberais e conservadoras. Em todas o liberalismo venceu: Estados Unidos com o republicano Donald Trump, conhecido por seus posicionamentos machistas, racistas e xenófobos (Caderno mundo, G1, novembro, 2016) na França com o empresário ultraliberal

histórico, e com elas suas plataformas políticas de austeridade, que sacrificam os direitos e políticas sociais para salvar o mercado financeiro⁵.

Em meio ao caos político, a crise econômica⁶ se aprofunda gerando um grande conflito civilizatório. Neste contexto, reavaliar os pressupostos teóricos que fundamentam os projetos políticos se faz necessário. Um destes fundamentos teóricos é a categoria cidadania, investigada neste estudo.

Esta dissertação é continuidade da pesquisa “Da cidadania formal para a cidadania real – Estudo de caso da comunidade Vila Nova” (DUTRA, 2016) escrita para conclusão de graduação em Ciências Sociais, na qual foram pesquisadas as representações sociais sobre o conceito de cidadania. Na monografia, publicada em forma de artigo no Seminário Nacional de Sociologia e Política (2016)⁷, foi investigado o conceito de cidadania nas políticas públicas e como seus beneficiários, no caso da política de habitação de interesse social, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), absorveram tal conceito. Foi possível concluir que existe uma cidadania formal, instrumentalizada pelas políticas públicas, mas que existe também o que se chamou de cidadania real, que remete ao sentido de pertencimento, de reconhecimento social que os beneficiários do MCMV entrevistados, reivindicavam do Estado.

Para elas, as entrevistadas, a cidadania se realizaria quando os agentes públicos os tratassem como sujeitos de direitos, não recebedores de benesses. Estas entrevistas confrontaram a hipótese central que apontou para a consolidação da noção de cidadania, à medida em que em acessavam aos direitos sociais de moradia, educação, transporte e saúde.

(*El País*, julho, 2017), Emmanuel Macron do En Marche, e, com a indicação da premier inglesa do Partido Conservador Theresa May, conhecida como a “nova Thatcher” (*BBC*, julho 2016).

5. Sobre isto falaremos mais na seção “Os limites da realização da cidadania”.
6. Algumas publicações que analisam a conjuntura já estão sendo lançadas. Entre tantas, recomenda-se: D. Levy, *A crise do Neoliberalismo*; e S. Mihm, *A economia das Crises*.
7. Artigo deste trabalho foi publicado nos *anais* do VIII Congresso Brasileiro de Sociologia Política, disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/>>. Acesso: 29 set. 2017.

Foi possível observar que quanto mais a comunidade tinha que reivindicar estes direitos, mais sentia-se negada a sua cidadania, pois tinha que lutar muito pelo o que deveria ser garantido a todas as pessoas.

Essa crítica alcançada na monografia mostrou que existem noções diversas para concepção de cidadania. Se por um lado, a partir de levantamentos bibliográficos, nota-se uma equalização entre cidadania e políticas sociais, por outro nota-se uma cidadania mais ligada à cultura política, e é esta investigação que continua nesta dissertação, mas agora, partindo de um outro lugar de pesquisa.

A primeira mudança está no tempo histórico⁸ que acompanha a redação deste estudo. A crise política confrontou e atravessou o objeto aqui investigado e também a própria investigadora. Por muitas vezes, o texto teve que ser colocado de lado, para que um novo enfrentamento político entrasse em cena e abalasse pressupostos teóricos que alguns autores apontavam como consolidados. A começar pela própria democracia brasileira, que alguns intelectuais⁹ indicavam para uma consolidação das instituições, mas que a dinâmica social destes dias colocou em profunda crise.

Tal conjuntura não pode ser minimizada e acabou por limitar as considerações a serem feitas, pois o ciclo político iniciado no impedimento da presidenta Dilma ainda está em aberto, e provoca importantes mudanças estruturais na política brasileira.

Apesar de ser um processo em curso, esta crise possibilita uma análise crítica sobre concepções que orientaram as práticas políticas experienciadas. E esta é a segunda “mudança de lugar”, em relação à monografia, cuja prática política do gestor público não é mais tomada a partir de uma política federal, mas em nível municipal.

Investiga-se aqui, do ponto de vista do gestor, como a concepção de cidadania se apresenta nas cidades. *Assim, o objeto deste estudo problematiza o conceito de cidadania, tomando-o como concepção que orientou a experiência progressista*

8. Este tempo histórico tem sido avaliado como uma ruptura da ordem democrática e um “Estado de exceção”, conceito elaborado pelo historiador Agambem (2004) para explicar como “O Estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”.

9. A exemplo, o texto “Dilemas da Democracia no Brasil”, de Fábio Vanderlei Reis.

*na Cidade de Canoas, localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no estado do Rio Grande do Sul (RS), analisando suas possibilidades, limites, contradições e avanços reais nas gestões municipais de 2009-2012 e 2013-2016*¹⁰.

Este estudo trabalha com a premissa teórica da análise histórica e dialética, na qual os elementos estruturais e culturais se relacionam para explicar a realidade social. Portanto condensamos uma análise bibliográfica observando elementos estruturais da cidadania com entrevistas semiestruturadas, para compreender aspectos mais subjetivos e particulares da experiência aqui investigada.

Parte-se de duas hipóteses centrais provenientes da monografia supracitada. A primeira é baseada na materialização da concepção de cidadania. Entende-se que esta concepção é um conceito abstrato e teórico, mas que se expressa na realidade prática por meio de políticas públicas. A hipótese segunda é que esta concepção orientou governos progressistas que se encontram em crise.

Nesse sentido, pretende-se, por meio da investigação teórica e prática da concepção de cidadania, extrair elementos que contribuam para análise crítica da complicada conjuntura atual.

A concepção de cidadania que assumimos abarca uma compreensão abstrata e concreta. Compreende a dimensão da cultura política – da participação social radicalmente democrática – e também dos direitos sociais, civis e políticos acessados democraticamente por toda a sociedade, como estruturante da concepção. E são estas dimensões que perseguiremos no decorrer da pesquisa.

Assim, os objetivos específicos versam em revisitar o conceito de cidadania, tomando-o como uma noção que orientou, até então, as experiências de governo do campo progressista brasileiro; analisar suas possibilidades, limites, contradições e avanços reais; descrever e refletir sobre uma experiência municipal calcada nesta concepção; e, por fim, tentar apontar quais podem ser seus fundamentos e possibilidades reais para o Brasil no século XXI.

10. Grifo da autora deste estudo.

A investigação foi feita por meio de análise bibliográfica sobre o tema, utilizando publicações do Instituto de Pesquisa da Prefeitura de Canoas – Instituto Canoas XXI – e com resultados de entrevistas semiestruturadas, com o prefeito no exercício destacado, com um gestor da prefeitura e um representante da sociedade civil canoense.

Na primeira seção é apresentada a concepção de cidadania e resgata-se seus fundamentos, problematizando-os. A segunda seção trata dos aspectos contextuais do campo da economia política e dos governos e da implementação da cidadania no Brasil. E, por fim, na terceira seção, analisa-se a experiência das gestões 2009-2012 e 2013-2016 em Canoas/RS.

Cidadania – problematizando o conceito

Como já apresentado na introdução, o objetivo geral desta dissertação é problematizar a concepção de cidadania a partir de uma experiência de gestão municipal. Essa problemática chama a atenção quando se observa que a ideia, o conceito abstrato e a concepção permeiam e justificam diversos e até antagônicos discursos e práticas políticas. Inclusive no campo da esquerda, na qual se situa este trabalho.

Algumas inquietações impulsionaram esta investigação e a primeira delas, até mais a ingênua, era interrogar se a cidadania poderia ser uma concepção maior que as diferenças ideológicas dos campos políticos, ou se ela também tem um significado em disputa. Se a concepção de cidadania foi tomada como referencial teórico para a gestão de governos progressistas¹¹, como o caso da gestão do prefeito Jairo Jorge, na cidade de Canoas/RS, nos períodos de 2009-2012 e 2013-2016, e como ela se materializou na gestão.

A socióloga Dagnino (2004), em seu livro *Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* aponta como os mesmos conceitos podem carregar significados diferentes, até antagônicos entre si. Assumir certas

11. O livro *A cidadania na Cidade*, organizado pelo professor Eduardo Tadeu Pereira, faz uma avaliação neste sentido ao averiguar a experiência que na cidade de Várzea Paulista, quando foi prefeito. Para ele, a cidadania tem seu significado ao longo da história caracterizado pela participação social, a cidadania como participação social, configura uma cidadania ativa (2013, p. 9).

concepções “na” e “da” política, como significados dados, prontos, é um equívoco. A autora mostra a necessidade de problematizar estes conceitos e, ao fazer isto, revela o que chama de “confluência perversa dos discursos” (DAGNINO, 2004), pois projetos políticos diferentes se ancoram nos mesmos conceitos, como sociedade civil, participação social e cidadania. Assim, se faz necessário problematizar estes conceitos e disputar os seus significados.

A concepção de cidadania se tornou uma ideia popularmente naturalizada sobre a igualdade jurídica de direitos. Um status de igualdade de todas as pessoas diante do Estado.

Entretanto, ao observar criticamente a realidade social, desnaturaliza-se esta concepção. O fato de as pessoas terem igualdade de direitos não garante sequer que todas acessem estes direitos ou que tenham participação no Estado. Desta forma, percebe-se que um projeto de Estado também está imbricado nos possíveis significados da cidadania.

O Estado, nessa concepção de cidadania como um marco de direitos a todas as pessoas, tem um papel de garantir o acesso comum aos bens materiais e imateriais socialmente construídos. Entretanto, nota-se que na prática as desigualdades sociais econômicas e políticas são uma constante¹² na história e não são superadas com este marco legal.

No Brasil, o esforço público de reduzir estas desigualdades, foi feito nos governos Lula (PT) – 2002-2005/ 2006-2009 – e Dilma (PT) – 2010-2013/ 2014-2016 –¹³, evidenciando a disputa política que existe para dar materialidade aos direitos da cidadania. Esta disputa política agravou-se em uma crise política, levando ao impedimento da presidenta da República e o desmonte do projeto político de Estado eleito nas urnas.

12. O arsenal de pesquisas sobre as desigualdades sociais do país é enorme. Aqui tomamos como referência a publicação organizada por Marta Arretche: *Trajelória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, onde os autores apontam as estruturas de desigualdade de renda, educação e participação política no Brasil.

13. Não aprofundaremos esta discussão pois extrapola o recorte conceitual que aqui objetiva-se alcançar. Mas, para compreender o impacto destes governos, recomenda-se a leitura do livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil – Lula e Dilma*. Disponível em: http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/livro1.php>. Acesso em 29 set. 2017.

Nesse contexto, desnaturalizar a concepção de que a cidadania é um fato dado é o primeiro passo dessa seção, que busca a origem, o conceito e traça seus fundamentos teóricos.

Fundamentos teóricos

Para tal, os autores que apresentaremos a seguir são reconhecidos no campo das Ciências Sociais por estudar a cidadania, tanto em uma abordagem metodológica da sociologia compreensão¹⁴, destacando as causalidades e regularidades na história da formação da cidadania, como também na abordagem da metodologia do materialismo histórico¹⁵, que explora as contradições neste processo.

No primeiro campo estão Marshall (1950) e Carvalho (2002) e, no segundo campo está Coutinho (1999). Assim, recupera-se a análise clássica de T.S. Marshall (1950), aplicando sua metodologia na história do Brasil, com José Murilo de Carvalho (2002), e confronta esta perspectiva com a interpretação crítica de Nelson Coutinho (1999), delineando outras perspectivas contemporâneas com Augusto Jr. Clemente (2015).

Nelson Coutinho (1999), cientista político da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recupera a história da concepção da cidadania e aponta suas raízes na Grécia clássica (séculos IV – V), quando a possibilidade de participação da esfera pública, das decisões ou execuções sobre ela, se estendeu para além da aristocracia e passou a incluir proprietários de terras e comerciantes.

Esse movimento representa o início do direito político, dentro do momento histórico que a política começou a se democratizar. Ainda não

14. Este nosso entendimento se dá pois compreendemos que os autores traçam, em suas análises, uma representação da sociedade como resultado da ação dos indivíduos, construindo um sentido para o resultado destas ações em que mais importa o resultado em si do que o processo. Nos parece que este modelo de análise é da sociologia weberiana, inaugurada por Max Weber (1864-1920).

15. Compreendemos que o materialismo histórico dialético é reconhecido como método que toma a contradição, os fatos sociais que entram em conflito entre si, como foco da análise, importante tanto quanto seu resultado. Estes fatos em conflito são as lutas entre as classes sociais. O pensamento de Karl Marx (1818 – 1883) é o expoente deste Método de Análise.

universalmente, mas foi neste período que alguns – para além da aristocracia – tiveram, socialmente, a primeira experiência de participação social.

Com a modernidade, outras dimensões de direitos surgiram e se institucionalizaram, incorporando as perspectivas individuais e sociais na concepção de cidadania. Surge a noção dos direitos individuais, mais precisamente com pensamento que John Locke, no século XVII, inaugurou. O pensamento filosófico se abre para novas possibilidades de direitos e deveres que seriam naturais para todas as pessoas e, portanto, deveriam ser incorporados pelo Estado Moderno, para dar conta desta nova forma de pensar e de agir coletivamente.

A principal argumentação desse pensador e do pensamento social dominante deste período é sobre a propriedade individual. Seja propriedade da vida, da liberdade pessoal, mas, principalmente, da propriedade material privada. Este direito civil e individual de propriedade deve ser garantido pelo Estado, que deve proteger esta propriedade da ameaça natural que uma pessoa exerce sobre a outra.

Tal pensamento revolucionou o momento histórico, enfrentando a desigualdade estamental e feudal do absolutismo, e consolidou a classe burguesa. No decorrer da história¹⁶, a burguesia que revolucionou a sociedade feudal por uma participação política econômica mais autônoma na sociedade e acabou por criar novos paradigmas de dominação, mantendo as estruturas das desigualdades sociais.

Portanto, é possível concluir que o pensamento burguês e liberal do jusnaturalismo, ideia de igualdade natural entre todas as pessoas, tem um equívoco de origem: “os direitos não são fenômenos naturais, mas sim, sociais”. São demandas, expectativas de grupos ou classes sociais em que, num dado momento histórico, se realizam quando passam a ser “assumidos pelas instituições” de poder. (COUTINHO, 1999)

Esta análise histórica de como os fenômenos sociais passam a incorporar direitos e são assumidos por instituições de poder do Estado Moderno

16. Sobre esta abordagem da história, recomendamos a leitura do texto publicado pelo procurador do estado de São Paulo, José Damião Trindade, em que o autor discorre sobre este método de interpretação da história: “História social dos direitos humanos”.

é feita pelo teórico britânico T.S. Marshall, e está exposta na obra *Cidadania, classe social e status* (1950). Nela, o autor persegue a problemática de como a sociedade inglesa desenvolveu o capitalismo mantendo certa estabilidade e coesão social. Podemos resumir que o centro de sua análise está na apresentação que faz sobre como a experiência inglesa implementou instrumentos, direitos e instituições de igualdade social para equilibrar as desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista.

O próprio desenvolvimento do Estado Nação é um marco de igualdade, pois só é possível ter igualdade dentro de padrões comuns, e o marco geográfico da formação de uma nação é o primeiro elemento para esta normatização.

A instituição das liberdades individuais, importantes para a consolidação do capitalismo, se dá no século XVIII com os direitos civis e o surgimento dos tribunais de justiça e do poder judiciário. No século XIX, a participação política é ampliada, tanto para votar como para se candidatar, ser votado e, assim, compor os quadros do Estado. O direito político passa por uma revolução neste período com o surgimento do poder legislativo, democratizando o parlamento.

Os direitos civis seriam o primeiro elemento da cidadania. Os direitos políticos, o segundo. Já o terceiro fala da democratização de toda a sociedade, não só da participação política, mas da possibilidade de acessar as riquezas socialmente construídas, desde o mínimo de bem-estar social, até a partilha da herança social. São os direitos que se consolidam por meio dos sistemas de seguridade social no poder executivo.

Com esta finalidade de dividir a cidadania em três elementos: civil, político e social. Tentei demonstrar que os direitos civis surgiram em primeiro lugar e se estabeleceram de um modo um tanto semelhante à forma moderna que assumiram antes da entrada em vigor da primeira Lei de Reforma, em 1832. Os direitos políticos se seguiram aos civis, e a ampliação deles foi uma das principais características do século XIX, embora o princípio da cidadania político universal não tenha sido reconhecido senão em 1918. Os direitos sociais, por outro lado, quase que desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos da cidadania. (MARSHALL, 1950, p. 75)

O autor aponta essa tipologia, a tríade de direitos e instituições e o Estado Democrático de Direito, como os componentes da cidadania. Assim, é possível compreender a cidadania em seu significado moderno, a partir do reconhecimento dos direitos e da instauração de instituições responsáveis por eles. Marshall observa que tal cidadania diminui as diferenças entre as classes por meio do status de igualdade, que concede aos indivíduos, à medida em que têm condições de acessar os três tipos de direitos.

O Estado garante o mínimo de certos bens e serviços essenciais (tais como assistência médica, moradia, educação, ou uma renda nominal mínima ou salário mínimo) [...] Qualquer pessoa capaz de ultrapassar o mínimo garantido por suas qualidades próprias está livre para fazê-lo [...] Eleva o nível inferior, mas não limita automaticamente a superestrutura. (MARSHALL, 1950, p. 93)

É importante salientar que o autor aponta que há um conflito entre igualdade e liberdade, que é constitutivo nesse processo formativo da cidadania. Considera também, como pressuposto nesse processo, que há uma igualdade ontológica nos indivíduos, o que acaba por impulsionar o desenvolvimento do capitalismo.

Cabe então à cidadania diminuir as desigualdades geradas pelas classes quando tem em seu ideário, não a extinção destas classes, mas sim a igualdade possível entre elas (MARSHALL, 1967).

Marshall conclui que a cidadania propõe um progresso social a partir dos direitos civis (liberdades individuais) e não dos direitos sociais (mínimo de bem-estar comum), mantendo o que o autor chama de unidade social. A partir deste entendimento, a civilização torna-se um patrimônio comum para o indivíduo e com leis comuns a todos. Todos têm voz na cidadania moderna: cada voto é uma voz.

Esta análise de Marshall (1967) se consolidou como uma referência para a compreensão da cidadania contemporânea. As três dimensões de direitos: direitos civis, sociais e políticos passam a configurar um marco analítico para compreender a cidadania. Para entender como esta concepção se realiza na prática nas gestões municipais supracitadas da cidade de Canoas/RS, este estudo reproduz um ponto de vista de como estes direitos da cidadania se realizaram na história do Brasil.

Para pensar a realidade brasileira, recorre-se a José Murilo de Carvalho em sua pesquisa *Cidadania no Brasil – um longo caminho* (2013), pois o autor recupera a teoria de Marshall, partindo da mesma noção de que cidadania é um fenômeno histórico de direitos, e os busca na história do Brasil fazendo sua tipologia, desde a colônia até a sua redemocratização.

De antemão, introduz que “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente talvez inatingível” (CARVALHO, 2013, p. 9).

Ele explica que no caso brasileiro, ao contrário da Inglaterra, o primeiro conjunto de direitos que se desenvolveu foram os sociais. Considerando que os mesmos foram implementados na era do governo de Vargas, fortemente marcado por um período onde os direitos políticos foram suprimidos e os civis reduzidos por seu governo ditador, que se tornou popular. Aqui, a tríade dos direitos foi colocada ao contrário.

Na Inglaterra a sequência histórica foi o surgimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e por fim os direitos sociais, fortalecendo assim uma lógica democrática (CARVALHO, 2013), pois as liberdades individuais consolidaram um sistema judiciário independente do poder executivo. Com o desenvolvimento dos direitos políticos, o parlamento democraticamente eleito implementou políticas sociais materializando assim os direitos sociais, enfrentando a polêmica que acusava – pensamento ainda presente na atualidade – um choque entre a liberdade de trabalho e a livre competição com a seguridade social implementada pelos direitos sociais.

Carvalho (2013), observa que esta sequência histórica que Marshall (1967) aponta sobre a Inglaterra é importante e se difere do caso brasileiro. O autor destaca como o desenvolvimento dos direitos sociais se deu a partir da democratização do parlamento inglês. Com a chegada de representantes de trabalhadores no parlamento, suas demandas passaram a fazer parte da instituição, e os direitos sociais para o povo trabalhador passou a existir. Este movimento democrático na política inglesa foi um elemento condutor para a formação de seu Estado Social.

Já no Brasil, a história política da democracia foi bem diferente e, portanto, gerou um processo histórico de constituição da cidadania relativamente invertido, se comparado ao inglês.

Carvalho (2013) aponta como as ditaduras aqui vividas suspenderam e limitaram os direitos políticos e deram aos direitos sociais um caráter paternalista, populista, fragilizando a visão de que são frutos de reivindicações da sociedade civil.

Os direitos políticos durante o regime militar (1964-1980) tiveram muitas restrições no que tange aos partidos políticos que eram apenas dois: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que representava os interesses do governo militar no poder e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agregava todos os opositores ao regime militar, iniciado em 1964. Na redemocratização houve aumento expressivo do número de partidos, mas outros problemas de representação política foram herdados da ditadura militar, como a distorção regional da representação parlamentar, mas, sobretudo, a herança mais marcante foi a desvalorização da democracia representativa.

Carvalho entende que esta falta de engajamento cívico brasileiro é consequência da permanência dos problemas morais da política, sobretudo a corrupção, que mesmo com alternância de governos é constante¹⁷.

A Constituição de 1988 vem assegurar o direito civil negado pela ditadura militar: a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, ampliada com o direito a qualquer cidadão de solicitar ao governo informações que estejam nos registros públicos.

É importante destacar também que é na Constituição de 1988 que o racismo e a tortura – práticas latentes em nossa história política e social – são definidos como crime. É nela também que o consumidor passa a ter direitos garantidos em lei, e a dimensão dos Direitos Humanos é incorporada.

Para o Carvalho (2013), os direitos civis são os mais frágeis, pois são pouco conhecidos e menos ainda garantidos à maioria da população, visto

17. Apesar de ser muito recente, não podemos deixar de comentar sobre a operação Lava Jato, que tem como objetivo acabar com a corrupção no país. A operação tem evidenciado o caráter corrupto estruturante do legislativo, mas nada tem feito para mudar esta estrutura, e alguns autores apontam como ela não passa de um instrumento da elite financeira para atacar políticos que representam o projeto mais popular para o Brasil, a começar pelo seu maior acusado, o presidente Lula. Alguns livros já foram publicados sobre o tema: J. de Souza, *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*; e C. Proner (org.), *Comentários a uma sentença anunciada – o processo Lula*.

que a justiça é quase inacessível aos pobres que não têm como pagar os custos judiciais ou de um advogado. As defensorias públicas são sucateadas.

Entendesse, então, a descrença da população na justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para os ricos, ou antes, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos. (CARVALHO, 2013, p. 214)

Ao discutir os direitos sociais, o autor os define como direitos sempre em ameaça. Os principais direitos definidos até redemocratização foram: salário mínimo, aposentadoria mínima, aposentadoria a não contribuintes, para pessoas deficientes e com mais de 65 anos de idade, além da licença paternidade. Na medida em que estes direitos se efetivaram, houve mudanças na realidade brasileira: de 1980 a 1999 melhoraram os indicadores básicos da qualidade de vida, como a mortalidade infantil, a expectativa de vida e a educação fundamental. Mas o grande problema que assola o país recai sobre a desigualdade social, que tem uma marca racial e regional (CARVALHO, 2013). Ou seja, as regiões Norte e Nordeste são as mais pobres frente à concentração de renda presente no Sul e Sudeste.

Os direitos sociais foram majoritariamente conquistados durante a Ditadura Militar, caracterizando o presidente da República e o Estado em si, como os grandes defensores das políticas sociais.

O poder Legislativo, que na ditadura militar teve a diluição do Congresso Nacional, não teve participação ativa e direta nas conquistas, perdendo assim o seu valor de representação na cultura política brasileira. Segundo Carvalho (2013), ao chefe da nação é atribuído um valor quase messiânico, “essa cultura orienta-se mais para o Estado do que para a representação que chamamos de ‘estadania’, em contraste com a cidadania” (CARVALHO, 2013, p. 221). A consequência é o desgaste com os processos da democracia em que o sistema legislativo é desprestigiado, causando um impacto direto nos direitos sociais.

Politicamente, a sociedade civil aposta no poder Executivo, mas subestima e até desconhece as outras instituições. Tal fato pode ser observado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constituída com os interesses das categorias mais organizadas. “O papel dos legisladores reduz para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo.” (CARVALHO, 2013, p. 223).

O professor da Fundação Perseu Abramo (FPA), Luiz Vitagliano (2017), em artigo publicado na plataforma Brasil Debate¹⁸, aponta que atualmente o país atravessa uma gravíssima crise política, em que mais uma vez a história nacional é marcada por uma desvalorização dos direitos políticos, com ataques aos direitos sociais e uma crescente acessão do autoritarismo. A instabilidade das instituições democráticas tem se tornado um fato recorrente na história. O impedimento de Dilma Rousseff (PT) fez com que a presidência da República fosse dada ao seu vice, Michel Temer (PMDB), que está implementando um programa radicalmente diferente do escolhido nas eleições¹⁹.

Temer tem apresentado e aprovado no Congresso Nacional reformas estruturantes do regime fiscal (PEC 55), colocando um teto nos gastos públicos que na prática limita o financiamento de políticas públicas em áreas importantes como a saúde e a educação. Até a tão valiosa CLT sofreu alterações em seus fundamentos (PL 6786/2016), que eram dados quase como patrimônio da classe trabalhadora. E por fim, a Previdência Social (PL 287/2016) também tem uma reforma em discussão. Diante disso, a crise política continua se agravando e o impedimento do atual presidente, a menos de um ano no poder, também está em discussão²⁰.

Carvalho aponta como a cultura política brasileira e a dimensão participativa da cidadania é desvalorizada. Entende-se que problemas de representação distorcida e a corrupção afastam a participação popular. Sua colocação se faz atual quando diz que “nessa visão, o cidadão se torna cada vez mais um consumidor afastado de preocupações com a política e com os problemas coletivos” (2013, p. 226). O autor conclui sua pesquisa sobre a cidadania no Brasil criticando a grande desigualdade social brasileira. Ele

18. “O paradoxo da crise política e a ascensão autoritária”. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-paradoxo-da-crise-politica-e-a-ascensao-autoritaria/>>. Acesso: 12 abr. 2020.

19. O professor de direito da PUC-SP Rafael Valim explica as implicações jurídicas deste golpe para a reconfiguração do sistema neoliberal em crise. Para entender este processo, recomendamos a leitura de seu livro *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017).

20. Em matéria publicada em junho de 2017, o Jornal *Nexo* levanta que já são 26 pedidos de impeachment do presidente Michel Temer (PMDB) e que, até o momento, apenas um havia sido analisado e o encaminhamento foi de arquivamento.

aponta que há um longo caminho para uma cidadania mais plena e diz que na prática existem tipos diferentes de cidadãos:

Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores”, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social [...] Frequentemente, mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio Judiciário. Esses vínculos permitem que a lei só funcione em seu benefício [...] Ao lado dessa elite privilegiada, existe uma grande massa de “cidadãos simples” [...] São a classe média modesta. [...] Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos e quando a tem carecem dos meios necessários para os fazer valer, como o acesso aos órgãos e autoridades competentes, e os recursos para custear demandas judiciais [...] Finalmente, há os “elementos” do jargão policial, cidadãos de terceira classe [...] Para eles vale apenas o código penal (CARVALHO, 2013, p. 214 - 217)

Nessa passagem entendemos que não é possível compreender a cidadania como um fato dado no Brasil. As desigualdades de acesso aos direitos da cidadania são estruturais. Entre as conquistas dos marcos legais, as garantias constitucionais dos direitos e o acesso de toda a população há um enorme hiato. É possível avaliar que Lula e Dilma tentaram preencher este vácuo, segundo Sader (2013), quando operam as políticas públicas como instrumentos para a realização da cidadania, que agora estão ameaçadas pelo Projeto de Lei Complementar que limita os Gastos Públicos, cortando o orçamento que as viabiliza²¹.

A partir dessa análise de Carvalho e diante dos fatos conjunturais que atravessam essa pesquisa, entende-se a concepção de cidadania imbricada de uma concepção de democracia. Os direitos da cidadania no Brasil não parecem estar enraizados em nossa cultura política.

21. A crítica a esta abordagem, de que limitar o orçamento público que é dedicado as políticas sociais, será

discutida no decorrer desta pesquisa. Mas para ler mais sobre o assunto é indicado o artigo publicado pela FPA:

“Mitos da Austeridade”, onde os autores mostram como esta opção não recuperou a economia na experiência de outros países. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2017/06/23/os-mitos-da-austeridade-novas-tentativas-de-justificar-oajuste-fiscal/>>. Acesso: 29 set. 2017.

Sua realização depende dos projetos de governo dos gestores eleitos na medida em que democratizam os direitos sociais e civis através de políticas públicas. No cenário da atual conjuntura, a concepção de cidadania no sentido sistematizado por Marshall (1967) fica ameaçada.

Para problematizar a relação entre cidadania e democracia, recupera-se Nelson Coutinho (1999). O pensador concorda que as metodologias das análises de T.S Marshall e José M. Carvalho foram acertadas por delimitar estas três determinações modernas da cidadania (civil, política e social), mas também em insistir na dimensão histórica, processual, do conceito e da prática da cidadania na modernidade (Coutinho, 1999). Entende que o modelo que Marshall sistematizou sobre o processo histórico da Grã-Bretanha, não “se reproduziu” em outros países, mas, em muito se assemelhou com o Brasil.

Corroborando com os autores acima apresentados, compreende-se que a experiência inglesa criou uma nova cidadania e, para tal, um novo Estado. Por sua vez, este novo Estado, tem limites, regulados pelos direitos civis, separando a esfera pública da privada, diferentemente da cidadania grega, em que a esfera pública é a dominante na definição da cidadania.

Coutinho (1999) aponta ainda que a mudança histórica e ideológica na concepção está localizada na consolidação dos direitos civis, através, principalmente, do direito privado à propriedade, em que se toma dos meios de produção coletivos a propriedade, consolidando assim a ideologia burguesa do capitalismo.

Esse direito civil, entretanto, não é negado em uma cidadania plena em que todos devem ter o direito de acessar os frutos do trabalho coletivo. Para tanto, nessa concepção de cidadania, socializa-se a propriedade privada, universalizando-a. O contrário disso é privilégio para um grupo, uma classe.

Segundo o autor, na modernidade, o liberalismo não requalifica esse direito, mas o mantém como privilégio para algumas classes sociais. Assim também ocorre com os direitos políticos já apontados por Marshall (1967), pois apesar dos avanços em relação à possibilidade de organização para participar dos governos, a sociedade está longe, de fato, de “participar na tomada de decisões” (COUTINHO, 1999).

O autor aborda o conceito de cidadania numa perspectiva marxista, quando ele sugere que é possível realizar a emancipação humana defen-

dida por Marx, por meio da realização plena dos direitos da cidadania propostos por Marshall (civil, político e social).

Coutinho (1999) confronta pensadores liberais (Kant, Lefort, Lock) sobre a regulação, que, na prática, tem limitado o acesso aos direitos da cidadania para a maioria das pessoas. Ele discorre que a ideologia liberal defende que somente os indivíduos de “juízo livre” e autônomo têm condições de exercer esses direitos, então eles não podem ser universais.

Segrega-se assim a possibilidade de realização destes direitos, que ao longo da história foram isolados por gênero, raça, propriedade (ainda assim ocorre em vários países) e a sua condição e forma de participar ou não da política, da economia e da sociedade como um todo.

O sufrágio universal acontece na Europa no século XX, mas no Brasil, somente no final desse, em 1988, foi possível aos analfabetos votarem. Foi ao longo de todo o século que outras classes e grupos, que historicamente não tiveram acesso aos espaços de poder, puderam se organizar e levar suas pautas à esfera pública, seja por meio de associações sindicais ou partidárias.

Quando observamos a luta das classes populares para participar diretamente dos rumos do Estado, através da política, das eleições, percebe-se como o capitalismo liberal é antidemocrático, limitador e regulador da cidadania. Portanto, o entendimento de que a cidadania é contígua da democracia que mais uma vez se reafirma.

A democracia também não é um fato acabado, mas um fenômeno social ativo, fruto de uma correlação de forças e interesses. Portanto, para Coutinho (1999), a concepção de “democracia burguesa” é um equívoco e a participação política da classe trabalhadora nas instituições é resultado das conquistas das lutas de classes. Seja representativa ou direta, a democracia é uma conquista popular.

Este entendimento é importante para não limitar os direitos sociais como benesses, oferta de solidariedade do populismo ou apenas como instrumentos para a manutenção do capitalismo. A contradição é uma categoria estruturante deste sistema, pois existem limites na realização plena da cidadania brasileira, mas existem também possibilidades de avanços.

Os períodos pós-guerra do século XX reconheceram os direitos sociais configurando o Estado de bem-estar social. Os direitos sociais são resulta-

do de uma intensa luta por reconhecimento, positivo e legal, das necessidades básicas e vitais da população, já que o mercado livre e autorregulado não conseguiu garantir estas necessidades. Sendo assim, o Estado precisa ser o garantidor desses direitos.

No entendimento de Coutinho (1999), este marco legal de o Estado ser o garantidor dos direitos que asseguram as condições mínimas de sobrevivência da população evidencia uma contradição estruturante da realidade social: concessão da classe dominante para manter sua dominação e não entrar em colapso; ao mesmo tempo que são conquistas das classes populares para a sua sobrevivência.

Tudo o que limita o mercado em nome de um direito social universal (ou se preferirmos, da justiça social) é vitória da economia política do trabalho, isto é, de uma outra lógica de regulação social. (COUTINHO, 1999, p. 52)

Essa interpretação mostra a contradição entre concessão da classe dominante e as conquistas das classes populares como legítima do processo e não como um demérito das conquistas. Uma situação que faz parte do processo da luta social pela cidadania.

É importante destacar também que a conquista do marco jurídico dos direitos é o primeiro passo para sua realização, mas não suficiente.

É nesse ponto, entre a conquista e a realização da cidadania, que este estudo trabalha. Nesta pesquisa investiga-se como a gestão pública municipal pode se posicionar nesta correlação de forças.

Esta luta política em torno dos direitos da cidadania fica evidente quando se observa os direitos sociais: eles são a democratização da participação na riqueza coletiva.

Foram os últimos a se estabelecer na experiência inglesa, e no Brasil, atualmente, mesmo sem se realizar universalmente na vida da população, os direitos sociais estão ameaçados pelas reformas do governo Michel Temer (PMDB). As principais ameaças são a Reforma Trabalhista, da Previdência Social e o congelamento dos Gastos Públicos, que na verdade acaba por reduzir os investimentos em políticas sociais²².

22. Para conhecer o debate sobre a economia política em que estão orientadas ideo-

Coutinho (1999) já denunciava o ataque aos direitos sociais pelo neoliberalismo nos governos de Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra:

Em algumas conjunturas, ela pode até tolerá-las e tentar usá-las seu favor – burguesia e direitos sociais – mas se empenha em limitá-los e suprimi-los sempre que, nos momentos de recessão (que são inevitáveis no capitalismo), tais direitos se revelam contrários à lógica capitalista da ampliação máxima de lucros. (COUTINHO, 1999, p. 52)

Nesta passagem o autor evidencia mais uma vez o elemento da contradição na gênese da cidadania e os seus limites em circunstâncias históricas. Ele interpreta que os direitos sociais são cortados, fragilizados em momentos de ascensão da ideologia liberal, pois, nestas conjunturas, a cidadania se coloca contrária à lógica de manutenção da economia do capital.

Os direitos da cidadania são conquistas da lógica da economia do trabalho, que, ao mesmo tempo em que conquistam ganhos para a vida das classes trabalhadoras, não rompem com a lógica do capital. Trata-se de uma contradição que se manifesta como um processo no qual o capitalismo primeiro resiste, depois é forçado a recuar e fazer concessões, sem nunca deixar de tentar instrumentalizar a seu favor (COUTINHO, 1999).

Colaborando com Coutinho, entendemos que cidadania plena se realiza em uma sociedade com soberania popular, com radicalização da democracia. Ela pode ser um instrumento de superação, de avançar os limites impostos pelas desigualdades estruturantes do capitalismo. A cidadania possível até o presente momento foi determinada por um modelo de Estado que tem seus fundamentos a serviço de uma classe dominante de poder, mas que em certa medida sofreu pressão das classes populares e tornou-se uma arena de disputa das forças políticas.

Compreende-se que na contemporaneidade o aprofundamento e

logicamente estas propostas, recomenda-se a leitura do artigo do professor da Universidade de Campinas, Eduardo Fagnani: “O falso consenso de que o gasto social é o vilão das contas públicas”, em que ele apresenta um estudo da Secretaria do Tesouro Nacional sobre os gastos públicos no Brasil em comparação com países europeus, e desmonta a tese de que estas reformas seriam necessárias para recuperar a economia nacional.

universalização da cidadania significam lutas políticas por outro Estado e outra sociedade possível. A radicalização desta concepção é antagônica à estrutura do capitalismo, pois é radicalmente democrática. Este é o antagonismo estrutural entre esta universalização da cidadania e a lógica de funcionamento do modo de produção capitalista (COUTINHO, 1999).

A democracia, para Coutinho (1999), é definida como sinônimo de soberania popular. Democracia é o meio e o fim da soberania popular, a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social (COUTINHO, 1999).

A democracia é um instrumento para regular a vida social, para conscientizar sobre ela, para mudar a apropriação por parte de poucos, de bens construídos coletivamente. Assim, a cidadania expressa a soberania popular, através da democracia.

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 1999, p. 42)

A cidadania é, portanto, um projeto e uma prática política de longa duração e histórica efetivada pelas instituições do Estado, mas que precisa ser culturalmente apropriada pela sociedade civil, para não ser “roubada” pelo Mercado²³.

A relação da cidadania com o Mercado ganhou mais atenção dos pesquisadores nos últimos anos. Durante o levantamento bibliográfico de publicações recentes sobre o tema, encontra-se uma dissertação do programa de pós-graduação em Ciências Sociais de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em que o autor, Clemente Jr. (2015), faz uma análise epistemológica

23. Na revisão bibliográfica realizada, compreendemos através da pesquisa de Clemente (2015) que a ausência desta apropriação da sociedade civil sobre o papel do Estado para a realização da cidadania, abre espaço para que o Mercado assumo o papel de instituição que garante a redução das desigualdades – através do trabalho e consumo –, e o discurso de que ele, o Mercado, é o lugar é mais eficiente e independente do Estado para cumprir este papel. Observa-se que esta é uma dimensão que a ideologia neoliberal dá à cidadania.

do conceito de cidadania nos artigos publicados pela academia brasileira. Para tal, reconstrói as metodologias de análise de interpretação textual com o objetivo de compreender como os possíveis significados da cidadania, “recaem sob a história do pensamento político” (CLEMENTE, 2015).

Um dos levantamentos feitos pelo autor chama atenção para o referencial teórico brasileiro nos artigos que ele analisou: são, em sua maioria, de pensadores de “primeiro mundo”. Ou seja, de países que tiveram sua história social, política e econômica muito diferentes da história do Brasil. O autor problematiza este fato e questiona se teorias criadas a partir de outras realidades sociais podem ser aplicadas em sociedade com gêneses tão diferentes.

Clemente caracteriza este fato como um colonialismo teórico, argumentando que o etnocentrismo teórico e metodológico limita as possibilidades de desenvolvimento de uma teoria a partir da experiência social latina, ou de “terceiro mundo”:

A formação do espaço de experiências dos conceitos políticos em países com passado colonial é um dos aspectos da própria colonização, que enviesa sobremaneira seu horizonte de expectativas. O processo de recepção dos conceitos e as dificuldades de se aplicar teorias ocidentais em países que foram colonizados no passado é um dos objetivos e desafios de se tomar conceitos enquanto objetivos de pesquisa, que forma empírica. (Clemente, 2015, p. 161)

Neste sentido, o trabalho corrobora com a inquietação do autor e também a questiona sobre qual seria o significado possível, real, para a cidadania em uma cidade brasileira. Se na experiência do Estado Social Inglês a democracia foi um fato importante para a realização da cidadania, como ela acontece no Brasil contemporâneo, que atravessa uma certa fragilidade dos processos e das instituições democráticas?

Ao mapear as abordagens dadas à concepção de cidadania na pesquisa social contemporânea, o autor as observou como um campo aberto à polissemia e às “disputas semânticas” (CLEMENTE, 2015). No entanto, ao verificar na prática dos discursos políticos expressos nos artigos avaliados, o pertencimento a uma comunidade política e a noção de direitos foram as abordagens mais comuns, revelando que no campo acadêmico não há uma disputa pelo conceito, cada abordagem o toma com um sentido próprio,

mas todas derivando do que chamam de interpretação da “marcha de direitos”, o que ratifica as teses de Marshall (1967) e Carvalho (2013), apresentadas no início dessa seção.

Outra convergência entre as concepções verificadas por ele, é que todas as abordagens podem ser caracterizadas como “de esquerda”, por terem um compromisso com a igualdade (CLEMENTE, 2015).

Observa-se também que, mesmo com o impacto da internet nas dinâmicas da política nos últimos anos, ela não foi um fator discutido nestas abordagens. Os artigos publicados na *SciELO* entre os anos de 1989 e 2013, no campo das ciências sociais, que tocavam no assunto da cidadania, foram estudados por Clemente (2015) e categorizados em 9 tipos de abordagens diferentes entre si. As sintetizamos da seguinte forma:

- **Marcha dos Direitos:** direitos, “compatibilidade entre igualdade de status e desigualdades embutidas na economia capitalista”.
- **Direitos humanos:** independente dos direitos nos Estados nacionais, todos os seres humanos têm uma condição mínima de existência.
- **Regulada:** acresce a noção dos direitos, a noção de justiça e redistribuição, por meio do trabalho formal.
- **Comunicativa:** articula Estado e mercado com as esferas da vida privada, através da comunicação.
- **Feminismo e diversidade:** se enfrentada a divisão sexual da vida privada, doméstica, mudanças na esfera pública irão acontecer, ressignificando a cidadania, até então naturalizada como masculina e tornando-se, assim, universal.
- **Crítica à marcha dos direitos:** participação e responsabilidade da sociedade civil com a democracia, processos institucionais.
- **Participativa:** politização da vida para além dos processos estatais, sociedade democrática, movimentos sociais.
- **Disjuntiva:** diante das limitações da democracia brasileira, foca no espaço público como lugar de negociação e respeito aos direitos civis.
- **Culturalista:** republicana, preocupada com as responsabilidades civis.

As categorias analisadas por Clemente (2015) mostram de que maneira a concepção de cidadania tem se revelado como um projeto político para a

sociedade. Não apenas uma luta pela conquista de direitos, mas, além disso, a luta em torno de sua efetivação e eficiência. Neste sentido, a sociedade civil tem se tornado uma grande protagonista da cidadania, dividindo este protagonismo com os representantes eleitos e com o próprio Estado.

A perspectiva feminista, comunicativa, disjuntiva e participativa revela que para além dos marcos institucionais, a concepção de cidadania tem se apresentado como uma prática cultural, preocupada em empoderar as relações sociais, potencializando as práticas políticas de grupos em outras arenas além do Estado.

Esse levantamento teórico aqui apresentado revela a cidadania além da garantia das três dimensões de direitos sistematizados por Marshall (1950), direitos civis, sociais e políticos, mas como um projeto político, que implica transformações culturais na sociedade. Mas, com Carvalho (2013), compreende-se que nem estas dimensões clássicas, foram experimentadas na história Brasileira.

Neste cenário desenhado por Carvalho (2013), de um longo caminho para a cidadania no Brasil, confirma-se a tese de Coutinho (1999) de que a concepção de cidadania é um instrumento para a democratização do Estado e da vida social. Portanto, a cidadania não é nem um fato dado nem um fato intangível.

Com movimentos políticos e planejamento público, a luta pela cidadania pode representar um desenvolvimento mais justo para a sociedade. Observa-se também que, para uma fundamentação teórica que aqui se faz, a dimensão mais cultural da cidadania, para além dos marcos do Estado, notada por Clemente, não pode ser minimizada ou secundarizada na crítica política. Mas, a partir destes fundamentos teóricos, interessa saber como uma gestão municipal, que está na ponta dos processos institucionais das políticas públicas e, desta forma, mais próxima da população, pode trabalhar para a realização desta concepção de cidadania, que abrange os direitos sociais, civis e políticos.

Alcançado este primeiro objeto de pesquisa, a revisão teórica, passaremos ao objetivo seguinte, que é uma análise conjuntural da economia e política. Na perspectiva de melhor compreender o objetivo central desta pesquisa, que é a experiência da gestão municipal de Canoas/RS, agora traçaremos um compêndio do cenário da economia política atual e fazen-

do algumas considerações sobre Estado, governo e políticas públicas, visto que, na revisão bibliográfica apresentada, o Estado, por meio das políticas públicas, é a instituição central para a realização da cidadania.

Limites e possibilidades para a realização da cidadania: Aspectos da economia política e da democracia

Na seção anterior foram apresentados os fundamentos teóricos para a compreensão do que é cidadania, e nestes fundamentos a ação do Estado, dos governos e das políticas públicas é decisiva. Assim, fez-se necessário também apresentar algumas considerações sobre o Estado. Porém, a partir do materialismo histórico, entende-se que para compreender as possibilidades e os limites de atuação do Estado é necessário observar os movimentos da economia política. O estudo cita o autor deste método de análise de Marx:

As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...] a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (MARX, 2007, p. 45)

Este estudo reconhece o Estado permeado pelas relações sociais, portanto, para compreendê-lo é necessário observar os movimentos da economia política e das classes sociais em torno dele. Com esse olhar é possível traçar os limites colocados aos Estados e às políticas públicas, e aqui destacar-se-ão as características principais destas relações na história brasileira.

Compreende-se que para a realização dos direitos civis, sociais e políticos, por meio da democracia, o Estado torna-se uma instituição em disputa para a realização desta concepção de cidadania.

Como apontou Coutinho (1999), o Estado é a arena central para a realização desta compreensão sobre a cidadania.

Nesta seção apresenta-se os limites e as possibilidades da cidadania no Brasil no século XXI, a partir de uma breve leitura da economia polí-

tica internacional segundo Thomas Piketty (2014), seus reflexos no desenvolvimento do Brasil segundo João Sicsú (2008), a luz da teoria sobre as estruturas do Estado Brasileiro que Otavio Ianni (2009) formulou. Assim, procura-se entender as possibilidades que a democracia brasileira tem apresentado para o desenvolvimento da cidadania.

Piketty (2014) analisa a situação do capitalismo global a partir dos países economicamente mais ricos do mundo. Propõe uma nova forma de Estado, ajustando os sistemas de educação e seguridade social para atender a sociedade com equidade e, em certa medida, justiça social. Chama-o de Estado Social do século XXI. Nele, não só os problemas econômicos devem ser tratados internacionalmente, mas também os problemas sociais como um todo, e as regulações financeiras. As regulações financeiras são centrais para o enfrentamento da crise capitalista atual, pois elas sustentam esta fase do capitalismo chamada de neoliberalismo.

O neoliberalismo configura as dinâmicas econômicas e do trabalho da atualidade, implicando também sobre os modelos de Estado, pois este sistema precisa do Estado para sobreviver²⁴. Com Piketty (2014) é possível entender as consequências do Estado neoliberal para a cidadania. O Estado Social do século XXI seria o resultado histórico da globalização.

Atualmente o capitalismo patrimonial global teve alternâncias de posições de poder, mas que não foi capaz de ao menos acabar com as enormes desigualdades de poder, nem acabar com a miséria no mundo, deixando evidente quais são os reais interesses do neoliberalismo. A grosso modo, pode-se dizer que o mercado, a produção e o lucro econômico estão globa-

24. Esse debate sobre as consequências do neoliberalismo é muito amplo, e aqui tentamos pontuar seus principais entraves para a realização da cidadania. Entretanto, é importante também assinalar qual é a natureza do neoliberalismo: ele é a estratégia da classe dominante de superação da crise para sua sobrevivência. Com o desenvolvimento das novas tecnologias que vêm transformando o mundo do trabalho, precarizando-o, tornando-o flexível, há uma superação do capitalismo industrial para o surgimento do capitalismo financeiro, que monetariza absolutamente a economia e a integra de maneira transnacional. Reconfigurando assim o papel dos Estados tanto na economia quanto na garantia de direitos sociais, que passam a ser entendidos como serviços. Marilena Chauí (2013) aponta que “diminuição do espaço público dos direitos e aumento do espaço público para os interesses privados”, esta ideologia confronta, em nosso entendimento, com a cidadania.

lizados, mas as regulações financeiras não estão o suficiente para diminuir as desigualdades entre os países.

O autor sugere uma possibilidade de regulação justa e eficaz deste sistema com o imposto progressivo sobre o capital global (fluxo financeiro é internacional) – no mínimo em escala regional, ampliando assim o papel do poder público.

Em 2008 o neoliberalismo atravessou uma crise forte, mas não provocou uma depressão como a crise de 1929, por isso, não causou rupturas estruturais nos pilares do sistema. Foi uma grande recessão (PIKETTY, 2014), com uma enorme crise da dívida pública (países ricos, principalmente na Europa). Só não foi pior porque os bancos centrais e governos criaram liquidez necessária para socorrer o Mercado.

O Estado mais uma vez se colocou como única instituição pública que, em caso de urgência, evita o desmoronamento completo da economia e da sociedade. (PIKETTY, 2014, p. 460)

A falta de transparência do sistema financeiro e o aumento da desigualdade geraram a crise. Por isso é necessário imposto progressivo sobre o capital – que o autor propõe ser o imposto do século XXI – para além dos impostos nas “rendas escandalosas” do século XX. Essa proposta é uma política para atualizar o poder público em relação à economia.

A renda nacional dos Estados tem crescido, mas depois de 2010 o poder público passou a desempenhar, na vida econômica e social, um papel central, adquirido nas décadas do pós-guerra. (PIKETTY, 2014)

É urgente uma atualização do sistema através de novos instrumentos de controle. Mas no contexto atual dos países ricos que controlam as democracias, isso torna-se um desafio muito grande.

Ao longo da história, o Estado tem concretizado seu papel central para a sustentação deste modelo de economia política. No século passado a arrecadação sobre a renda nacional era de 10% e financiava somente as funções soberanas da estrutura estatal – polícia, justiça, exército, relações exteriores, administração geral – infraestrutura mínima e o básico dos serviços públicos, educação e saúde. No século XXI, de 10% foi para 30% a 50% dependendo do país. Este foi um equilíbrio mínimo necessário encontrado para manter o capitalismo.

De 25% a 35% da renda nacional é o que corresponde, em todos os países ricos, à quase totalidade da alta participação das arrecadações obrigatórias do século XX. Em outras palavras, o desenvolvimento do Estado Fiscal ao longo do último século corresponde, em essência, à constituição de um Estado Social. (PIKETTY, 2013, p. 466)

Não é um retorno do Estado, mas um aumento do poder público no setor fiscal e orçamentário que arrecada e financia serviços que começaram a funcionar no começo do século.

Observou-se, na crise de 2008, que cortar despesas do Estado (como no pós-guerra) não era uma solução aplicável. Consolidou-se então, no fim do século XX e neste início de XXI, o Estado Social, que é a soma das missões soberanas acrescida das despesas públicas com saúde e educação, mais a substituição e transferência de renda com variações de tamanho entre países, mas os mesmos pilares de sustentação.

O gasto social, que financia as políticas públicas para a realização dos direitos da cidadania, tem se concentrado na seguridade social: saúde, educação e previdência social. Piketty (2014) avalia a situação destas políticas e conclui dizendo que serviram como a redistribuição de renda moderna. Ela não é mais a ideia de tirar dos “ricos” e dar para “pobres”, mas acontece com aplicação e desenvolvimento de serviços públicos, especialmente da educação, da saúde e da aposentadoria. Quanto mais complexas as funções que o poder público assume neste processo de enfrentamento às desigualdades, cresce também a dificuldade de atuação e organização (modernização) do Estado. Essa ideia está ancorada em tradições políticas desde o século XVIII. (PIKETTY, 2014)

Potências econômicas e precursoras do capitalismo, como a França, e do liberalismo, como os Estados Unidos, têm em comum uma ideologia sobre a função social da desigualdade. Neste entendimento, a desigualdade é tomada como positiva, pois aliada a um compromisso com a justiça social que os direitos garantiriam aos mais necessitados, o livre mercado daria oportunidade de trabalho e geração de renda para todos. Esta ideologia liberal, originada na revolução francesa, se mostra, ao longo da história, um mito. Os direitos sociais não são garantidos com justiça e equidade social, e o único direito que de fato foi ao longo da história protegido pelo Estado foi o direito da propriedade privada (PIKETTY, 2014). O Estado tem sua estrutura direcionada para priorizar a defesa de interesses privados.

Por conta disto, o liberalismo não mais defende o “fim do Estado²⁵” mas sim a diminuição. Há uma disputa política sobre as formas de arrecadação e uso da estrutura pública.

O autor aponta que são necessárias novas formas de gestão governamental, mais participativas e descentralizadas. Não só o financiamento público, mas novas formas de organização da propriedade privada que também estão em voga.

Neste cenário de crise internacional do neoliberalismo é possível compreender que a economia política liberal tem falseado o debate e ação em torno dos Estados, e o destino do fundo público. E este projeto limita as possibilidades para o desenvolvimento da cidadania que apresentamos neste trabalho, que democratize os direitos sociais, civis e políticos, fomentando uma nova cultura política profundamente democrática.

João Sicsú (2008), no calor da crise internacional, critica os limites que a polaridade das forças políticas nacionais causam ao país, defende um desenvolvimento que proporcione o bem-estar social ou um país de economia primarizada com renda e patrimônio concentrados.

Ao concordar com a avaliação do autor, assim para se iniciar um novo ciclo de desenvolvimento em prol de um projeto nacionalista, se faz necessário um movimento na sociedade civil que o revogue.

A história nacional mostrou o fracasso do desenvolvimento neoliberal, dando espaço para um modelo macroeconômico baseado em “arquitetura política de inclusão e participação políticas de planejamento ambiental, políticas de distribuição funcional de renda, ações internacionais de inserção pública etc.” (SICSÚ, 2008).

Para compreender melhor as condições de atuação do Estado brasileiro nesta conjuntura, retoma-se aqui o trabalho sobre a formação do Estado do Brasil na perspectiva do renomado sociólogo da Universidade de Campinas (UNICAMP), professor Otávio Ianni (2009), que analisa as estruturas que formam o Estado burguês brasileiro. A partir daí, pode-se comparar como estes fundamentos permanecem pautando o desenvolvimento do país.

25. Sobre a teoria do fim do Estado ler: K. Ohmae, *O fim do Estado Nação*; e A. Boron (org.), *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*.

O autor avalia que as condições históricas do desenvolvimento do Brasil seguem o movimento de crises econômicas, que levam os Estados (dominantes ou dependentes) a tomarem maior responsabilidade na atividade econômica do país, o exemplo que o autor trabalha é da história da indústria do café.

Essas crises podem ser somadas a crises políticas, reformulando mais organicamente as funções e ações dos governos e Estados e protegendo ou incentivando interesses econômicos. “Assim, quanto mais dependente do setor externo, mais extensas tendem a ser as consequências internas da crise.” (IANNI, 2009, p. 293).

Para o autor, as estratégias do desenvolvimento nacional foram pautadas por dois movimentos até a década de 1970: a estratégia de desenvolvimento nacionalista (destacando a chamada Era Vargas, que inicia com o Estado Novo em 1930-1945; depois, no segundo governo Vargas, em 1951-1954; e, por fim, no governo militar, em 1961-1964). E a estratégia de desenvolvimento associado (1964 em diante) marcada pela interdependência das grandes nações capitalistas lideradas pelos EUA.

Estas estratégias econômicas foram pautadas por lideranças políticas ora populistas, ora militares. As crises nunca foram muito profundas a ponto de se romper radicalmente com o modelo e as estruturas de dependência e venceram a estratégia de desenvolvimento dependente (IANNI, 2009).

O sistema industrial que passou a predominar “revolucionou o subsistema econômico nacional” também na política. Desde a formação do Estado burguês os setores da economia privada têm recebido substancial investimento do Estado.

A ideologia burguesa na formação do Estado moderno nacional tinha um interesse de desenvolvimento nacionalista só no plano em sua narrativa, pois a macroeconomia governamental foi majoritariamente internacionalizada (IANNI, 2009).

Jurídica e politicamente, o Estado é como o ordenamento legal, com seus organismos burocráticos e uma estrutura de autoridade que penetra em todo território, formando uma identidade coletiva. É a responsável pelos procedimentos e regulações econômicas, mas seu desempenho na garantia dos direitos da cidadania depende muito dos governos eleitos.

Diante desta análise histórica da formação do Estado brasileiro, que teve

base na dependência da economia internacional, o que dificultou o crescimento da economia interna gerando desigualdades sociais muito profundas, pergunta-se como foi possível a realização dos avanços sociais registrados nos últimos anos, principalmente no município aqui estudado. Para verificar e responder esta questão, apresenta-se, na sequência, características gerais sobre o governo brasileiro no início do século XXI, o governo liderado pelo PT.

Considerações sobre democracia e governos no Brasil contemporâneo

Até agora foi possível compreender que a concepção de cidadania abarca uma opinião de Democracia e de Estado. Mas, reconhecendo os limites impostos pela economia política no último período com a ideologia neoliberal, foi necessário apresentar os movimentos realizados pelo governo brasileiro no início deste século, pois são o contexto macro em que se insere a gestão de Canoas/RS, aqui analisada.

A partir destes elementos macro fundamentados é possível aproximar de outros fatores, mais instrumentais, que também operam na realização da cidadania, dos governos eleitos e das políticas públicas.

Para tanto, recorreremos à pesquisadora da PUC-SP, Maria Hermínia Almeida, no livro *A democracia no Brasil: perspectivas e avanços no século XXI*; e ao pesquisador da UFMG, Fábio Wanderley Reis, no artigo “Dilemas da Democracia no Brasil”, em que os autores reconstroem a história da democracia do Brasil e apontam alguns desafios. Os sistemas de governo, segundo Almeida (2007) tiveram características como:

Sufrágio masculino, censitário para câmara e senado; o sistema eleitoral majoritário; bipartidarismo; bicameralismo; monarquia constitucional parlamentarista; conselho de Estado vitalício; poder moderador do Imperador.

A equalização do direito de participar, tardaria muito a se completar, mas o processo de fato teve início logo depois da independência. Ao longo da sua história, o Brasil teve sete Constituições, foi por duas vezes Estado unitário e depois federação, passou de monarquia parlamentarista (1824-1889) a República Presidencialista (1891-1961) depois a República Semipresidencialista (1961-1963) e de volta a República Presidencialista (1963), teve quatro sistemas eleitorais e seis

sistemas de partidos distintos. Entretanto, apesar de todas as mudanças institucionais as eleições se firmaram como principal mecanismo de acomodação, competição e contestação pacífica durante 180 de vida política. (ALMEIDA, 2007, p. 20)

A autora aponta que o pacto federativo é um sistema de governo que pode juntar unidades políticas independentes, como nos Estados Unidos da América, ou juntar unidades que tendem a se separar, caso brasileiro. No Estado Novo, este modelo de pacto federativo começou a tomar corpo. Foi a opção que se consolidou para as elites da colônia, somada à ideia de República, pois os interesses da economia cafeeira, principalmente de São Paulo, precisavam que o poder público se modernizasse.

No início, funcionaria a política dos governadores: São Paulo e Minas Gerais no centro da concorrência, com suas disputas eleitorais locais e alternando o governo federal, sempre então, de forma dual e descentralizada. A definição do poder de cada estado da federação até 1945 era estabelecida pela dimensão de sua autoridade e intervenção política, financeira e militar.

Esta dinâmica resultou em grande poder e responsabilidade no governo federal para intervir nas disputas e problemas, políticas e econômicas, locais quando necessário (promover a modernização), reforçado na ditadura Vargas que suspendeu as eleições de governadores (disputas locais tinham então que ser resolvidas pelo governo federal). O governo federal torna-se o agente fundamental para regular as dinâmicas políticas locais.

As principais características institucionais do Estado brasileiro neste período foram marcadas pela construção de instituições nacionais e subnacionais; políticas de desenvolvimento econômico e industrialização através de incentivos fiscais; crédito subsidiado; proteção tarifária; reserva de mercado; proteção cambial (principais produtos eram: café, açúcar, álcool e madeira); regulação do mercado; direitos sociais corporativistas (destaque para Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). A estrutura federativa tornou-se complexa e o Estado se portou como intervencionista e regulador, mas com descentralização para os estados até 1964.

Após o Estado Novo, o próximo momento de crise institucional que reconfigurou o sistema político foi o governo militar de 1964, poder altamente centralizado, com supressão das eleições majoritárias, presidencial e dos governos estaduais, numa ditadura civil-militar. Na economia ocorreu um ciclo desenvolvimentista com surgimento de empresas públicas e promoção industrial.

A redemocratização e a Constituição de 1988 resgataram as eleições majoritárias, reconfiguraram a cooperação e a transferência de recursos do pacto federativo, e uma reforma liberal se instaurou na economia: empresas públicas privatizadas; comércio exterior liberalizado; agências reguladoras mais ou menos independentes do governo; enfraquecimento da seguridade social; descentralização fiscal (criação do Fundo de Participação dos municípios- FPM).

Segundo Almeida (2007), na década de 1990 o ajuste fiscal voltou a colocar limites financeiros aos municípios com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e as transferências vinculadas a gastos específicos voltaram a centralizar as finanças públicas no governo central. Em resumo, a autora avalia sobre o sistema de governo brasileiro:

O longo período de reformas, empreendidas no período democrático recente, resultou em estruturas estatais ordenadas em torno de um centro político nacional dotado de grande capacidade decisória e amplos recursos de regulação dos mercados e da ação das instâncias subnacionais. Este é um modelo de Estado Federativo construído em vinte anos de democracia, naturalmente a centralização das decisões e do predomínio do executivo federal não eliminam a negociação entre partidos e lideranças políticas, nem a acomodação de interesses definidos ou não em termos de clivagens federativas. (ALMEIDA, 2007, p. 30)

Da Constituição de 1988 até então, crises políticas e econômicas marcaram a história nacional, mas nenhuma delas resultou em uma ruptura sistêmica.

O sistema político brasileiro, com sua organização federativa, fragmentação partidária extremada, presidencialismo de coalizão e eleições competitivas e frequentes em todos os níveis, funciona com base na negociação política permanente comandada, mas não determinada, pelo executivo federal (ALMEIDA, 2007, p. 31)

Entretanto, apesar de resistente, este sistema recebe muitas críticas. Kinzo (2001) aponta consequências negativas para a democracia, onde, como no caso brasileiro, não aconteceram rupturas institucionais nem sociais e econômicas, optou-se pela grande transição, resultando num sistema partidário fragmentado, mas com hegemonia ideológica e no presidencialismo de coalizão.

Reis (2012) analisa a democracia brasileira nos anos 2000, pós-governo do presidente Lula (PT), como antítese aos governos liberais. Entendido como um partido de esquerda no cenário nacional, assume o poder, mas com muitos limites. A começar pela própria Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, mas que em muito ainda não foi realizada, colocada em prática para toda a população.

O governo do PT passa pelo discurso da ameaça subversiva, autoritária, mas sua gestão caracterizou-se para social-democracia do modelo europeu (REIS, 2012). Este governo marca mais uma vez a história nacional com um líder popular, Lula, que se tornou maior do que o PT, inclusive para conseguir a governabilidade.

Segundo Reis (2012), foi em 2006, com o crescimento do PT no legislativo, que houve maior destaque para as políticas sociais. Foi a primeira vez que a posição socioeconômica do eleitorado se identificou com a posição partidária eleitoral.

Este contexto de ascensão da inclusão, de ampliação de investimento do Estado para os direitos sociais e políticos, foi fundamental para a experiência de Canoas/RS, cidade que se aproveitou das parcerias com o governo federal para implementar programas e políticas públicas.

Desafios para o desenvolvimento da cidadania no Brasil

Diante desta breve análise histórica, entende-se que o desenvolvimento dos direitos da cidadania é dependente das condições político econômicas do Estado.

O aprimoramento das instituições democráticas, no sentido de ampliar os direitos políticos, com mais participação civil nas decisões estratégicas do governo, é uma possibilidade.

Nacionalmente, o governo progressista dos anos 2000 realizou algumas iniciativas de participação da sociedade civil organizada, por repre-

sentação em conselhos e fóruns governamentais. A experiência da gestão de Canoas/RS (2009-2015) buscou ampliar as possibilidades de participação mais direta da sociedade nas decisões do governo, que será analisada na próxima seção. Mas, como já se discutiu, toda política precisa de um orçamento que a sustente, um ciclo desenvolvimentista em prol de uma concepção de cidadania ancorada na democracia, precisa de um Estado que dê conta de suas demandas. Portanto, agora apontaremos algumas considerações sobre as possibilidades de aumento do financiamento público apresentadas por João Sicsú (2008).

O Estado de bem-estar social consolidou-se como uma referência de modelo de sociedade no ocidente, mas a realidade tem confirmado que ele não pode ser aplicado com receita pronta em realidades tão diferentes como Brasil e Europa.

Concordamos com o autor quando aponta que a sociedade que se quer não é um projeto acabado, mas em permanente construção e suas bases são:

Sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal – cujas partes imprescindíveis devem ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades [...] igualdade entre homens e mulheres [...] tributação generalizada constitui o principal meio de financiamento do Estado e tem o efeito de distribuir renda. (Sicsú, 2008, p. 11)

As tradicionais políticas macroeconômicas para o desenvolvimento deste projeto de nação são: a política cambial, a política monetária e administração fiscal. Estas políticas baseiam um “Estado ativo para que a economia possa promover um ambiente de bem-estar social e dinamismo nos mercados” (Sicsú, 2008, p. 12) e promover intervenções anticíclicas diante de crises econômicas.

Apesar da polêmica liberal sob este último ponto, a realidade também superou as teorias neoliberais sobre a mão invisível do mercado e mostrou a indissociabilidade entre Estado e mercado. Para o autor, os limites entre Estado e mercado precisam se fortalecer, e o Estado,

assim como o mercado, deve atender às suas demandas inclusive com o critério de qualidade.

Ele critica o sucateamento dos serviços e da administração pública. Assim como o mercado não pode falhar, o Estado também não pode. Visto que, em ambas as “falências”, quem sempre paga a conta é o cidadão através das dinâmicas fiscais.

Destaca-se que o desenvolvimento com cunho de fortalecimento nacional projeta a economia para a competição internacional e não se limita à primarização (no caso do Brasil, ser o celeiro do mundo, agropecuário e extrativista).

A política cambial não pode depender de capitalização financeira internacional. A balança comercial e os investimentos internacionais têm que ser equilibrados. Paralelo à sua política, determina-se a política monetária nacional, regulando assim a taxa de juros, que reciprocamente mantém o equilíbrio externo “que significa alto crescimento com baixa inflação” (SICSÚ, 2008). O controle dos juros controla a inflação, os preços e, portanto, o emprego.

A inflação mostra-se um elemento tão complexo e importante que deveria ser tratado por mais órgãos do governo. Elucidado sobre a relação da política cambial e monetária, destacando a inflação. Ele passa a explicar as diretrizes da administração fiscal.

Os objetivos da administração fiscal para o desenvolvimento nacional forte são: política de gastos objetivando o pleno emprego; sistema tributário progressivos baseado na tributação de renda e patrimônio desonerando consumo, produção e investimento; política de gastos sem restrições para investimento; democratização e desburocratização do gasto público, com foco na qualidade e combate ao desperdício; simplificação da arrecadação e fiscalização.

Destaca-se na administração fiscal uma lógica permanente e transversal em todos os objetivos: gasto público que gera renda (SICSÚ, 2008). Uma via de trabalho desse gasto público é desonerar as empresas que prometem empregar mais se tiverem menos tributação, e assim gerar mais renda. Outra via é distribuir a renda e dispor de financiamento público para o consumo, como foi o último ciclo macroeconômico de desenvolvimento do Brasil

Este ciclo virtuoso de geração de renda²⁶ acontece pois tende a gerar mais consumo que, para ser atendido, necessita de mais empregos. Assim “os gastos do governo, o multiplicador destes gastos (que depende das propensões a gastar), o consumo, o investimento e o saldo comercial são as variáveis fundamentais para explicar o crescimento econômico” (SICSÚ, 2008). Dessa forma, é possível gerar renda aos mais pobres (que necessitam satisfazer as necessidades básicas de consumo) e tornar uma ferramenta de fazer justiça social por meio do consumo.

A teoria Keynesiana defende que é possível uma taxa de desemprego muito baixa através do gasto e investimento público para geração de emprego e renda, de forma que as contas públicas se mantêm equilibradas, com a dívida pública financiando as políticas governamentais que mais geram emprego e renda. Assim, otimiza-se o uso do déficit público para o desenvolvimento da economia nacional.

Quando há serviços de políticas públicas afinadas com tais objetivos, a médio prazo o orçamento será superavitário. Sicsú (2008) entente que tal dinâmica pode aproveitar a dívida pública para sua própria superação. Diferente da crise atual, quando o orçamento público é direcionado para o pagamento da dívida pública, deixando de financiar políticas de geração de emprego.

Nota-se que há um falseamento do debate sobre o déficit público, responsabilizando o chamado gasto social, que financia as políticas sociais para a realização dos direitos da cidadania, como o causador do mal andamento das contas públicas, que, quando não dedicado para este fim, é direcionado para o pagamento da dívida pública. Dívida que gera debates e pesquisas que alimentam o mercado financeiro e rentista²⁷.

Regulado no contexto do capitalismo e da democracia contemporâneos, o orçamento público pode apenas manter a existência do Estado a um “padrão de civilização” e promover justiça social (SICSÚ, 2008). Impostos têm que onerar mais quem ganha mais, e a arrecadação em prol da justiça social tem que gastar, não só com a distribuição de renda para

26. Alguns teóricos chamam de modo petista de governar, vide *Desafios das Cidades – desenvolvimento com participação e inclusão social*.

27. Para ler mais sobre o assunto: E. Beharing (org.), *Rotação do Capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social*.

acabar com a fome e miséria, como o Brasil vem fazendo desde os anos 2000, mas ser intolerante com a desigualdade de oportunidades, e promover políticas públicas que visem a justiça social.

Instituição pública que oferte segurança de vida com qualidade para todos, sem qualquer distinção de idade, de condição (formal ou informal) no mercado de trabalho, condição física, racial, social ou religiosa. (SICSÚ, 2008, p. 22)

Para Sicsú (2008), a qualidade de vida de todas as pessoas deve ser o objetivo fim do Estado, mas construído de forma participativa. Para tanto, as políticas macroeconômicas devem então administrar uma taxa de juros baixa; taxa cambial competitiva; política cambial; contar especulação internacional; sistema tributário progressivo e que financie o Estado de bem-estar social.

A administração fiscal deve ser remodelada para assumir a concepção de que gastos de investimento são gastos de atividades fim – por exemplo, educação, saúde etc. – e gastos correntes são aqueles que sustentam a realização das atividades finalísticas. (SICSÚ, 2008, p. 24)

Estudo de caso – a experiência de Canoas/RS (2009-2012/2013-2016)

História da cidade e a eleição do prefeito Jairo Jorge

Ao longo dos seus quase 80 anos, Canoas alcançou a posição da cidade com a quarta maior população do Rio Grande do Sul, com 308 mil habitantes. É o município mais populoso da região metropolitana de Porto Alegre, que é composta por 32 cidades, onde está “mais de 37% da população do Rio Grande do Sul, produzindo quase 50% do PIB estadual. O Índice de Desenvolvimento Humano (medido pela ONU) desta região é de 0,833 (o sexto do Brasil)” (GAMA, 2011).

Conta a história²⁸ que seu povoamento surgiu em 1871 como uma estação no meio do caminho entre a capital do estado, Porto Alegre, ao

28. A história de Canoas é contada no site da prefeitura, disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/id/7>>. Acesso: 29 set. 2017.

município de São Leopoldo (atualmente também da Região Metropolitana), dentro da Fazenda Gravataí, que costeava o Rio Gravataí, onde deságua o Rio dos Sinos, rio este por onde os colonizadores percorreram o interior do estado. A fazenda tornou-se um ponto estratégico nestas rotas marítimas que levavam à capital.

Segundo o jornalista Gama (2011), que recupera esta história, tal estação nasceu em um lote de uma antiga fazenda que levou ao nome da cidade:

Os homens da guarda da estação aproveitaram uma grande árvore na construção de uma canoa para o serviço da sede [...]. Outras canoas foram feitas, motivo pelo qual o mato [lote] passou a ser chamado de Capão das Canoas, que originou o nome da estação, do povoado e finalmente do município. (GAMA, 2011, p. 20)

A partir deste ponto de estação entre as rotas feitas por canoas, surge um povoado, que cresceu e deixou de ser apenas uma estação dentro da fazenda Gravataí, e passou a ser uma Vila, que pertencia aos municípios de Gravataí e São Sebastião da Serra. Sua emancipação foi em 1939, após a instalação de um regimento de aviação militar em seu território, (hoje o 5º comando aéreo regional da Força Aérea Brasileira – V Comar²⁹), quando já tinha mais de 40 mil habitantes.

Segundo Gama (2011), as seguintes características fizeram com que Canoas viesse a ser a maior cidade da região metropolitana de Porto Alegre:

- Transporte a porta (por um lado estradas e por outro o rio);
- Mão de obra profissional;
- Telecomunicações de qualidade (decorrência do comando de aviação);
- Fornecimento energético confiável.

Estas características são decorrentes da dinâmica econômica que se estabeleceu em Canoas, devido principalmente por sua posição geográfica.

29. As funções e a história do comando podem ser consultadas em seu site oficial. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/organizacoes/mostra/318/QUINTO%20COMANDO%20A%C3%89REO%20REGIONAL>>. Acesso: 29 set. 2017.

Posicionada a 14 quilômetros da capital, é um ponto no caminho entre os polos de negócio do estado. Negócio feitos através do Rio do Sinos (desde a colonização alemã até os negócios de agricultura e pecuária) e através da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a São Leopoldo, transformadas nas BR-116 e RS-386³⁰.

Mas o estopim do crescimento populacional de Canoas foi em decorrência da instalação dos frigoríficos Nacionais Sul Brasileiro, em 1939, às margens de Porto Alegre e na beira do Rio Gravataí. Esta indústria demanda muita mão de obra e atrai migrantes para este fim. Mas, sem nenhum tipo de planejamento ou ordenamento público, ocuparam territórios limítrofes de Canoas e Porto Alegre, constituindo vilas e bairros. Este processo resultou, de 1940 a 1960, no crescimento de 400% da população de canoense (GAMALHO & HEIDRICH, 2015).

Resumidamente, pode-se dizer que economia local se desenvolveu com industrialização de Canoas, através do setor aeronáutico e petrolífero. A partir de 1942, a indústria aeronáutica cresceu para atender a base aérea do 5º comando da FAB; e em 1968 foi inaugurada a Refinaria Alberto Pasqualini³¹, uma unidade de negócios da PETROBRAS, onde se produz Diesel, Gasolina e outros derivados de petróleo.

A historiadora do Observatório do Vale do Sinos³², Danielle Viegas, ao narrar o processo de industrialização de Canoas, identifica que ao longo do século XX a cidade recebeu três narrativas: cidade veraneio, cidade industrial e cidade dormitório. Tais narrativas foram formadas a partir dos fatores, principalmente econômicos, que aconteciam de fora para dentro da cidade, sem gerar uma identidade propriamente local:

30. Estas estradas cortam abruptamente a cidade em quatro quadrantes, impactando negativamente a mobilidade local, segregando os quadrantes. Nelas circulam 120 mil carros diariamente, configurando-se como um enorme potencial poluidor para a cidade.

31. O trabalho da REFAP pode ser consultado em seu site oficial: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossasatividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-alberto-pasqualini-refap.htm>>. Acesso: 29 set. 2017.

32. O Observatório do Vale dos Sinos acompanha o desenvolvimento das políticas públicas e trabalha na produção de indicadores sociais da região, produção disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/sobre/quem-somos>>. Acesso: 29 set. 2011.

Uma hipótese para o estabelecimento dessas sensibilidades específicas é o fato de que a construção do espaço urbano de Canoas tenha ocorrido predominantemente desvinculada de qualquer interferência pública de Poder até meados da década de 1960. A cidade teve a sua urbanização pautada, naquele momento, pela iniciativa de sociedades territoriais e imobiliárias. Tal característica fez com que o seu desenvolvimento urbano não tenha envolvido a produção de símbolos e de patrimônios coletivos o que, de certa forma, fomentou a construção de sociabilidades muito mais junto aos bairros do que perante a cidade como um todo. (VIEGAS, 2012, p. 21)

Esta narrativa sobre Canoas se transforma junto com as mudanças da economia e urbanização da cidade. Canoas não foge ao fenômeno urbano brasileiro, surgiu e cresceu sem planejamento público para atender as demandas sociais, mas à mercê dos interesses da especulação imobiliária e da mão de obra barata, que o êxodo rural oferecia à industrialização.

Este desenvolvimento urbano problemático é estruturante na história de Canoas. Pesquisadores apontam que seu ápice é a grande ocupação do bairro Guajuviras, no ano de 1987, onde mais de 16 mil unidades habitacionais do programa habitacional da COHAB-RS³³, entre apartamentos, casas e lotes, foram ocupados.

O projeto da COHAB-RS para o bairro Guajuviras percorreu as décadas de 1980 e 1990 e chegou a ser a maior obra do estado do Rio do Grande do Sul. Parte dos ocupantes, e posteriormente dos loteamentos irregulares e assentamentos informais que se constituíram, eram dos movimentos populares organizados. Mas parte significativa eram de pessoas que ouviram sobre a ocupação e se somaram a ela espontaneamente.

33. Companhia de Habitações financiada pelo Banco Nacional de Habitação, criada no governo militar na tentativa de atender a demanda por moradia urbana no país, que chega a atender a 25% da demanda existente, o que alguns autores apontam como um insucesso. O pouco impacto, somados à crise econômica que emergia e se acentua na década seguinte, leva ao encerramento da política. A próxima tentativa expressiva de atender ao déficit habitacional no Brasil foi o Programa Minha Casa Minha Vida, no governo Lula (PT).

É observado pelos pesquisadores o surgimento e a atuação dos movimentos populares, ora através do enfrentamento aos inúmeros embates contra despejos ora como negociação por serviços públicos básicos.

É possível compreender que a urbanização de Canoas vai no mesmo sentido da urbanização dos centros metropolitanos brasileiros, a partir de ocupações de áreas abandonadas ou compra de lotes clandestinos. Caracterizando por Lúcio Kowarick (2000)³⁴, ao analisar a urbanização de São Paulo, chama de segregação socioespacial, que gera em um tipo de subcidadania urbana, em que os direitos básicos da cidadania, como moradia, saneamento básico, transporte público e acesso a serviços sociais são de difícil acesso ou até mesmo negado para as populações residentes em habitações irregulares.

As ocupações de terra urbana que aconteceram em Canoas³⁵ marcaram um novo imaginário social sobre a cidade:

Diversos discursos atravessam a questão das ocupações do Guajuviras, como o discurso ambiental, criminalizando as ações devido ao corte de eucaliptos e os interesses sobre o distrito industrial, objetivo antigo das diversas administrações e elite dirigente. Em ambos, estão presentes os sentidos de criminalização dos ocupantes, alvos de violência simbólica por suas lutas em busca do direito à cidade, adquirindo-o por suas margens, não físicas, uma vez que o crescimento urbano e as melhorias no sistema de transporte e comunicação incorporam espaços antes considerados distantes, mas permanece como à margem nos sentidos legais e sociais.

Vidas e histórias transformando-se em ocupações, remoções e reintegrações de posse. Ao mesmo tempo em que os ocupantes têm sua inserção na cidade de forma irregular, as ações institucionais tornam-se mais repressivas e violentas: Inúmeros conflitos com a prefeitura, empresários do setor imobiliário e presença dos movimentos sociais populares e sindicais. (GAMALHO & HEIDRICH, 2015, p. 21)

34. Em *Escritos urbanos* o autor aponta o conflito entre a realidade vivida pela população pobre nas metrópoles e o planejamento urbano: “irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face a um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso aos benefícios básicos para a vida nas cidades”(Kovarick, 2000, p.54).

35. Há muita produção teórica sobre as ocupações de Canoas, nesta pesquisa tomamos como referência os estudos da Fundação de Economia e Estatística do RS.

Periférica, pobre e violenta são algumas características comuns dadas popularmente à cidade, e confirmadas por pesquisas. Os pesquisadores Gama-lho e Heidrich (2015), em um artigo publicado para a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), mostraram como estas características ainda estão presentes nos discursos da população e até dos atores políticos sobre a Cidade, até os anos 2000. A urbanista Ermínia Maricatto (2015) traça um paralelo entre este modelo de cidade subdesenvolvida das regiões metropolitanas do Brasil, aos altos indicadores sociais de violência urbana, que explicam este tipo de narrativa constituída sobre cidades como Canoas.

A taxa de homicídios no Brasil cresceu junto com a urbanização e metropolização das cidades. De 1980 a 2010, o índice cresceu em 259% em Canoas. Este fenômeno também é evidente, com uma das taxas de homicídios mais altas do estado do Rio Grande do Sul.

Apesar deste fato, este discurso sobre as ocupações como lugar de invasores violentos encobre a realidade: “(...) [no] imaginário social como um local em que predominam os desvios e o medo urbano, com isso encobrindo o bairro como produto da luta por moradia” (MARICATTO, 2015).

Além da área citada, destina aos conjuntos habitacionais do Guajuviras, a ocupação de seus arredores de áreas verdes e áreas de alagamento. Canoas torna-se numa cidade dormitório, em que seus habitantes trabalham em Porto Alegre.

Segundo o IBGE (2015), um quinto da população da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) trabalha na capital, configurando um constante fluxo urbano entre as cidades da região metropolitana de Porto Alegre.

É nesta história que, em 2008, a coligação liderada pelo PT se insere e é eleita. No histórico dos governos eleitos em Canoas, da redemocratização até a eleição da chapa em 2008, é notória uma tradição eleger partidos conservadores para o executivo municipal. Foram eles: ARENA, PDS, PMDB, PSDB e uma gestão PDT.

Antecedida pela gestão do PSDB de 2005-2008, a gestão de Jairo Jorge estreou o PT na prefeitura de Canoas. A coligação desta eleição era denominada “Bloco de Oposição Municipal”, que reuniu PT, PPS, PP, PR, PSB e PCdoB, que ganhou a eleição com 52%³⁶ dos votos, contra

36. Dados do TER-RS. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br>>. Acesso: 29 set. 2017.

o candidato do PTB, Jurandir Marques. Jairo Jorge ganhou em 2008 para a gestão 2009-2012 e foi reeleito em 2012 para a gestão 2013/2016, em primeiro turno, com 71,27%, com uma coligação maior do que a primeira vez, incluindo inclusive o partido opositor da primeira eleição. Foi a chapa: “Bloco do Orgulho Municipal” – PRB/ PP/ PDT/ PT/ PTB/ PMDB/ PSL/ PR/ PPS/ PRTB/ PTC/ PSB/ PV/ PRP/ PPL/ PSD/ PCdoB – que derrotou o PTN e a candidata Gisele Gomes.

A continuidade deste projeto estava na eleição da candidata Beth Colombo, do PRB, que foi vice-prefeita durante as duas gestões. Mas o resultado eleitoral foi inesperado, quando, na véspera da eleição, uma denúncia contra o coordenador financeiro da campanha levou o pleito ao segundo turno, e resultou em derrota para Beth com 48,75% dos votos, perdendo para Busato do PTB com 51,25% dos votos.

O recorte temporal da pesquisa é de 2008 a 2016, portanto, não aprofundaremos na avaliação da atual gestão em curso.

Na próxima seção será apresentado um panorama da situação socioeconômica do município, retratando os indicadores sociais sobre a população, território, economia, educação, saúde, cultura, segurança pública, índice de desenvolvimento humano, durante a gestão.

O desenvolvimento socioeconômico

Uma das primeiras ações da gestão foi instaurar, através da lei 5.365 de 08 de janeiro de 2009, o Instituto Canoas XXI (ICXXI), para trabalhar com a produção de indicadores sociais sobre e para a Cidade. Foi na produção do ICXXI, que esta pesquisa buscou informações para elaborar o retrato socioeconômico da cidade.

No início desta pesquisa, o trabalho considerou a hipótese de que os indicadores sociais produzidos pelo ICXXI ofereceriam subsídios para aferir a cidadania em Canoas.

Entretanto, ao verificar esta produção e confrontá-la com a revisão bibliográfica aqui apresentada sobre a concepção de cidadania, esta hipótese não se mostrou viável, pois a concepção de cidadania verificada não é suficientemente expressa em indicadores quantitativos sobre direitos sociais acessados pela população.

A cidadania não pode ser igualada a bons indicadores sociais, entretanto, sem eles, ela também não se realiza. Neste sentido, o trabalho do ICXXI em tratar dos indicadores sociais da cidade é estratégico para a realização da cidadania.

Para compreender este papel é importante entender o formato administrativo do Instituto que é de uma autarquia municipal, vinculada ao gabinete do prefeito, e que “tem como principal missão melhorar a qualidade de vida da população, promovendo o planejamento estratégico das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico do Município e o seu ordenamento territorial funcional” (Art. 2º, Lei 5.365).

Suas competências são: elaborar, monitorar e gerenciar políticas públicas da cidade e o planejamento urbano, visando desenvolvimento integrado e de longo prazo para o município. Mas sua principal atribuição é de desenvolver o levantamento e manutenção dos dados, indicadores socioeconômicos e ambientais da cidade. Elaborando um “portfólio de indicadores socioeconômicos e territoriais, por além de tornar acessível as informações, também possibilita a compreensão da dinâmica urbana” (CANOAS, 2009). Ou seja, seu foco é o de manter um diagnóstico atualizado sobre a cidade.

Os indicadores a que se refere são de bases quantitativas sobre o acesso aos direitos básicos da cidadania. Mas a compreensão de cidadania proposta nesta investigação vai além dos direitos básicos e abrange dimensões subjetivas sobre participação política, democracia e autonomia da vida social.

Entretanto, é importante resgatar a conjuntura política atual, na qual este trabalho está inserido, e sublinhar que o Estado Democrático de Direito é estruturante da noção de cidadania, com a garantia na lei e no acesso dos direitos sociais, civis e políticos. Portanto, além da reflexão teórica, é preciso compreender a cidadania além da garantia de direitos e traçar um retrato socioeconômico de Canoas no período aqui analisado, na tentativa de verificar sua importância para a realização da cidadania.

Para orientar a leitura destes indicadores, recorreu-se ao analista socioeconômico, Paulo Januzzi (2012), que em seu livro sobre os indicadores sociais do Brasil explica a importância dos indicadores sociais para a política.

Segundo o autor, com a democratização do acesso e transparência de dados administrativos de governos e órgãos de pesquisa públicos, conhecer

e interpretar os indicadores sociais passou de uma averiguação técnica da realidade social para um elemento importante na arena política.

Para ele, os indicadores sociais na contemporaneidade deixam de ser uma forma de planejamento público técnico e passam a ser um instrumento e uma justificativa da ação política ideológica, uma forma de avaliação da efetividade e interesse do gasto público. Aponta o pesquisador que os indicadores sociais são:

Evidências empíricas dos fenômenos sociais observado [...] [o indicador é um] instrumento operacional para o monitoramento da realidade social [...] [tem o objetivo de] traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias das dimensões relevantes específicas e dinâmicas da realidade social. (JANUZZI, 2012, p. 22)

Transformar em dados mensuráveis nas realidades sociais complexas é uma tarefa difícil em que as metodologias de pesquisa estão sendo constantemente avaliadas e redefinidas. Portanto, nesta pesquisa optou-se por recorrer a órgãos públicos para averiguar as informações, são eles: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisa Canoas XXI (ICXXI).

A publicação Estado da Cidade do ICXXI, fonte dos dados aqui apresentados, foi um instrumento desenvolvido pela gestão para monitorar e disponibilizar para toda população o desenvolvimento socioeconômico e territorial da cidade. A primeira publicação foi feita em 2011 e por ser a primeira, ainda não tinha padronização temporal entre os diferentes dados selecionados para comporem o estudo. O estudo averiguou a situação populacional, territorial, econômica, educacional e dados da saúde, moradia e o IDH de Canoas.

É importante observar que estas bases de dados do ICXXI e do IBGE não são conjugadas, portanto buscou-se trabalhar com elas de forma complementar, atentando em reproduzir nesta pesquisa os dados quantitativos que subsidiam a avaliação qualitativa sobre gestão pública, que objetivasse fazer neste trabalho. Canoas tem a quarta maior população do RS, com 341.343 mil habitantes (IBGE, 2014). Os fenômenos de decréscimo e envelhecimento da população observados nos municípios brasileiros também são verificados em Canoas: de 1980 até 2010, a população decres-

ceu (IBGE, 2014). A variação populacional no último Censo foi de 5,79%, mas o decréscimo populacional se assentou chegando a 5,4% em 2010. A população idosa, de 60 anos a mais, dobrou nas duas últimas décadas, chegando a 11,47% da população total. O indicador de envelhecimento registrado neste senso foi de 55,25%.

A densidade demográfica é de 2.582,29 habitantes por quilômetros quadrados (km²) ao longo dos seus 131,1 km² de extensão territorial. No início da gestão, 54,63% do território era urbanizado, já na publicação sobre o ano de 2016, mostrou que a taxa de urbanização chegou aos 100% e a área verde disponível por habitante é de 16,21 metros quadrados. Este resultado é consequência da revisão do plano diretor.

A economia do Rio Grande do Sul, desde 2002, tem apresentando um crescimento muito pequeno, ocupando, em 2014, o quarto menor do país. Sua média nestes anos ficou em segundo menor crescimento dos estados³⁷.

A RMPA, onde está Canoas, foi até os anos 2000 fortemente composta pela indústria de calçados, que gerava empregos em toda a região, mas, segundo o Observatório da Realidade e das Políticas Públicas Vale dos Sinos³⁸, desde então, a indústria tem saído do estado rumo ao Nordeste brasileiro e ao Vale do Paranhana (RS). Além deste movimento da indústria nacional, o aumento da importação de produtos chineses também impactou na economia local do ramo dos calçados. A economia de Canoas é majoritariamente composta pelo setor de serviços, seguida da agropecuária e do setor industrial.

Canoas tem o terceiro maior PIB do RS, com participação de 7,5%. O salário médio dos trabalhadores formais em Canoas é de 3,5 salários mínimos, mas 29,4% população vive com meio salário mínimo.

O PIB municipal é majoritariamente composto pelo setor de serviços, 72,34%, completado em 27,63% pela indústria e 0,03% pela agropecuária. A “balança comercial do município tem apresentado resulta-

37. Boletim oficial sobre a economia do RS disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pibrs/estadual/destaques/>>. Acesso: 29 set. 2017.

38. O observatório é ligado ao Instituto Humanistas da UNISINOS, da rede Jesuítas do Brasil que produz importantes análises socioeconômicas sobre as cidades do Vale dos Sinos, que comportam a RMPA. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/sobre/quem-somos>>. Acesso: 29 set. 2017.

dos negativos desde 2012” (ICXXI, 2016). Como os demais municípios brasileiros, Canoas sofre dependência financeira dos repasses estaduais e federais (ICMS, IPVA, FMP). O PIB per capita em 2016 alcançou os 33,828 mil reais anuais.

A indústria é o setor de atividade econômica que mais dá rendimento, mas emprega 18,03% da população. A maior parte está empregada no setor de serviços, 48,54%. O setor que melhor remunera é a indústria, e o que pior remunera é o setor de serviços. O ICXXI observa esses dados como reflexo da grande oferta de mão de obra de migrantes registrada na cidade.

Os indicadores sobre o trabalho são majoritariamente sobre o trabalho formal. O que mostra uma parte da realidade do trabalho, visto que o trabalho informal é a fonte de renda parte considerável da população, mas a ausência de dados sobre isto dificulta uma visão apurada sobre as características do trabalho. O rendimento médio mensal em 2015 caiu para R\$ 1.773,80. O rendimento por emprego formal tem os melhores salários e estão no setor da indústria, com rendimento médio na área de R\$ 3.439,87, mas emprega 18,03% da população.

O setor que mais emprega é o de serviços, 48,54% de empregos formais, mas seu rendimento é de R\$ 2.434,47. Em seguida está o comércio, empregando 25,28% e com rendimento de R\$ 1.635,28. A construção civil emprega formalmente 6,22% da população e o rendimento médio é de R\$ 2.052,34. De 2009 a 2013 observou-se constante evolução no trabalho e na renda em Canoas. Mas em “2014 houve uma redução de 4.323 postos de trabalho” (ICXXI, 2015).

Comparando estes dados com o cenário nacional, o IBGE (2014) avalia que:

O salário médio mensal era de 3,5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30,6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 8 de 497; e 95 de 497, respectivamente. Já na comparação com municípios do Brasil todo, ficava na posição 105 de 5570; e 547 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29,4% da população nessas condições, o que

o colocava na posição 282 de 497 dentre os municípios do estado e na posição 4801 de 5570 dentre os municípios do Brasil³⁹.

A taxa de escolarização das pessoas com até 14 anos é de 96%. O ensino superior passa a ser minimamente expressivo a partir de 2009, até então não chegava a 10 mil, alcançando em 2015 com 41.413 matrículas, e com a consolidação de 3 instituições universitárias, com nível de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Indicadores de educação foram estáveis durante a gestão, apenas a taxa de evasão escolar no ensino médio aumentou um pouco. O Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, aumentou em meio ponto, de ambos os anos avaliados: o 5º ano passou de 3,5 para 4; e o 9º ano de 4,5 para 5,0 pontos, no período de 2009 a 2015.

A saúde canoense é entendida como um direito individual e social em duas frentes de atuação: prevenção e tratamento. Os dados mais sensíveis são da mortalidade infantil, que aumentou, chegando a 11,26 de mortes com menos de um ano de idade para cada mil nascimentos, mas que ficou abaixo da média do estado.

A cobertura vacinal foi relativamente estável, chegando a atender crianças dos municípios vizinhos, mas em 2014 teve uma queda e atendeu 84,12% dessa população.

O número de mães adolescentes também diminuiu (série histórica desde 2014, que chegou a 18,15% e em 2015 ficou em 14,19%), e os filhos destas mães nasceram com peso adequado, o que indica melhora nas condições de vida das mulheres.

Outro indicador de saúde que melhorou muito foi o de número de consultas anuais por habitantes. No início da gestão a média era de 1,81 consulta anual. Em 2015 ultrapassou de 5 consultas anuais.

Para avaliar o acesso à cultura, o ICXXI observou uma vocação literária em Canoas, com 65,09% dos equipamentos de consumo cultural ligados a livros. A cena musical também é ativa, com produção audiovisual local, disseminada por meio de rádios e emissoras locais. Observou-se

39. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/canoas/panorama>>. Acesso: jun. 2017.

também um aumento das associações culturais e, de modo geral, há equipamentos culturais espalhados por toda a cidade.

Sobre a segurança pública, os dados apresentados revelam uma cidade violenta. A taxa de homicídios chegou, em 2015, a 38,96%, que significa 133 mortes a cada 100 mil habitantes. Este número é três vezes superior ao indicado como “tolerável” pela ONU. Canoas é o quarto município gaúcho mais violento. Durante as gestões estudadas, o indicador cresceu se comparado ao histórico, a média era de aproximadamente 22,8 e, no período, foi de aproximadamente 35,11, mas entende-se que neste período um número maior de investigações chegou ao fim, o que pode parecer um aumento de violência, mas na verdade foi um aumento da taxa de homicídios verificados (ICXXI, 2015, p. 32).

Uma iniciativa inovadora para enfrentar esta realidade foi a instalação do primeiro sensor de tiros com centros integrados e articulados com todas as forças de segurança pública. Ao alarme do sensor, o centro integrado pode chegar ao local do disparo e socorrer e salvar as vítimas. O centro conta com câmeras de monitoramento por toda a cidade e uma integração com as comunidades por meio do aplicativo de mensagens de celular, WhatsApp.

As condições de infraestrutura básica, como saneamento, transporte e a questão territorial também são monitoradas pelo ICXXI. O destaque nesta área é a revisão do plano diretor. O 1º Plano Diretor é datado de 1972, quando a cidade era entendida apenas como lugar de passagem e dormitório para os trabalhadores de Porto Alegre e São Leopoldo. Desde então, a cidade se transformou radicalmente, e na década de 1990, com a consolidação da ocupação Guajuviras como a maior ocupação do Rio Grande do Sul, o plano já não atendia aos interesses de toda a população. A revisão do plano diretor com participação social levou quase três anos para ser cumprida e o resultado será apresentado no decorrer do capítulo.

A necessidade desta revisão pode ser justificada pelo déficit habitacional que em 2010 chegou a 10,72% (enquanto a média estadual é de 8,43%). Um déficit alto que exigiu iniciativas da prefeitura para ser melhorado. Em 2011 foi criada uma lei municipal de regulamentações para enfrentar o problema e, a partir daí, o número de áreas irregulares

apresentou queda (ICXXI, 2015, p.68), regularizando mais de 16 mil lotes até 2015.

O transporte público é o principal meio de transporte utilizado dentre os 18 bairros da cidade. Pouco mais de 55,80% da população é transportada pelos coletivos urbanos e intermunicipais; 90% população é atendida pelas linhas de ônibus sem ter que se deslocar mais de 300 metros para isso; 27,7% dos veículos têm acessibilidade.

A partir de 2012, o número de veículos individuais aumentou⁴⁰ de 33,80% para 54,10%, mas a partir de 2015 o número de usuários de transporte coletivo urbano voltou a crescer.

As indústrias e a BR-110, pela qual circulam cerca de 120 mil veículos diariamente, trazem um alto potencial poluidor para a cidade.

Outro dado relevante, fruto do crescimento da urbanização, é o que o consumo de energia elétrica dobrou durante as gestões e passou de 1,65 megawatts por hora (MW/h) para 2,75MW/h por domicílio.

Em 2013, o setor de telecomunicações registrou um aumento de instalação de linhas telefônicas individuais: 51.348 linhas telefônicas. Ainda naquele ano registrou-se o funcionamento de 1.332 orelhões, mas que caíram no desuso devido “em grande parte, ao maior acesso e popularização dos celulares e *smartphones*” (CANOAS XXI, 2015, p. 50).

O saneamento básico é verificado pelos indicadores de tratamento de esgoto, consumo de água tratada e coleta seletiva de resíduos sólidos. Verifica-se que o tratamento de esgoto triplicou durante o período estudado, passando de 11,06% para 34,06% sobre o total de esgoto produzido.

O consumo de água por habitante é bom, sendo 4 metros cúbicos (m³) por mês (o recomendado pela ONU é de 3,3m³). Apesar dos esforços, a coleta seletiva de resíduos sólidos é de 2,71% sobre o total de resíduos coletados anualmente.

As publicações do Estado da Cidade, tanto a de 2011 até a última edição de 2016, toma como os indicadores de cidadania o Orçamento Participativo (OP) e o Programa Bolsa Família (PBF).

40. A política do governo federal de reduzir o Imposto sobre Produto Industrializado – conhecida como “IPI reduzido”, pode ser a principal razão deste aumento.

Esta abordagem da concepção de cidadania como políticas para população mais pobre e de participação social sobre um pedaço do orçamento público revela uma noção de cidadania limitada (esta problematização será aprofundada nas considerações a seguir).

A transferência de renda via PBF, que atendeu uma média de 9.000 famílias.

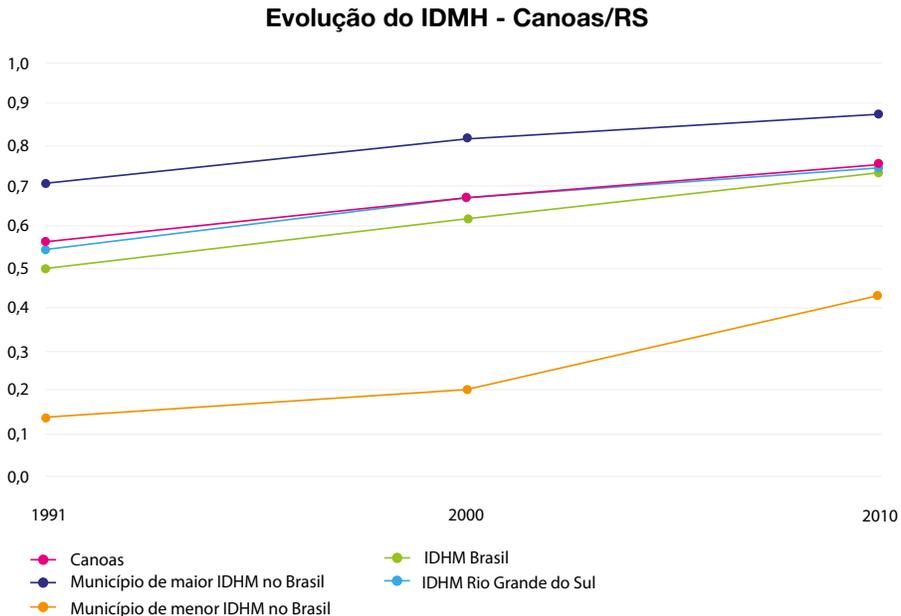
Em 2015 houve um salto para 11,63 mil famílias. Os pesquisadores do ICXXI observam que o PBF “tem se demonstrado efetivo no alívio imediato do sofrimento proveniente das vulnerabilidades da pobreza e no acesso a direitos sociais básicos” (ICXXI, 2014, p. 85).

O OP, política que nasceu no Rio Grande do Sul, é medido pelo percentual de participação em relação ao total de eleitores, que de 5,37% em 2009, passou para 10,24% em 2013. A participação dobrou e, segundo ICXXI, a “aposta na democratização da participação política de seus cidadãos por meio da escolha direta nas suas prioridades [...] o OP de Canoas já faz parte da cultura política da cidade” (ICXXI, 2014, p. 82).

Organizações da sociedade civil publicaram em parceria com a PNDU/ONU, o atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁴¹, que avalia o IDH, no qual podemos observar que em relação aos demais municípios brasileiros tem um indicador alto, de 0,750.

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,864, seguida de Renda, com índice de 0,768, e de Educação, com índice de 0,636 (Atlas Brasil, consultado em jun. 2017).

O quadro abaixo representa um comparativo do IDHM entre o estado e o país:



Fonte: PNUD, Ipea e PJP.

Neste quadro observamos que Canoas seguiu o movimento nacional de crescimento contínuo do IDH na primeira década dos anos 2000. A partir destes indicadores, observa-se que, de maneira geral, houve crescimento articulado com desenvolvimento durante a gestão. Firmino (2009), analisa estes mesmos indicadores socioeconômicos a partir da metodologia de SWOT.

A SWOT Analysis aborda quatro elementos essenciais para a análise do ambiente interno e do ambiente externo que auxiliam no processo de planejamento estratégico das organizações. Estes elementos, que dão nome ao modelo, são: *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). (FIRMINO, 2006, p. 60)

Em sua análise, Firmino (2009) aponta as oportunidades e os riscos do cenário socioeconômico de Canoas. O desenvolvimento do parque industrial do município somado ao potencial das organizações sociais e

da universidade local, e ao equilíbrio das contas públicas promissoras, ao mesmo tempo em que a crise internacional e nacional já dava seus sinais como ameaçadoras para o desenvolvimento da cidade. Ameaça que se tornou real e crítica para o município, como observado nos indicadores econômicos de 2015. (FIRMINO, 2009, p. 65)

Quadro 1 - Matriz SWOT de Canoas/RS

AMBIENTE INTERNO	FORÇAS	FRAQUEZAS
	Parque Industrial Organizações sociais Finanças públicas Universidades	BR-116 e BR-386 Infraestrutura e saneamento Transporte coletivo Poluição
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Pré-Sal Rodovia do Parque Copa 2014 Financiamentos subsidiados	Variações cambiais Crises econômicas Greves Guerra Fiscal

Fonte: Elaboração própria.

Neste quadro de Firmino observa-se que os apontamentos da SWOT se concretizaram. Os aspectos positivos internos cresceram e traduziram-se em indicadores positivos de educação com o crescimento do ensino superior em Canoas, e sua articulação com os projetos sociais na cidade, por meio da extensão universitária⁴². Dois aspectos das fraquezas da cidade foram enfrentados com a revisão do plano diretor: infraestrutura e saneamento, que tiveram indicadores com expressiva melhora.

Os esforços para que os indicadores expressassem a realidade social e a política da cidade, como no entendimento de Januzzi, “bases quantitativas para se alcançar conclusões qualitativas”, mostram uma dimensão mensurável da concepção de cidadania de Carvalho e Marshall, são indispensáveis para monitorar principalmente os direitos sociais. São indispensáveis para a compreensão, para “dar significado empírico a conceitos complexos”, sobre “os avanços ou retrocessos na condição de vida da população” (JANUZZI, 2012).

42. São elas: ULBRA, FEEVALE e LaSalle.

Neste campo dos direitos sociais, os indicadores de educação, saúde, urbanização mostram melhoras significativas em Canoas. Tais melhoras revelam um compromisso público com as pessoas e com as famílias em situação de vulnerabilidade, materializado por meio do crescimento do acesso aos serviços públicos. Esta dimensão é fundamental para a realização da cidadania, mas não é suficiente.

A concepção de cidadania exposta no início deste trabalho aponta para a necessidade de a gestão pública assumir a dimensão democrática e participativa para a ampliação dos direitos políticos e para o centro do programa de governo.

A experiência da gestão do prefeito Jairo Jorge tentou alcançar esta dimensão por meio de um sistema de participação social, apresentada a seguir.

O sistema municipal de participação social

A participação social foi o instrumento escolhido para conduzir as duas gestões do prefeito Jairo Jorge (PT). Portanto, apresentar o Sistema Municipal de Participação Social (SMPS) é mostrar a metodologia que conduziu a experiência de Canoas.

Com atenção voltada ao contexto social e político que atravessou a gestão, o prefeito Jairo Jorge, que tem como profissão o jornalismo e é autor de livros sobre gestão pública, analisa, em sua publicação “Radicalizar a Democracia” (2014), a conjuntura como um marco histórico da vida social, uma fase de transição entre uma forma ultrapassada de organizar a vida coletiva, para uma nova forma:

O mundo vertical da comunicação de massa, da indústria cultural, da prosperidade e privatização do conhecimento, da massificação e ineficiência dos serviços públicos, está dando lugar a outro, que é horizontal, das redes sociais, da cultura do comum, dos códigos abertos, da personalização e resolutividade das políticas públicas. (JORGE, 2014, p. 17)

Estas mudanças sociais foram colocadas no centro do planejamento de gestão, desafiando a equipe gestora a lidar com o novo e de uma nova forma. Esta experiência inovadora, de fato, trabalhou com o novo paradigma da participação social, que as novas tecnologias de comunicação

têm proporcionado mundo afora, não só através da tecnologia digital, mas com ações públicas que colocaram a equipe gestora numa relação mais horizontal, direta, com a população.

Em 2013, um fato histórico da política brasileira tomou conta do país. As chamadas Jornadas de Junho⁴³ levaram milhares de pessoas a ocuparem as ruas das principais capitais do país, por diversas causas, mas com algo em comum: a crítica à democracia representativa, e reivindicando uma democracia mais direta. A gestão de Jairo Jorge interpretou as Jornadas de Junho como um fato que comprovou que a opção pela participação social em todo planejamento municipal era acertada.

A gestão entendeu as Jornadas como resultado de uma insatisfação social com a forma tradicional de fazer política, e que reivindicava por “mais qualidade de vida, serviços públicos melhores, e por isso pediram ‘educação e saúde com padrão FIFA’” (JORGE, 2014).

No intuito de responder aos anseios populares, as ferramentas do Sistema Municipal de Participação Social (SMPS) buscavam dinamizar e ampliar, com resolutividade, as formas de participação social direta nas

43. As Jornadas de Junho foram grandes manifestações de rua que aconteceram em várias capitais do país, mobilizadas através das redes sociais, em que milhares de pessoas fossem às ruas por diversas reivindicações. Começaram em São Paulo, com o movimento Passe Livre se posicionando contra o aumento da tarifa de ônibus, mas acabou por extrapolar esta pauta, e a apresentar diversas reivindicações sociais e de projetos políticos distintos. Desde manifestações por serviços públicos “padrão FIFA” – era véspera de Copa do Mundo no Brasil – até por manifestações contra os partidos políticos e formas tradicionais de organização popular, com a palavra de ordem: “não me representa”. As manifestações também evidenciaram o polêmico movimento que é adepto da tática black bloc, cujos integrantes praticaram a depredação de propriedades privadas de grandes corporações financeiras como forma de chamar atenção e denunciar estas marcas e empresas que exploram a economia ao seu favor. Os impactos das Jornadas de Junho na vida social ainda estão sendo avaliados, mas é inegável que foi um marco histórico na política nacional. Desde então, os partidos e organizações sociais têm buscado inovar no uso das redes sociais como tática prioritária na disputa de narrativas e conteúdo político. Para ler mais sobre as jornadas: C. Vainer, *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram o Brasil* (Boitempo, 2013); especial da Revista *Carta Capital* sobre as os 4 anos das Jornadas de junho, disponível em: <<https://www.editoraconfianca.com.br/especiais/jornadas-de-junho.pdf>>. Acesso: 29 set. 2017.

decisões públicas, ampliando em quantidade e qualidade a forma dos cidadãos decidirem sobre os rumos da cidade.

Cabe lembrar que o Rio Grande do Sul é o berço do Orçamento Participativo⁴⁴, que influenciou o mundo a partir da década de 1990 nos governos de Olívio Dutra e Tarso Genro (ambos do Partido dos Trabalhadores - PT), a chamar a população para debater e decidir sobre uma parte do orçamento público municipal. Neste mesmo espírito da participação social, porém com muito mais objetos e ferramentas, o SMPS de Canoas elaborou e implementou 13 ferramentas estratégicas organizadas em 5 campos táticos, veja no quadro a seguir.

Sistema Municipal de Participação Social de Canoas/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Canoas/RS⁴⁵.

44. A literatura sobre o Orçamento Participativo é vasta, mas a obra de T. Genro, *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*, recupera a história do OP na capital gaúcha.

45. As descrições desse quadro estão na sequência do texto.

O SMPS foi organizado a partir de cinco ferramentas, cada qual com uma finalidade estratégica e ações táticas para sua realização. “Para decidir os investimentos da cidade, avaliar o cumprimento das metas do governo, fiscalizar a concretização do programa de governo, orientar a ação da prefeitura para a qualidade dos serviços públicos” (JORGE, 2014).

Ferramentas de demandas coletivas – o objetivo destas ferramentas era atender as demandas gerais da gestão da cidade, aponta o ICXXI:

- **Bairro Melhor:** o projeto que estimava que 50% do IPTU de cada cidadão pudesse ser destinado para um projeto social ou obra em seu bairro, e as organizações sociais responsáveis pelo projeto buscavam diretamente na comunidade os doadores (totalizando ao máximo 5% do IPTU do ano anterior de toda a cidade). O projeto, que podia ser de até 200 mil reais, teria que ter 20% de contrapartida social por parte das organizações sociais.
- **Plenárias de Serviços Públicos:** plenárias temáticas semestrais, em que eram estabelecidas metas e apresentados os resultados do Programa de Metas para Canoas (PMC), a partir do plano de governo. A população apresentava sua avaliação ou proposta sobre as metas ou o serviço em debate oralmente para toda a plenária, se inscrevendo para falar na chamada “Fila do Povo”, que era organizada no local da plenária.
- **Orçamento Participativo:** mobilizava aproximadamente 10% dos eleitores da cidade e era um diferencial de abrangência social em que todas as 15 microrregiões recebiam o mesmo volume de recurso. Através de assembleias nas microrregiões, a população podia inscrever as demandas de obras, votava em dois turnos nas obras prioritárias e em dois encontros nas obras inscritas. Na primeira vez abertamente, e na segunda vez, em voto em urna. Também se elegia delegados para o monitoramento da execução das obras escolhidas, e estes apresentavam nas assembleias a situação das obras anteriores. O OP Digital, consistia na escolha de uma obra de infraestrutura para a cidade, em que toda a cidade podia votar através da ferramenta digital *Ágora em Rede* (será explicada abaixo).

- **Polígonos Empresariais:** reuniões semestrais com as empresas, representantes de trabalhadores e gerentes para discutir as demandas, reivindicações e problemas das zonas industriais e pontos comerciais da cidade para otimizar sua produtividade.

Ferramentas de Demandas Individuais – Cujo o objetivo era inovar a forma de acesso ao gestor público por uma pessoa comum, sem ter que enfrentar processos complexos, ou se organizar coletivamente. Mas este acesso direto não era informal, não podia virar uma moeda de troca entre o cidadão e um servidor ou gestor público. Então, este diálogo direto foi institucionalizado com rapidez e resolutividade através das seguintes ferramentas:

- **Prefeitura na Rua:** aos sábados pela manhã, uma tenda era montada em um ponto estratégico cobrindo as 15 microrregiões dos quatro quadrantes da cidade. Eram distribuídas fichas e as pessoas poderiam falar com o prefeito ou secretariado, que encaminhavam as demandas e tinham até 10 dias para dar algum retorno sobre a viabilidade de resolução, via departamento de monitoramento da cidade. Até o primeiro semestre de 2016 foram 300 edições com 32 mil atendimentos (CANOAS, 2016).
- **Prefeito na Estação:** o transporte de trem, que liga os RMPA, é um dos principais, se não o principal, meio de transporte dos canoenses. Nas três estações que atendem a cidade, todas as quintas-feiras às 6h30 da manhã, o prefeito e a vice-prefeita realizavam atendimentos individuais diretamente na estação. As demandas também eram encaminhadas com prazo de retorno a ser feito pelo departamento de monitoramento. Rapidez e resolutividade eram o objetivo deste atendimento.
- **Audiências Públicas:** uma ferramenta comum e indispensável nas gestões, em que o parlamento ou o executivo municipal convoca audiências temáticas para serem discutidas com a sociedade civil.

Ferramentas de Concertação – Espaços públicos para a criação de convergências políticas e controle social entre os segmentos organizados da sociedade canoense.

- **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social:** reúne 50 entidades da sociedade civil, representações empresariais de trabalhadores e de movimentos populares, representa um “microcosmo da cidade” (Prefeito Jairo Jorge, em entrevista).
- **Casa dos Conselhos:** Um suporte de infraestrutura administrativa para que os conselhos de direitos e políticas setoriais pudessem funcionar e realizar o controle social sobre as políticas públicas.

Ferramentas de Elaboração Estratégica – São as ferramentas de formulação sobre o curto, médio e longo prazo para a Cidade. Todas realizadas através de metodologias de participação social.

- **Congresso da Cidade:** foi um grande marco para a gestão e para a história da Cidade. O Congresso da Cidade foi a principal ferramenta de elaboração estratégica das gestões. O Congresso da Cidade foi lançado através do decreto municipal 310/2010 no segundo ano da gestão e elaborou um projeto de longo prazo para a cidade, elaborando objetivos e ações estratégicas para Canoas de 2011 a 2021. Em um ano foram realizadas 11 etapas de atividades preparatória que passaram por:
 - Lançamento do texto guia, elaborado em parceria do ICXXI com a Agência Futuro⁴⁶, contratada para guiar metodologicamente o processo.
 - Elaboração dos macrotemas estratégicos.
 - Temas e ações estratégicas por eixo: cidadania (desenvolvimento social, identidade e imagem serviços e políticas públicas); Infraestrutura (mobilidade urbana, integração territorial, infraestrutura urbana); e Desenvolvimento (desenvolvimento sustentável, atividade econômica, promoção, capital humano).
 - Pré-estratégia: 39 ações e 83 ações estratégicas.
 - Sugestões do seminário de governo.

46. Agência de consultores em gestão pública, com atuação em São Paulo e Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.agenciafuturo.com.br/>>. Acesso: 29 set. 2017.

- Revisão da estratégia pelo seminário dos delegados.
- Prioridades regionais dos quadrantes.
- Contribuições das plenárias dos quadrantes.
- Proposta de estratégia.
- Destaques e plenária do congresso da cidade.
- Estratégia da Cidade: 43 iniciativas e 104 ações estratégicas.

Estas etapas foram cumpridas em 8 momentos: formação da comissão organizadora, das subcomissões, reuniões ampliadas e seminários temáticos, reuniões nos quadrantes da cidade para indicação de delegados, plenárias regionais e seminário dos delegados até que o congresso em si em 14 e 15 de abril de 2011.

Esta metodologia proporcionou “conciliar um alto grau de desenvolvimento e participação dos cidadãos com um debate aprofundado e construtivo sobre as complexas questões do futuro da cidade” (CANOAS, 2011, p. 75).

Em um ano de trabalho aconteceram 55 reuniões públicas, 15 reuniões da comissão organizadora, 8 estágios de revisão para a formulação da estratégia, 273 sugestões de iniciativas, 612 sugestões no portal do futuro, 5 mil visitas ao *blog* do Congresso, 3.825 participantes que elegeram 609 delegados. Tudo isso resultou em 43 iniciativas e 104 ações. (CANOAS, 2011, p. 77).

Estas iniciativas e ações perseguiram os seguintes princípios estratégicos para Canoas 2011-2021:

- a) **Mais sustentável:** aponta os caminhos para um desenvolvimento com equilíbrio ambiental, social e econômico.
- b) **Mais humana:** “amplia conquistas sociais, cidadania, acessibilidade e qualidade de vida com valorização de suas identidades e cultura”.
- c) **Mais integrada:** “supera os efeitos da divisão territorial da cidade e desenvolva suas potencialidades de forma conjunta”.
- d) **Mais inovadora:** “se insere nos setores e tendências de maior dinâmica global, além de consolidar a vocação de cidade inovadora em conhecimento”.
- e) **Mais próspera:** “desenvolve suas atividades econômicas, gerando mais e melhores oportunidades de trabalho e qualidade e renda para os canoenses”.

- f) **Atrativa:** “Canoas como referência em cidade metropolitana na atração de investimentos, visitantes e atenção à cidade e na oferta de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável a seus cidadãos”.

As ações e iniciativas remetem sempre a no mínimo dois princípios, o que deu materialidade e praticidade à sua execução. Foram indicadas também os assuntos principais para cada um dos princípios e para cada um dos quadrantes da cidade.

Na conclusão do congresso também foi indicado um Fórum de Governança Estratégica Cidadã de Canoas, composto por representantes da sociedade civil e do governo municipal, para monitorar a execução da estratégia de Canoas 2011-2021, para corresponsabilizar a todos para a realização da estratégia.

- **Plano Plurianual Participativo:** os dois planos elaborados durante as gestões 2010-2013 e 2014-2017 também foram permeados pela participação social e o segundo plano já foi totalmente guiado pela estratégia da cidade.
- **Planos Setoriais:** o destaque está na Revisão do Plano Diretor feita em 2015, que enfrentou o problema histórico e estruturante da cidade: a regularização fundiária nas áreas de ocupações por moradia. Além disso, inovou na elaboração de um Plano Diretor cicloviário, para incentivar o uso da bicicleta como transporte.

Ferramenta Colaborativa – No intuito de atender a quem não tinha condições ou que não era adepto à participação presencial, foi criada esta ferramenta on-line para possibilitar o diálogo direto com o prefeito, secretários e estas pessoas:

- **Ágora em Rede:** foi a ferramenta digital que instrumentalizou a participação direta *on-line*. Inicialmente chamada de Ágora Virtual, mas com o aumento da demanda, novas funções foram implementadas na ferramenta, transformando-a de um espaço de debate *on-line* para uma rede consultas, debates, prestação de contas e tomada de decisões coletivas.

Com esta apresentação geral das ferramentas de gestão pode-se observar o aspecto sistêmico da estratégia da Participação Social. Esta visão da participação abre espaço para a integração de diferentes formas. O prefeito Jairo Jorge (2014) discute que para fazer a gestão pública na contemporaneidade é preciso orquestrar a participação presencial com a digital; a opinião e necessidade individual com a coletiva; a participação dos movimentos e de organizações em assembleias, reuniões e também com os representantes eleitos (JORGE, 2014, p. 55). Mas sempre em direção ao protagonismo, à prioridade da participação direta, com o constante cuidado metodológico de não transformar a participação direta em representativa.

Proporcionando o protagonismo popular na gestão, aproximou as decisões política da população, tirando-as do campo da política representativa ou de assuntos técnicos, para assuntos do cotidiano comum.

O SMPS tirou os agentes públicos dos gabinetes e buscou descentralizar a gestão e os gestores públicos, criando espaços de diálogo diretos entre estes agentes públicos – atores políticos e servidores públicos – e a sociedade civil, organizada ou individualmente.

Neste sentido, o SMPS também se revelou como uma metodologia pedagógica. Ele exigiu esforço dos servidores públicos e dos atores políticos em mobilizar a população, em traduzir os conteúdos tecnicistas da gestão urbana e pública em conteúdos básicos para a apreensão popular.

Houve uma preocupação em que o sistema contribuiu na dimensão cultural da democracia participativa para a cidade.

O Sistema de Participação Social Popular e Cidadã ampliou a compreensão de que administrar uma cidade com limitações orçamentárias e demandas complexas é responsabilidade de todos, e não apenas daqueles que se sentam nas cadeiras oficiais da administração pública. (CANOAS, 2016, p. 15)

Ainda é cedo para conseguir avaliar o impacto, o enraizamento ou a absorção desta iniciativa na cultura política da cidade, mas aqui interessa saber como os fundamentos da cidadania orientaram a implementação desta metodologia de gestão, estruturada a partir da participação social.

Observamos que as ferramentas de participação estão voltadas para os serviços públicos, reforçando a centralidade que os direitos sociais e civis

têm na realização da cidadania. Esta centralidade por um lado pode limitar a materialização da cidadania, mas por outro demonstra que ainda se tem uma demanda real e urgente de enraizamento, garantia de acesso a direitos básicos na vida nas cidades.

Porém, para entender que a cidadania foi tomada nesta experiência abrangendo uma concepção em que os direitos sociais e civis são fundamentais, uma ressignificação dos direitos políticos foi experimentada, ultrapassando o limite da democracia representativa, elaborando novas estratégias e permitindo ações das pessoas que se inseriram na vida pública, por meio do SMPS.

Apesar da maioria das ferramentas estar tratando das questões básicas para a realização da cidadania, a forma de tratá-las foi inovadora na história da cidade. Neste caso chamou a atenção para compreender como esta ideologia e metodologia da gestão foram entendidos pelos gestores.

Para tanto, os documentos publicados pelo ICXXI não deram respostas suficientes, esperadas quando do início desta pesquisa trabalhou-se com a hipótese de que o ICXXI ofereceria insumos para interpretar a aplicação da noção de cidadania na cidade.

Entretanto, ao estudar os documentos publicados pelo órgão, percebe-se que os indicadores por eles produzidos não expressam a subjetividade que se quer investigar. Como já discutido acima, os indicadores sociais formulados e publicados por eles são fundamentais para avaliar a dimensão mensurável do acesso aos direitos da cidadania, em especial as políticas sociais.

Porém, a compreensão de cidadania que se assume nesta investigação vai além destes indicadores, e está interessada na dimensão ideológica do conceito.

Para tentar elaborar uma crítica que de fato assumisse os dados objetivos e os aspectos subjetivos da concepção de cidadania, recorre-se à aplicação de entrevistas semiestruturadas com alguns quadros do governo estudado.

As possibilidades para a realização da cidadania na cidade: Análise das entrevistas

As entrevistas⁴⁷ foram realizadas durante o ano de 2017, e como já apontado no decorrer do trabalho, trata-se de um ano de grande efervescência política. Apesar dos entrevistados apresentarem análises interessantes sobre a atual crise política, optamos por deixá-las fora desta seção, para destacar nosso objeto.

Assim, não reproduzimos aqui o debate sobre a conjuntura que permeou as entrevistas. Mas assume-se os comentários como determinações do contexto histórico que fundamentou as repostas dos entrevistados, mas o que interessa são as respostas sobre a gestão que participaram.

Como alerta de Minayo (1992), o objeto de estudo possui consciência histórica, e não há uma ruptura entre sujeito e objeto e toda a ciência é comprometida. Portanto, apesar de não trazer para o centro da nossa análise a avaliação da conjuntura que os entrevistados fizeram, reconhecemos que o foco dado por eles nas respostas está permeado pela conjuntura. Verificou-se esta dinâmica quando sintetizada as categorias de análise que emergiram das entrevistas.

A elaboração de categorias de análise foi feita a partir da metodologia que Minayo (1992) orienta: “agrupar elementos, ideias e expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (BARDIM, 1979, p. 83).

Desta forma verifica-se as hipóteses e questões iniciais da pesquisa, a partir de uma decupagem das respostas que serão transcritas *ipsis litteris*, sem indicação de *sic passim* quando necessário. A decupagem observa as tendências dominantes entre as falas, elaborando assim três categorias de análise: Estado, projeto político e democracia.⁴⁸

Estas categorias que surgiram das entrevistas são um pouco distintas das categorias elaboradas a partir da revisão bibliográfica que orientou o roteiro das entrevistas. Buscou-se, seguindo Minayo (1992), agrupar o que é comum entre as falas e destacar o que é específico como um todo nesta experiência. O trabalho foi orientado pelas categorias da dimensão dos direitos da cidadania e da economia política. Categorias estas que inclusive estruturaram o sumário da dissertação.

Pressupomos que as disputas em torno do Estado, do fundo público, fossem ser centrais nas entrevistas. Entretanto, estes aspectos apareceram mais focados na gestão destes processos do que suas disputas em si.

A concepção que os autores ditos como clássicos, em que a realização dos direitos civis, sociais e políticos foi uma parte de como esta gestão encarou e realizou seu governo. A dimensão da cultura política, da participação social, já apontada por Coutinho (1999) e Clemente (2015) apareceu tão importante quanto a dimensão dos direitos de Marshall (1967) e Carvalho (2013).

Observemos os seguintes comentários sobre o significado da cidadania os entrevistados:

A cidadania é quando o indivíduo compreende que seu destino não compreende a ele unicamente, que seu futuro não é uma obra apenas da sua individualidade ou dos seus interesses, quando ele rompe o egoísmo, sai da individualidade, isso para mim é cidadania. Ele olha para o seu território, olha para sua *pólis* e identifica o que ele é parte de um coletivo, um conjunto de outros interesses que precisam ser mediados para construir efetivamente, os seus direitos, e os seus deveres, correlatos. Eu penso que esta capacidade do indivíduo se superar, e superar o individualismo, eu denomino cidadania, capacidade dele em buscar conexão com o outro com a alteridade, o entendimento do outro, que ele ao mesmo tempo ele tem deveres e direitos, por tanto ele tem um compromisso, com o local onde ele está, com o seu território, seu território na forma de nação, incluindo o Estado tem que ser um promotor disso. Da cidadania. (Prefeito)

Quando efetivamente as pessoas se entendem sujeitas das decisões que envolveram o seu território, a sua condição de vida, seu papel político na sociedade, se sentem empoderadas para lutar por seus direitos, suas garantias na resolução dos seus problemas, dos seus empasses, dos seus projetos de vida. Porque penso que ela só se realiza quando a sociedade de fato tem uma ação ativa, e não só participativa, mas ativa, que se resulta em mudanças e transformação na qualidade de vida, no espaço onde ela mora, reside e convive. Na dimensão cultural também, onde as pessoas conseguem se expressar e fortalecer seus laços, suas identidades, suas relações sociais, e, portanto, se tornam sujeitos da sua própria história. (Diretora do ICXXI).

A cidadania nestas falas aparece como um projeto político, uma forma de se organizar socialmente. Mas a dimensão clássica, com a centralidade do acesso aos direitos foi pontuada.

A educadora popular ao responder esta pergunta apontou avanços no atendimento da saúde, como a chegada das Unidades de pronto atendimento – UPAS, que na condição de violência que a cidade enfrenta é muito importante. A diretora do ICXXI também apontou logo no início da entrevista a dimensão dos direitos como fundamentais para a realização da cidadania:

Realmente tu passas a ser cidadão quanto teu terreno tá regularizado, quando tu podes colocar teu filho numa creche e ir para o trabalho, quanto tu vê que a tua escola tem uma cancha de esporte que na escola particular tem e antes na pública não tinha. Tu és cidadão quanto tu tens um posto de saúde para ser atendido, tu tens um atendimento. (Educadora popular)

Dimensão política da cidadania se traduz na luta pela garantia dos direitos inclusive numa perspectiva permanente de ampliação deles [...] – as conquistas do marco legal de direitos – o marco legal instituiu o que para nós seria quase o mínimo necessário, ele não traduz a dimensão de uma cidadania ampla, ele simplesmente garante o mínimo que é a condição fundamental do sujeito-ser, digamos assim chamado, a decidir sobre as ações da gestão pública que impactam na sua vida. (Diretora do ICXXI)

Compreende-se que noção dos direitos da cidadania se apresentou como um pressuposto básico para estes gestores, sobre o que é e qual é o papel do Estado. Gestores interpretaram e trabalharam com a estrutura do Estado. Os limites que Ianni (2009) e Piketty (2014) colocam para o Estado foram apontados pelos entrevistados, não como condições dadas e intransponíveis, mas que podem avançar na mesma medida em que há participação social. O Estado foi caracterizado como:

Ele simplesmente garante o mínimo que é a condição fundamental do sujeito-ser, digamos, assim chamado a decidir sobre as ações da gestão pública que impactam na sua vida. Nós estamos hoje num estado que realmente coloca em risco a própria vida. Aí um dos elementos que atribuo a esta análise que faço, é a falta da dimensão política no debate, no debate público social. (Diretora do ICXXI)

[...] este é um Estado desigual [que tem apenas o marco jurídico da igualdade], o modelo clássico do Estado, alguns têm poder sobre o Estado, outros não. Alguns movem no Estado a sua vontade, têm mais acesso, controle, têm poder de decisão e outros não. Tu vê governos conservadores que fazem modelos de participação restritos. Participam fragmentos da sociedade que são ouvidos, a sociedade como um todo não. A grande questão é que quanto mais pessoas envolvidas, quanto mais pessoas participarem das decisões, melhor. (Prefeito)

Nestes trechos percebemos uma noção de um Estado passivo de decisões políticas que enfrentam sua própria natureza desigual, apontada na literatura. Os limites que a estrutura estatal coloca para a gestão foi comentada no sentido do engessamento administrativo, mas que podem ao menos problematizados, e por vezes até enfrentados:

[...] é um jogo de força e interesses, e aí é a política [que pode superar estes limites]. (Educadora popular)

Nós avançamos muito nos mecanismos de controle, nós temos os Tribunais de Conta, nós estamos aí hoje com todas estas denúncias de corrupção sendo investigadas, desvio de recursos etc. Aí a exigência do cumprimento de todas as legislações e etc.; às vezes torna os nossos processos bastante engessados. (Diretora do ICXXI)

A disputa pelo fundo público foi diretamente mencionada pelo pesquisador do ICXXI, como uma barreira do Estado para a efetivação dos direitos:

A falta de recursos para garantir a conclusão das obras decididas pela comunidade (OP). (Funcionário do ICXXI)

Nota-se que a preocupação mais administrativa fica evidente nas falas tanto do funcionário permanente do ICXXI, quando da diretora da situação. Foi reconhecido também um limite para o desenvolvimento de um projeto político mais profundo para a cidadania, a própria estrutura e agenda democrática:

Governabilidade, as gestões têm um período de vida de quatro anos, isso compõe o nosso processo democrático, nestes quatro anos que, do ponto de vista de algumas políticas estruturais, elas não conse-

guem colher um resultado. Muitos dos processos inclusive de participação necessitam de um tempo de maturação maior do que quatro anos. (Diretora do ICXXI)

O Prefeito fez uma avaliação mais crítica sobre a natureza e as possibilidades do Estado:

O Estado muitas vezes não toma essa demanda [do cidadão] como o centro. Ele entende que existe outras vontades, às vezes nos gestores, que são soberanas. Fruto talvez das suas visões, da sua ideologia, das classes, dos setores que ele expressa. Quando tu traz o cidadão para o centro, tu empodera o cidadão, radicaliza a democracia, onde as pessoas todas são sujeitos nesse processo, tu subverte isso. Tu também força a máquina pública a ter uma nova metodologia. Uma nova eficiência.

A efetividade, a eficácia e a eficiência elas não estão dissociadas dessa visão. O que é ser eficiente, eficaz e efetivo? É um Estado em que atende o cidadão, um Estado necessário, que eu defendo.

O Estado necessário quem decide é a sociedade. Não é o mercado que decide. A sociedade pode dizer que precisa que Estado atua no saneamento básico, né, então a sociedade define o tamanho do Estado. Mas o Estado tem que efetivamente é o seu poder, o cidadão é o poder, ele é o defender do poder do Estado, ele é o soberano do poder do Estado. Vamos atender esta vontade. O Estado que se coloca a serviço do cidadão é um Estado garantidor dos direitos do Cidadão. É um Estado então que promove essa consciência cívica, dos deveres do cidadão com a sua comunidade. (Prefeito)

Esta perspectiva se encontra com Coutinho (1999), como uma cidadania plena que precisa transpor as desigualdades impostas pelo Estado. Com projeto político, metodologia de gestão esta concepção não se mostra um “ideal talvez inatingível”, como Carvalho (2013) problematiza, mas como uma possibilidade real de superação do status de desigualdade que o marco jurídico da igualdade de direitos (concepção de Marshall) impõe.

Os instrumentos para a realização dos direitos da cidadania, a partir da participação social, podem ser utilizados neste intuito. Sendo esta uma possibilidade, ou seja, pode ou não ser feita, outra categoria emergiu nas entrevistas como elemento fundamental para a realização da cidadania a

partir da gestão pública: projeto político. Por esta categoria, compreendemos um projeto coletivo, temporal para a gestão pública, que é instrumento de construção de um projeto de sociedade.

Neste sentido, a opção pelo plano político dos gestores se apresentou como um elemento determinante para realização deste projeto. Uma vez referida como “vontade política do gestor” (Educatória popular), mas, nas demais vezes, verbalizada como uma postura ideológica, a postura política dos gestores foi fundamental. Seguem alguns comentários dos entrevistados neste sentido:

Acho que é nosso dever de esquerda [cumprir este papel] e é o dever dentro de uma administração pública fazer isso, eu sinceramente acho. Ele não pode só ficar aqui na administração do serviço público. (Educatória popular)

Estas pessoas cresceram, não tenho a menor dúvida. Elas têm muito mais informações, sabem se expressar melhor, sabem mais dos seus direitos, sabem que não é só desse jeito [...] que a prefeitura pode ser outra coisa [...]. O que isso resultou de organização coletiva para não deixar o sistema de participação acabar. [...] O Estado que está aberto nesta construção se coloca como um parceiro da resolução dessa agenda da igualdade social.

Para isso é fundamental, de fato, quanto mais canais de participação, de discussão pública, de participação, da resolução e da construção de políticas públicas, mais fortalece a capacidade do Estado e da sociedade civil na resolução dos seus problemas. (Diretora do ICXXI)

Criar espaços para o exercício das ideias e dos movimentos em relação à democracia e criar ferramentas ou procedimentos públicos que promovam e garantam a manifestação e o compartilhamento das decisões, como audiências públicas. Foi dada a oportunidade a vários ‘grupos’ políticos, econômicos e sociais diferentes para participarem da gestão da Cidade, pois havia um único objetivo: o desenvolvimento da cidade, embora existisse uma tênue harmonia. (Funcionário do ICXXI)

Dentro desta perspectiva ideológica, uma terceira categoria se colocou: democracia. A imbricação entre democracia e cidadania já apontada pelos autores se confirmou entre os gestores. É interessante apontar que esta compreensão confronta a ideia de que fazer gestão pública é um trabalho técnico, onde não há influência política. A técnica da gestão tem orien-

tação ideológica definida que revelou a estratégia da gestão e alcançou os indicadores positivos na seção anteriormente apresentada.

A outra questão é, e eu acho que este é um ponto muito importante, a cidadania política também. É tu, no sentido amplo, não só do voto, não só de eleger os teus governantes, mas no sentido de tu ter o acesso, o direito à participação, ter efetivamente espaço de participação, e tu decidir os rumos né, da vida em sociedade né, do teu local, é mais ou menos isso que eu entendo, que eu penso sobre cidadania [...] à organização popular. (Educadora popular)

É preciso olhar a questão da cidadania como uma forma mais complexa de poder, de participação. Somar a energia das pessoas para construir consensos, construir majoritárias, definir rumos, sejam rumos de curto, médio ou longo prazos. Pactuação permanente com a sociedade porque a democracia representativa é insuficiente. Portanto tu tem que criar novas pontes. Aí entra a democracia participativa, a democracia direta. Nós trabalhamos muito com a ideia sistêmica, talvez uma das grandes contribuições que a gente tenha deixado, na minha opinião, talvez o diferencial, é pensar como sistema. [...] Nós criamos ferramentas diferentes, com finalidades diferentes. A grande questão é que quanto mais pessoas forem envolvidas, quanto mais pessoas participarem das decisões, melhor.

Este é o grande desafio, criar plataformas, mecanismos, ferramentas, onde as pessoas possam efetivamente expressar sua vontade. É neste caso que eu preciso estabelecer hierarquia e estabelecer o que é prioritário, o que é necessário diante da escassez, é aí que eu preciso ouvir as pessoas. (Prefeito)

Participar das decisões da gestão pública [...] Quando a população, em grande número, demonstra e exercita a sua liberdade de expressão (na sua vida) e a participação (nas decisões do governo). (Funcionário do ICXXI)

Dimensão política da cidadania se traduz na luta pela garantia dos direitos inclusive numa perspectiva permanente de ampliação deles. (Diretora do ICXXI)

Assim como cidadania, democracia não é uma concepção neutra e está permeada de sentidos. Explorou-se sobre qual o sentido e a forma que estes gestores assumiram de democracia. A seguir algumas falas que apontam explicações para que democracia está sendo falada:

Não podemos olhar a democracia apenas do ponto de vista representativa, da democracia representativa. Ela é insuficiente hoje para absorver e catalisar os sentimentos da sociedade. Há uma crise hoje nos Estados Democráticos. Porque a democracia representativa é insuficiente. Estes são mecanismos onde o cidadão ele não é apenas um usuário, essa relação do usuário é uma relação de uma mão, as pessoas, não são usuárias apenas, se ela é usuária, ela também é a dona de uma empresa, ela é o cliente e o acionista, certo; porque nestas linguagens de mercado, muitas vezes, alguns tentam colocar o cidadão apenas como um cliente. Não é assim, o cidadão tem uma dualidade, ele é cliente, é verdade, ele tem uma relação de demanda, mas ele é o acionista. Nós temos que ter capacidade e o empoderamento das pessoas, para que as pessoas não sejam coadjuvantes, demandantes, como são hoje, as pessoas de uma forma geral, mas elas possam ser cogestoras, elas possam trabalhar de uma forma articulada, em direção à solução dos problemas. Somar a energia das pessoas para construir consensos, construir majoritárias, definir rumos, sejam rumos de curto, médio, longo prazo. Pactuação permanente com a sociedade. (Prefeito)

A organização da sociedade [...] Hoje eu vejo, dentro das cooperativas, que têm pessoas coordenando com outra visão, e sinto que é fruto deste processo. Não só meu, mas de uma gestão que teve este compromisso. O debate de como tudo isto gera uma outra visão de cidadania, uma outra visão política sobre a cidade, uma visão integral. (Educatória popular)

[...] A população mais pobre depende mais de serviços públicos, sendo que a participação nas definições e na gestão dos investimentos prioritários é mais importante para eles. (Funcionário do ICXXI)

Nesta perspectiva, a interpretação dada ao papel do Estado é, além da instituição responsável pelos direitos civis, sociais e políticos, de um indutor da auto-organização da sociedade:

[...] Uma vez que a sociedade consegue incorporar para si os seus direitos, e ela luta por eles, e de fato impõe uma agenda para os municípios, para os gestores locais de desafio na implementação dessa agenda. [...] O [ICXXI] organiza muitas vezes aquela proposta, oferece condições e subsídios para que própria sociedade civil, a

própria comunidade local possa estar qualificando estas propostas. Portanto, exercendo sua cidadania. [...] [o papel do Estado através do ICXXI] É fomentar a cidadania, é qualificar com informação, de fato colocar esta informação de forma pública. É produzir materiais, e inclusive contribuir para que esta informação possa ser didaticamente apreendida, e possa fundamentalmente e para isso servir de instrumento para gestão. (Diretora do ICXXI)

As pessoas têm muito uma visão colaborativa, crítica, e que tu não tem o controle, então é preciso se acostumar com esta desordem. Mas isto não é uma desordem, é uma nova ordem, onde as pessoas se sentem, se colocam na condição de protagonistas e querem ter a capacidade de cogestão, de trabalho compartilhado, que é o que hoje as pessoas buscam. (Prefeito)

No roteiro da entrevista havia questões para que os entrevistados elencassem as políticas que consideravam inovadoras na gestão e como esta política trabalhou para a materialização da cidadania. A intenção inicial era mensurar, “objetificar” uma política principal em destaque no programa de governo.

Entretanto, no transcorrer das falas – observa-se nos trechos acima citados – sobressaiu-se como fundamental nesta experiência o projeto político alinhado entre estes gestores.

Observou-se uma dualidade neste projeto. Se, por um lado, ela abrange a organização coletiva, digamos até a auto-organização, mas, por outro, ela também apresenta interesses individuais.

Coutinho (1999) trabalhou com a hipótese de que a radicalização da ideia de cidadania seria a radicalização da democracia através da autogestão. Porém, tanto no SMPS quanto nas falas dos atores sociais, uma personalização, um foco no indivíduo, que não requer a ele, uma organização coletiva de seus interesses.

Este é um limite a ao mesmo tempo uma possibilidade objetiva para a realização da cidadania em nosso tempo, a partir da gestão pública: ter ferramentas não só para os setores organizados da sociedade civil, mas também para as pessoas individualmente.

Ao longo desta pesquisa foi apresentada uma revisão bibliográfica comentada com nossa interpretação sobre os limites e as possibilidades para a cidadania no século XXI.

As categorias analisadas pelas entrevistas – Estado, democracia e projeto político – são aspectos subjetivos, difíceis de se mensurar, mas que são de fato estruturantes de qualquer programa e gestão de governo. Com a atual criminalização da política atual, onde o debate transparente e democrático, ideias contraditórias e valores diferentes têm sido suprimidos por um levante de intolerância e falseamento da verdade, é interessante observar como a dimensão ideológica se destacou nas falas.

Ianni (2009), Piketty (2014) e Chauí (2013) mostram que uma saída conservadora para a crise econômica e política é o projeto neoliberal.

Contudo, concordamos com Coutinho (1999) e Sicsú (2008) que a saída progressista da atual crise econômica pode ser por um projeto político ancorado nos direitos da cidadania, como analisada na experiência de Canoas/RS: um projeto político que tem maiores chances de ser bem-sucedido, principalmente se a gestão pública trabalhar para ampliar a concepção de cidadania, sendo indutora de uma nova cultura política de participação social.

Considerações finais

A pesquisa perseguiu a concepção de cidadania partindo de uma abordagem teórica examinada em sua dimensão real. Esta investigação teve como pressuposto que os conceitos e concepções políticas são ressignificados ao longo da história, e momentos de profunda crise política, como o que nos encontramos, demandam uma reflexão sobre os conceitos e uma verificação das práticas que são realizadas em sua orientação.

*O objeto deste estudo foi problematizar o conceito de cidadania, tomando-o como concepção que orientou a experiência progressista na Cidade de Canoas/RS, analisando suas possibilidades, limites, contradições e avanços reais nas gestões municipais de 2009-2012 e 2013-2016*⁴⁹.

O estudo procurou responder a este objetivo a partir de análises teóricas, culminando no estudo de caso da gestão Jairo Jorge.

*Na primeira seção abordou-se a concepção de cidadania*⁵⁰ e foi possível compreendê-la enquanto um projeto político que contempla os direitos

49. Destaque da autora deste estudo.

50. Destaque da autora deste estudo.

sociais, civis e políticos, mas que na contemporaneidade sua dimensão democrática participativa é fundamental.

Em sua radicalidade, a concepção de cidadania pode confrontar, superar ou ressignificar alguns direitos, como o direito à propriedade privada. Por isso, esta concepção é um projeto social antagônico ao projeto neoliberal de sociedade. Neste sentido, confirma-se a hipótese de que a concepção de cidadania é real e material, que se expressa por políticas públicas, mas que também alcança dimensões não enfatizadas pelos autores clássicos, no que tange à cultura política.

A noção de cidadania igualada às conquistas legais de direitos que Marshall (1967) apresenta pode parecer ser insuficiente para explicar a cidadania contemporânea, como demonstrado no estudo de Clemente (2015). Mas, por outro lado, diante das consequências da crise política brasileira atual, se coloca a necessidade da retomada do debate público e da defesa dos direitos da cidadania: a garantia dos bens comuns por parte do Estado; e o respeito as regras democráticas constitucionais.

A formação do Estado brasileiro, periférico e subdesenvolvido, como colocado por Ianni (2009), regulou e limitou os direitos da cidadania, conforme apontado por Carvalho (2008), configurando tipos diferentes de cidadãos, maneiras diferentes de acessar os mesmos direitos. A análise de Piketty (2014) reafirma a tese da cidadania que é “capturada” pelo mercado, quando o liberalismo transforma essa noção de direitos em serviços que passam a ser oferecidos no mercado.

Na segunda seção procurou-se mapear algumas condições para o desenvolvimento da cidadania no Brasil⁵¹. Quando Almeida e Reis (2012) apontam as características do regime democrático brasileiro e seus aspectos contemporâneos, pode-se compreender que o presidencialismo de coalizão e o pouco uso dos instrumentos legais de participação social condicionam a lógica democrática na representação, na participação direta.

No entendimento deste estudo, esse é um fator que limita o desenvolvimento da dimensão democrática da cidadania. Nota-se também que, apesar dos esforços nesse sentido, no clico dos governos progressistas lide-

51. Destaque da autora deste estudo.

rados pelo PT, a dimensão da cidadania instrumentalizada por políticas sociais foi majoritária.

À luz da literatura entende-se também que os limites e as possibilidades para a realização desta concepção de cidadania, do ponto de vista da gestão pública, são balizados tanto pelos aspectos da democracia quanto pela economia política. A crítica de Carvalho (2008) sobre a descrença da população na ordem democrática se manifesta mais uma vez em tempos de golpe. Contudo, a experiência de Canoas mostra que a resposta a esta descrença é com mais transparência e participação na gestão pública. Neste sentido, mais uma vez, a abordagem de Coutinho (1999) sobre o entrelaçamento de democracia e cidadania se mostra acertada.

Na dimensão econômica, o capitalismo neoliberal é antagônico a esta concepção de cidadania. Pois, como observa-se no contexto nacional, em seu atual momento de recessão, ele corta o fundo público que financia a realização dos direitos da cidadania para a manutenção dos interesses do capital, da acumulação privada.

A concepção de cidadania que compreendemos é oposta à deste movimento, pois ela é um projeto de sociedade radicalmente democrática. Como Piketty (2014) apontou: Estado Fiscal desafiando o Estado Social.

Neste sentido, o estudo de Clemente (2015), que aponta para um protagonismo da sociedade civil em defesa da cidadania, é muito interessante. Esta defesa tem em pauta o empoderamento dos indivíduos e a auto-organização da sociedade como potência de prática política. Mas a preocupação foi compreender como o governo do prefeito Jairo Jorge (PT) experienciou esta concepção na prática.

Tratou-se aqui dos problemas centrais da atual conjuntura: os direitos da cidadania e da democracia brasileira. Durante este trabalho, causou surpresa a rapidez em que a conjuntura mudou, e isso tornou esta jornada de aprendizagem ainda árdua.

Houve um esforço em centrar atenção na teoria indicada, e no programa de governo de Canoas de 2009 a 2016. Apesar das dificuldades e até do receio em tratar de tamanho problema, reforça-se aqui que o objetivo maior desta pesquisa é sua função pedagógica. Assim, sublinha-se os limites de aprendizagem antes de colocar as considerações finais sobre problemas tão dinâmicos e complexos enfrentados pela sociedade brasileira.

Certamente, a experiência de Canoas/RS não é a única que merece atenção, mas pelas justificativas já apresentadas ganhou importância deste estudo.

A gestão coordenada pelo prefeito Jairo Jorge (PT) apresentou um crescimento social e econômico associado a um programa de participação social.

Tal estratégia foi interessante e possibilitou alcançar a dimensão da cultura política da cidadania. A avaliação é feita partir dos fundamentos apresentados pelos autores, sobretudo pelo resultado das entrevistas associadas à interpretação de Coutinho (1999), sobre as possibilidades de desenvolvimento social que a concepção de cidadania pode instrumentalizar.

A criação do ICXXI para planejar a cidade, associada ao SMPS com ferramentas que visavam atender o curto e o médio prazo, foram instrumentos para o monitoramento e o controle social dos direitos por meio de novas ferramentas democráticas.

Apesar das limitações da estrutura administrativa do Estado, que também são presentes em Canoas-RS, a gestão conseguiu avançar no desenvolvimento econômico local, enfrentando problemas históricos do município na área da segurança pública e urbanismo.

Evidente que a estrutura administrativa do município não foi revolucionada, mas os indicadores revelaram melhora na vida da população, que é o fundamento clássico da compreensão de cidadania.

A coalizão da gestão abarcava 17 partidos, de espectro ideológico diverso. Entretanto, no entendimento deste estudo, um dos fatores que pode ter mantido esta coalizão nos dois governos foi a concepção de cidadania ancorada na participação social, que deu instrumentos para que a sociedade encaminhasse suas demandas, deixando a vontade popular evidente e talvez até priorizada.

Observou-se que tão importante quanto o orçamento público e as políticas públicas para a realização da cidadania, na experiência de Canoas, os gestores eleitos e a sociedade civil organizada, trabalhando de forma participativa, criativa e engajada, comprometidos com um projeto político que viabilize um projeto de sociedade com os valores de justiça social e igualdade da cidadania, foram determinantes para o bom desempenho do projeto.

Apesar de não reeleito em 2016, o projeto para a Cidade, os planos setoriais, o ICXXI e o SMPS são conquistas institucionais da cidadania. Agora, na dimensão cultural, somente com o passar do tempo poderá se avaliar o enraizamento do processo participativo na sociedade canoense.

O intuito não foi julgar se a gestão foi boa ou ruim, mas sim observar como se faz uma experiência local dos elementos da cidadania na atualidade. Ao término deste estudo pode-se avaliar que a gestão representa um avanço, por menor que seja, mas real, de uma concepção materializada de cidadania mais ampla, que colocou a gestão como um meio, uma ferramenta que tentou dar espaço para o interesse coletivo, democrático e popular na esfera pública e na agenda do Estado.

Ao concluir esta pesquisa, outras questões parecem interessantes de serem analisadas com mais profundidade: a relação de desenvolvimento socioeconômico com participação social, de cidadania com participação social. Talvez sejam estes os objetos de uma próxima etapa de estudo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Maria Erminia Tavares. “O Estado no Brasil Contemporâneo”, in: *A democracia no Brasil: Perspectivas e Avanços no Século XXI*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.17-39.
- ARRETCHE, Martha. *Trajatória das desigualdades: como o Brasil Mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.
- BARDIM, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BBC Brasil. *Nova Thatcher? Quem é Theresa May, a nova primeira-ministra do Reino Unido*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36768611>>. Acesso: 29 set. 2017.
- BEHARING, Elaine Rosseti. *Rotação do Capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; VANNUCHI, Paulo. *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BORON, Atilio (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- BRASIL. Reforma CLT. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076>>. Acesso: 29 set. 2017.
- _____. Reforma da Previdência. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076>>. Acesso: 29 set. 2017.
- BRITTO, Marcelo Firmino. *Análise do desenvolvimento socioeconômico do município de Canoas – RS*. Porto Alegre: Monografia UFRGS, 2009.
- CANOAS. Lex: Plano Plurianual 2010-2013. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/2881/PPA.pdf>>. Acesso: 29 set. 2017.
- _____. Lex: Plano Plurianual Participativo 2014-2017. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/326037/Plano_Plurianual_PPA_2014__2017.pdf>. Acesso: 29 set. 2017.
- _____. Lex: Revisão do Plano Diretor Urbano e Ambiental. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/downloads/canoas21/PL_Minuta_Anexos_RevPDUA.pdf>. Acesso: 29 set. 2017.
- _____. Lex: Criação do Instituto Canoas XXI. Nº 5365 de 08 de janeiro de 2009. PEC 55. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso: 29 set. 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. *Nova Classe Média é bobagem*. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2013/08/08/nova-classe-trabalhadora-enigmas/>>. Acesso: 29 set. 2017.
- CLEMENTE, Augusto Júnior. *O conceito de cidadania nas ciências sociais brasileira: uma análise a partir da Scielo (1989-2013)*. Doutorado (Tese). Porto Alegre: UFRGS. PPG Ciência Política, 2015.
- CÔRTEZ, Soraya Vargas. “Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da sociologia às políticas públicas”, in: *Revista Brasileira de Sociologia*, v. I, n. 11, jan. 2013.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Cidadania e modernidade”, in: *Revista Perspectivas*, p. 41-59, São Paulo, 1999.

- CRONOLOGIA do pensamento urbanístico brasileiro. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?id-Verbetes=1400>>. Acesso: 29 set. 2017.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* São Paulo: Clacso, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Venezuela/faces-ucv/20120723055520/Dagnino.pdf>>. Acesso: 14 abr. 2020.
- DUMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUTRA, Mariana. “Da cidadania formal à cidadania real: estudo de caso sobre a comunidade Vila Nova”. In: *Seminário Nacional de Sociologia e Política*, UFPR, 2016.
- FAGNANI, Eduardo. “O falso consenso de que o gasto social é o vilão das contas públicas”. In: *Carta Capital* 23/06. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-falso-consenso-de-que-o-gasto-social-e-o-vilao-das-contas-publicas.3>>. Acesso: 29 set. 2017.
- GAMALHO, Nola Patrícia; HEIDRICH, Álvaro Luiz. “As tensões entre estratégias e táticas na produção do bairro popular. Reflexões sobre o bairro Guajuviras - Canoas (RS)”, in: *Boletim geográfico da FEE*. n. 25, p. 9-30, Porto Alegre, 2015.
- GENRO, Tarso. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- INSTITUTO brasileiro de geografia e estatística – IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/canoas/panorama>>. Acesso: 15 abr. 2017.
- KINZO, Maria Dalva. “Democratização brasileira: um balanço do processo político desde a redemocratização”. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4. São Paulo, 2001.
- KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEVY, Dumenil. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LÚCIO, Clemente Ganz. “Reformas trabalhistas no Brasil e no mundo:

- não estamos sós!”. In: *Brasil Debate*, jun. 2017. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/reformatrabalhista-no-brasil-e-no-mundo-nao-estamos-sos/>>. Acesso: 29 set. 2017.
- MACRON, Emmanuel. Discurso de posse. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/03/internacional/1499076412_743493.html>. Acesso: 29 set. 2017.
- MARCOS, Manoel Eduardo de Miranda. *Expansão urbana de Canoas: uso e ocupação do solo no período de 1984-2014*. Mestrado (dissertação). Unisalle, Canoas, 2016.
- MARSHALL, T. H. “Cidadania e classe social”. In: _____ (org.). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57-87
- MARICATTO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- _____ et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MÉSZÁRIOS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MIHM, Stephen; ROUBINI, Nouriel. *A economia das crises: um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DASLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Haictec-Abrasco, 1992.
- OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado Nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- Piketty, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POCHMANN, Márcio (org.). *Desafios das cidades: desenvolvimento com participação e inclusão social*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- PRONER, Carolina (org.). *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Curitiba: Declatra, 2017.

- REIS, F. W. “Dilemas da democracia no Brasil”. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *O sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/ UNESP, 2012.
- RIO Grande do Sul. Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br>>. Acesso: 29 set. 2017.
- SADER, Emir; GENTILI, Paulo. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil – Lula e Dilma*. São Paulo: FLACSO, 2013.
- SICSÚ, João. *Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas*. Brasília: IPEA, 2008.
- SOUZA, Celina. “Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa”. In: *Caderno CRH*, 2003, Salvador.
- SOUZA, Jessé de. *A radiografia do golpe*. São Paulo: Leya, 2017.
- _____. *A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2017.
- SOUZA, Nivaldo. “Por que Maia não analisa os pedidos de impeachment de Temer”. In: *Nexo*, jun. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/17/Por-que-Maia-n%C3%A3o-analisa-os-pedidos-de-impeachment-de-Temer>>. Acesso: 29 set. 2017.
- TRINDADE, José Damião. *História social dos direitos humanos*. São Paulo, Petrópolis, 2002.
- UNISINUS Instituto Humanitas. *Realidades do trabalho e perfil do/a trabalhador/a no Vale do Sinos: desafios para a garantia de Saúde e Segurança*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/component/k2/realidades-do-trabalho-eperfil-do-a-trabalhador-a-no-vale-do-sinos-desafios-para-a-garantia-de-saude-eseguranca>>. Acesso: 29 set. 2017.
- VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- VIEGAS, Danielle Heberle. “Transformando territórios urbanos, construindo territórios de existência: sensibilidades metropolitanas no processo de urbanização da cidade de Canoas/RS”. In: *Revista Latino-Americana de História*, 2012.
- VITAGLIANO, Luis Fernando. “O paradoxo da crise política e a ascensão autoritária”. In: *Brasil Debate*. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-paradoxo-da-crise-politica-e-a-ascensao-autoritaria/>>. Acesso: 29 set. 2017.

WANDERLEY, Fabio Reis. *Dilemas da democracia no Brasil*. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/51816242/Dilemas-da-democracia-no-Brasil>>. Acesso: 29 set. 2017.

Anexo

Roteiro das entrevistas

Questões para abordar a cidadania enquanto um projeto político:

- O que entende por cidadania?
- Para você, a concepção de cidadania está mais ligada ao acesso a direitos ou à participação social ou numa interpretação mais ampla, ideo-cultural?
- Concorda com a concepção de que a cidadania se realiza enquanto um projeto civilizatório baseado no Estado Social?
- Qual o lugar das políticas sociais nesta realização?
- Como percebe a relação entre Democracia e Cidadania?
- Como esta ideia se aplica em nível local, numa gestão?
- No fazer político da gestão pública comente a relação entre o macro, a grande estratégia de desenvolvimento – pautada na cidadania –, inovação e renovação política com as condições conjunturais, de viabilidade na dimensão micro, local, de gestão.
- Como foi seu papel enquanto ator social na realização deste projeto?
Questões para abordar a cidadania aplicada, enquanto políticas públicas
- Quais ações da gestão se destacam como importantes para a realização da cidadania?
- Alguma delas considerada inovadora?
- Quais foram os limites vividos?
- A gestão investiu muito em participação social, fundamental para a construção da cidadania. Poderia comentar o que há de singular nesta experiência?
- A prefeitura tem grande responsabilidade com os serviços públicos.

Como foi atender a estas demandas necessárias e inovar na forma de atendê-las?

- A cidade como um todo se engajou na construção de um projeto de desenvolvimento para Canoas que resultou como um dos seus planos de metas para a cidadania ser confiante no futuro, saudável, protegida e reconhecida. Estes objetivos refletem em direitos e políticas sociais e civis. Comente como foi esta articulação social, que foi conduzida pela prefeitura, mas que provocou um debate em vários grupos sociais.
- Qual a contribuição do Instituto Canoas XXI para a construção da cidadania?
- Encerrada a gestão, que não elegeu sua sucessora, é possível comentar como este projeto para a Cidade ficou? Tem alguma continuidade?

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO RECIFE

Rodrigo Callou da Silva Santos

Análise de uma experiência de participação
popular nos processos de planejamento
e gestão da cidade

Introdução

A cidade do Recife possui histórico de várias experiências de participação popular nas tomadas de decisões da gestão pública municipal, mas é a partir da gestão de Jarbas Vasconcelos (PMDB), de 1986 a 1988, primeiro prefeito eleito após o golpe militar, que o Orçamento Participativo (OP) do Recife tem suas bases fincadas. Contudo, a partir de 2001, com a eleição do candidato João Paulo (PT), a participação popular, fundamentalmente por meio de um “Novo Orçamento Participativo”, passou a ganhar centralidade no sistema de planejamento e gestão municipal, demonstrada inclusive no processo de elaboração de planos, leis e decretos.

Essa prática não se deu exclusivamente no Recife. Com o processo de redemocratização do país, a participação popular na elaboração e execução de políticas públicas começou a se intensificar. Um dos casos mais conhecidos deste momento de ampliação da participação política nas discussões da cidade é o OP. A partir da experiência desenvolvida em Porto Alegre, outros municípios brasileiros iniciaram a implementação desse instrumento. Contudo, faz-se necessário discuti-lo para além de simples contribuinte da democratização da gestão urbana, mas, principalmente, como instrumento de enfrentamento aos impactos causados pelo processo desigual e contraditório de produção capitalista do espaço urbano.

Durante as três gestões lideradas pelo PT (2001-2012), o discurso da utilização de instrumentos de planejamento e gestão participativos ganhou certa centralidade, muito em decorrência da dimensão que o Programa do Orçamento Participativo alcançou durante este período. Tal centralidade é demonstrada pelo Plano Plurianual, elaborado em 2001, que estabeleceu que “o novo modelo de gestão tem no Orçamento Participativo o instrumento central de planejamento das políticas públicas

e descentralizações das atividades de governo» (PLANO PLURIANUAL 2002-2005, p. 34). Essa experiência foi desenvolvida, sofrendo pequenas inovações metodológicas, sobretudo a partir da eleição de João da Costa (2009-2012), que manteve o OP praticamente sob o mesmo ideário, mas buscou introduzir uma plataforma digital à experiência já existente.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a experiência do OP no Recife contemplou as diversas comunidades na discussão da cidade ou apenas consagrou relações de forças existentes? O objetivo deste trabalho é analisar a experiência do OP do Recife, discutindo o seu funcionamento, com vistas a verificar se ele conseguiu contemplar as diversas comunidades e os cidadãos no processo de gestão e planejamento urbano. A hipótese que orienta esta dissertação é que a experiência do OP incluiu parcialmente as diversas comunidades do Recife. O movimento realizado no início do primeiro governo petista no Recife, que buscou incluir as mais diversas comunidades na discussão da cidade, com o passar dos anos foi sofrendo um processo de burocratização, gerando distorções no seu funcionamento, de tal sorte que ações antes criticadas e combatidas pelas forças políticas que a formularam passaram a ser também reproduzidas.

As cidades brasileiras transformaram-se, ao longo das três últimas décadas, em uma espécie de “laboratório” de experiências de participação popular no âmbito do planejamento e da gestão urbana. Não há como desconsiderar as contribuições geradas a partir dessas iniciativas ao processo de retomada da frágil democracia no Brasil. As justificativas para o movimento participacionista existente no país são diversas, mas quase todas estão amparadas nas premissas de que era necessário ampliar as condições para que se viabilizasse a democratização do poder político e para que os setores marginalizados da sociedade pudessem, afinal, ter a oportunidade de interferir no destino das cidades.

Tomando-se por base as três últimas décadas, por exemplo, verifica-se que quase todas as administrações públicas recifenses, das mais diferentes vertentes ideológicas, fizeram uso de instrumentos de planejamento e gestão participativos, sendo necessário apresentar, evidentemente, as especificidades e resultados de cada experiência desenvolvida. O OP é um instrumento quase sempre presente na definição de prioridades de investimentos na cidade, o que levou Evanildo Silva a afirmar:

O Orçamento Participativo do Recife tem uma importante singularidade entre as demais experiências do país: ao contrário do que acontece em outras cidades que alternaram partidos e forças políticas no poder municipal, onde, em alguns casos, a experiência de OP chegou a ser interrompida, em Recife observou-se a sua continuidade independentemente da sigla partidária que assumia a gestão municipal. (SILVA, 2007, p. 129)

Durante as eleições de 2012, a temática da participação popular no planejamento e na gestão da cidade do Recife foi, mais uma vez, um ponto abordado. O OP fez parte não só dos programas de governo, mas também dos debates entre os candidatos. Praticamente todos os candidatos o referendaram, havendo uma sinalização de continuidade do Programa, muito embora seja necessário destacar a inconsistência de alguns discursos, que pareceram mais orientados por estratégias de marketing político.

A vitória da Frente Popular, liderada pelo Prefeito Geraldo Júlio (PSB), apresentou mais uma nova proposta para o processo de participação na gestão municipal, o Recife Participa, que afirma fazer uso de alguns elementos da experiência do OP, mas apresenta um novo ideário e propõe a criação de novas arenas de debate acerca da cidade, as quais estimulam o (re)surgimento de novos atores. Este novo modelo, aparentemente, vem promovendo, de forma gradativa, o enfraquecimento da metodologia anterior, sem necessariamente negá-la.

Por ora, atenção será dada à experiência do OP desenvolvida nas três administrações lideradas pelo PT no Recife (2001-2012). Esta decisão é fruto da crença que há elementos que ainda merecem ser relatados e estudados, possibilitando análises e provocações que possam contribuir com a construção de um balanço crítico desta tendência participacionista em curso na cidade.

Nesse sentido, o OP é um importante colaborador do processo de democratização do Estado. Vários estudos já foram realizados apontando as diversas potencialidades desse instrumento, como a possibilidade de inverter prioridades de investimentos públicos, o compartilhamento do poder entre governo e sociedade civil, o enfrentamento das práticas de corrupção e de clientelismo e a descentralização do poder para as esferas locais e regionais de tomada de decisão. O entendimento é de que o Estado

tem tido como característica servir aos interesses das elites, devendo alguns espaços democráticos serem criados de forte participação popular nas decisões e no planejamento, pois os cidadãos são agentes fundamentais na elaboração de propostas que dialoguem com seus desejos e necessidades.

A partir da experiência prática na coordenação regional do OP surgiu a necessidade de buscar subsídios teóricos que pudessem embasar e orientar as reflexões acerca da experiência recifense. Em *O Orçamento Participativo do Recife: um instrumento de gestão participativa da cidade*, monografia defendida em 2005, como requisito para a conclusão do curso de Geografia pela UFPE, buscou-se identificar quais os avanços e entraves na implementação do OP em relação às experiências anteriores. No decorrer de outras experiências práticas no Recife e em outros municípios de Pernambuco e do Brasil, foi gradativamente formulada uma série de questionamentos instigadores em relação ao instrumento do OP. Na atual conjuntura, é propício estimular um amplo processo de reflexão sobre as experiências governamentais desenvolvidas pelo campo progressista brasileiro, reafirmando os acertos, identificando e corrigindo possíveis erros. Assim, sem dúvida, o projeto democrático e popular poderá seguir sendo reoxigenado.

A ciência, como aponta Chauí (2011, p. 274), “desconfia da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade”. A autora afirma que os fatos ou objetos científicos são construídos por meio do exercício da investigação científica, conceituando-a como “um conjunto de atividades intelectuais, experimentais e técnicas, realizadas com base em métodos que permitem e garantem que a principal marca seja o rigor.” Corroborando com a ideia de que a ciência é um processo que se baseia em pesquisas e investigações metódicas e sistemáticas, Minayo (2009) apresenta a seguinte conceituação:

Entendemos por metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (MINAYO, 2009, p. 14).

Assim, a dissertação ora apresentada, no intuito de responder aos objetivos propostos, fez uso de um roteiro metodológico que levou em consideração algumas etapas, durante as quais foram utilizados procedimentos e técnicas específicas para cada uma delas. Destaca-se que tais etapas foram desenvolvidas de maneira interligadas.

A primeira etapa da pesquisa foi dedicada ao aprofundamento teórico e à construção argumentativa de questões relevantes para o desenvolvimento do trabalho. A etapa posterior se debruçou em coletar e analisar de forma sistemática documentos oficiais produzidos pela Prefeitura do Recife, informativos institucionais dos órgãos que tinham como função a coordenação do OP, planos plurianuais, programas de governo, fotografias e vídeos, além de pesquisas em jornais e sites sobre o OP. O objetivo da realização desses procedimentos foi identificar questões que pudessem contribuir com a fase de análise da experiência.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas com ex-integrantes da equipe do OP, conselheiros(as) e delegados(as) do OP. As entrevistas realizadas objetivaram levantar elementos que colaboraram com o processo de avaliação do funcionamento das instâncias do OP, buscando elucidar questões e dúvidas oriundas da realização da pesquisa documental. A ideia foi contextualizar e qualificar as análises que foram elaboradas. As entrevistas também serviram para identificar as contradições entre a proposta apresentada e a prática exercida na dinâmica de implementação do Programa. É importante ressaltar que as entrevistas foram focadas na obtenção de dados qualitativos, dialogando prioritariamente com as questões relacionadas às características e ao funcionamento do OP

O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda os antecedentes históricos das experiências de participação na cidade do Recife. O segundo tem como foco a análise da experiência do OP no Recife. O terceiro e último capítulo destina-se à avaliação do impacto do OP como instrumento de inserção das comunidades e dos cidadãos no processo de gestão e planejamento da cidade.

Antecedentes históricos das experiências de participação na cidade do Recife

A cidade do Recife, palco de batalhas históricas, possui uma relevante trajetória de lutas populares em defesa da democracia e no combate à exploração promovida pelo perverso processo de colonização vivenciado em Pernambuco. No intuito de compreender o percurso da participação popular nas administrações locais, considera-se necessário pesquisar, mesmo que de forma breve, a mobilização e o surgimento das primeiras organizações populares na cidade. No entanto, para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, serão destacadas apenas as iniciativas que surgiram a partir do século XX.

Como percurso metodológico, esse resgate será dividido em duas etapas. Na primeira, fazendo uso de um levantamento bibliográfico e de pesquisa documental, será relatada, de forma breve, as experiências de participação vivenciadas no Recife a partir da década de 1930 até o processo de abertura democrática, mais especificamente até o período que antecedeu a primeira eleição direta para prefeito após o golpe civil-militar. Em uma etapa posterior, a partir de um olhar mais detalhado, serão apresentadas as experiências de participação popular e suas respectivas relações com os governos que antecederam a eleição do prefeito João Paulo (PT), no intuito de contextualizar e apresentar as bases em que a experiência do OP, entre 2001 e 2012, está assentada.

Da Liga dos proprietários da Vila São Miguel à proposta do Plano de regularização das zonas especiais de interesse social

A lógica de ocupação que orientou o processo de urbanização do Recife é, em grande medida, semelhante da dinâmica de urbanização do restante do país. A cidade, a partir do modo de produção capitalista do espaço, foi apropriada pelas elites locais, provocando uma dinâmica de ocupação excludente. O crescimento populacional na cidade (fruto de um intenso movimento migratório rural/urbano), somado às dificuldades de geração de emprego e a elevada concentração de renda, passou a interferir na configuração socioespacial do Recife, pois forçou a população mais

pobre a se fixar em áreas da cidade ainda mais degradadas do ponto de vista da urbanização, iniciando assim, a formação de favelas, que passaram a integrar o tecido urbano da cidade (SÁ, 2009).

O surgimento dos primeiros movimentos sociais urbanos no Recife possui forte vinculação com as condições de vida geradas por esse processo de urbanização, iniciado ainda na década de 1930. Diante de um quadro de elevada vulnerabilidade social, a população, que vivia e que passava ainda mais a viver em péssimas condições de vida, começou a se organizar em associações e conselhos de moradores, motivada por questões diversas, mas que possuíam como pano de fundo a melhoria da qualidade de vida no ambiente urbano, que vinha sendo cada vez mais afetado, reivindicando, entre outras coisas, a implantação de equipamentos sociais. Essas associações passaram a estabelecer um canal de diálogo com a Prefeitura, ente responsável direto pela maioria das demandas levantadas, além de possuir uma maior relação de proximidades com as comunidades recifenses (ETAPAS, 1989).

O primeiro registro em cartório de uma associação de moradores data de 1931, a Liga dos Proprietários da Vila São Miguel, localizada no atual bairro de Afogados. O objetivo desta associação era “congregar debaixo de uma bandeira, sem distinção de cor, nacionalidade, credo político ou religioso, todos os proprietários pobres da Vila São Miguel”, sendo considerados sócios da Liga “todos aqueles que possuírem mocambos, casa ou qualquer imóvel sobre os terrenos aforados à mesma Liga” (CÉZAR, 1985, p. 161).

Outro elemento potencializador do processo de organização popular no Recife está relacionado à criação do Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM). Como bem aponta Silva (2003), o SSCM foi orientado por um modelo de planejamento urbano funcionalista, tecnocrático e conservador, que tinha por orientação promover ações focadas no “higienismo” e no “embelezamento” da cidade¹. A população que morava nas áreas que passaram a ser alvo dessa política de urbanização (higienista) começou a se organizar em associações de moradores, que surgiram, prioritariamente,

1. Cézár (1985, p. 161), em tom provocativo, chama atenção para o fato de que a expressão “contra o mocambo” já carregava consigo “a ira e o desprezo que a classe privilegiada tinha pelo fenômeno no seu aspecto físico”.

para defender a permanência das pessoas nos seus locais de origem, reivindicando a partir de então alguns serviços básicos de infraestrutura urbana.

O movimento de criação de outras organizações populares de bairro continuou a acontecer durante as décadas de 1930 e 1940, sempre motivadas, prioritariamente, para garantir a permanência e posse dos terrenos ocupados, além de reivindicar serviços públicos e melhorias da infraestrutura urbana. Assim, em 1947, por meio do incentivo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), estimulado pelo ambiente de efervescência política, gerado inclusive pelas recentes ações promovidas pelo Estado, foram criados os Comitês Populares e Democráticos de Bairro, o que propiciou o surgimento de diversas outras iniciativas de organização dos setores populares, como a “Sociedade Mista Largo do Viveiro de Afogados”, a “Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios”, a “Associação de Moradores de Santo Amaro”, entre outras, dando continuidade às experiências de organização dos moradores de alguns bairros do Recife. A existência e o funcionamento dessas entidades acabaram por estimular ainda mais a relação entre o poder público e setores organizados da sociedade (ETAPAS, 1989).

A intensificação do surgimento das associações de moradores é vinculada à eleição do prefeito Pelópidas Silveira². Durante a campanha ele já apresentou a questão da participação popular como um dos eixos centrais do que viria a ser o seu governo. Contudo, a “participação popular” aconteceu especialmente por intermédio das associações de bairros, fator que justificava a relação estabelecida entre o surgimento de novas associações de moradores e o governo Pelópidas Silveira. O fato relevante é que diversas associações passaram a ser criadas ainda no decorrer da sua campanha (SOARES, 1992).

Nesta perspectiva, o professor José Paulo Cavalcanti, membro da direção do PCB durante o governo de Pelópidas Silveira, em entrevista publi-

2. Pelópidas Silveira foi o primeiro prefeito eleito após um período de 60 anos, cuja coligação envolvia o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), configurando o que ficou conhecida como “Frente do Recife”, que governou Recife no período 1955-1959 (SOARES, 1992; CÉZAR, 1985; SÁ, 2009).

cada por Cézár (1985), afirma que a ideia surgiu dos grupos comunistas, mas reconhece que a iniciativa partiu de Pelópidas, após conhecer a experiência das Sociedades Amigos de Bairros, em São Paulo, como é possível notar a partir do fragmento da entrevista a seguir:

Aceitou (Pelópidas Silveira) e sugeriu a nossa participação no sentido de fazer com que essas associações de moradores dessem respaldo ao governo dele. Nós não tínhamos muita noção, não tínhamos assim muita consciência da força que essas associações podiam acrescentar num governo popular. Elas começaram a ganhar consistência a partir do momento em que se elegeu no Recife um governo popular. Nós havíamos vencido as eleições para prefeito e não tínhamos maioria na Câmara Municipal. Então nós, a Frente do Recife, ficamos na contingência de buscar apoio do povo para pressionar a Câmara no sentido de votar as propostas e as mensagens de Pelópidas. O desejo era fazer com que a Câmara aprovasse as mensagens de Pelópidas de cunho popular, então as associações funcionavam como vetores de pressão. (CÉZAR, 1985, p. 163)

Apesar da intensificação do surgimento de associações, durante esse período a participação foi bastante induzida, sendo muitas vezes utilizada como mero instrumento de legitimação das ações da Prefeitura do Recife, possuindo características de uma participação consultiva. Esse modelo de participação (tutelada) não garantiu, de fato, que a população participasse com um mínimo de autonomia do processo político em curso naquele período, como também das instâncias decisórias acerca das políticas públicas (SOARES, 1992; SÁ, 2009). Além de que, as formas tradicionais de mobilização, como abaixo-assinados, reunião com secretários e, em algumas raras ocasiões, reuniões com o prefeito, eram as mais utilizadas nesse período³.

3. Uma “inovação” utilizada, principalmente nos momentos de maiores tensões políticas, foram as “audiências populares”, realizadas nos diversos bairros do Recife, ação que acabou por substituir as audiências realizadas na sede da prefeitura. Mesmo reconhecendo as limitações dessa iniciativa, há uma concordância quanto a sua importância pedagógica, tendo em vista que os participantes puderam debater temas que contribuíram para a percepção dos problemas existentes na cidade, além de ser possível trocar experiências entre os moradores de diferentes bairros (SOARES, 1992; SÁ, 2009; CÉZAR, 1985).

Durante o período da ditadura civil-militar, as práticas participativas foram interrompidas e o violento autoritarismo passou a ser a marca mais presente nos governos locais. As tentativas de organização política, o processo de fortalecimento dos setores populares, o surgimento de novos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos passaram a ser duramente combatidos por meio dos mais diversos instrumentos de repressão. O autoritarismo promovido pela ditadura arrefeceu e estremeceu a estrutura das organizações que atuavam no campo progressista, enfraquecendo consequentemente todas as práticas participativas que estavam em curso (ETAPAS, 1989)⁴.

Após os anos tenebrosos da ditadura, o modelo de desenvolvimento que orientava o governo militar passou a sofrer questionamentos por parte de amplos setores da sociedade, passando a ser cada vez mais inviável o pleno controle das insatisfações populares. Assim, passa a emergir um conjunto de lutas sociais e a rearticulação de forças progressistas que estavam abatidas pelos duros golpes deferidos contra a democracia. O movimento que pautava a democratização do país passou a ganhar um novo fôlego (LEAL, 2003).

Neste contexto, já nos últimos anos da década de 1970 e início da década de 1980, o governo militar passa a promover o que foi considerada uma “abertura lenta e gradual”, fazendo uso de uma tática que buscava conseguir manter o controle das massas populares, passando a se comprometer com o diálogo junto a população e com o atendimento das demandas dos setores populares. Uma das ações utilizadas que ganhou grande repercussão no Recife foi promovida durante o governo do prefeito “biônico”⁵ Gustavo Krause (ARENA), entre 1979 e 1982. Tentando “competir” com os movimentos sociais, que durante o seu governo passou a se reorganizar e participar dos espaços institucionais que estavam sendo criados,

4. No campo da resistência, merece destaque, segundo De la Mora (2003), durante o período da ditadura militar, a contribuição das comunidades eclesiais de base, a partir da direção de Dom Hélder Câmara, que continuava a articular e mobilizar setores da esquerda, mesmo que clandestinamente, sofrendo, inclusive duras perseguições políticas, tanto dos governos militares como da própria Igreja Católica.

5. Os prefeitos biônicos foram aqueles definidos sem que houvesse eleições diretas. Esse artifício foi utilizado durante todo o período da ditadura civil militar.

Krause estimulou a formação de entidades do movimento popular ligadas ao governo em diversos bairros populares, que conseqüentemente passaram a fazer oposição às entidades que pautavam a sua atuação na defesa do restabelecimento do regime democrático, quando passou a implantar os Núcleos de Planejamento Comunitário, que vieram a ficar conhecido como “Barracões” (SOARES, 1992). Silva, avaliando essa experiência, traz a seguinte contribuição:

Os barracões representariam a presença da Prefeitura nas comunidades e a ‘preocupação’ da mesma com as demandas ou os problemas das comunidades carentes da cidade além de um instrumento de participação da população na gestão da cidade. Entretanto, o funcionamento dos barracões não abre um real espaço de participação efetiva das comunidades na condução dos rumos da cidade. (SILVA, 2003, p. 308)

O ambiente de “abertura democrática” acabou também por promover um novo formato de relação entre as estruturas governamentais e as organizações populares, havendo um reconhecimento das organizações já existentes, além do surgimento de novas iniciativas. Datam desse período, por exemplo, as federações de bairros (Federação Comunitária de Pernambuco e a Federação das Associações de Moradores dos Núcleos Habitacionais de COHAB e Similares), a Reunião dos Conselhos e Associações de Moradores do Setor Sul e a Comissão de Luta do Ibura, entre outras (ETAPAS, 1989).

Ainda sob o processo de abertura que estava ocorrendo, merecem destaque duas outras iniciativas do movimento popular no Recife. A primeira delas foi o surgimento do Movimento Teimosinho, em 1979, por iniciativa de jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que se reuniam em Brasília Teimosa⁶. Um dos elementos indutores desse processo de mobilização foi a proposta de implantação de um grande projeto urbano, idealizado pelo arquiteto Jaime Lerner, contratado pela prefeitura do Recife e pelo governo do estado de Pernambuco. As inter-

6. Bairro recifense que surgiu em meados da década de 1950, localizado na beira mar, em uma extensão da Praia de Boa Viagem. A área ocupada pertence ao quadro de “Terras do Patrimônio da União”. Até hoje, devido a sua excelente e estratégica localização, os moradores sofrem fortes pressões dos grandes produtores imobiliários.

venções previstas levavam em consideração a retirada das famílias que moravam na área, onde seriam construídos hotéis e outros empreendimentos de luxo. Para De la Mora,

O resultado dessa mobilização articulada foi o reconhecimento do direito do povo de permanecer no local e a elaboração de um projeto de urbanização e regularização fundiária da área conjuntamente pelos representantes dos órgãos públicos estaduais e municipais e os líderes do Movimento Teimosinho, assessorados pela CJP [Comissão de Justiça e Paz] e as outras entidades... Brasília Teimosa, fruto da mobilização popular e da articulação interinstitucional, constitui um marco de ruptura entre o modelo tecnocrático e autoritário de Gestão Urbana e um novo modelo de caráter democrático e participativo que começou a dar seus primeiros passos nos últimos anos da década de 1970. (2003, p. 5)

A outra iniciativa do movimento popular de Recife que merece destaque no contexto da abertura democrática está relacionada ao reconhecimento de 27 áreas da cidade, caracterizadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Esse zoneamento, previsto na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, aprovada em 1983, buscava garantir a permanência da população de baixa renda nas áreas ocupadas. A partir desse reconhecimento, as áreas delimitadas passaram a ser regidas por normas urbanísticas específicas, cuja ideia motivadora era coibir qualquer tentativa de transferência das famílias para outras áreas, contrapondo-se aos setores imobiliários que passavam a atuar cada vez mais de forma organizada e coordenada (PREFEITURA DO RECIFE, 1986).

Cabe destacar que essas ZEIS se tornaram o motor de outro processo importante. Mesmo após a delimitação desse zoneamento, algumas etapas ainda precisavam ser cumpridas. Como destaca De la Mora (2003), para alcançar os seus objetivos, fazia-se necessário acrescentar às ZEIS programas e projetos de urbanização e regularização fundiária. Assim, entre 1984 e 1985, a Comissão de Justiça e Paz⁷ (CJP), a convite de Dom Hélder Câma-

7. A Comissão de Justiça e Paz surgiu no Brasil em 1969, após a determinação do Bispo Paulo VI. A função da CJP era “o estudo dos grandes problemas da justiça social, com vistas ao desenvolvimento das nações jovens e especialmente quanto

ra, promoveu uma série de encontros com líderes das 27 comunidades, a partir dos quais foram definidos, entre outros aspectos, os mecanismos institucionais necessários para a sua devida regularização. Era concebido assim, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)

Naquele momento (meados da década de 1980), o clima de democratização política tomava conta do Brasil. Os setores progressistas da sociedade se organizavam e se articulavam para participar efetivamente do que estava acontecendo nos quatro cantos do país. Nesse contexto, o movimento popular do Recife, junto com as ONGs, universidades, setores progressistas da igreja católica e partidos de esquerda apresentaram proposições de programas e ações aos candidatos que disputariam as eleições de 1985, todas orientadas por um ideário de gestão democrática da cidade.

As experiências de participação popular no período 1985-2000

Naquele momento filiado ao PSB, Jarbas Vasconcelos sagrou-se vitorioso no pleito de 1985, representando a Frente Popular do Recife, tornando-se o primeiro prefeito eleito após anos de forte ditadura e repressão militar. Como analisa Leal (2003), a frente política que o elegeu teve apoio de amplos setores do PMDB (do qual havia saído após ser derrotado na disputa interna pela indicação da candidatura), do PCB, de setores do PT (que lançou Bruno Maranhão como candidato), do PTB, do PRC e do PDT, mas também contou com o apoio fundamental dos movimentos sociais organizados, das associações de moradores, setores técnicos independentes, intelectuais de esquerda e setores progressistas da igreja católica. Diante das propostas pactuadas com os movimentos sociais, Jarbas Vasconcelos passou a executar alguns dos compromissos que havia firmado durante as eleições, de sorte que, a partir do que já havia sido formulado sobre as Zeis, o Fórum de Entidades do Movimento Popular elaborou um

à fome e à paz no mundo”. As instâncias regionais criadas no Brasil passaram a atuar em questões relacionadas ao conflito de terras, expulsão de posseiros e de moradores de áreas urbanas, possuindo assim forte relação com os movimentos sociais urbanos. Dom Hélder Câmara foi a grande referência da CJP de Pernambuco, possuindo muita contribuição às lutas sociais contra as desigualdades e a exploração.

Projeto de Lei que instituía o Prezeis, que foi aprovado em março de 1987 e logo sancionado por ele (Prefeitura do Recife, 1986).

A criação do PREZEIS foi um passo importante no processo de democratização da política urbana recifense, tornando essa experiência uma referência nacional. Ao estudarmos as análises já produzidas acerca do PREZEIS, somado às observações que foram realizadas por este autor durante seis reuniões do Fórum do PREZEIS em 2015, contudo, ficam evidenciados que diversos entraves permearam a história desse instrumento⁸, entre eles: a) dificuldade em realizar por completo o processo de urbanização das áreas delimitadas com os recursos do próprio Fundo do PREZEIS, apresentando certo desprestígio dos governos para com PREZEIS, comprometendo o principal objetivo do plano, que é urbanizar e regularizar essas áreas; b) construção de relações clientelistas; c) frágil autonomia dos representantes das comunidades, tendo em vista que vários deles possuem vínculo direto com o governo municipal ou com gabinetes de vereadores; d) aparente fragilidade no debate realizado nas reuniões do fórum, havendo pouca discussão sobre o processo de urbanização e regularização das referidas áreas; e) relação com os demais canais de participação sempre conflituosa (foi assim com o OP e vem sendo assim com o “Recife Participa”⁹).

A partir da retomada do diálogo entre a Prefeitura do Recife e os movimentos sociais, que reivindicavam a ampliação dos canais de parti-

8. Uma importante análise sobre as limitações do PREZEIS pode ser vista em De La Mora (1992). As considerações feitas acerca do PREZEIS são fruto também de observação participante, visto que o próprio autor é suplente da representação da Universidade Federal de Pernambuco no Fórum dos PREZEIS.

9. Mesmo diante das dificuldades que o PREZEIS vem enfrentando ao longo dos anos, faz-se necessário que esse instrumento seja preservado, pois continua sendo uma “barricada” do combate ao processo de produção capitalista do espaço. É necessário, porém, que haja uma reformulação a partir da nova realidade urbana do Recife, além de afinar ainda mais a relação do PREZEIS com o conjunto da política urbana da cidade, questão que vem sendo defendida há alguns anos, mas que ainda não foi, de fato, viabilizada. O momento que se avizinha, onde será necessário que o Plano Diretor do Recife seja revisado (até 2018) vem sendo considerado como fundamental para o futuro do PREZEIS. Ao mesmo tempo em que será uma grande oportunidade para que seja repensada a política urbana, reformulando e fortalecendo também esse instrumento, há uma forte ofensiva do mercado imobiliário para flexibilizar as normas que regem as ZEIS e outros zoneamentos.

cipação da sociedade civil nos processos decisórios, foram desenvolvidas expressivas experiências de participação popular junto às administrações locais, que acabaram se constituindo como precursoras do OP. Além do PREZEIS, foi apresentada uma proposta que buscava dialogar com um dos três princípios básicos para a construção da gestão democrática, que era “a participação popular direta e indireta nas definições das prioridades da Administração”. Nesta perspectiva, a partir da contribuição e da pressão de organizações do movimento popular, Jarbas Vasconcelos criou o Programa Prefeitura nos Bairros (PPB), que tinha como objetivo

implantar ações necessárias à consolidação do processo de democratização da gestão municipal, através da articulação entre os movimentos sociais organizados e os diversos órgãos da Prefeitura do Recife, de modo a criar um sistema administrativo descentralizado e fundamentalmente caracterizado pela participação popular nas decisões e ações do governo. (PREFEITURA DO RECIFE, 1986 p. 01)

Uma questão que merece destaque sobre essa experiência está relacionada ao fato de ter sido também no bojo das discussões sobre formulação do PPB que passos importantes no sentido de romper o modelo de planejamento tecnocrático e racionalista foram dados. A participação popular no Programa Prefeitura nos Bairros era garantida a partir do princípio da representação política, através de representantes indicados pelas “entidades tradicionais” do movimento popular; modelo esse que, segundo Silva (2003, p. 31), “faz ressurgir a importância das entidades/movimentos de bairro no processo de gestão da cidade.” A esse respeito, Soares e Soler afirmam:

A concepção acima referida (de gestão democrática da cidade) representava o início de um processo de rompimento como megaplanejamento burocratizado e desvinculado do cotidiano da população. Iniciava-se a experiência de um planejamento descentralizado e colado às necessidades da cidade real. O exercício desta nova sistemática de planejamento foi se consolidando no decorrer da Administração através dos seguintes instrumentos: 1) A criação das RPAs (Regiões Político-Administrativas), constituídas por representantes das entidades de cada região, como um canal permanente de participação dos movimentos sociais organizados de bairro nas decisões e ações do governo municipal; 2) A sistematização das demandas dos movimen-

tos sociais dirigidos à Prefeitura do Recife, através da implantação do Sistema de Controle de Reivindicações; 3) A elaboração de Planos de Ação regionalizados e setorizados, a partir dessas demandas, e sua inclusão no Orçamento Municipal; 4) A organização de um sistema de informações para acompanhamento e a valorização desses planos tanto pelas entidades do movimento popular, como pela população em geral, dando maior transparência à Administração, através do *Jornal do Recife/Edição Bairros*. (SOARES & SOLER, 1992, p. 30)

Mas, como provoca Silva (2003, p. 312), “nem só de flores viveu a primeira gestão de Jarbas Vasconcelos à frente da Prefeitura do Recife.” Mesmo havendo um permanente canal de diálogo com as entidades do movimento popular, várias tensões e questionamentos acerca do modelo de participação institucionalizada que foi implementado durante o governo passaram a ser frequentes. Entre os pontos de tensão, destacam-se a limitação financeira do município para conseguir executar as demandas solicitadas pelas associações, a participação garantida apenas aos representantes das associações de bairros e a dificuldade em conciliar a proposta, que possuía um viés democratizante e descentralizante, com os “estrangulamentos” da máquina administrativa, ainda dominada pelas características centralizadoras, dotada de elevado nível de burocracia. Ao mesmo tempo em que as associações de bairros conseguiram fazer com que parte da pauta defendida por elas fossem incorporadas ao dia a dia do governo, também passaram a acontecer processos de cooptação e instrumentalização dos movimentos organizados, transformados, algumas vezes, em mecanismos de legitimação de ações não democráticas e autoritárias (LEAL, 2003; DE LA MORA, 2003; SÁ, 2009).

Nas eleições de 1988, o projeto liderado por Jarbas Vasconcelos foi interrompido. O candidato Joaquim Francisco (PFL), que já havia sido prefeito biônico do Recife, venceu as eleições pelo voto direto da população. Dado o caráter conservador e autoritário da sua gestão, praticamente todos os canais de diálogo que haviam sido conquistados foram fechados, havendo um impacto significativo nos setores populares que estavam construindo e defendendo um projeto democrático de cidade e de país. Como bem frisou a Etapas (1989, p. 31), Joaquim Francisco desprezou os mecanismos de participação popular conquistados na gestão de Jarbas Vasconcelos, negando à

entidades combativas “[...] o seu papel de representantes legítimos do Movimento de Bairros”. A citação a seguir reforça o argumento:

A administração de Joaquim Francisco não incorporou os interesses dos setores populares, primou, ao contrário, pelo desprezo aos mecanismos de participação popular no cotidiano da administração. Procedeu a um verdadeiro desmonte da concepção anterior e dos programas que estreitavam a relação entre poder público e a população: o Programa Prefeitura nos Bairros, o Programa de Contenção de Encostas – Morros do Recife, o Projeto Pina, as ações na área de saúde, educação, entre outros, foram desativados. Mesmo um programa como o PREZEIS, institucionalizado através de lei, embora funcionasse formalmente, não recebeu estímulo para o seu funcionamento. Às entidades populares foi negado o seu papel de representantes do movimento, procedendo-se a negociações de forma individualizada e retomando-se as práticas clientelistas. (LEAL, 2003, p. 166)

Em 1992, Jarbas Vasconcelos foi novamente eleito prefeito do Recife, já no primeiro turno, a partir de uma nova conjuntura política. De volta ao PMDB, com o apoio da coligação *Movimento de Oposição Popular*, ele obteve 53% dos votos, resultado que fortaleceu significativamente a sua figura política. Segundo Leal (2003), a fragmentação dos setores da esquerda contribuiu para esse processo, uma vez que provocou a dispersão do voto do eleitorado “de esquerda” em torno das várias candidaturas que se situavam no campo progressista, como a de Eduardo Campos (PSB) e a de Humberto Costa (PT). Houve ainda, segundo a autora, uma divisão do movimento popular, quando alguns setores reforçaram a candidatura do PMDB durante as eleições, por conta da boa relação que Jarbas havia construído com as associações de moradores.

As mudanças na aliança política que deu sustentação ao governo e na composição do novo governo acabaram interferindo nos rumos da política de participação social. Durante os dois primeiros anos do segundo mandato de Jarbas Vasconcelos (1993-1994), o PPB foi orientado pela mesma metodologia utilizada entre 1985 e 1988, que consistia basicamente em reunir a população organizada e o secretariado da prefeitura para discutir, em caráter consultivo, as principais ações/programas coordenadas pelas diversas secretarias, principalmente aquelas que possuíam forte relação com as comunida-

des mais pobres do Recife (BISPO, 1999). Embora tenha se proposto a romper com o autoritarismo que imperava nas administrações públicas durante a ditadura militar, o Programa, em face do seu caráter meramente consultivo, ficou muito aquém no que diz respeito à tentativa de colaborar com a implantação de uma nova cultura política no planejamento e na gestão pública, que fosse regida pela construção de espaços que possibilitassem o exercício da democracia direta ou participativa (CALLOU, 2006).

Nesse contexto, entre 1995 e 1996, ainda durante o segundo governo Jarbas Vasconcelos, foi apresentada a proposta de criação do OP¹⁰, passando a existir o PPB/OP, com a introdução de algumas mudanças na metodologia utilizada pelo PPB, entre as quais se destacam: (a) a reformulação dos critérios de representação, passando a existir a figura do “delegado do OP”; (b) a reestruturação do método de hierarquização das demandas, passando a existir uma “grade de carências”, que a partir de critérios específicos definia os investimentos que seriam discutidos de maneira regionalizada (LEAL, 2003; SILVA, 2003). Essa primeira experiência de OP no Recife teve como objetivos

fortalecer a prática da participação popular na cidade do Recife através da efetiva ação dos cidadãos interessados na definição das políticas municipais, na elaboração do orçamento e no controle da administração pública e promover uma atividade de caráter pedagógico que viesse a incentivar os cidadãos a intervir positivamente nos rumos de sua cidade ao atuar interativamente com a administração municipal. (PREFEITURA DO RECIFE, 1994 *apud* LEAL, 2003, p. 214-215)

Não obstante, naquele momento o OP não conseguiu produzir grandes resultados que dialogassem com os objetivos propostos. Apesar da sintonia com o ideário que norteava a experiência gaúcha, como o governo municipal do

10. É importante registrar que os ajustes no PPB, com a utilização da nomenclatura “orçamento participativo” só veio a ocorrer após a visibilidade adquirida com a experiência no governo petista de Olívio Dutra, em Porto Alegre (RS). A partir do momento que viabilizou a participação dos moradores das áreas “periféricas” no processo de planejamento e gestão da cidade, o OP passou a ser defendido por partidos políticos de diversos vieses ideológicos, de modo que a implantação desse instrumento passou a acontecer em diversos municípios brasileiros, inclusive no Recife.

Recife era pautado por interesses das elites, muito daquilo que fora proposto ficou apenas no campo do discurso, a exemplo do baixo nível de execução de obras e/ou ações que foram votadas nas instâncias do OP e no esvaziamento dos fóruns de discussão, criados pelo próprio Programa (LEAL, 2003).

Nas eleições de 1996, o OP entrou na pauta dos debates, sendo defendido pelos principais candidatos. Roberto Magalhães (PFL), com o apoio irrestrito de Jarbas Vasconcelos (PMDB), foi eleito prefeito do Recife, para cumprir o mandato entre 1997 e 2000, consolidando uma aliança de centro-direita que, na prática, já estava em funcionamento.

Com a posse do novo prefeito, algumas mudanças foram introduzidas no Programa. A mais significativa aconteceu em 1998, quando passou a ser permitida a participação da população que não estava filiada a nenhuma entidade tradicional do movimento popular no processo de eleição dos delegados, que continuaram decidindo parcialmente o futuro dos investimentos. Ou seja, as mudanças não alteraram a base metodológica e conceitual, uma vez que as obras e as ações continuaram sendo decididas de forma indireta. A citação a seguir reforça o argumento:

A primeira eleição nesse novo sistema se deu em 1998 e ajudou a criar um grande ponto de divulgação do OP na gestão de Magalhães: a quantidade de pessoas envolvidas no processo. Enquanto no período de administração de Jarbas o número de participantes foi de 6.900 (1995) e 10.500 (1996), em 1998 participaram cerca de 30 mil pessoas. Contudo, é preciso mostrar que esse número é apenas um jogo de cena, posto que o processo decisório manteve-se o mesmo, ficando a deliberação das prioridades e dos investimentos regionais nas mãos dos delegados. A participação do cidadão comum ficou restrita à escolha dos delegados. (SOUZA, 2004, p. 494)

Tabela 1 - Balanço das ações do PPB/OP - Recife - 1996-1998

ORGÃO	PLEITOS NEGOCIADOS (*)	PLEITOS ATENDIDOS
URB	311	93

*Nos pleitos negociados não foram considerados os 144 inviabilizados tecnicamente.

**Pendências referem-se a pleitos não iniciados, paralisados e aguardando desdobramento.

Fonte: Prefeitura do Recife. Secretaria de Políticas Sociais. Jornal Orçamento Participativo, n. 01, nov. 1998, p. 02.

Outro aspecto negativo presente no debate sobre a experiência do OP de Recife, levada a cabo até então, diz respeito ao percentual dos investimentos colocados à disposição do processo de participação. Em um levantamento realizado por Wampler (*apud* SILVA, 2003, p. 318), ficou demonstrado que, em 1996, apenas 2,5% do orçamento total foram destinados ao OP, o que representava menos de 10% dos recursos destinados para investimentos. Sobre essa questão, Silva (2003) lembra ainda que os poucos recursos que foram debatidos com os delegados do OP não foram totalmente executados, como é possível perceber na *tabela 1*.

Contrariando, porquanto, a esperança de setores importantes da esquerda, que seria viável garantir o direito à cidade por meio unicamente das disputas institucionais, o resultado do processo de democratização da gestão daquele contexto foi limitado. A inquietação decorrente da experiência de participação popular institucionalizada foi a aparente retração dos movimentos sociais organizados. Até porque, conforme ilustra Arvitzter (2003), o tipo de participação popular que preponderou interferiu diretamente na capacidade de mobilização e organização da sociedade.

Isso [...] pelo fato de que predominou no Recife, desde a própria composição da Frente do Recife, um tipo de participação popular que oscilou entre o tipo induzida ou provocada (dirigida ou manipulada) e a participação concedida (planejamento participativo). Sobretudo do primeiro tipo, ou seja, uma participação calcada e definida pela agenda do poder público [...] ligada de modo direto com a vontade e a composição política das administrações no poder. (2003, p. 213).

É importante registrar também que a década de 1990 foi difícil para a organização dos movimentos sociais. A visão neoliberal vigente durante o período provocou a redução do Estado, por meio da privatização de várias empresas e serviços públicos e da maior abertura da economia brasileira ao capital internacional. Essa reestruturação do Estado e da economia acabou por ampliar a informalidade da lógica econômica, impactando diretamente na capacidade de mobilização e de estruturação dos movimentos sociais, obrigando-os a promover uma profunda revisão de objetivos estratégicos (GOHN, 2005).

É nesse cenário que um conjunto de forças políticas que militavam no campo da esquerda, que já vinham se organizando sobre o grande “guarda-chuva” do direito à cidade, apresentou, de fato, uma proposta de oposição aos padrões e às características de governos que vinham orientando o Recife desde 1989. Sobre essa questão, já no próximo capítulo, serão apresentadas as características centrais e também as mudanças ocorridas após a vitória do candidato do PT em 2000.

Análise da experiência do Orçamento Participativo (2001-2012)

O capítulo anterior tratou de relatar, de forma breve, as experiências de participação vivenciadas no Recife a partir da década de 1930 até o período que antecedeu a primeira eleição para prefeito após o golpe militar e as principais experiências de participação popular e suas respectivas relações com os governos que antecederam a eleição do prefeito João Paulo (PT) em 2000. O presente capítulo será dedicado ao resgate e análise do OP desenvolvido ao longo dos três governos liderados pelo PT no Recife, tendo como prefeitos, João Paulo (2001-2008) e João da Costa (2009-2012).

Para tanto, será necessário percorrer um itinerário metodológico que consiga caracterizar o “Novo Orçamento Participativo”, contextualizando o cenário político à época, além de identificar e analisar a sua configuração organizacional. Ademais, serão apresentados, produzidos e analisados dados gerais relacionados às obras realizadas, valores investidos e quantitativos de participantes.

Faz-se necessário destacar que algumas informações que serão apresentadas nesse capítulo são oriundas de um processo de reflexão iniciado ainda no período em que esse autor teve a oportunidade de contribuir com a implementação do OP do Recife. É sabido que a aproximação com o tema, diante das atividades profissionais já desenvolvidas pode, ao mesmo tempo, colaborar para a construção da pesquisa assim como dificultar a construção de análises mais objetivas. Há, como não poderia deixar de ser, o comprometimento efetivo com a análise objetiva dos elementos que serão pesquisados e sistematizados.

A origem do “Novo Orçamento Participativo”

O resultado das eleições para prefeito do Recife, em 2000, quando foi materializada a vitória do candidato João Paulo (PT) sobre o então prefeito, candidato à reeleição, Roberto Magalhães (PFL), representou um novo e significativo fato político. Pela primeira vez ocorreu uma mudança significativa no cenário político da cidade, sendo eleito para o cargo de prefeito um ex-metalúrgico, oriundo dos movimentos sindical e popular.

O programa de governo apresentado por João Paulo durante a campanha tinha como eixos fundamentais a participação popular na gestão municipal e a inversão de prioridades dos investimentos públicos. Após a vitória eleitoral, foram montados grupos de trabalho com a participação da sociedade civil, para que as propostas contidas no programa de governo fossem mais detalhadas e discutidas, servindo como etapa do processo de montagem do governo. A proposta inicial de reformulação do OP surgiu ainda durante essa fase (PT, 2001).

Após a posse, o prefeito João Paulo decidiu instituir um grupo de trabalho¹¹ com representantes da sociedade civil, de federações comunitárias, universidades e ONGs, que tinham como objetivo definir a metodologia do OP da cidade do Recife. Foi a partir desse grupo que as discussões em torno da proposta inicial foram aprofundadas chegando ao desenho metodológico que foi apresentado à coordenação política do governo e aprovado.

Os debates realizados durante o funcionamento deste grupo de trabalho possuíam alguma sinergia, mas também foi possível identificar, a partir da análise de alguns documentos, pontos de discordância sobre a proposta que acabou sendo implementada. Dentre os dissensos, vale destacar as discussões relacionadas ao formato de relação entre o OP e os demais mecanismos de gestão democrática das políticas públicas, pois o OP passou a figurar como principal instrumento de gestão democrática da cidade durante os três governos petistas.

11. Este grupo de trabalho foi instituído a partir de uma portaria publicada no Diário Oficial do Recife no dia 06 de fevereiro de 2001, com representantes da ONG Fase, da Federação de Entidades de Casa Amarela, Federação de Entidades do Jordão, Mestrado de Desenvolvimento Urbano da UFPE, Secretaria do Orçamento Participativo e Gestão Cidadã, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do OP (Governo Roberto Magalhães).

O Fórum do PREZEIS, por exemplo, elaborou diversas críticas que apontavam para a dificuldade de relação entre o funcionamento do fórum e as instâncias do OP. Sobre essa questão De la Mora apresenta o seguinte relato:

Os conflitos emergentes entre estes dois mecanismos de inclusão social e gestão democrática das políticas públicas são de ordem gerencial. Os coordenadores do OP interpretam os órgãos de gestão setorial e seus fundos como entraves à universalização de um processo único, centrado no OP, para definir as prioridades das políticas e gerir a alocação dos recursos. Já os participantes do PREZEIS sentem-se ameaçados na sua autonomia pela atuação do OP, que age nas ZEIS sem levar em consideração dos Planos Urbanísticos. (DE LA MORA, 2003, p. 14)

Ainda sobre a relação do OP com os demais espaços de gestão democrática da cidade, o professor Marcelo Lopes de Souza, ainda em 2001, a partir de um trabalho de investigação sobre orçamentos participativos, quando esteve realizando pesquisas de campo no Recife, também abordou as tensões existentes à época entre o PREZEIS e o “novo” OP. Segundo ele, por um lado, o secretário João da Costa defendia a tese de que o PREZEIS não poderia ser privilegiado no processo de gestão da cidade; por outro lado, os representantes do PREZEIS consideravam o OP um instrumento que “atacava” as conquistas do movimento popular recifense. A respeito dessa discussão, declara:

Também, pudera: sejam “privilégios”, como entende o secretário, sejam conquistas, como preferem interpretar os coordenadores do Fórum do PREZEIS, certos benefícios e certas solicitações... mais combinam com uma situação de forte institucionalização, e mesmo burocratização, que com uma dinâmica de movimento social fortemente autônomo... A sua dinâmica [do OP], a julgar pelo que se vê em Porto Alegre, e mais ainda pelo que esse tipo de experiência promete, é bastante capaz de conviver com movimentos sociais pujantes e criativos, e é capaz, até mesmo, de estimular o ativismo, ao incentivar a sociedade civil a participar dentro de um esquema que, nas situações mais autênticas, pode chegar à delegação de poder. (SOUZA, 2004, p. 492)

Uma das ações que demarcou a importância política e administrativa do programa foi o fato de ter sido criada a Secretaria Municipal de Orçamen-

to Participativo e Gestão Cidadã (SOPGC), “constituindo o núcleo central do sistema de participação popular na Administração”, e que possuía como atribuições: (I) assessorar o prefeito na ampliação da participação popular na gestão do município; (II) organizar o programa de participação popular na elaboração do orçamento do município; (III) estudar e propor medidas para ampliar os espaços de participação direta dos cidadãos na Administração; (IV) exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições (RECIFE, 2001, p. 01). Sobre a criação da SOPGC, Silva e Teixeira afirmam:

Também se deu um passo muito significativo para a legitimação desse instrumento de gestão local, a decisão de constituir uma Secretaria de Orçamento Participativo. Além de coordenar toda a dinâmica inerente ao ciclo orçamentário e participativo, ela dispõe de uma infraestrutura de pessoal e de tecnologia que agrega mais agilidade às ações e confere mais poder e referência institucional a tal instrumento e gerir a alocação dos recursos. (SILVA & TEIXEIRA, 2007, p. 143)

A composição do primeiro governo de João Paulo, marcadamente de esquerda, contribuiu para que fosse possível constituir uma engenharia política que fortalecesse o viés democrático e popular do governo, viabilizando o OP como um mecanismo central do governo. Para comandar a SOPGC foi indicado o petista João da Costa, assessor de João Paulo desde o seu primeiro mandato de deputado estadual, conquistado em 1990. Foram criados 47 cargos comissionados especialmente para o funcionamento dessa secretaria, sendo a maioria deles (27) de características operativas, que possuíam como missão a realização das tarefas relacionadas à articulação e mobilização do OP (RECIFE, 2001).

Após o anúncio de criação da Secretaria, já no dia 13 de janeiro de 2001, foi realizada uma plenária que reuniu “delegados do OP (do governo Roberto Magalhães), secretários, políticos e assessores”, com o objetivo de “afirmar o orçamento participativo como parte do planejamento da cidade e efetividade dos recursos públicos e da ação pública”. Segundo o relatório elaborado pela representação da SMOPGC no GT, que discutiu a apresentou a revisão metodológica do programa, a plenária serviu também “para estabelecer, desde o momento inicial do governo, uma unidade no discurso entre secretários”, e também “para assumir o compromisso de executar plei-

tos pendentes da gestão anterior”¹². Com o objetivo de demonstrar que o OP receberia um tratamento diferenciado, o mesmo documento, faz menção à decisão da coordenação do governo João Paulo de prorrogar os mandatos dos delegados do OP (eleitos ainda no governo anterior) até o final de janeiro de 2001, apresentado como uma “demonstração de respeito ao instrumento OP e aos próprios delegados” (ARARIPE, 2001, p. 01-02).

A proposta que passou a ser implementada a partir do governo petista estava basicamente centrada em três eixos: a eleição direta das obras e ações prioritárias; a criação de um sistema informatizado, sendo criado um banco de dados importante para a gestão do programa; e a criação do Conselho do Orçamento Participativo (ARARIPE, 2001, p. 02). Assim, uma reformulação metodológica foi realizada, e teve como princípios orientadores, entre outros, a ampliação da participação direta do cidadão no processo decisório, garantindo o envolvimento de pessoas que não possuíam vinculação com entidades organizadas, numa clara tentativa de dialogar prioritariamente com o princípio da democracia direta e/ou participativa (SILVA, 2002; ARVITZER, 2003).

Ao bem da verdade, o desenho metodológico do OP apresentado pela prefeitura do Recife (2001, p. 04), no início do governo João Paulo, teve oito elementos definidos como princípios norteadores: “Proposta radicalmente democrática; Resgate da cidadania do povo; Criação de uma esfera pública não estatal; Cogestão da cidade; Controle social sobre o Estado; Universalização da participação; Autorregulamentação do processo; e Transparência administrativa”. Assim, a centralidade que o OP passou a apresentar no modelo de gestão do novo governo municipal começou a ser referendada em diversos documentos oficiais do sistema de planejamento do município. O Plano Plurianual (2002-2005), elaborado e aprovado no primeiro ano do governo João Paulo, deixou bem claro a importância do OP no desenho do “novo modelo de gestão”, quando afirma:

12. Um levantamento publicado pela prefeitura do Recife, em janeiro de 2001, apontava a existências de 103 obras e/ou ações decididas e aprovadas pela população durante o OP no governo anterior e que ainda não haviam sido executadas. O prefeito João Paulo, nessa plenária realizada em janeiro de 2001, se comprometeu a executar as ações e obras pendentes.

O governo municipal está implantando um modelo de gestão em que privilegia mecanismos concretos de participação popular, além de praticar a transparência administrativa e democratizar as informações existentes e em processo de produção. O novo modelo de gestão tem no Orçamento Participativo o instrumento central de planejamento das políticas públicas e da descentralização das atividades de governo. Os espaços de diálogo com a sociedade são as 18 microrregiões do Recife e os interesses de toda a cidade que se expressam nas plenárias temáticas. (PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 45)

Quadro 1: Regiões político-administrativas e microrregiões do Recife

RPA	MR
1	1.1
	1.2
	1.3

Fonte: ADHR (2005).

A metodologia do novo OP foi estruturada¹³a partir da divisão político-administrativa já existente no Recife. O Recife é dividido em seis Regiões Político-Administrativas (RPA), sendo cada uma delas subdivididas em três regiões menores, denominadas de Microrregiões (MR). A cidade do Recife possui hoje 94 bairros, que estão distribuídos na divisão espacial apresentada no quadro acima. As discussões regionais do OP faziam uso dessa mesma divisão. Aos setores da sociedade que não se sentiam representados e/ou estimulados a participarem das discussões regionalizadas dos investimentos públicos, havia também a garantia das discussões temáticas, a partir das Plenárias Temáticas, que debatiam políticas setoriais e temas específicos.

13. Destaca-se que ao longo dos 12 anos que a experiência do OP foi desenvolvida sob a coordenação dos três governos petistas houve algumas modificações na metodologia e funcionamento do programa. A metodologia foi estruturada a partir do que ficou conhecido como “Ciclo do OP”, que será detalhado no tópico seguinte.

O ciclo do Orçamento Participativo

As etapas anuais do OP aconteciam de forma sistemática e cíclica, tendo em vista a necessidade que o OP acompanhasse o processo de orçamentação pública municipal, que tem forte vinculação com o universo temporal de um ano. Entre 2001 e 2006, o funcionamento do programa seguiu praticamente a mesma metodologia, conforme a *figura 1*. A seguir, serão descritas as etapas previstas no desenvolvimento do programa, destacando as suas características principais.¹⁴



Figura 1 - Ciclo do Orçamento Participativo. Fonte: Prefeitura do Recife.

Reuniões sobre a metodologia do OP

As reuniões sobre a metodologia do OP, que aconteciam entre janeiro e fevereiro, eram coordenadas pela equipe da SOPGC e tinham o objetivo de apresentar o funcionamento do programa, organizando e estimulando

14. A descrição das etapas do “Ciclo do OP” foi realizada a partir dos informativos oficiais da Secretaria do Orçamento Participativo, do Plano Plurianual 2002-2005, mas também a partir das observações oriundas da vivência do autor em diversas das etapas descritas.

a participação da sociedade nas plenárias que iam ser iniciadas. Provocadas tanto pela prefeitura, como pelos grupos comunitários interessados, elas aconteciam, na maioria das vezes, nas residências dos moradores, nas calçadas, ou até na própria rua, como forma de tentar estimular os moradores a participarem da atividade que estava sendo organizada. Além de apresentar todas as etapas do processo e dirimir as dúvidas existentes, funcionavam como espaços privilegiados de discussão entre a Prefeitura do Recife e a população da cidade, onde era possível debater desde problemas de uma comunidade até questões mais gerais da cidade, de tal sorte que os envolvidos participavam das demais etapas do OP com mais propriedade, o que acabava por impactar positivamente na qualidade da participação.



Figura 2 - Reuniões de Metodologia do OP. **Fonte:** Acervo próprio.

Plenárias Regionais

Nas plenárias regionais, que aconteciam entre março e abril, eram eleitos os três temas prioritários para cada microrregião. As plenárias ocorriam em todas as 18 microrregiões, sendo variável a quantidade de plenárias realizadas por cada MR, de acordo com a população e a área geográfica. Era o momento em que as entidades e os moradores presentes na reunião realizavam o seu cadastramento. A cada dez moradores(as) cadastrados(as) por plenária, fosse por entidades ou individualmente, era possível eleger um(a) delegado(a) do OP (PREFEITURA DO RECIFE, 2001). Seguindo o exemplo das reuniões sobre metodologia, as plenárias regionais também eram realizadas nos mais diversos bairros da cidade e aconteciam geralmente em espaços públicos (ruas, parques, praças etc.).



Figura 3 - Plenárias Regionais do OP. **Fonte:** Prefeitura do Recife.

Coordenadas pelo Secretário do OP, muitas vezes acompanhado por outros(as) secretários(as) municipais, as plenárias regionais tinham uma dinâmica efervescente. No início das reuniões, a Prefeitura do Recife apresentava um balanço das ações e/ou obras que haviam sido executadas e/ou que estavam em execução, destacando os recursos que haviam sido destinados àquela microrregião até o momento. Após essa apresentação do balanço de gestão, a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife (SEPLAM) realizava a exposição de um diagnóstico microrregional, com dados socioeconômicos, apontando os equipamentos públicos existentes em cada região, destacando as potencialidades e limites presentes em cada recorte espacial. Posteriormente, eram abertas inscrições para que até 10 participantes fizessem uso da palavra, em defesa de propostas ou para a realização de questionamentos à prefeitura. Na fase final da reunião, a população, fazendo uso de uma cédula de votação específica, distribuída momentos antes, realizava o seu voto, elegendo as três prioridades temáticas, cuja apuração era realizada imediatamente e o resultado apresentado aos participantes¹⁵.

15 O resultado da votação de cada plenária mantinha-se como o resultado parcial, pois o resultado final dos três temas prioritários só era divulgado após a conclusão de todas as plenárias por microrregião. O processo de cadastramento dos participantes e da apuração dos votos nas plenárias regionais era informatizado, possibilitando maior lisura, além de garantir a construção de um banco de dados que era posteriormente acessado pela Prefeitura do Recife e pelos delegados do OP (PREFEITURA DO RECIFE, 2002; SILVA, 2003; CALLOU, 2006).

Plenárias intermediárias e temáticas

A terceira fase do ciclo do OP acontecia entre abril e junho de cada ano, ocasião em que eram realizadas as plenárias intermediárias e temáticas. Além das obras e ações prioritárias e dos delegados do OP, esta etapa cumpria a missão de discutir os grandes temas da cidade que viriam a compor o Plano Plurianual, sendo porquanto, considerado de grande relevância, tendo em vista que era considerado o momento da retomada do diálogo com os grupos que haviam se organizado para participar das Plenárias Regionais.

Plenárias Intermediárias

Após a definição dos temas prioritários em cada uma das microrregiões da cidade, as organizações com mais de 10 participantes que haviam participado das plenárias regionais, estavam habilitadas a elegerem as obras e/ou ações. Diferente de como era realizado anteriormente, as obras e ações passaram a ser definidas por votação direta dos moradores(as). Para cada um dos três temas prioritários eleitos nas Plenárias Regionais era eleita uma obra/ação. Só após a eleição das obras prioritárias é que eram eleitos os delegados do OP. Sobre essa mudança metodológica, Silva afirma:

A definição das prioridades e obras antes da eleição dos delegados quebra essa corrente e muda drasticamente o papel dos mesmos no



Figura 4 - Processo de votação e apuração dos votos (Plenárias Regionais).
Fonte: Prefeitura do Recife.

processo: passam de agentes, para fiscais da implantação das obras definidas por suas comunidades. O que gerou forte resistência dos ex-delegados e dos vereadores que viam diminuir, assim, sua área de influência na definição de ações na cidade. (SILVA, 2002, p. 323)



Figura 5 - Plenárias Intermediárias na Comunidade de Roda de Fogo. **Fonte:** Acervo próprio.

Plenárias Temáticas

No intuito de ir além das discussões regionais sobre os investimentos públicos e com o objetivo de discutir temas mais gerais da cidade (Educação, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Saúde, Mulher e Cultura) foi pensada essa instância, que privilegiava a relação com os Conselhos Setoriais¹⁶ e entidades interessadas no setor. Nesses momentos, a prefeitura, por meio das secretarias municipais, apresentava para o debate os programas propostos para o Plano Plurianual, onde eram eleitos três programas prioritários, e também delegados(as) temáticos(as) que participariam posteriormente do Conselho do Orçamento Participativo (PREFEITURA DO RECIFE, 2002; SILVA, 2002).

A instituição das plenárias temáticas foi caracterizada como um avanço, considerando que passava a ser garantido um espaço de discussões dentro da estrutura do OP e que sinalizava claramente com a tentativa de estabe-

16. São conselhos que possuem a finalidade principal de garantir a participação popular, o controle social e a gestão democrática das políticas públicas. São espaços públicos de composição plural, com representação do Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva.

lecer uma integração com demais instrumentos de planejamento de médio e longo prazo. Por outro lado, as “temáticas” também passaram a ser mais um ponto de tensão entre as novas arenas de participação e as estruturas existentes de controle social.

Não se pode disfarçar que só pelo fato de definir o Orçamento Participativo como o centro do planejamento e da gestão se configurou uma tensão inicial entre o “velho” e o “novo”, mesmo que a nova administração municipal tenha garantido na estrutura do Orçamento Participativo, de forma positiva, um lugar para o debate e para a ligação dos temas do cotidiano dos Conselhos Municipais da cidade (as Plenárias Temáticas) e um lugar para a representação institucional dessas instâncias no Conselho do Orçamento Participativo. (SILVA, 2003, p. 82)

Instalação dos Fóruns de delegados e do conselho municipal da gestão democrática do Orçamento Público

A quarta fase do ciclo do OP acontecia a partir de julho de cada ano. No momento em que as plenárias intermediárias de cada microrregião iam sendo concluídas, os Fóruns de Delegados iam sendo instalados, posteriormente, o Conselho da Gestão Democrática do Orçamento Público (COP). Era nessa etapa que havia uma transição dos processos de democracia direta para espaços que eram compostos por representações políticas.

Fóruns de delegados

Após o processo de definição de prioridades (regionais e temáticas), era iniciado outro momento do Ciclo do OP, a instalação dos Fóruns de delega-



Figura 6 - Plenárias temáticas da mulher e da juventude. **Fonte:** Prefeitura do Recife

dos regionais e temáticos. Os Fóruns de delegados eram “instâncias de participação da sociedade civil, em nível de cada microrregião da cidade e temáticas, tendo por finalidade coordenar e fiscalizar, em sua área de atuação, a execução do plano de investimentos e das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da gestão municipal” (PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 6). Instalados a partir de julho, os Fóruns de delegados tinham como competências, segundo o seu Regimento Interno,

- I. eleger e revogar o mandato da Coordenação e dos membros do Conselho Municipal da Gestão Democrática do Orçamento Público – COP; II. apoiar os(as) conselheiros(as) e atuar na informação e divulgação para a população dos assuntos no COP; III. acompanhar o Plano de Investimentos, desde a sua elaboração até a conclusão das obras; IV. discutir e propor sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; V. discutir e propor sobre a Lei Orçamentária Anual – LOA; VI. eleger as Comissões de Fiscalização e Acompanhamento de Obras e Programas; VII. votar as propostas de pauta das reuniões do Fórum; VIII. discutir e propor sobre as alterações do Plano Plurianual – PPA, propostas pelo governo; IX. acompanhar a execução das políticas públicas desenvolvidas no âmbito municipal, de interesse do Fórum. (PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 8)

As reuniões aconteciam, ordinariamente, uma vez por mês, podendo haver convocações extraordinárias. Coordenados por um membro da administração municipal indicado pela SOPGC e por dois delegados microrregionais ou temáticos, os fóruns eram espaços de importantes debates sobre os investimentos públicos, mas também um espaço privilegiado de debate político, onde desde temas locais até discussões nacionais aconteciam. Ao todo, reuniam-se pelo menos uma vez por mês 18 fóruns regionais e 07 fóruns temáticos.

Conselho municipal da gestão democrática do Orçamento Público

De caráter deliberativo, o COP era uma instância de participação direta da sociedade civil organizada, cuja finalidade era propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias relacionadas ao orçamento do município de

Recife (PREFEITURA DO RECIFE, 2002). Como aponta Silva (2003), além de reunir os delegados do OP, ele surgiu também como proposta para promover a articulação do OP com os demais espaços de controle social existentes na cidade. Diga-se de passagem, essa tentativa de viabilizar o diálogo com demais instâncias de participação social do município era perceptível, quando se olhava para a sua composição, conforme definido pelo seu regimento interno, a saber:

I. 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) suplentes eleitos em cada uma das 18 (dezoito) microrregiões do município; II. 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente eleitos em cada uma das 07 (sete) Plenárias Temáticas do Orçamento Participativo; III. 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente de cada um dos Conselhos Setoriais existentes, e os posteriormente criados pelo Poder Público Municipal; IV. 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes do Fórum do PREZEIS; V. 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes do Executivo Municipal das seguintes Secretarias: a) Secretaria do Orçamento Participativo e Gestão Cidadã; b) Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente; c) Secretaria de Finanças. (PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 22)

As reuniões do COP aconteciam ordinariamente uma vez por mês. Competia a esta instância, prioritariamente, o acompanhamento das ações que haviam sido votadas nas Plenárias Intermediárias e Temáticas. Era, sem dúvida, um conselho de grande representatividade política, pois era eleito a partir de um processo onde havia a participação direta de dezenas de milhares de recifenses. Além das discussões relativas ao acompanhamento das demandas votadas, o COP possuía um conjunto de outras competências, aqui destacadas:

I. Apreciar, emitir resoluções, posicionando-se favoravelmente ou não, para alterar no todo ou em parte: a) a proposta do governo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a ser enviada anualmente à Câmara de Vereadores; b) a proposta de Orçamento Anual, que será apresentada pelo Executivo, antes de ser enviado à Câmara de Vereadores, em conformidade com o processo de discussão do Orçamento Participativo – OP; c) a proposta do Plano de Investimentos em conformidade com o processo de discussão do

OP; d) a proposta e aspectos da política tributária e da arrecadação a ser implementada pelo Executivo Municipal; II. avaliar e divulgar a situação das demandas contidas no Plano de Investimentos do ano anterior, executadas, em andamento, os prazos de conclusão das obras licitadas e não realizadas, a partir das informações prestadas pelo município; III. acompanhar a execução orçamentária anual e fiscalizar o cumprimento do Plano de Investimentos, opinando sobre eventuais incrementos, cortes de despesas, investimentos ou alterações no planejamento [...] V. solicitar às secretarias e órgãos do governo, documentos imprescindíveis à formação de opinião dos(as) conselheiros(as), fundamentalmente em questões, cujo o nível técnico e de complexidade são elevados; [...] X. – apreciar, emitir opinião e deliberar sobre a política tributária e de arrecadação do Poder Público Municipal. (PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 26-27)

Votação da matriz orçamentária no COP e envio da matriz orçamentária à Câmara de vereadores

A fase seguinte do Ciclo do OP era destinada ao debate de questões orçamentárias. Era nesse momento que, após um processo de capacitação para todos os conselheiros do COP, a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente elaboravam um material didático explicando todas as questões orçamentárias, participando ativamente da reunião, no intuito de mediar as discussões técnicas que por ora pudessem ocorrer.

A partir dos temas e das ações eleitas como prioridades, era montada a matriz orçamentária, que posteriormente se expressaria nos instrumentos legais que versam sobre a dinâmica de orçamentação municipal. Tal matriz era apresentada e debatida no COP, havendo, em algumas ocasiões, à alteração do documento inicial, que por alguma discordância era emendado pelos presentes na reunião. Assim, após aprovação do COP, o documento era enviado à Câmara de vereadores para apreciação.

Acompanhamento da tramitação do orçamento na Câmara de vereadores

Após a discussão e aprovação da Matriz Orçamentária, a prefeitura, levando em consideração as demandas aprovadas no OP, elaborava e

enviava a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), que era debatida e aprovada pelo poder legislativo municipal. O COP, a partir de uma eleição interna, elegia uma comissão formada por conselheiros(as), que junto com representantes da secretaria do OP, como já foi destacado, acompanhava a tramitação da LOA até o momento de sua aprovação. Vale a pena destacar que a relação dos processos promovidos pelo OP com a Câmara de Vereadores foi marcada por uma série de tensões, fato esse não só vivenciado durante as gestões do PT, mas em diversas outras experiências de participação popular vivenciadas no Recife. Silva, fazendo uma avaliação entre a relação das experiências de OP com a Câmara de Vereadores do Recife, traz a seguinte contribuição:

Havia, indiscutivelmente, uma pressão sobre o Orçamento Participativo advinda de vereadores insatisfeitos com sua existência. Na visão desses vereadores, os delegados do Orçamento Participativo estavam ocupando seu lugar já que a indicação de obras [...] e o seu acompanhamento até a inauguração final estava diretamente relacionada à figura do delegado e não do vereador. A radicalidade da crítica e da pressão era tanta e da pressão dos vereadores foi tanta a ponto de ameaçarem publicamente acabar com o PPB/OP, fato que gerou grande polêmica na base de aliança e sustentação do governo no legislativo. (SILVA, 2003, p. 33)

É verdade também que com o processo de consolidação do OP, alguns vereadores passaram a apoiar o Programa, chegando, em alguns casos, a colaborar nas atividades de mobilização, financiando o transporte de alguns grupos dos quais possuía relação política mais direta. Como destaca Ramos (2015, p. 28), um elemento que merece destaque nessa relação do OP com a Câmara está relacionado ao fato de que delegados, que possuíam forte poder de mobilização junto a algumas comunidades, disputaram eleições proporcionais, e elegeram-se vereadores, como é o caso de Almir Fernando (PC do B) e Maguari (PDT)

Faz-se necessário destacar que o acompanhamento da tramitação do orçamento junto ao poder legislativo não era realizado a contento, sendo uma questão que foi sendo desprestigiada com o passar dos anos, o que acabou influenciando negativamente na qualidade do processo. Tal questão fará parte da avaliação que será apresentada no capítulo posterior.

Apresentação e Discussão do Plano de Investimentos nos Fóruns e no COP

A última fase do Ciclo do OP acontecia após a aprovação da LOA, que deve ser apreciada e votada no mês de novembro de cada ano. Assim, a prefeitura do Recife, por intermédio da SOPGC, apresentava os Planos de Investimentos (PI) Microrregionais, que tinham o objetivo de, a partir dos recursos definidos pela LOA, determinar as obras e ações prioritárias que iriam ser executadas no ano seguinte.

Sem dúvida, a decisão de publicizar um plano de investimentos deve ser considerada um avanço nas questões relacionadas à transparência dos recursos públicos. A discussão do PI junto às instâncias representativas do OP possibilitava a criação de um documento base que iria servir de guia para a atuação dos delegados(as) durante os seus mandatos, havendo assim a ampliação da legitimidade das etapas vivenciadas até esta fase.

Essa etapa do Ciclo, porém, a partir de análises documentais, observações empíricas e entrevistas realizadas, só ocorreu de forma organizada e sistematizada nos primeiros anos do OP. Esta questão será abordada também no próximo capítulo.

Comissões de acompanhamento de obras e caravanas de visitas às obras

Mesmo não aparecendo oficialmente como uma das etapas do Ciclo do OP, um dos grandes diferenciais da experiência do OP de Recife, durante os governos petistas, foi a determinação política de que todas as obras que fossem aprovadas no OP, antes de serem iniciadas, passassem por um processo de apresentação de projetos e eleição da comissão local de acompanhamento de obras. Acompanhada pela equipe técnica da SOPGC e da Empresa de Urbanização do Recife (URB), essas comissões reuniam-se quinzenalmente, e tinham por objetivo acompanhar o processo de execução das obras, para que elas fossem realizadas com o máximo de sintonia com o projeto que havia sido apresentado e debatido pelas comunidades (RAMOS, 2015).

Não foram encontrados dados consolidados das reuniões de acompanhamento de obras, mas Silva (2003, p. 45) traz, em sua dissertação de mestrado,

dados referentes aos dois primeiros anos do OP no primeiro governo João Paulo. Segundo ele, foram realizadas 235 reuniões de acompanhamento de obras entre 2001 e 2002, número relativamente elevado, tendo em vista que não havia no histórico das experiências já realizadas nenhum outro espaço que cumprisse essa mesma função.

O processo de acompanhamento de obras também era realizado a partir de “caravanas às obras”. Esta atividade tinha o objetivo de “promover a integração entre os mais diversos delegados(as) da cidade do Recife, além de propiciar a visão da totalidade dos investimentos realizados e em execução na cidade”. Geralmente eram realizadas nos finais de semana e mobilizavam centenas de delegados(as). Essas inovações acabaram por gerar um maior dinamismo nas instâncias já constituídas pelo OP (PREFEITURA DO RECIFE, 2011; SILVA, 2003).

Orçamento participativo da criança

Outro diferencial importante da experiência do OP de Recife, durante os governos petistas, foi a criação do OP Criança, uma ação promovida entre a SEOPGC e a Secretaria de Educação, contando ainda com a participação de algumas escolas da rede privada de ensino. Considerado um espaço privilegiado para que crianças e adolescentes das escolas da rede municipal pudessem contribuir e participar da formulação de políticas públicas, o OP Criança acontecia de dois em dois anos e reunia cerca de 120 mil estudantes, que debatiam os problemas das suas escolas e comunidades e também elegiam representantes que integravam posteriormente o Conselho do OP Criança, que promovia reuniões com os representantes das mais diversas escolas da cidade. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008, p. 89).

A partir de 2009, algumas mudanças metodológicas também foram realizadas neste Programa, possibilitando que as crianças pudessem fazer uso da internet para apresentar opiniões “sobre como e onde a prefeitura deve(ria) investir os recursos destinados à escola e à cidade”, usando algumas plataformas específicas, como *blogs* e *chats*, que garantiam que os alunos pudessem trocar opiniões e sugestões (PREFEITURA DO RECIFE, 2012, p. 96).



Figura 7 - Plenária do OP Criança. **Fonte:** Prefeitura do Recife.

A partir das atividades desenvolvidas junto à equipe da SOPGC, chamavam a atenção que, na maioria das vezes, as prioridades eleitas pelos estudantes possuíam forte relação com as eleitas nas plenárias das microrregiões. Em 2012, as prioridades eleitas pelo OP Criança foram por segurança dentro e fora das escolas; mais postos de saúde, mais hospitais e menos filas; mais emprego para todos; mais escolas com bom ensino, quadra de esportes, sala de informática e biblioteca; saneamento básico, coleta de lixo e limpeza de rios e canais; e casa para os desabrigados e para substituir palafitas (PREFEITURA DO RECIFE, 2012, p. 96).

As mudanças na configuração organizacional do OP e na sua metodologia

O OP desenvolvido ao longo dos três governos do PT no Recife passou por algumas reformulações metodológicas e também por algumas alterações na sua estrutura organizacional. Em 2005, por exemplo, o prefeito João Paulo, um ano após a sua reeleição, realizou uma reforma administrativa, criando e reformulando algumas secretarias. A SEPLAM e a SOPGC passaram por uma fusão, dando origem à Secretaria de Planejamento Participativo, Obras, Desenvolvimento Urbano e Ambiental (SPPODUA), sendo considerado, inclusive por membros do governo, como uma “supersecretaria”, cuja titularidade foi assumida por João da Costa, até então secretário do OP. A justificativa que embasou a criação da nova “supersecretaria” foi a tentativa de solucionar “conflitos” que passaram a existir entre o OP e as demais estruturas de planejamento já existentes no município (NUNES, 2015), sendo definida como:

órgão superior, subordinado diretamente ao prefeito, constituindo o núcleo central dos sistemas de planejamento, de obras de infraes-

trutura, de controle urbano e ambiental do município, do processo de participação popular, orçamento participativo e o de descentralização administrativa. (RECIFE, 2005, p. 6)

Por outro lado, a decisão de criação da SPPODUA foi acompanhada por duras críticas da oposição e de parte do corpo técnico da prefeitura do Recife, que apontavam o movimento como uma tentativa de ampliar a viabilidade eleitoral de João da Costa, que foi candidato a deputado estadual em 2006, saindo vitorioso das urnas. Sobre as críticas à criação da SPPODUA, Sandra Nunes afirma:

O planejamento continuava tendo o seu papel diminuído e o OP continuava a ser o carro-chefe da gestão, e a base para a eleição do secretário João da Costa como deputado estadual nas eleições de 2006; este, que já tinha ambições de tornar-se prefeito, se fortalecia no Recife, mesmo com as críticas no atraso das obras do OP. Além disso, o secretário passara a ter o controle sobre um grande orçamento da prefeitura, se for considerada a empresa a ela vinculada, URB Recife. (NUNES, 2015, p. 109)

A terceira gestão do PT no Recife, entre 2009 e 2012, foi dirigida por João da Costa, eleito ainda no primeiro turno, com pouco mais de 51% dos votos válidos. Após a posse, seguindo o ritual dos seus antecessores, alterou a estrutura organizacional da prefeitura do Recife. Assim, a então “supersecretaria” deixou de existir, sendo basicamente dividida em duas outras secretarias: a Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano (SCDUO) e a Secretaria Especial de Gestão e Planejamento (SEGP), a qual o OP foi atrelado. Tal secretaria possuía as seguintes atribuições:

I. formular e coordenar o planejamento estratégico municipal; II. coordenar a captação de recursos para o Município; III. coordenar projetos e programas voltados às relações internacionais; IV. organizar o Orçamento Participativo Municipal; V. monitoramento e controle de gestão; VI. planejamento de gestão; VII. acompanhamento da programação e execução do orçamento. (RECIFE, 2009, p. 01)

Sandra Nunes, ao analisar as mudanças na estrutura administrativa e a sua relação com o Planejamento Urbano do Recife desvela fortes críticas ao modelo de planejamento urbano adotado durante os 12 anos de

gestão do Partido dos Trabalhadores¹⁷. De modo geral, a autora afirma que as estruturas de planejamento existentes na cidade ao longo desses 12 anos foram orientadas por uma lógica política partidária, desprestigiando as questões técnicas do planejamento. Mais especificamente a respeito da criação da SCDUO, a autora afirma:

Essa transformação da SPPODUA em SCDUO corrobora a ideia de que sua criação foi uma estratégia para a manutenção do PT no poder com a eleição de João da Costa. Essa estratégia ficou ainda mais clara, com a transferência do OP para a então criada Secretaria Especial de Gestão e Planejamento. (NUNES, 2015, p. 113)

Em que pese as críticas, ao transferir a estrutura administrativa do OP para a SEGP, João da Costa optou por deixar o OP próximo a ele, decisão, sem dúvida, relacionada ao fato de ser o OP uma “marca” que possuía forte vínculo com a sua imagem de gestor. Não obstante, as mudanças apresentadas que impactaram na estrutura do OP no Recife, a partir de 2009, foram orientadas a partir de um modelo de gerenciamento de metas e resultados, buscando “promover a integração das mais diversas áreas do governo” (RECIFE, 2009, p. 1).

Quanto às alterações metodológicas do OP, a principal reestruturação ocorreu em 2007, com a justificativa de ampliar a participação popular, atraindo cada vez mais setores da sociedade para o processo. Como pode ser visto na figura 8, o centro das mudanças foi o fim das plenárias intermediárias, fazendo com que tanto as obras e/ou ações como também os(as) delegados(as) passassem a ser eleitos(as) em um único momento, nas Plenárias Regionais. Defendendo a mudança metodológica do OP, João da Costa, ainda Secretário de Planejamento do Recife, afirmou: “Depois das (plenárias) regionais, havia 600 plenárias intermediárias. Agora, além de garantir mais eficiência no processo, vamos garantir mais legitimidade para as obras escolhidas”. (PREFEITURA DO RECIFE, 2007, p. 1)

17. Faz-se necessário destacar que a autora não apresenta elementos objetivos suficientes para confirmar tal afirmação, apenas algumas entrevistas (não personalizadas) com técnicos da prefeitura do Recife, onde é possível perceber uma boa dosagem de rancor nas palavras dos entrevistados.



Figura 8 - Ciclo do OP após revisão metodológica. **Fonte:** Prefeitura do Recife.

Pela nova sistemática, as pessoas que desejassem participar deveriam se reunir previamente, em grupos de no mínimo dez pessoas, para realizar a indicação de 02 (duas) obras e/ou ações. Essas obras/ou ações eram apresentadas à prefeitura por meio de um formulário próprio (ver anexo), que credenciavam as obras no sistema de informações do OP. Os participantes das plenárias regionais votavam em duas obras/ações e também nos candidatos(as) a delegados(as). Ao término das plenárias regionais, cada microrregião gerava uma lista com as dez obras/ações mais votadas.

Outra inovação introduzida na experiência recifense foi a adoção de mecanismos de participação digital. O *OP Informatizado*, idealizado para garantir que as pessoas que não pudessem participar das plenárias regio-

nais tivessem a oportunidade de votar nas dez obras eleitas como prioridades em cada microrregião. Urnas eletrônicas eram instaladas em locais de grande circulação (terminais de ônibus e metrô, grandes avenidas, praças, parques etc.) em datas pré-definidas, onde era possível, a partir da apresentação de documento oficial, participar da votação. Além da possibilidade de votar nas urnas eletrônicas, os recifenses também poderiam escolher participar da votação via internet.

O Orçamento Participativo em números

Como já foi destacado, não é objetivo do presente trabalho realizar avaliações que dialoguem meramente com uma abordagem quantitativa. Mas, sabendo da importância da representatividade dos números, serão descritos aqui alguns dos resultados numéricos do processo do OP ao longo dos 12 anos em questão.

É possível perceber a partir de uma rápida observação da tabela 02 que em anos de disputas eleitorais municipais houve uma leve queda do número de participantes do OP. As justificativas para esse decréscimo estão amparadas na tese de que as disputas eleitorais acabam por comprometer a participação de alguns setores, que se retiram do processo na tentativa de deslegitimá-lo.

Em 2012, essa diminuição foi bem maior que o comum. Os motivos não foram os mesmos. Esse ano foi marcado por um imenso racha interno no PT de Pernambuco e também no governo municipal. O candidato foi escolhido por prévias, havendo inclusive uma intervenção do Diretório Nacional do PT desrespeitando as instâncias locais. Setores importantes do PT, além de sair do governo, passaram a atacar duramente o então prefeito João da Costa, que tinha o interesse de disputar a reeleição, inclusive saindo vitorioso do processo de prévias. Toda essa tensão interna comprometeu não só o funcionamento do OP, mas também outros organismos do governo.

Tabela 2 – Participação anual no OP do Recife 2001 – 2012

ANO	PL REGIONAIS	PL TEMÁTICAS
2001	26.257	3.778
2002	41.891	4.109
2003	42.426	3.594

Fonte: Prefeitura do Recife (2012, p. 08).

Como já foi apontado por alguns autores, o modelo de OP implementado pelos governos do PT no Recife possibilitaram a ampliação do número de participantes, como é possível identificar na tabela 2. Mesmo sabendo que o quantitativo de pessoas envolvidas no processo, por si só, não garante a qualidade da participação, os dados sistematizados e apresentados são realmente relevantes, não havendo na história recente do Recife nenhum outro programa de participação institucional que tenha reunido um número tão elevado de participações. Salienta-se que durante este período, 26.788 delegados(as) foram eleitos(as) nas plenárias regionais e temáticas e 928 conselheiros(as) fizeram parte do COP¹⁸. (PREFEITURA DO RECIFE, 2008, p. 89; 2012, p. 97).

As análises realizadas acerca do aumento do número de participantes e de participações no OP durante os governos petistas estão ancoradas em fatores como a tradição associativa do município e a percepção da população quanto à eficácia do processo. Outro elemento que não pode deixar de ser considerado é o “peso” que foi dado à participação popular dentro do governo, além de um tratamento diferenciado no que diz respeito às demandas votadas nas instâncias do OP, fato que ajudou no fortalecimento tanto do programa, como também do caráter participativo dos governos (ARVITZER, 2002; SILVA, 2007).

Tabela 3 – Total de obras/ações e investimentos do OP – Recife 2001-2007

TEMAS
1. Pavimentação e drenagem
2. Habitação
3. Saneamento básico

Fonte: Prefeitura do Recife (2008, p. 15).

18. Faz-se necessário destacar que os delegados(as) e conselheiros(as) muitas vezes eram reeleitos(as) por vários mandatos consecutivos, de acordo com as possibilidades regimentais.

Segundo dados da prefeitura do Recife, entre 2001 e 2007, foram investidos cerca de 296 milhões de reais¹⁹, numa média anual de aproximadamente 42 milhões de reais. Como ilustram os dados da tabela 3, as obras e ações realizadas²⁰ ao longo sete anos foram distribuídas, entre outros fatores,²¹ por ordem de votação nas Plenárias Regionais, sendo que os temas que mais receberam recursos foram pavimentação e drenagem, habitação e saneamento, seguidos por sistema viário, contenção de encostas, saúde, educação, esporte e lazer e desenvolvimento econômico. Salienta-se que durante este período, mais de 18 mil delegados(as) foram eleitos(as) e 712 conselheiros(as) fizeram parte do COP²² (PREFEITURA DO RECIFE, 2008, p. 89).

Entre 2009 e 2012, observa-se que houve um aumento considerável no volume de gastos com obras e ações do OP. Como mostram os dados da tabela 4, nesses quatro anos foram investidos mais de 537 milhões de reais, numa média anual da ordem de 134 milhões de reais, recursos esses distribuídos nos diversos temas votados nas plenárias do OP, com destaque para as áreas de habitação, macrodrenagem, pavimentação e contenção de encostas. Estes recursos foram distribuídos num conjunto significativo de intervenções. No final de 2012, um balanço publicado pela prefeitura do Recife apontou para a existência de 4.107 intervenções do OP no período 2009-2012, das quais 824 já tinham sido concluídas, 2.444 estavam em execução e 839 estavam em processo de formulação de projeto ou licitação. (PREFEITURA DO RECIFE, 2012, p. 96)

Tabela 4 – Total de obras/ações e investimentos do OP – Recife 2009-2012

TEMAS
1. Habitação
2. Macrodrenagem
3. Pavimentação
4. Contenção de encostas de morros

Fonte: Prefeitura do Recife (2012, p. 96-97).

Outra questão que chama bastante atenção é o quantitativo de reuniões promovidas pelo processo do OP. A título de exemplo, só no período 2009-2012 foram realizadas 70 plenárias regionais, 1.553 reuniões dos fóruns

de delegados, 76 caravanas regionais e temáticas, 1.200 vistorias à obras no período em que estavam em execução, 1.370 reuniões de acompanhamento de obras e projetos e 230 reuniões para apresentação de projetos (PREFEITURA DO RECIFE, 2012, p. 98).

É possível perceber quando se detalha o funcionamento do OP do Recife que o programa ganhou, de fato, muita força e centralidade durante o período em que existiu. Foi por meio do OP que o governo municipal, durante os três governos petistas, estabeleceu o diálogo com os recifenses. Milhares de pessoas passaram a participar de espaços de debate e de decisão, envolvendo-se no processo de decisão de milhões de reais em obras e ações. A participação popular durante esses 12 anos se fortaleceu. Apresentar esse relato e destacar os números que possuem alguma interface com esse Programa é parte de um esforço em expor as diversas atividades que o OP promoveu no Recife, pois a realização de registros oficiais não parece ter sido o forte da experiência recifense.

Avaliação da inserção das comunidades e dos cidadãos nos processos de gestão e de planejamento da cidade

O presente capítulo visa avaliar o funcionamento do OP do Recife a partir das análises realizadas após a pesquisa documental, fazendo uso de relatórios de gestão, cópias de apresentações, balanços de governo e informações nos sites oficiais. Na tentativa de diminuir a intimidade entre sujeito e objeto, realizou-se um conjunto de entrevistas com técnicos que integravam a equipe do OP, além de ex-delegados(as) e ex-conselheiros(as). Optou-se por não personalizar os entrevistados, mantendo-se assim, os seus anonimatos.

As entrevistas realizadas tiveram o objetivo de identificar possíveis incoerências entre o discurso oficial e prática diária de execução do programa ao longo dos seus 12 anos de existência. Orientadas por perguntas fechadas, algumas das entrevistas enviadas não foram respondidas, havendo alegação em dois casos específicos, de temerem alguma “retaliação” por parte dos atores que coordenaram o processo do OP. Cabe ressaltar que a conjuntura, marcada por uma disputa eleitoral extremamente acirrada, dificulta a realização de entrevistas, pois os discursos acabam sendo

“contaminados” pela lógica eleitoral, prejudicando ainda a elaboração de uma análise mais realista.

A análise será realizada considerando dois eixos centrais: a) identificar avanços e entraves da experiência do OP de Recife durante os três governos liderados pelo PT, a partir dos princípios norteadores do programa, já apresentados no capítulo anterior; e b) discutir o processo de inclusão das diversas comunidades do Recife na definição dos rumos do planejamento e gestão da cidade.

Proposta radicalmente democrática

O princípio da gestão “radicalmente democrática” foi amplamente trabalhado em documentos oficiais (planos, informativos de gestão e balanços de gestão) e também nos discursos dos secretários e do prefeito. A cidade do Recife vinha sendo governada, como já foi apresentado anteriormente, por uma frente política conservadora, que havia “estancado” praticamente todos os processos de participação popular que existiam. Assim, a decisão de apostar na criação de mecanismos de participação direta, além de rearticular e reoxigenar os espaços que estavam vivendo sob forte letargia, foi acertada.

O OP cumpriu o papel de liderar esse processo, de sorte que uma nova dinâmica foi iniciada, modificando a relação entre governo e sociedade. A partir das entrevistas realizadas, é possível afirmar que há um forte reconhecimento que os espaços de gestão democrática da cidade, durante os 12 anos de governos petistas, foram ampliados e estimulados. A participação popular, sem dúvida, foi uma das principais marcas desses três governos.

Acredito que houve sim essa possibilidade (de garantir a radicalização da democracia e da inserção das comunidades no processo), impulsionando diversos indivíduos e entidades a uma ampla participação no processo, de forma individual e coletiva). Isso deu ao programa uma característica democrática e plural, sinalizando condição de reorganização de pessoas e grupos fortalecendo o papel social. Foi possível visualizar esse movimento, especialmente nos Fóruns Temáticos, tanto os que envolviam parcelas da sociedade (LGBT, Juventude, Idosos, Mulheres, Negros e Negras, Direitos Humanos...),

historicamente excluídas, como os fóruns relacionados às políticas públicas de interesse geral (saúde, educação, cultura, meio ambiente...). No entanto, essa participação por vezes esteve fragilizada pela limitação dos próprios delegados (acesso à informação, disponibilidade de tempo, de uma apropriação real sobre elaboração de leis, de domínio efetivo do orçamento geral, das licitações e contratos. (E 08, ex-conselheiro(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Como foi apontado no fragmento acima, níveis e intensidades diferenciadas de democracia puderam ser identificados a partir dos estudos realizados, somados às entrevistas efetuadas. O que aparenta é que com o passar dos anos, o princípio da gestão radicalmente democrática foi se fragilizando, havendo críticas no que diz respeito ao processo decisório, que teria ficado restrito às obras e ações.

[...] com o passar do tempo esse *slogan não se comprovou, por isso só podemos mesmo chamar de slogan*, uma frase que poderia sinalizar uma meta, mas que surtia mais como um corte estético ou uma bandeira. Não foi bem assim. Se por um lado se ampliou o poder e a participação nas decisões de investimentos, isso não se aplicou no todo do orçamento, de uma apropriação real sobre elaboração de leis, de domínio efetivo do orçamento geral, das licitações e contratos. (E 02, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Há ainda uma avaliação de que as comunidades foram parcialmente incluídas no OP de Recife, por motivos diferenciados. Há algumas motivações que podem potencializar o envolvimento das comunidades em um processo de participação direta como foi o OP de Recife. As comunidades que possuem uma trajetória de mobilização e articulação política tendem a ter maior facilidade e até certa vantagem frente às demais comunidades. Há ainda elementos que possibilitam afirmar que as comunidades que são mais carentes em infraestrutura urbana possuem um fôlego maior no processo de participação.

Compreendendo que a “radicalização da democracia” não se dá apenas com a garantia da participação universal (tema que será abordado posteriormente), algumas lacunas foram identificadas. É possível perceber, por exemplo, que as instâncias de participação representativas (fóruns de delegados e COP) passaram a viver um “desprestígio” com o passar dos

anos. As pautas que eram debatidas nessas instâncias ficaram limitadas, na grande maioria das vezes, a discussões relacionadas às obras, perdendo, muitas vezes, a oportunidade de aprofundar temas relevantes para a cidade, como apontou mais de um entrevistado.

Entre as principais críticas que posso fazer ao OP está a não valorização dos fóruns e do COP como espaço legítimo de discussão orçamentária e financeira, ocupando-se com pautas dispersas e desfocadas dos seus propósitos. (E 01, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

No início (o OP), existiam mais debates gerais sobre temas importantes para a cidade, tanto nos fóruns como no COP. Depois de um tempo os fóruns começaram a ser lugares apenas de discursos vazios e o COP passou a não decidir nada de importante. O que no começo existia, de discutir orçamento, matriz orçamentária, acabou. Isso foi só no começo. (E 03, ex-conselheiro(a) do COP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

O que fica evidenciado é que, de fato, o processo deliberativo da participação ficou focado aos momentos destinados à definição das obras e à eleição dos delegados(as). Não significa com isso que a experiência estudada não tenha dado passos significativos em direção à ampliação dos espaços de gestão democrática. O que há, são sinais de que houve relativa burocratização da relação entre os governos e a sociedade, impactando diretamente na intensidade da democracia empreendida no desenvolvimento do OP. A participação de secretários municipais e dirigentes do governo nos primeiros anos de governo era algo comum nas reuniões dos fóruns e do COP, mas com o passar do tempo a participação das pessoas que ocupavam os “postos” de comando do governo passaram a ser escassas. Os secretários e dirigentes do governo municipal passaram a enviar representações que não possuíam poder de decisão, o que impactava diretamente na qualidade do debate existente.

As reuniões dos fóruns começaram a ficar sem sentido. Antes o que era debatido com muita animação passou a dar lugar a uns debates “sem pé nem cabeça”. Depois de uns dois, três anos, não existia mais nenhum secretário que participasse das reuniões do OP. Eles sempre enviavam uns funcionários que não decidiam nada e que não

sabiam responder muitas das perguntas que eram feitas. (E 11, ex-delegado(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016).

Em entrevista realizada com um(a) dos(as) dirigentes do governo que, inclusive, teve a oportunidade de participar do processo de implantação do Programa, quando questionado(a) acerca da “radicalização da democracia”, apresentou elementos importantes que apontam para a confirmação da hipótese de que a experiência do OP incluiu parcialmente as diversas comunidades do Recife.

A inserção (das mais diversas comunidades) teve recortes. De classe, pois se verificou hegemônica mobilização de comunidades de baixa renda. De Zonas Eleitorais, uma vez que se pôde perceber maior participação em Zonas onde se mostrava expansão das bases eleitorais da Frente Popular, sobretudo do PT. De bases eleitorais, já que “redutos” eleitorais, sobretudo petistas emplacaram expressivas participações das comunidades. Esses recortes não se revelaram espontaneamente, pois foram fruto de iniciativas deliberadas da gestão para fortalecer sua base comunitária. Os setores médios e produtivos da cidade mantiveram seus canais de participação e influência na Gestão, especialmente as Audiências de Gabinete. A inserção nas instâncias do OP não se mostrou, portanto, necessária ou atrativa para esses setores. Salvo raras exceções, os setores médios não se envolveram nos ciclos do OP. O Fórum do PREZEIS e os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas foram alijados do processo do OP, apesar de comporem formalmente seu escopo. A radicalização da democracia passava, necessariamente, pela complementaridade entre esses canais de participação e a inserção dos agentes dos espaços anteriormente construídos precisavam ser valorizados. (E 01, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016).

É verdade que a participação era, muitas vezes, estimulada pelo governo, o que pode abrir precedente para discussão acerca da imparcialidade do governo diante do processo de mobilização para as plenárias do OP, mas é preciso também levar em consideração que os potenciais de mobilização de uma comunidade para outra não podem ser apenas balizados por essa influência governamental, pois as comunidades socialmente organizadas e com histórico de mobilização sempre tiveram maior influência nos espaços de decisão da gestão pública municipal, inclusive, anteriores à chegada do

PT no comando da prefeitura do Recife. Tal “colaboração” do governo diante das mobilizações para as plenárias pode ser confirmada tanto por meio de análises empíricas, como também a partir de documentos analíticos já produzidos sobre o OP de Recife. “A equipe do OP muitas vezes ajudava a mobilizar os moradores de uma rua para estimulá-los a vim enquanto grupo de moradores para o programa” (RAMOS, 2015, p. 18).

Universalização da participação

A garantia da participação universal na definição das obras e/ou ações do OP durante os governos petistas, como já foi dito, foi um elemento inovador no que diz respeito ao histórico de experiências de participação popular institucionalizada no Recife. Essa decisão foi considerada como um avanço na gestão democrática da cidade. A metodologia utilizada também apontou para a eliminação de um número pré-definido de delegados(as) e acabou com a figura do “delegado nato” (SOUZA, 2004). Neste sentido, Silva (2003), analisando comparativamente as experiências de participação popular do governo Roberto Magalhães (1997-2000) e os dois primeiros anos do governo João Paulo (2001 -2002), afirmou:

De modo geral, o quadro dos atores envolvidos, segundo a prefeitura do Recife, mediante informações da Secretaria de Orçamento Participativo e Gestão Cidade, de 2003, é o seguinte: no PPB/OP, entre 1997 e 2000, participaram 3.214 pessoas de suas reuniões, sendo 375 do Fórum de Entidades e 28.39 das Plenárias Populares, que juntas elegeram 470 delegados (sendo 197 delegados do Fórum de Entidades e 273 de Plenárias Populares), perfazendo um total de 34 reuniões do PPB/OP (17 do Fórum de Entidades e 17 das Plenárias Populares). Durante os anos de 2001 e 2002, participaram do OP 109.048 pessoas (42.067 em 2001 e 66.981 em 2002), elegendo 1.289 delegados em 2001 e, em 2002, um total de 2.119 delegados, consolidando, ao final dos dois anos, 92 Plenárias Regionais, 15 Plenárias Temáticas e 1.073 Plenárias Intermediárias. (SILVA, 2003, p. 48)

Nas avaliações já realizadas por outros pesquisadores, fica evidente que o OP, durante as três administrações do PT, recebeu um maior aporte de recursos, o que viabilizou uma retroalimentação entre número de participantes e recursos destinados, tendo em vista que passou a ser obser-

vado o cumprimento das demandas eleitas pela população. A partir dos dados fornecidos pela prefeitura do Recife, nenhuma outra experiência de participação popular no processo de definição dos investimentos públicos garantiu tantos recursos para que fossem definidos pela população (ARVITZER, 2003; SOUZA, 2004; SILVA, 2007).

A decisão de universalizar a participação também alterou as características do processo de organização social do Recife. A participação extrapolou a lógica tradicional de representação política. O que se viu foi o envolvimento de novos grupos de pessoas que não se organizavam em entidades tradicionais do movimento popular e que passaram a se unificar em prol de pautas específicas, defendendo a realização de obras em suas comunidades, surgindo uma nova esfera de representação para além dos modelos tradicionais (SILVA, 2002; 2003). Nas entrevistas realizadas, há uma forte concordância que a decisão de garantir a universalização da participação foi fator positivo:

A decisão de utilizar a participação universal como fator de escolha de obras foi um ponto muito positivo. Esse exercício permitiu uma visão mais ampla do território, de planejamento, e que concretamente mudou a distribuição de recursos e investimentos na cidade. Os bairros mais pobres tiveram mudança real em termos de aplicação de recurso público, especialmente em infraestrutura urbana. (E 02, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

[...] (entre os pontos positivos do OP) podemos citar a participação universal. A universalização reacendeu no Recife a tradição de mobilização popular e a gestão municipal, reoxigenou as organizações, seja a partir das tantas que surgiram a partir da mobilização do OP e se mantiveram, quanto daquelas mais antigas que precisaram rever suas práticas e buscar maior proximidade com as comunidades que representavam [...] (a decisão de garantir a participação universal) ampliou a visão comunitária em muitas situações, com a priorização de ações mais significativas no nível comunitário. (E 01, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

[...] A universalização da participação foi o passo diferencial do OP do PT. Exigir apenas 10 votos para a eleição de um delegado do orçamento participativo, sem distinção ou reserva de espaço foi um grande avanço. (E 11, ex-delegado(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

[...] O processo de ampliação da participação também possibilitou que comunidades sem histórico de organização e sem lideranças fortes pudessem se organizar a partir do OP, já que para se eleger um delegado bastavam 10 votos nas plenárias. (E 06, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Na realização das Plenárias Intermediárias existia uma diminuição do número de participantes. Os cidadãos que se cadastravam nas Plenárias Regionais como integrantes de uma determinada organização deveriam participar da etapa posterior, mas a média de participação diminuía cerca de 50%. Em estudo anterior realizado, que avaliou brevemente esta questão, havia indícios de que a diminuição da participação poderia estar relacionada às práticas de mobilização realizadas, que aconteciam a partir do governo municipal, por meio dos seus agentes políticos, pelos novos agentes que surgiram a partir do próprio OP, mas também pelas lideranças comunitárias mais tradicionais, muitas delas possuidoras de práticas clientelistas, que procuram atuar apenas com o objetivo de quantificar o processo, no âmbito do qual se projetam as disputas para controlar clientes (CALLOU, 2006). Assim, de fato, houve uma ampliação do número de participantes, fazendo com que as decisões relacionadas às obras e/ou ações atingissem um número maior de pessoas. Ao mesmo tempo em que se conseguiu ampliar o número de participantes, a exclusão das plenárias intermediárias atingiu a qualidade da participação, como apontou um dos técnicos que participou da equipe do OP:

A extinção das plenárias intermediárias impactou negativamente na qualidade dos espaços de diálogo existente no OP. Era nas plenárias intermediárias que se realizavam debates importantes sobre a cidade e também sobre o próprio OP. A própria existência das intermediárias, por si só, já estimulava a mobilização e organização da sociedade. O fim das intermediárias foi um erro. (E 02, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

A possibilidade da participação digital não conseguiu atingir o objetivo de ampliar o envolvimento de novos setores da sociedade ao processo. O que se notou foi que os espaços digitais de participação foram ocupados também pelos grupos que já participavam das plenárias regionais, havendo um aumento do número de participantes, mas não impactando direta-

te no envolvimento de novos setores sociais, como se previa. Sobre essa questão, o mesmo técnico afirmou:

As urnas eletrônicas e a internet não conseguiram atingir novos atores. O que acontecia era apenas uma complementação da votação nas plenárias. A maior parte da mobilização para o “OP Digital” era promovida pelos articuladores dos grupos que já haviam participado das plenárias. (E 02, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Ainda sobre essa questão da inclusão dos instrumentos de participação digital, o Entrevistado 01 afirmou que o “OP não superou o limite de ser um programa para as áreas mais pobres da cidade, pouco incorporando os setores médios e de alta renda”. Mas as críticas não param por aí:

As urnas eletrônicas e a internet foram uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que conseguiu fazer com que mais pessoas participassem do OP, também gerou uma disputa ainda maior entre as comunidades. Muitas vezes, a liderança de uma comunidade sentava no computador com as carteiras de identidade dos moradores e acabavam realizando a votação no lugar das pessoas. A prefeitura não tinha como acompanhar e algumas coisas erradas acabavam acontecendo. A ideia foi muito boa, mas faltou um maior acompanhamento e uma maior fiscalização. (E 03, ex-conselheiro(a) do COP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Tais afirmações vão ao encontro das observações realizadas a partir da vivência prática deste autor. O que se percebia era que, de fato, não havia ampliação dos setores sociais que participavam do OP, permanecendo ainda a lógica da “disputa de obras”.

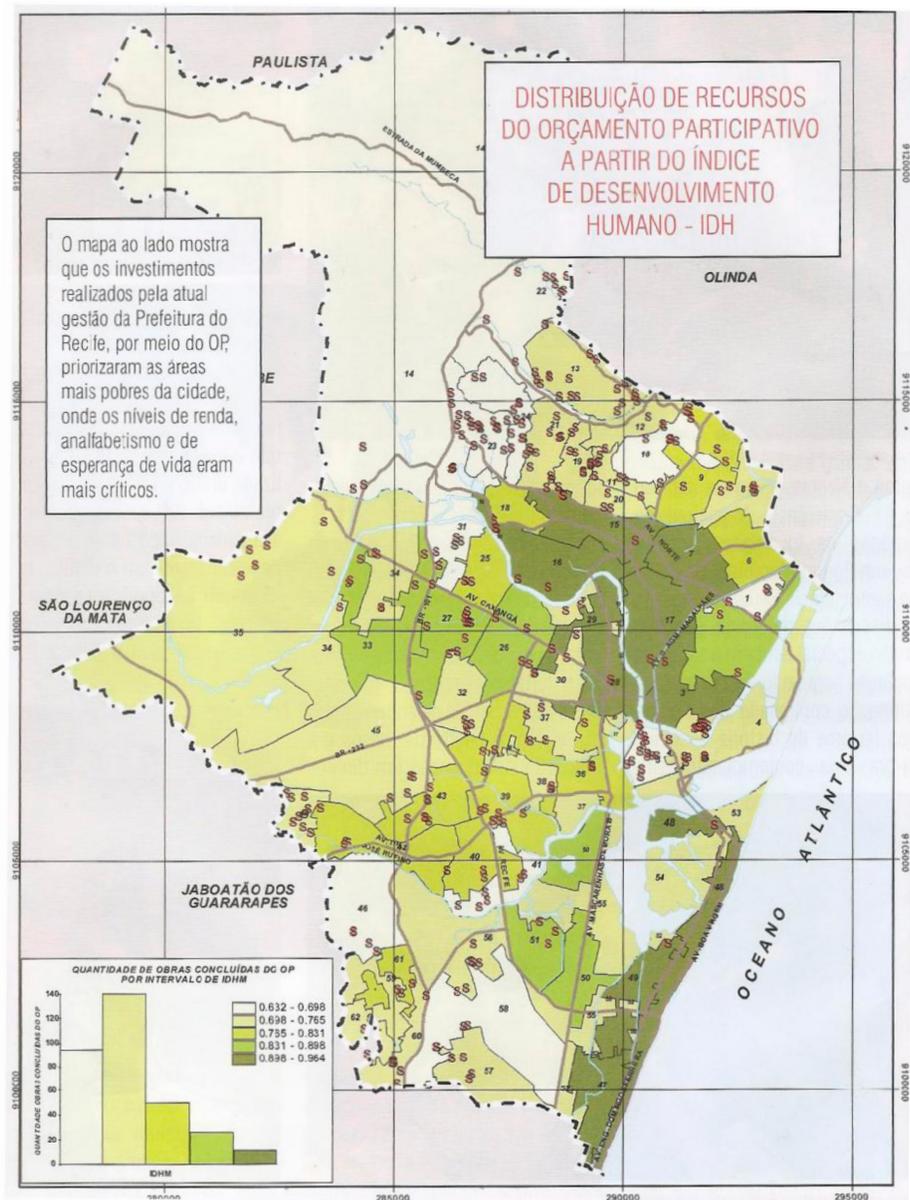


Figura 9 - Mapa da Distribuição dos Recursos do OP a partir do IDH.

Fonte: Prefeitura do Recife (2008, p. 12).

Outra questão que merece ser abordada na análise que vem sendo construída é a relação do princípio da participação universal e a distri-

buição dos recursos para investimentos na cidade. A participação universal veio a propiciar a inversão de prioridades, elemento tão presente nos discursos petistas. De fato, a partir de um mapeamento elaborado e apresentado pela prefeitura do Recife, em 2008, foi possível perceber que os investimentos relacionados ao OP estavam sendo destinados às regiões com os menores IDH da cidade, o que aponta para a realização de obras e ações nas áreas mais pobres do Recife, como ilustra a *figura 9*.

Ao mesmo tempo em que a garantia da participação universal ocasionou saltos qualitativos ao OP, trouxe também outra questão, mais subjetiva, que poderia ter sido melhor trabalhada. Um processo de participação em massa, como foi o caso da experiência do Recife, obrigava as estruturas do aparelho burocrático a se moldarem, elemento considerado um entrave. As obras que não conseguiam ser executadas passaram a ser classificadas como “obras pendentes”.

Indiscutivelmente, os limites orçamentários poderiam ser melhores trabalhados. A dificuldade em ajustar o Ciclo do OP com o ciclo orçamentário anual, como em diversas outras experiências de OP no Brasil, foi um elemento presente no OP de Recife. Mesmo sendo executadas quase 6 mil obras por meio da decisão popular, várias críticas relacionadas à lentidão e ao não atendimento das demandas também foram realizadas no decorrer do processo. Essa era uma discussão recorrente nas instâncias do OP, reiterada em praticamente todas as entrevistas realizadas. É sabido, aliás, que a burocracia é um dificultador de processos de democracia direta e ativa, como apontou um(a) dos(as) entrevistados(as):

A lenta burocracia do poder público no que se refere à agilidade na implementação das obras e ações dificultou muito o desenvolvimento do OP. Algumas obras levavam mais de um ano para serem executadas. Isso comprometia a legitimidade do processo. (E 04, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Complementando essa análise, mas apresentando outra visão, um(a) ex-conselheiro(a) do COP traz a seguinte contribuição:

É óbvio que a prefeitura não conseguiria realizar todas as obras votadas nas plenárias, mas o que poderia ter ajudado muito é ter existido mais diálogo. No início as coisas eram mais conversadas, tinha uma maior explicação das coisas. Depois de um tempo, muita

coisa começou a acontecer com menos conversa, menos debate. (E 03, ex-conselheiro(a) do COP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Os critérios para a definição das obras eram mais objetivos nos primeiros anos do OP. Com o passar dos anos, a subjetividade passou a fazer parte do processo. Essa questão foi abordada em algumas das entrevistas realizadas, como ilustra o fragmento a seguir:

O OP deixou-se influenciar por critérios subjetivos (geralmente de caráter político-partidário) na definição e no ritmo das ações, sem falar que não foram disponibilizados os recursos necessários para a execução total das ações dos Planos de Investimentos Anuais, gerando grande passivo de execução. (E 01, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

As observações realizadas ao longo do período em que este autor participou da equipe do OP dialogam com algumas das avaliações realizadas pelos(as) entrevistados(as). A definição das obras que iriam ou não ser executadas passaram a seguir critérios mais “frouxos”, deixando de ficar evidenciado para os delegados(as) e conselheiros(as) quais os procedimentos que eram utilizados para a definição das obras que seriam executadas. É evidente que as obras e ações que recebiam mais votos eram prioritariamente executadas, mas em alguns casos eram iniciadas após o início de obras que haviam sido menos votadas.

Sobre os recursos destinados ao OP, que eram relativamente altos, como já foi demonstrado, com o passar dos anos, deixaram de existir discussões fundamentadas em critérios técnicos e passaram a existir interferências políticas na definição desses recursos. Sobre tal questão, um ex-integrante da equipe do OP afirmou:

O OP poderia ter sido definidor de um percentual maior de recursos a serem investidos pela prefeitura. As votações no OP representavam aspecto importante ao se levar em consideração a tomada de decisão, por não ter poder de vinculação, mas ainda tinha que disputar com outras motivações e não foram raras as vezes em que foram preteridas. (E 06, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Ao mesmo tempo em que existem esses pontos que foram considerados negativamente, faz-se necessário destacar que um programa que realiza quase 6 mil obras/ações e que destina quase 900 milhões de reais para serem decididos pela população de uma cidade merece um profundo reconhecimento. O que fica evidenciado é que, como em outras experiências dessa natureza, inclusive dirigidas pelo PT, o OP de Recife passou por um processo de burocratização e de flexibilização de seus princípios norteadores. Tal afirmação será confirmada em outras a seguir.

Resgate da cidadania do povo

Mesmo havendo uma elevada subjetividade nessa discussão, é possível afirmar que existiam elementos que apontavam para o fortalecimento da compreensão de cidadania do povo recifense. A partir do momento em que a população passava a decidir sobre o destino dos recursos para investimentos, o sentimento de “pertencimento” sobre a cidade era reavivado. Pessoas que antes não atuavam politicamente passaram a ser dotadas de direitos, com acesso à informação, com direito à voz e ao voto. Mesmo diante dos entraves que existiram no decorrer do processo, a experiência do OP de Recife pode ser considerada um mecanismo de empoderamento popular e conscientização cidadã.

As experiências de OP são sempre analisadas a partir dos resultados práticos obtidos (número de obras, valores investidos, número de participantes etc.). Sem dúvida esses são eixos que devem nortear a análise, mas não estar atento aos impactos subjetivos de uma experiência como foi a de Recife é perder um dado significativo para a constituição de sujeitos políticos.

Mesmo diante dos “estrangulamentos” vivenciados na implementação do OP de Recife, inúmeros são os ganhos objetivos que podem ser relatados, mas há ainda uma dimensão, que não está atrelada aos números, aos milhões de reais executados em obras. É necessário que exista a preocupação de mensurar o que um processo de estímulo à participação pode impactar na vida das pessoas, tendo em vista que muitos dos envolvidos nas instâncias do próprio OP de Recife, até então, não tinham atuado diretamente em arenas de debate e decisão política (SANTOS, 2002; ARVITZER, 2003; FEDOZZI, 2007). Quando os moradores de uma comunidade podem participar das

decisões que vão interferir nas suas próprias vidas passa a existir, portanto, um importante componente pedagógico, que empodera os cidadãos e os dota de direitos políticos, historicamente negados ao povo. O OP de Recife trouxe uma sensação de empoderamento às pessoas que se envolveram no processo, impactando na sensação de aumento da cidadania.

Cogestão da cidade

O OP de Recife foi instituído como o principal instrumento de cogestão da cidade, sendo considerado um elemento viabilizador do modelo democrático de planejamento urbano. O PPA 2002-2005 deixa isso bastante claro, afirmando que:

O planejamento do Recife hoje conta com um processo implantado de participação – Orçamento Participativo – de forma atuante e efetiva [...] Orienta-se por uma prática radicalmente democrática e solidária que visa promover importante mudança político/cultural no modo de planejar as ações públicas municipais. Nesta cogestão, o OP é uma política central de planejamento e alocação dos recursos captados pela Prefeitura. (RECIFE, 2001, p. 26)

Mas a implantação de um sistema de gestão compartilhado entre Estado e Sociedade é bastante complexo de ser realizado. As dificuldades em ajustar a máquina administrativa às práticas necessárias para o desenvolvimento de um modelo de cogestão é algo que precisa ser considerado como uma tarefa contínua. Até porque, a cogestão é algo que não se realiza sem a garantia de espaços democráticos de diálogos e decisões. É condicionante a aproximação entre agentes do poder público e cidadãos interessados em participar de um processo coletivo de gestão. Mas é necessário que essa aproximação seja orientada por diretrizes e responsabilidades muito claras. Muitas vezes, os espaços criados para garantir um modelo de cogestão acabam servindo para a reprodução de práticas condenáveis, que inclusive caminham na contra-mão do ideário democrático do planejamento e da gestão.

Diversos avanços foram reconhecidos no que diz respeito ao princípio da cogestão utilizado pelo OP de Recife, tendo ficado nítido em algumas entrevistas.

Entre os pontos positivos do OP de Recife está a transferência de poder para a mão da população, a ampliação da participação

política de pessoas das camadas das mais simples da população, gerando visível entusiasmo e despertando o sentimento de pertencimento. A população passou a fazer parte da gestão do dinheiro da prefeitura. (E 08, ex-conselheiro(a) do COP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

A gestão da cidade foi dividida com a população. Poderia ter sido mais, mas acho que fizemos o que foi possível. As pessoas da cidade começaram a fazer a gestão da cidade. Esse foi um ponto importante do OP de Recife. (E 10, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Não obstante o reconhecimento de passos importantes dados no sentido da democratização da gestão, existem críticas ao processo no que diz respeito à timidez com que teria sido tratado:

Pouco avançou na ampliação do sentimento de corresponsabilização da população pelas ações municipais, restringindo-se à escolha das ações, com pouco envolvimento popular em suas execuções. (E 01, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

O OP poderia ter dividido mais a responsabilidade da gestão. As coisas começaram bem, muito democráticas, mas com o passar dos anos, as coisas foram sendo modificadas. Essa cogestão não aconteceu como se disse que ia acontecer. Muito poderia ter sido feito, mas não fizeram. Acabaram, algumas vezes, fazendo igual aos direitistas. (E 11, ex-delegado(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

De fato, a partir das pesquisas e análises realizadas, foi possível perceber indícios de que o princípio da cogestão acabou ficando restrita às decisões orçamentárias, existindo grandes lacunas no que versa sobre a participação da sociedade em demais instâncias de gestão da cidade.

Controle social sobre o Estado

Qualquer experiência de OP se baseia, pelo menos no campo do discurso, no princípio do controle social sobre as ações do Estado. Esse modelo, amparado no modelo de gestão democrática, é algo que já vem sendo debatido. De fato, vários são os avanços obtidos na implantação de mecanismos de controle social no Brasil, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988. O que se percebe, porém, é que muitas das

experiências de OP que se autointitularam promotoras do controle social ficaram apenas no campo das ideias e do discurso, quando não, promoveram timidamente uma ou outra ação que possuam interface com um controle efetivo da sociedade sobre as ações do poder público, como é o caso do OP implementado em Olinda, cidade vizinha a Recife e dirigida pelo PC do B desde 2001.

No caso da experiência do OP de Recife, pode-se afirmar que houve sim uma forte tentativa de viabilizar o controle da sociedade sobre os recursos destinados para novos investimentos. Compreendendo o OP não apenas como um instrumento de definição de obras, outras áreas ficaram bem aquém do que se pode conceber como um real controle social.

Um fator que pode vir a comprometer um mecanismo ou instrumento de controle da sociedade sobre o Estado é a difícil e complexa relação que se estabelece entre ambos. É a partir de distorções na forma em que essas relações são estabelecidas que surgem casos de cooptação que podem vir a comprometer a lisura do processo de participação democrática. Como destacado anteriormente, esse trabalho apresenta em seu quadro de hipóteses, que a experiência do OP de Recife acabou, em determinados momentos, reproduzindo práticas e ações antes criticadas e combatidas pelas forças políticas que a formularam.

Uma das questões que merece atenção quando se analisa possíveis distorções na relação entre a estrutura de governo que comandava o OP e a sociedade recai sobre as características da equipe do OP. A diversidade da equipe sempre foi considerada um elemento positivo pelos integrantes da secretaria, mas não era assim que o conjunto do governo avaliava. Havia certo preconceito com alguns integrantes, por não possuírem curso superior ou qualificações técnicas “formais”. Era uma equipe empoderada no interior do governo, mas que sofria diversas retaliações por parte de algumas secretarias, justificadas em parte pela composição plural que integrava a coligação, sem falar também que muitos dos secretários, inclusive petistas, tinham divergências quanto à condução dada pelo corpo dirigente da SOPGC.

Sobre esse assunto, um dos entrevistados que participou da equipe do OP desde o início do primeiro governo João Paulo, em 2001, e pode acompanhar o momento de formação da equipe, teceu as seguintes considerações:

Houve critérios técnicos, sobretudo na composição da Diretoria de Metodologia e Sistematização de Informações, com pessoas com experiência em processos participativos e organização de informações. Já a Diretoria de Articulação teve perfil mais político, compondo-se por pessoas ligadas aos movimentos populares e com forte ligação com a campanha eleitoral, seja junto à chapa majoritária, seja junto às candidaturas proporcionais. Várias lideranças populares ocuparam cargos de coordenação regional e microrregional das áreas às quais estavam vinculadas. Aquelas pessoas que ocuparam coordenações das Regiões Político-administrativas tinham relações mais estreitas com o Partido dos Trabalhadores - PT (com exceção da RPA1). Já as coordenações das microrregiões obedeceram a critérios como importância política da microrregião (prioritariamente para o PT); bases eleitorais de candidatos proporcionais com votação expressiva ou eleitos; acomodação de indicações dos partidos da base de governabilidade em construção. Algumas poucas pessoas compuseram a equipe em função de sua experiência no PPB e antigo OP, como forma de transferência de memória dos programas anteriores, mas nenhuma ocupando cargo mais expressivo. (E 01, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

A afirmação acima pode ser interpretada a partir de diversas compreensões. Há uma sinalização, por parte do entrevistado, que existia uma partidarização na operação institucional dos funcionários da secretaria. É verdade que a equipe do OP de Recife foi composta majoritariamente por pessoas ligadas ao PT e aos movimentos sociais. Este, na nossa avaliação, não é o principal problema. O que pode vir dificultar a implementação de um instrumento que visa democratizar o orçamento público é o ato de favorecer determinado grupo/liderança em detrimento de outros. Essa distorção parece ter ocorrido em alguns momentos do OP.

Um outro aspecto negativo foi a substituição de líderes comunitários cooptados. Se no início houve uma ruptura com um modelo de pacto social, de exercício de poder entre poder público e agentes mobilizadores, na prática o que houve foi uma troca dos antigos membros da situação por simpatizantes do governo, quando não houve a conversão de apoiadores. (E 02, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

[...] Um ponto negativo foi falta de capacitação permanente da equipe do OP, que é um risco no que se refere aos vícios da cultura do clientelismo. (E 04, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

[...] Um problema que existiu foi a pouca formação teórica que aprofundasse a compreensão das tensões sociais que permeavam a relação governo x sociedade que resultassem em uma participação mais autônoma da sociedade no exercício do controle social e a falta de estratégia dos gestores públicos em fortalecer as instâncias de organização sociais do Município de maneira a sobreviverem e resistirem a qualquer tentativa de cerceamento do processo de participação democrática e controle das gestões públicas. (E 05, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

[...] Em relação à equipe, em alguns territórios acabou-se por reproduzir práticas fisiologistas, de aparelhamento e de cooptação de lideranças, viciando o processo de participação. (E 07, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Os trechos das entrevistas acima apresentados deixam claro que mesmo havendo significativos avanços na experiência do OP coordenado pelo PT, não foi possível se livrar de práticas clientelistas e fisiologistas na relação do governo com a sociedade, sendo porquanto possível afirmar que algumas das críticas elaboradas anteriormente pelo PT acabaram sendo reproduzidas durante os três governos petistas na capital pernambucana.

Autorregulamentação do processo

O OP era regulamentado por um regimento interno que foi aprovado em todos os fóruns e no COP. Esse era o documento guia de organização e funcionamento das suas instâncias. Essa decisão política trouxe pontos positivos para o processo, tendo em vista que tudo que foi estabelecido como regra foi anteriormente debatido e aprovado pelos primeiros fóruns de delegados(as) e pelos conselheiros(as). Além de decidir o futuro dos investimentos, os atores envolvidos no OP também decidiam como seria o funcionamento interno do Programa. Garantir a autorregulamentação do processo foi a tentativa de buscar atingir ainda mais autonomia para o desenvolvimento do OP, procurando diminuir a interferência da estrutura estatal na definição dos seus rumos.

A decisão de não transformar o funcionamento do OP em lei é fruto da crença que quanto mais autônomo ele for melhores serão os seus resultados. A nossa decisão foi garantir que o OP fosse autorregulamentado, havendo o mínimo de interferência do governo na definição do funcionamento interno das suas instâncias. (João da Costa, então secretário do Orçamento Participativo, em entrevista publicada pelo *Jornal do Comércio* em abril de 2003)

Este autor teve a oportunidade de presenciar debates extremamente acalorados sobre a aprovação do primeiro regimento do OP e ainda sobre suas alterações iniciais, mas com o passar dos anos, alterações que eram realizadas na metodologia do OP, no seu formato, no processo de eleição das obras e delegados(as), não tiveram mais o mesmo debate qualificado. As discussões com os(as) delegados(as) e conselheiros(as), quando aconteciam, se dava de forma superficial e acelerada. Algumas decisões, aliás, passaram a ser tomadas quase que unilateralmente, sem a participação efetiva das representações da sociedade. A título de exemplo, quando ocorreram as mudanças metodológicas que excluiu as plenárias intermediárias, o debate nos fóruns foi quase que inexistente.

Muita coisa deixou de ser discutida com os delegados. Após 2006, nem ao menos o funcionamento do programa e o cumprimento do seu regimento era mais tão presente como era no começo. As coisas começaram a ficar ruins no final do segundo governo de João Paulo. Eu não estou querendo dizer com isso que não houve muita coisa positiva. Por exemplo, o que está acontecendo hoje no Recife (Recife Participa) nem se compara com o OP do governo do PT. Mas acho que muita coisa acabou se repetindo. Muita coisa que era atacada passou a ser feita. Muito tempo fazendo a mesma coisa, né? Talvez isso tenha a ver. (E 11, ex-delegado(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Se analisada a aplicação da autorregulamentação do processo, também é possível afirmar que ao longo dos anos o tratamento dado a essa questão foi sendo alterado, havendo uma aparente diminuição da intensidade dos momentos que privilegiavam o debate sobre a autorregulamentação do OP, mais um indício do processo de burocratização, apontado na hipótese dessa dissertação.

Transparência administrativa

A máquina administrativa não é, pela sua própria natureza, adepta à transparência, muito menos, entusiasta do diálogo com a população. A burocracia impregnada nas ações das administrações municipais é considerada um fator impeditivo do avanço da democracia direta. Os governos acabam sendo orientados por ações fragmentadas, difusas, altamente susceptíveis aos interesses de pequenos grupos (TEIXEIRA et al., 2003).

No que diz respeito à transparência administrativa, um princípio que também norteou o Programa, há um grande reconhecimento que passos importantes foram dados tanto por parte dos gestores, como por parte dos delegados(as) e conselheiros(as), havendo pouca discordância quanto aos ganhos reais que a experiência do OP de Recife trouxe deste ponto de vista. Fato foi que o OP abriu um canal importante de diálogo com a população recifense, estimulando o exercício da cidadania e promovendo ações que visavam abrir a máquina pública, apresentar e debater informações e dados que antes ficavam restritos ao corpo dirigente do governo, cumprindo efetivamente o papel de provocador de uma nova cultura política dentro e fora do governo. Prestações de contas, apresentação de balanços anuais de investimentos, números de participantes, números de delegados, obras e ações eleitas e tantas outras informações eram disponibilizadas frequentemente entre representantes da sociedade nos fóruns e no COP. Um conjunto de informações que antes não eram disponibilizadas passou a fazer parte do dia a dia do Programa, sendo possível perceber a incorporação de termos técnicos nos discursos dos delegados(as) e conselheiros(as), fato que antes não existia.

Se há uma coisa que não podem deixar de reconhecer é que o OP foi extremamente transparente. Tudo que podia ser feito e o que não podia ser feito era dito aos delegados. O que talvez tenhamos falhado foi em não ter deixado ainda mais claro a metodologia do OP. Muita gente participava do OP pensando que suas obras iam ser necessariamente atendidas e não era bem assim, tinha um monte de critérios técnicos que precisavam ser levados em consideração. (E 10, ex-integrante da equipe do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Entre os delegados(as) também havia esse entendimento. Os que haviam participado de experiências anteriores conseguiam identificar

ainda mais os avanços do OP desenvolvido a partir de 2001, como é possível identificar no trecho abaixo:

Tudo melhorou nesse quesito após a chegada do PT no governo. Quando era Roberto Magalhães [o prefeito], a população não tinha direito a nada. Ninguém queria nem ouvir falar em participação. No governo de João Paulo a população começou a ter vez e voz. Era outra coisa. Quem sabe agora as coisas não voltam a ser como era antes. [João Paulo é candidato a prefeito pelo PT nas eleições de 2016]. (E 09, ex-delegado(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

Obviamente, há também divergências com esse entendimento, existindo críticas de alguns dos entrevistados no que diz respeito à transparência administrativa. O depoimento a seguir ilustra o argumento:

Quase todas as decisões que estavam relacionadas ao OP eram debatidas nos fóruns e no COP. Pouca coisa que não passava pelas instâncias. Por exemplo, quando as plenárias intermediárias foram retiradas do processo, vários delegados reclamaram, mas nada foi feito [...] As grandes discussões da cidade, que poderiam passar pelos espaços do OP muitas vezes não passavam. Havia transparência nas discussões restritas ao OP, mas sobre outras coisas, ficava muita coisa sem ser dita. (E 07, ex-delegado(a) do OP, em entrevista realizada pelo autor em 2016)

À guisa de conclusão

Avaliar o impacto do OP como instrumento de inserção das comunidades e dos cidadãos no processo de gestão e planejamento urbano foi o objetivo central desse capítulo. Percorrendo os eixos norteadores do Programa, buscou-se identificar questões relevantes que propiciassem uma reflexão sobre o que foi essa experiência. Saindo da dicotomia que permeia as avaliações sobre o OP do Recife apresentou os avanços obtidos, mas buscou também romper com as avaliações aparentemente “cegas” dos que participaram da construção dessa iniciativa. O período de elaboração deste capítulo foi marcado por muitas análises, estimuladas pela certeza de que é necessário que o campo democrático e popular promova uma revisão do que conseguiu realizar nas últimas décadas.

As entrevistas possibilitaram que ex-integrantes dos governos petistas elaborassem uma avaliação com relevante conteúdo crítico, que podem ser, inclusive, um sinal de que já parece estar em curso um processo, necessário, de reflexão. As entrevistas e os depoimentos que deram substrato para a realização das análises permitiram responder à pergunta inicial e testar a hipótese do trabalho, segundo a qual, após um movimento que buscou incluir as mais diversas comunidades na discussão da cidade, com o passar dos anos o OP foi sofrendo um processo de burocratização, gerando distorções no seu funcionamento, de tal sorte que ações, antes criticadas e combatidas pelas forças políticas que a formularam, passaram a ser também reproduzidas.

Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar um Programa, que pela visibilidade alcançada, tornou-se o eixo central de três governos consecutivos liderados pelo PT no Recife. Como já apresentado, as inquietações iniciais que deram origem ao projeto de dissertação estavam assentadas em observações empíricas, muitas delas, estimuladas pela vivência prática deste autor, quando, por um período, contribuiu com a sua implementação. O que se propôs foi discutir o funcionamento do OP do Recife, verificando criticamente se tal experiência conseguiu contemplar as mais diversas comunidades e os cidadãos no processo de gestão e planejamento urbano.

Pode-se afirmar que ao longo dos 12 anos de governos petistas, experiência do OP foi significativa já que alterou o modo de incorporação da concepção política da ampliação dos espaços de participação popular no planejamento e gestão da cidade. A decisão de avaliar criticamente o funcionamento deste programa levou em consideração esse fato, diferente do que possa parecer. Faz-se necessário registrar que se há uma lacuna grande no que diz respeito ao OP de Recife, é a ausência sistemática de registro da experiência. Muita coisa foi feita, mas boa parte dessa história não foi contada. Dos diversos trabalhos produzidos sobre o OP do Recife, não é de conhecimento deste autor nenhum que tenha elaborado um balanço das ações desenvolvidas ao longo de todo período de sua implementação.

Os trabalhos acessados na etapa da pesquisa documental e bibliográfica-

fica podem ser divididos, grosso modo, em dois blocos: os que exaltam o OP – o transformando em algo perfeito, em referência a ser seguida para demais administrações municipais – e os que tecem críticas, dialogando com a ideia central de que o sucesso e as grandes quantidades de participantes e investimentos são mera obra de ficção, amparadas por intensas campanhas de marketing político.

A opção encontrada foi transitar entre esses dois polos. Foi realizado um resgate de informações, procurando organizá-las cronologicamente, demonstrando que, de fato, como já foi dito, foi uma experiência que deixou marcas positivas para a história da participação popular no Recife. Por outro lado, também foi objetivo da dissertação procurar identificar os possíveis entraves no desenvolvimento do Programa, preocupando-se, principalmente, com a qualidade e intensidade do processo democrático. Identificar e estudar as dificuldades encontradas ao longo da implementação desse Programa deve ser considerado como parte do processo de revisão crítica do que foi realizado, compreendendo essa etapa como condicionante para a viabilização do aprofundamento da democracia no Brasil. Durante muito tempo se apostou que ações como o OP dariam conta de democratizar o acesso da população às políticas públicas, mas isso só não foi e não será suficiente.

Assim, após a pesquisa realizada, apresentam-se alguns pontos que não possuem necessariamente um caráter conclusivo, mas que podem servir como eixos norteadores para futuras reflexões acerca dessa experiência. Reiterando uma das ideias motivadoras da realização deste trabalho é possível afirmar que não houve, dentre os programas de participação popular na definição dos investimentos públicos, nenhum que tenha as mesmas características que o OP desenvolvido durante os governos liderados pelo PT. A experiência estudada conseguiu atingir um número de participantes nunca antes registrados em programas com objetivos similares.

Outros pontos positivos devem ser considerados. O volume de recursos destinados ao OP é um deles. Até então, não havia existido nenhum programa no Recife que viabilizasse um valor tão elevado de recursos para que população pudesse participar do processo decisório. A criação do COP, mesmo havendo dificuldades no seu funcionamento após os anos iniciais, também foi um ponto importante para a cidade, pois passou a existir uma instância única de gestão orçamentária e financeira, participativa, com

poder de deliberação. Neste contexto, os investimentos públicos passaram a ser pautados de forma diversificada, promovendo uma nova visão das comunidades para políticas que até então eram secundarizadas, como esporte, lazer, cultura etc. A pauta do plano de investimentos municipal foi alterada.

Ademais, há de se reconhecer que o OP acabou reoxigenando as organizações do movimento popular, que vinham vivendo um momento de grande letargia, impulsionado pelo “arrocho” nos espaços democráticos promovidos pelo governo do então prefeito Roberto Magalhães. Em outras palavras, o OP foi um marco para as administrações públicas recifenses, diferenciando-se de experiências anteriores, o que o coloca como um referencial para demais programas que impulsionem a participação popular na gestão das cidades.

Por outro lado, confirmando a hipótese que orientou a pesquisa, o OP de Recife acabou incluindo parcialmente as comunidades da cidade nas discussões e debates promovidos pelas instâncias já apresentadas e detalhadas. Ele não conseguiu romper as barreiras de ser um programa apenas para as áreas mais pobres da cidade. Isso não quer dizer que não tenha promovido uma desconcentração geográfica dos investimentos, mas isso ocorreu de forma tímida, havendo ainda uma grande vantagem das comunidades grandes e socialmente organizadas frente às demais. Ele garantiu que as comunidades que tinham força de mobilização e capacidade de articulação política conseguissem viabilizar obras e ações, mas isso, como aponta Bitoun (2002), acabou promovendo uma cultura política marcada pela disputa, deixando de lado o princípio da solidariedade, que deve ser, segundo ele, orientador de programas como este.

Ao longo da pesquisa, foram encontrados indícios de que algumas práticas antes combatidas pelo campo progressista passaram a ser adotadas pelo governo petista no decorrer do processo. A partir das entrevistas realizadas foi possível constatar que os critérios de definição de obras e ações começaram a ser influenciados pela subjetividade, havendo relatos de que a execução das obras passou, algumas vezes, a ser ditada pela lógica político-partidária. Fica evidente também que com o passar dos anos os fóruns e o COP, antes espaços privilegiados de debate democrático de ideias, foram paulatinamente sendo desprestigiados. Passou a ser rara a presença de agentes de governo que tinham poder decisório, transformando tais reuniões em atividades muitas vezes improdutivas.

Faz-se necessário abordar a discussão em torno da questão da cooptação de lideranças para a base do governo a partir da estrutura do OP. O que pode ser considerado um indicativo é que no decorrer dos anos, a condução do Programa foi se burocratizando, deixando de lado os eixos que orientaram a sua criação, passando assim a utilizar mecanismos que caminham na contramão da consolidação da democracia direta e de uma nova cultura política, que enfrentasse a lógica clientelista que tem grande peso na política brasileira.

As questões apresentadas neste trabalho visaram contribuir para um processo de reflexão do que foi realizado nesse período na condução do OP de Recife. Realizar uma avaliação sobre o que ocorreu é fundamental para que erros de condução possam ser corrigidos em projetos futuros. Não cabe aos que querem construir uma nova alternativa reproduzir práticas que não contribuam com o aprofundamento da democracia.

Quando se fala de OP sempre há a afirmação que instrumentos como este contribuem com a desburocratização da administração pública, com o combate às práticas clientelistas e o avanço da democracia participativa, mas será mesmo que um instrumento que é gestado e impulsionado pelo aparelho do Estado é capaz de desburocratizá-lo? O que se pode afirmar é que o funcionamento do dia a dia das administrações públicas que convivem com a participação popular possui uma maior tendência em ampliar o diálogo com a sociedade, fortalecer espaços democráticos, se permitindo, a partir de uma lógica pedagógica, ser capaz de compreender a existência de uma multiplicidade de saberes, fator importante para a boa condução das administrações locais.

O OP de Recife, durante os três governos do PT, mostrou que é possível permitir que a democracia participativa ganhe terreno no grande quadro de democracia brasileira, mas também deu sinais de que um verdadeiro processo democrático, que inclua as pessoas, que leve em consideração as especificidades dos cidadãos, que garanta a participação dos diferentes atores sociais na construção de uma cidade mais justa menos desigual, só será possível se os que se disponibilizam a coordenar esse processo estejam dispostos a perder parcelas significativas de poder. Às forças que compõem o campo democrático e popular, é hora de muita atenção para que alguns erros não sejam mais cometidos.

Referências

- ARARIPE, André. *Sobre a concepção, gestão e autonomia do Orçamento Participativo da Cidade do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2001.
- ARVITZER, Leonardo. “O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico”. In: ARVITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. *A inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- BISPO, Rogério de Souza. *O processo de orçamento participativo no Recife*. 1v. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 1999.
- BITOUN, Jan. *Gestão Pública Municipal e seus Instrumentos*. Orçamento Participativo em Recife: Gestão do Planejamento, Exercício de Cidadania. Recife: Fase Pernambuco, 2002
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- CÉZAR, Maria do Céu. *As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1995-1964)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.
- CORRÊA, Lobato Corrêa. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2004.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura. *Gestão Urbana e Controle Social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo de Belo Horizonte*. UFMG, 2000.
- DE LA MORA, Luis. “Aferição da qualidade da participação dos novos atores sociais nos mecanismos de gestão democráticas das políticas públicas”. In: LACERDA, Norma; LEAL, Suely. *Do local ao global, o papel dos novos atores nas políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- _____. *A universalização da Gestão Democrática: Orçamento Participativo x Prioridades de Política Urbana para as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS: O caso do Recife*. Angra dos Reis: Conpedi/Anpur, 2003.
- _____. “Os movimentos sociais na formação do espaço urbano recifense”. In: RESENDE et al. *Recife, que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987.
- ETAPAS. *O movimento de bairro do Recife e seu relacionamento com a prefeitura entre 1955 e 1989*. Recife, 1989.
- FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros*. Participação e transformação da consciência moral e cidadania. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LEAL, Suely. *Fetichismo da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*. Recife: CEPE, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARICATO, Ermínia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- NUNES, Sandra Marília. *Planejamento urbano no Recife: futuro do pretérito*. Doutora (Tese em Desenvolvimento Urbano). UFPE, 2015.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa de Governo – João Paulo Prefeito*. PT, 2000.
- _____. *Programa de Governo – João da Costa Prefeito*. PT, 2008.
- PREFEITURA DO RECIFE. *Prefeitura nos bairros: premissas básicas*. Recife, 1986.
- _____. *Mudando o Recife de mãos dadas com o povo*. Recife, 2008.
- _____. Secretaria Extraordinária de Coordenação. Secretaria de Ação Social. *Discussão sobre canais de participação na PCR*. Histórico da proposta. Recife, 1986.
- _____. *Orçamento Participativo do Recife: obras que ficam para sempre*. Recife, 2008.
- _____. *Quatro anos de avanços*. Recife, 2012.
- _____. *Balanço do primeiro ciclo do OP*. Recife, 2001.
- _____. *Prefeitura do Recife amplia número de plenárias em 2010*. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/imprimir.php?codigo=171522>>. Acesso: 12 jul. 2016.
- _____. *Novo modelo de gestão foi apresentado na EMPREL*. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2009/12/23/novo_modelo_de_gestao_municipal_foi_apresentado_na_emprel_169941.php>. Acesso: 27 maio 2016.
- _____. *Novo OP busca ampliar participação popular*. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secfinancas/emprel/publica/index.php?GrupoCodigo=15&UltAnt=27919&DatAnt=22/05/2007&GrupoCodigoMateria=15>>. Acesso: 27 maio 2016.

- _____. *Seminários discutem Orçamento Participativo*. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicodico=30&aedicaano=2001&ccadecodi=1&csecaocodi=1&cmatercodi=2&QP=semin%Elrios&TP=>>>. Acesso: 03 mar. 2016.
- _____. *João da Costa participa de caravana do Orçamento Participativo*. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/26/11/2011/joao-da-costa-participa-de-caravana-do-orcamento-participativo>>. Acesso: 18 jun. 2016.
- _____. *Secretário apresenta inovações do orçamento participativo*. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/12/12/secretario_apresenta_inovacoes_do_orcamento_participativo_do_recife_165097.php>. Acesso: 18 mar. 2016.
- _____. *João da Costa anuncia 3º Plano de Obras do Orçamento Participativo*. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/26/04/2012/joao-da-costa-anuncia-3o-plano-de-obras-do-orcamento-participativo>>. Acesso: 12 jul. 2016.
- _____. *OP Criança*. Disponível em: <[Mhttps://www.recife.pe.gov.br/pr/seceducacao/op.php](https://www.recife.pe.gov.br/pr/seceducacao/op.php)>.
- RECIFE. *Plano Plurianual 2002-2005*. Recife, 2001.
- _____. *Plano Plurianual 2006-2009*. Recife, 2005.
- _____. *Regimento Interno dos Fóruns e do COP*. Recife, 2001.
- _____. *Lei 17108/05, de 27 de julho de 2005*. Dispõe sobre a adequação da estrutura da Administração Direta e Indireta do Município do Recife às novas diretrizes administrativas e consolida atribuições.
- _____. *Lei 17568/2009, de 23 de setembro de 2009*. Dispõe sobre a alteração da estrutura organizacional da Administração Direta e cria cargos públicos.
- _____. *Decreto 18.861, de 03 de julho de 2001*. Aprova as nomenclaturas dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Executivo do Município do Recife.
- ROLNIK, R. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS, O. A. (Orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Souza; ARVITZER, Leonardo. “Introdução:

- para ampliar o cânone democrático”. In: SOUZA, Boaventura de Souza (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Evanildo Barbosa. *Das tensões às intensões: gestão de planejamento urbano, orçamento participativo e participação popular no Recife (1997-2002)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). UFPE, 2003.
- SILVA, Evanildo Barbosa da. *Olhar crítico sobre a participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SILVA, Tarcísio da. “Da participação que temos à que queremos: o processo do Orçamento Participativo na cidade do Recife”. In: ARVITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. *A inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- SOARES, J. A. “Descentralização/Participação: A prefeitura nos bairros”. In: SOARES, J.A.; SOLER, S. *Poder local e participação popular*. Recife: Rio Fundo, 1992.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SÁ, Alcindo José. “Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva”. In: *Recife: Revista de Geografia*, v. 26: DCG/NAPA, 2009.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. Recife: Equip, 2001.
- WAMPLER, Brian. “Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados”. In: ARVITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. *A inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Maria Antonia Silva de Arcanjo

Um estudo de caso sobre o impacto da criação
da Secretaria Nacional de Economia Solidária
(SENAES) nas organizações de economia
solidária (ES) em Belém do Pará

Introdução

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. (FREIRE, 2001)

O presente trabalho de conclusão do Mestrado em Políticas Públicas focalizou a Economia Solidária (ES) como temática central. A escolha do referido tema se justifica pelo próprio perfil do Mestrado Profissional em Políticas Públicas, da Fundação Perseu Abramo em convênio com a Faculdade Latina Americana (FLACSO), que se propuseram a formar profissionais tecnicamente preparados e comprometidos com a transformação das estruturas da sociedade, visando a redução das desigualdades sociais (FPA, 2014).

Em consonância com essa finalidade, as disciplinas desenvolveram conteúdos sobre a trajetória do capitalismo mundial e a formação histórica do Brasil, dentre outros conteúdos, esclarecendo os fatores determinantes da desigualdade social que marcam profundamente a história brasileira. No contexto das políticas públicas do Brasil, a ES configurou-se como uma novidade no século XXI, sendo um dos pilares do programa do governo federal, a partir de 2003, no que se refere ao combate à exclusão por meio da geração de trabalho e renda, fortalecimento das iniciativas de ES, em sintonia com o propósito político do governo federal de promover a distribuição de renda e oportunidades, “tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária de então: o Programa Fome Zero” (SINGER, 2014, p. 91).

O estudo se desenvolveu com o objetivo de realizar uma pesquisa bibliográfica acerca do processo histórico da Economia Solidária, buscando sua origem na história do capitalismo, a partir do século XVIII, incluindo a história recente deste segmento no Brasil, com realce no desenvolvimento a Política Pública de ES sob a gestão da Secretaria Nacional de Econo-

mia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Governo Federal e suas políticas estruturantes no período de 2003 a 2013, tendo em vista elucidar o seguinte problema: A criação da SENAES impactou nas organizações de ES em Belém do Pará?

A análise do referido problema passou pela investigação da comprovação da seguinte hipótese: a política de ES, desenvolvida pela SENAES, influenciou substancialmente no desenvolvimento endógeno no município de Belém, fomentando o fortalecimento e a criação de organizações de EES.

A investigação sobre essa problemática exigiu uma pesquisa bibliográfica acerca da história da ES, incluindo os debates sobre o significado desse movimento social, as análises e a recente história da ES no Brasil, que culminou com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da SENAES; bem como a contextualização social, econômica e política da cidade de Belém do Pará; das experiências de ES desenvolvidas neste município. Como subsídio fundamental de análise do problema, procedeu-se com a pesquisa de campo por meio de levantamentos, diálogos com lideranças protagonistas da ES, participação em eventos promovidos pelo Fórum Metropolitano e Fórum Estadual de ES, bem como com participação em reuniões com EAF's e EES, em Belém.

O desenvolvimento do estudo buscou elucidar se houve coerência entre o objetivo estratégico da SENAES de “fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário” (SILVA, 2015, p. 1), e a implantação de programas e projetos de desenvolvimento econômico e social, na década de 2003 a 2013, pela SENAES. Uma das constatações iniciais foi a evidência de diversas ações de fomento e fortalecimento, além do caráter participativo e a integração de diversas parcerias na gestão pública, com intenso envolvimento da sociedade civil, no intuito de atender as demandas sistematizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) durante o processo de implantação da SENAES.

Partindo desse pressuposto procedeu-se com o levantamento de dados sobre o impacto dessas políticas desenvolvidas pela SENAES/MTE, no município de Belém, tendo em vista a comprovação, ou não, da hipótese

de solução do problema em análise. Ressalte-se que a SENAES já realizou uma importante avaliação desse período, conforme relato a seguir:

Em 26 de junho de 2013, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) completou dez anos de funcionamento militante no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram dez anos de muito trabalho e muita luta em estreita parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e demais componentes desse movimento, não só em nosso país mas também nos países vizinhos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, ultimamente, com a recente expansão da economia solidária em países dos seis continentes, que formam a superfície do globo e que compõem, com a economia solidária do Brasil, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS). (SINGER, 2014, p. 90)

A razão principal do surgimento da política pública de ES tem como fundamento a luta pela inclusão social por meio da distribuição de renda, em contraponto ao sistema vigente que concentra a renda e o aumento das desigualdades sociais. Segundo Pochmann (2008), no início do século XXI, o peso dos mais ricos na apropriação da renda total voltou ao mesmo patamar da desigualdade do início do século XX, quando 1% da população ficava com mais de 15% da riqueza nacional, constatando que o crescimento da renda vem sendo apropriado pelos mais ricos.

O FBES tem a concepção de que a desigualdade social e econômica é inerente ao capitalismo e que somente a luta organizada dos segmentos excluídos, articulados a nível nacional e internacional, será capaz de influenciar na revisão do papel do Estado visando aumentar a arregimentação de forças para ir transformando a sociedade em favor das classes populares, a partir da seguinte compreensão:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (FBES, 2016, p. 1)

A concepção do FBES fortalece a ideia sobre a importância da temática escolhida, considerando o significado da ES na luta geral pela transformação da realidade, em um contexto em que os ditames neoliberais estão se impondo e subjugando ainda mais o Brasil e toda a América Latina, sem limites, com o apoio das elites dessas nações. E, considerando a relação desta temática com a questão política e social, o estudo exigiu a um aprofundamento filosófico sobre qual metodologia estaria norteando o presente trabalho, partindo da realidade para se chegar a uma conclusão sobre a questão em análise. Nos inspiramos, portanto, na dialética.

A dialética é um método de análise da realidade que vem se desenvolvendo desde a Grécia antiga por Sócrates, Platão, Aristóteles e Heráclito. De acordo com Politzer (1979), “a palavra dialética vem diretamente do

dialegein, que significa discutir. Exprime a luta de ideias contrárias” (POLITZER, 1979, p. 30). Para o autor, os filósofos gregos já desenvolviam suas análises considerando a dialética como a investigação racional da realidade, através da contraposição de elementos conflitantes e a compreensão do papel desses elementos em um fenômeno. Mas evidencia que foi Georg Friedrich *Hegel*, expoente da filosofia clássica alemã, que identificou três momentos básicos no método dialético: a tese, que o autor caracteriza por uma ideia pretensamente verdadeira; a antítese que, na sua visão, contradiz a tese; e a síntese, entendida como a sistematização do resultado da confrontação dessas ideias. O autor também ressalta que a dialética se contrapõe à metafísica, por se caracterizar como uma visão filosófica que considera o mundo como algo estático e acabado, enquanto a dialética compreende o mundo como um conjunto de processos em transformação, em movimento, encontrando-se sempre em vias de se transformar e desenvolver, com a percepção de que o fim de um processo é sempre o começo de outro. Mas também destaca que a dialética passou a se configurar como um método científico somente a partir de Karl Marx, um filósofo crítico do idealismo da filosofia clássica alemã, que propôs a dialética materialista como caminho de análise da realidade, tendo por base a investigação científica das contradições sociais, econômicas e políticas. (POLITZER, 1979)

Compreendendo a dialética como um método que tem a realidade como ponto de partida e como pressuposto a transformação do *status quo*, procedeu-se com o estudo e análise do processo histórico que transformou o trabalho em mercadoria, com o levantamento histórico e teórico sobre a ES, como contraponto a este subjugo, se orientando por teorias que fundamentam o resgate da centralidade do trabalho como criador da riqueza, mas também criador das condições de dignidade humana para os que trabalham, tendo como princípios básicos: a solidariedade, a cooperação, a autogestão, a participação cidadã e o zelo pelo equilíbrio ambiental no sistema produtivo; em contraposição à ideia do individualismo competitivo e a concentração da riqueza, característicos do sistema vigente.

A modalidade de pesquisa escolhida foi o estudo de caso, considerando o caráter multidisciplinar da temática central, envolvendo conteúdos transversais sobre ciência política, economia, pesquisa em administração pública, sociologia, dentre outras. Yin (2001) destaca o rigor científico

desta modalidade de pesquisa, justificando sua especificidade em apreender a totalidade de uma situação geral e interpretar a complexidade de um caso concreto, investigando um tópico empírico, a partir de um conjunto de procedimentos pré-especificados.

No entendimento de que o estudo de caso requer um cuidado necessário na construção do novo conhecimento a ser engendrado, tendo em vista sua validação para o interesse público, cumpriu-se com as seguintes etapas: a) definição do referencial teórico, com base na definição do tema central, o problema, a hipótese e a delimitação da unidade caso - Belém/PA; b) estudo e sistematização dos conteúdos sobre os principais fatos históricos da ES, assim como os conhecimentos acumulados de autores, precursores contemporâneos que influenciaram na consolidação da política pública de ES, conforme o foco de cada um dos capítulos; c) levantamento dos dados sobre a influência da SENAES nas organizações de ES no município de Belém; d) sistematização do relatório final sobre a relevância das ações da SENAES em Belém, com a análise e interpretação dos dados para elaboração do relatório final como conclusão deste trabalho.

Seguindo esta lógica de elaboração, apresenta-se sucintamente a organização do trabalho, em quatro capítulos, além desta introdução:

O capítulo intitulado “História da Economia Solidária” desenvolve um estudo bibliográfico sobre a trajetória do capitalismo, do século XVIII ao século XIX, no qual se apresentam os acontecimentos que levaram à transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria, impregnando uma visão utilitarista do ser humano e do meio ambiente, submetendo a sociedade ao mercado. Diante da catástrofe social produzida pela revolução industrial, provocando um aprofundamento nas estruturas de dominação da sociedade, se desenvolve o subtema sobre a economia solidária como alternativa e contraponto à economia capitalista, onde se destacam as diversas experiências de empreendimentos coletivos e o surgimento do movimento cooperativista. Diante do significado dessas experiências, que aconteceram no seio da sociedade capitalista, se prossegue com um estudo sobre as teorias da economia solidária e a recente história da economia solidária no Brasil.

O capítulo que trata da Economia Solidária como Política Pública no Brasil apresenta uma abordagem sobre a conceituação específica de polí-

tica pública, enfatizando o seu viés político e social; o processo social e político que possibilitou a criação da SENAES, bem como metodologia e estratégias de implantação das políticas, destacando: avanços conceituais, organizacionais e institucionais da ES no Brasil.

O impacto de criação da SENAES nas organizações de ES em Belém/PA, constituindo-se num capítulo que tem como introdução a caracterização da situação econômica e social deste município, seguindo com a sistematização das experiências de ES desenvolvidas em Belém, antes e depois da criação da SENAES; apresenta o resultado da pesquisa de campo em Belém, analisando o impacto das ações da SENAES no município, ressaltando os avanços quantitativos, os avanços qualitativos e a relevância do impacto da SENAES em Belém.

E, por fim, as considerações finais, com observações sobre as informações referentes às ações e influência da SENAES no desenvolvimento endógeno, no município de Belém, por meio dos EES subsidiando a conclusão deste trabalho. E, com base nos dados da realidade, apresenta-se alguns desafios a serem enfrentados pelas organizações protagonistas locais, diante da conjuntura atual, considerando a constatação de que há um movimento da ES latente, capaz de se avançar com mais força e qualidade, engajando-se de forma mais sistemática na construção de um novo modelo econômico, social e político, a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduzindo à realização de uma vida coletiva solidária, em cada lugar e articulado em nível nacional, em toda a América e em todo o Planeta, conforme nos inspira Milton Santos (2003) com sua proposição de que é preciso assegurar uma reforma do mundo, feita pelos de baixo, interligados num projeto mundial, por uma outra globalização, a favor da justiça social.

História do cooperativismo e da economia solidária

O capitalismo revoluciona as relações sociais, em especial o trabalho

O estudo sobre ES exigiu maior compreensão acerca da trajetória do capitalismo como sistema social e econômico hegemônico mundial que impôs a lógica da produção de bens e serviços para fins de troca lucrativa; o

uso da capacidade humana de trabalho como mercadoria; a competição e maximização do lucro como regras fundamentais da vida humana. O estudo sistematizado por Dobb e Sweezy (1977) esclarece que tais características começaram a aparecer na sociedade desde a baixa Idade Média, quando aumenta o poderio econômico e político dos reis, por meio do mercantilismo e do absolutismo. E que num longo período de transição, entre o século XI e o século XV, com a transferência do centro da vida econômica social e política dos feudos para a cidade, com a crise na agricultura feudal em larga escala, das manufaturas e do comércio internacional, criaram-se as condições para uma forte ruptura na base e superestrutura da sociedade feudal.

Na transição do feudalismo para o capitalismo foi determinante um período de crise, que culmina com a Revolução Inglesa, no século XVII, seguido de um período de expansão econômica que possibilitou o evento da revolução industrial na Grã-Bretanha no século XVIII, caracterizada por um gradual avanço da ciência e tecnologia, influenciando o modo de produção em toda a Europa. Mas também se registra, neste período, a revolução americana, no final do século XVIII para o século XIX. Essas revoluções aconteceram porque foram criadas algumas condições, sobretudo, o liberalismo político e econômico, que favoreceram para a superação dos entraves que barravam os avanços do capitalismo. Mas foi a revolução francesa, em 1789, que cumpriu um papel determinante nas mudanças estruturais da sociedade. Esse é o contexto em que se inaugura a Idade Contemporânea, caracterizada pela mudança de um Estado absolutista monárquico, para um Estado Democrático Constitucional em todo o mundo ocidental (DOBB & SWEEZY, 1977).

De acordo com os autores, a acumulação da riqueza criou as condições para o surgimento do capitalismo no mundo europeu, fruto da exploração da riqueza em outros continentes, à base do trabalho escravo, como ocorreu no continente Americano e Africano por meio do sistema de exploração colonial. Na dita era “moderna”, a escravidão também foi estabelecida como um forte componente de dominação ideológica que é o preconceito racial. Essa é a história da exploração do trabalho escravo que tornou possível a produção de grandes excedentes e uma enorme acumulação de riquezas, atendendo às necessidades do capitalismo europeu. O efeito final da ascensão do capitalismo europeu foi, portanto, intensificar o desenvolvimento desigual e dividir

o mundo em dois: o desenvolvido, que explora; e o subdesenvolvido, que é explorado. Desta forma, o capitalismo passou a ser caracterizado como um sistema voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos, feito por seres humanos sem posses, que, não sendo mais escravos, vendem sua mão de obra por um salário, a fim de obter condições de sobrevivência. E, desta forma, geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Essa é a característica da produção no sistema capitalista e da expansão do capital, por meio da exploração massiva dos trabalhadores. (WOOD, 2001)

Wood (2001) também ressalta que a base material em que o sistema emergente se fundamentava era a agricultura, em especial na Inglaterra. E que, na passagem do capitalismo agrário para o industrial, a sociedade inglesa tem sua peculiaridade em relação ao resto da Europa: sua industrialização foi o resultado e não a causa da sociedade de mercado. E que o capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana. Seu avanço foi resultado das grandes navegações e expansões marítimas europeias, com o acúmulo de riqueza gerado através do comércio de especiarias e matérias-primas, evidenciando as contradições antagônicas entre os interesses das classes sociais: exploradores e explorados.

Sobre essas contradições antagônicas, os autores Marx & Engels (1998) esclarecem, no Manifesto do Partido Comunista, as causas do aumento dessas contradições, na sociedade de capitalista.

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que termina sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas primeiras épocas históricas, verificamos quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestres, oficiais e servos, e, em cada uma destas classes, gradações especiais.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão subs-

tituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX, 1998, p. 40-41)

No estudo realizado sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson (1987) desvela o significado de classe social e o significado de consciência de classe a partir das mudanças estruturais durante o evento da primeira fase da primeira revolução industrial, na Inglaterra, para além da *divisão social entre os burgueses, donos dos meios de produção, e a classe explorada, o proletariado, formado pelos operários*. O autor fundamenta a definição de classe como um fenômeno histórico que surge quando “alguns homens como resultados de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem” (Thompson, 1987, p. 10).

De acordo com o autor, a experiência de classe se dá no lugar de produção, enquanto a consciência de classe depende das relações humanas, determinadas pelas relações de produção, a partir do engajamento dos trabalhadores no fazer a história política, cultural e econômica. Sem o lugar de produção não há como ter consciência de classe, mas o lugar de produção não é suficiente para se ter consciência de classe. Ou seja, a consciência de classe depende da forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, incluindo sistema de valores, ideias e formas institucionais.

O surgimento da classe operária ocorre no período da indústria inglesa, entre 1790 e 1830, quando passou a funcionar a energia a vapor, sobretudo na indústria algodoeira. Thompson ressalta que este período precoce de classe operária no cenário nacional, não refletia uma sociedade industrializada. Nesse cenário de mudanças, da velha estrutura agrária para as novas relações de produção, começou a se forjar a consciência de classe; um caminho longo de esclarecimentos e engajamento dos explorados na luta pelos interesses coletivos da classe operária. Com esses pressupostos o autor define classe social como um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência.

Mas foi o evento da revolução industrial na Grã-Bretanha, no século XVIII, que aprofundou essa mudança estrutural na sociedade, conforme esclarece o autor Polanyi (2000).

A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais. A história já foi contada inúmeras vezes: como a expansão dos mercados, a presença do carvão e do ferro, assim como de um clima úmido propício à indústria do algodão, a multidão de pessoas despojadas pelos novos cercamentos do século XVIII, a existência de instituições livres, a invenção das máquinas e outras causas interagiram de forma tal a ocasionar a Revolução Industrial. Já se demonstrou, conclusivamente, que nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como a causa daquele acontecimento súbito e inesperado.

Mas como pode essa mesma Revolução ser definida? Qual foi sua característica básica? Será que foi o aparecimento de cidades fabris, a emergência de favelas, as longas horas de trabalho das crianças, os baixos salários de certas categorias de trabalhadores, o aumento da taxa populacional, ou a concentração das indústrias?

Imaginamos que todos esses elementos foram apenas incidentais em relação a uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, e que a natureza dessa instituição não pode ser inteiramente apreendida até que se compreenda o impacto da máquina numa sociedade comercial. Não pretendemos afirmar que foi a máquina que causou esta mudança, mas insistimos que quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial, começou a tomar corpo a ideia de um mercado autorregulável. (POLANYI, 2000, p. 58-59)

O mercado autorregulável passa a ser o fundamento da nova cultura da competição e da busca do lucro, sem medir as formas de exploração da riqueza, conforme a explanação de Polanyi (2000) sobre a motivação que levou esse mercado funcionar sem freios e impedimentos na era moderna.

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a

substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo “sistema de mercado” pelo qual designamos o padrão institucional descrito. Mas a peculiaridade mais surpreendente do sistema repousa no fato de que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se autorregular. É justamente esse sistema autorregulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado. (POLANYI, 2000, p. 60)

Sobre essa exploração massiva da classe trabalhadora, o autor Polanyi (2000) esclareceu em seu livro, *A grande transformação*, que a ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril, numa sociedade comercial, fazendo com que inevitavelmente o trabalho e o dinheiro se tornassem mercadorias. E a revolução industrial ocasionou impactos sérios na vida dos ingleses, principalmente para os mais empobrecidos. Nesse sentido, o autor questiona essa lógica da competição na sociedade capitalista de todos contra todos, levantando as seguintes indagações:

Que “moinho satânico” foi esse que triturou os homens transformando-os em massa? Quanto pode se atribuir, como causa, às novas condições físicas? E quanto se pode atribuir às dependências econômicas, que funcionavam sob novas condições? Qual foi o mecanismo por cujo intermédio foi destruído o antigo tecido social e tentada, sem sucesso, uma nova integração homem-natureza? (POLANYI, 2000, p. 51)

O questionamento de Polanyi se fundamenta no fato de que com a expansão da economia de mercado na Inglaterra, no século XIX, um novo tipo de sociedade havia emergido, distinta de tudo o que se conhecera até então, considerando que nos sistemas produtivos anteriores à dita Revolução Industrial, os interesses econômicos eram mínimos, imperando as relações sociais e familiares. E com a expansão do sistema fabril, a sociedade

passou a ser um imenso mercado regido pelo interesse e pelo lucro, sendo o trabalho entendido como um negócio tal como outro qualquer.

Segundo Polanyi (2000), a sociedade buscou se proteger contra os perigos inerentes a esse sistema de mercado autorregulável por meio da Lei Speenhamland, criada em 1795, na tentativa de impedir a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra, e de se garantir o direito de viver, por meio do abono salarial, ao indivíduo que estivesse necessitando de assistência para viver com dignidade. Porém, em 1834, a Lei Speenhamland deixou de vigorar, atendendo ao interesse voraz dos que consideravam a necessidade de funcionamento de um mercado de trabalho competitivo, sem maiores impedimentos e regulações, comparando-se a um “moinho satânico”, como ele preferiu denominá-lo, porque a supremacia do mercado passou a destruir todas as relações sociais. Nesse sentido, o autor apresenta um levantamento detalhado das leis inglesas daquela época, destacando: a privatização das terras; a Lei dos Pobres de 1834; a Lei da Reforma de 1831, que deu enorme poder aos empregadores; a Lei do Trigo em 1846; o estímulo à imigração ou a ampliação do sistema prisional. Desta forma, Polanyi mostra como o Estado criou as condições para a sociedade passar a ser submetida ao mercado, gerando um novo sistema social onde todos os indivíduos passaram a ser considerados peças de uma engrenagem em prol do mercado.

Mas o autor também pondera que, diante da complexidade da sociedade de mercado, nem Ricardo, nem Malthus, nem outros economistas conseguiram esclarecer como funcionava o sistema capitalista e que somente após um século da publicação do livro *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, foi possível se ter noção do que seria uma sociedade subjugada a um sistema de mercado. O autor analisa que embora Adam Smith insistisse em dizer que nenhuma sociedade pode progredir se a grande maioria de seus membros é pobre e miserável, afirma que tais ideias, apesar de justas, não foram comprovadas. E observa que, ao contrário, aumentou a concentração da riqueza, de um lado, por uma minoria rica e a miséria de outro, para uma grande maioria. Esses aspectos contraditórios também são observados pelo autor nos fundamentos da teoria econômica, dos economistas clássicos, que, além de confusas, também justificavam a economia de mercado nascente e o seu crescimento como um poder esmagador na sociedade.

Nesse contexto de contradições, Polanyi (2000) destaca a atuação do reformista social Robert Owen, que é considerado um dos fundadores do cooperativismo e, por essa razão, também considerado um socialista utópico, enfatizando que ele tinha profunda consciência da distinção entre sociedade e Estado e reconhecia a sociedade como um fenômeno que influencia na formação do caráter. As suas ideias socialistas se baseavam na necessidade de uma reforma da consciência humana, a ser atingida pelo reconhecimento da realidade da sociedade. E registra que Robert Owen, em 1817, como um dos componentes do setor industrial, que possuía de fato conhecimento prático da indústria, estava aberto a uma visão crítica do que vinha ocorrendo na economia e na sociedade. Por essa razão foi capaz de descrever as consequências que decorrem das manufaturas, ao ponto de gerar um novo caráter em seus habitantes, tendo como maiores consequências a degradação e a miséria. A seguir, Polanyi descreve as observações sobre as ideias de Robert Owen, em relação à degradação no campo e nas aldeias, na sociedade de mercado.

Robert Owen, em 1817, descreveu o caminho no qual penetrara o homem ocidental e suas palavras resumiam o problema do século vindouro. Ele apontou as importantes consequências que decorrem das manufaturas ‘deixadas a seu progresso natural’. A difusão geral das manufaturas através de um país gera um novo caráter em seus habitantes. Como esse caráter se forma a base de um princípio bastante desfavorável à felicidade individual ou geral, ele produzirá os males mais lamentáveis e permanentes, a não ser que sua tendência seja contrabalançada pela interferência e direção legislativa. A organização do total da sociedade sob o princípio do ganho e do lucro deveria ter resultados de longo alcance. Ele formulou esses resultados em termos de caráter humano. O efeito mais óbvio do novo sistema institucional era, sem dúvida, a destruição do caráter tradicional das populações organizadas e sua transmutação em um novo tipo de gente, migratório, nômade, carente de autorrespeito e disciplina – seres rudes e brutais dos quais eram exemplo tanto o trabalhador como o capitalista. [...]. Dessa maneira, graves males seriam produzidos, a menos que as tendências inerentes às instituições de mercado fossem contidas por uma direção social consciente, efetivada através da legislação. É verdade que a condição dos trabalhadores, que ele deplorava, decorria parcialmente do “sistema de abonos”. Mas, na sua essência, o que ele observava

era verdadeiro tanto em relação aos trabalhadores da cidade como das aldeias, isto é, que “eles estão agora numa situação infinitamente mais degradante e miserável do que antes da introdução dessas manufaturas, de cujo sucesso depende agora a sua mera subsistência”. Mais uma vez ele atinge aqui o fundo da questão, enfatizando não os rendimentos, mas a degradação e a miséria. [...] A Revolução Industrial estava causando uma desarticulação social de estupendas proporções, e o problema da pobreza era apenas o aspecto econômico desse acontecimento. (POLANYI, 2000d, p. 156-157)

Segundo Polanyi (2000), o processo econômico, passara a triturar a própria sociedade, por meio da devastação social e de um sistema incontrollado, denominado de economia de mercado. Mas, também, registra a luta social que houve no século XIX, por meio da força organizada dos sindicatos e das leis fabris, havendo um duplo movimento: de um lado, os mercados que se alastravam em todos os continentes, de outro uma rede de medidas e políticas buscavam se integrarem em poderosas instituições com o objetivo de cercear a ação do mercado em relação ao trabalho, à terra e ao dinheiro. E, enquanto a organização mundial dos mercados, mercadorias, mercados de capitais e dos mercados mundiais de moedas, sob a égide do padrão-ouro, fortaleceu os mecanismos de mercados, surgiu um movimento organizado para resistir aos efeitos nocivos de uma economia controlada pelo mercado. É nesse embate que se avança para a conquista do reconhecimento dos sindicatos em 1870, para defender os interesses sociais e econômicos da classe trabalhadora, forjada na luta organizada contra a exploração, conseguindo alcançar uma articulação internacional, para se proteger contra os perigos que são próprios de um sistema de mercado autorregulável (POLANYI, 2000e).

Sobre as consequências da economia de mercado, Polanyi (2000) tem a compreensão de que esse é um sistema econômico dirigido apenas por mercados, com força para submeter a ordem na produção e distribuição dos bens a esse mecanismo autorregulável, ocasionando uma disputa entre os seres humanos, com a finalidade de sempre lucrar e ganhar mais, sem medir as consequências. Para ele, esse termo, autorregulação, significa que toda a produção é para a venda no mercado e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. “Há mercados para todos os componentes da indústria, como:

bens, trabalho, terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados de preços de mercadoria, salários, aluguel e juros” (POLANYI, 2000, p. 90). O estudo sobre essa realidade levou o autor à conclusão de que o mercado passou a ser a única figura organizadora no âmbito econômico, impondo a separação da sociedade em esferas políticas e econômicas. Nesse sentido, afirma que:

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (POLANYI, 2000, p. 95)

Pochmann (2013), estudando sobre esse processo de desenvolvimento do sistema capitalista, constatou que na sua primeira fase, denominada de capitalismo comercial ou pré-capitalismo, que se estende do século XVI ao XVIII, com as grandes navegações e expansões marítimas europeias, a burguesia conseguiu acumular uma riqueza excedente às custas das desigualdades sociais, adquirindo condições para avançar na exploração e mais concentração de riquezas.

Na segunda fase do capitalismo, denominada de capitalismo industrial, ocorre a revolução industrial, impulsionando a transformação da natureza, por meio da utilização cada vez mais de máquinas movidas a vapor, gerando uma grande produção onde a multiplicação dos lucros era cada vez maior. E a terceira fase, no início do século XX, que se caracterizava como capitalismo monopolista-financeiro, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Esses países passaram por consideráveis mudanças sociais, sobretudo com o aumento da população, mudanças tecnológicas nos meios de transporte e no setor da comunicação; mudanças industriais com novas fontes de energia e uso do aço, possibilitando o aumento da produção que incentivou as grandes empresas a ampliar seus negócios. (POCHMANN, 2013, p. 187)

Esse crescimento acelerado da economia capitalista analisado pelo autor foi resultado de um brutal processo de centralização dos capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais etc. A acirrada concorrência favore-

ceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram, a partir dos fins do século XIX, na monopolização de muitos setores da economia. E, dessa forma, o novo capitalismo urbano e industrial causou mudanças e gerou uma complexa e diversificada estrutura social, conforme esclarece o autor:

Desde a transição da velha sociedade agrária – predominante no mundo até o século XVIII – ao novo capitalismo urbano e industrial, [...] o modo de produção capitalista requer, para a sua expansão, a existência de um centro dinâmico estruturado por economias satélites, apontada para a conformação de padrões de desenvolvimento desiguais e combinados. No centro dinâmico do capitalismo verificam-se mais claramente as principais implicações para a estrutura social, embora a periferia do sistema não deixe de revelar distinções significativas no interior das sociedades. [...] É neste sentido que as classes sociais podem ser vistas como processos vivos e em movimentos conflituosos. [...] O aparecimento do termo “classe média não proprietária”, por exemplo, vinculou-se à diferenciação das ocupações assalariadas intermediárias, no interior da estrutura produtiva de base industrial. O que permitiu ser distinguida do tradicional conceito de classe média proprietária. [...] Também teve importância o papel do Estado, na definição do padrão de mobilidade social assentado nas sociedades industriais. As políticas públicas voltadas ao pleno emprego da força de trabalho, especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, contribuíram decisivamente para uma nova estruturação social, em que a classe média possuía papel importante. Essa dimensão da classe média, mais associada ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social, circunscreveu os países europeus no segundo pós-guerra. Desde o último terço do século XX, contudo, o padrão de mobilidade social motivado pelos avanços da sociedade urbana e industrial sofre importantes alterações, inicialmente nos países de capitalismo avançado. O esvaziamento da produção industrial, combinado com a expansão do setor de serviços na economia, fez regredir a estrutura de classes até então existente. Adiciona-se a isso que o predomínio das políticas neoliberais reorientou o papel do Estado, favorecendo o avanço da globalização desregulada e cada vez mais orientada pelo poder da grande corporação transnacional. (POCHMANN, 2013, p. 188-190)

De acordo com a análise do autor, na medida em que esse sistema passa a ser hegemônico, a sociedade também vai perdendo a força em controlar suas contradições. Nessa sociedade de serviços, a classe média, composta por segmentos sociais constituídos por trabalhadores intelectuais, sofre alterações significativas. Segundo Pochmann, Karl Marx descartava qualquer possibilidade da existência de classes intermediárias à polarização estabelecida na sociedade capitalista, em expansão entre as classes estruturais: operária e burguesa; e justificava que mesmo havendo classes intermediárias, acima dos antagonismos diretos, entre proletários e burgueses, elas seriam concebidas como provisórias. De acordo com o autor, Marx considerava que esses segmentos intermediários estariam em fase de transição para a condição de proletarização, decorrente do movimento geral do capital (MARX, 1998 *apud* POCHMANN, 2013, p. 192).

Pochmann (2013) também ressalta a transição da sociedade industrial para a de serviços, ocorrendo um certo paradoxo com o instrumental de análise a respeito dessa nova conformação social. Na sua percepção macro a respeito das contradições desses avanços do capitalismo, a industrialização tardia em diversos países da África, da Ásia e da América Latina causou a divisão internacional do trabalho, impondo a superexploração das matérias-primas por meio do avanço tecnológico e maior exploração dos recursos humanos pelas multinacionais, acobertadas com incentivos fiscais, sem nenhuma obrigação com a preservação ambiental, desrespeitando a autonomia das nações e causando aumento das desigualdades sociais nesses países. E que foi devido a essa superexploração das nações periféricas que os países capitalistas centrais, liderados pelos Estados Unidos, conseguiram investir no funcionamento do Estado de bem-estar social como estratégia de enfrentamento da guerra fria, garantindo renda e a difusão do consumo de massa. Dessa forma foi possível contrair o grau de polaridade entre as classes operária e a burguesia, principalmente no período de 1945 a 1975, possibilitando a elevação da renda e pleno emprego da mão de obra nessas economias centrais. E, nesse contexto, a classe operária passa a ter mais dificuldades para exercer o seu protagonismo na luta social internacional.

Diante dessas constatações, as ideias voltadas para humanizar o capitalismo, para transformá-lo num sistema mais democrático e ecologicamente sustentável, vão se tornando cada vez mais improváveis, considerando que

um dos fundamentos que nutre o modo de produção capitalista é a competição. A palavra competição advém do latim *competitione* e significa concorrência, luta, rivalidade, antagonismo, emulação, o que indica a ocorrência de uma atividade rival de duas ou mais pessoas ou grupos, em que, apenas uma das partes pode ganhar (CANIATO & RODRIGUES, 1991).

A cultura da competição disseminada, também, nos meios de comunicação de massa na era moderna fortalece a hegemonia do capitalismo, introjetando a imagem do sucesso ao princípio do individualismo, enquanto meio eficaz de desviar a atenção da política. E, dessa maneira, minimizam a ascensão coletiva, por ação coletiva, no sentido de conquista de objetivos políticos coletivos, reforçando a concepção dos projetos pessoais, se sobrepondo aos interesses coletivos, em todas as esferas da sociedade. E, nessa sociedade competitiva, as inovações tecnológicas criam produtos descartáveis, no ritmo do mercado. Dessa forma, a competição justifica todo tipo de ação humana para obter lucros exorbitantes, ignorando a corresponsabilidade com a dignidade da coletividade humana, ignorando as desigualdades sociais e o desequilíbrio ambiental e seus males para a sociedade (MILLS, 1976). Essa é a dita sociedade de mercado, que teve o seu nascedouro analisado por Polanyi (2000).

Mas não foi por acaso que a força dos blocos dominantes, na sociedade dominada pela força do mercado, se fortaleceu. Uma das causas é a atuação de grande parte dos cientistas sociais que passaram a trabalhar pela manutenção do *status quo*; em seus estudos, apresentam dados sobre a realidade social, mas deixam de lado, na investigação científica, os elementos que podem ser essenciais para fustigar o questionamento sobre as injustiças e preconceitos desta sociedade, sem questionamentos ao que está estabelecido, ainda que seja deprimente e prejudicial ao ser humano e à sociedade em geral. Dessa forma, reforçam a ideologia dominante que tem como fundamento básico o estímulo à competição, responsável pela formação da consciência social. Quando internalizados, esses ideários destroem a capacidade de pensar de forma crítica, pois a realidade passa a ser vista como natural (BECKER, 2009).

Esse cunho ideológico é perceptível quando a cultura dominante se perpetua mesmo havendo luta para combater essa dominação. Esse é o aspecto que Gramsci denomina de hegemonia da classe dominante sobre

as classes subalternas, com o apoio do Estado, que assume o papel de fazer a reprodução dessa cultura, no seio da sociedade civil, ocultando a divisão de classes sociais, buscando consolidar uma visão de mundo que favorece a permanência dos sistema de submissão da maioria empobrecida, excluída em favor de uma elite poderosa, por meio da massificação das ideias da classe dominante, transformando-as em senso comum (CHAUI, 2008).

Mediante a essa realidade de reprodução e perpetuação do sistema capitalista, que se proliferou no mundo por meio da economia de mercado, ressurgiu uma outra economia, já experimentada desde os primórdios da história da humanidade, fundamentada nos princípios éticos de solidariedade, distribuição de renda, respeito aos direitos humanos, exercício da democracia participativa, com práticas de autogestão, possibilitando o fortalecimento desta cultura de solidariedade, colaboração e emancipação. Nesse sentido são significativos os experimentos idealizados e coordenados por Robert Owen e outros protagonistas, como propulsores dessa nova possibilidade de organização econômica, das classes populares, como forma de enfrentamento dos males sociais da sociedade de mercado, em prol do bem-estar geral. Essa luta histórica, de caráter humanista, levou os pioneiros das primeiras ideias e práticas de economia a serem reconhecidos como precursores de uma futura sociedade socialista, conforme detalhamento no item a seguir.

O surgimento do cooperativismo como contraponto à economia capitalista

Desde a antiguidade, são inúmeras as formas de cooperação que já foram experimentadas entre os seres humanos. Mas foi a partir do século XVIII que, segundo o autor Bocayuva (2007), aconteceram diversas experiências de organizações associativas e cooperativas, como contraponto ao sistema capitalista, desenvolvidas pelos precursores do socialismo utópico, reconhecidas por Engels em seu livro *Anti-Duhring* (1872), quando historiou os experimentos de Saint-Simon, Fourier e Robert Owen. Engels destacou os experimentos de Owen, na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, cujos impactos se estenderam por toda a Europa (BOCAYUVA, 2007).

De acordo com o autor, a gênese da economia solidária pode ser identificada no contexto de transformações e processo estruturais que consti-

tuem ações e iniciativas da classe trabalhadora na Inglaterra e na França da primeira metade do século XIX. Trata-se de um conjunto de experiências que relevam uma crítica prática ao capitalismo, por meio de formas de organização associativas e cooperativas, conforme esclarece a seguir:

Estudar a gênese da economia solidária nos coloca diante do chamado “socialismo inglês” e do movimento operário que lhe caracterizou. A construção de formas de autonomia organizativa e a própria constituição da classe trabalhadora no momento de consolidação do capitalismo industrial são fatos históricos que, vistos em conjunto, nos apresentam uma síntese da relação entre o movimento operário e socialismo. Esta síntese valoriza a busca da auto-organização e da cooperação em práticas de produção e consumo de novo tipo.

A formação das *trade-unions*, como forma de organização para lutar por salários e regulamentações das condições de trabalho, a luta pelos direitos políticos por parte das correntes radicais operárias, burguesa e pequeno burguesa, além dos experimentos cooperativos e utópicos, particularmente sobre a égide do socialismo utópico de Robert Owen, fazem parte de um movimento amplo de constituição da classe operária como sujeito sociopolítico antagônico e crítico ao capitalismo industrial em expansão na primeira metade do século XIX na Inglaterra. (BOCAYUVA, 2007, p. 11)

Robert Owen, aos 29 anos, era um industrial reformador. Suas ações foram motivadas pelas consequências dramáticas geradas pela Revolução Industrial em termos de miséria e sordidez, exploração do trabalho de mulheres e crianças, além da extensão da jornada de trabalho da classe trabalhadora na Inglaterra. Ele foi determinado na luta contra essa “revolução silenciosa do capital que se tornava uma ruidosa transformação social que levava os homens de negócio a buscar o enriquecimento” (BOCAYUVA, 2007, p. 18). E, diante dessa realidade de enriquecimento de uma elite às custas da exploração do trabalho humano, Owen foi motivado a conduzir uma fábrica de quinhentos trabalhadores em Manchester, no Lancashire, Inglaterra, conseguindo instaurar práticas humanizadoras nas relações de trabalho, como: condições humanas dignas para as famílias e suas crianças, redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias, pagando o mesmo salário, avançando para a estruturação de uma grande fábrica de fios de algodão, com cerca de 2500 pessoas, da qual era um dos

sócios, em New Lanark, na Escócia. Na visão de Owen, as novas e gigantes forças produtivas que, até então, só haviam servido para enriquecer uma minoria e para a escravização das massas, também poderiam servir de alicerces de uma nova estrutura social, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade, em função do bem-estar geral, através de modelos coletivos cooperativistas (BOCAYUVA, 2007).

Nesse estudo sobre as experiências de economia solidária desenvolvidas sob a coordenação de Owen, o autor reconhece que:

Karl Polanyi sintetiza os elementos que davam força ao owenismo junto à classe trabalhadora: educação, salário, matrimônio, cuidado com as crianças, repouso, rendimentos estáveis e regulares e a possibilidade de dirigir os processos de trabalho. Seu foco na mobilização educativa da subjetividade na construção moral se ligava ao caráter pragmático de sua metodologia. [...] Na verdade, sua fé era profética, pois insistia em métodos de reconstrução que transcendiam a economia de mercado, diz Polanyi em *A grande transformação*. [...]

Essa marca de crítica em relação ao mercado permanece ligada ao cooperativismo até hoje, recuperada pela noção de economia solidária neste início do século XXI. Está estabelecida sua dimensão de parte do programa crítico ao capitalismo existente. Desta maneira, ela abre o debate sobre as ligações entre metamorfoses do modo de produção e a busca de saídas para projetos contemporâneos de socialismo. Para o tema contemporâneo de economia solidária – questão chave para uma estratégia de transformação social baseada no cooperativismo e na autogestão – é interessante valorizar os experimentos e projetos de Robert Owen, que se generalizavam na experiência das cooperativas de consumo e produção, construídas pela classe operária no início do século XIX. (BOCAYUVA, 2007, p. 21)

Thompson (1987) afirma que, como estrutura de ideias, o paradigma owenista se colocava no horizonte do iluminismo. E reconhece que, com o desenvolvimento das experiências, esse limite foi ultrapassado na prática pelo próprio Owen, inclusive quando fazia crítica direta ao sistema de propriedade privada, além do que foi capaz de convencer atores sociais, por força de sua competência prática e sua atuação educativa (THOMPSON, 1987 *apud* BOCAYUVA, 2007). Bocayuva considera que o surgimento do redemoinho movido pela força dos movimentos sociais conseguiu expressar a contestação

contra o sistema capitalista, de diversas formas, em busca da formulação intelectual de um referencial estratégico de base utópica. E que somente um quadro intelectual como Owen, que vai além dos princípios de sua própria classe, ao procurar corrigir mazelas para racionalizar o sistema, pode ser colocado no terreno além da sua classe, provando que o intelectual só pode perceber o quanto aprende com a própria classe trabalhadora se conseguir se aproximar de forma mais direta de suas próprias organizações.

Na análise do autor sobre essas reflexões acerca da experiência owenista há um reconhecimento da importância do investimento na formação ideológica da classe trabalhadora na direção da nova consciência de classe, mais autônoma. E que as ideias de Owen foram um ponto de chegada da consciência possível no período, e também um ponto de partida para a relação entre o ideário socialista em formação e a experiência real dos diferentes segmentos de trabalhadores.

O cooperativismo moderno se fundamentou nessas ideias owenistas, tendo como principal referência o surgimento de uma cooperativa de consumo em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões decidiram se unir para abrir sua própria loja de venda de itens alimentares. Dessa forma reagiram contra as consequências da mecanização, promovida pela revolução industrial, causando o empobrecimento de trabalhadores. A cooperativa também conseguiu ser referência por projetar um conjunto de princípios de cooperação que fornece a base para as cooperativas em todo o mundo. Dez anos depois, o movimento cooperativo britânico tinha crescido para cerca de 1.000 cooperativas. O contraponto em relação ao capitalismo se dá exatamente na tentativa de mudança do modo de produção, de industrialização, de comercialização e consumo, buscando desenvolver a economia de forma coletiva, em função da qualidade de vida das pessoas, pelo sistema de autogestão. É com este ideário que nascem as primeiras Cooperativas, que se apresentavam como possibilidade de organização social e de produção, como alternativas de sobrevivência de grupos sociais excluídos na sociedade capitalista. (SINGER, 2000)

Esse ideário do cooperativismo também se evidencia na experiência da cidade industrial de Mondragón, na Espanha, nos anos 1950, onde o padre jesuíta José María Arizmendiarieta Madariaga investiu na qualificação profissional aos filhos dos operários, culminando com o surgimento

de uma cooperativa, que evoluiu para uma escola técnica, passando, nos dias atuais, a ser denominada de Escola Politécnica, integrando a Universidade de Mondragón, que também funciona como uma Cooperativa. Essas experiências somam mais de uma centena de cooperativas, em que setenta mil pessoas trabalham hoje, e formam um complexo de cooperativas singulares, de segundo grau, terceiro grau etc. E, no contexto histórico em que se desenvolveu essa importante experiência de economia solidária, o autor observa que:

A Espanha, que era uma república democrática, acaba sendo vítima de um golpe militar, e após sangrenta guerra civil (1936-1939) torna-se uma ditadura fascista, que se prolonga por quarenta anos, até 1976, até a morte de Franco. O padre Arizmendi era um seminarista na época da Guerra Civil Espanhola e lutou na guerra, no lado republicano [...] Em Mondragón, as cooperativas surgem num momento de resistência nacional e democrática contra a ditadura fascista. O padre era um discípulo dos grandes autores, Maritain, Mounier, do socialismo cristão. Portanto, Mondragón, nos anos 1950 era uma cidade industrial muito pobre. O padre Arizmendi começou a criar uma escola técnica, para dar qualificação profissional aos filhos dos operários. (SINGER, 2002)

Para Singer (2002), a experiência de Mondragón apresenta a novidade da administração das cooperativas, de forma autogestionária, na qual a gestão do empreendimento se desenvolve de forma coletiva, com a participação direta de seus membros associados, extinguindo, assim, a figura do patrão. Esse é um novo mecanismo de participação, em igualdade de condições, para decidir os rumos do empreendimento.

Sobre a experiência de microcrédito na República de Bangladesh, o Grameen Bank, também denominado de banco da aldeia, Singer (2002) apresenta a trajetória do desenvolvimento dessa grande cooperativa de crédito, a partir de 1976, ressaltando que, nesse caso, além de os donos do banco serem seus próprios clientes, as mulheres são a maioria, com mais de noventa por cento dos mais de sete milhões de clientes. Nessa experiência, o crédito passa a ser concedido a grupos de cinco pessoas, que decidem quanto cada uma deve receber, de acordo com seus empreendimentos econômicos. Cada grupo se reúne semanalmente para recolher as presta-

ções destinadas a pagar a dívida. Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres, é um dos principais protagonistas dessa experiência, que investiu nesse projeto de acesso a trabalho e renda com o objetivo de fazer do banco popular uma ferramenta em prol do resgate da dignidade humana de milhares de famílias que viviam na mais extrema miséria em Bangladesh. Segundo Singer (2008), a experiência vem sendo sustentável, fortalecendo as ideias de Yunus que tem a convicção de que ninguém no sistema Grameen deixa de pagar quando pode (SINGER, 2008).

Sobre a realidade de Bangladesh, o autor destaca a situação das inundações que acabam sendo a principal causa de muitas famílias não conseguirem pagar seus empréstimos. Mas, segundo o autor, ainda assim, a coordenação do Grameen financia a reconstrução das residências porque confia que depois as pessoas pagam suas dívidas. Dessa forma, em Bangladesh, o microcrédito é considerado um sistema financeiro extraordinário, em que o índice de inadimplência é zero, ou seja, ninguém deixa de pagar o que deve. (SINGER, 2002)

Muhammad Yunus nasceu em 1940, em Chittagong, capital de Bangladesh, e graduou-se PhD em Economia pela Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos. Em 1972 voltou à sua terra natal, onde tornou-se chefe do departamento de economia da Universidade de Chittagong e professor de Economia Rural. E, diante da dureza da realidade, lançou-se ao desafio de inclusão social, conforme relato a seguir:

Havia muita fome, muitas pessoas morrendo. Estava frustrado, pois era professor de teoria econômica e aquilo não tinha significado, pois o que ensinava era um conto de fadas para a realidade das pessoas, disse. Procurou, portanto, saber das pessoas da comunidade o que precisavam e buscou apoiá-las na sua batalha diária. Iniciou um processo de tentativa e erro com um grupo de 47 pessoas. Com recursos próprios efetuou várias ações pontuais, mesmo individuais, para conseguir chegar ao valor da menor quantia que aquelas pessoas pobres precisam para deixar o estado em que se encontravam. [...] O impacto das ações pontuais que empreendeu foi tão grande na vida das pessoas e a satisfação pessoal foi tanta, que decidiu fazer mais. Animou-se e passou a buscar outras fontes de recursos além das próprias para ampliar a experiência. (SABER, 1999)

A experiência sistematizada por Saber (1999) ressalta que Muhammad se informou sobre a possibilidade de o gerente do banco onde mantinha a sua conta corrente dar crédito a essas pessoas. Porém, diante da resposta negativa, que para ele era princípio do próprio modelo de desenvolvimento, se propôs a ser avalista desses tomadores junto ao referido banco que, mediante a essa condição, concedeu empréstimos até o limite máximo de 300 dólares; esse valor era suficiente para atender dez pessoas de cada vez. E, dessa forma, passou a conceder empréstimos. O gerente do banco duvidou que os tomadores se quitassem. Mas, segundo Muhammad, cada centavo de dólar retornou corretamente e corrigido de acordo com as taxas cobradas. E a partir desse passo inicial, a experiência se multiplicou, com inadimplência zero. Mas somente em 1976 conseguiu regularizar as operações como operador de crédito.

Segundo Saber (1999), esse projeto se desenvolveu com o propósito de propiciar aos excluídos um formato organizacional que pudessem compreender e operar, desenvolvendo confiança sócio-política-econômica, por meio do apoio mútuo. Em 1983, o projeto foi transformado em um banco independente, com o nome Banco Grameen, com reais condições de exercer todas funções financeiras, garantindo a oportunidade de melhoria de vida para mais de dois milhões de clientes, dos quais 94, 7% são mulheres; o atendimento é feito por meio de 1.100 agências para 39 mil aldeias, naquele país. O Banco é coordenado por um conselho, composto de treze membros, dos quais nove são mulheres; e são eleitos pelas regionais que representam os milhares de centros do Banco.

A experiência exitosa de Bangladesh, com base em novos princípios de solidariedade, distribuição de renda, democracia, participação e justiça social, também se caracteriza como um contraponto ao sistema capitalista, no século XX, na medida em que foi capaz de promover a inclusão produtiva, enfrentar o combate à exclusão social de milhares de famílias em Bangladesh e exercitar uma nova possibilidade de milhares de famílias, inclusive lideradas por mulheres, pensarem e se engajarem na busca da emancipação, por meio do trabalho, de forma coletiva.

Todas essas experiências vão influenciar no que se passou a denominar de ES no Brasil, subsidiando os debates sobre essa nova economia, que passa a focalizar a centralidade do trabalho.

Debates sobre as perspectivas da Economia Solidária no Brasil

O estudo sobre a fundamentação teórica da ES no Brasil vem contribuir nesta dissertação com o entendimento dos fundamentos que, de alguma forma, influenciaram no engajamento de um contingente da classe trabalhadora nesse movimento social no Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX. Neste sentido, se fez o levantamento das reflexões sistematizadas por diversos autores acerca da ES, sendo possível perceber a influência das lutas históricas, contra as atrocidades sociais causadas pelo sistema capitalista e pela construção de um projeto de sociedade alternativo ao sistema capitalista e ao socialismo real.

Entre os diversos autores, Singer é reconhecido como um dos pioneiros no processo de elaboração sobre ES no final do século XX, no Brasil, a partir da publicação de um texto que foi publicado na revista *Proposta*, da Fase (SINGER, 1997 *apud* LECHAT, 2004). O conteúdo desenvolvido trata da questão do emprego, mostrando que tanto o Estado como a empresa capitalista estavam restringindo os postos de trabalho. É nesse contexto que vão surgir as iniciativas coletivas de produção, ao que denominou de “*economia solidária*” (LECHAT, 2004a, p. 213 grifo nosso). Singer (1998) entra, inicialmente, nesse debate admitindo a possibilidade de alguns empreendedores também possuírem empregados assalariados, assim como de micro-organizações da ES receberem o apoio de empresas progressistas, além de admitir o funcionamento do mercado como espaço de compra e venda dos produtos da ES. Outra ideia de Singer (1998) que vem subsidiar as organizações de ES se refere à moeda social, própria dos empreendimentos de ES, podendo ser usada entre os cooperados brasileiros. À luz dessas ideias, a autora observa que logo depois desses argumentos de Singer estabeleceram-se, no Brasil, feiras de trocas usando moeda social.

Esse é o aspecto socioeconômico da ES na luta para combater a exclusão social. Porém, Singer (2002), numa perspectiva histórico-conceitual, passa a discutir a possibilidade destas experiências econômicas interagirem com a luta política em favor de uma sociedade mais justa e igualitária, tendo como referência as históricas lutas do movimento cooperativo do século XIX, fundamentado nos ideais de socialistas utópicos, Owen e Fourier foram, ao

lado de Saint-Simon, que lutaram pela autonomia comunitária na sociedade capitalista. É importante registrar que Marx e Engels (1998) vão intitular essas teorias do cooperativismo de “socialismo utópico”. E, em contrapartida, passam a defender o socialismo científico como forma de questionar a proposição de transformação gradual do sistema capitalista. Para eles, somente a revolução feita pela classe operária seria possível romper com a cultura do sistema capitalista que permeia as relações humanas. Além disso, faziam questionamentos sobre a ineficiência das cooperativas, na competição com as empresas tradicionais, devido a uma série de fatores que inviabilizariam os empreendimentos autogestionários (MARX, 1998).

Singer (2002) reconhece os limites do cooperativismo na luta pela superação do sistema capitalista. Todavia, reconhece a importância das significativas experiências cooperativistas como referenciais no processo de construção histórica da ES. Para o autor, esse é um subsídio básico que vem contribuir no surgimento da experiência da cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale, no norte da Inglaterra, em 1844, fundada por 28 tecelões, com ideais humanitários, que foi capaz de se expandir com um trabalho fundamentado nos princípios universais do cooperativismo:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002, p. 39-40)

A experiência dos Pioneiros de Rochedale com as cooperativas de consumo e, posteriormente, com as cooperativas produtivas marcou a definição do que é uma cooperativa autogestionária. Mas, para o autor, após essas diversas tentativas de cooperativas, no século XIX e início do século XX, o mundo ocidental passou por um período de acomodação do segmento

assalariado, com a conquista dos direitos trabalhistas, o direito à organização sindical, fundamentados nos ideais sociais-democratas do bloco capitalista, que usavam essa dinâmica de acomodação da classe operária como forma de enfraquecimento do Bloco Socialista, prometendo a construção de uma nova sociedade por meio do Estado de bem-estar social. Porém, a partir da segunda metade da década de 1970, o desemprego em massa voltou nas sociedades capitalistas. Grande parte da produção industrial foi transferida para países em que não havia organização do movimento sindical operário. Isso só aumentou o desemprego e, em países semidesenvolvidos, como o Brasil, além do aumento do desemprego, também houve a redução de salários e o enfraquecimento do movimento sindical.

As mudanças estruturais no mundo do trabalho, na década de 1980, se aprofundam com a inserção de novas tecnologias na linha de produção, aumentando a produtividade e reduzindo a mão de obra assalariada, além de exigir mais qualificação da classe trabalhadora. Desta forma, as empresas multinacionais ou transnacionais passaram a investir na busca da maximização de seus lucros, deixando os países mais pobres numa situação altamente vulnerável, principalmente na África e na América Latina. Essa é a nova etapa do capitalismo monetarista, baseado no livre comércio, garantindo a prevalência do mercado de capitais sobre o capital produtivo, influenciando na execução de políticas orçamentária, fiscais e trabalhistas, favorecendo o setor empresarial privado (DELGADO, 2006).

Neste cenário, Singer (2002) apresenta a possibilidade de reinvenção da ES, afirmando que a cooperativa, quando leva à prática os princípios da cooperação e autogestão, possui todas as condições para a desalienação do trabalho e, conseqüentemente, realização do socialismo no plano da produção, ao superar a contradição entre capital e trabalho. Sobre as transformações contextuais, o autor cita a crise dos Estados socialistas da Europa Oriental que estourou em 1985, com a Perestroika e a Glasnost na União Soviética, incluindo a Iugoslávia, devido ao planejamento centralizado da economia. Também evidenciou a realidade dos países sob a governança dos sociais-democratas, onde o neoliberalismo avançou com suas características de privatização dos serviços públicos, desregulamentação das finanças mundiais etc., sobretudo nos países periféricos, que foram submetidos aos ditames do grande capital financeiro global.

Diante dessas mudanças, o autor analisa que tais transformações subverteram a concepção estratégica de transformação social, o que fez crescerem os movimentos emancipatórios, com novas bandeiras, entre as quais: a preservação do meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados, a promoção de comunidades, que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida e resgatam suas tradições culturais. É neste contexto que “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112).

Outra lição, fruto das reflexões de Singer, é de que: “não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção” (SINGER, 1998 *apud* LECHAT, 2004, p. 112). Considerando essas características, a autora reconhece que Singer avança para a questão central: repensar o projeto socialista, conceber uma nova forma de socialismo aprendendo com os erros do socialismo real, passando a vislumbrar a economia solidária como a formação de um novo modo de produção socialista. Nesse processo de elaboração, Singer (1998) percebe os problemas de ordem cultural enfrentados pelos cooperados, ressaltando a necessidade de uma educação cooperativista, com o exercício da democracia na produção e distribuição de renda, a desalienação das pessoas cooperadas quando participam na luta direta dos movimentos sociais. No que se refere especificamente ao cooperativismo, o autor avalia que, em nosso país, essa palavra é muito controversa, devido às falsas cooperativas. Por esta razão, Singer prefere falar em uma nova denominação: empresas autogestionárias (SINGER, 1998 *apud* LECHAT, 2004).

A partir desse sucinto relato sobre a visão de Singer, constata-se sua convicção sobre a economia solidária como semente de um novo modo de produção, existindo ao lado de diversos outros modos de produção, como: a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, que também compõem a formação social capitalista, entendendo que esse sistema, além de ser o maior dos modos de produção, molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses. Mas, para

Singer, frente a esse modo de produção dominante, a economia solidária deve firmar sua identidade, buscando condições para se estruturar, em nível local, regional e nacional. E, com esse raciocínio, afirma que a economia solidária “poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER, 2002, grifo do autor, p. 114).

Sobre a produção intelectual de Marcos Arruda, seus textos refletem uma preocupação filosófica em relação às transformações provocadas pela globalização das relações produtivas e sociais, sob o domínio das elites mundiais que controlam o mercado e o capital. Neste sentido, propõe uma inovação nas relações produtivas a partir de um movimento de globalização da consciência humana. O objetivo de Arruda (2000) é a reintegração, a longo prazo, da economia no ecossistema social nacional e global, convertendo-a de fim em meio de gerar bem-estar a cada um e a todos os cidadãos, não significando a abolição total do mercado, nem o fortalecimento absoluto do Estado, mas uma participação ativa de todos no mercado, o que implica na democratização deste Estado; e que o mercado deve ser recriado sob o controle da sociedade civil e de um Estado democratizado, subordinando os interesses privados às prioridades do desenvolvimento humano; mas para isto, deve ocorrer uma mudança cultural, rompendo com os valores e a racionalidade centrada no mercado e adotando novos valores e conceitos. Sua proposição apresenta uma concepção de mercado como uma relação entre agentes sociais conscientes, com espaço limitado e desenvolvimento regulado pelo interesse público. Quanto ao trabalho, o autor idealiza que o mesmo seria libertado da prisão salarial e passaria a ser valorizado, inaugurando uma possível sociedade do trabalho livre. (ARRUDA, 2000 *apud* LECHAT, 2004).

A concepção de ES de Arruda (2000) parte do princípio de que o setor privado não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos; e os Estados centralizadores, que desenvolveram as experiências de governança no socialismo real, também não se apresentaram como alternativa por tentarem estabelecer um controle total da economia e da sociedade, sufocando a liberdade e a criatividade humana. Nas suas elaborações, Arruda (2000) propõe novos meios de reestruturação da economia, por meio do associativismo e o cooperativismo autogestionários, enquanto projetos estratégicos de desenvolvimento da socioeconomia (ARRUDA, 2000 *apud* LECHAT, 2004).

Nesta perspectiva, idealiza a possibilidade de construção, do micro ao macro, de uma globalização cooperativa e solidária, ancorada na práxis de uma cidadania ativa e plena no campo econômico e financeiro. Porém, também discute a questão da educação no processo de organização dos empreendimentos coletivos, elevando a consciência para a crescente autonomia do indivíduo e da coletividade, vislumbrando três estágios para a construção de uma cidadania mundial: primeiro, um período de oposição e persistente pressão por mudanças e melhoramento das condições opressivas da maioria trabalhadora; segundo, um período de desenvolvimento da consciência de que os trabalhadores podem articular oposição no interior do mercado capitalista, com uma estratégia de trabalhar coletivamente para ganhar espaços próprios na economia; e, no terceiro estágio, trata do nascimento de uma sociedade cooperativa, na qual a cidadania ativa se torne uma realidade para cada ser humano (ARRUDA, 2000 *apud* LECHAT, 2004).

No âmago dessas proposições de Arruda está o ideal da transformação política, cultural, filosófica e espiritual, que deve ocorrer no bojo da construção da ES, tendo como principais agentes as organizações da sociedade civil. Dessa forma, visualiza a construção da economia amorosa, que pode se desenvolver por meio do cooperativismo popular, enquanto “caminho promissor de auto-organização dos trabalhadores em nível local, nacional e internacional” (ARRUDA, 2000, p. 61 *apud* LECHAT, 2004).

Nesta mesma linha de elaboração de Arruda segue o pensamento de Bertucci & Marinho (2003), reconhecendo que, na atualidade, existe uma importante parcela da sociedade que está convencida da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, dotado de sustentabilidade, com avanços na recuperação de uma visão holística, referente à relação entre o meio ambiente natural e os seus habitantes, superando a visão antropocêntrica que justifica a exploração ilimitada e a depredação do meio ambiente. No entanto, segundo Bertucci & Marinho (2003), existem concepções diferentes e contraditórias sobre o significado de sustentabilidade, entre as quais evidencia as concepções que buscam combinar a questão ambiental com a justiça social e a democracia, propondo um modelo complexo de sustentabilidade em que se articulam a produção ambientalmente sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e o fortalecimento da democracia com a equidade entre gêneros, a erradicação da pobreza e o

respeito aos direitos humanos. Essa concepção trabalha com possibilidade de preservação e recuperação de práticas de autosuficiência econômica, valorizando a criação de tecnologias endógenas e impondo limites à competitividade espúria baseada na superexploração do trabalho humano e do meio ambiente. Nessa perspectiva, o mercado deve se submeter às leis de rendimento da natureza e à sobrevivência do conjunto da sociedade (BERTUCCI & MARINHO, 2003).

Sobre esta ótica, os autores acreditam que essa construção só é possível com uma nova ética baseada na justiça social e na democracia, fundamentada nos seguintes critérios:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações presentes e futuras; c) a participação da população envolvida nas definições dos padrões de sustentabilidade do desenvolvimento; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social; f) o respeito às culturas (tradição/ inovação) e a valorização da autonomia e da autoconfiança dos povos; g) a governabilidade política nos vários níveis; e h) a sustentabilidade econômica. (BERTUCCI & MARINHO, 2003, p. 78)

Os autores também consideram que existem três modelos de desenvolvimento em disputa na sociedade: o modelo capitalista neoliberal, no qual o mercado é o centro de tudo e o Estado e a sociedade trabalham para atender os interesses do grande capital, que busca de qualquer maneira o máximo lucro; o modelo de inclusão social ao mercado capitalista, que busca incluir indivíduos e grupos ao mercado capitalista, no qual o Estado desenvolve ações para garantir a inclusão de setores excluídos, tornando-os potenciais consumidores de mercadorias; e o modelo alternativo, que busca estabelecer uma nova relação, na qual a sociedade deve assumir o poder de mudar o tipo de mercado e o aparelho estatal para que viabilizem as práticas sociais, educativas, políticas e econômicas como parte das relações de poder, por meio da implementação de ações endógenas de desenvolvimento, aumentando a produção e a distribuição equitativa de riquezas. (BERTUCCI & MARINHO, 2003)

Nas teorias elaboradas por Mance (2000) sobre ES, ganha destaque a importância da organização de redes de empreendimentos solidários. Tais

ideias se fundamentam na sua compreensão do cenário mundial no final do século XX, admitindo que cotidianamente cresce o número de excluídos, ao passo em que a concentração da riqueza é cada vez maior, de acordo com os dados a seguir:

Conforme dados do relatório do Programa de Desenvolvimento Humano da ONU intitulado *Consumo para o Desenvolvimento Humano*, publicado em 1998, enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. Conforme o documento, ‘bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo’.

Por outro lado, as 358 pessoas mais ricas do mundo, já em 1993, possuíam ativos que superavam a soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do mundo – ‘Os números da ONU’, in: *Folha de S.Paulo*, 16 de jul. 96, p. 1-8, São Paulo.

Enfrentando essa realidade de injustiça estrutural surgiram diversas práticas de economia solidária que podem ser compreendidas como: a) *ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda*; b) como uma *compreensão de desenvolvimento sustentável baseada em sistemas de redes socioeconômicas* voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades; c) como um *conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social* pela promoção do trabalho e do consumo sustentável e pela difusão solidária de tecnologias sociais. (MANCE, 2000, grifo do autor, p. 1-2)

Os dados da realidade levaram o autor a propor a reorganização social, em rede, das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico, visando a promoção da realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Tais práticas devem se fundamentar na “participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, autosustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas” (MANCE, 2000, p. 2), operando sob formas de colaboração solidária. Segundo o autor, essa perspectiva da colaboração solidária deve buscar a

melhor maneira de se assegurar o bem-viver de todas as pessoas, por meio do trabalho e do consumo, de maneira colaborativa, gerindo de forma responsável os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas socialmente, de modo justo e ecologicamente sustentável.

Em seu estudo, o autor verifica que o isolamento dessas diversas práticas bem-sucedidas fragilizava a sua expansão local e global, razão pela qual, nas últimas décadas, essas redes socioeconômicas começaram a ser organizadas, potencializando as práticas de economia solidária em seu conjunto. Segundo o autor, no final dos anos 1990, a integração solidária em sistemas de rede converteu a ES em uma força significativa, influenciando na opção pelo desenvolvimento sustentável, geração de postos de trabalho e na distribuição de renda, em contraposição à lógica estrutural de concentração de riqueza e de exclusão social, típicas do capitalismo globalizado.

O trabalho de elaboração do autor avança para a definição dos seguintes critérios básicos de participação nessas redes solidárias:

- não haver exploração do trabalho, expropriação no consumo ou dominação nos empreendimentos;
- preservar o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (respeitando-se, todavia, a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis);
- compartilhar parcelas dos excedentes em fundos solidários, visando a expansão da própria rede com a criação de novos empreendimentos, com o aprimoramento da logística de distribuição e comercialização etc.;
- operar sob autogestão, em espírito de cooperação e solidariedade. (MANCE, 2000, p. 4)

Na opinião de Mance (2000), quando redes deste tipo são organizadas, elas operam atendendo demandas imediatas da população, reafirmam a dignidade humana e o seu direito ao bem-viver; ao mesmo tempo, combatem as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão e implantam um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Assim, essas Redes Solidárias podem avançar na construção de uma nova formação social, que se configure como uma sociedade pós-capitalista, pois na ES a reprodução do

valor econômico está centrada no trabalho e consumo solidários e não na concentração da riqueza. “Como esse círculo virtuoso se reproduz *ecologicamente*, assegura-se sustentavelmente a sua expansão, até alcançar-se uma situação de equilíbrio dinâmico na garantia do bem-viver das coletividades que dele participam” (MANCE, 2000, grifo do autor, p. 4).

Desta forma, o autor reafirma a dimensão ética e a dimensão econômica como princípios fundantes do paradigma da abundância e destaca a estratégia da organização das redes de solidariedade econômica como forma de gerar soluções coletivas de sustentabilidade para os empreendimentos de economia solidária, fortalecendo o consumo como mediação do bem-viver, acreditando que seja possível se promover o bem-estar coletivo da população, do país e do planeta por meio de tecnologias sociais e de políticas públicas, desenvolvidas, nos últimos anos, com experiências exitosas de redes de organizações de consumo solidário, de produção e serviço, os fundos de desenvolvimento solidário, os bancos comunitários, cartões de crédito solidário, a bolsa de negócios, as feiras de ES, os sistemas de troca com moeda social, as incubadoras de empresas solidárias, entre outras experiências. O autor ainda apresenta os vários modos de organização de redes de ES, considerando as demandas concretas de consumo das famílias, a partir de um diagnóstico, seguido da elaboração de projetos, seleção de instrumentos ou tecnologias sociais a serem adaptadas e empregadas para fortalecer esse arranjo produtivo local. Por fim, o autor constata que a ES evoluiu rapidamente nas últimas décadas, constituindo-se em uma alternativa consistente para superar as situações de empobrecimento e exclusão social, conseguindo inspirar a elaboração de políticas públicas em alguns países e a mobilizar segmentos cada vez maiores da sociedade civil internacional em uma mudança de conduta no campo econômico. Porém, considera que há desafios e estratégias a serem conquistados, para avançar o processo de expansão da economia solidária:

- a) consolidar, no campo econômico, uma cultura de solidariedade, afirmando que a economia deve se subordinar a princípios éticos e que o bem-viver da cada ser humano e o equilíbrio dos ecossistemas estão acima dos interesses do mercado e do lucro; b) potencializar em redes colaborativas os fluxos solidários de consumo, comercialização, produção, financiamento e apropriação tecnológica, qualificando do

ponto de vista técnico, social e gerencial os processos econômicos solidários e diversificando a oferta de produtos e serviços, facilitando o seu acesso aos consumidores.

[...]

A economia solidária é um novo caminho, centrado na colaboração entre pessoas e povos, que nos exige coerência entre nossos propósitos, palavras e ações. [...] Participar da sua construção é uma dádiva e um compromisso. É simultaneamente uma transformação pessoal e coletiva. (MANCE, 2000, p. 15)

Gaiger (2003) participa amplamente do debate sobre a ES analisando a possibilidade desta nova forma de produção se firmar como uma alternativa diante do modo de produção capitalista. De acordo com autor, a ampla gama de experiências de empreendimentos solidários desenvolvidos no Brasil apresenta um quadro promissor, suscitando um olhar crítico sobre o problema da viabilidade desses empreendimentos, bem como a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Não escapa à sua análise a observação sobre as atitudes políticas de setores da esquerda, que debatem a ES, vendo-a como um campo de trabalho institucional, um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza ou ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico e, ao mesmo tempo, como saída diante do aprofundamento das iniquidades no sistema capitalista. Também observa que tais discussões manejam, com frequência, teses e categorias da economia política marxista, sustentando argumentações e respostas de natureza, sobretudo, ideológica e programáticas, associando a ES a um novo modo de produção, não capitalista.

A atenção do autor acerca do caráter alternativo da ES leva-o a demonstrar que essa perspectiva representa “*in limine* a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem” (GAIGER, 2003, p. 184). Para o autor, essa perspectiva sugere que, havendo a superação do sistema dominante, ocorrerá a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes. Considerando a complexidade de tais questões, o autor chama atenção para o cuidado com a pressa de determinados segmentos intelectuais e militantes de esquerda que, desorientados frente à falência

dos modelos de transição ao socialismo e a carência de teorias, passam a ter como referência a ES, como uma nova estratégia de intervenção social, em favor de um sistema social mais justo, alternativo ao capitalismo. Para o autor, esse raciocínio pragmático e otimista revela a crise na intelectualidade da esquerda, por sua dificuldade em produzir uma teoria da prática atual e real das classes subalternas (MARTINS, 1989 *apud* GAIGER, 2003). Diante de tais pretensões, o autor propôs um tratamento sistemático das categorias e da teoria da transição em Marx, para confrontá-las com os resultados apurados. E nesse apurado da investigação vai observar que:

O modo de produção é a categoria mais fundamental e englobante, cunhada por Marx, para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. [...] Um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho, a que corresponde um acionamento determinado das forças produtivas ao alcance dos agentes econômicos.

[...] O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força de trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção. (GAIGER, 2003, p. 186)

Nesta sistematização o autor faz referência à história do sistema capitalista que provocou uma contínua transformação da sua base técnica, conseguindo renová-la continuamente, de acordo com suas necessidades; constatando, também, que o capitalismo consegue adequar formas econômicas desprovidas de uma estrutura relativamente autossuficiente, citando como exemplo: a economia camponesa, a produção simples de mercadoria, remanescentes de modos de produção outrora dominantes. E, na atualidade, tais formas passam ordinariamente a funcionar como momentos do ciclo de acumulação do capital. De acordo com o autor, essas inúmeras formas secundárias podem surgir, expandir-se e desaparecer durante a vigência de

um modo de produção; porém, acabam mingando diante do assalariamento, como forma predominante do modo de produção capitalista.

Gaiger (2003) analisa que o fenômeno da ES como forma de produção guarda semelhanças com a economia camponesa, predominando a propriedade social dos meios de produção, o controle do empreendimento e o poder de decisão e gestão sob o controle da coletividade, em regime de paridade de direitos. Ou seja, se experimenta uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção com o trabalho consorciado, agindo em favor dos próprios produtores, que passam a ter qualidade de vida e satisfação de objetivos culturais e ético-morais (GAIGER, 2003, p. 191-192). Essas experiências vêm questionar o processo dominante na sociedade capitalista onde o/a trabalhador/a é separado dos objetos por ela produzidos, sendo convertido em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. Neste sentido, Gaiger (2003) reconhece que a autogestão e a cooperação, em contraposição a essa condição, são acompanhadas por uma reconciliação entre o/a trabalhador/a e as forças produtivas, não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado/a do produto do seu trabalho. Mais que isto, o autor tem a convicção de que as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada. No entanto, acentua que a ES não reproduz, em seu interior, as relações capitalistas, pois as substitui por outras, “mas, tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (GAIGER, 2003, p. 193).

O autor reconhece que os avanços conquistados pela ES fortalecem a luta geral da classe trabalhadora, sendo essa uma perspectiva mais realista, considerando que, nos empreendimentos solidários, a base técnica, derivada do estado das forças produtivas, permanece intocada ou superficialmente alterada, ao menos por um certo tempo. Além disso, as empresas autogestionárias ficam presas às cadeias produtivas ou a contratos de terceirização, configurando-se um déficit de autonomia diante do predomínio do capital.

Mesmo diante dessas circunstâncias, o autor reitera a importância da economia solidária e de sua intencionalidade, considerando que, “conforme Marx, é no seio da velha sociedade que se geram as novas condições materiais de existência” (GAIGER, 2003, p. 195). Com essa visão, apresenta

a alternativa de se buscar novas relações entre os trabalhadores e de encontrar caminhos propulsores, rumo a uma função ativa nos próximos ciclos históricos. Subentende-se, nessa preocupação do autor, que a ES pode ser um dos elementos importantes num processo de transição. Por essa razão esclarece a teoria marxista da transição.

[...] a transição significa uma passagem, de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir, a uma outra sociedade, definida por outro modo de produção. Não se resume, portanto, a mudanças momentâneas ou setoriais, mesmo as de caráter evolutivo, cujo efeito normalmente é um novo acomodamento à ordem vigente, por meio da subordinação de lógicas sociais específicas à lógica geral dominante. Apenas em circunstâncias especiais tais mudanças podem criar gradualmente as condições de superação daquela ordem, na medida em que sua resultante global seja o incremento dos óbices, internos ou externos, à reprodução do sistema econômico que sustenta aquela ordem, combinada ao aparecimento de bases substitutivas, geradoras de uma nova formação social. (GAIGER, 2003, p. 195-196)

Nesse entendimento, a transição ancora-se em processos de longa duração e seus pontos de inflexão constituem momentos incomuns, de excepcional importância na vida das sociedades, com mudanças históricas que se manifestam no movimento das coletividades humanas. Mas, para se chegar a um patamar de transformação, uma das condições é do sistema vigente chegar a uma situação de deficiências estruturais críticas, aliada a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor a sua lógica reprodutiva ao sistema social em decadência. Enquanto isso não estiver demonstrado, não há razão em se defender a hipótese de que estamos nessa iminência, ou nessa perspectiva (GODELIER, 1981 *apud* GAIGER, 2003).

Diante dessas circunstâncias, o autor apresenta as exigências para que os empreendimentos solidários mantenham os seus traços distintivos diante do modo de produção capitalista: a) retirar da base técnica herdada do capitalismo, benefícios para a sua forma social de produção própria, buscando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) confrontar com os empreendimentos capitalistas, provan-

do a superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa, às relações de intercâmbio e de troca.

De acordo com Bocayuva (2007), o arcabouço conceitual e analítico de Marx na análise do sistema capitalista, é uma referência obrigatória para a definição de uma estratégia de economia solidária que leve em conta a centralidade do trabalho. Nesse sentido, analisa que:

Apesar de ganhar expressão, este processo ainda não se constitui como força produtiva social, nem como setor da economia capaz de disputar a forma e o resultado do excedente social. Isto indica a necessidade de priorizar o acesso a fundos e esferas públicas, disputando as quase-políticas e programas, de modo a afirmar políticas públicas que permitam o salto para a conformação de um novo setor da economia em escala nacional regional e local.

A nova centralidade do trabalho como projeto político depende da articulação de sujeitos produtivos, como sujeitos de direitos, o que se coloca como questão transversal no sistema internacional. (BOCAYUVA, 2007, p. 152-153)

Além desse conjunto de ideias expostas, existem outras elaborações de diversos outros autores que subsidiaram a recente história da ES no Brasil.

Fatos relevantes na recente história da Economia Solidária no Brasil

Em consequência dos ditames neoliberais, Pochmann (2004) analisa que Brasil foi duramente atingido, no final do século XX, pela estagnação da renda per capita, com elevada instabilidade nas atividades produtivas, aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do país na economia mundial, tornando-o mais dependente da produção e exportação de produtos primários. Nesse contexto, registra-se o aumento dos problemas sociais e econômicos quando o Brasil passa a ter uma situação de interrupção do ciclo de industrialização, registrando sinais de regressão econômica e social, causando o aumento do desemprego e, conseqüentemente, da

miséria. O autor também ressalta que, no ano de 2000, a economia brasileira era a 13^a do mundo, o desemprego aberto atingia quase 11 milhões de pessoas e o rendimento do trabalho respondia por somente 39% da renda nacional (POCHMANN, 2013).

Diante desse crescimento da exclusão social no país, crescem as iniciativas de ES, por meio das diversas formas de geração de trabalho e renda. Essas iniciativas são registradas por Pochmann (2004) como forma de reação do segmento social mais prejudicado pela crise no Brasil. O autor afirma que: “especialmente no interior do segmento não organizado do trabalho, há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista (POCHMANN, 2004, p. 1). Para o autor, esse crescimento da busca de alternativas de combate à exclusão contou com significativa participação efetiva de militantes críticos e engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, que, juntando-se ao contingente de atingidos pela crise do desenvolvimento capitalista no país, passaram a investir num processo organizado, denominado de economia solidária. O autor ainda ressalta que também houve o envolvimento de “pesquisadores, universitários, técnicos, estudantes, autodidatas, religiosos, sindicalistas, entre outros” (POCHMANN, 2004, p. 8), que foram construindo, cada um à sua maneira, mecanismos de incubação de experiências diversas de diversos tipos de ocupação, em torno de grupos que precisavam ter acesso a renda.

Singer (2004) expõe sua visão sobre essa trajetória da economia solidária no Brasil caracterizando os diversos segmentos que conseguiram criar articulações para dar corpo a esse novo movimento social. Segundo o autor, ainda nos 1980, a Caritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, incentivou a criação de pequenos projetos denominados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), com o objetivo de fomentar a geração de trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres nas metrópoles e na zona rural das diferentes regiões do país. Outra modalidade foi a experiência nas empresas falidas por trabalhadores que as ressuscitavam, transformando-as em cooperativas autogestionárias, como a falida empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), passou a gestada pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). A União e Solidariedade das Coope-

rativas do Estado de São Paulo (UNISOL) também passou a desenvolver atividades de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores e trabalhadoras. O autor também relata que o MST conseguiu desenvolver uma outra modalidade, ascentando centenas de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos, promovendo a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias. Além dessas modalidades, o autor ressalta que:

Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) [...]

Desde 1999 as ITCPS constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiência, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. (SINGER, 2002, p. 123)

De acordo com Singer (2002), nessa diversidade de atores que passaram a desenvolver ações voltadas para a geração de trabalho e renda, também se registra o investimento de prefeituras e alguns governos de estados, contratando o trabalho de ITCPS, da ANTEAG, da UNISOL, entre outras unidades de fomento da economia solidária, para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. Entre as entidades propulsoras do movimento da economia solidária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se destaca com a criação, em 1999, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), em parceria com a UNITRABALHO e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Em relação ao processo de fortalecimento da economia solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) considera que houve um salto de qualidade organizativo a partir de 2001, com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária nos Fóruns Sociais Mundiais, articulando as diversas iniciativas organizativas. O trabalho do GT brasileiro trouxe visibilidade e propiciou a troca de experiências e integração entre as diferentes práticas de Economia Solidária no Brasil e em diversas partes do mundo. Com a forte contribuição dos processos de

organização para os Fóruns Sociais Mundiais, o movimento de Economia Solidária cresceu e se fortaleceu em todo o território nacional.

De acordo com o FBES, no final de 2002, decorrente do processo eleitoral que culminou com a vitória do governo Lula, o GT-Brasileiro elaborou a Carta ao governo Lula intitulada “Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento”. O documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Durante a primeira plenária brasileira de economia solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, foi aprovada e encaminhada a Carta. A segunda plenária do FBES, realizada durante o FSM de janeiro de 2003, em Porto Alegre, foi aberta pelo GT-Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer. A Plenária definiu agenda de mobilização de debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da Economia Solidária.

O FBES faz um relato importante sobre o processo que desembocou na organização nacional da ES, a partir de junho de 2003, quando realizou a terceira plenária brasileira de economia solidária, com mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas. De acordo com o relato, neste evento foi criada a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Desta forma, o FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da ES pelo país, em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de definir a composição e funcionamento do FBES, o relato explica que também foi iniciado um processo de interlocução do FBES com a SENAES, com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência que têm comprometido a autonomia das organizações sociais. O relato também informa a decisão de criação dos fóruns estaduais e regionais; o encaminhamento para realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadoras(es) advindos de todos os estados, que, inclusive, foi realizado, com a participação de 2.500 pessoas, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004. Mas também informa que em 2006, após a realização das Conferências Estaduais, quando foram escolhidos(as) os(as) delegados(as) e

definidas as reivindicações e propostas, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho. Na Conferência foram discutidas as resoluções voltadas à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e propostas para políticas públicas para a Economia Solidária (FBES, 2016).

Dessa forma, no final do século XX e início do século XXI, houve o crescimento da força política e organizacional dos excluídos, com apoio de entidades, universidades, militantes, que se dedicavam na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, determinados a fortalecer a economia solidária, desenvolvendo experimentos de incubação, dedicando-se no assessoramento das novas possibilidades, mais humanas no mundo do trabalho.

A análise de Pochmann (2004) aponta a existência de grandes lacunas na ES, considerando que esse segmento trabalha com outros valores contrários ao modo de produção capitalista. Porém o fato de estar submetido às prerrogativas do sistema vigente fica inibido e com grandes dificuldades para se desenvolver. É o que se percebe nas constatações, a seguir:

Inicialmente destaca-se a necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Com isso, pode-se enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregados assalariados. [...]. Uma segunda lacuna diz respeito ao padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária. [...] o sistema bancário tradicional, encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, exigindo, por pressuposto, uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e cooperativas comunitárias adequadas ao modo de produção não-capitalista. Como terceira lacuna passível de ser preenchida por política pública resulta a necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. [...]. Uma quarta lacuna relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior. Como são, em geral, políticas direcionadas tão somente ao modo de produção capitalista, nada mais adequado que seja realizada uma reformulação ampla e

capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação. (POCHMANN, 2004, p. 31)

Por fim, o autor apresenta como quinta lacuna a questão das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias, argumentando sobre a necessária revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários que ainda se encontram à margem das compras públicas.

As lacunas apresentadas nessa análise têm profunda relação com o modelo econômico neoliberal, responsável pelo aguçamento o problema da exclusão social. O autor Pochmann (2004) também evidencia os problemas da falta regulação pública em relação ao estatuto da economia solidária; a falta de um padrão de financiamento apropriado para este segmento; a falta de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica; a falta de incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior; a necessidade do segmento se organizar para pleitear as compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. Essas questões, sinalizadas por Pochmann (2004), entram na agenda institucional da SENAES e na agenda dos movimentos sociais, conforme exposição de Singer (2007) em entrevista a Paulo de Salles Oliveira.

No que se refere às condições de legalidade das cooperativas brasileiras que concorrerem nas licitações junto ao setor público, o autor esclarece que essa questão é regulada pela lei 8.666/1993, que criou condições de igualdade entre os diferentes tipos de empreendimentos. Nesse sentido, afirma que as cooperativas são legais no Brasil, inclusive constitucionalmente. Porém, reconhece que, devido às falsas cooperativas, o governo federal fez um acordo de conduta com o Ministério Público do Trabalho excluindo as cooperativas de trabalho da possibilidade de concorrer nos serviços terceirizados, sobretudo os mais humildes, como limpeza, transporte, cozinha, manutenção, jardinagem etc. E o autor também reafirma que diante do fato de as cooperativas não precisarem cumprir a legislação trabalhista, essas acabam ganhando todas as licitações. Porém o autor observa que essa situação está levando a um outro problema que é a precarização das relações de trabalho. Diante da gravidade desta

problemática, Singer (2008) apresentou a proposição ao governo federal de mudar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) no sentido de admitirem-se cooperativas que tenham condições de cumprir rigorosamente as leis trabalhistas. E afirma que tal situação também vem sendo tratada no Conselho Nacional de Economia Solidária, mais especificamente no comitê temático, voltado para o marco jurídico, considerando que a Lei Geral do Cooperativismo 5.764/1971 é antiga. Ou seja, o autor analisa que essa lei precisa ser atualizada, porém afirma que existem impasses políticos, sobretudo no que se refere à representação política do cooperativismo. Neste aspecto, o autor se refere ao fato de a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) monopolizar a representação do cooperativismo brasileiro. E sobre a OCB esclarece que:

A OCB é um sindicato de cooperativas. E ela se registrou como sindicato patronal; ninguém sabe disso porque não tem importância pública. A OCB adotou essa atitude para poder criar o Serviço Social das Cooperativas (SESCOOP). Para tanto, eles tiveram que se adaptar à Lei do Serviço Social, segundo a qual só os sindicatos patronais é que geram os Sesi, Sesc, Senai, Senac. [...] Em analogia com as demais entidades do sistema 'S', o SESCOOP teria de prestar serviços aos empregados das cooperativas. [...]

Agora, com o 'Supersimples', criou-se um mercado privilegiado para as micro e pequenas empresas nas compras públicas. [...]

Nós descobrimos [...] que 98% dos nossos empreendimentos de economia solidária são ou pequenas empresas, de acordo com sua receita anual. Mas a lei do 'Supersimples' aprovada excluía de seus benefícios as cooperativas, exceto as de consumo. [...] Então, o deputado Tarcísio Zimmermann, em colaboração com a SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária, apresentou uma emenda, que já está aprovada e sancionada, pela qual todas as cooperativas (exceto as de crédito) podem se beneficiar do 'Supersimples'. (SINGER, 2008, p. 299-301)

É importante ressaltar que, de acordo com as informações acima expostas, a OCB não representa a ES, considerando o seu registro como sindicato patronal, além de profundas contradições em sua prática cooperativista, em relação aos princípios autogestionários, de cooperação e solidariedade do que se denomina de ES.

No que tange à questão da criação de redes de produção, Singer (2007) afirma que o movimento de economia solidária vem tentando construir redes econômicas de cooperativas, com cadeias produtivas organizadas, considerando que as cooperativas, isoladamente, são muito frágeis; porém apresenta como maiores entraves desse segmento, a falta de acesso a capital, ao mercado e também ao conhecimento. Mas ressalta que já estão iniciando as experiências, e apresenta o exemplo da cadeia produtiva Justa Trama, que começa no Ceará, com agricultores orgânicos que cultivam algodão, formada por diversas cooperativas, cada uma cuidando de uma parte do processo de beneficiamento, até chegar no mercado; outro exemplo é da empresa recuperada que faz os tecidos e, finalmente, há um número maior de cooperativas de confeccionistas, costureiras, que transformam esses tecidos em uma grande variedade de produtos para serem vendidos. Essa cadeia já constitui uma cooperativa de segundo grau, ou seja, se integraram. São cooperativas autônomas, mas elas se articularam para serviços comuns, formando uma cooperativa de segundo grau. Segundo o autor também tem outra denominada de RENACE, que é uma federação de grandes cooperativas metalúrgicas de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Existem também redes de cooperativas de apicultores, fruticultores e artesãos.

Sobre o acesso ao sistema financeiro, Singer (2007) afirma que:

Esse é provavelmente o maior gargalo, o maior desafio para a economia solidária: deixar de ser miserável e poder se tornar próspera. É o acesso ao capital, que os empreendimentos de economia solidária não têm... porque são pobres. Mas não têm acesso ao sistema financeiro porque o sistema financeiro é antipobre, tradicionalmente. O sistema financeiro formal está muito voltado aos grandes clientes, sejam governos ou empresas. Há um dito que banco só empresta para quem não precisa. Isso é verdade, porque quem precisa mais é quem não tem como garantir que vai devolver o que tomou emprestado; então o sistema exclui os pobres. Toda uma luta contra a exclusão financeira está sendo travada pela economia solidária. O microcrédito é uma das armas principais, e sua massificação foi inventada em Bangladesh. (SINGER, 2008, p. 302)

Ao citar o exemplo de Bangladesh, Singer (2007) está se referindo ao Grameen Bank – Banco da Aldeia, idealizado pelo economista *Muhammad*

Yimus. Segundo o autor, essa “é uma tremenda cooperativa de crédito: os donos do banco são os clientes do banco e são *elas*, pois noventa e tantos por cento dos sete milhões de clientes do Grameen Bank são mulheres” (SINGER, 2008, p. 302).

Referente à lacuna do acesso a crédito, Singer (2007) explica que em 2004, criou-se um Departamento de Economia Solidária no BNDES e também uma linha especial de crédito, dirigida às empresas cooperadas. No entanto, mesmo com a proposta de redução do montante de garantias, reduzindo de 150% do valor do empréstimo, para 70% para as empresas recuperadas, além de outras facilidades, mesmo assim, ainda não foi possível fazer empréstimo porque eles não conheciam de fato as cooperativas de ES, o que lhes impedia de avaliar o risco corretamente. Segundo o autor, os empreendedores, acreditando que iam receber o crédito, acabaram tomando dinheiro emprestado a juros. E, dessa forma, as empresas de ES foram prejudicadas. Mesmo assim, segundo o autor, a SENAES insistiu com o BNDES, realizando um seminário sobre economia solidária para convencê-los de que a autogestão é eficiente, mas que, evidentemente, os nossos empreendimentos carecem de capital e precisam ser ajudados. Desse diálogo surgiu um trabalho tripartite, BNDES, SENAES e as grandes federações de cooperativas que junta a UNISOL e a ANTEAG, com a perspectiva de se construir um sistema que vai permitir o BNDES financiar esse segmento da ES.

Em relação aos empreendimentos agrícolas, Singer (2007) apresenta uma informação de que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado especificamente para ser um crédito acessível. De acordo com o autor, esse crédito iniciou na época do presidente Fernando Henrique, mas era limitado ao Sul do Brasil. E o governo Lula estendeu para todas as regiões do país. O valor dos créditos do PRONAF, que era de dois bilhões na época do Fernando Henrique, a partir de 2004, no governo Lula, subiu para dez a onze bilhões anuais. E o autor confirma que esse volume de recursos vem sendo muito útil no atendimento do conjunto da agricultura familiar, a juros de 2% ao ano, e os mais pobres têm um abatimento de 25% do valor; quer dizer, é subsidiado. Além dessa possibilidade, Singer (2007) afirma que estão criando novas linhas, todas elas emancipatórias, como o PRONAF-Mulher, o PRONAF-Jovem. É um grande programa de microcrédito, créditos pequenos para gente pobre. Uma

das aspirações do movimento de economia solidária é estendê-lo às cidades com um PRONAF urbano.

Além dessas iniciativas, o autor também expôs que a SENAES vem realizando, periodicamente, um mapeamento. Em 2006 os dados revelaram que já havia um banco de dados com 22 mil empreendimentos de economia solidária no país. Além desse crescimento, o autor também revela que a economia solidária brasileira está ficando extremamente diversificada. Inclusive, ressalta que existem mais de mil quilombos reconhecidos no país e quase todos eles se sentem atraídos pela economia solidária, porque seus valores coincidem, em boa medida, com os valores da economia solidária. E o autor reconhece que os quilombos são muito diferentes porque essas comunidades negras, rurais, ficaram um certo período isoladas; há quilombos de pescadores, de extrativistas, de agricultores; inclusive o autor fala das comunidades indígenas que estão participando com suas experiências de ES. Segundo o autor, essas informações, sobre a diversidade da ES no Brasil, só foram possíveis, graças a esse mapeamento que vem sendo feito, desde 2005, pela SENAES.

Sobre a prática da ES nas regiões de quilombolas e indígenas, o autor Maestri (1997) observa que, em meio à deformidade social causada por um sistema econômico excludente, encontra-se um componente cultural forte na cultura brasileira, que é a experiência secular nas comunidades indígenas e quilombolas, do convívio coletivo, na moradia, no trabalho, na alimentação etc., coadunando com as prerrogativas da Economia Solidária. Esses povos exercitaram essa livre circulação de ideias, experiências e conhecimentos, conseguindo aprimorar sua relação com a natureza, desenvolver formas de manejo dos recursos naturais, que não visavam o lucro, mas o bem-estar da coletividade. Na economia denominada de subsistência, as comunidades quilombolas também produziam de forma coletiva, para a própria subsistência, como forma de resistência à perseguição dos colonizadores escravocratas. É o caso dos grandes mocambos de Palmares, na Capitania de Pernambuco, no século XVII, onde plantavam verdura, legumes, mandioca, feijão, banana e cana-de-açúcar, ampliando para algodão; e também eram extrativistas: praticavam a pesca, a caça, coletavam breu, castanha etc. Essa repartição igualitária dos recursos, favorecia uma certa igualdade entre os quilombolas e os fortalecia o seu objetivo comum de lutar pela liberdade

frente ao eminente perigo de serem massacrados. Mesmo diante de uma realidade adversa, essas circunstâncias geraram e fortaleceram o componente cultural da preocupação com a coletividade (MAESTRI, 1997).

Sobre esse componente cultural, Singer (2007) evidencia, em sua entrevista a Paulo Salles, a experiência na agroindústria de açúcar Catende, que tem mais de cem anos e, desde 1995, trabalha em autogestão devido à falência dos antigos donos da empresa. Depois de funcionar como autogestão durante doze anos, a terra e as benfeitorias foram objeto de uma expropriação para fins de reforma agrária. Segundo o autor, a massa falida está agora em vias de se tornar dos próprios camponeses e dos trabalhadores da indústria; sendo uma área de 28 mil hectares, com mais de quatro mil famílias que formam uma comunidade com cerca de quatorze mil pessoas organizada em autogestão. Nessa experiência o autor ressalta que as famílias optaram por não dividir a metade da terra, para ser cultivada por todos coletivamente.

Segundo Singer (2007), a participação da academia também influenciou no crescimento da economia solidária. Segundo o autor, foram elaborados diversos trabalhos de doutoramento e de mestrado sobre essa temática da ES. Além disso, afirma, existem 43 universidades com incubadoras de cooperativas populares, desenvolvendo projetos de extensão universitária que acompanham e ajudam a criar novos empreendimentos de economia solidária e, ao mesmo tempo, trazem para dentro da universidade essa experiência concreta.

E sobre o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária, Singer demonstra que, além das diversas linhas de ação da SENAES, também houve um intenso engajamento no desenvolvimento do Programa Brasil Sem Miséria, conforme relata a seguir:

Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff assumiu o governo federal, cuja prioridade passou a ser a erradicação da pobreza extrema do Brasil. Para formular o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), diferentes ministérios foram convocados, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre os quais o MTE. Na divisão de tarefas para a execução do PBSM entre as repartições dos ministérios coube à SENAES se empenhar na promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, cuja sobrevivência depende fortemente do usufruto do Programa Bolsa Família (PBF).

Para levar adiante esta ação, a SENAES resolveu promover o endodesenvolvimento de comunidades vitimadas pela pobreza extrema. Essa secretaria já havia desenvolvido ações neste sentido, tendo por alvo, a partir de 2004, diversos quilombos localizados em diferentes regiões do Brasil. O endodesenvolvimento difere do desenvolvimento que tem sido habitual em nosso país, em geral resultante de investimentos públicos ou privados em novas atividades produtivas ou extrativistas, em áreas acessíveis às comunidades marginalizadas pelo progresso.

[...] O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Sendo pobre, a comunidade não tem recursos próprios e tampouco possui bens e valores que poderiam servir de garantia para obter financiamento das fontes bancárias convencionais. Para que o endodesenvolvimento se torne possível, é necessário que a comunidade seja mobilizada e apoiada por agências públicas e este tem sido o papel que a SENAES vem desempenhando. A mobilização da comunidade é executada por meio de atividades de formação em economia solidária.

Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros da comunidade. (SINGER, 2014, p. 91-92)

O autor ainda afirma que, a partir de 2011, a SENAES promoveu novas atividades visando garantir a viabilidade econômica dos EES que foram semeados pelos rincões menos desenvolvidos do país. Para tanto, a SENAES realizou a formação de redes de comercialização e de finanças solidárias tendo por objetivos garantir aos EES, o acesso a mercados e ao crédito, nas medidas de suas necessidades e possibilidades.

Por fim, o autor Singer (2014) ressaltou que muitos avanços foram possíveis devido ao fato de que, em 2010, o ex-presidente Lula assinou um decreto instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. Este sistema reúne as entidades brasileiras que se dedicam ao comércio justo e vai gradativamente englobando os EES, à medida que estes vão se desenvolvendo. Para o autor, a articulação em rede vem contribuindo para se vencer as dificuldades de acesso a mercados. Essa ampliação da comer-

cialização dos produtos da economia solidária é visível quando se realizam feiras cada vez maiores, culminando, nos últimos anos, na grande Feira Internacional de Santa Maria/RS.

O autor Singer (2014) ressalta que outra maneira de romper as barreiras da comercialização tem sido a multiplicação de Grupos de Consumo Responsável (GCRs), que cultivam contatos permanentes entre produtores e consumidores, permitindo que as possibilidades e necessidades de uns e de outros se conheçam e se amoldem para a satisfação mútua. E ressalta que, ao mesmo tempo que ocorre o crescimento do comércio justo, também vem crescendo um sistema de finanças solidárias, formado por bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito. De acordo com o autor, esse processo vem acontecendo nos últimos quinze anos, a partir do esforço pioneiro do Banco Palmas em Fortaleza/CE, complementado posteriormente pelo Banco Bem em Vitória/ES e atualmente se conta com nada menos que 1.003 bancos comunitários espalhados por todo o Brasil. O autor afirma que com “esse crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar que o nó representado pelo insuficiente acesso a crédito também está sendo desfeito” (SINGER, 2014, p. 93).

Todas essas experiências de políticas públicas com foco na ES, a partir de 2003, passaram a influenciar no contexto internacional, sobretudo, o conjunto dos países da América Latina, além de outros países, de outros continentes, como a África do Sul, por meio de articulações para fortalecer esse segmento social. Tal avanço se observa nos registros do evento da Organização Internacional do Trabalho – OIT, na cidade de Johannesburg, em 2015. Entre os diversos assuntos, os palestrantes trataram sobre a importância da Cooperação Sul-Sul Triangular (SSTC) e Economia Social e Solidária (SSE). As avaliações apresentam a importância das cadeias internacionais e redes de inovação social, por meio do intercâmbio dessas boas práticas, considerando que esses modelos têm conseguido criar uma forte rede de profissionais que combinam o SSE com uma cooperação das metodologias sul-sul e triangular. Com esse entendimento uma série de redes foram estabelecidas, trazendo à luz a riqueza desses intercâmbios em um importante campo de cooperação, conforme os relatos, a seguir, dos componentes que participaram desta análise. No referido evento da OIT, o brasileiro Robert

Gouveia ressaltou em sua palestra que, no Brasil, a economia solidária vem desenvolvendo um papel de protagonista, diante dos males do sistema capitalista, citando, como exemplo, as iniciativas que envolvem bancos comunitários, a criação de políticas públicas com base na organização e promoção de cooperativas de produção e consumo, associações de produtores, catadores de materiais recicláveis etc. Mas também ressaltou que há uma cooperação sul-sul no âmbito da economia solidária com a corrente de solidariedade Binacional do PET, que envolveu outros estados brasileiros e países latino-americanos, visando consolidar uma cadeia produtiva no setor reciclagem garrafa PET. Os participantes do evento também reconheceram que o Brasil tem contribuído significativamente com a OIT, sobretudo na Cooperação Sul-Sul Triangular (SSTC) e Economia Social e Solidária (SSE), participando de redes inter-regionais e plataformas para o conhecimento e a partilha de experiências (OIT, 2015).

Portanto, a recente história da economia solidária no Brasil dá sinais fortes de uma evolução, de um processo que cria musculatura social, acumula capacidade intelectual em condições de influenciar no conjunto da sociedade brasileira e, inclusive, no congraçamento a nível de MERCOSUL, com os BRICS, formado pelos países: Brasil, Rússia, Índia e China – com a África do Sul. É evidente que essa é uma medida muito importante mediante a força mundial do capital financeiro, que vem manipulando a sociedade em favor de um grupo reduzido de ricos, prejudicando toda a humanidade. Contra essa força que vem sendo responsável pela exclusão social é primordial a união de forças, a nível mundial, dos segmentos que lutam pela inclusão social, respeito às realidades locais, que se preocupam com o meio ambiente, que trabalham por uma cultura de cooperação, solidariedade, geração de trabalho e renda e valores democráticos, sem dúvida é uma grandiosa e necessária articulação, para garantir o avanço de uma nova cultura favorável à justiça social.

De acordo com o pronunciamento da brasileira Ruth Coelho no evento da OIT, “Social Solidarity and South-South Cooperation”, em Johannesburg, em julho de 2015, o contexto da ES na realidade brasileira emergiu na década de 1980 como resposta à crise provocada pela estagnação econômica e a reorganização do processo de acumulação capitalista; na década de 1990, aumentou o seu potencial, ganhando

maior relevância e visibilidade, com a implementação de políticas de geração de trabalho e renda por governos estaduais e municipais, em cidades metropolitanas, como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. E, segundo a palestrante, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que foi criada por sugestão dos movimentos sociais; a economia solidária entra na agenda do governo federal a partir de 2003. Porém ressalta que, em que pese a importância da evolução política e institucional, atualmente, esse processo pode sofrer revezes devido a instabilidade política no país, caracterizando-se como um problema da institucionalização de políticas públicas de economia solidária, que precisam ser garantidas como políticas governamentais, mas sobretudo, como políticas de Estado (ORT, 2015).

Sobre a instabilidade política no Brasil, citada pela palestrante supracitada, Pochmann (2015) faz a mesma constatação quando apresenta a conjuntura política e econômica em novembro de 2015 no site da Rede Brasil Atual, informando que, na passagem para o século XXI, surge o conceito de *plutonomia*, que reconfigurou a trajetória recente da democracia, inicialmente nos países ricos. Segundo o autor, o comunicado da corporação financeira Citigroup, emitido em 2005 aos seus clientes mais ricos, informou que a sociedade estadunidense seria controlada pelo segmento de maior renda, por ser detentora recente da maior riqueza acumulada de todo o conjunto da população. Diante dessa evidência, o autor constata que a principal influência no jogo da democracia política concentrou-se numa minoria da plutonomia. Desta forma, o autor define o conceito de plutonomia como: ausência de ética econômica e social, na qual a ganância, em torno de ganhos financeiros, é determinante sobre as decisões de governos. O autor ainda considera que a rápida difusão dessa forma de articulação dos mais ricos se deu a partir da implantação das políticas neoliberais, quando um pequeno grupo, formado pelo capital financeiro e oligopólios midiáticos, passou a influenciar direta e indiretamente nas decisões da esfera pública, inclusive nos processos eleitorais. Ou seja, o autor esclarece que, nesse contexto, a economia passa a ter o impacto das fortunas dos mais ricos, dependendo dessa minoria para se expandir, e não mais do rendimento da maioria da população.

Pochmann (2015) também analisa as consequências desastrosas desse jogo econômico para a sociedade, considerando que a gestão da economia passou a ser cada vez mais imunizada em relação à democracia, ficando rebaixada a justiça em relação às forças do mercado. Segundo o autor, durante os últimos 12 anos, a plutonomia que antes governava o Brasil ficou à margem do processo político principal; e que nesse período foi possível o governo democrático e popular investir no combate à exclusão social, especialmente a pobreza e desigualdade de renda, sendo possível às administrações do PT conseguirem, entre 2003 e 2012, a elevação do bem-estar social, fundamentalmente dos mais vulneráveis. Segundo o autor, referindo-se ao segundo turno das eleições presidenciais, em 2014, a tentativa de volta desse conjunto de forças dos mais ricos pode ser notada pela opção em que a maior parte dos endinheirados, representados pelas atividades financeiras e oligarquias midiáticas, apontavam como convergência a candidatura presidencial do candidato considerado opositor frontal ao governo Dilma (POCHMANN, 2014). E, apesar do resultado eleitoral de 2014 ter derrotado a plutonomia, uma maioria do Congresso Nacional, do parlamento brasileiro, ligada aos grupos endinheirados e às forças midiáticas do país, conseguiu encaminhar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, eleita nas eleições de 2014. Mas esse processo golpista das elites do Brasil, que ganhou fôlego, principalmente, a partir do dia 17 de abril de 2016, tem consequências graves para as classes populares, na medida em que já se encaminham diversos recuos nas políticas sociais conquistadas nas últimas décadas, nas quais se incluem as políticas públicas de ES, considerando a real ameaça do destino da SENAES. Diante desse contexto, é essencial o papel dos movimentos sociais, entre os quais os protagonistas da ES no Brasil, no trabalho de articulação junto à sociedade para reagir e defender a continuidade das políticas públicas de distribuição de renda e oportunidade para as classes populares.

A economia solidária como política pública no Brasil

Abordagem sobre concepção de Estado e de Políticas Públicas

A abordagem sobre o processo social e político que possibilitou a criação da SENAES requer um estudo conceitual sobre Estado e Políticas Públicas para maior compreensão dos fundamentos que nortearam o processo de inserção da ES como política pública no Brasil, enquanto demanda das classes populares e nova forma de economia, caracterizada pela autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2011). Em tese, esses princípios são contrários aos fundamentos do sistema econômico hegemônico no Brasil e no mundo, e se coloca como uma das novidades no cenário governamental brasileiro, na primeira década do século XXI, sendo substancial entender o viés político que permeia essa novidade no cenário do Estado brasileiro.

Rosa (2013) desenvolve o conceito de Estado como uma organização política, administrativa e jurídica, que surgiu no início do século XVI, quando se consolida o poder real que se impõe sobre a nobreza, parlamentos, as cidades livres e a Igreja. Esse é o Estado moderno, absolutista, onde o rei é soberano absoluto. As mudanças nesse paradigma vão ocorrer somente no final do século XVIII, com o evento da revolução francesa em 1789, quando passou-se a denominar de Estado-nação, vindo a se consolidar somente no século XIX, onde o povo passa a ser, teoricamente, soberano. O autor também registra, em sua tese de mestrado, que este Estado-nação se mantém até os dias atuais, com sua formação reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). E, ainda que haja diferenças de formato nos diversos países, os princípios da universalização, da coerção e da regulamentação, como modelo de estrutura permanente e gestão feita por governos transitórios, são os mesmos que balizam o Estado-nação atual.

Sobre os Estados contemporâneos, Moraes (2013) apresenta uma síntese da visão de Weber (1964), na qual esclarece que somente o Estado pode tributar e fazer arrecadação para destinar aos fins públicos, coletivos;

somente o Estado pode fazer a definição de normas jurídicas, criando leis para reger a sociedade; e somente o Estado pode exercer o direito de coerção física. Nesta concepção, os instrumentos pelos quais o Estado interfere na vida social, na vida dos indivíduos são: o Orçamento público, que justifica o seu papel de arrecadar, comprar e contratar; as Leis que regulamentam e normatizam o trabalho, o comércio, o meio ambiente etc.; as Medidas monetárias e crédito, definindo políticas de preços, subsídios, subvenções etc. (MORAES, 2013a).

Moraes (2013) também apresenta o resumo, dessa caracterização do Estado, por meio do diagrama, a seguir:



Figura 1 - Caracterização do Estado-Nação. **Fonte:** Moraes, 2013b, p. 5.

Diante dessa caracterização se desnuda o papel do Estado interferindo na distribuição da propriedade e da renda, podendo promover ajustes distributivos, a depender da força dos grupos sociais na disputa das políticas públicas. Isto é possível devido aos recolhimentos obrigatórios, feitos pelo Estado, de taxas, impostos e cotizações sociais e a contribuição previdenciária.

Em se tratando de política pública, Rosa (2013) também apresenta uma conceituação, definindo-a como iniciativa de um governo que passa a atuar, com base em pesquisas, por meio do desenvolvimento de planos

e linhas de ação governamental, fundamentando-se num conjunto de princípios, leis, regulamentos e critérios que devem garantir e permitir a gestão do Estado na solução dos problemas nacionais, estaduais e municipais. Com esses pressupostos, as políticas públicas constituem-se num meio de concretização dos direitos que estão codificados nas leis de um país e podem viabilizar a efetivação do que está previsto na Constituição Federal, buscando a execução de ações para concretude das prerrogativas constitucionais, tanto a nível federal, estadual, municipal, observando os preceitos da constituição federal, estadual e, também, as normas previstas nas leis orgânicas municipais.

No que se refere às relações entre Estado, políticas públicas e sociedade, as reflexões apontam claramente que a análise do viés político é substancial para entender as concepções que balizam as decisões em relação à sociedade. Nesse sentido, Rosa (2013) sistematizou as ideias acerca dessa questão, trazendo os pontos de vista sobre a perspectiva “estadocêntrica”, “sociocêntrica” e a ideia de meio termo entre essas visões.

Segundo Rosa (2013), a perspectiva “estadocêntrica” subentende que o Estado tem um papel central na produção de políticas públicas, com autonomia em relação à sociedade. Dessa forma, o conjunto das decisões tomadas no âmbito estatal é executado por meio das políticas públicas, correspondendo ou não às perspectivas da sociedade. Esta concepção pressupõe um aparelho estatal controlado por políticos e burocratas, decidindo, de forma autônoma, as ações governamentais; cabendo à sociedade apenas acatar tais medidas. A perspectiva “sociocêntrica” já define o Estado como ente que depende da sociedade para tomar suas decisões. Mas há pontos de vista diferenciados e até antagônicos a esse respeito. De acordo com o autor, existem as teorias marxistas, pluralistas, elitistas e a da escolha pública. O pensamento marxista concebe o Estado como resultado da disputa entre as classes sociais; e suas ações são reflexos do resultado dessa disputa. E, segundo o autor, é nesse contexto que se situa a definição do Estado como um instrumento coercitivo, utilizado pela classe dominante por ser detentora dos meios de produção, fazendo do Estado como instrumento de dominação (MILIBAND, 1972 *apud* ROSA, 2013).

No enfoque pluralista, se observa a dispersão do poder e o acesso livre e competitivo de pressão dos grupos organizados às esferas de decisão do

Estado. Nesse sentido, uma política pública é entendida como resultado da disputa entre grupos. A visão elitista é apenas uma extensão dessa visão pluralista, na medida em que aceita as elites e reconhece o poder dos grupos organizados e suas habilidades para alcançar seus objetivos (SOUSA, 2006; SERAFIM & DIAS, 2011 *apud* ROSA, 2013). A visão da escolha pública tem uma orientação de cunho neoliberal, defendendo a necessidade de se estudar as falhas das instituições públicas, com o entendimento de que a burocracia é responsável pelo crescimento do orçamento público, tendo como consequência a diminuição do Estado (SOUSA, 2006, SERAFIM & DIAS, 2011 *apud* ROSA, 2013).

A perspectiva mais recente busca conciliar um meio termo entre a visão estadocêntrica com a sociocêntrica, levando em consideração os fatores internos, que são referentes ao próprio Estado, e os fatores externos, referentes à sociedade. Mas o autor vai detectar que há linhas diferenciadas de entendimento nessa conciliação, ressaltando que: a tendência denominada de neocorporativismo é identificada pela existência de relações privilegiadas ou exclusivas entre poucos grupos e o Estado; a tendência do neoinstitucionalismo, que atribui um papel essencial às instituições no desenvolvimento dos comportamentos individuais ou na ação de grupos de interesse e indivíduos, que formam uma rede de influência mútua, porém estabelecendo hierarquias reais (SERAFIM & DIAS, 2011 *apud* ROSA, 2013).

Além desse arcabouço teórico, o autor também analisa os diversos tipos de políticas públicas, com base na tipologia Theodore Lowi, baseada na teoria das armas de poder, considerando que cada tipo de política pública define um tipo específico de relações políticas. Nesse entendimento, cada política supõe uma rede diferente de atores, estruturas, decisões e contextos institucionais diferentes, configurando-se em arenas diferenciadas, quais sejam: arena distributiva, caracterizada por políticas públicas financiadas pela sociedade e os seus benefícios atendem a necessidades individualizadas, privilegiando certos grupos sociais ou regiões por meio de subsídios, isenções tarifárias, incentivos fiscais, renúncias fiscais, predominando a barganha em detrimento do interesse geral da sociedade (DIAS; MATOS, 2012 *apud* ROSA, 2013). A tipologia das políticas regulatórias nasce do conflito entre coalizões políticas de interesse, definindo quem ganha e quem perde por meio de controle, regulamentação e padrão de comporta-

mento, como é o caso da lei de códigos de trânsito, defesa do consumidor, regulamentação de setores econômicos etc.; mas o autor também observa que essas políticas se desenvolvem mais na lógica pluralista, porque a sua possibilidade de execução depende da força dos atores sociais interessados (DIAS; MATOS, 2012 *apud* ROSA, 2013).

No caso da tipologia das políticas redistributivas, seu principal objetivo é a redistribuição de recursos, intervindo na estrutura econômica social através de mecanismos de redução das desigualdades sociais, com ganhos concretos em curto prazo para determinados segmentos sociais e ganhos para outros. Nesse caso, Rosa (2013) exemplifica esses mecanismos com os avanços alcançados na gestão pública, na última década, evidenciando as políticas de cotas raciais nas universidades, programas de previdência social, seguro desemprego, bolsa família etc.; e o autor também ressalta que, segundo Theodore Lowi, as políticas redistributivas não recebem esse rótulo pelo resultado redistributivo efetivo, mas sim pela expectativa de contraposição de interesses antagônicos. No caso da tipologia das políticas constitutivas, se prevê o estabelecimento de regras sob as quais outras políticas públicas são selecionadas, com competências jurisdicionais, regras da disputa política e elaboração de políticas públicas. É nesse tipo que se enquadram, por exemplo, as regras do sistema eleitoral, a distribuição de competências entre esferas de poder e as regras da participação da sociedade civil em decisões públicas. Políticas constitutivas provocam conflitos entre os entes e os atores diretamente interessados, como partidos e os níveis de governo, pois têm a capacidade de alterar o equilíbrio de poder existente. Analisando essas tipologias o autor vai constatar o seu caráter transversal das políticas.

Rosa (2013) também apresenta as tipologias sistematizadas por outros autores, como James Quinn Wilson, que adota o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade, definindo quatro tipos: a política “Clientelista”, que concentra os benefícios em determinados grupos e os custos são difusos na coletividade; a tipologia de “Grupos de interesse”, que é definida pelo autor como aquelas que concentram custos e benefícios em beneficiários de certas categorias; a tipologia denominada de “Empreendedoras”, que são aquelas definidas para coletivos de beneficiários, sendo custeadas por determinadas categorias. Essa tipologia, em geral,

causa disputa de interesses por determinados grupos que são contrários à sua execução. É o caso das reformas administrativas. E, por fim, o autor define a quarta tipologia como “Majoritária”, identificadas como aquelas que têm seus custos e benefícios distribuídos pela coletividade; como exemplo: as políticas de saúde, educação etc. (SECCHI, 2011 *apud* ROSA, 2013).

As concepções e análises expostas sobre Estado e Políticas Públicas supõem que somente num Estado democrático é possível ter a diversidade de pensamento, por meio do exercício da cidadania. Nessas circunstâncias, os partidos que conseguem se eleger para assumir a governança de uma nação, estado ou município, traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em políticas públicas, por meio de programas e ações, que podem causar mudanças na sociedade. Dessa forma conseguem interferir politicamente e estruturalmente na configuração do Estado, desde que essas políticas sejam fundamentadas em leis e tenham orçamentos especificados na gestão pública.

Ao se reportar ao pacto keynesiano do pós-guerra, levado à prática a partir de 1945, sobretudo nos países centrais, Mattos & Baptista (2012) ressaltam a intervenção do Estado na garantia de direitos sociais como uma condição, um limite necessário para a manutenção da economia. No entanto, segundo os autores, o liberalismo do Estado moderno também conviveu com situações que geraram restrições à liberdade, usando a prerrogativa de que o Estado é o representante legítimo dos interesses da população para justificar práticas autoritárias a favor dos interesses das elites econômicas e políticas.

Apesar dessas constações, na história do Estado liberal, as críticas mais contundentes, ainda não se formatou um outro modelo de Estado para se contrapor ao esse paradigma de Estado vigente. Inclusive o sistema socialista, experimentado no leste europeu, também funcionou com a separação de Poderes e o uso da autoridade política para definição das estratégias de governo, com aparatos para manutenção da ordem. Contudo, de acordo com os autores, só é possível entender o Estado para além do governo quando se mantém a relação entre economia, sociedade e política. Desta forma, para se apreender as políticas de um Estado não se deve reduzir a análise ao que está visível, mas ao que se faz em nome do Estado, como se faz e o porquê se faz (MATTOS & BAPTISTA, 2012). Com base nesse entendimento os autores analisam o conceito de políticas públicas:

Firmava-se, a partir de então, um campo de análise com foco na atuação dos governos e com o objetivo de orientar a ação dos mesmos, tendo como principal elemento de análise as políticas públicas, definidas como respostas dos governos às demandas, problemas e conflitos que afloram de um grupo social, sendo o produto de negociações entre os diferentes interesses, mediados pela racionalidade técnica, com vistas à manutenção de uma ordem. (MATTOS & BAPTISTA, 2012, p. 61, grifo do autor)

Segundo os autores, este conceito de política pública é subsidiado pela ideia de que existe uma orientação política do Estado que é de interesse público e que atua em função de um interesse maior, da própria sociedade, e que é a expressão daquilo que cada sociedade almeja. Além disso, observam o limite dessa visão que apresenta um entendimento de Estado e de política associado a uma concepção restrita de governo, aquela que valoriza o papel dos aparatos estatais. Analisam criticamente esta concepção, considerando que as políticas públicas se reduzem a um processo político racional, gerido pelos governantes, que atendem a determinados critérios e normas de conduta, supostamente pactuados socialmente.

A análise dialética dos autores contribui para se ter um olhar crítico a essa concepção racionalista e universal de Estado, observando as diferentes relações de poder que se estabelecem entre grupos sociais na construção das políticas, a partir do que realmente acontece no processo de construção das políticas públicas, nas práticas sociais e nas formas de construção das políticas públicas, sem deixar de considerar que há uma cultura enraizada do entendimento de Estado como mediador dos interesses sociais. E que, no entanto, o Estado pode se modificar e também pode manter o *status quo*. Isso depende dos diferentes movimentos e forças políticas que se estabelecem na sociedade. Esta é uma visão que expressa o processo histórico em construção da sociedade, apresentando a política como resultado de uma disputa de poderes e saberes, de pensamentos e estratégias políticas, desmascarando a ideia subliminar de neutralidade do Estado frente aos diferentes valores e interesses da sociedade, considerando as desigualdades sociais e projetos antagônicos de sociedade em disputa.

Mattos & Baptista (2012) especificam o caso brasileiro, apresentando a sua trajetória de um Estado que nasceu colônia, que abafou seus conflitos,

que constituiu um povo diverso e maleável, com uma cultura de dominação, com forte traço clientelista, patrimonialista, assistencialista, evidenciando a forma como passou a desenvolver políticas de governo. É a partir dessa realidade que se deve compreender os rumos do Estado brasileiro. Para os autores, não tem sido esse o percurso do pensamento político brasileiro ou pelo menos não o que tem predominado, identificando que:

A leitura até aqui feita pelo pensamento político e social sobre o Brasil tem servido muito mais à manutenção e acomodação do que a mobilização, pautando-se também por esta concepção universalista de Estado. Se identificarmos as ideias e teses dos principais pensadores do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e outros, reconheceremos muito facilmente um pessimismo sobre as condições de viabilidade de um projeto de mudança e uma explicação pautada a partir da referência aos países do Norte, em especial da Europa ocidental. E ainda que estes pensadores se coloquem à esquerda do pensamento político também acabam por serem capturados por uma interpretação que define na aposta universal a única chance de mudança. As opções políticas feitas na trajetória do Estado mostram-se como reflexo deste pensamento colonizador, que anula diferenças. Na prática, este modelo sustentou ou ainda sustenta o projeto de desenvolvimento do Estado e, de forma concomitante, a manutenção da desigualdade (tanto interna como entre os países). (MATTOS & BAPTISTA, 2012, p. 64)

A trajetória de Estado na sociedade brasileira requer a produção de uma narrativa que apresente a percepção dos processos em curso na nossa sociedade, de forma ampla, contribuindo para um pensamento político crítico, evidenciando uma análise acerca da valorização dos processos e de atores envolvidos na construção das políticas públicas governamentais, considerando as relações entre atores públicos e a sociedade civil, por meio de planejamentos e perspectivas dos diferentes grupos sociais. Esta é a concepção observada em Souza (2006), que resumiu política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação, analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no contexto social, político e econômico. De acordo com a autora, “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos [...] em programas e ações

que produzirão resultados [...] no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26 *apud* MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Sobre a concepção de Estado, os autores também recorrem a Gramsci, ressaltando a importância de suas análises referentes à interpretação do método materialista dialético, proposto por Marx. Konder (1992) afirma que a filosofia da práxis, desenvolvida por Gramsci, inaugura uma postura filosófica nova, buscando atuar sempre como uma força comprometida com a transformação da sociedade (KONDER, 1992 *apud* MATTOS & BAPTISTA, 2012). Os autores citam o pensamento de Gramsci apresentando as dimensões econômica, política e cultural na caracterização do homem, em parte sujeito às determinações de seu tempo, porém dotado de vontade para transformá-las. A concepção de Estado subjacente a essa noção de ser social, parte de duas perspectivas enunciadas por Marx: primeiro, a partir da forma histórica de constituição dos Estados, uma vez que não são naturais e nem resultam da vontade de sujeitos singulares; num segundo plano, a partir da análise crítica do Estado capitalista. Diante dessa configuração, Gramsci vem apresentar esse novo modelo de sociabilidade através da obtenção do consenso de amplos setores sociais, ainda na primeira metade do século XX, como estratégia para um projeto assumir a direção político-cultural da sociedade, na perspectiva da conservação ou da transformação do conjunto da existência social. Essa concepção do Estado apresenta a possibilidade de relações entre os grupos sociais organizados na esfera da produção econômica e na esfera política da sociedade civil, expressando de maneira complexa a luta de classes por diferentes projetos para a sociedade, no âmbito dos aparelhos do Estado. Nesse sentido, a dimensão ideológica assume importância relevante na análise do conjunto das relações sociais, bem como supõe um conjunto de estratégias de convencimento, como medidas relevantes para a definição das políticas públicas a serem definidas pelas instituições do Estado, sem eliminar o seu papel coercitivo (MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Esta afirmação, teórico-metodológica, deixa explícita a não homogeneidade dos projetos identificados na sociedade. Segundo os autores, Gramsci chamou de Estado ampliado a essa unidade dialética na qual diferentes projetos expressam a existência de conflitos no interior da sociedade. Neste caso, o conceito de hegemonia significa, na visão de gramsciana, o apoio da

maioria para a direção política e econômica da sociedade, por meio da busca do consenso (GRAMSCI, 2002 *apud* MATTOS & BAPTISTA, 2012).

Essa visão ampliada do conceito de Estado, empreendida por Gramsci, possibilita a compreensão da política como a forma da relação entre as organizações que compõem o Estado, mas atingindo também outras formas de organização da vida social, inclusive com extrema importância para as formas de convencimento, sobretudo pela educação, e não apenas da coerção, realizadas pelo Estado capitalista. É com base nessa análise que se compreende o conjunto das formas organizativas, sejam eles partidos, instituições etc., como formas organizativas da política, atuantes nas lutas presentes na sociedade, caracterizando-se, dessa maneira, os sujeitos, historicamente engajados, na sua relação com o mundo e com os outros sujeitos.

O paradigma acima exposto caracteriza o Estado como o ente social e político, também reconhecido para ter acesso a recursos para serem utilizados em prol do atendimento das demandas da sociedade. Destarte, o governo passa a ser o principal gestor desses recursos, fazendo suas intervenções no Estado por meio das políticas públicas.

Analisando essas diversas concepções, constata-se que a criação da SENAES acontece a partir do exercício prático da concepção dialética sociocêntrica de Estado, considerando que o pensamento hegemônico dos segmentos da ES tem o viés da visão marxista, compreendendo o caráter classista nas ações do Estado como resultado da disputa entre os interesses das classes na sociedade. E, observando as diversas tipologias de políticas públicas, a criação da SENAES se identifica com as políticas redistributivas, compreendendo que suas ações governamentais visam a redução das desigualdades sociais, em contraposição aos interesses antagônicos dos grupos dominantes na sociedade capitalista.

Panorama do Brasil nos anos 1980, 1990 e 2000, que leva à criação da SENAES

Além do estudo teórico sobre categorias de Estado, Políticas Públicas e tipologias apresentadas por diversos autores, é mister resgatar a contextualização do período histórico anterior à criação da SENAES, com o intuito de perceber as condições que propiciaram a sua criação.

Leite (2008) analisa que a partir do início do século XX, as forças econômicas conseguiram robustecer o seu capital por meio da organização do trabalho, baseado no taylorismo e no fordismo, visando à racionalização extrema da produção e o máximo de lucro. Esse sistema de produção, altamente explorador, transformava os(as) trabalhadores(as) em meros repetidores de funções, sem domínio do conjunto do sistema produtivo, sem direito de opinar na produção de bens, com acesso a salários para serem potenciais consumidores da produção em massa. A partir da década de 1970 houve um refinamento nessa exploração com um modelo de produção denominado de toyotismo, baseado na automatização, no qual o trabalhador, que era treinado para desenvolver seu trabalho em uma única máquina, passou a se responsabilizar por várias máquinas, diminuindo a quantidade de trabalhadores necessários numa linha de montagem, além de um conjunto de outras características voltadas para aguçar a forma de exploração da mão de obra em função do lucro das empresas. Antunes (1999) esclarece que o toyotismo não tem um caráter de novo modelo de organização da produção, pois dá continuidade à exploração dos trabalhadores, acrescentando alguns mecanismos de racionalização da produção, visando o máximo de lucro, tanto quanto o sistema taylorista/fordista.

De acordo com Leite (2008), esse sistema de produção foi sendo superado à medida que as principais atividades produtivas, assim como o consumo e a circulação de mercadorias, passaram a se organizar em escala global. Tais mudanças estruturais, de ordem econômica e social, que ocorreram, principalmente, nas três últimas décadas século XX, levaram ao surgimento de uma economia informacional e global, funcionado em sistema de rede, na qual a produtividade e a competitividade dependem da capacidade de gerar conhecimentos, processar e aplicar de forma eficiente a informação.

A primeira divisão internacional do trabalho, segundo Leite (2008), foi impulsionada pelas duas revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX. A segunda se desenvolve no pós-Segunda Guerra, no período da Guerra Fria, quando surgiram as nações em desenvolvimento, consideradas de nível intermediário em relação aos países mais ricos e os mais pobres, no qual se incluem a China e outros países asiáticos, bem como o Brasil, além de outros países da América Latina. O autor ainda esclarece que, apesar da dependência, esses países alcançaram certo grau de desenvolvi-

to, adquirindo condições de serem exportadores de produtos manufaturados, dando suporte para a produção capitalista mundial. Mas, ressalta que houve um esgotamento das bases institucionais do desenvolvimento capitalista que foram constituídas no pós-Segunda Guerra, com o fim do compromisso com o pleno emprego que era fundamentado nas políticas keynesianas, emergindo uma intensa movimentação do capital financeiro, alimentado pelas taxas de juros, travando a expansão produtiva, impulsionando a nova fase da financeirização do capitalismo, caracterizada pela racionalidade, em busca do lucro, sem a mediação da produção. É o que o referido autor considera como a terceira divisão internacional do trabalho que se fundamenta na revolução técnico-científica, no processo de globalização e na regionalização (DOS SANTOS, 1995 *apud* LEITE, 2008).

Mattoso (2010) considera os anos de 1980 e de 1990 como décadas perdidas porque o mundo passou a ser hegemônico pelas políticas de desregulamentação financeira, abertura das economias nacionais, privatizações, que foram planejadas pelas políticas neoliberais dos governos Reagan, presidente dos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, Primeira Ministra da Grã-Bretanha. Tais políticas foram impostas como modelo para todos os governos dos países centrais e países periféricos. Porém, o autor também esclarece que o avanço do neoliberalismo tem relação com a queda do muro de Berlim na Alemanha Oriental e o colapso da União Soviética. Essa conjuntura propiciou mudanças na correlação de forças, tendo consequências econômicas, políticas e ideológicas para toda a sociedade, sem deixar de lembrar seu impacto nos segmentos sociais de esquerda no mundo. Nesse período, houve um intenso crescimento das lutas pela democratização e o fim da ditadura militar que foi imposta desde 1964. Entretanto, o autor ressalta que a embrionária democracia brasileira passou a enfrentar o fim do padrão de financiamento externo, a crise da dívida externa, a inflação crescente, a paralisia econômica, além do que, segundo o autor, em 1989, os países centrais definiram as regras do chamado Consenso de Washington que balizou o governo de Fernando Collor, influenciou na criação do plano real, já no governo Itamar Franco, e orientou os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 e 1998.

De acordo com o autor, de 1989 a 2002, a governança da sociedade brasileira foi baseada nas políticas impostas pelo Fundo Monetário

Internacional (FMI) que exigiam: limitação dos gastos do Estado; reforma tributária, diminuindo a progressividade dos impostos diretos; liberalização financeira, com desregulação financeira e retirada do Estado do setor; taxa competitiva de câmbio; liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo; privatização com a venda das empresas estatais; desregulamentação das leis trabalhistas e defesa da propriedade intelectual. Para o autor, essas novas regras ignoraram as questões locais e os problemas históricos da América Latina, como distribuição da riqueza e a pobreza. E quando os países necessitavam de empréstimos eram obrigados a adequar suas economias às novas regras estabelecidas, bem como se deixar monitorar pela instituição que concedia o financiamento.

Para o autor, o governo FHC investiu sistematicamente na desregulação e na globalização financeira internacional. Desta forma avançou a abertura comercial e financeira, iniciada por Collor, ancorando a moeda nacional no dólar, além de apostar em investimento nos mercados financeiros. Para isto, basearam a estabilização monetária na sobrevalorização da moeda nacional e nos elevados juros, levando o Brasil a solicitar novos créditos ao FMI, submetendo-se a ser monitorado por ele. A consequência desse processo foi a elevação dos estoques da dívida interna e externa, acentuado desmonte do Estado e das políticas públicas, bem como a deterioração da situação financeira de parcela expressiva das empresas nacionais.

Sobre os efeitos dessas medidas no mercado de trabalho, o autor afirma que de 1993 a 1995, e em 2000, a taxa de desemprego foi das mais elevadas, apresentando como exemplo a região metropolitana de São Paulo, que teve seu ápice em 1999 e 2002, onde o desemprego chegou a alcançar cerca de um em cada cinco habitantes economicamente ativos naquela região, conforme Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômico (DIEESE). Além da expansão do desemprego, a pesquisa também demonstra a queda do estoque de empregos formais da indústria e da construção civil, assim como a imensa deterioração das condições de trabalho, e evidencia que, em dezembro de 2002, a indústria havia sofrido uma perda de 12,5% dos postos de trabalho formais, relativamente a 12 anos antes,

em dezembro de 1990; e as condições de trabalho apresentam profunda deterioração, tornando-se crescentemente precárias, com trabalho de curta duração, salários descontínuos e sem contribuir para a previdência social. Essa situação chegou ao extremo em que, ao final da década de 1990, estavam na informalidade dois em cada cinco brasileiros ativos dos grandes centros urbanos; e durante os anos de 1990, chegaram a ficar à margem de relações formais de trabalho ou desempregados, mais de 30 milhões de brasileiros (MATTOSO, 2010).

Fornazier & Oliveira apresentam uma análise acerca do impacto das mudanças no Brasil e na América Latina a partir da determinação da aplicação das políticas neoliberais, na década de 1990, com o discurso de que “as forças do mercado seriam suficientes para promover ajustes produtivos e macroeconômicos” (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013, p. 88). E sobre a aplicação desse ideário, os autores esclarecem que:

A fase mais forte do neoliberalismo ocorre no início da década de 1990 através da implementação de políticas do Consenso de Washington [...] Dessa forma, busca-se que o Estado perca as funções de planejador e condutor da economia e passe esse papel para o mercado, sob o discurso de que o mesmo promoverá eficiência, competitividade, convergindo com as economias dos países desenvolvidos. A adoção dessas políticas ocorreu em toda a América Latina, através de sua difusão por meio de condicionantes impostos pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Banco Mundial. (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013, p. 88)

Os autores não têm dúvida que tais medidas foram desastrosas, pois, diferentemente dos países centrais, os países periféricos já se caracterizavam pela frágil rede de proteção social e a existência do setor informal que não tinha obrigação com os direitos trabalhistas. E, apesar dessa realidade, o governo federal brasileiro se rendeu às prerrogativas neoliberais, flexibilizando ainda mais o mercado de trabalho, em detrimento das garantias de direitos da maioria da sociedade, contrariando “a visão dos anos 1980, em que o termo política de emprego significava a geração de postos de trabalho por investimentos públicos” (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013, p. 101). Os autores também constatam que os programas de formação profissional e geração de emprego e renda dos anos de 1990 foram

prejudicados pela política macroeconômica neoliberal, consolidando a tendência de redução do assalariamento e crescimento do desemprego, chegando a um patamar em que: “em cada 10 ocupações geradas entre 1989 e 1995, apenas duas eram assalariadas, ante oito não assalariadas, sendo quase cinco de conta própria e três de ocupações sem remuneração” (POCHMANN, 1999, p. 75 *apud* FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013). Nesse contexto, proliferam-se as falsas cooperativas, denominadas de “cooper-gatos” por não cumprirem com os encargos salariais, utilizando uma mão de obra sem vínculos empregatícios.

O conjunto dessas políticas neoliberais contaram com o apoio da grande mídia e das elites do setor econômico, além de partidos políticos, garantindo as mudanças na estrutura do capital do setor produtivo, propiciando uma maior inserção internacional da economia brasileira, dando força para as *commodities* nas exportações, até os dias atuais. Porém, ao contrário das propagandas, aumentou a exploração da classe trabalhadora, a submissão aos ditames do capital, contabilizando enormes prejuízos nas conquistas sociais e políticas, conforme afirmam os autores: “o desemprego aumentou a desigualdade social, diminuiu a renda do trabalho em relação ao rendimento do capital, aumentou a informalidade e a fragmentação da classe trabalhadora”. (FORNAZIER & OLIVEIRA, 2013, p. 107-108).

Diante da precarização no mundo do trabalho, surgem as diversas iniciativas de combate à exclusão social. Gaiger (2013) considera que a partir das mudanças no modelo de acumulação capitalista, nos anos de 1990, causando ondas de desemprego em larga escala e de insegurança econômica, além da descrença nas experiências socialistas, surgiram novas experiências sociais e novos esquemas de análise e de formulação estratégica de luta contra a exclusão. E, com as forças políticas de esquerda chegando ao poder, por meio das eleições, foi possível desenvolver programas voltados para o combate às injustiças sociais. Além dos governos de esquerda, entidades populares, ativistas e intelectuais se engajaram como agentes de promoção da ES, assumindo o protagonismo desse novo trabalho de base, que contou com o reforço das referências culturais de valorização da vida comunitária, criando um próspero movimento de defesa coletiva dos interesses da classe trabalhadora, canalizando as demandas de centenas de famílias sem renda para as alternativas associativas e auto-

gestionárias. Nesse patamar de articulações, criaram-se as condições de projeção da ES no âmbito das políticas públicas (GAIGER, 2013).

Leite (2008) também analisa que a conjuntura de aumento das desigualdades sociais influenciou para que houvesse a ascensão de governos de esquerda, a favor da distribuição de renda, na América do Sul, no início do século XXI. Porém, a experiência revelou muitas dificuldades de romper com as estruturas historicamente impostas pelos países mais ricos. Mas constata que houve melhoria de vida para as populações mais excluídas, a partir de Evo Morales na Bolívia, de Rafael Correa no Equador, de Cristina Kirchner na Argentina, de Michelle Bachelet no Chile, de Tabaré Vazquez, no Uruguai, de Lula no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela. No entanto, enfatiza que tem sido muito difícil para a América do Sul superar os seus problemas sociais e a sua condição de dependência no cenário internacional, considerando que a nova divisão internacional do trabalho, exige a questão da integração econômica, impondo a hegemonia norte-americana na região. Para o autor, a superação da dependência requer que os países tomem a decisão político-institucional de fazer a integração da América do Sul, tendo a capacidade de criar tecnologias e conhecimentos, gerar instituições autônomas, levando à prática os procedimentos que poderão criar uma independência, diante das forças capitalistas hegemônicas, superar o passado de dependência, deixando de serem apenas exportadores dos seus excedentes, com preços baixos; deixando de gerar lucros para as empresas transnacionais; precisam encerrar com os pagamentos de serviços de uma dívida externa, ardilosamente montada pelos países capitalistas centrais. Ou seja, imprimir um caráter de integração numa perspectiva contra-hegemônica, com um projeto político fortalecido pelas forças populares, investindo numa nova cultura de libertação, buscando socializar o bem-estar, inclusive, buscando incluir os demais países da América Latina (LEITE, 2008).

A respeito da contextualização das duas décadas anteriores à criação da SENAES, Pochmann (2004) também se posiciona, enfatizando que:

Passados quase 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhados de elevada instabilidade nas atividades produtivas, nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e expor-

tação de produtos primários. Os efeitos regressivos dessa combinação são expressivos no interior do mercado nacional de trabalho.

De um lado, observa-se a contenção do segmento organizado do trabalho, justamente aquele que responde pelos empregos assalariados regulares e relativamente homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas. De outro, além do avanço do desemprego aberto, constata-se a ampliação do segmento não organizado do trabalho, responsável por ocupações precárias e heterogêneas, cuja atividade não se caracteriza necessariamente por ser tipicamente capitalista. [...]

Em síntese, reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progridem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não organizado do trabalho, há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista. (POCHMANN, 2004, p. 23)

O autor argumenta que um dos fatores determinantes para o avanço inicial da ES deve-se ao aparecimento de um enorme excedente de mão de obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional.

O contexto brasileiro também foi analisado por Nagem & Silva (2013), apresentando a seguinte avaliação:

A desestruturação do mercado de trabalho e a crise do emprego assalariado na década de 1990 fez emergir no país uma série de discussões sobre quais os rumos e estratégias a serem tomadas para a inclusão produtiva de uma grande parcela da sociedade, bem como, qual o papel que o Estado deveria assumir nesse processo.

Muitos acadêmicos e grupos sociais passaram a propalar a necessidade de apoiar e fomentar outras formas de trabalho além do emprego assalariado. Foi nesse contexto que a temática da economia solidária, cujo conceito compreende as diversas formas de organização econômica baseadas no trabalho coletivo e na autogestão administrativa, ganhou densidade acadêmica e foi também amplamente adotada pelos movimentos sociais e sindicais no final da década, chegando inclusive a ser inserida na agenda de políticas públicas em alguns estados e municípios. (NAGEM & SILVA, 2013, p. 159)

Neste cenário social e econômico do Brasil da década de 1990, se registra uma intensa e constante acumulação de capital, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, com altas taxas de desemprego, precariedade das condições de trabalho, o aumento da desigualdade, a ES começa a ganhar força. É o que se constata no Relatório “Avanços e Desafios da ES no Brasil”, da SENAES (2011), onde se constata que esse movimento social foi ganhando musculatura e definindo a sua identidade, enquanto nova forma de economia no país, conforme trajetória a seguir:

Ao longo da década de 1990 a construção das práticas de ES no Brasil foi edificada em um campo de articulação social e política, no qual a mobilização social em torno da construção desta nova economia reúne os mais diversos agentes: organizações sindicais, ONGs, acadêmicos de diversas áreas, religiosos, gestores públicos, entre outros. Ademais, esse campo congrega um grupo abrangente de organizações de apoio e de articulação, como as Incubadoras Universitárias Tecnológicas de Cooperativas Populares; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS-CUT); organizações ligadas à Igreja Católica como a Cáritas Brasileira e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS); além de ONGs como o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), dentre outras. (SENAES/MTE, 2012, p. 14)

A crescente exclusão social passou a ser debatida e analisada pelo movimento social que passou a buscar alternativas de geração de trabalho e renda. Em alguns estados da federação e municípios, foi possível a articulação e implementação de políticas públicas governamentais com esse objetivo. Entre os exemplos de execução dessas políticas destacam-se: as prefeituras de Porto Alegre/RS, de São Paulo/SP, Recife/PE, Belém/PA e o do governo do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo no período de 1998 a 2002. Essas iniciativas também vão influenciar na criação de uma Secretaria de ES no governo federal. Esse acúmulo foi relevante para a participação dos segmentos da ES no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001 em Porto Alegre, onde se registrou a presença de

16 mil pessoas, vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, cerca de 1.500 pessoas conseguiram ter uma participação efetiva na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que se deteve na temática sobre a auto-organização dos(as) trabalhadores(as), políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. Nesta ocasião foi criado o chamado Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (ou GT Brasileiro), passando a ser composto pelas entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em 2002 houve uma significativa mudança na conjuntura brasileira com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições para a Presidência da República. Neste contexto, o GT Brasileiro de ES elaborou proposições, construindo a unidade da diversidade de experiências, avançando para a conquista de uma identidade coletiva nacional desse movimento social, conseguindo fazer uma articulação que alcançou um acúmulo de condições para a criação do Fórum Nacional de ES (FBES). Diante dessas conquistas, o GT também iniciou a interlocução com a equipe de transição, a fim de assegurar as políticas públicas de ES no governo federal. Para tanto, formulou uma Carta ao presidente eleito e organizou a primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, em 09 e 10 de dezembro de 2002, em São Paulo, com a participação de aproximadamente 200 pessoas, com o objetivo de construir uma agenda de interesse comum para o conjunto do movimento da ES, o que ficou conhecida como primeira versão da Plataforma da ES no Brasil. Outra iniciativa considerada importante, em dezembro de 2002, foi a decisão de criação de uma Rede Nacional de Gestores Públicos de ES, que seria consolidada no ano seguinte.

Em janeiro de 2003, no FSM, em Porto Alegre/RS, realizou-se a segunda Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecida como uma grande vitória das organizações da sociedade civil e dos representantes de governos que participaram do processo de construção da Secretaria. Na ocasião, Paul Singer foi apresentado como nome consensual para ocupar a pasta. Em junho de 2003, com a publicação da lei 10.683/2003, e com base no Decreto 4.764, de 24 de junho de 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Nesse mesmo período também se realizava, em Brasília, a terceira Plenária de ES, na qual se concretizou a criação do Fórum Brasileiro de ES (FBES). A partir de então, o FBES passou a ser o legítimo representante dos interesses dos movimentos sociais, da ES no Brasil, como fruto do processo histórico participativo, a nível nacional, por meio do exercício do protagonismo nas diversas regiões do país. Ao adquirir essa estatura, o movimento social da ES definiu princípios de atuação, conceitos, desafios e diretrizes para a política pública nacional de ES.

De acordo com o relato acima exposto, a lei de criação da SENAES, é fruto do esforço coletivo, dos diversos segmentos da ES no Brasil. E, na avaliação de Singer (2014), o trabalho institucional desta Secretaria tornou-se possível devido a uma estreita relação com o FBES. Nesse sentido, o autor reconhece que o advento do FBES significou um avanço institucional do movimento social, que passou a ter uma representatividade nacional, responsável por dialogar com o governo federal sobre os interesses dos seus diversos segmentos. Desta forma, “o FBES passa a ser um instrumento do movimento nacional de ES, um espaço de articulação e diálogo, entre diversos atores e movimentos sociais, pela construção da Economia Solidária” (FBES, 2010, p. 19).

Para Arroyo (2006), no governo Lula a ES ganhou uma expressão institucionalizada no primeiro escalão do Ministério do Trabalho, a SENAIS, cujo titular foi o renomado professor Paul Singer, reconhecido não apenas como pesquisador e intelectual, mas sobretudo como militante da ES, de expressão internacional. Esta iniciativa do governo dá uma dimensão estratégica para a ES na construção do novo modelo de desenvolvimento do Brasil. Contudo o autor enfatiza que:

No entanto, a instituição mais importante que se consolida no período atual é o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), ponto de convergência de várias vertentes como o Fórum de Socioeconomia Solidária, empreendimentos solidários, incubadoras, entidades de assessoria e gestores públicos afinados com os princípios da economia solidária, que, ao mesmo tempo que conecta várias experiências de referência nacional, se articula internacionalmente a partir do palco do FSM (Fórum Social Mundial). (ARROYO, 2006, p. 37)

O autor também apresenta os seguintes princípios gerais da ES, definidos pelo FBES: valorização social do trabalho humano; reconhecimento do papel da mulher e do feminino no desenvolvimento da sociedade; desenvolvimento integrado e sustentável, baseado no intercâmbio respeitoso do ser humano com a natureza; busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade na economia como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos; o valor central da ES é o trabalho, o saber e a criatividade humana; o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica; buscar a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista que desenvolve a produtividade, mais exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios, gerando hoje crises recessivas de alcance global; buscar a solidariedade dos povos dos hemisférios norte e sul, objetivando o aumento da qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência; geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

Arroyo (2006) resgata os desafios estratégicos da ES, assumidos pelo FBES, de gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal, especialmente a lei geral do cooperativismo e cooperativas de trabalho. De acordo com o autor, esse ambiente começa não só a consolidar um conjunto de práticas de ES, mas a ser o ponto de partida de políticas públicas e iniciativas legislativas no sentido de estimular as práticas econômi-

cas solidárias nas suas mais diversas expressões. Além disso, com sua conexão global, começa a constituir novas escolas de pensamento econômico com base na solidariedade e na centralidade do trabalho, no ordenamento produtivo e societário. É com esse intuito que em 2004, o FBES organiza o primeiro encontro nacional de empreendimentos solidários, com a participação de mais de 2.200 empreendedores, a criação da Universidade solidária (UNISOL) como central articuladora do cooperativismo e o surgimento do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil (FACES), que passam a trabalhar a favor do mercado solidário, confirmando a tendência de aperfeiçoamento institucional dos sujeitos que atuam para o avanço da ES (ARROYO, 2006). Portanto, o FBES conseguiu se firmar como a principal referência de organização da sociedade civil de ES, coordenando as lutas e articulações para influenciar nas políticas públicas e melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, em todo o país.

A política pública de ES no Brasil: metodologia e estratégias

A partir de junho de 2003, as condições para efetivação de uma política pública de ES foram sendo implementadas no governo federal sob a gestão da SENAES/MTE, que passou a desenvolver seu trabalho em sintonia com o perfil político, ideológico e metodológico do modo petista de governar, baseado nos princípios de: “inversão de prioridades, estabelecimento de valores éticos da administração pública e relações de novo tipo entre o Estado e a sociedade” (BITTAR, 2003, p. 15).

A criação da SENAES passou a ser um dos sinais de que havia mudado o perfil político e metodológico do governo brasileiro, na medida em que se criou um órgão federal voltado, especificamente, para atender demandas de um segmento das classes populares que se organizava para interagir na economia solidária.

As razões que levaram o governo brasileiro, sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), a criar a SENAES foram analisadas por Costa (2008), quando desenvolveu um estudo sobre a formação da agenda governamental do Brasil e da Venezuela para desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária, constatando que o governo do PT assimilou uma visão crítica ao governo federal antecessor, liderado pelo Partido da Social Democracia

Brasileira (PSDB), por ter se caracterizado com baixa prioridade atribuída às questões sociais. Contextualizando esse posicionamento do PT, o autor resgata a sua história como um partido que surgiu, no início da década de 1980, com a participação de diversos grupos e setores da sociedade civil, reivindicando um socialismo democrático, o que fez desse partido uma experiência inédita de participação política no Brasil. O autor também analisa que desde a sua origem, até aproximadamente as eleições de 1994, o PT defendia um programa socialista. Após a derrota nessa eleição, começa a mudar suas estratégias e táticas políticas, culminando nas eleições presidenciais de 2002, em que Lula é eleito presidente da República, com um vice-presidente do Partido Liberal e com um programa que não reivindica o socialismo; se compromete com a estabilidade econômica e o cumprimento dos contratos.

Para o autor, entre as diversas análises realizadas sobre as razões das mudanças do PT, a que parece mais coerente identifica esse processo como de natureza exógena, sofrendo influência da dinâmica dos demais partidos na política brasileira; e, em relação às mudanças ocorridas na sociedade civil, caracteriza-as como endógena, devido às disputas internas promovidas pelas suas tendências e também pelo fato de o PT ter ganhado, no início dos anos 1990, diversas prefeituras e governos estaduais, o que pode ter contribuído para a adoção de posições mais pragmáticas e moderadas (SAMUELS, 2004 *apud* COSTA, 2008). E que mesmo tendo sido eleito em 2002 com um programa já bem distante do socialismo, o governo liderado pelo PT assumiu uma agenda crítica ao neoliberalismo, sobretudo no que se refere aos seus impactos sociais. As ideias mais utilizadas na campanha de Lula nessa eleição foram: esperança e mudança. O tema central da eleição de 2002, que levou grande parte dos eleitores a votar em Lula, foi o problema do desemprego e suas propostas de geração de trabalho e renda (CARREIRÃO, 2004 *apud* COSTA, 2008). Apesar das mudanças programáticas que ocorreram, a relação que a classe trabalhadora manteve com o PT na sua origem continua, no início do século XXI, fazendo a classe trabalhadora se identificar com esse partido (MARQUES; MENDES, 2006 *apud* COSTA, 2008).

De acordo com os autores, a SENAES agiu sob a influência de diversos atores sociais, organizações sociais, com destaque para a influência direta do economista e professor engajado Paul Singer, como membro do Partido dos Trabalhadores, que difundiu reflexões sobre a economia solidária,

apresentando-a como uma forma atual de socialismo. Singer é provavelmente a maior referência teórica sobre economia solidária no país. Porém, mesmo com o reconhecimento do seu poder de influência, no caso brasileiro houve um processo muito mais coletivo, considerando que a política pública passa a incorporar a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), composto por organizações da sociedade civil que atuam diretamente na área. Essa é uma característica que o autor ressalta, evidenciando a influência desses atores da sociedade civil no poder Executivo, na formação da agenda governamental.

Em relação aos servidores públicos que passaram a compor a SENAES, liderados por Paul Singer, no âmbito do Ministério do Trabalho, Costa (2008) considera relevante o papel desses atores, na articulação de parcerias para fortalecer essa política de ES; mas também destaca a providência da SENAES em fazer a capacitação desses servidores públicos, criando as condições subjetivas para executar a política pública de ES. No que se refere à participação do poder Legislativo na formação dessa agenda governamental, há autores que afirmam que senadores e deputados são tão importantes quanto o poder Executivo no processo de formulação das políticas públicas (KINGDON, 1995 *apud* COSTA, 2008). Outros autores chegam a insinuar que, no caso brasileiro, o Legislativo federal parece ter bem menos influência, ressaltando que as únicas leis referentes à ES tratam da incorporação da Secretaria Nacional de Economia Solidária na administração pública federal e na aprovação das leis do sistema de planejamento e orçamento, com os planos plurianuais de 2004-2007 e 2008-2011. Analisando essa atuação do parlamento brasileiro, o autor chega a cogitar a possibilidade de crescimento da sua influência considerando a recente criação de uma frente parlamentar em defesa da ES. Porém, comparando com o parlamento venezuelano, esse crescimento se caracteriza como frágil quando se observa o contundente trabalho parlamentar da subcomissão de ES que é permanente na Assembleia Nacional Venezuelana (COSTA, 2008).

O reconhecimento das dificuldades de avanços institucionais da ES no Brasil não diminui a importância da criação da SENAES, que se propôs a planejar e fazer a gestão de políticas públicas de ES a nível nacional, desenvolvendo uma metodologia dialética, partindo das condições concretas dos diversos níveis e modalidades de organizações dos

empreendimentos populares, em busca da potencialização dessa outra economia, como atores engajados na transformação da realidade, em favor de um país mais justo e solidário.

A metodologia escolhida pela SENAES foi coerente com a visão dialética de análise da sociedade, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade da ES em nível de Brasil. E, para isto, tomou as medidas necessárias para ir a campo, fazendo um levantamento sistemático para ter maior clarividência do seu público alvo. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao iniciar seu trabalho na gestão pública, a SENAES estava com uma visão indeterminada, confusa e fragmentada da ES no nível de país. E, buscando superar esse momento, ao final de 2003 inicia o levantamento da realidade, com a constituição do Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados, que definiu as concepções básicas orientadoras sobre a ES e elaborou um instrumento de pesquisa, visando alcançar os seguintes objetivos:

Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária; fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária através de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização; favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária;

Subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária. (SENAES/MTE, 2006, p. 10)

O esforço da SENAES em garantir um processo participativo na pesquisa da realidade contou com a parceria do FBES, que assumiu, conjuntamente, a responsabilidade de constituir uma base nacional de informações em ES, fortalecer e integrar os EES, por meio da organização de redes, dos catálogos de produtos e da comercialização, favorecendo, assim, a visibilidade da base desse movimento social. Além disso, subsidiar os processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de ES, os processos de formulação de políticas públicas e elaboração de um marco jurídico para a ES; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a ES; e construir índices e indicadores de avaliação apropriados à ES. Deste processo resultou a construção do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que se constitui numa iniciativa pioneira no mundo para identificação e carac-

terização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas de Economia Solidária.

O desenvolvimento da metodologia participativa resultou num amplo processo de mobilização nacional com a constituição, em 2004, de 27 equipes gestoras estaduais (EGEs), envolvendo mais de 230 entidades. Esse trabalho de pesquisa se desenvolveu com a organização de 27 coordenações técnicas estaduais que conseguiram envolver mais de 600 pessoas nas tarefas de coordenação, supervisão, entrevista e digitação. Para garantir a qualidade e fidedignidade das informações relativas à ES, toda a equipe técnica recebeu formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento.

As informações obtidas com esse levantamento estão contidas num banco de dados que vem sendo utilizado como referência de informações do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

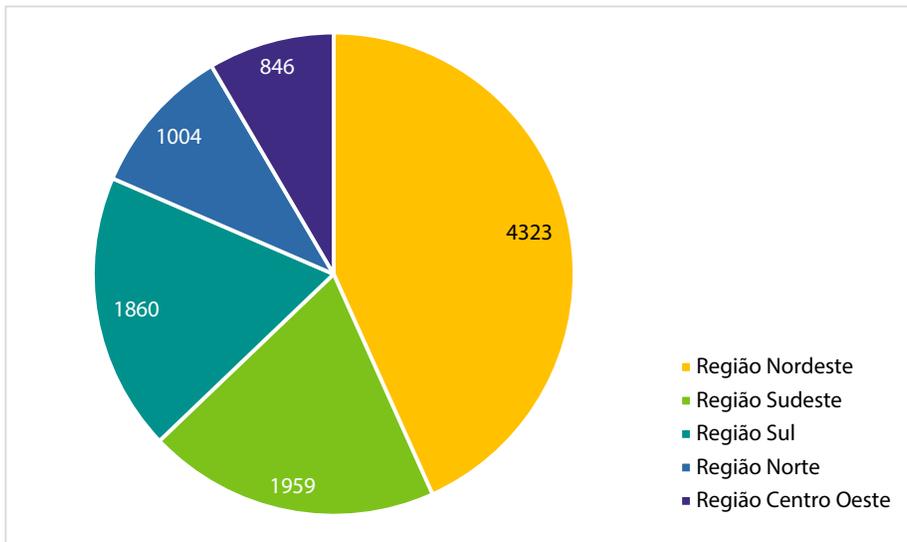
A metodologia de conhecimento da realidade foi institucionalizada por meio da Portaria ministerial n. 30, de 20 de março de 2006, do MTE, reconhecendo e consolidando os objetivos e funcionamento do SIES. A Portaria estabelece – no Anexo I, Item 4, Letra “c” – que uma das diretrizes do SIES é a participação de representações dos principais atores da economia solidária no processo de implementação e disseminação do SIES. O modelo de gestão participativa foi consolidado com a constituição e reconhecimento das 27 Comissões Gestoras Estaduais e de uma Comissão Gestora Nacional, também denominada de GT – Mapeamento com 10 representantes governamentais e não governamentais. Estas providências foram essenciais no estabelecimento efetivo de uma metodologia participativa, conforme Relatório da SENAES/TEM (2012).

O modelo de gestão participativa ampliou o potencial do SIES para identificação e reconhecimento da ES nos estados. As parcerias construídas pelas CGEs possibilitaram a superação das metas inicialmente previstas. O envolvimento dos atores sociais locais permitiu viabilizar mecanismos e procedimentos de identificação da ES e de visita aos EESs mais adequados a cada realidade regional.

Além disso, as equipes técnicas estaduais foram constituídas fundamentalmente por instituições universitárias e organizações não governamentais que já atuam em formação e pesquisa na área de ES. (SENAES/MTE, 2012, p. 126)

Segundo os dados do SIES (2006), foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários (EES) em 2.274 municípios do Brasil, correspondendo a 41% dos municípios brasileiros). Os dados revelaram que 44% dos EES estavam na região Nordeste, 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul, conforme pode ser observado no *gráfico 1*.

Gráfico 1 – Distribuição dos EES em rede por regiões do Brasil, em 2006



Fonte: SENAES/MTE, 2012, p. 90.

O conhecimento da realidade da ES, a nível de país, possibilitou à SENAES realizar projetos exitosos, gerados a partir da pesquisa do SIES, nas comunidades rurais quilombolas e nas áreas urbanas (SENAES/MTE, 2012e).

Singer (2008) reconhece a importância desse processo de investigação da realidade por meio do SIES quando afirma que:

O mapeamento está sendo feito desde o início da Secretaria; era uma aspiração antiga do movimento realizar algum tipo de *survey* da economia solidária no país. A ida ao governo federal permitiu fazer isso. Há recursos e esse mapeamento é feito de uma forma inteiramente democrática, ou seja, em cada Estado há um comitê gestor. [...]

O Ministério do Trabalho tem um acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que permitiu sustentar uma série de investigações sobre empreendimentos de economia solidária, cujos resultados foram essenciais para se fazer políticas adequadas de apoio a diferentes formas da economia solidária. (SINGER, 2008, p. 308).

As Estratégias de atuação da SENAES para a implementação de políticas públicas de ES em todo o país se concentram no fortalecimento institucional, na inserção da ES nas iniciativas de desenvolvimento local e territorial e na organização econômica e solidária. Basicamente, três estratégias, conforme Relatório “Avanços e Desafios para as políticas públicas de ES no Governo Federal-2003/2010”, passam a balizar todo o trabalho da Secretaria, conforme detalhamento a seguir:

1. A primeira estratégia estava voltada para o fortalecimento institucional e foi implementada por meio das seguintes diretrizes: a) inserir o tema da ES nas políticas públicas do governo federal, conquistando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, nos Planos Plurianuais de 2004 – 2007 e de 2008 – 2011; b) criar uma base legal que garantisse o reconhecimento das organizações de ES como sujeitos de direito, enquanto argumento fundamental para institucionalização das políticas públicas de ES na sociedade e no Estado; c) fortalecer a participação cidadã e de controle social na institucionalização da ES. Nesse sentido, a SENAES realizou, em 2006, a I Conferência Nacional de ES, abrindo um novo período para a ES no Brasil, com sua ampliação para a maioria dos estados, o que se refletiu na atividade nacional e na consolidação de um processo público e democrático de transmissão das demandas deste segmento para o governo. A implantação do CNES materializou o compromisso da Secretaria com a construção participativa das suas políticas (SENAES/MTE, 2012).

2. A segunda estratégia estava voltada para a inserção da ES nas iniciativas de desenvolvimento local e territorial, por meio dos Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável, Territórios da Cidadania, Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, entre outros. Desta forma, a SENAES passou a desenvolver suas políticas como forma de potencializar processos endógenos, trabalhando a dimensão econômica de acordo com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da ES. Como ação prática

dessa estratégia, a Secretaria inicia o Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário (PPDLES), em 2005, como projeto piloto de Desenvolvimento Local, voltado às Comunidades Rurais Quilombolas, com foco na promoção do Etnodesenvolvimento Solidário por meio do fortalecimento da organização coletiva do trabalho, por ser esta uma característica marcante das comunidades envolvidas. Essa ação estratégica da SENAES ganhou uma nova identidade em 2008, passando a ser denominada de Programa Brasil Local – Desenvolvimento e Economia Solidária. Essa mudança foi resultado da reformulação estratégica do projeto PPDLES, buscando dar foco cada vez maior na participação das comunidades nos processos de promoção do desenvolvimento local solidário e sustentável. Com a reformulação, houve uma ampliação dos seus objetivos, garantindo a continuidade do desenvolvimento local e territorial. Esses objetivos são apresentados pela SENAES/MTE (2012), de forma esquemática, conforme figura a seguir:

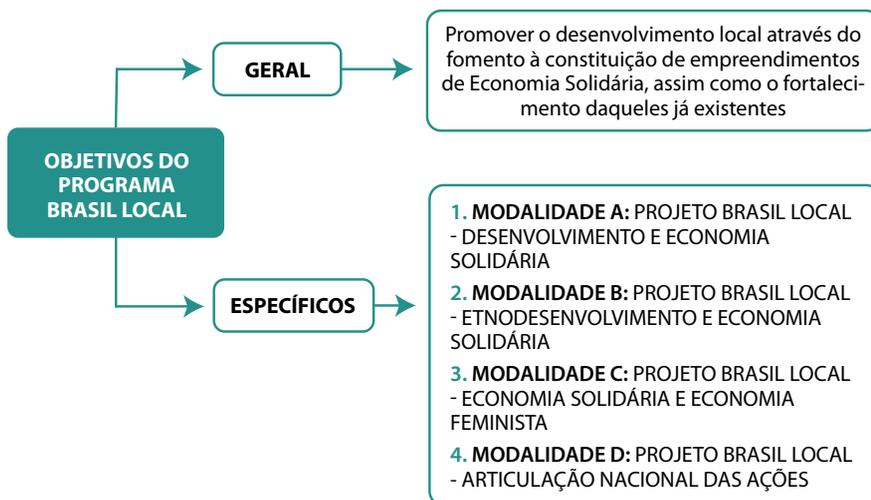


Figura 2 – Objetivos do Programa Brasil Local. **Fonte:** SENAES/MTE, 2012g, p. 79.

3. A terceira estratégia estava relacionada ao apoio à organização econômica e solidária, reconhecendo o potencial estratégico da ES na orientação de uma nova lógica de desenvolvimento sustentável e solidário, mediante um crescimento econômico com base em sistemas produtivos sustentáveis e enquanto estratégias inovadoras de orga-

nização do trabalho em uma relação harmoniosa com a natureza, reduzindo impactos ambientais e sociais na produção de bens e serviços. E, considerando a diversidade do universo dos empreendimentos econômicos solidários, estabeleceu-se um processo de organização setorial dos empreendimentos econômicos solidários para desenvolverem ações articuladas, gerando aproximação e interação entre eles, o fortalecimento de redes de cooperação solidária e a organização de cadeias produtivas. (SENAES/MTE, 2012h)

Considerando estas estratégias, é importante observar os avanços conquistados nas políticas públicas de ES, após a criação da SENAES, conforme item a seguir.

Avanços conceituais, organizacionais e institucionais da Economia Solidária

Os avanços conceituais

A expressão Economia Solidária foi usada de modo pioneiro no Brasil em 1996, por Paul Singer, em um artigo, publicado em 11 de junho no jornal *Folha de S.Paulo*, intitulado “Economia Solidária contra o Desemprego”. A ES é considerada como uma forma concreta de prática econômica, uma realidade existente em função de uma causa que busca a construção de um projeto de transformação social, abraçada por diversas organizações como uma utopia que se compõe de diversas visões, associando a solidariedade ao socialismo, além de se considerar uma alternativa para os segmentos em processo de exclusão social (MOTTA, 2010).

Nos estudos desenvolvidos por Coraggio (2007) sobre o que denomina “a economia social da periferia”, chamam atenção para a dificuldade de se definir um único nome para esse segmento, considerando as diferentes perspectivas para o mesmo fenômeno na América Latina. Mas evidencia também que a temática envolve as diversas formas de microeconômicas, a partir da organização de trabalhadores que se associam para desenvolver, coletivamente, a produção, a comercialização e compras; inclusive, sem a perspectiva do lucro; socializam riscos, acessam crédito e, juntos, desenvolvem a vida comunitária.

Diversos autores se referem à ES como um conjunto de iniciativas coletivas, voltadas à produção de atividades econômicas, refletindo a realidade

social, política e econômica, das diferentes situações de exclusão social de diversos países (SINGER, 2002, 2004; GAIGER, 2003; FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). Acredita-se que a grande novidade nesse campo seja o trabalho associado, onde se exercitam valores como: cooperação, gestão compartilhada de recursos e a motivação para a distribuição e não acumulação da riqueza.

De acordo com o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (2009), a construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas, que se sustentam com base na concorrência, exploração, acumulação compulsória e exclusão. A outra economia é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro. O histórico do Dicionário Internacional acompanha a evolução recente dessa temática a partir da sua edição pioneira que iniciou em 2002, com o seu resultado sendo apresentado no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2003. Pedro e Luiz Gaiger reforçam o trabalho de coordenação dos mais de cinquenta autores, oriundos de três continentes. Essa equipe multidisciplinar é proveniente de vários horizontes teóricos, políticos e sociais e se esmeram para ampliar e atualizar o trabalho de clarificação teórica e conceitual, de maneira a aprofundar a reflexão crítica sobre as formas mais avançadas de produção social. Essas produções intelectuais não são neutras, tampouco despojadas de valores, princípios, desejos e esperanças (CATTANI et al., 2009).

Gaiger (2008), ao justificar a necessidade de debate sobre conceitos econômicos, observa que os processos de reflexão sobre a ES apresentam uma resistência ao uso de termos como empresa, eficiência e empreendedorismo, em razão de que o poder explicativo desses conceitos, dada a origem histórica e o uso habitual dos mesmos, restringe-se forçosamente à economia capitalista, com seus objetivos e sua lógica inerente, apresentando sintomas de uma contaminação ideológica, do uso da exploração do trabalho para a acumulação do capital. Segundo o autor, essa atitude refratária inibe a discussão sobre os aspectos essenciais do funcionamento de organizações econômicas, aspectos que não dependem do seu caráter capitalista ou anticapitalista e que, em certa medida, são ainda mais cruciais para os intentos alternativos, como os

empreendimentos solidários, precisamente porque os mesmos se deparam com um ambiente estruturalmente adverso à sua lógica interna. O autor também chama atenção para o fato de que a negativa em empregar tais termos não tem sido compensada com a necessária formulação de conceitos substitutivos ancorados na realidade, que não sejam aplicáveis apenas em condições radicalmente diferentes, ideais e, portanto, inexistentes no presente e no futuro próximo.

A dificuldade de alguns autores perceberem a irracionalidade em suas análises sobre os conceitos de empresa, eficiência e empreendedorismo é caracterizada por Gaiger (2008) como uma certa debilidade intelectual, entendendo que essa postura não resolve e nem permite resolver os próprios problemas que aponta, devido à falsa polêmica de que tudo o que existe sob a égide do capitalismo por ele é determinado e com ele se confunde. Para o autor, essa concepção não dialética do sistema econômico, além de não perceber as contradições internas do capitalismo, desconhece por inteiro a pluralidade da vida e dos comportamentos econômicos existentes, e fulmina todos os possíveis pontos de sustentação de qualquer teoria e de qualquer tentativa de transformação histórica. E, ainda afirma que: “autores clássicos como Fernand Braudel, Karl Polanyi e, porque não dizer, Karl Marx, há muito criticaram esse tipo de maniqueísmo” (GAIGER, 2008, p. 60).

Para o autor, a visão de uma economia inteiramente formada por relações de mercado capitalista, refutando a ideia de uma economia plural, decorre em parte de uma confusão entre as relações de troca em geral e as relações de troca destinadas a realizar o ciclo de acumulação do capital, iniciado no processo de produção. Desta forma, Gaiger (2008) afirma que uma sociedade sem relações de troca, há muito tempo, é uma impossibilidade histórica; do mesmo modo que se torna irrealista imaginar uma sociedade estruturada unicamente em relações socialmente vinculantes. Além disso, o autor afirma que:

A tese da dominação completa exercida pelo capitalismo aparece em certas apreciações do cooperativismo, que o desprezam por curvar-se à lógica capitalista do mercado, à medida que se desenvolve dentro desse sistema. Em primeiro lugar, há um problema lógico: como será possível a alguma configuração econômica primeiramente derrubar o capitalismo e só depois passar a existir, por ser essa a única maneira de não nascer sob o manto capitalista? Em segundo lugar,

omite-se que as cooperativas tendem a seguir outra lógica interna e que este fato se reflete nas relações de troca que estabelecem externamente. O cooperativismo não é apenas uma realidade subordinada, mas também contraditória e alternativa em relação ao modo de produção capitalista (RAZETO, 1990, p. 135), do que decorrem diferentes situações históricas. [...] Por conseguinte, é mister superar a razão dualista, que se contenta em opor o sistema existente à sua presumida antítese e que, na falta de modelos antagônicos existentes ou teoricamente defensáveis, involui para uma espécie de monismo paralisante, na base do “tudo é capitalismo”. Isto implica reconhecer que a ciência econômica, como qualquer outra, não é uma simples expressão da visão e dos interesses dominantes, mas reflete a multiplicidade da experiência humana e a diversidade de orientações presentes nas formas praticadas e nos modelos prescritivos da economia. (GAIGER, 2008, p. 60-61)

O esforço de um conjunto de intelectuais, engajados na ES, que se dedicaram na reflexão sobre as experiências históricas desse segmento social e na sistematização das experiências em desenvolvimento, influenciou substancialmente no processo de elaboração da política pública de ES do governo federal que, ao decidir emplacar essa novidade no governo federal, contou com essa gama de conteúdos que fundamentaram a elaboração de conceitos básicos, concepções, finalidades e objetivos, contribuindo efetivamente para que a SENAES alcançasse as condições subjetivas de estabelecer os referenciais teóricos para proceder na construção de consensos mínimos, conseguindo, dessa maneira, elaborar projetos que iriam se constituir nos principais eixos da política pública de ES no país. Entre esses projetos se visualiza a organização do SIES, que ocorreu por meio de intensas reflexões coletivas, realizadas pelo Grupo de Trabalho Mapeamento, responsável pelo levantamento da realidade da ES no Brasil. Desta forma, a SENAES reconhece a existência de uma pluralidade de concepções e formas de nomeação da ES, focalizando o caráter político e ideológico como elementos ou características comuns a serem considerados na análise das organizações da sociedade civil, na elaboração e análise da ação pública governamental. Esse foi o processo de construção de uma identidade social e política para mobilização, articulação e definição das lutas necessárias para reconhecimento e legitimação da ES como política públi-

ca. A partir desses referenciais, definiram-se os seguintes conceitos básicos, orientadores, no âmbito da política pública de ES no Brasil:

- a) *Economia Solidária (ES)*: o conjunto de atividades econômicas [...] – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores(as) sob a forma coletiva e autogestionária. Este conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da ES: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica. [...]
- b) *Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)*: são aquelas organizações coletivas [...], tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; permanentes, [...] que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito [...], de comercialização [...] e de consumo solidário. [...]
- c) Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF): Foram definidas enquanto *aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários* [...]. (SENAES/MTE, 2012, grifo do autor, p. 120-122).

O avanço conceitual vem contribuir no aceleração da elaboração da política pública de ES por ter sido essencial para que a nova economia ganhasse relevância e musculatura na sociedade brasileira. Neste aspecto, também foi sendo construído o conceito de Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES). Mas somente em 2008 foi implantado um Módulo de Políticas Públicas de Economia Solidária no SIES. A base conceitual foi construída a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), juntamente com a SENAES e a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, definindo que, no âmbito do SIES, compreende-se políticas públicas de ES como: “aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária” (SENAES/MTE, 2012, grifo do autor, p. 122).

Segundo o Relatório SENAES/MTE (2012), essa conceituação foi sendo elaborada no âmbito do GT – Mapeamento e, posteriormente, publicada no Termo de Referência do SIES, pela Portaria ministerial n. 20, de 30 de março de 2006, passando a ser uma contribuição fundamental ao servir de orientação nos debates e em outros espaços de organização e articulação de ES, como: fóruns e redes, na organização de feiras e eventos; na organização da participação no FSM etc. Além disso, a elaboração conceitual feita no âmbito do SIES também tem sido assimilada no seio do movimento social, até porque foram protagonistas na construção da identidade e do reconhecimento da ES. Por ocasião da realização do primeiro encontro do Conselho Nacional de ES (CONAES), o conceito de ES foi definido, conforme Resolução n. 3, como: “um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários” (CONAES, 2006 *apud* SENAES/MTE, 2012). E, ainda, reconhece que os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento.

O Relatório SENAES/MTE (2012) ressalta que os conceitos do SIES contribuíram na orientação para formulação de políticas públicas de ES, na medida em que explicitam as características e demandas dos EESs constantes na estrutura de questões e variáveis que compõe o instrumento de coleta de informações e que estão na base de dados do Sistema. Contudo, a SENAES considera que, apesar desses avanços e do reconhecimento obtido, ainda permanece certa desconfiança em relação a este acúmulo conceitual, e que dois aspectos têm sido mais enfatizados nesse debate: o primeiro se refere ao caráter inclusivo, que permite uma “maximização” do conceito de EES na medida em que possibilita a inclusão de muitos empreendimentos existentes embora não conhecidos ou reconhecidos pelo movimento social; o segundo aspecto em debate é expresso nas dúvidas quanto ao caráter exclusivo ou de “minimização” conceitual, ao restringir o conhecimento e reconhecimento no SIES de empreendimentos individuais e familiares que não estão integrados em espaços coletivos de cooperação econômica, embora estejam articulados, ou seja, estão ativos na ação política de fortalecimento da ES, participando dos fóruns e outros espaços organizativos de reflexão e encaminhamentos a esse movimento social.

Segundo o Relatório, os argumentos críticos aos conceitos do SIES expressam o desejo ou a necessidade de se enfatizar novos critérios que reflitam alguns princípios identitários já incorporados pelo movimento da ES, como: questões relacionadas aos vínculos e valores sociais e ambientais da ES, assim como a incorporação da dimensão de gênero, raça e etnia; e a questão da sustentabilidade ambiental, como elementos que são explicitados na Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nesse sentido, o debate conceitual do SIES permanece em aberto visando contemplar novos critérios para identificação de EES, como: a sustentabilidade das atividades econômicas e a solidariedade expressa em relações igualitárias de gênero, raça e etnia.

Além do avanço conceitual, se observa um importante exercício democrático quando se expressa uma consciência coletiva de incorporação de novos elementos, pertinentes na ES, no Brasil e no mundo, configurando-se numa construção fundamentada numa visão dialética, na medida em que se estabelece um movimento dialógico entre teoria e prática social, com esse movimento social se movendo por meio das formas de distribuição de renda e poder na sociedade, buscando implementar as suas estratégias de luta e tentativa de influenciar nos novos rumos da sociedade, e visando superar as dificuldades e garantir a sustentabilidade e avanço das suas conquistas. Desta forma, quando há avanços na luta social, a teoria também precisa acompanhar esse crescimento quantitativo e qualitativo, elaborando os novos conteúdos, novos conceitos como interpretação da prática social.

Avanços organizacionais

Os dados do SIES evidenciam o crescimento da força organizativa de ES no período de 2004 até 2013, no qual foram realizadas três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. De acordo com SIES/MTE (2007), o primeiro levantamento foi concluído em 2005, quando foram mapeados 14.954 EES.

Sobre essa expansão, Singer (2007) analisa que a estagnação da economia brasileira, que perdurou durante os dois quadriênios anteriores à posse de Lula na presidência da República, sendo a causa do crescimento da ES, considerando a persistência da crise econômica. A partir de 2004 houve um aceleração do desenvolvimento econômico e o desemprego diminuiu fortemente. Mesmo

assim, a economia solidária continuou crescendo, principalmente pela capacidade de articulação do FBES e de outras organizações, além do apoio da SENAES (SINGER, 2013). No processo de preparação da I Conferência Nacional de ES, em Brasília, no período de 26 a 29 de junho de 2006, houve uma intensa participação da base do movimento social de ES, com a realização de 160 Fóruns Municipais, além de Fóruns Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente 3.000 EES, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios, engajados no debate do conteúdo da Conferência sobre a definição de proposições para políticas públicas de ES no Brasil (FBES, 2016). Esse processo também evidenciou o crescimento quantitativo e qualitativo desse segmento social na sociedade brasileira.

A terceira rodada do SIES ocorreu no período de 2010-2012, quando foram mapeados mais 11.663 EES. Portanto, desde 2004 o SIES já identificou 33.518 EES em todo o território nacional. Desses 11.663 novos empreendimentos mapeados neste levantamento, 5.811, ou seja 50%, declaram ter iniciado suas atividades após o ano de 2004 (SIES/MTE, 2013). Nesta fase da pesquisa foi possível mapear novos EES e visitar os EES constantes na base anterior. Entre outras informações, os dados revelam que a grande maioria dos EES registrada são as associações; outras formas jurídicas são as cooperativas, com 8,8%; as diversas formas de sociedade mercantil são, apenas, 0,6%; e, 30,5 % dos EES declararam que atuam como grupos informais, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Formas de Organização da ES no Brasil

FORMA DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

Fonte: SENAES/MTE, 2013, p. 2.

Os dados também revelam que mais de 40 % dos EES da base do SIES se localizam na região Nordeste. Nas regiões Norte, Sudeste e Sul tendo uma

distribuição é bastante próxima, atingindo: 15,9%; 16,4% e 16,7%, respectivamente. Enquanto na região Centro-Oeste os 2.021 EES representam 10,3% do total, conforme a distribuição dos dados na tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição Regional da ES no Brasil

REGIÃO	QUANTIDADE	%
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro Oeste	2.021	10,3
Brasil	19.708	100

Fonte: SENAES/MTE, 2013, p. 3.

Sobre a distribuição regional dos EES, constata-se que a participação das diversas formas de organização é bastante diferenciada. Nas regiões Sul e Sudeste a participação de grupos informais é superior à média nacional, com 44% e 48,5%, respectivamente. Quanto à forma cooperativa, o destaque está na região Sul, que aparece com uma participação de 18,4%. A região Nordeste vem se destacando pela forma associativa, com 74,2% dos EES organizados em associações.

Tabela 3 – Formas de organização por região no Brasil

Forma de Org.	REGIÕES BRASILEIRAS											
	N	%	NE	%	SE	%	S	%	CO	%	Brasil	%
Grupo Informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Soc. Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total	3.127	10,0	8.040	10,0	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

Fonte: SENAES/MTE, 2013, p. 3

SENAES/MTE (2013) apresenta um outro dado desse levantamento, constatando que a maioria dos EES atua na área rural, atingindo um percentual de 54,8%. E, somente nas regiões Norte e Centro-Oeste tem uma distribuição próxima da média nacional entre rural e urbano. Na região Sul, a atuação dos EES é equilibrada entre área rural e urbana, chegando em torno de 42%; já na região Nordeste o predomínio de EES que atuam na área rural é de 72,2%, sendo bastante superior à média nacional. Enquanto a região Sudeste se diferencia com 61% dos EES atuando na área urbana.

Nas informações gerais dos dados do SIES 2013 se observa que nos 19.708 EES estão associadas 1.423.631 pessoas; uma média de 72 pessoas associadas por EES. E, na distribuição de sócios por sexo, fica demonstrado maior participação de homens, com 56,4%, e as mulheres com um percentual de 43,6% de pessoas associadas, conforme dados da tabela a seguir:

Tabela 4 – Número de associados em EES, por sexo, no Brasil

SEXO	QUANTIDADE	%
Mulheres	620.258	43,6
Homens	803.373	56,4
Total	1.423.631	100,0

Fonte: SENAES/MTE, 2013, p. 4.

Em relação à categoria social, o levantamento constata que na grande maioria dos EES, as categorias de sócios, predominantes, são: a dos agricultores(as) familiares, com 55%, e a dos artesãos, com 18%. Estas duas categorias totalizam 73% dos EES. No que se refere às atividades econômicas desenvolvidas, fica evidente que 56,2% dos EES desenvolvem atividades de produção ou produção e comercialização do produto. As outras atividades com destaque são aquelas relativas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços, atingindo 20%; e as atividades de comercialização são desenvolvidas apenas por 13,3% dos empreendimentos, além de outras atividades com baixos percentuais, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 – Atividade Econômica dos EES

ATIVIDADE ECONÔMICA	QUANTIDADE	%
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328	1,7
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20
Total	19.708	100

Fonte: SENAES/MTE, 2013.

Finalmente, nas respostas relativas aos desafios e conquistas dos EES é possível constatar que os maiores desafios dizem respeito à adequada geração de renda para os sócios e a viabilidade econômica dos próprios EES. Enquanto em relação às principais conquistas, os entrevistados apontaram a integração coletiva, a renda e a prática da autogestão e da democracia nos EES.

Uma medida governamental que vem complementar na continuidade do trabalho do SIES, foi a decisão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em publicar no Diário Oficial da União (DOU), no dia 24 de março de 2014, a Portaria 373 instituindo o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), com o objetivo de permitir, aos empreendedores solidários, o acesso às políticas públicas nacionais de ES e demais políticas e programas públicos de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços entre outras ações. O CADSOL aproveitará a experiência adquirida pela SENAES/MTE na construção do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que, agregado ao CADSOL, permite a orientação das políticas públicas voltadas para os atores da Economia Solidária no país. O Cadastro já se inicia contando com uma base de 19.847 empreendimentos econômicos solidários identificados pela SENAES. Os empreendimentos cadastrados passarão pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet que passa a ser a identidade do empreendimento. Esse

procedimento visa facilitar o reconhecimento dos EES para acesso às políticas de apoio à ES, como: o Sistema Nacional de Comércio Justo, programas de assessoria, fomento e financiamento, entre outros. Os empreendimentos visitados na última rodada do mapeamento nacional do SIES, entre 2009 e 2012, já estão cadastrados no CADSOL e podem emitir a declaração, que nesse caso é válida somente até março de 2016. A renovação do cadastro ocorre a partir do momento que o EES fizer a atualização dos seus dados. Os novos EES devem acessar o CADSOL para fazer o seu cadastro e adquirir a sua identidade (SENAES, 2015).

Todos esses avanços das políticas públicas de ES no Brasil têm a influência da força organizativa e capacidade do FBES, do Conselho Nacional de ES, dos Fóruns e Conselhos Estaduais e Municipais e da própria SENAES, que atuam em rede, fomentando, articulando e capacitando uma gama de EES, de múltiplas características, no país. Sobre esse crescimento, Singer (2016) apresenta sua visão em entrevista ao site do Fórum Brasileiro de ES, afirmando que a força da ES no Brasil equivale a 3% do PIB, envolvendo 3 milhões de pessoas, com cerca de 30 mil empreendimentos, dentre os quais muitos são bancos comunitários, que já somam 107, em comunidades muito pobres, atuando como verdadeiros salva-vidas diante da exclusão social provocada pela crise econômica.

No entanto, também se observa um arrefecimento da política pública de ES, no atual cenário brasileiro, como uma das consequências da crise econômica mundial, que atinge duramente o setor público. É o que se observa na carta enviada pela Coordenação atual da SENAES em 18 de fevereiro de 2016, publicada no Boletim do Fórum Brasileiro de ES, sobre as mudanças, inclusive com reais possibilidades de reduzir a SENAES a uma subsecretaria dentro do Ministério do Trabalho. O teor da referida Carta apresenta como causa das mudanças o contexto mais amplo de ajuste fiscal diante de um quadro de arrefecimento da economia com redução da arrecadação e de uma crise política ampla e criminosamente midiaticizada que colocou o governo em situação de defensiva diante de forças retrogradadas de oposição ao país. Expõem que, em consequência, houve a fusão de dois ministérios, das áreas de trabalho e previdência social, com a criação de duas secretarias especiais: Secretaria Especial do Trabalho e Secretaria Especial da Previdência Social. E que, diante do fato, vêm acontecendo

diversas manifestações de apoio à continuidade e fortalecimento da política pública nacional de ES e de manutenção da SENAES e de sua equipe. Mas, conforme a Carta, os apelos de manutenção da SENAES não foram atendidos, sendo hoje apenas uma subsecretaria vinculada diretamente à Secretaria Especial do Trabalho, que é responsável pelas demais áreas: políticas de emprego, de inspeção do trabalho e de relações do trabalho.

Diante dessa conjuntura de mudança no status da SENAES, sua equipe e representantes dos movimentos sociais estão dispostos a lutar para manter e fortalecer a política pública de ES; manter a estrutura e quantitativo de cargos da secretaria; manter o professor Paul Singer como subsecretário; manter os espaços de ES nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE). O referido Carta também informa que o Comitê permanente do CNES convocou, para o mês de março de 2016, sua próxima plenária para se posicionar em relação a todas estas mudanças (FBES, 2016, p. 1-2).

Diante do conteúdo da Carta, acima exposto, se constata a real possibilidade do arrefecimento nas políticas públicas de ES. Nesta conjuntura em que se constata um conluio determinado das elites para frear o avanço organizacional das políticas públicas inclusivas, entre as quais as políticas gestadas pela SENAES, se coloca um grande desafio para a classe trabalhadora brasileira: fazer dessa difícil travessia de crise econômica e política um momento de fortalecimento da luta pela emancipação dos segmentos mais excluídos, por meio da implementação de estratégias e formas de reação do movimento social, liderados pelas representações legítimas das classes populares, entre as quais o FBES.

Avanços institucionais

O avanço institucional da ES no Brasil tem como principal fator a inclusão das Políticas Públicas de ES no governo federal, a partir de 2003. Essa atitude governamental exigiu a definição de um marco legal que amparasse o desenvolvimento dos programas governamentais, conforme as prerrogativas do Estado brasileiro. O Relatório da SENAES (2012) expõe sobre esse processo de legalização das políticas, considerando que seu início ocorreu a partir da Reforma na Administração Pública Federal, pelo governo federal, por meio da lei 10.683/2003, que abriu caminho para a institucionalização da SENAES. Esse respaldo legal possibilitou a criação da SENAES, por meio do Decreto 4.764,

de 24 de junho de 2003; e o Decreto 5811, de 21 de junho de 2006, dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Outro passo importante foi quando a SENAES instituiu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), por meio da Portaria n. 30, de 20 de março de 2006, com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (ESSs) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à ES no Brasil. Após estas providências iniciais, foram estabelecidos os marcos institucionais com a instituição do Decreto 6.341, de 3 de janeiro de 2008, criando Seções ou Núcleos de ES nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTES; o Decreto 7.357/2010, regulamentando o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC). (SENAES/MTE, 2013)

Nesse aspecto institucional também se destacam os avanços nos marcos legais, por meio dos decretos que criaram o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, com o Decreto 7.358/2010; e o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social, por meio do Decreto 8.163/2013, visando promover a formalização dos EES (MP - Ministério do Planejamento, 2015).

Os marcos regulatórios das políticas públicas de ES foram sendo construídos, a partir das demandas definidas no FBES. Esses referenciais ajudaram na conquista do estabelecimento da lei 11.101/2005, regulando a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, reconhecendo, em seu Artigo 50, a possibilidade de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão. Nesse mesmo sentido, a lei complementar 123/2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevendo que as cooperativas com faturamento igual de micro e pequena empresa possam ter os benefícios não tributários da lei, como acesso facilitado a compras públicas, desburocratização e facilidade no acesso ao crédito.

Os mecanismos para avanço institucional das políticas de ES se apoiam sobre diferentes formas de articulações ou parcerias para sua realização. Nesse sentido, uma estratégia assumida pela SENAES, desde a sua criação, é o fortalecimento do diálogo com as organizações da sociedade civil. A partir de 2010, a SENAES também realizou intensos diálogos com órgãos do governo federal, incluindo bancos públicos,

autarquias, secretarias e ministérios, governos estaduais e municipais, em parceria com a Rede de gestores governamentais de políticas públicas de economia solidária, visando ampliar as políticas de ES no Brasil, conforme Relatório da SENAES (2012).

Nesse relatório, opta-se por dar visibilidade aos projetos apoiados com recursos financeiros que são oriundos da SENAES, no intuito de dar visibilidade e focar os debates acerca do montante que a Secretaria disponibilizou para as ações e políticas públicas em ES no período de 2003 a 2010. No total, foram apoiados 435 projetos de apoio e fortalecimento da ES, sendo 146 diretamente pela SENAES, 175 pela Fundação Banco do Brasil, 64 pela FINEP e 50 pelo Banco do Nordeste. O investimento total chega a R\$206.278.341,41 (duzentos e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos). (SENAES/MTE, 2012, p. 23)

Essas articulações governamentais influenciaram para que o próprio MTE incorporasse a ES como estratégia de geração de trabalho e renda, ampliando com isso o conjunto de ações voltadas para o estímulo ao emprego; o desenvolvimento da qualificação social e profissional (PNQ) voltada para orientar a inserção da ES nos Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQ), nos Projetos Especiais de Qualificação (PROESQ) e Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional (PLANSEQ). Ainda nesse aspecto, a SENAES conseguiu apoiar várias iniciativas autogestionárias de jovens que participavam de Consórcios da Juventude. O Relatório SENAES/MTE (2012) ressalta que houve reconhecimento institucional da ES no governo federal, de acordo com o relato a seguir:

Conforme os estudos do IPEA do ano de 2007, o tema e as ações em ES estão presentes nas ações políticas de 22 secretarias e ministérios. A atuação da Secretaria tem demonstrado, embora não ainda na escala desejada, a possibilidade que a ES traz para a promoção do desenvolvimento local e para a inserção, no mundo da economia e da produção, de milhões de homens e mulheres que necessitam de trabalho e renda e não os encontram no trabalho assalariado. As atividades formativas realizadas pela SENAES e voltadas para os servidores e gestores do MTE e de outros órgãos federais foram fundamentais para a construção dessas parcerias. (SENAES/MTE, 2012, p. 53-54)

O reconhecimento institucional da SENAES foi sendo conquistado com o estabelecimento de parcerias com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), para desenvolver ações de ES como estratégia de prevenção da violência; com o Ministério da Educação (MEC), no apoio às incubadoras universitárias e na política de Educação de Jovens e Adultos (EJA); com o Ministério da Saúde (MS) na Política de Saúde Mental e na construção de políticas de apoio às cooperativas sociais; com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nas estratégias de segurança alimentar e nutricional; com o Ministério da Cultura (MINC); com o Ministério do Turismo, na promoção de ações de turismo solidário com incubadoras de ES; com o Ministério da Pesca e Aquicultura, com incubação de EES nos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR); com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no suporte ao Sistema de Informações em ES e no boletim mercado de trabalho (seção de ES); com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no suporte às ações do SIES, apoios às incubadoras e nas tecnologias sociais; com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no apoio às Cooperativas e Associações de Coleta e Reciclagem no âmbito da política de Resíduos Sólidos; com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES), em linha de crédito para empresas recuperadas, para inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis; com o Banco do Nordeste (BNB), no apoio aos Fundos Rotativos Solidários; com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento; com a secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), nas ações de etnodesenvolvimento e economia solidária em comunidades quilombolas; com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com a inclusão da ES no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

SENAES (2012) ressalta que as estratégias de expansão das políticas públicas ocorreu de forma horizontal, por meio da criação de legislações e implantação de conselhos de ES, com ações presentes em cerca de 17 governos estaduais, com a homologação de 9 leis estaduais, e em aproximadamente 200 municípios, com dezenas de leis municipais homologadas. No período 2004 a 2010, a SENAES celebrou convênios com 23 municípios e 3 governos estaduais.

Essa expansão das atividades da ES tem relação com um duplo movimento: de um lado a criação da SENAES, que possibilitou maior visibilidade e compreensão da ES com suas necessidades e potencialidades, inclusive com o mapeamento da ES no Brasil, através do SIES, que deu visibilidade às milhares de iniciativas existentes e chamou a atenção de governos locais para apoiá-las e incentivá-las; por outro lado, o aumento das políticas locais de ES também é reflexo dos avanços organizativos do próprio movimento da ES nos últimos anos, com a criação das redes e fóruns que interpelam os poderes públicos estaduais e municipais a criarem condições para o seu desenvolvimento.

O avanço institucional da ES também influenciou na criação e fortalecimento da Rede de gestores governamentais de políticas públicas de economia solidária como espaço de articulação, de intercâmbios e capacitação na gestão dos projetos. De acordo com SENAES (2012), a criação dessas redes de gestores possibilitou levar à prática a estratégia de divulgação e expansão das Políticas Públicas de ES, por meio da realização de eventos territoriais, estaduais e nacionais, criando condições para a implantação de Centros Públicos de Economia Solidária, com o objetivo de disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores(as) dos empreendimentos de economia solidária, abrigando nas suas dependências várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da ES, sejam governamentais ou não, promovendo a sua integração, visando ser um espaço de exercício de gestão, de participação, na construção da política pública como instrumento de participação popular.

Em meio a esse avanço institucional é relevante o quesito da participação popular como prerrogativa no Termo de Referência de atendimento nos Centros Públicos de ES, prevendo a realização de audiências públicas como mecanismo para se garantir a transparência e incluir nos processos de construção desses Centros as diversas instituições da sociedade civil que atuam no campo da ES, assim como representantes dos EESs. Também prevê que cada Centro Público deve ter um Conselho de Gestão (CG) com representação majoritária da sociedade civil. Por outro lado, a responsabilidade pela administração executiva dos Centros Públicos de Economia Solidária é da instância governamental executora do projeto, que terá a iniciativa de constituir e dar suporte à sua gestão.

Dentre outros avanços institucionais merece destaque o Grupo de Trabalho (GT) – Finanças Solidárias, que conseguiu envolver e mobilizar as diversas articulações que já existiam no campo das finanças solidárias, tais como: a Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças Solidárias (ABCRED), o Banco do Nordeste (BNB), a Cáritas Brasileira, o Banco Palmas, a Pastoral da Criança, o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para atender as diversas modalidades de projetos, de acordo com as especificidades dos públicos atendidos, conforme relato da SENAES (2012), a seguir:

O GT – Finanças Solidárias com seus desdobramentos ao longo dos anos foi um destaque dentre esses arranjos institucionais organizados pela SENAES ao se constituir em uma das mais importantes articulações da ES, com suas várias derivações, ao se multiplicar em vários grupos, subgrupos de trabalho e comitês de gestão, sejam voltados para ações específicas ou para determinados seguimentos.

- Comitê Gestor do Projeto Produtivo Solidário PAPPS, do convênio SENAES-BNB (2005 - 2011);
- Comitê Gestor do Fundo de Apoio Social – FAS (2005 -2006);
- Comitê Gestor ampliado para a Política Nacional de Fundos Solidários (2005 - 2011);
- Grupo Interministerial de Microfinanças, Microcrédito e Cooperativismo de Crédito que criou entre outros atos normativos, a Lei 11.110/2005, que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (2005 - 2006);
- GT interministerial para o Ano Internacional do Microcrédito (2005);
- Comitê Gestor do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, na função de secretaria executiva do referido comitê (2006 - 2009);
- Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito do CNES;
- Subgrupo de Apoio aos Fundos Solidários do Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito do CNES; e
- Comitês Gestores específicos das finanças solidárias com base em Bancos Comunitários e em Fundos Solidários (2010 - 2011). (SENAES/MTE, 2012, p. 178)

A formação do GT – Finanças Solidárias foi determinante para o avanço na qualidade das ações institucionais da ES no Brasil, sobretudo quando firmou o Termo de Cooperação entre o MTE com o Banco Central, objetivando garantir o reconhecimento dos bancos comunitários que usam moeda social como agentes financeiros. Desta forma, foi possível o reconhecimento, pelo Estado, do direito de comunidades organizadas em diversos tipos de territórios terem autonomia para financiamento de suas economias locais.

Uma das conquistas mais importantes desse processo foi o reconhecimento do Banco Central do Brasil que, pela primeira vez na história da República, considerou a existência desta ferramenta chamada Bancos Comunitários e suas moedas sociais, bem como sua importância enquanto tecnologia social para a inclusão financeira de segmentos populares. Com esse reconhecimento, os bancos comunitários ficaram menos vulneráveis do ponto de vista formal, pois passaram a ser estabelecidas definições sobre seu funcionamento, metodologias, características, atribuições, objetivos, conceitos que permitem seu reconhecimento e maior visibilidade, possibilitando realizar várias parcerias entre os Bancos Públicos e os bancos comunitários, além da possibilidade de ampliação das políticas de incentivo e fomento à organização dos bancos comunitários com a constituição de um ambiente institucional favorável para a consolidação dessas políticas, com acesso a recursos para: atividades formativas, assistência técnica, linhas de créditos adequadas a esse tipo de financiamento, e maior visibilidade aos bancos comunitários (SENAES/MTE, 2012).

O avanço institucional da ES também tem relação com as articulações e parcerias da própria SENAES com a sociedade civil, unindo forças para a criação do CNES e a definição das ações governamentais para a ES; e, durante a gestão da SENAES, de 2003 a 2013, houve a construção de espaços de participação e controle social das políticas, iniciando com os GT's partilhados entre SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária nas diferentes ações que vinham sendo construídas e executadas, representando um espaço de diálogo e negociação entre sociedade civil e Estado, garantindo um processo de compartilhamento na elaboração e desenvolvimento das políticas de ES no Brasil. Nesse processo, fortaleceu-se a SENAES e o FBES. Mas também se destacam algumas iniciativas de articulação

com a CONCRAB para o apoio às iniciativas de produção coletiva nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária; com os movimentos de luta pela moradia que incorporam a dimensão produtiva nos projetos de habitação de interesse social; com as finanças solidárias, sobretudo com os bancos comunitários como estratégia de desenvolvimento local; com o movimento dos trabalhadores desempregados, seja nos projetos de frentes emergenciais ou no projeto dos Pontos Populares de Trabalho; com as comunidades quilombolas, que teve como fruto o projeto de etnodesenvolvimento; com movimentos de luta das mulheres que buscam aproximação entre a economia feminista e a ES; e com o movimento nacional de catadores(as) de materiais recicláveis na construção da inclusão social e econômica desses sujeitos na política nacional de resíduos sólidos (SENAES/MTE, 2012).

Em relação ao avanço institucional da ES é relevante a questão das articulações internacionais, conforme Relatório da SENAES/MTE (2012), onde se constata que a SENAES adotou uma atitude de dialogar com representações de inúmeros países, socializando as experiências que estavam sendo desenvolvidas no Brasil, estabelecendo uma relação de cooperações internacionais e participando de fóruns de articulações no MERCOSUL e em outros continentes. Ressalte-se que esse processo também contou com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária na criação de um Grupo de Trabalho de Relações Internacionais dedicado a articular as várias iniciativas internacionais relacionadas à ES, considerando a grande diversidade de iniciativas que se multiplicam em todo o mundo. Esse GT compartilhado foi responsável por coordenar a participação da ES no FSM, além de agendas sobre: comércio justo e solidário, organização de feira de ES do MERCOSUL, empresas recuperadas; integração dos Fóruns e Redes de ES; Reunião Especializada do Cooperativismo no MERCOSUL – RECM. Esses avanços no contexto da integração regional no MERCOSUL fortaleceram e ampliaram o escopo da ES em nível internacional.

Apesar da importância das conquistas no aspecto institucional, ainda se considera que falta um marco jurídico adequado para dar conta da complexidade da ES no Brasil. Neste sentido, observa-se que a legislação cooperativista existente hoje, a lei 5.764/1971, é limitada e inadequada para dar conta da realidade de experiências inovadoras de cooperativas

fundamentadas nos princípios da ES. Além do que, essa fragilidade jurídica favorece a proliferação das cooperativas de fachada. Segundo Singer (2007), já existe um projeto de lei 7.009/2006, do ex-presidente Lula, tramitando no Congresso Nacional, que obriga as cooperativas a garantirem a seus sócios os direitos trabalhistas previstos na CLT. Porém, esse projeto vem sendo boicotado pela maioria dos parlamentares que são contrários ao avanço da cidadania no país.

Diante destas problemáticas, constata-se que há dois grandes gargalos relativos ao marco jurídico da ES no Brasil: um se trata do reconhecimento, da formalização e do tratamento tributário adequado aos EES, considerando que a atual legislação está ultrapassada porque não inclui a diversidade das experiências de ES, além de favorecer as falsas cooperativas; outro aspecto é sobre a dificuldade de acesso às políticas públicas, com entraves legais e burocráticos emperrando as iniciativas de implantação de programas e ações que viabilizem a ES, principalmente no que diz respeito a investimentos e capital de giro para a estruturação e o financiamento dos EESs. Sobre esses entraves institucionais, Praxedes (2009) apresenta sua análise e destaca os exemplos que comprovam a dificuldade de avançar na adequação das leis para atendimento desse diverso segmento social no Brasil:

Um exemplo disso são as longas e várias tentativas para aprovação de um texto final e encaminhamento de votação de nova lei para o cooperativismo, ainda não votada – a lei do cooperativismo em vigor no Brasil é de 1971. Esta circunstância é importante por ser o Brasil uma República Federativa em que estados e municípios devem elaborar legislações estaduais e municipais que não sejam contrárias à legislação federal. Ainda no nível federal fica o desafio da aprovação de uma lei geral para a economia solidária, não tendo também se conseguido avançar na constituição de um fundo de fomento que dê apoio a essas iniciativas. O acúmulo de forças até aqui não permitiu que fossem propostas alterações na Lei n.º 8.666, que não privilegia o acesso da economia de base local nas compras públicas. (PRAXEDES, 2010, p. 61)

Sobre esse aspecto dos entraves para mudança na lei do cooperativismo, a UNICAFES aprovou moção, em seu IV congresso, nos dias 21 a 23 de maio de 2014, com o seguinte teor:

Durante mais de 15 anos estivemos debatendo a possibilidade de aprovar um novo marco legal para as cooperativas, restabelecendo especialmente as oportunidades de organização econômica para grupos sociais economicamente mais frágeis da população brasileira.

O diálogo promovido pela UNICAFES com diversos setores vinculados ao assunto previa que chegaríamos a bom termo num projeto moderno, incentivados das iniciativas cooperativistas que pudessem criar um ambiente propício para a expansão do modelo na nossa realidade brasileira, ainda carente e limitada quando se trata de participação da população no modelo cooperativista.

Para nossa surpresa, sem diálogo, sem acordo, sem negociação, o relator do Projeto no Senado alterou a linha adotada, resgatando a Lei n. 5764 de 1971 de triste memória e que representa o que de pior aconteceu ao cooperativismo brasileiro pela intervenção autoritária da ditadura civil e militar nas organizações de representação e nas possibilidades de expansão e liberdade do cooperativismo.

O Congresso da UNICAFES lamenta e repudia a adoção da proposta de reforma da referida lei, o que consideramos uma ofensa ao espírito da nossa Constituição Brasileira, afrontando a liberdade de organização cooperativista e os direitos mais fundamentais da cidadania.

Brasília, aos 23 de maio de 2014. (UNICAFES, 2014)

Essa posição da UNICAFES é o reflexo de que o movimento social começa a se posicionar diante das dificuldades de avançar institucionalmente em questões estratégicas, como as mudanças necessárias na lei do cooperativismo para contemplar a diversidade dos EES no Brasil. Tais mudanças enfrentam a resistência de outros segmentos sociais que defendem as políticas de austeridade, objetivando cortar ao máximo a despesa pública, geralmente visando às políticas sociais, em detrimento dos seus beneficiários. Para Singer, “a economia solidária é um modo de produção que se notabiliza pela resiliência aos efeitos das quedas do consumo e da produção, que a instabilidade financeira provoca periodicamente” (SINGER, 2014, p. 89). O autor ainda analisa que a estagnação da economia brasileira, que a caracterizou no período de 1994 a 2002, praticamente cessou a partir de 2004; e que a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica; porém, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desempre-

go diminuiu fortemente. Nestas condições, o crescimento da economia solidária não pode mais ser atribuído à marginalização de cada vez mais parcelas do povo trabalhador, como indubitavelmente na última década do século XX (SINGER, 2010).

A nova economia está desafiada a superar os efeitos da crise e a se estabelecer de fato como uma nova economia, capaz de perdurar e até avançar em situações de crise no seu desenvolvimento.

O impacto da SENAES nas organizações de ES em Belém/PA

Caracterização da situação econômica, política e social do município de Belém/PA

A histórica cidade de Belém, capital do Estado do Pará, tem como referência de data de fundação, o ano de 1616, no período colonial. Sua existência tem relação com a determinação dos colonizadores portugueses, que planejaram avançar na colonização da Amazônia e, ao mesmo tempo, garantir proteção contra invasores de outras partes da Europa. Em meados do século XVIII, tinha apenas 30 mil habitantes. Contudo, segundo Martins (2001), no auge do ciclo da borracha, em 1900, esse número aumentou para 120 mil habitantes, devido, sobretudo, à chegada de nordestinos que migravam, fugindo da seca no Nordeste e buscando ter uma oportunidade de trabalho na extração da borracha. De acordo com a autora, é dessa época a maior parte da implantação de Belém, com palacetes, edifícios públicos e parques em estilo europeu.



Fotografia 1 – O Teatro da Paz, em Belém, construído em 1878. **Fonte:** Zotz, 2016.

Souza (1994), ao escrever sobre a história da Amazônia, registra que o clima de euforia do ciclo da borracha durou até 1910, quando a situação começa a mudar, a partir da entrada no mercado de exportações da borracha das colônias britânicas; e o Brasil não estava preparado para enfrentar o feroz capitalismo concorrencial. No ano de 1913 a produção Inglês-Malásia superou pela primeira vez a do Brasil. Em seguida, muitos seringais foram abandonados e muitos seringueiros voltaram ao Nordeste. A Inglaterra havia adquirido as sementes contrabandeadas dos seringais do Brasil. A diferença técnica de plantio e extração do látex no Brasil e na Ásia foi determinante para os resultados da exploração como negócio. Em 1920 os seringais do Oriente produziam 1,5 milhão de toneladas de borracha, contra 20 mil toneladas da Amazônia.

Durante o século XX, Belém se desenvolveu com características portuárias e a transformação do seu espaço urbano foi sendo razoavelmente atendido pelo poder público, porém sem nenhuma infraestrutura para atendimento dos inúmeros bairros periféricos que cresciam num ritmo desgovernado. Rodrigues (1996) analisa que o desenvolvimento capitalista, a partir da Segunda Guerra Mundial, vai influenciar na exacerbação

da questão social, provocando um intenso êxodo rural e o crescimento da miséria, sobretudo nas periferias da cidade. No estado do Pará, como em outros estados brasileiros, sobretudo da região Norte, o padrão de desenvolvimento é baseado no modelo colonialista primário exportador para fortalecer a balança comercial nacional e o Produto Interno Bruto (PIB), através das *commodities*. O autor também relata que esse padrão de acumulação na capital do Pará, altamente concentrador e excludente, influenciou sobremaneira na estruturação do espaço-ambiente e nas condições de vida da cidade, até os dias atuais (RODRIGUES, 1996).

De acordo com Novaes (2012), Belém passa a se constituir num centro de articulação comercial da região, a partir da construção da rodovia federal Belém-Brasília, no período de 1950 a 1970. No entanto, ressalta que causou vários impactos, entre os quais, o aumento populacional que cresceu 200%, o aumento das demandas de serviços públicos, empregos, além do povoamento do entorno da cidade de Belém, caracterizando-se numa região metropolitana. De 1964 a 1985, uma das metas programáticas do governo militar consistia na ocupação da Amazônia, justificando a necessidade de integração nacional, com ocupação e dinamização econômica desta região. Com este propósito promove a ocupação de terras públicas para grandes grupos econômicos de fazendeiros, madeireiros, que se apossaram de enormes áreas de terras, inclusive as que já eram ocupadas por populações tradicionais. Neste período também é implantada a Usina de Tucuruí, na região sudeste do Pará, no intuito de atender a demanda de energia das empresas Alunorte, produtora de alumina, e Albrás, que transforma a alumina em alumínio, criadas em 1970. Tais empresas compõem o conglomerado de empresas sob o domínio da companhia Vale do Rio Doce, voltadas para atendimento do mercado externo.

Em consequência da concentração de terras, essa região passou a ter maior incidência de assassinatos devido ao êxodo rural e o surgimento de diversos conflitos agrários, influenciando na problemática urbana de Belém, com o crescimento da ocupação de áreas alagadas na periferia, sendo a grande maioria de migrantes nativos que passaram a construir suas casas em cima de palafitas, com sérios problemas de saneamento, nas denominadas baixadas de Belém. As terras altas foram sendo ocupadas por famílias de alto poder aquisitivo, onde havia os serviços básicos de sanea-

mento, educação etc., ficando assim evidente a situação de exclusão social da população residente nas baixadas (CPT, 2007 *apud* NOVAES, 2012).

Diante da precariedade das condições de moradia, a população criou um amplo movimento social, em parceria com diversas ONGs e Igrejas, desde as décadas de 1970 e 80. Uma das principais reivindicações era o Projeto da Macrodrenagem, com o objetivo de criar condições dignas de moradia nessas áreas. O governo estadual, articulado com a gestão municipal, conseguiu o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a macrodrenagem de Belém, passando a ser implementado a partir de 1986, iniciando pela Bacia do Una. Porém, Santos (1998) constatou que “somente em fevereiro do ano de 1991, iniciou-se a atualização dos trabalhos topográficos, do levantamento físico territorial e socioeconômico” (MONTEIRO, 1993, p. 15 *apud* SANTOS, 1998). O autor ainda afirma que, após análise dos relatórios pelas instituições parceiras, foi possível a autorização dos recursos financeiros pelo BID e a assinatura do contrato de financiamento entre o governo do estado e o BID, ocorreu no dia 27 de janeiro de 1993 (SANTOS, 1998).

Segundo Souza (2001), em 1995 a Secretaria Municipal de Coordenação Geral e Gestão do Planejamento (SEGEP) identificou treze bolsões de miséria na periferia de Belém, correspondendo a um total de 18.790 domicílios, aproximadamente 22.438 famílias, que reclamavam da lentidão da execução do projeto de macrodrenagem porque viviam sem as mínimas condições de moradia. Esse dado retrata um quadro de exclusão social perverso que somado aos indicadores de renda e emprego, torna-se ainda mais complicado. Nesse período a dinâmica do mercado de trabalho em Belém apresentava o setor terciário, ou seja, o comércio como o maior empregador, representando uma estrutura econômica com limitada capacidade de garantir geração de emprego e renda satisfatoriamente. O autor também apresenta dados do IBGE, na pesquisa realizada de 1989 a 1998, em relação aos setores econômicos de Belém, demonstrando reduzida participação do setor primário; o setor secundário, em 1989, representava 16,6% da ocupação da Região Metropolitana de Belém (RMB). Em 1998, a participação desse setor caiu para 15,7%. Em relação ao setor terciário, em 1989 representava 72,8% das ocupações, passando para 80,24% em 1998.

De acordo com o autor, estes aspectos demonstram a limitação da economia da cidade de Belém, com extrema dificuldade em garantir a geração de renda devido à pouca diversificação e baixos salários pagos nesse setor. Um outro estudo realizado pela Prefeitura de Belém (PMB) em 1998, através da SEGEP e da Secretaria de Economia (SECON), apresenta o crescimento da informalidade na economia de Belém, onde 61,5% dos empreendimentos se encontrava em domicílios próprios, e apenas 15,9% eram instalados em espaço comercial próprio ou alugado; apenas 7,1% dos empreendimentos eram legalizados, portanto, havia a hegemonia da informalidade com 92%. Souza (2001) se refere a essa realidade como fruto do aumento da concentração de renda promovida pela reestruturação produtiva, em razão da aplicação de políticas econômicas recessivas e de arrocho nos anos 1990, aprofundando a desigualdade social. Para o autor, a concepção de modernização conservadora, vinculada às transformações do padrão de acumulação da sociedade capitalista, lança os indivíduos em situação de *apartheid* social crônico, suprimindo os direitos fundamentais de cidadania. Essa é a consequência dos processos de globalização, com reestruturação produtiva, promovida pela terceira revolução tecnológica. E ainda ressalta que o debate contemporâneo de caracterização do mundo do trabalho muitas vezes desconsidera os aspectos regionais, concentrando sua análise para as regiões industrializadas do país. No caso da Amazônia, há uma realidade específica que exige um grau de entendimento que ultrapassam as configurações observadas nas grandes metrópoles do centro-sul. A realidade econômica e social da região amazônica está intimamente relacionada à relação homem/natureza e as formas de reprodução social e econômica que resultam desta interação (SOUZA, 2001).

Martins (2001) ressalta que a luta das populações das baixadas se intensificou quando passaram a participar da luta política em busca de um projeto alternativo, comprometido com as classes populares na cidade de Belém. Nesse sentido, observa que a luta pela agilidade da execução do projeto de macrodrenagem, assim como: escola para todos, saúde para todos, saneamento básico, moradia digna, foram transformadas em bandeiras de luta das classes populares, visando garantir o cumprimento das significativas conquistas na Constituição Federal de 1988, principalmente no Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Esse foi o conteúdo básico pautado na

disputa eleitoral municipal de 1996, na qual o Partido dos Trabalhadores – PT conseguiu eleger a chapa majoritária, defendendo um projeto político fundamentado nos princípios da justiça social, distribuição de renda, cidadania, participação e inversão de prioridades, juntamente com um conjunto de partidos, os movimentos sociais liderados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), profissionais liberais, entre outros. Com esse conteúdo se constituiu a Frente Belém Popular que elegeu o arquiteto Edmilson Rodrigues, professor universitário, para prefeito de Belém e o reelegeu em 2000.

A nova equipe de gestão da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) se deparou com as demandas da realidade social e econômica geradas pela abertura comercial dos anos 1990, que restringiu a criação de emprego urbano no Brasil. Isso resultou no aprofundamento do excedente estrutural de mão de obra, pois a criação de novas ocupações não acompanhou, proporcionalmente, o crescimento da população economicamente ativa do país, cuja taxa anual ficou em torno de 2,2% (BALTAR, 2003 *apud* SANTOS & SOUZA, 2006). Portanto, os autores vão observar que as estratégias de política de geração de emprego e renda em uma conjuntura na qual a criação de postos de trabalho formal não era a tendência da economia local naquele período, precisando incorporar minimamente uma concepção de política ativa de emprego. Por outro lado, a gestão pública também não poderia enveredar pelo fortalecimento da precarização e da informalidade. Ou seja, a nova gestão passou a enfrentar esse dilema juntamente com a sociedade local. Os autores apresentam a percepção de que o novo governo municipal apresentou uma proposta inovadora de gestão, incorporando metodologias de desenvolvimento de Políticas Públicas, adotando o princípio da participação popular como forma alternativa ao tradicional modelo burocrático, visando o desenvolvimento humano e a promoção da cidadania, conseguindo ter força de articular e influenciar na continuidade, com mais agilidade, do projeto de Macrodrenagem. E constatam que o novo governo conseguiu estruturar projetos voltados para dar um futuro mais digno às crianças e aos adolescentes, visando garantir saúde e educação para todos, saneamento, transporte, entre outros, mas com a intensa participação dos segmentos mais excluídos no Orçamento Participativo e nos Congressos da Cidade.

Para Novaes (2012), esse é o novo perfil da gestão que se propôs a promover a inclusão social e a modernização de Belém, com programas específicos aos excluídos como o “Bolsa Escola”; a construção de ciclovias; a construção de espaços dignos de convivência social, buscando influenciar na transformação cultural, na medida em que os participantes, sendo capaz de decidir sobre o seu próprio destino, passavam a ter acesso às políticas públicas e viver um avanço significativo na sua cidadania, como protagonistas da sua própria história. Desta forma foram criadas as oportunidades para todos os segmentos sociais, particularmente às populações mais empobrecidas e às novas gerações, na promoção da ampliação da autoestima e da responsabilidade individual e coletiva, buscando superar uma cultura secular de paternalismo e clientelismo. Entre as oportunidades criadas para as populações empobrecidas, destaca-se a criação do Banco do Povo, apoio à formação de Cooperativas de Produção e de Serviços, cursos de capacitação, entre outros (MARTINS, 2001). De acordo com SANTOS & SOUZA (2006), nesse período do governo petista, a gestão municipal envidou esforços para desenvolver projetos de geração de trabalho e renda, fundamentados nos princípios da autogestão, solidariedade, por meio do fomento aos empreendimentos populares, conforme relato a seguir:

Em Belém, as experiências de políticas públicas urbanas de geração de emprego e renda no período de 1997-2004 estimularam o fortalecimento dos empreendimentos populares e a formação de empreendimentos de economia solidária, tendo também como premissa romper os limites da informalidade, situando-as como estratégia de geração de renda para as famílias em condições de risco, articulando-se ações de políticas sociais com econômicas. (SANTOS & SOUZA, 2006, p. 4)

A decisão governamental, a partir de 1997, de desenvolver um plano de governo em Belém, comprometido com o desenvolvimento de políticas urbanas consistentes, sobretudo no âmbito da geração de emprego e renda, levou à organização do Banco do Povo, a criação do programa Bolsa-Escola municipal, a implementação do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), por meio do Laboratório Organizacional de Terreno (LOT), além do projeto Primeiro Emprego. Mas, segundo os autores, houve muitas dificuldades porque o governo municipal precisava

fazer articulação com o governo federal para trazer para Belém os programas nacionais de emprego e renda. Além de que, a implementação de uma proposta inovadora de geração de emprego e renda batiam de frente com a concepção das ações de emprego e renda do governo federal do PSDB que se centrava em medidas paliativas e sempre reduzidas ao caráter de qualificação e requalificação, a exemplo do Plano Nacional de Formação Profissional do Ministério do Trabalho (PLANFOR). Apesar desses limites se firmou a parceria, com algumas adequações, buscando o fortalecimento da cidadania dos participantes.

A gestão municipal implementou iniciativas importantes, de acordo com a marca de governo de Revitalizar Belém, conseguindo alcançar a população de excluídos sociais na periferia de Belém por meio dos cursos de qualificação para o mercado de trabalho, gerando oportunidades de sustento para as famílias pobres. Segundo dados apresentados pela Secretaria Municipal de Economia (SECON), até 2002, a ação governamental já havia atendido mais de 2.500 beneficiários nos cursos de qualificação, abrangendo a maioria dos distritos administrativos de Belém, principalmente os bairros que apresentaram os mais problemáticos indicadores de vulnerabilidade social como Terra-Firme, Sacramento, além de outras áreas. Outro exemplo citado por SANTOS & SOUZA (2006) foi a criação do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, por meio da lei complementar 01 de 20 de outubro de 1997, mais conhecido como Banco do Povo, já citado acima, que só foi possível devido à decisão política de se fazer a transferência mensal de 1% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e 0,64% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço – ICMS para a constituição do Fundo, com o objetivo de atender pequenos empreendimentos populares formais e informais, por meio de uma política de microcrédito que utilizava taxas de juros que não excedia 3% ao mês.

Outro avanço significativo foi a execução com mais celeridade do Projeto de Macrodrenagem. A partir de 2002 foram desenvolvidas diversas obras pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), visando adequar o sistema viário às demandas de acesso ao rio (CARDOSO, 2007 *apud* NOVAES, 2012).

No dia 27 de fevereiro de 2004, o então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, o governo do Estado, juntamente com o prefeito

Edmilson Rodrigues, fizeram a inauguração da primeira etapa da macrodrenagem da Bacia do Tucunduba.



Fotografia 2 – Inauguração da 1ª fase do Projeto Macrodrenagem do Tucunduba em Belém/PA. **Fonte:** E. Rodrigues, 2015.

A partir de 2005, com a eleição do prefeito Duciomar Costa, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e sua reeleição em 2008, Belém passou a ser governada por um estilo de gestão tradicional, havendo retrocessos nas políticas sociais, na contramão do que estava acontecendo no Brasil na gestão do governo democrático popular, liderado pelo presidente Lula. As classes populares foram extremamente prejudicadas no exercício da cidadania, com o fim dos mecanismos locais de oportunidades de acesso às políticas públicas de geração de trabalho e renda, além do desmantelamento de todas as formas de participação popular na gestão dos recursos públicos. Os dados do IBGE (2010) mostram o agravamento dos problemas com 54% das famílias vivendo em condições precárias, sem esgotamento sanitário, entre outros problemas. E, a partir de 2013, a capital paraense passou a ser governada pelo prefeito do PSDB, partido este que passou a ter hegemonia na região metropolitana de Belém.

Atualmente o centro urbano permanece como local de grande concentração de postos de trabalho, em escala metropolitana, mas apresenta número significativo de imóveis e domicílios vazios e subutilizados. Nesse contexto, há uma articulação de movimentos sociais, no desenvolvimento de um Projeto, em cinco capitais sob a coordenação de entidades parceiras comprometidas com essa demanda: Belém, pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-Amazônia); São Paulo, pelo Instituto Pólis; Fortaleza, pela entidade Ceará Periferia; Recife, pela FASE/Habitat; e no Rio de Janeiro, pela FASE e Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU. Em cada uma dessas cidades foram estabelecidas parcerias com os Fóruns Regionais, movimentos organizados, universidades e técnicos dos governos locais. As atividades são coordenadas pelo Instituto Pólis, com o apoio técnico e financeiro da Oxfam GB, agência internacional, com sede no Reino Unido, que apoia projetos sociais nos países em desenvolvimento. As cinco capitais envolvidas no projeto têm em comum a situação de perda de população nos bairros centrais, existência de número significativo de imóveis e domicílios vazios nessas áreas e crescimento das áreas periféricas, mas caracterizam-se por situações urbanas específicas, que devem ser consideradas na discussão acerca da promoção de habitação social (RODRIGUES & SILVA, 2009).

Belém é uma cidade com 72 bairros oficiais, distribuídos em 8 distritos administrativos: Distrito Administrativo de Belém (DABEL), Distrito Administrativo do Bengui (DABEN), Distrito Administrativo do Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT) e Distrito Administrativo da Sacramento (DASAC). (BRASILEIRO, 2016)

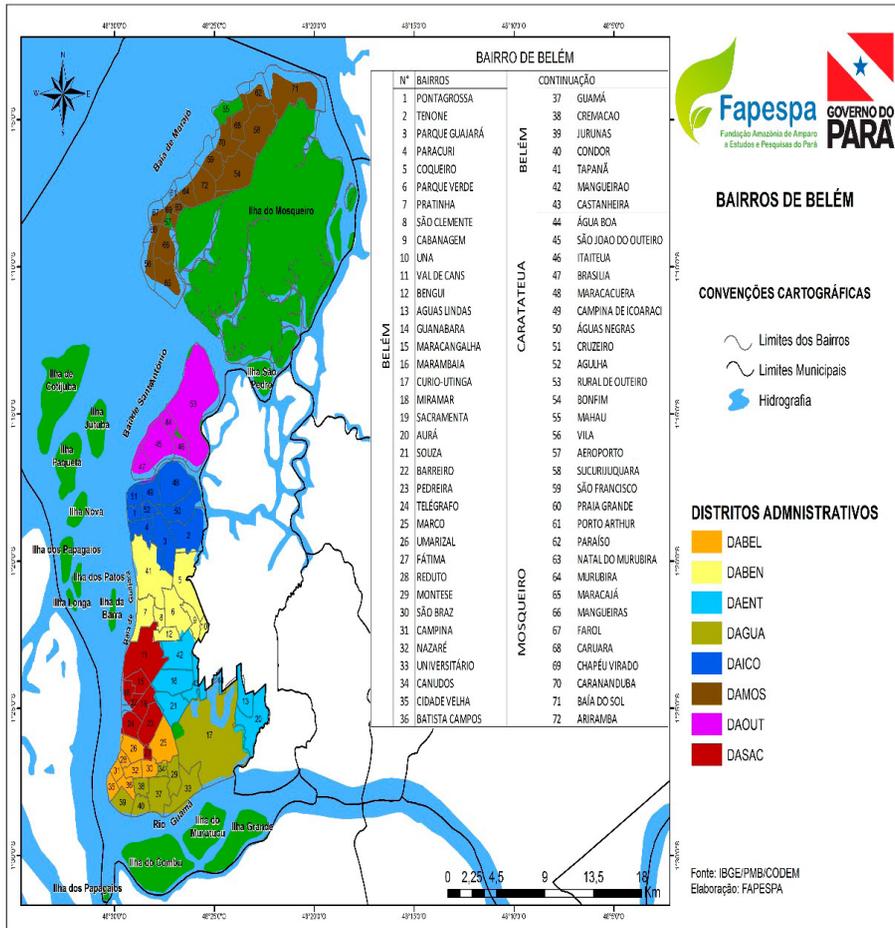


Figura 3 – Mapa dos Bairros de Belém/PA. **Fonte:** Fundação Amazônia de Amparo a Pesquisas e Estudos do Pará-FAPESPA (2010).

Brasileiro (2016) observa que Belém, atualmente, tem uma população de 1,4 milhão de habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Região Norte e a décima primeira do Brasil; sendo que, desse total de habitantes, 47,29 % são homens e 52,71 % são mulheres; a área urbana tem um percentual de 99,14 % da população do município; somente 0,86 % habita na área rural. Belém tem um PIB de 25,7 bilhões de reais; per capita de 18,1 mil reais (IBGE, 2015 *apud* BRASILEIRO, 2016). Portanto, Belém é majoritariamente urbana, localizando-se na região mais dinâmica do Esta-

do do Pará, juntamente com o município de Barcarena, onde se localiza o segundo maior parque industrial da Amazônia. A capital do Pará conta com os portos brasileiros mais próximos da Europa e dos Estados Unidos (Belém, Miramar e Outeiro), sendo que o Porto de Belém é o segundo maior movimentador de *containers* da Amazônia.

Silva (2013), ao se reportar ao contexto social, político e econômico de Belém, ressalta que o debate sobre políticas públicas não se pode prescindir das referências do lugar de onde se fala. E, considerando que Belém se localiza na Amazônia, no Norte do Brasil, observa que:

Esta região tem sido historicamente olhada como cenário de descoberta, conquistas e exploração, o que atravessou vários séculos de políticas desenvolvimentistas, com seus marcantes “grandes períodos exploratórios” (mineração, hidrelétrico, madeireiro, agropecuário) que têm como saldo grandes impactos negativos sobre a população e o meio ambiente.

Grave violação dos direitos, crescimento da pobreza, marginalização e exclusão de parcelas significativas da população, desorganização fundiária e conflitos pela posse da terra, [...] são alguns dos argumentos necessários para colocar este modelo sob suspeita. [...]

Os dados do PND (2011) mostram que os piores resultados são para a Região Norte. [...] O índice de Gini para os rendimentos de trabalho no Brasil recuou de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011. [...] A região Norte, entretanto, foi a única a verificar aumento na concentração de renda no período. O índice de Gini local avançou de 0,488 em 2009 para 0,496 em 2011. O resultado equivale a dizer que, em geral, a desigualdade diminuiu no Brasil, mas aumentou no Norte do país. (SILVA, 2013, p. 9, grifo da autora).

Para a autora, o aumento gritante das desigualdades sociais e da violência tem suas causas profundas no modelo de desenvolvimento, considerando que: “Em apenas doze anos, Belém deixou de ser a 21^a capital mais violenta, para se tornar a 8^a neste lamentável ranking” (WAISELFISZ, 2012 *apud* SILVA, 2013). A autora ainda ressalta que as novas gerações são as mais fortemente atingidas.

Neste cenário, as políticas públicas de ES desenvolvidas pelo governo federal passaram a ser fundamentais como contraponto ao processo

sistemático de exclusão comandado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tanto na governança do Pará como na gestão pública do município de Belém. Diante dessas circunstâncias, o Fórum Paraense de ES apresenta suas proposições para dar continuidade na luta por outro modelo de desenvolvimento, com base em outra economia:

Reunidos na V plenária Estadual de Economia solidária afirmamos e reafirmamos nossas lutas, ampliando diálogos, articulando alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade mais igualitária, solidária, diversa, autogestionária e sustentável. Queremos o fortalecimento dos empreendimentos, das redes, dos fóruns; [...]

Para assegurar estes direitos, princípios e objetivos partimos do pressuposto que devemos fazer uma luta política constante contra os setores políticos, econômicos, reacionários, donos do capital do agro-negócio, latifúndio, da bancada ruralista, da privatização, da especulação fundiária, especulação imobiliária, do grande mercado, do imperialismo, do trabalho escravo, barramento dos nossos rios, da grande mídia empresarial que criminaliza os movimentos sociais, identificando estes atores sociais e políticos do qual lutaremos politicamente contra para assegurar nossas conquistas. (FPEPS, 2015, p. 2)

Estes são alguns dados da realidade social, política, econômica e cultural de Belém, onde há muito que fazer para que seja possível prosperar a boa semente plantada por diversos entes protagonistas, visando à construção de um modelo alternativo de sociedade, que tenha como resultado, sobretudo, a justiça social e o equilíbrio ambiental.

As experiências de ES em Belém/PA que antecederam a criação da SENAES

A abordagem sobre as experiências de ES que surgiram em Belém antes da criação da SENAES requer uma breve contextualização da situação social e econômica, referente ao século passado e suas consequências na capital do Pará.

No Brasil, e mais especificamente em Belém, capital do Pará, diversas entidades passaram a abraçar a causa da luta contra a exclusão social, envidando esforços para aglutinar os desempregados, ambulantes, diaris-

tas, prestadores de serviço, em diversas formas de organizações, tendo em vista a geração de trabalho e renda. Entre essas entidades se destaca a Cáritas Brasileira, apoiando as iniciativas de caráter associativo e cooperativo, de grupos comunitários, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que introduziram novos significados e perspectivas, visando apoiar as alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo, na perspectiva de organização dos grupos que se dispunham a desenvolver, solidariamente, a luta por autonomia e dignidade, contra a dependência criada pelo assistencialismo.

Após mais de 10 anos de existência e expansão dos PACs, a Cáritas Nacional desenvolveu uma análise sistemática dos projetos com o objetivo de constatar os impactos sociais, políticos, econômicos dessas iniciativas. Entre 1992 e 1994, as reflexões sobre essa experiência apontaram sobre as ações efetivas dos PACs nos projetos de produção a nível local, fortalecendo as lutas e organizações populares e, em alguns casos, gerando renda e melhorias nas condições de vida dos participantes. A continuidade dos projetos incluiu maiores investimentos no planejamento e estudo de viabilidade dos empreendimentos, capacitação para a gestão participativa, a produção e a comercialização. Neste sentido houve um aprimoramento dos PACs como instrumentos pedagógicos, fortalecendo as capacidades organizativas e a identidade dos sujeitos participantes em relação ao Estado e a outros setores da sociedade (BERTUCCI, 2003).

Em Belém, a partir de 1996, o Regional Norte II da Cáritas estruturou um processo de apoio mais direcionado ao cooperativismo e ao associativismo, passando a ter uma maior preocupação com a política de financiamento e apoio aos PACs, buscando garantir a viabilidade econômica e sustentabilidade dos projetos através dos fundos rotativos que passaram a funcionar como uma poupança comunitária, formada por meio da doação voluntária de recursos de cada participante ou por doações de apoiadores externos, passando a ser gerida coletivamente para fortalecer o empreendimento solidário. Outra mudança significativa foi o direcionamento desse processo dos PACs para as áreas urbanas em quase todos os regionais. No caso de Belém, a entidade passou a organizar a feira dos excluídos. Essa feira surgiu de uma iniciativa da Campanha da Fraternidade de 1999, que tinha como *slogan*: “A

Fraternidade e os Desempregados” e, como lema: “Sem Trabalho... Por quê?” (FRANCISCANOS, 2016).

A reorientação dos PACs para o fortalecimento da Economia Popular Solidária (EPS) se fundamentou na utopia de se criar uma alternativa à economia capitalista diante do aumento do desemprego no Brasil, buscando contrapor-se ao sistema econômico hegemônico. Essas mudanças também vão influenciar num processo de reorientação do trabalho da Caritas Norte II – em Belém, tendo em vista a sustentabilidade e autonomia das organizações solidárias. Nesse sentido, a entidade investiu na criação de fundos solidários, na capacitação das coordenações das organizações, troca de experiência entre as organizações da área rural e urbana sobre a autogestão (CARITAS, 2016).

Uma outra experiência que antecedeu à criação da SENAES foi o desenvolvimento do Programa Economia Solidária da Universidade Federal do Pará, através do Centro Socioeconômico, em 1999, por meio de um convênio com a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, envolvendo um conjunto de pesquisadores, em nível regional e nacional, voltados para promoção de alternativas de políticas públicas no âmbito da geração de emprego e renda. Segundo Souza (2001), o Programa Economia Solidária surgiu com o objetivo de articular ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) passou a investir no desenvolvimento da extensão universitária, visando prestar assessoria na formação, desenvolvimento e reordenamento de experiências de ES na Região Metropolitana de Belém (RMB) e do Estado do Pará. Para o autor, essa foi uma iniciativa de grande envergadura, sendo que a discussão principal perpassava pela identificação e análise dos modelos de autogestão que tinham a propriedade coletiva da produção como âmago da forma de organização do trabalho. Segundo o autor, o processo de engajamento da ITCP tem dado resultado na formulação de projetos que visam estimular a organização autônomas dos trabalhadores(as). Isso decorre da compreensão de que o Brasil contemporâneo está marcado pelo aprofundamento da desigualdade econômica e social, requerendo a conformação de propostas que, de alguma forma, se contraponham à ortodoxia da política econômica implementada na década de 1990, na qual o crescimento do desempre-

go foi uma das mazelas que mais afetou as camadas de baixa renda, em decorrência da reestruturação produtiva, da globalização e do processo de privatização dos serviços públicos, incluindo as empresas e bancos.

Diante dessa conjuntura, Souza (2001) vem ressaltar o papel da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UFPA, considerando o seu papel de propulsora, incentivando a formação de cooperativas populares, fortalecendo a resistência dos segmentos mais excluídos na Amazônia, buscando assessorar a viabilidade da autogestão enquanto modelo alternativo, pautado na propriedade coletiva. O autor ressalta que o ITCP foi ao encontro das iniciativas espontâneas de trabalhadores excluídos do mercado formal e, também, procurou dar suporte técnico e teórico à formação de modelos de organização de uma nova forma de trabalho baseada na ES. O desenvolvimento desses projetos também contou com a parceria de diversas entidades, entre as quais, se destacam: a Cáritas, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) e a UNITRABALHO, possibilitando disseminar a proposta do cooperativismo como instrumento capaz de criar postos de trabalho, buscando concretizar novas formas autônomas e sustentáveis de engajamento no mundo do trabalho. O autor também evidencia que o principal público da ITCP são os trabalhadores(as) desempregados(as) ou inseridos na informalidade, identificados por meio do atendimento das demandas oriundas das associações de bairros, sindicatos, cooperativas de trabalhadores e demais formas de organizações sociais representativas da sociedade civil.

Esse trabalho da ITCP se desenvolve por meio da orientação, do acompanhamento e monitoramento, na formação e desenvolvimento do cooperativismo, principalmente, na Região Metropolitana de Belém. Além disso, o projeto também vem desenvolvendo a articulação entre as cooperativas locais e as demais experiências nacionais, visando fortalecer a rede nacional de ES. Todos esses trabalhos perpassam pela extensão universitária, mas também pela constituição de um aparato técnico e científico, desenvolvido por uma equipe de trabalho de caráter multidisciplinar, onde se conta com a participação de docentes e técnicos da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Coordenação Nacional da Rede Unitrabalho. Até 2001 o ITCP já acompanhava treze cooperativas na região metropolitana de Belém, tendo

a perspectiva de estabelecer parcerias com agências governamentais de desenvolvimento municipal, estadual e federal, assim como as agências não governamentais representativas da sociedade civil, interessadas em contribuir com políticas públicas alternativas na geração de emprego e renda para a Amazônia. Vale ressaltar também que este projeto faz parte de uma Agenda de Economia Solidária da Amazônia cujo projeto original prevê a constituição de uma *homepage*; a estruturação da formação cooperativista com a realização de cursos de curta duração e pós-graduação; a consolidação de grupos de estudo e pesquisa; geração de tecnologia em parceria com o Centro Agropecuário da UFPA, conseguindo viabilizar estudos sobre as potencialidades econômicas dos territórios, sobre o mercado e a comercialização de produtos, além de constituir um levantamento das vertentes teóricas, fundamentos, tendências e contradições que envolvem a temática do cooperativismo.

Outros estudos foram desenvolvidos sobre a intensificação da urbanização, que transformou as regiões metropolitanas brasileiras em áreas de grande concentração populacional, identificando as características endógenas de cada município, buscando articulação entre as diversas forças sociais que atuam no ambiente político, visando à construção de um projeto comum de desenvolvimento local. Esses elementos preliminares influenciaram na consolidação de projetos voltados para a criação de oportunidade de ocupação e a garantia da melhoria da qualidade de vida para as classes populares. Mas o autor ressalta que uma das dificuldades do ITCP é a cultura secular assistencialista junto aos segmentos empobrecidos. Neste sentido, reforça a necessidade de definição de um novo paradigma de desenvolvimento local, focalizando os interesses coletivos, potencializando a capacidade de todos os indivíduos, por meio do mais amplo exercício da cidadania. O autor considera que essa é uma tarefa de grandes proporções, porém factível do ponto de vista das organizações populares. Nessa visão, valoriza a inserção da Região Metropolitana de Belém como palco inicial da implementação da ITCP no Estado do Pará, composta de cinco municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, e Santa Bárbara. A incubadora se instalou na cidade de Belém, por ser a principal estrutura urbana, caracterizada como uma metrópole regional e um dos maiores centros urbanos da Região Norte, para onde

convergem contingentes populacionais oriundos do interior do Estado, atraídos pelo fato de Belém representar 54% do total de empregos gerados no Pará até 2001.

Souza (2001) apresenta como principal desafio da ITCP a capacidade de influenciar na discussão e constituição de um modelo de desenvolvimento local com imprescindível inclusão efetiva dos segmentos de baixa renda, na dinâmica econômica local, na perspectiva de melhoria do padrão de acumulação, tendo como referência a qualidade de vida e o fortalecimento da concepção de solidariedade entre os trabalhadores(as), estimulando e dando suporte técnico para a criação de cooperativas populares. Este tipo de estratégia é fundamental para o combate ao desemprego, considerado como um dos maiores agravantes da deterioração da qualidade de vida da população (SOUZA, 2001).

Outra entidade que se destaca antes da criação da SENAES, no campo da ES, em Belém, é a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que foi criada em 1961 para desenvolver um trabalho social vinculado à Igreja Católica, porém com autonomia jurídica, administrativa e política em relação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nos seus primeiros anos a FASE desenvolveu um trabalho de caráter assistencialista, mas, a partir da década de 1970, assumiu o papel de assessoria ao fortalecimento do novo sindicalismo, capacitando as lideranças de diversas categorias para assumirem, como protagonistas, a direção dos seus sindicatos. E, a partir de 1996, considerando a conjuntura social e econômica brasileira, com aumento das desigualdades sociais e degradação ambiental, além da precarização das condições de trabalho, definiu três linhas de ação: a) Meio Ambiente e Desenvolvimento; b) Cidadania; c) Geração de Trabalho e Renda. No que se refere à área de Geração de Trabalho e Renda, seu objetivo era de apoiar os processos de construção de atores em rede voltados para o fomento de criação de microemprendimentos capazes de intervir na formulação de políticas públicas de geração de trabalho e renda. Esse processo evoluiu para o trabalho de fortalecimento da ES, considerando que as atividades voltadas o cooperativismo, o associativismo e o sindicalismo deveriam atuar em rede, de forma congruente. Nessa perspectiva criou um banco de dados, a partir do mapeamento dos empreendimentos, conseguindo formular projetos de desenvolvimento das cadeias produtivas.

Com esse avanço, na elaboração de suas proposições, a FASE trabalhou, no final do século XX, em articulações para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, exercendo um papel preponderante na organização de redes e fóruns de economia solidária. A nível nacional atuou sistematicamente na formulação de um Programa Nacional de Trabalho e Socioeconomia Solidária, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT Nacional, passando a integrar seu Conselho Consultivo. As atividades desse Programa eram voltadas para: microfinanças, sistema de dados e capacitação em cooperativismo (SOUZA, 2003). A FASE também atuou na articulação para criação do Fórum de Empreendedores Populares de Belém, em agosto de 2000, fazendo a reflexão sobre o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, visando à geração de trabalho e renda.

Contudo, para Fernandes (2002), a experiência mais significativa de economia solidária em Belém ocorreu com a criação do Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda “Ver-o-Sol”, que iniciou suas atividades em junho de 1998, durante a primeira gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (PT) (1997-2000), na prefeitura de Belém. Mais conhecido como Banco do Povo, o Fundo Ver-o-Sol surge como uma alternativa para combater o desemprego na capital do Pará. O autor observa que essa experiência se desenvolveu por meio de uma instituição de microcrédito, subsidiada pela Prefeitura de Belém, com o acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Economia (SECON). O Banco popular fez parte do Programa de Geração de Emprego e Renda desta Secretaria, com os objetivos de influenciar no desenvolvimento econômico e social por meio da geração de emprego e renda, democratizar o acesso a crédito às famílias de pequenos e microempreendedores, a juros baixos, e incentivar a criação de diversas formas de cooperativas e associações baseadas em práticas solidárias, visando implementar um modelo alternativo de economia. Segundo o autor, o grupo de trabalho da Prefeitura de Belém responsável pelo projeto do Banco do Povo inspirou-se nas experiências exitosas de microcrédito, tais como as de Bangladesh, entre outras. Durante a fase de elaboração da proposta, entre o ano de 1997 até meados de 1998, o grupo teve a assessoria da Instituição Comunitária de Crédito Portosol de Porto Alegre/RS.

A concessão do crédito passou a funcionar a partir da realização de palestras nas agências situadas nos bairros de Mosqueiro e Icoaraci, onde se faziam esclarecimentos preliminares sobre o funcionamento do programa. Após verificação de documentação, eram realizadas as visitas, as entrevistas, feitas por um agente de negócios que avaliava as reais possibilidades e sistematizava a realidade em um relatório. O passo seguinte era a reunião do comitê de crédito formado pela coordenação do Banco do Povo e por um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social. Uma das exigências era que os pretendentes ao crédito deveriam residir em Belém há pelo menos cinco anos, além da apresentação de um fiador solidário que testemunhasse sua idoneidade, com renda mensal comprovada. No ato de concessão de crédito, era repassado o carnê com as parcelas a serem pagas em qualquer agência bancária, até a data do vencimento e, posteriormente, apenas nas agências do Banco do Brasil. Esses financiamentos podiam ser individuais e em grupos de empreendimentos solidários. Neste caso, o grupo deveria prestar aval solidário e possuir um número mínimo de sete membros, de um mesmo bairro. Após a concessão, o agente de negócios passava a acompanhar os empreendimentos financiados por meio de visitas periódicas (FERNANDES, 2002).

Segundo o autor, as agências do Banco do Povo funcionavam nos distritos de Mosqueiro e Icoaraci tinham, porém, os demais distritos também podiam ter acesso aos financiamentos em qualquer uma das duas agências e os agentes de crédito se dividiam em equipes, por distrito, para aplicação dos recursos financiados, gerenciamento da contabilidade e acompanhamento do desenvolvimento dos empreendimentos financiados. Ao quitar um financiamento, o empreendedor pode habilitar-se a um novo empréstimo, contando com um fator positivo na apreciação da proposta. O valor limite de financiamento para pessoa física era de 5 mil reais, e para pessoa jurídica era de 10 mil reais. As taxas de juros variavam de 0,5% a 3% ao mês, de acordo com a linha de crédito. A taxa de 0,5% ao mês, por exemplo, era cobrada em uma linha de crédito especial, para pessoas oriundas de programas de inclusão social da prefeitura. Mas também havia uma segunda linha de crédito, com taxa de juros de 1,5% ao mês, para empreendedores com pouco ou nenhum conhecimento e experiência em atividade microempresarial; jovens graduados em universidades e cursos profissionalizantes que

pretendem abrir seu primeiro negócio; além de mulheres chefes de família, mães solteiras, com pouca ou nenhuma escolaridade e vítimas de violência doméstica que pretendiam iniciar seu próprio empreendimento. A outra linha de crédito era para empreendedores já estabelecidos, que poderiam tomar empréstimos a uma taxa de 3% ao mês. Também havia uma linha de financiamento para táxis, criada por intermédio de um convênio entre a Prefeitura de Belém, a Companhia de Transportes do Município de Belém e o Banco do Brasil, que financiava 90% do valor do veículo. Os 10% restantes, que constituíam a contrapartida do taxista, eram financiados pelo Banco do Povo com juros de 1,5% ao mês. Nos financiamentos para capital de giro, objetivando a compra de matéria-prima, concedia-se um prazo de seis meses, com carência de dois meses; e, nos financiamentos de capital fixo para a aquisição de máquinas e equipamentos, o prazo era de até vinte e quatro meses, com carência de seis meses.

Essa iniciativa influenciou no surgimento de outras experiências de economia solidária, também visando o combate ao desemprego e à exclusão. Dessa forma, cresceu o estímulo ao associativismo, ao cooperativismo, à capacitação técnica e o acesso ao crédito. Fernandes (2002) também ressalta que os estudos e reflexões levaram à criação do Fórum de Empreendedores Populares de Belém, criado em agosto de 2000, após o 1º Encontro de Empreendedores Populares da capital paraense, objetivando a análise e reflexão sobre a organização, o financiamento, a capacitação e o fortalecimento dos empreendimentos. O Fórum influenciou na expansão das experiências com a realização de feiras de produção, entre outras iniciativas, com destaque para a criação do Atacadão Solidário, visando fortalecer a rede de comerciantes de gêneros alimentícios de primeira necessidade, sendo grande parte financiada pelo Banco do Povo. Além disso, foram criadas as condições para a realização de compras conjuntas de produtos, diretamente dos produtores, por meio do Sistema Integrado de Participação Social para Geração de Trabalho e Renda (SIPGER), que visava à habilitação de pessoas em ofícios diversos, utilizando a Metodologia de Capacitação Massiva, por meio dos Laboratórios Organizacionais de Terrenos (LOTs). Essa metodologia foi adotada pela ONU inicialmente em países africanos e passou a ser utilizada no Brasil, pelo Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) do Ministério da Integração Nacional.

Até julho de 2001 haviam sido realizados sete LOTs, envolvendo cerca de 2.500 pessoas que conseguiram se capacitar para criar mais de 170 empreendimentos financiados pelo Banco do Povo de Belém. Em maio de 2001 foi criada a Escola do Empreendedor Popular para dar continuidade ao processo de capacitação iniciado pelo SIPGER que influenciou na criação da Central de Trabalhadores Autônomos. Segundo o autor, essa Central passou a apoiar as atividades de prestação de serviços de trabalhadores autônomos, facilitando o acesso a um emprego e a melhoria de seus rendimentos, a criação do Programa Moveleiro para atuar na formação de trabalhadores do setor de movelaria, tendo em vista a criação de uma associação de pequenos moveleiros de Belém; além de incentivar na criação do Projeto Quintais Vivos. Essa iniciativa se propôs a contribuir no aproveitamento de quintais domésticos e áreas comunitárias, com incentivo à produção de hortaliças, fruticultura, ervas medicinais e criação de pequenos animais, financiados pelo Banco do Povo.

Além dessa articulação com os programas da Secretaria Municipal de Economia, o Banco do Povo também estabelece importante parceria com o Programa Bolsa-Escola, da Secretaria de Educação. Segundo o autor, o Banco do Povo também trabalhava em parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia/CUT, visando fortalecer as experiências de economia solidária que estavam se estruturando em Belém, nos segmentos de artesãos, moveleiros, pescadores, merceeiros e ceramistas, orientando esses diversos grupos a constituírem associações e grupos solidários, para terem acesso a financiamento os junto ao Banco do Povo.

Santos & Souza (2006) apresentam dados do período de 1998 a 2004, no qual o Banco do Povo realizou cerca de 19.996 operações, representando um valor de 24,8 milhões de reais. Em termos de atividades econômicas financiadas, os autores apresentam os seguintes dados: 11,14% foram para o financiamento de atividades de produção; 75,42% para atividades de comércio; e 13,44% para atividades de serviço. Para os autores, essas informações confirmam a concentração da atividade econômica de Belém no terciário, inclusive revela um outro dado importante: 99,79% dos empreendimentos populares apoiados pelo Banco do Povo eram informais. Contudo, deve-se ressaltar os efeitos dessa política ativa na geração de trabalho e renda no município, porque foram criadas 13.703 ocupações diretas e

76.912 ocupações indiretas, além de garantir a manutenção nos empreendimentos populares de 23.742 ocupações, que já existiam anteriormente. Isso no período de 7 anos de atuação do Banco do Povo (ARROYO, 2004 *apud* SANTOS & SOUZA, 2006).

Segundo os autores, um dos impactos desse processo foi o fortalecimento da organização social e política dos empreendedores populares, com a organização de 15 cooperativas populares, sendo que a grande maioria resultou do LOT, prioritariamente as 3.000 famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Escola Municipal; também conseguiram criar o Fórum de Desenvolvimento Local e Solidário e o Fórum de Empreendedores Populares de Belém; além do fortalecimento da organização econômica por meio de projetos especiais, tendo como exemplo a criação do atacado solidário, moda popular, catálogo de negócios e o cartão de crédito do empreendedor popular. Contudo, os autores avaliam que, mesmo com os significativos avanços, faltou um aprimoramento metodológico e um aprofundamento cultural sobre a compreensão do significado da chamada economia solidária.

A análise dos autores considera que essas debilidades têm relação com a forma de difusão da cultura cooperativista, frente a uma cultura secular individualista; também enfatizam que a origem da maioria das pessoas era do trabalho informal individualizado e não tinham experiência a respeito da gestão administrativa e financeira dos empreendimentos, bem como havia muita dificuldade de registro contábil e construção de fluxo de caixa, inclusive inviabilizando a transparência na gestão. Outro dado apresentado refere-se à dimensão econômica do empreendimento ou estudo de viabilidade que, na maioria das vezes, inexistia, assim como o uso de logradouros públicos pelos empreendimentos, sem nenhum tipo de formalização desse uso. Diante dessas fragilidades, várias providências foram tomadas, entre as quais: a regularização da ocupação dos logradouros públicos, a partir de 2003 pela SECON, incluindo os estacionamento, banheiros, áreas de turismo etc.; de 2001 a 2003, o Departamento de Apoio à Produção (DEAP) da SECON e o Banco do Povo, realizaram diversas atividades de formação profissional, visando superar as dificuldades de planejamento e gestão dos empreendimentos. A demanda da falta de assessoria permanente que foi bastante reivindicada pelas cooperativas, foi sendo atendida por meio do

Projeto Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES), da UFPA/UNITRABALHO que, “por meio da extensão universitária, começou-se a promover o acompanhamento no âmbito da gestão econômica e social e difusão de tecnologia social às cooperativas populares” (SANTOS & SOUZA, 2006 p. 8).

Esta cooperação técnica entre a UFPA, PMB e o Centro Socioeconômico (CSE), como unidade executora, desdobrou-se também na incubação de diversas outras cooperativas e no desenvolvimento do Projeto de Pesquisa Geração de Emprego e Renda que se configurou na articulação ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, os autores afirmam que foi possível envolver discente da graduação e pós-graduação e pesquisadores da UFPA e de outras instituições brasileiras de ensino superior, particularmente aquelas filiadas à Rede Interuniversitária Unitrabalho, que subsidiou a formação da equipe da UFPA na metodologia de incubação de empreendimentos solidários e na metodologia de pesquisa sobre políticas de geração de trabalho e renda, configurando-se numa experiência salutar de incubação de empreendimentos de economia popular e solidária. Os autores constatam que, a partir de 2001, a ITCPEs-UFPA-CSE-UNITRABALHO incubou pelo menos 12 empreendimentos de economia solidária, entre cooperativas e grupos solidários, em Belém. Mesmo diante dessas e outras dificuldades os autores analisam que a opção pelo estímulo à organização de empreendimentos populares, particularmente as cooperativas populares, marcou a política urbana de geração de emprego e renda da PMB, na gestão da Frente Belém Popular (SANTOS & SOUZA, 2006).

Fernandes (2002) analisa que o Banco do Povo cumpriu seu papel de promoção da cidadania, garantindo dignidade e a autoestima a essas famílias que viviam em situação de exclusão. O autor também considera que essa experiência injetou uma novidade na luta pela emancipação, pela igualdade social, além da inovação de integração com diversos outros programas de capacitação e estímulo ao associativismo desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Economia.

Todavia, o autor também reconhece as limitações nessa experiência, não somente por ter uma inadimplência superior às demais experiências de bancos populares, mas, principalmente, porque, segundo sua análi-

se, o fato de ser uma instituição governamental, tem que se submeter às exigências da burocracia do setor público. Além disso, sua sustentabilidade depende da disposição do governo, ficando ameaçada caso outro grupo político chegue ao poder no município e não queira manter o Banco do Povo. Porém, reconhece que o Banco do Povo de Belém foi uma iniciativa corajosa, desafiadora, que revela a importância da iniciativa da gestão pública municipal ao criar essa forma de organização para promover a economia solidária. Para o autor, além do crédito, também fomentou a organização popular, com base no princípio da solidariedade, como início de um processo de combate à exclusão, à pobreza, com participação popular, por meio do desenvolvimento econômico endógeno, através da criação de capital social, isto é, de laços de confiança e solidariedade entre os cidadãos, cidadãs e o governo, sendo uma iniciativa dotada de criatividade para tratar de problemas sociais numa realidade complexa das periferias de Belém (FERNANDES, 2002).

Para Arroyo (2007), a participação dos empreendedores e empreendedoras na economia popular em Belém, por meio do Banco do Povo, é fruto da estratégia de fortalecimento da organização dos Fóruns de Desenvolvimento Local Solidário e do Fórum de Empreendedores Populares de Belém, através do agrupamento por atividade econômica e dos cursos de formação (ARROYO, 2004 *apud* ARROYO, 2007). Segundo o autor, em 2002, as reuniões e plenárias, mobilizaram cerca de 3 mil empreendedores(as) populares, tendo como consequência a constituição de 13 Fóruns de Desenvolvimento Local Solidário e o estabelecimento de uma nova pauta dentro da luta cotidiana do movimento popular, buscando avançar as estratégias para a dimensão da luta econômica, tendo como horizonte o desenvolvimento humano. Tais processos também contaram com o apoio da ADS/CUT, do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), entre outras parcerias; e influenciaram para que o Banco do Povo passasse a aceitar o Aval Comunitário, contemplando as diversas organizações de empreendedores(as), seja em associação, cooperativa, grupo solidário, entre outras, passando a ter maior transparência e controle popular no desenvolvimento da ES e uma visão metodológica integradora da ação do Banco do Povo em torno da formação, organização e crédito. Mas, para o autor, tais avanços foram duramente atingidos pela mudança na

condução política do município de Belém, no final de 2004, quando foi eleito um prefeito do PTB, conforme esclarece Arroyo (2007), a seguir:

Com a vitória de Duciomar Costa nas eleições para prefeito de Belém, em 2004, o Banco do Povo, enquanto tal, desapareceu, passando o Fundo Ver-o-Sol a utilizar como nome de fantasia o seu próprio nome formal. A mudança no Banco do Povo não foi só de nome, pois, enquanto a gestão petista disponibilizava seus serviços para o conjunto da população de empreendedores, a nova gestão privilegiava grupos de empreendedores específicos. Outro aspecto é que passou a assumir políticas de “geração de emprego e renda” tradicionais, trabalhando capacitação profissional sem interação obrigatória com a política de microcrédito. No entanto, esta nova situação revelou uma importante característica da metodologia anterior. Mesmo sem a manutenção da marca, Banco do Povo, o conjunto dos empreendedores que participaram daquela política pública no período de 2000 a 2003, ainda o guardam como referência de apoio aos empreendedores da economia popular e solidária. [...] No entanto, sem o apoio institucional dado até 2003 pelo Banco do Povo, os empreendimentos menores sofreram descontinuidade e houve certa dispersão. Momento em que se processou uma depuração entre os 220 empreendedores e técnicos de apoio, conferindo maior nitidez aos perfis que, de fato, internalizaram os princípios e estratégias da Economia Solidária. (ARROYO, 2007, p. 219)

Os fatos apresentados sobre as mudanças na condução política da governança, no município de Belém, levam à reflexão sobre o fato de que não há neutralidade nas políticas públicas; ou favorecem à inclusão social, por meio da geração e renda e oportunidades, principalmente para as classes populares, ou dificultam o acesso, a essas classes, aos meios para adquirirem melhores condições de vida. Tais constatações, sendo estudadas pelo movimento social, podem favorecer o entendimento em relação à conexão dialética entre a questão econômica e a questão política, bem como uma análise crítica sobre os projetos políticos em disputa na sociedade. Outra reflexão sobre as mudanças políticas em Belém se refere ao cuidado do movimento da ES não criar uma excessiva dependência em relação ao poder público, buscando alcançar o desafio de se desenvolver e crescer, com a força de suas próprias organizações, constituindo-se numa

força motriz, capaz de garantir sua continuidade, com autonomia, num processo contínuo de emancipação.

As experiências de ES, após a criação da SENAES, no município de Belém/PA

Praxedes (2009) constata que a ES tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista a sua erupção social nos últimos 20 anos, inclusive em Belém/PA, como resultado do trabalho de diferentes segmentos sociais:

As iniciativas de apoio à economia solidária se apresentam desde os anos 1980, e as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, que podem ser consideradas as mais emblemáticas, sendo o governo do estado do Rio Grande do Sul o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, na implementação de políticas estaduais (ver SCHIOCHET, 2008). Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. (PRAXEDES, 2009, p. 57)

De acordo com a autora, essa relativa expansão, nos municípios e estados, de ações e programas de ES, favoreceu a criação da Rede de Gestores, municipais e estaduais, objetivando proporcionar intercâmbio, interlocução, interação, sistematização, proposição de políticas públicas governamentais e realização de projetos comuns para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, buscando qualificar a proposição de ações desenvolvidas a partir dos órgãos de governo para este segmento. A autora também enfatiza que a economia solidária é bastante recente e sua articulação com abrangência nacional só veio se concretizar durante o processo de articulação e realização do Fórum Social Mundial, no final da década de 1990 (PRAXEDES, 2009).

Miranda (2007) constata que para a criação da SENAES, em 2003, houve uma intensa mobilização no Estado do Pará, por algumas Entidades de Apoio e Fomento, com sede em Belém, que apoiaram a convocação assumida pelo Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, o GT de Economia Solidária do Fórum da Amazônia Orienta (FAOR) e o Banco do Povo de Belém. Este conjunto de organizações investiu na realização do 1º Encontro de Economia Solidária do Pará e na realização da primeira Plenária Estadual de ES, realizados no período de 13 a 15 de junho de 2003, do qual participaram quatrocentas pessoas, sendo a maioria empreendedores populares ou solidários, garantindo uma significativa representatividade do Pará, na III Plenária Nacional de ES (FPEPS, 2005, p. 10 *apud* MIRANDA, 2007). A força organizativa da ES do Pará elegeu Joana Mota e Miguel Rodrigues para representar o Pará no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Contudo, o prosseguimento das experiências de ES, em Belém, a partir de 2005, não contavam mais com o apoio da gestão municipal. A sua continuidade passa ter a influência, principalmente, das políticas públicas de ES do governo federal, a partir de 2003, sob a gestão da SENAES/MTE. É o que se observa na organização do Fórum Paraense de ES que ocorreu durante a realização do I Encontro Estadual de Economia Popular e Solidária, no período de 13 a 15 de junho de 2003, organizado pelo Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, GT de Economia Solidária do FAOR e Banco do Povo de Belém (PMB). O Fórum Paraense de ES foi composto por maioria de empreendedores(as), organizações não governamentais que atuavam na área e gestores de políticas públicas de apoio e fomento a empreendedores populares solidários. A partir da sua constituição na plenária estadual, acima citada, passou a desenvolver um trabalho planejado de articulação da ES no Pará, construindo uma identidade coletiva, por meio da criação de redes de atuação na ES, realizando feiras de comercialização dos produtos da ES, organização do Conselho Estadual e criação de leis da ES (FBES, 2007).

Constata-se, também, o fortalecimento da ITCPES/UFPA e de outras Entidades de Assessoria e Fomento, que passaram a ter mais suporte, por meio da SENAES, para desenvolver o papel de propulsores da ES no estado do Pará e em todo o Norte do país. Barbosa (2009) enfatiza que a criação

da SENAES fortaleceu ITCPES/UFPA a partir da retomada do Programa Nacional de incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), a partir de 2003. Com esse apoio as ações da incubadora passaram a se expandir, abrangendo desde a incubação de empreendimentos populares, estudos e pesquisas socioeconômicas, socialização da metodologia de incubação, projetos de alfabetização e demais atividades, no intuito de fortalecer experiências de ES na Amazônia. Além do PRONINC, a SENAES também investiu na organização dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), atendendo uma das proposições do FBES. Na região Norte a UFPA assumiu a execução do Projeto, por meio da ITCPES, iniciando as atividades do CFES a partir de 2008, com a celebração dos primeiros convênios para serem executados até o ano de 2012. Barbosa (2012) destaca que em todos os estados da região Norte foram criados os Coletivos Estaduais de Formadores com a finalidade de contribuir no planejamento participativo, na avaliação das atividades do CFES-Amazônia e na articulação dos participantes de projetos desenvolvidos pela SENAES nos Estados e geridos pelos Fóruns estaduais de ES. Desta forma a Incubadora iniciou as atividades em 2009, conseguindo concretizar a implantação e operacionalização de um Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), na cidade de Belém/PA, por meio do qual realizou 75 oficinas locais de formação em ES, além de 42 cursos estaduais de formação de formadores, envolvendo toda a equipe técnica da ITCPES/UFPA, das demais Incubadoras dos Estados membros e dos Fóruns de economia solidária dos Estados, bem como das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego dos Estados do Amazonas, Amapá e Tocantins (BARBOSA, 2012).

A Cáritas Brasileira, com atuação em mais de vinte anos na assessoria e acompanhamento de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), deu continuidade em seu trabalho se engajando na estratégia da política nacional de ES, sob a gestão da SENAES/MTE, por meio da execução do Projeto “Fundos Solidários”, incentivando a organização de dezenas de grupos solidários em Belém e na área rural de dezenas de municípios do Pará. Esse projeto se deu em consequência da linha de fortalecimento das Finanças Solidárias, prevista no PPA 2004 - 2007, prevendo a execução de um Programa que contemplou a assistência técnica para a geração de finanças solidárias. Em 2007, a SENAES ampliou o Programa Nacional de Fundos Solidários como

instrumento de promoção do desenvolvimento local e solidário (SENAES/MTE, 2012). A Cáritas atuou fortemente nesse processo, realizando estudos que foram intensificados em 2010 com as reflexões sobre a Campanha da Fraternidade, com o Tema “Economia e Vida” e como lema: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt, 6, 24) (BERTUCCI, 2009, p. 5).

A Rede de Educação Cidadã – RECID, hoje presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, também iniciou um importante trabalho de educação popular em Belém/PA, articulando a sociedade civil organizada na luta pelo desenvolvimento da ES, visando a geração de trabalho e renda e a defesa dos direitos sociais.

A Criação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (CONCAVES), em Belém, no ano de 2004, no bairro da Terra Firme. Inicialmente a CONCAVES contou com a assessoria da ITCPES/UFPA e se estruturou com o apoio do Projeto CATAFORTE, desenvolvido pela SENAES, passando a ter mais acesso a conhecimentos e orientações que favoreceram a melhoria da sua estruturação como cooperativa para conquistar uma inserção mais digna no mundo do trabalho e a melhoria na renda dos(as) associados(as) (CONCAVES, 2016). A SENAES investiu nesse segmento por meio das ações do programa batizado de CATAFORTE, que conseguiu atuar no país, inclusive em Belém, desenvolvendo projetos de formação e qualificação profissional e estruturação das associações e Cooperativas de catadores (SENAES/MTE, 2012, p. 102).

A criação do Banco Comunitário Tupinambá, no bairro de Baía do Sol, no Distrito Administrativo de Mosqueiro, em 2009, fortaleceu a ES solidária na cidade de Belém. Fruto de uma parceria entre a Associação Cultural FM Tupinambá com o Banco Palmas (CE), foi possível garantir a sua formalização como Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), cujos objetivos são: implementar projetos de geração de trabalho e renda, visando a superação da pobreza urbana, por meio do microcrédito a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador; além de garantir a valorização da riqueza produzida no próprio bairro. A sua moeda social é o Moqueio e está indexada ao Real, ou seja, 1 Moqueio é igual a 1 Real (INSTITUTO TUPINAMBÁ, 2012). No relatório da SENAES/MTE (2012) fica explícito que a formação do GT – Finanças Solidárias, sob a coordenação da SENAES, pleiteava alcançar um patamar de

articulação com diversas organizações, entre as quais o Banco Palmas e as instituições financeiras: Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco do Brasil (BB); Caixa e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa iniciativa tornou-se uma das fortes marcas da atuação da SENAES na política, ao longo de todo o período dos dois governos do presidente Lula, conseguindo influenciar na criação de mais de 100 Bancos Comunitários, entre os quais, o Banco Tupinambá de Belém.

Além do Banco Tupinambá, também foi criado o Instituto Tupinambá, em 2010, para atuar no trabalho de Fomento, intermediação do crédito e acompanhamento dos empreendimentos. O Instituto assumiu a assessoria de planejamento e gestão do Banco Tupinambá no que se refere à execução de Edital de fomento, formação e capacitação de empreendimentos solidários financiados pelo Banco Tupinambá. No período de 2009 a 2012, o Instituto Tupinambá realizou 31.427 operações bancárias e 610 operações de crédito com um volume de empréstimos de 110 mil reais. Beneficiou 1.200 famílias, com manutenção de 50 postos de trabalho e geração de outros 120. Realizou cursos, oficinas e palestras para os moradores do bairro e para outros locais, estimulando a rede solidária de economia (TUPIMAMBÁ, 2012).

A criação da Diretoria de Economia Solidária (Decosol), no governo do estado, foi uma conquista dos movimentos sociais engajados na ES. Diante dos apelos, a então governadora Ana Júlia Carepa do PT, eleita em 2006, atendeu à solicitação de criação de uma diretoria específica de ES quando alterou a denominação e reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social – Seteps, por meio da lei 7.027/2007, **passando a denominar-se de Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda – Seter, órgão da administração direta do Poder Executivo, tendo por finalidade institucional promover com qualidade e efetividade as relações do trabalho e a geração de emprego e renda.** No Art. 9º ficou estabelecida a criação da Diretoria de Economia Solidária (Decosol), com a competência de propor, coordenar e supervisionar e executar os programas e projetos que visem o fortalecimento da ES no Estado do Pará (Miranda, 2012).

A realização do Fórum Social Mundial, que aconteceu em Belém/PA, no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, pela primeira vez

na Amazônia, contou com a participação de cerca de 150 mil pessoas, de 142 países. De acordo com Miranda (2012) o FBES e o Fórum Paraense de Economia Solidária, assumiram grande responsabilidade com este evento, desde a fase de preparação, no início de 2008, quando foi definido um Grupo de Trabalho (GT) de ES, composto por EES e EAF, assim como a DECOSOL, garantindo a mobilização e a elaboração da cartilha sobre a moeda social Amazônida, que circulou no território da ES, durante o Fórum Social, além da exposição de produtos em 415 estandes e da ampla participação na assembleia do setorial de ES. O evento definiu proposições sobre diversas questões globais; e, no que se refere especificamente à ES, propôs a criação de laços cada vez mais fortes entre a economia, sustentabilidade e as finanças solidárias; considerou a necessidade de resgatar o papel da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) dentro do sistema ONU, para garantir o direito à alimentação por meio do incremento da produção de alimentos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária e a promoção de outro modelo de desenvolvimento, com trabalho e justiça, frente ao crescente aumento do desemprego no mundo e apoio ao projeto de Lei da Merenda Escolar Brasileiro, que garante que 30% da merenda seja comprada de empreendimentos locais da agricultura familiar e de Economia Solidária, fortalecendo um novo modelo de sociedade fundamentado na política do bem-viver, na emancipação dos povos e a transformação do atual modelo de desenvolvimento (FSM, 2009).

A criação da lei estadual 7.309/2009, estabelecendo a Política Estadual de Estímulo à Economia Popular e à ES no Estado do Pará, sancionada no dia 20 de outubro de 2009, pela governadora Ana Julia Carepa, é resultado de um processo de estudos, debates, em audiências públicas, desde 2007, quando o Fórum Paraense de Economia Solidária do Pará apresentou, na Assembleia Legislativa, a proposição do Projeto de Lei, por meio da deputada estadual Bernadete Ten Caten, líder do PT na Assembleia Legislativa do Estado. O avanço no marco legal é uma condição fundamental para garantir sustentabilidade dos EES, por meio de programas, projetos, parcerias e convênios, além de outras formas, que possam garantir o desenvolvimento desta outra economia. Ainda, o dispositivo instituiu o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) e também

autorizou o Executivo a criar o Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária (FBES, 2009).

A criação do Conselho Estadual de ES, no Pará, em 2009, foi uma consequência da força organizativa da ES e da criação da lei 7.309/2009, garantindo mais um passo importante no marco legal, possibilitando avançar numa política estadual de ES.

A aprovação da lei municipal de ES 8.911, no dia 23 de março de 2012, garantiu o avanço no marco legal da ES, instituindo, em Belém, o Programa Municipal de Economia Solidária. O Fórum Paraense de Economia Solidária é o principal protagonista deste trabalho, na medida em que realizou diversas reuniões e audiências públicas de elaboração das proposições, durante o ano de 2011. O vereador Otávio Pinheiro (PT) abraçou a causa



Fotografia 3 – Fórum Paraense de ES na Câmara Municipal de Belém/PA. **Fonte:** FPEPS, 2011.

desse segmento social e conseguiu atuar na articulação do apoio unânime da Câmara Municipal para aprovação do projeto de lei. No Art. 7º da lei ficam explícitos os objetivos de: I. Propiciar acesso à geração de trabalho e renda na perspectiva da ES; II. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e criação de fontes de renda; III. Incentivar a constituição de cadeias produtivas na ES; IV. Apoiar os empreendimentos econômicos solidários nos aspectos relacionados ao comércio justo e solidário; V. Propiciar o acesso às ações de ES por meio de estruturas físicas descentralizadas e territorializadas; VI. Apoiar o cooperativismo popular e solidário; VII. Promover a intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações do Poder Público Municipal. No seu Art. 8º, são considerados beneficiários os grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, composto por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no município de Belém e seus

distritos que cumpram, ao menos, um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes de agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários de serviços de saúde mental. Art. 9º A participação no Programa de Economia Solidária será formalizada por meio de um Termo de Adesão. No Art. 10 garante que as atividades de fomento, inclusive crédito produtivo orientado, de formação continuada dos empreendimentos econômicos solidários terão recursos procedentes do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (CÂMARA, 2012).

Além desses acontecimentos, o levantamento junto a EES e EAFs revelaram a importante atuação do FPES em especial Belém, em 2011 e 2012, articulando a criação do Fórum Metropolitano de ES, na grande Belém, o Conselho Municipal de ES em Belém, visando o avanço da ES na região metropolitana e, especificamente, em Belém (fppes, 2012). Outro dado importante foi a participação das mulheres na ES em Belém, com destaque para a o Grupo de mulheres produtoras da ES “Amazônia Design”, que se organizou a partir de 2007 e faz parte da articulação da Rede de ES Feminista (Resf); também se destaca a luta pela sobrevivência de centenas de pequenos empreendedores organizados na Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém – Aticehb, criado em 2008, por força da necessidade de contemplar as dezenas de camelôs num processo legal de comercialização de seus produtos; se observou um importante trabalho de base, por meio da ES, na organização do Grupo Mãos Solidárias, onde participam famílias que estão em situação de exclusão social, organizados em projetos coletivos de produção e comercialização, articulado com uma rede de vinte outros grupos de produção, no Distrito de Icoaraci, com o apoio da entidade Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável – Saema e o Centro Social Irmã Joselha da Silva, da Congregação Filhas do Amor Divino, além da assessoria e acompanhamento da Cáritas Brasileira. No desenvolvimento da ES, em Belém, percebeu-se a atuação da EAF Instituto Vitória Régia, com ações de qualificação profissional, planejamento e assessoramento junto aos EES; o Instituto Saber Ser que atua na formação e desenvolve a coordenação, em Belém, do Curso de Formação de Formadores da Universidade Federal de

Tocantins-UFT/SENAES/MTE; assim como a Rede de Educação Cidadã (Recid) que desenvolve o trabalho de Educação Popular, fazendo o acompanhamento e assessoria junto a diversos EES de Belém e do Estado.

Resultado das entrevistas sobre o impacto da SENAES em Belém/PA

A realização do levantamento de dados sobre o impacto da criação da SENAES em Belém/PA, referentes ao período 2003 a 2013, foi um dos mecanismos utilizado para se fundamentar a análise do problema e se buscar a comprovação da hipótese deste estudo de caso. A observação da realidade se fundamentou na base conceitual, definida pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), referentes aos conceitos de Economia Solidária (ES), Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Política Pública de Economia Solidária (PPES).

No âmbito do Sies, compreendem-se como políticas públicas de ES ações, projetos ou programas desenvolvidos por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal, com o objetivo de fortalecimento da ES, desde que possuam as seguinte características: atendimento a beneficiários diretos que são considerados os(as) trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de EES; desenvolvimento de ações de incubação, assistência técnica e organizativa, apoio técnico para registro da organização, elaboração de projetos, planos de negócios, diagnóstico, estudos de viabilidade econômica, fomento e apoio à constituição de redes de cooperação entre os EES e/ou à articulação de arranjos e cadeias produtivas solidárias; assim como, apoio a processos e mecanismos de comercialização de produtos e serviços, incentivando práticas comércio justo e solidário e de consumo consciente; incentivos e implantação de mecanismos para ampliação da participação dos EES nos processos de compras e aquisições governamentais de bens e serviços; fornecimento de crédito para apoio às iniciativas econômicas dos EES; apoio, assessoria e fomento às iniciativas de finanças solidárias, formação, capacitação e qualificação social e profissional de trabalhadores(as) e/ou sócios(as) dos EES; formação de educadores em ES; desenvolvimento e disseminação de conhecimentos apropriados às necessidades e demandas de fortalecimento dos EES; disse-

minação e divulgação da ES, visando a adesão e participação dos mesmos em processos de constituição de novos EES; apoio a processos participativos de desenvolvimento e formulação de marco jurídico apropriado à ES; apoio à estruturação de fóruns, redes, conselhos e outros espaços de formulação, participação e controle social de políticas públicas de economia solidária (SENAES/MTE, 2009).

Considerando esses conceitos como referenciais de conhecimento e análise da ES, em Belém, no período de 2003 a 2013, período em que foi instituída a política pública de ES, no âmbito do governo federal, por meio da criação da SENAES/MTE, buscou-se, inicialmente, uma aproximação com os atores, protagonistas, da ES em Belém, através de diálogos com diversas pessoas engajadas neste movimento social e participação nas reuniões das coordenações do Fórum Metropolitano e Fórum Paraense de ES, bem como, participação na VI Plenária Estadual de ES, em março de 2015, com a participação de cerca de cem pessoas, onde foram tratadas as seguintes temáticas: A História do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária (FPEPS); os avanços e desafios da Economia Solidária no Estado do Pará; a avaliação dos cinco anos da lei 7.309/2009 (Lei de Economia Solidária no Pará) e a atuação do Conselho Estadual de ES; Exposição sobre os Projetos Desenvolvidos no estado, financiados pela SENAES; Mulheres em Movimento Transformando a ES Paraense.

Após estes estudos com intensa participação da plenária, houve a elaboração de propostas, pelos seguintes grupos de trabalho: GT Marco Legal e Política Públicas; GT Comunicação e Visibilidade; GT Integração Regional; GT Estratégia Econômica; GT Educação e Cultura, GT Mulheres em Movimento, GT Finanças Solidárias. Em seguida, cada GT fez a apresentação das proposições a serem debatidas e analisadas pela nova coordenação FPEPS. Em seguida houve a composição e posse da nova coordenação do FPEPS, por consenso, ainda que tenha sido custoso chegar a essa definição apaziguadora.

Um outro aspecto da realidade, da ES em Belém, também foi observada no curso realizado pela Cáritas Norte II, de formação para agentes e Grupos Solidários, em junho de 2015, onde houve esclarecimento acerca da criação e funcionamento sobre Fundos Solidários, como

construção de processo emancipatório no desenvolvimento endógeno local, troca de experiências e avaliação do projeto em desenvolvimento. Registrou-se também uma feira de ES com a participação de uma rede de grupos econômicos solidários, empreendimentos individuais, que pretendem estruturar uma cooperativa de comercialização de produtos da economia popular. O processo conta com o incentivo de alunos do curso desenvolvido pelo CFES, que vem sendo executado em Belém pelo Instituto ISSAR. Os estudantes atuam nessa experiência buscando desenvolver um exercício prático de disseminação e organização da ES. Este processo da feira também recebe o apoio da Universidade da Amazônia (UNAMA). Nesta oportunidade foi possível constatar que ainda há muitas iniciativas de empreendedorismo individual, mas com perspectiva de se consolidar num amplo movimento organizado na Rede de Comercialização dos Produtos (CESOL), como mecanismo de suscitar uma nova cultura solidária por meio dos processos colaborativos a serem desenvolvidos, por dentro dessa atividade econômica coletiva.

A participação nesses eventos contribuiu na compreensão das diversas dimensões sociais, política e econômicas da realidade em Belém; além do que, nesses eventos, foi possível socializar os objetivos deste trabalho.

Após esses diálogos, a comunicação fluiu e foi possível realizar a pesquisa de campo deste trabalho de conclusão do mestrado, possibilitando se obter os seguintes dados:

Organizações entrevistadas – participaram da pesquisa um total de 23 organizações que se enquadram nos critérios do Sies, visando alcançar um nível de subsídios para análise da eficácia, eficiência e efetividade do trabalho da SENAES, em Belém.

Além deste critério, estabeleceu-se que os EES a serem pesquisados deveriam ter sido criados até 2013, considerando que a pesquisa se detém ao período de 2003 a 2013; que deveriam estar em funcionamento.

No caso das EAF, se estabeleceu, preliminarmente, que se deveria realizar a pesquisa com as entidades que atuam em ES, em parceria com a SENAES e o FPEPS, em Belém.

Desta forma procedeu-se o diálogo e o levantamento com pessoas das seguintes organizações:

Quadro 1 – EES participantes nas entrevistas em Belém/PA

Nº	EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)
01	Associação de Artesãos e Expositores do Pará e da Amazônia – Artppam
02	Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém – Aticehb
03	Associação Popular de Consumo – APC
04	Banco Comunitário Tupinambá
05	Cooperativa de Artesanato do Pará e da Amazônia – Cooarpam
06	Cooperativa de Prestação de Serviços de Belém – Coopbel
07	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – Concaves
08	Cooperativa dos Artesãos de Icoaraci – Coarti
09	Grupo de Mulheres Produtoras da Economia Solidária Amazônia Design
10	Grupo Ateliê Irupê – Lar Fabiano de Cristo
11	Grupo Ambiente Parauara
12	Grupo Mãos Solidárias
13	Instituto Eco-Vida-Amapá- Flora Marajó
14	Instituto Tupinambá
15	Movimento Afrodescendente do Pará – Mocambo
16	Saema – Sociedade Assistencial Mãe Admirável

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Quadro 2 – EAF participantes nas entrevistas

Nº	ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO
01	Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT
02	Cáritas Brasileira – Regional Norte II
03	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase
04	Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (Issar)
05	Instituto Vitória Régia Capital Social
06	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFGPA
07	Rede de Educação Cidadã – Recid

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2016).

Perfil das pessoas entrevistadas – observando os dados do *gráfico 3*, na próxima página, se percebe que a maioria dos participantes ocupa cargos de coordenação, sendo que 79% (*gráfico 4*), exerce essa função a mais de três anos, significando um relativo conhecimento do trabalho da SENAES em Belém. Em relação ao nível de escolaridade desses participantes, se observa, no *gráfico 5*, que 46% já concluíram o ensino médio e mais de 50% concluiu a graduação, dos quais, 23% também já fez pós-graduação, o que, em tese, pode favorecer maior compreensão da complexidade da execução das políticas públicas. Sobre suas motivações para estar engajado(a) na ES, *quadro 3*, as respostas indicam que a maioria se move em favor da ES por entendê-la como alternativa diante do sistema social dominante excludente.

Quadro 3 – Motivações para atuar na ES

MOTIVAÇÕES	QUANTIDADE
Alternativa ao desemprego	4
Porque é uma forma de geração de trabalho e renda	4
Motivação social, política, filantrópica ou religiosa	6
Incentivo à Produção e comercialização de produtos orgânicos	3
Alternativa de formação e qualificação	2
Por que há mais possibilidade de ganhos em EES	4
Total	23

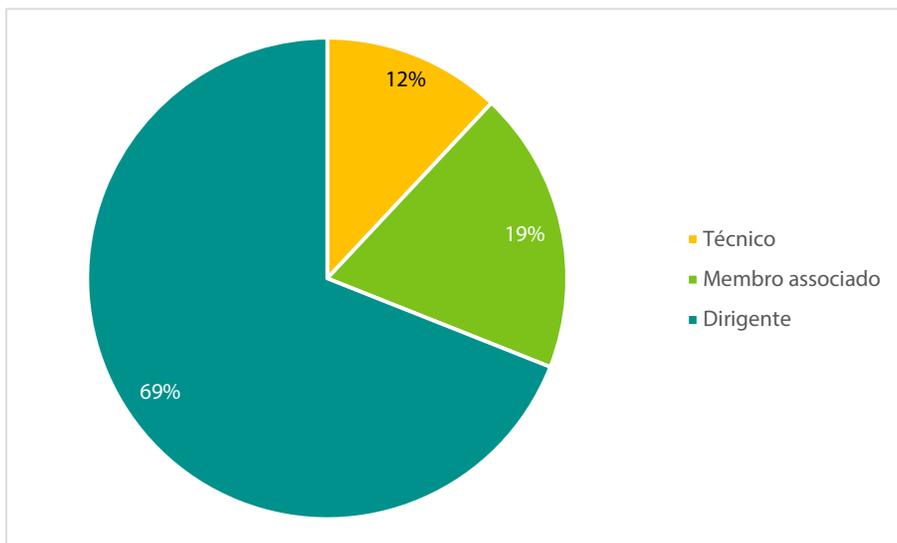
Fonte: Dados do levantamento (2016).

Tabela 6 – Dados referentes a sexo e idade dos(as) entrevistados(as)

SEXO	FEMININO	MASCULINO
	13	10
MÉDIA DE IDADE DOS PARTICIPANTES, POR GÊNERO	47	50

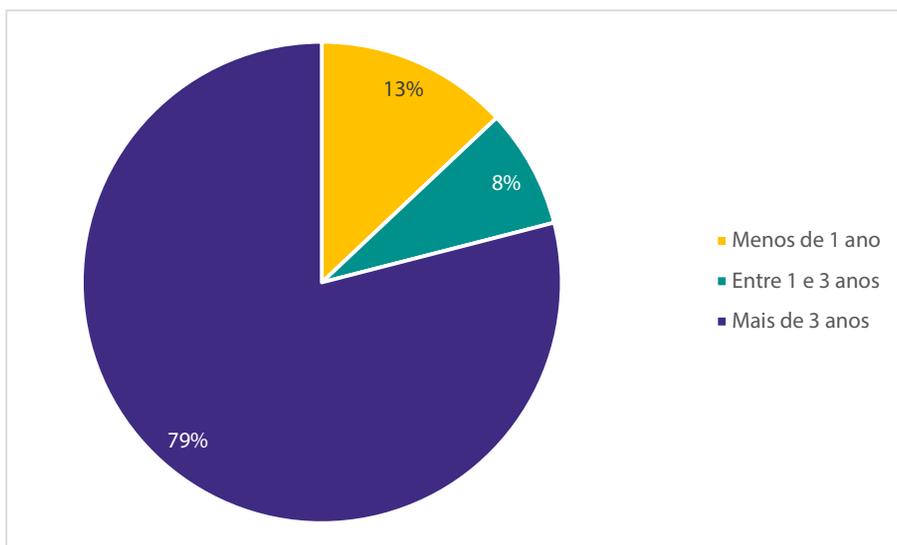
Fonte: Dados do levantamento (2016).

Gráfico 3 – Cargo ocupado pelas pessoas entrevistadas

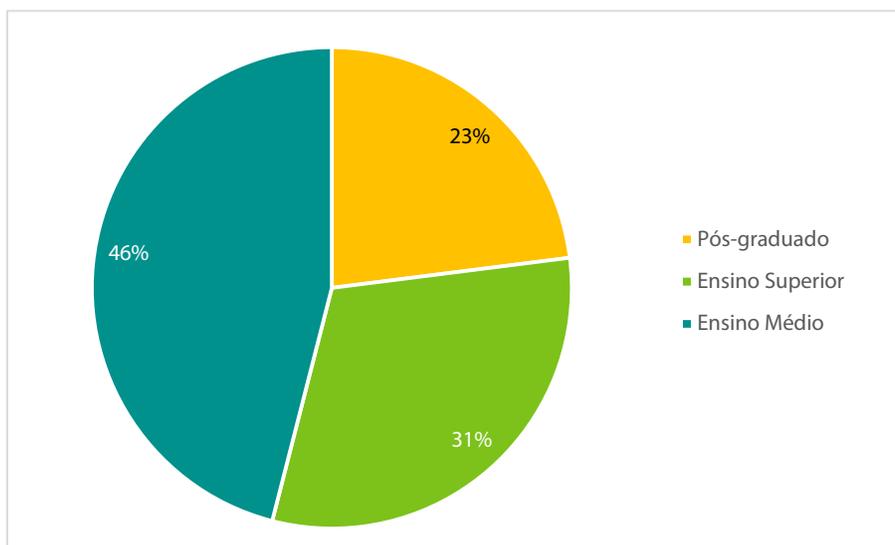


Fonte: Dados do levantamento (2016).

Gráfico 04 – Tempo de atuação no cargo pela pessoa entrevistada



Fonte: Dados do levantamento (2016).

Gráfico 05 – Grau de instrução das pessoas entrevistadas

Fonte: Dados do levantamento (2016).

Avaliação geral da SENAES (gráfico 6):

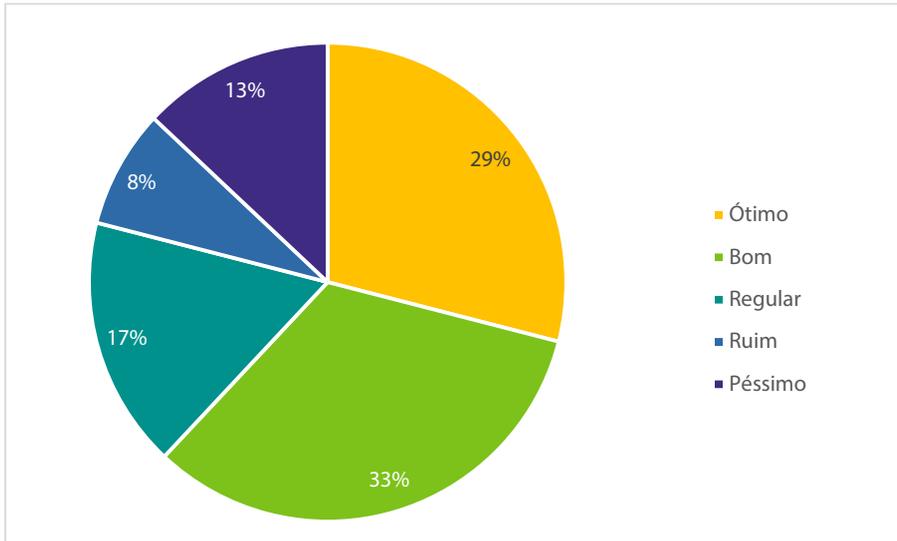
Ótimo – foram justificadas pelas possibilidades que se criaram de organização das feiras nacionais, estaduais e municipais dos produtos da ES; porque abriu caminho para organização dos catadores, ressaltando o Projeto Cata Forte da SENAES; porque a SENAES foi uma conquista dos Fóruns de ES e conseguiu desenvolver políticas amplas de ES, de forma transversal, considerando as diversas realidades do país; porque fortaleceu a articulação nacional dos movimentos de ES, aumentou a autoestima desses movimentos e influenciou na geração de trabalho e renda para os segmentos mais excluídos; porque assimilou as propostas dos movimentos sociais, expressas no Fórum Social Mundial em 2001, conseguindo transformá-las em políticas públicas; porque atuou de forma horizontal, chegando em todos os estados e na maioria dos municípios com suas políticas; pois, apesar das dificuldades, conseguimos criar a lei estadual e municipal de ES; fortaleceu os movimentos por meio de convênios; reconheceu o modelo de ES desenvolvida pelas populações tradicionais que já é uma referência para essa população; promoveu a inclusão através das redes.

Bom – porque investiu na formação e capacitação das pessoas que coordenam os empreendimentos; fez bons investimentos no fortalecimento dos movimentos sociais, inclusive referendando o FBES, mas ainda faltou mais empenho e fiscalização nas ações que ela apoiou; a SENAES representa uma grande e histórica vitória para o movimento de ES brasileira, por trazer uma nova esperança às atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário; porque buscou conhecer a realidade dos movimentos sociais de ES em cada estado da nação, por meio de pesquisa e dialogando com a representação dos diversos segmentos de ES.

Regular – a SENAES fez até um grande esforço para dar conta da sua missão. Mas houve muita fragilidade no acompanhamento dos convênios e projetos; atuou com poucos recursos humanos, dificultando a gestão da política de ES em nível de Brasil; devido, também, ao perfil acadêmico da maioria dos recursos humanos.

Ruim – porque não houve parceria da SENAES com o segmento de Artesãos em Belém, mesmo com a existência de várias associações e até cooperativa. Mas não houve esse apoio direto para os empreendimentos; porque não ajudou estruturar espaços de comercialização da ES em Belém; faltou estratégia conjunta de atuação.

Péssimo – porque faltou apoio para deslocamentos de feirantes para as feiras nacionais; observa-se que faltou ser feito um bom trabalho porque a maioria dos empreendimentos que se dizem de ES ainda são individuais; faltou a SENAES investir mais na disseminação da cultura da solidariedade; porque faltou estratégia de acompanhamento e monitoramento na execução das políticas. Essa é a causa dos maiores problemas em Belém.

Gráfico 6 – Avaliação Geral do Trabalho da SENAES/MTE em Belém/PA

Fonte: Dados do levantamento (2016).

Em relação à atuação da SENAES (gráfico 7), para fortalecer os EES e EAF em Belém, houve uma apresentação das seguintes opiniões:

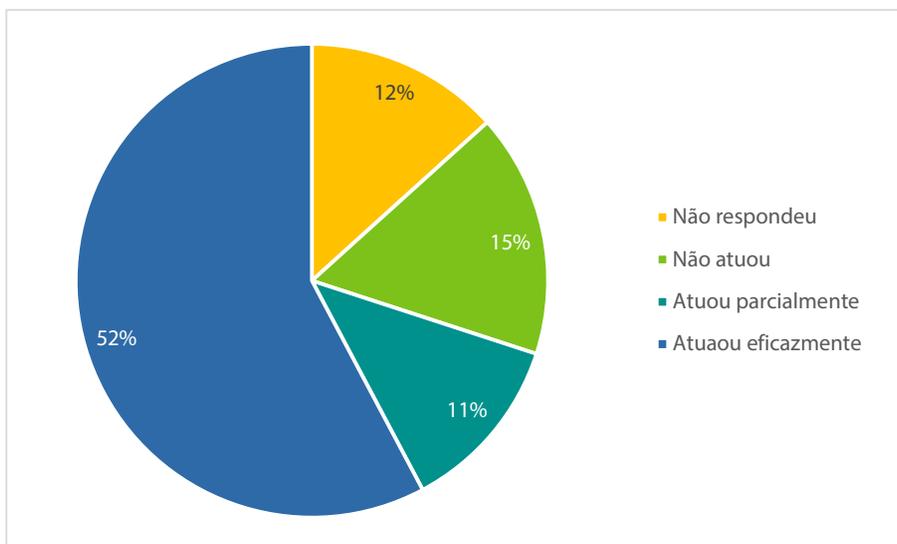
Não atuou – considerou-se as respostas em branco e as respostas que afirmaram desconhecer o trabalho da SENAES.

Atuou parcialmente – considerando que atuação da SENAES foi, majoritariamente, a nível estadual, por meio das EAF, deixando Belém em segundo plano.

Atuou eficazmente – considerando que houve fortalecimento dos grupos de mulheres através da RESF; assim como houve o fortalecimento das entidades que têm atuação estadual, com sede em Belém e com alguns projetos voltados para a capital; influenciou para se criar uma identidade de ES, por meio da organização em redes; ajudou a tirar as entidades do anonimato em Belém; somente depois da SENAES aumentou a parceria entre as entidades, por meio das articulações que iniciaram para se fazer um trabalho conjunto; o trabalho da SENAES contribuiu para o surgimento do Banco Tupinambá; fortaleceu o PRONINC e a rede dos bancos comunitá-

rios; desenvolveu projetos de formação por meio do CFES, além de outros projetos que realizaram vários cursos e oficinas, através de Editais para a EAF desenvolverem a formação; criação de leis e criação de fundos solidários; transformou a ES em políticas públicas; a chamada pública de apoio aos Bancos Comunitários de 2010 a 2013; projeto voltado para capacitação profissional das mulheres; realização de cursos e orientações para a estruturação CONCAVES; trabalhou em sintonia com o FBES ajudou articular as feiras; lançamento de editais que viabilizava atividades de fomento e apoio à economia visando à geração de trabalho.

Gráfico 7 – Atuação da SENAES para fortalecer os EES/EAF em Belém/PA



Fonte: Dados do levantamento (2016).

Sobre os Avanços da ES em Belém com o apoio da SENAES (gráfico 8):

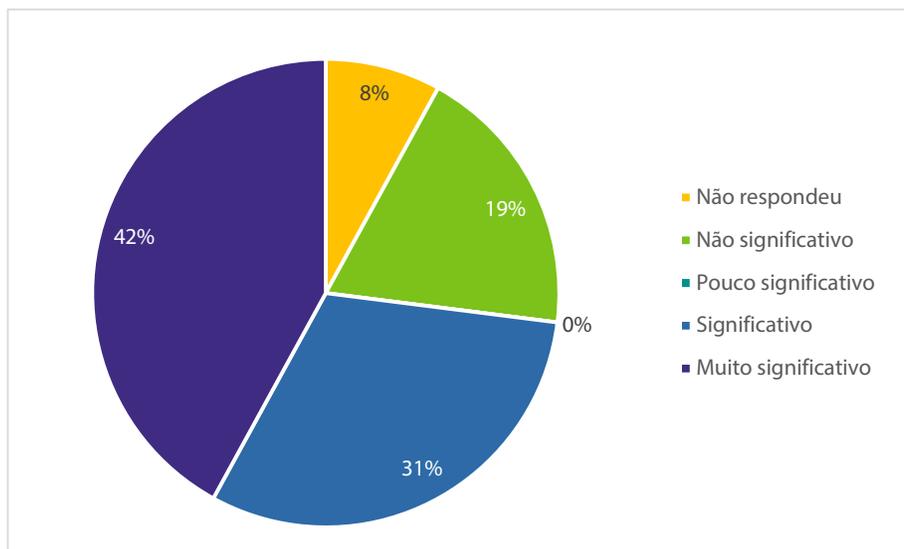
Não significativo – o movimento de ES está enfraquecido, sem coordenação e sem projetos; já foi mais forte em Belém.

Pouco significativo – a SENAES incentivou a criação de fóruns, conselhos; em Belém houve até uma animação, mas faltou um trabalho de acompanhamento, de unificação de forças para fortalecer a ES.

Significativo – foi relevante o trabalho através de projetos, criação do fórum paraense de ES, a criação da lei estadual e a formação em ES feita pela ITCP;

Muito significativo – houve investimento em formação; qualificação profissional; se criou uma identidade para o movimento social; houve mais participação dos EES e EAF nas políticas públicas de ES; realização de conferências; organização de redes de comercialização; criação da lei estadual e municipal de ES; realização de feiras nacionais e estaduais e municipais; apoio para o movimento social através do FBES; transformou em políticas as reivindicações do movimento social; ampliação do cadastro dos EES; criação e consolidação de Bancos Comunitários; em Belém tem a experiência do Banco Tupinambá; vários segmentos da economia solidária se fortaleceram, entre os quais os catadores, confecção etc.; criação de diversas cooperativas com os princípios da ES; investiu em informação e divulgação das ações nos diversos estados e municípios; fez articulações no país e a nível internacional; houve um certo avanço na normatização administrativa com o reconhecimento de uma moeda social dos Bancos Comunitários pelo Banco Central.

Gráfico 8 – Avanços da ES em Belém com apoio da SENAES



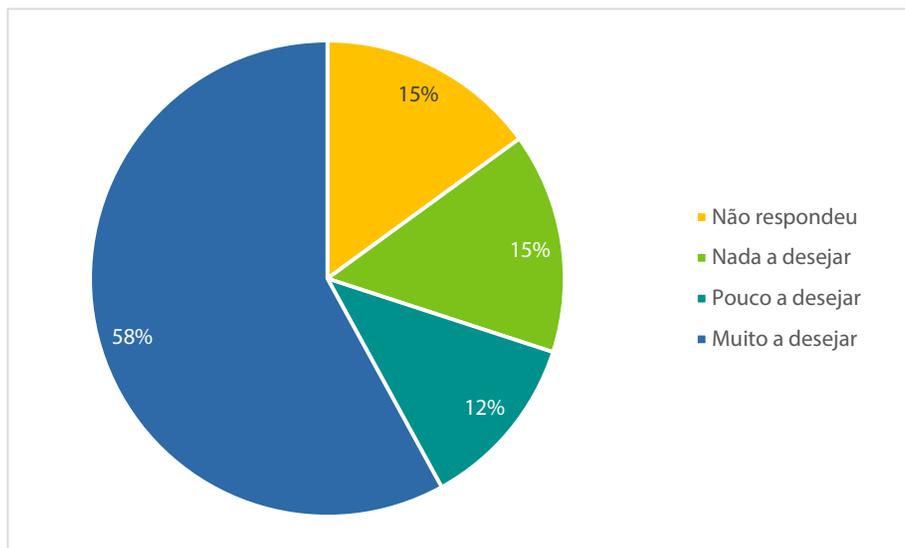
Fonte: Dados do levantamento (2016).

As lacunas do trabalho da SENAES em Belém (gráfico 9):

Muito a desejar – faltou promover mais acesso a financiamento para os EES; faltou simplificar o processo de acesso a recursos; faltou criar uma referência de ES para a Amazônia; faltou olhar mais para nossa região norte com apoio logístico; faltou acompanhamento para desenvolvimento do trabalho do fórum estadual e metropolitano; faltou acompanhamento na ponta isso porque a SENAES tem uma composição muito acadêmica; faltou fortalecer os fóruns porque as EAF recebiam recursos sem o Fórum local tomar conhecimento e sem poder contribuir no planejamento da execução dos projetos; falta apoio para a comercialização; a saída de Paul Singer da SENAES; faltou investir na capacitação para o segmento de artesãos; faltou mais editais voltados para o fortalecimento dos EES; faltou logística de comercialização; deixou de fazer o acompanhamento na ponta, junto aos EES; não conseguimos ter avanços; ficamos com as leis no papel e não tivemos capacidade de influenciar para mudar essa realidade; faltou monitoramento da SENAES; faltou dar continuidade aos projetos e melhor sistematização das experiências.

Pouco a desejar – a SENAES fez a sua parte, mas falta continuar os projetos iniciados e diminuir a burocracia para acessar editais; faltou acompanhamento; fez muita divulgação, mas faltou mecanismos de enraizamento da cultura da ES; fez bons investimentos, mas faltou priorizar os que fazem os serviços e trabalhos mais pesados; garantiu apoio para as EAF, mas faltou a integração de todos os projetos patrocinados pela SENAES em Belém.

Nada a desejar – a SENAES fez o que foi possível; levou a sério os movimentos sociais, incluindo suas demandas; pesquisou por meio do SIES a realidade da ES; valorizou as experiências que já existiam de ES; criou as redes; em pouco tempo conseguiu aprovar orçamentos no Plano Plurianual do governo federal para fortalecer os movimentos por meio de diversos projetos.

Gráfico 9 – Lacunas no trabalho da SENAES Belém/PA

Fonte: Dados do levantamento (2016).

Problemáticas da ES em Belém (gráfico 10):

Formação – A coordenação do FPES não ajuda nos processos dentro dos EES; falta mais pontualidade no cumprimento das decisões coletivas; falta desenvolver mais a cultura da participação, com pontualidade e responsabilidade em levar à prática as decisões; o maior problema é a disputa política pelo poder e por espaço; o comportamento de exacerbação do ego, personalista e autoritário ainda é muito forte; os interesses individuais ficam acima dos interesses coletivos, e a cultura da competição está atrapalhando o desenvolvimento da ES em Belém; falta mais reflexão e exercício da cultura da solidariedade e da democracia; falta uma cultura da valorização do ser humano, do respeito aos que precisam e garantir que sejam prioridade; ainda tem uma grande parte do público dos EES desinformada sobre o papel da ES; a cultura individualista ainda prevalece nos EES; falta exercitar a cultura da participação nos EES.

Articulação – falta estratégia coletiva de atuação na ES em Belém; falta mais entendimento entre as parcerias; ainda há muitos conflitos; falta articu-

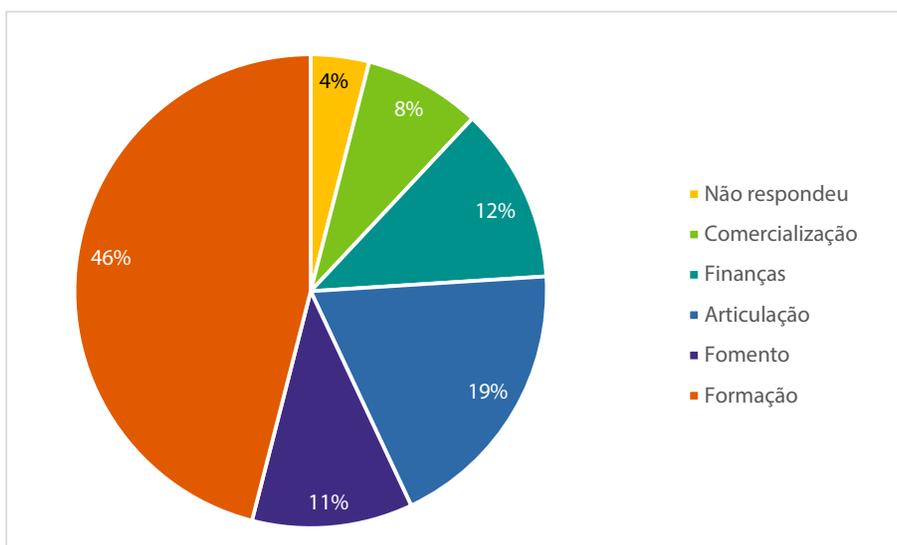
lar uma pauta e exigir o apoio das instituições públicas locais; falta integração dos projetos desenvolvidos pelas EAF; movimento social recuou e as políticas públicas desenvolvidas pela SENAES estão empacadas; as EAF executam os editais em Belém sem conhecimento da coordenação do FPES.

Finanças – a SENAES enfraquece o FPES e o Conselho Estadual de ES quando repassa recursos para as EAF sem o conhecimento desses coletivos que representam o movimento social; ainda há muita burocracia para ter acesso a recursos; falta de apoio financeiro diretamente para os EES; falta os governos locais investirem mais nesse novo jeito de se fazer a geração de trabalho e renda com os princípios da ES.

Fomento – há necessidade de mais orientação e acompanhamento para organização dos EES; falta de ferramentas para desenvolvimento da ES; falta monitoramento do trabalho do FPES; falta troca de experiência entre os EES.

Comercialização – falta apoio e compromisso do poder público local com a comercialização dos produtos da ES; falta mais logística para a comercialização em Belém; falta meios para o escoamento da produção.

Gráfico 10 – Problemáticas da ES em Belém/PA



Fonte: Dados do levantamento (2016).

A análise do impacto da SENAES sobre as organizações de ES em Belém/PA

A finalidade desta análise tem como ponto de partida a temática escolhida como questão central no projeto de elaboração da dissertação de conclusão do mestrado, que expôs em evidência o seguinte problema: Qual o impacto da criação da SENAES nas organizações de ES em Belém/PA, no período de 2003 a 2013? Para averiguar tal problema, se pré-definiu a seguinte hipótese: a política de ES, desenvolvida pela SENAES, influenciou substancialmente, no desenvolvimento endógeno no município de Belém, fomentando o fortalecimento e a criação de organizações de EES.

Na análise dos dados do levantamento percebeu-se a necessidade de um breve estudo sobre o significado de desenvolvimento endógeno, visando a problematização em relação ao impacto do desenvolvimento das políticas públicas de ES, sob a gestão da SENAES em Belém/PA. Amaral Filho (1996) apresenta esse novo modelo de desenvolvimento regional como ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais, colocando nas mãos destes o destino da economia local ou regional.

Para o autor, este modelo supõe o desenvolvimento social e econômico, de baixo para cima, tendo como ponto de partida as potencialidades socioeconômicas originais do local, em contraponto ao tradicional modelo de desenvolvimento estruturado de cima para baixo, a partir de interesses nacionais ou empresariais (AMARAL FILHO, 2001).

Sobre o modelo tradicional de desenvolvimento social e econômico, Santos (2003) argumenta que o processo de globalização se impôs como um rearranjo, a serviço das estratégias dos mais ricos do mundo, sendo a principal causa do aumento das desigualdades sociais, do aprofundamento da cultura da competição e consumismo, num processo de massificação da sociedade. Para o autor essa massificação é imposta por meio da tirania do dinheiro e da informação, influenciando numa competição desigual, determinando a escassez e a pobreza para os excluídos, diante da fraqueza política dos Estados. Neste sentido, enfatiza que: “há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas. A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades [...] e a política é, em grande parte, subordinada às suas regras (SANTOS, 2003, p. 40).

Analisando este novo modelo de desenvolvimento social e econômico, hegemônico, na sociedade pós-moderna, Barquero (2001) também critica o processo de globalização, por ter aguçado, a partir dos anos 1990, o aumento da concorrência no mercado mundial, o ajuste no sistema de produção e a governança das nações, de acordo com as exigências impostas pela nova divisão internacional do trabalho.

Para o autor, tais exigências se configuram nas prerrogativas neoliberais de redução do papel do Estado na economia, culminando com a redução dos direitos sociais, em consequência da privatização dos serviços públicos, políticas públicas de caráter compensatório, sem mudança na raiz dos problemas de exclusão social, entre outras questões. Em relação ao desenvolvimento endógeno, o autor avalia que esse modelo pode ser uma alternativa de contraponto ao paradigma dominante, fundamentando-se nas relações entre indivíduos, empresas e organizações, que podem se organizar em uma variedade de redes, conforme os arranjos produtivos locais, investindo no fortalecimento do território e nas relações comerciais baseadas na confiança (BARQUERO, 2002).

O desenvolvimento endógeno poderá se constituir numa alternativa contra-hegemônica, de rompimento com o modelo tradicional de planejamento das políticas públicas, desde que esteja ancorado a um projeto de distribuição de renda e de oportunidades de acesso, às demais políticas, como mecanismo de interação e construção de um processo de inclusão, mas também de emancipação das classes mais excluídas, por meio do engajamento desses segmentos, em redes, por cadeias produtivas e acesso às diversas condições de exercício da cidadania.

A SENAES assumiu a proposição do novo paradigma de desenvolvimento das políticas públicas de ES, a partir da práxis de uma metodologia participativa de proposições de demandas, garantindo a horizontalidade e o exercício democrático de participação dos diversos segmentos, atores, redes e territórios, em todo o ciclo de elaboração e gestão, incluindo: planejamento, execução, monitoramento, avaliação e a revisão.

Baptista (2015) apresenta uma reflexão sobre essa ideia do ciclo das políticas públicas, apontando para a necessidade de se reconhecer as especificidades de cada um destes momentos do ciclo, como oportunidade de intervenção sobre o processo social e político. Nessa perspectiva, a autora

apresenta um processo metodológico em que o primeiro passo é o reconhecimento de um problema, de relevância pública, que se constitui no ponto de partida para a geração de uma política pública. Estes problemas podem ser percebidos a partir de indicadores, identificados por dados quantitativos, por crises, ou pelo retorno de ações governamentais, passando a serem considerados importantes na formulação das políticas (BAPTISTA, 2015). Neste sentido, é válido ressaltar que a mudança da agenda governamental se altera à medida em que os cenários políticos se modificam.

A autora diferenciou três tipos de agenda no processo político: a agenda sistêmica ou não governamental, que corresponde à lista de assuntos e problemas do país, mas fica aguardando oportunidade para ser prioridade; a *agenda institucional ou governamental*, que inclui os problemas que obtêm a atenção do governo, mas ainda não se tomou uma decisão; e a agenda decisória ou política, que corresponde à lista de problemas que estão sendo considerados e que serão trabalhados nos processos de execução. Destarte, o autor esclarece que o poder governamental não consegue atuar em todos os problemas e que apenas alguns entram na agenda decisória (KINGDON, 1984 *apud* BAPTISTA; REZENDE, 2015).

Em relação à participação de atores não governamentais na formulação das políticas públicas, a autora destaca que só é possível quando grupos organizados, representando uma parcela da população, operam de forma indireta no processo político.

Esse processo de planejamento das políticas públicas com a participação da sociedade civil organizada, representando os segmentos populares, foi desencadeado no Brasil somente a partir de 2003, quando o novo governo federal, liderado pelo presidente Lula, incorporou as demandas sociais, entre as quais a criação da SENAES, para gerir políticas que foram elaboradas num denso debate e processo de sistematização, a partir da constituição do GT de ES, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre em 2001, visando alcançar objetivos de interesse público. Destaca-se, neste cenário, a capacidade reconhecida do professor Paul Singer, que passou a ser uma referência dos diversos segmentos da ES, sendo escolhido para ser o primeiro Secretário Nacional de Economia Solidária. Contudo, também se evidencia a capacidade propositiva do GT de ES, sendo capaz de incluir, nas suas proposições, as deman-

das das diversas vertentes desse movimento social no Brasil, idealizar e concretizar a criação do FBES, como representante da sociedade civil e da SENAES como órgão do governo federal para assumir a gestão pública das políticas.

O FBES passou a ser porta-voz das demandas dos segmentos de ES porque conseguiu fazer uma articulação com a SENAES, sendo possível transformar as demandas em Políticas Públicas, conforme relatório da SENAES/MTE (2012). Tais políticas foram incorporadas ao Plano Plurianual (PPA), onde se explicitou a distribuição dos recursos públicos, no PPA 2004 – 2007; 2008 – 2011, nas cinco macro-regiões do país e sua continuidade na edição seguinte do PPA 2012 a 2015 (MTE, 2016).

A Política Pública de ES foi se consolidando com a realização das plenárias municipais, estaduais e nacional, criação de redes, engajamento de centenas de entidades de apoio e fomento, a determinação do FBES de opinar no planejamento, acompanhar a execução, como exercício do controle social. Esse avanço institucional tem um caráter político na medida em que influenciou na vivência de uma nova cultura, seguindo os passos do ciclo de desenvolvimento das políticas públicas, na elaboração, planejamento, implementação, estabelecendo o controle, por meio do processo de avaliação e revisão, conforme a figura, a seguir:

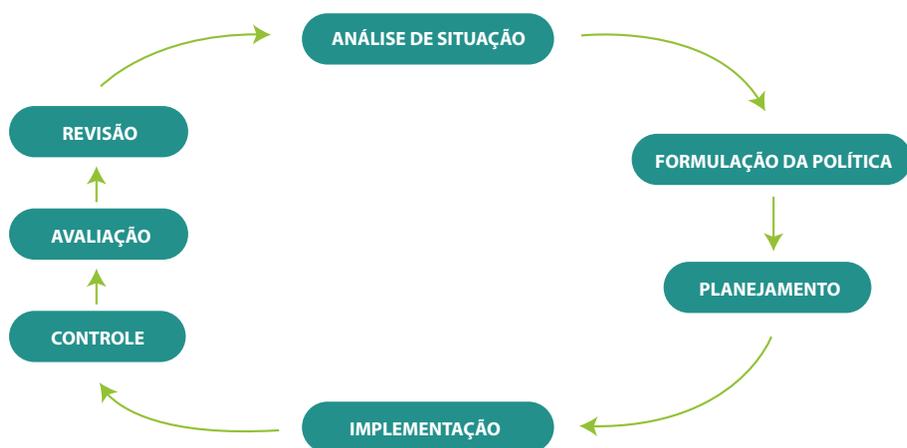


Figura 4 – O ciclo das políticas públicas. **Fonte:** CÁRITAS, 2015, p. 9.

A atuação da SENAES, em todo o país, se deu pela execução de um conjunto de projetos financiados com recursos predestinados no Plano Plurianual, além de diversos convênios celebrados. Os dados a seguir, sobre esses recursos, se referem ao período de 2003–2010, quando foram apoiados um total de 435 projetos de apoio e fortalecimento da ES, dos quais se constata que: 146 diretamente pela SENAES, 175 pela Fundação Banco do Brasil (FBB), 64 pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e 50 pelo Banco do Nordeste (BNB). O investimento total chega a 206,2 milhões de reais.

Tabela 7 – Recursos investidos nos projetos (2003–2010)

ORIGEM DO PROJETO	PROJETOS	%	R\$	%
SENAES	146	33,6	129.526.830,61	63%
FBB/SENAES	175	40,2	51.169.410,80	25%
FINEP/SENAES	64	14,7	20.772.514,81	10%
BNB/SENAES	50	11,5	4.809.585,19	2%
TOTAL	435	100,0	206.278.341,41	100%

Fonte: SOLTEC/UFRJ, 2011 *apud* SENAES, 2012.

A distribuição dos recursos por abrangência nacional e regional, conforme a tabela a seguir, revela que os projetos nacionais são os de maior porte, representando 15^o do número de projetos com 34% do valor total investido. Por outro lado, se observa que a menor participação é das regiões Norte e Centro-Oeste, tanto no quantitativo de projetos, quanto no valor investido.

Tabela 8 – Recursos investidos em projetos por abrangência nacional e regional (2003–2010)

ABRANGÊNCIA	PROJETOS	%	R\$	%
Nordeste	135	31%	38.242.988,60	19%
Sudeste	99	23%	40.847.739,60	20%
Sul	73	17%	23.624.286,70	11%
Norte	35	8%	22.383.075,20	11%
Centro-Oeste	26	6%	10.898.380,70	5%
Nacional	67	15%	70.281.870,61	34%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011 *apud* SENAES, 2012.

Tabela 9 – Distribuição projetos por ações agregadas (2003–2010)

AÇÕES AGREGADAS	PROJETOS	%	R\$	%
Promoção do desenvolvimento local e ES	28	6%	56.392.569,24	27%
Apoio a incubadoras de economia solidária	82	19%	29.398.672,34	14%
Apoio e fomento a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis	28	6%	20.861.868,15	10%
Projeto de Formação de Formadores em ES	29	7%	20.218.556,52	10%
Apoio às finanças solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos etc.)	71	16%	17.782.177,99	9%
Comercialização solidária	31	7%	15.455.305,83	7%
Fortalecimento institucional da economia solidária	19	4%	11.462.117,15	6%
Mapeamento da economia solidária no Brasil	48	11%	9.646.508,00	5%
Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação	51	12%	8.611.971,18	4%
Assessoria técnica a EES	17	4%	5.049.846,18	2%
Apoio e assessoria a empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão	9	2%	5.012.376,74	2%
Centros Públicos de Economia Solidária	19	4%	4.562.372,09	2%
Outros – diversos	3	1%	1.824.000,00	1%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: Pesquisa SENAES - SOLTEC/UFRJ, 2011 *apud* SENAES, 2012.

A visibilidade deste quadro possibilita ter-se uma ideia de que a SENAES investiu o maior volume de recurso nas ações de promoção do desenvolvimento local e da ES. Os projetos de apoio a incubadoras de ES aparecem também com forte prioridade de investimento, seguidos pelos projetos de fomento às organizações de catadores de materiais recicláveis, de formação e de finanças solidárias.

No quadro abaixo apresenta-se a sistematização das políticas públicas desenvolvidas pela SENAES e a incidência dessas políticas na cidade de Belém/PA. Neste sentido apresentam-se informações referentes ao período de 2003 a 2013, no intuito de se ter maior clarividência da comprovação da hipótese, averiguando a constatação do impacto dessas políticas, no desenvolvimento endógeno no município de Belém/PA.

Quadro 4 – Os impactos da atuação nacional da SENAES em Belém/PA

ESTRATÉGIAS DA SENAES PARA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ES	
Ano	Atuação nacional da SENAES
2003	Atuação em Belém
Fortalecimento institucional	
2003	<p>Estruturação da SENAES; Realização de Conferências nacionais, estaduais e municipais de ES; início da Construção de um Marco Jurídico da Economia Solidária no Brasil.</p> <p>Inserção da ES nos Planos Plurianuais (PPA) de 2004 a 2007.</p> <p>Realização do primeiro mapeamento da ES no Brasil (2005 - 2007), com a implantação do SIES;</p> <p style="text-align: center;">Comercialização solidária</p> <p>Ação de Desenvolvimento Local e ES (PPDLES); implantação do Programa Nacional de Feiras; Desenvolvimento do Projeto Fundos Solidários.</p> <p>I Conferência Nacional de Economia Solidária (Brasília/DF - 26 a 29 de junho de 2006) - Instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES;</p> <p>2007 - Criação da Frente Parlamentar de ES. Expansão das políticas públicas de ES, por meio da criação de Centros Públicos de ES.</p>
2004	<p>Criação do Fórum Paraense de ES; Realização de Conferências Municipais e Estadual e ES. Participação na Conferência Nacional.</p> <p>Foram realizados diversos projetos de fomento de EES, por meio das EAFs, em Belém.</p> <p>Realizado em Belém no período 2005-2007, em parceria com FASE, Cáritas e ITCP/UJFPA, todas com sede em Belém.</p>
2005	<p>Realização de Convênio entre a SENAES e a Cáritas Norte II, para desenvolvimento de projetos de Fundos Solidários. Participação de EES nas Feiras de ES.</p>
2006	<p>Realização de Conferências Municipais e Estadual; Participação na Conferência Nacional, com direito a duas vagas do Pará no CNES.</p>
2007	<p>Realização de estudos e articulações, com diversos segmentos para elaboração do Plano Estadual de ES; criação da lei estadual e lei municipal de ES.</p>
Fortalecimento de setores socioeconômicos, redes de cooperação e cadeias produtivas.	
2008	<p>Investimento no Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias Locais Chamada Pública para os catadores – CATAFORTE.</p> <p style="text-align: center;">EIXOS DE ATUAÇÃO DA SENAES</p>
2009	<p>Conhecimento: produção, disseminação, formação e assessoria em ES</p> <p>Desenvolvimento do CFES em Belém e região Norte. Realização de diversos cursos de qualificação profissional.</p>

ESTRATÉGIAS DA SENAES PARA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ES	
	Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES: reconhecimento e visibilidade da economia solidária no Brasil. O SIES foi desenvolvido no Estado do Pará e, especificamente, em Belém, de 2004-2007; 2009 a 2012;
Assessoramento técnico para os EESS	
	Ações de Fomento por meio do Desenvolvimento de Tecnologias Sociais em Economia Solidária. Estabelecimento de parceria entre a SENAES e EAF: Cáritas, ITCPS/UFPA, ITCPS/UFRA, todas com atuação no Estado e com sede em Belém.
Campanha nacional de divulgação da economia solidária	
	Realização da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária no Brasil: "Outra Economia Acontece". A Campanha atingiu os EES no município de Belém, com informações por meio de cartilhas, sites e programas específicos de comunicação.
Finanças solidárias	
2010	Chamada Pública para implantação e consolidação de bancos comunitários e de fundos solidários. Decreto 7.357 de 17 de novembro de 2010 – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – Assinatura Decreto 7.358 de 17 de novembro de 2010. Criação do Banco Tupinambá; desenvolvimento do Projeto Fundos Solidários pela Cáritas Brasileira; O Instituto Tupinambá passou a atuar como assessoria técnica de planejamento e gestão ao Banco Comunitário Tupinambá;
2011	- Projeto de lei 865/2011 (Audiências Públicas) O Fórum Paraense de ES (FPEPS) fez a entrega e o debate sobre a proposta de lei municipal de ES na Câmara Municipal de Belém.
2012/2013	Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015). Fomento às redes de cooperação solidárias. A Câmara Municipal de Belém cria a Lei de Economia Solidária. O Instituto Vitória Régia Capital Social, desenvolve o projeto de qualificação específico para as mulheres. O Instituto ISSAR assume a responsabilidade de executar, no Pará, o Projeto de Formação do CFES Amazônia II, sob a gestão da Universidade Federal do Tocantins.

Fonte: SENAES/MTE, 2012; FPES, 2012; Elaboração própria (2016).

O quadro acima exposto revela que as ações nacionais da SENAES, entre 2003 e 2013, chegaram a ter incidência em Belém, com exceção do Centro Público de ES. Segundo as justificativas expostas em algumas entrevistas, faltou uma visão estratégica local, em relação ao papel desse projeto; os protagonistas locais não investiram nessa conquista considerando que já havia a Diretoria de ES (DECOSOL), no âmbito da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (SETER).

O quadro também coincide com a avaliação das ações da SENAES, feita pela maioria das pessoas entrevistadas, configurando-se no resultado do gráfico 6, em que: 29% avaliam que foi ótimo o trabalho da SENAES; 33% avaliam que foi bom; 17% avaliam que foi regular, 13% que foi ruim e somente 8% avaliam que foi péssimo. Quando se observa a soma de ótimo e bom, se percebe um total de 62%. Além do que, as principais opiniões de regular, ruim e péssimo, expressam duras críticas à falta de acompanhamento e monitoramento das políticas. Ou seja, questionam apenas a efetividade do trabalho da SENAES em Belém.

Outro dado demonstra igualmente essa coerência quando se observa a avaliação sobre a atuação mais específica em Belém, a pesquisa revelou, conforme gráfico 7 que: 62% dos entrevistados considera que a SENAES atuou eficazmente; para 11% atuou parcialmente; 15% consideração que não atuou em Belém e 12% não responderam. Sobre os avanços da ES a partir do impacto da SENAES, 41% consideram avanços muito significativos; 28% consideram apenas significativo; 16% pouco significativo e 10% não responderam (gráfico 8).

Em se tratando da efetividade das políticas, que chegaram por meio de ações da SENAES, em Belém, observa-se que, em relação às lacunas da atuação da SENAES, as pessoas entrevistadas avaliaram que: 58% ficou muito a desejar; 22% pouco a desejar; 15% nada a desejar e 5% não respondeu (gráfico 9).

Nesse item constata-se que mais de 60% consideram que as ações chegaram em Belém, porém faltou garantir a efetividade, devido à falta de acompanhamento, de monitoramento dos trabalhos desenvolvidos, principalmente pelas EAF's; devido à falta de empoderamento e determinação do Fórum Metropolitano de ES e do Fórum Paraense de ES, no desenvolvimento do seu papel como representação da sociedade civil organizada. Algumas

entrevistas relatam que os recursos chegavam nas EAF's sem o conhecimento dessas instâncias. Por sua vez também se constata, por diversas razões: falta de assessoria, falta de condições estruturais para atuar diretamente na ES, além da falta de planejamento e unidade de ação. A dificuldade desses segmentos representativos da ES em Belém, fez com que ficassem desinformados e sem condições de também fazer esse acompanhamento e monitoramento, pois as informações eram todas expostas no portal da transparência. Por sua vez também faltou a visão da gestão compartilhada das EAF, em relação aos movimentos sociais, houve distanciamento e falta de integração de um trabalho tão necessário em favor das classes populares.

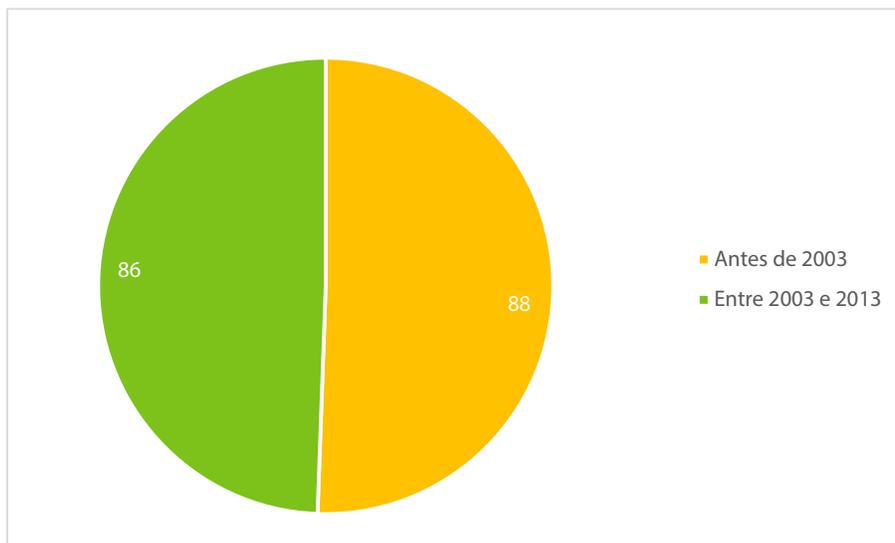
Após todos esses dados, constata-se que foi impactante o trabalho da SENAES em Belém/PA. Porém, em relação ao desenvolvimento endógeno do município de Belém, esse impacto se caracteriza como uma influência pontual, na medida em que apenas alguns segmentos conseguiram trabalhar a cadeia produtiva, a exemplo de Catadores e Artesãos. Outro exemplo é o Banco Tupinambá, que vem conseguindo se firmar mediante às adversidades da situação econômica; além de importantes redes de articulação das políticas de ES como a RESF, a rede de Grupos Solidários, a Rede de Comercialização, entre outros processos. No entanto, esses segmentos não conseguiram ainda uma articulação sistemática, ao ponto de terem força política para exercer seu protagonismo na economia local e serem referência de desenvolvimento endógeno na capital. A pesquisa de campo também subsidiou a percepção de que alguns fatores contribuem para essa realidade:

- a) Nenhuma EAF assumiu exclusivamente Belém como campo de atuação para fomento, assessoria, acompanhamento, formação e sistematização das experiências, considerando o imenso campo de trabalho que é Belém, com 72 bairros oficiais, caracterizados por um contraste de desigualdade social que aumentou nos últimos anos, na contramão do processo nacional.
- b) Conforme dados da pesquisa de campo, a SENAES deixou muito a desejar. Essa é a opinião de 58% das pessoas entrevistadas, conforme gráfico 9, devido à falta de acompanhamento e monitoramento do trabalho de ES em Belém.
- c) As entidades e organizações protagonistas da ES em Belém precisam decidir assumir o compromisso de efetivamente abraçar a bandeira de luta da ES frente ao poder público

local, investindo na construção e execução de um projeto de desenvolvimento da ES em nível local, considerando as significativas experiências de ES que já ocorreram neste município, sem esperar que algum ente de fora venha coordenar esse processo. Enquanto isto não acontece, o Conselho Municipal de ES permanece inerte e a Lei Municipal de ES encontra-se somente no papel.

Avanços quantitativos e qualitativos

Os dados de 2013, do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários/SENAES/MTE (CADSOL), em Belém/PA, revelam que durante cerca de duas décadas, antes da criação da SENAES, foram criados 88 EES em Belém. E, no período entre 2003 e 2013, ou seja, durante dez anos, após a criação da SENAES, foram criados 86 EES. Esse dado é um indício importante da influência SENAES, na criação dos EES, considerando que esse crescimento, em apenas dez anos, alcançou quase a mesma quantidade de vinte anos anteriores; inclusive, num período histórico do Brasil e de Belém, quando foi registrada a maior taxa de geração de empregos formais e informais no país, pelo IBGE. Em se tratando do CADSOL (2013), se observou o registro do cadastro SIES (2013) de 174 EES em Belém. Entretanto se avalia, com base nas entrevistas que, considerando a realidade da ES em Belém, os dados do CADSOL são inconsistentes, ao se constatar que cerca de 60% dos EES cadastrados não correspondem aos critérios definidos pela base conceitual do SIES e cerca de 10% já estão desativados. Ou seja, somente cerca 30% dos EES cadastrados estão atuando, de fato, com base nos princípios da ES. Essa é uma das questões onde se constata a falta concreta de monitoramento da SENAES sobre a veracidade das ações em desenvolvimento. Talvez seja necessário revisar um dos itens da metodologia de considerar o acumulado de informações existentes, de levantamentos anteriores, sem fazer uma revisão criteriosa nos dados. Porém, em que pese esse equívoco nos dados do CADSOL, se reconhece que houve um significativo crescimento, sobretudo no número de grupos informais de produção, que podem ser embriões de futuras organizações mais estruturadas de EES; assim como se estruturaram associações e cooperativas significativas, como é o caso da CONCAVES e o Banco Tupinambá.

Gráfico 11 – Criação de EES antes e depois da SENAES

Fonte: CADSOL (2013).

Tabela 10 – Formas de Organização da ES em Belém

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO EM BELÉM		%
Grupo Informal	76	43,2
Associação	54	31,4
Cooperativa	15	8,9
Soc. Mercantil	29	16,5
Total	174	100

Fonte: (SIES/SENAES/MTE, 2013).

Os avanços qualitativos da ES em Belém se evidenciam pela construção de uma identidade coletiva da ES nesta cidade, a partir da continuidade de um trabalho que já vinha sendo articulado, desde a década de 1990. Porém, com a criação da Política Nacional de ES, sob a gestão da SENAES, criaram-se referenciais coletivos balizadores da prática e desenvolvimento de uma outra economia. Esses referenciais se configuraram na definição de conceitos e princípios da ES que passaram a subsidiar as análises criteriosa da concretude dessa outra forma de economia na atual

sociedade capitalista. Com base nesses referenciais se constata os fatos que comprovam a incidência das Políticas Nacionais de ES em Belém/PA, influenciando no desenvolvimento endógeno, a partir das evidências de fortalecimento das seguintes organizações de ES: Associação Popular de Consumo (APC); a Cooperativa de Prestação de Serviço de Belém (COOPBEL); Movimento Afrodescendente do Pará (MOCAMBO); O grupo Ateliê Irupê – do Instituto Lar Fabiano de Cristo; a Associação de Artesãos e Expositores do Pará e Amazônia (ARTEPAM); a Cooperativa de Artesãos de Icoaraci (COARTI); Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (ISSAR); Cáritas Brasileira Norte II; A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Sociedade Assistencial e Educativa Mãe Admirável (SAEMA); a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UFPa), entre outras.

Os avanços também podem ser constatados quando se observa a criação das seguintes organizações: Fórum Estadual de ES; Fórum Metropolitano de ES; Rede de Educação Cidadã (Recid); Conselho Estadual de ES; Conselho Municipal de ES; Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis (Concaves); Grupo Mãos Solidárias, que compõe uma rede de vinte grupos de produção; Grupo de Mulheres Produtoras Amazônia Design; Associação dos Trabalhadores Informais do Centro Histórico de Belém – Aticehb; Banco Comunitário Tupinambá; Instituto Socioeconomia Solidária Tupinambá; Instituto Eco-Vida-Amapá - Flora Marajó; Grupo Ambiente Parauara; A Cooperativa de Artesanato do Pará e da Amazônia (Cooarpam); Instituto Vitória Régia e Capital Social.

No perfil dos EES entrevistados, observa-se que cerca de 80% desenvolvem as atividades econômicas de produção



Fotografia 4 – Membros da Diretoria da Concaves, eleitos/as como delegados e delegadas, para a III Conferência Estadual, para a III Conferência Nacional de ES. **Fonte:** Concaves, 2014.

e comercialização, incluindo o ramo de confecções, alimentação, artesanato, inclusive, bijoias e beneficiamento de ervas medicinais com desenvolvimento da cultura regional, valorizando as experiências de vida das populações tradicionais, a riqueza da biodiversidade da Amazônia como fonte de riqueza para a geração de trabalho e renda, tendo como princípio a preservação da natureza e o manejo da biodiversidade existente na ilha do Marajó; a comercialização acontece em pontos fixos e nas feiras periódicas; também se organizam para fazer as compras conjuntas, em busca de acesso aos produtos de alimentação com menor custo. Na atividade de prestação de serviços, cerca de 20% desenvolvem o trabalho de reciclagem, higiene e limpeza. Nessas atividades econômicas, a média geral de rendimento mensal dos componentes dos EES fica entre 1 a 2 salários mínimos, variando de acordo com os períodos de alta, média e baixa temporada ou de acordo com a possibilidade de vendas nos megaventos de feiras nacionais, estaduais e municipais.

Algumas dessas atividades tiveram acesso a crédito por meio do programa de microcrédito CREDPARÁ, do governo Estadual, no período de 2007 a 2010; do Banco Popular Tupinambá, com denominação oficial de Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), localizado no Distrito de Mosqueiro, na cidade de Belém (PA), que vem garantindo microcrédito para produção e consumo local e participa da rede de mais de cem bancos comunitários, tendo como maior referência o Banco Palmas, em Fortaleza (CE). O Instituto Tupinambá foi criado com a missão de fortalecer esta experiência de banco popular, assessorando os grupos de empreendedores na implementação de projetos de trabalho e geração de renda, sob a diretriz da ES. (TUPINAMBÁ, 2016)



Fotografia 5 – Articulação entre o Banco Comunitário Tupinambá e o Banco Palmas. **Fonte:** Tupinambá, 2016.

Sobre a participação desses EES em Fóruns, Conselhos e Redes de Comercialização e outras formas de articulação do movimento, apenas dois EES não participam e alegaram que nunca foram convidados para as reuniões.

A relevância do impacto da SENAES em Belém/PA

A pesquisa de campo possibilitou uma percepção de que, nas três últimas décadas do século vinte, um conjunto de entidades comprometidas com a luta em favor da justiça social, desenvolveram experiências significativas de educação popular, no assessoramento, formação, capacitação e acompanhamento de diversos empreendimentos econômicos, geridos pelos princípios da autogestão. Entre essas entidades se destacam a FASE, a Cáritas Brasileira, ITCPES/UFPA, ADS/CUT, assim como a significativa experiência da Prefeitura Municipal de Belém, no período de 1997 a 2004, com a criação do Banco do Povo de Belém. Esse acúmulo de experiências de geração de trabalho e renda foram determinantes para que o Pará e os diversos movimentos sociais de Belém participassem com qualidade no FSM em 2001, em Porto Alegre, assim como nas articulações para a cria-

ção do FBES e para a criação da SENAES. E, a partir dessa participação no processo de articulação nacional, capaz de construir a Política Pública de Economia Solidária (PPES), houve uma ampliação da visão dos militantes de Belém em relação aos fundamentos do que se denomina ES, com suas múltiplas dimensões, com seu caráter alternativo enquanto nova forma social de produção, mediante à situação de exclusão social provocada pelo sistema capitalista (GAIGER, 2003, 2004 *apud* MIRANDA, 2007).

É evidente a relevância do impacto da criação da SENAES em Belém quando se observa os seguintes acontecimentos:

Além do fortalecimento e criação de diversos EES, acima exposto, se destaca a criação do Fórum Estadual de ES, do Fórum Metropolitano da grande Belém, como referências coletivas da sociedade civil, que foram capazes de elaborar e articular a aprovação das leis de ES estadual e Municipal. Nessa construção, ganha relevância a criação da Diretoria Estadual de ES (DECOSOL/SETER), no âmbito da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda, para o fomento da economia solidária no Pará, como resultado da força política dos segmentos da ES, principalmente das organizações de Belém; bem como a realização de conferências e plenárias a nível municipal, estadual e a participação significativa nas plenárias nacionais de ES. Inclusive, a força organizativa do Pará se destacou a nível nacional, chegando a conquistar o direito de eleger dois representantes do estado para serem membros no Conselho Nacional de ES (CNES).

A relevância também é perceptível na gestação da identidade coletiva, em todos esses processos coletivos, com realce para a execução do Projeto Centro de Formação de ES (CFES/SENAES/MTE), sob a coordenação da ITCPES/UFGA, que desenvolveu um processo de formação, tendo como público as lideranças, gestores, assessores dos EES, conforme esclarece Barbosa:

Para atingir o perfil de formação de formadores em economia solidária, o CFES [...] foi discutido como uma estrutura e com conteúdos pedagógicos capazes de facilitar a relação educando-educador centrados em suas comunidades, articulando e valorizando o saber popular, historicamente acumulado em troca com o saber científico, ao mesmo tempo em que buscou trabalhar os laços e redes de conexão das esferas sociais como uma totalidade social plena de significados.

A base dessa concepção é a troca de saberes para que haja a integração do todo como princípio da omnilateralidade e da politécnica em uma perspectiva interdisciplinar, superando a fragmentação entre os saberes científicos e técnicos e os saberes populares, a partir da construção de novos valores e novas relações humanas concretas baseadas na solidariedade e na cooperação.

As práticas educativas em economia solidária foram capazes de contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras dessa outra economia tivessem consciência de seu papel na sociedade, como sujeito contínuo de transformação. (BARBOSA, 2012, p. 48-49)

Nesse processo foi possível, às pessoas protagonistas, adquirirem maior entendimento sobre o que seriam as políticas compensatórias, que buscam prioritariamente compensar as situações mais graves, como pobreza extrema; e o que seriam as políticas emancipatórias, de geração de trabalho e renda; mais que isto, avançaram no entendimento do avanço conceitual e científico da ES, como uma nova economia e como mecanismo de criação uma nova cultura, por dentro do sistema capitalista, como alternativa a esse sistema dominante.

Foi relevante a organização e participação dos atores da ES de Belém nas feiras estaduais de ES e nas feiras nacionais; a participação qualificada, da militância da ES de Belém no FSM, realizado em Belém, em 2009, desde a sua preparação em 2008 e durante o referido evento.

No último capítulo, a seguir, sobre as considerações finais, serão apresentadas as conclusões sobre a influência da política pública de ES no desenvolvimento endógeno no município de Belém; bem como apontam-se os desafios a serem enfrentados pelas organizações protagonistas locais diante da conjuntura atual. Em que pese todas as problemáticas da ES em Belém, o movimento está vivo, latente, capaz de se reerguer com força e qualidade. É o que se vislumbra.

Considerações finais

O presente trabalho de conclusão do Mestrado em Políticas Públicas focalizou a Economia Solidária como temática central, considerando o ineditismo do desenvolvimento da Política Pública de ES no Brasil,

pelo governo federal, no início do século XXI, tendo em vista alcançar o entendimento do significado desta experiência, a partir do seu impacto em Belém/PA, como terreno estudado e analisado. O estudo também não fugiu à intenção de contribuir nas análises mais gerais da ES no Brasil, após 500 anos do início da colonização – dos quais em 300 anos a mão de obra foi escravizada – e após mais de 100 anos de República, ainda não se realizaram no país as reformas de base, mantendo-se a concentração da terra e da renda. Somente a partir de 1988, com o evento da promulgação da nova Constituição Federal, foram reconhecidos os direitos de todos(as) cidadãos(ãs). No entanto, ainda prevalece no país a hegemonia de uma cultura opressora, paternalista, assistencialista e clientelista, com uma sociedade fundamentada no individualismo, na competição, na discriminação das classes populares; com a uma concepção patrimonialista do Estado que garante a elitização dos direitos básicos da vida humana.

Durante a elaboração deste trabalho surgiam indagações referentes às reais condições de superação do sistema econômico dominante, que tem sua base de sustentação calcada na exploração da classe trabalhadora e nas sociedades de capitais. Como minar esse sistema a partir de um trabalho de base por meio da ES? Como fortalecer essa outra economia que busca sua fundamentação na cooperação, na solidariedade, na autogestão, com organizações econômicas coletivas, formadas por pessoas marcadas pela exclusão social? Tais questões suscitaram uma reflexão sobre as reais possibilidades de envolver o contingente populacional mais atingido pelas consequências da usurpação e ganância do capital, numa luta pela emancipação, visando superar os resquícios da colonização, do sistema escravocrata, da cultura opressora, que se reproduz na atual sociedade brasileira. Também se refletiu acerca da ES como essa nova semente de organização social e econômica, como forma de enraizamento de uma nova cultura, capaz de influenciar na construção de um novo sistema alternativo ao famigerado capitalismo. Apesar dessas inquietações e desse olhar sonhador, concentrou-se os esforços para opinar, detidamente, sobre a questão central desta dissertação, à luz das experiências e teorias já desenvolvidas, tendo em foco o que se definiu como problema e hipótese deste trabalho.

O estudo da história da ES passou pelo entendimento da trajetória do capitalismo, do século XVIII ao século XIX, em que a Inglaterra deu

um salto tecnológico no setor produtivo e criou o mecanismo do mercado autorregulável, tornando-se referência mundial na área econômica. Polanyi (2000), um dos principais analistas desse processo histórico, considera que tais avanços provocaram uma mudança estrutural na sociedade, caracterizando-o como uma catástrofe por ter transformado a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadoria, impregnando uma visão utilitarista do ser humano e do meio ambiente, submetendo a sociedade ao mercado. O autor faz uma comparação ressaltando que antes, quando a ordem na produção e distribuição era garantida pelos princípios da reciprocidade, redistribuição e domesticidade, a produção e a comercialização se desenvolviam a nível local ou regional, recorrendo-se ao comércio externo somente diante da ausência de alguns bens, numa relação de complementariedade. E, após o evento da revolução industrial na Grã-Bretanha, no século XVIII, foi estabelecido um sistema econômico baseado no mercado autorregulável, no qual a competição e a busca do lucro, sem medir as formas de exploração da riqueza, tornam-se o fundamento da cultura dominante, funcionando sem freios e sem impedimentos na era moderna. Com essa transformação, a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência, implicando uma mudança de motivação da ação por parte dos membros da sociedade em relação à produção e consumo de bens. Desta forma, a maioria das transações comerciais se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, passaram a exigir um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Mas, para o autor, a peculiaridade mais surpreendente do sistema se refere ao fato de que, uma vez estabelecido, passou a se autorregular, funcionando sem qualquer interferência nos preços dos produtos. Isto foi o que passou a ser denominado de economia de mercado (POLANYI, 2000).

A consequência dessa economia de mercado, em relação ao mundo do trabalho, foi a exploração massiva da classe trabalhadora, a partir da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial, fazendo com que, inevitavelmente, o trabalho e o dinheiro se tornassem mercadorias. É neste sentido que o autor denomina esse processo de “moinho satânico” por ser um mecanismo que tritura as pessoas, transformando-as em massa e imprimindo a visão utilitarista de uso indiscriminado dos recursos naturais em função do lucro. Diante dessa supremacia do mercado, o autor analisa que

o Estado serviu para criar as condições de garantir que a sociedade passasse a ser submetida ao mercado, gerando um novo sistema social onde todos os indivíduos passaram a ser considerados peças de uma engrenagem. O autor também desmistifica a visão propagada por Adam Smith em relação ao sistema, que dizia, em suas teorias econômicas, que nenhuma sociedade pode progredir se a grande maioria de seus membros é pobre e miserável. Para Polanyi (2000), apesar da justeza de tais ideias, as mesmas não passam de palavras mortas; a realidade é a comprovação de que, ao contrário, aumentou a concentração da riqueza, de um lado, por uma minoria rica, e a miséria de outro, para uma grande maioria da sociedade.

Entre os diversos teóricos e ativistas da época, Polanyi (2000) destaca a atuação do socialista utópico Robert Owen, um dos fundadores do cooperativismo, com atividade econômica no ramo industrial, que se determinou a realizar experiências coletivas de produção, com a convicção que a sociedade deveria reagir diante dos ditames do mercado. Com esta visão, o autor ressalta que Robert Owen iniciou a organização de cooperativas, como forma de resgatar a dignidade humana e o tecido social destruído pelo sistema. O autor também evidenciou a luta social no século XIX, por meio da organização sindical, que integrados a outros organismos sociais passaram a lutar contra a ação feroz da organização mundial dos mercados, sob a égide do padrão-ouro. Nesse embate avançou a luta da classe trabalhadora pelo reconhecimento dos sindicatos em 1870, contra a exploração e a exclusão, conseguindo alcançar uma articulação internacional. Como se pode observar, a ES surge em meio a um aceleração do processo de exploração do trabalho como mercadoria; no qual o patrão se apropria da força de trabalho como mais um bem que se compra e se utiliza, em função do lucro.

Singer, ao se reportar às origens do cooperativismo, afirma que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa impulsionaram a luta dos trabalhadores. Mas também reconhece a influência de pensadores da época, como Robert Owen, que se engajou na luta contra da mecanização, promovida pela revolução industrial, inclusive propondo ao governo britânico, em 1817, um plano baseado em organizações cooperativas, como uma forma de se minorar a situação de pobreza e exploração. Mas, não sendo atendido, investiu na criação de algumas organizações cooperativas como: “London Co-operative Society (1821), Comunidade de Orbiston (1826), Associação

de Troca de Brinton (1827) e London Co-operative Bazar (1829)” (SINGER, 2002, p. 27-28). O autor ainda ressalta que essas experiências, assim como outras, forçaram a criação do *Grand National Moral Union* de Owen, possivelmente a primeira central sindical do mundo e que algumas cooperativas foram patrocinadas por sindicatos, outras foram criadas com a ajuda de sociedades beneficentes, além das experiências em que os próprios trabalhadores se uniam e se organizavam sem qualquer patrocínio.

O resgate histórico do cooperativismo remete à reflexão de que sua essência tem um cunho político quando exercita as práticas de ação coletiva, de democracia representativa, combinada com a democracia participativa, como forma de luta por emancipação e transformação social, sendo um contraponto à propriedade privada dos meios de produção; tem também um cunho econômico, considerando os princípios fundamentais da cooperação e autogestão, sob o controle dos componentes da cooperativa, visando o acesso de todos os cooperados na renda, alcançada pelo empreendimento coletivo. De acordo com o autor, foi com este ideário que nasceram as primeiras cooperativas, inspirando diversas outras experiências, ao longo dos séculos XIX e XX, ressaltando a experiência da cooperativa de Mondragón, na Espanha, nos anos 1950, funcionando até os dias atuais como Escola Politécnica, integrando a Universidade de Mondragón; assim como a experiência de Microcrédito na República de Bangladesh, o Grameen Bank, a partir de 1976. Neste caso, o autor destaca que o banco pertence a seus próprios clientes e as mulheres são a maioria, chegando a mais de noventa por cento dos participantes. Singer (2002) reconhece que Muhammad Yunus se engajou neste projeto de geração de trabalho e renda com o objetivo de fazer do banco popular uma ferramenta em prol do resgate da dignidade humana de milhares de famílias que viviam na mais extrema miséria em Bangladesh.

Essas experiências, assim como outras, vão influenciar na afirmação da ES no mundo, inclusive, no Brasil, subsidiando a elaboração e fundamentação teórica dessa nova economia, que passa a focalizar a centralidade do trabalho como resgate da cidadania e emancipação da grande maioria da sociedade brasileira.

Os significativos avanços nos debates sobre ES contribuíram para uma percepção do seu papel estratégico na luta por um sistema social alter-

nativo, por uma outra economia, promotora da dignidade humana e uso equilibrado do meio ambiente, considerando que esse movimento social tem as múltiplas dimensões: crítica ao sistema vigente, transição para um novo sistema econômico e utopia que aponta para a superação do domínio do capital, por meio da construção de um novo modo de produção, baseado nos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão, democracia, participação, responsabilidade social e ambiental (VIEIRA, 2005).

De acordo com o autor, todas essas dimensões são sistematizadas nas elaborações de Singer, Arruda, Mance, Gaiger, entre outros. Em que pese alguma diferenciação nas suas ideias, é possível visualizar que suas teorias sobre ES são subsidiadas pela análise teórica de Karl Marx, sobretudo em relação à complexidade do que poderá ser a construção das condições econômicas, sociais, políticas, culturais, visando um sistema alternativo ao modo de produção capitalista. A recuperação da centralidade do trabalho, segundo a concepção marxista, vai requerer um longo processo de transição para se alcançar um patamar de transformação, em que o sistema vigente passe a ter profundas deficiências, colocando em xeque as atuais relações de produção (GAIGER, 2003). Neste sentido o autor ressalta a dimensão político-pedagógico, dos experimentos de ES, onde se exercita, desde já, a nova forma social de produção solidária, com o engajamento de sujeitos emancipados e conscientes da luta global, por uma outra economia. Singer (2002) também ressalta o aspecto educativo dos EES, onde se exercitam uma nova cultura de poder compartilhado, como forma de promoção da inclusão social.

No Brasil observam-se diversas experiências de ES, desenvolvidas em mais de duas décadas no final do século XX, com a assessoria de setores ligados à Igreja Católica, em especial a Cáritas Brasileira, pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e posteriormente pela Rede Unitrabalho, pela ADS/CUT, a FASE, o MST, entre outras; assim como se visualizam o desenvolvimento de políticas públicas de ES, por alguns governos estaduais e municipais de esquerda, que passaram a promover as experiências de microcrédito e bancos do povo, estimulando a geração de trabalho e renda na sociedade brasileira. Todas essas experiências vão ganhar impulso com a realização do Fórum Social Mundial (FSM), desde sua primeira edição, em 2000, como espaço de resistência à globalização neoliberal, onde foi

possível desenvolver o diálogo e articulação dos diferentes setores da ES do Brasil e de outras partes do mundo, permitindo que a classe trabalhadora aprofundasse a discussão a respeito dos limites e possibilidades da ES. Nesse ambiente se constituiu o Grupo de Trabalho Brasileiro de ES que passou a participar nas redes a nível nacional e internacional. Foi desse processo que se evoluiu para a elaboração das proposições da ES como política pública no governo federal.

Tais proposições foram apresentadas ao candidato eleito a presidente da República em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo GT de ES. É desse processo que surge a criação da SENAES como instituição pública de coordenação das políticas públicas da ES a nível nacional e o FBES como entidade representativa dos movimentos sociais de ES no Brasil, com o papel de fomentar a ES e ser o principal interlocutor junto ao governo federal das demandas e reivindicações das organizações populares. É nesse amplo movimento que se organizam fóruns estaduais de ES nas 27 unidades da federação, unindo empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos para fortalecer a esse movimento, possibilitando o debate sobre as suas demandas e perspectivas. No Pará, especificamente em Belém, não foi diferente.

Com a criação da SENAES como instância governamental e do FBES, como representante da sociedade civil, ocorreu um significativo avanço nesse segmento social. O que antes acontecia localmente, em alguns estados e municípios, agora passa a ser um movimento nacional, lutando pela inclusão de suas demandas na política pública nacional. Na década de 2003 a 2013, apesar de todas as adversidades provocadas pelas crises do sistema capitalista, a ES percorreu um caminho de construção de inúmeras e diversificadas experiências, interagindo o micro com o macro, a organização social com o Estado, conquistando direitos e universalizando as oportunidades. Nesse estudo, foi possível observar que enquanto o sistema capitalista se sustenta em sociedades de capitais, a economia solidária tem seu maior sustentáculo em sociedades de pessoas capazes de resistirem aos resquícios da colonização e enfrentarem, conscientemente, o combate à exclusão social.

A pesquisa de campo, em Belém/PA, possibilitou uma percepção de que, nas últimas décadas do século vinte, um conjunto de entidades comprometidas com a luta em favor da justiça social, inclusive a prefeitura municipal, no período de 1997 a 2004, fomentaram experiências

significativas de ES, por meio do assessoramento, formação, capacitação e acompanhamento de diversos empreendimentos econômicos, geridos por princípios de colaboração. Esse acúmulo de experiências foi determinante para que o Pará e os diversos movimentos sociais de Belém participassem nas articulações nacionais de criação do FBES e da SENAES, adquirindo maior compreensão sobre os fundamentos do que se denomina como ES. Os dados da pesquisa evidenciam a relevância do impacto da criação da SENAES em Belém, quando se observa o fortalecimento e criação de diversos EES, a partir da criação do Fórum Estadual de ES, do Fórum Metropolitano da grande Belém, a realização de conferências e plenárias a nível municipal, estadual e a participação significativa nas plenárias nacionais de ES. A execução de Projetos como o Centro de Formação de ES (CFES/SENAES/MTE), sob a coordenação da ITCPES/UFPA, alcançou um conjunto de lideranças, gestores, assessores dos EES, possibilitando maior entendimento sobre esta nova economia; assim como a participação dos EES locais em feiras estaduais e nacionais de ES; o desenvolvimento de tarefas coletivas da militância de Belém no FSM, realizado neste município, em 2009; o estímulo para a organização da cooperativa CONCAVES, do segmento de catadores, e do Banco Popular Tupinambá; assim como uma rede de Grupos Solidários, entre outros.

Em que pese todos esses significativos avanços relatados, se observou uma descontinuidade no crescimento e ampliação dos processos organizativos de ES, com altos e baixos, sobretudo por fatores de ordem política. Os fatos evidenciam, por exemplo, a criação do Fórum Paraense de ES, assim como o Fórum Metropolitano da grande Belém, que passaram a ser referências coletivas dos paraenses e belenenses, engajados nesse segmento social. No entanto, a partir de 2012, essas referências organizativas tornaram-se ineficientes, pela falta de estratégias coletivas de atuação; pela falta de acompanhamento de monitoramento da SENAES. Segundo informações de pessoas entrevistadas, a SENAES chegou a repassar recursos para EAFs sem o conhecimento do Fórum Estadual e Metropolitano de ES, dificultando o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos; em 2011 houve um significativo avanço com a aprovação da lei municipal de ES, pela Câmara Municipal de Belém, após uma infinidade de reuniões e articulações. E, após grande conquista, houve um arrefecimento, pela

ausência de estratégias que levassem à implementação desta lei, que existe somente no papel; nenhuma das entidades de apoio e fomento atuam especificamente em Belém ou, pelo menos, priorizam a capital, onde há um evidente crescimento da exclusão social.

Os dados da pesquisa de campo também revelaram que 58% das pessoas entrevistadas consideram que a SENAES deixou muito a desejar em sua atuação, principalmente pela falta de acompanhamento e monitoramento dos projetos. Entre outras questões, se observou que, entre 2003 e 2013, foram criados 86 EES, como indício importante de crescimento da ES em Belém; no entanto, se avalia que cerca de 60% dos EES cadastrados não correspondem aos critérios definidos pela base conceitual do SIES e cerca de 10% já estão desativados. Ou seja, somente cerca 30% dos EES cadastrados estão atuando na ES, conforme a base conceitual definida pelo SIES.

Diante do exposto, conclui-se que a atuação da SENAES foi eficiente, com a demonstração de sua capacidade em alocar recursos no Plano Plurianual (PPA) e redistribuir nas cinco macrorregiões do país, de forma transparente e garantindo a otimização de recursos na realização dos projetos; seu trabalho foi eficaz, considerando que foi capaz de concretizar suas políticas, planejar e executar os seus projetos e alcançar os seus objetivos. Porém sua atuação não foi efetiva no município de Belém, em primeiro lugar, por razões exógenas, considerando que o SENAES, como órgão público federal, recém-criado, desensolveu suas funções com limites impostos, inclusive por condicionantes do próprio sistema econômico dominante, tendo que enfrentar um dos maiores gargalos da ES, que é a dificuldades das populações em situação de exclusão social terem acesso a recursos em bancos, sejam eles públicos ou privados, para garantir a viabilidade dos EES. Essa dificuldade de acesso a capital para a consolidação de redes de EES sustentáveis expõe os EES a uma concorrência extremamente desigual diante dos grandes conglomerados econômicos capitalistas. Outro fator se refere à limitação de recursos para o próprio desempenho da SENAES como gestora de uma política pública, em conformidade com os ditames de um Estado comprometido com diferentes interesses, considerando que apenas uma parte é progressista e luta para promover a emancipação das classes excluídas. Constata-se, também, a enorme demanda do público alvo da ES que engloba desde o acesso ao crédito, tecnologias sociais, igualdade de gênero, gerenciamento e administração,

até as orientações para o exercício da solidariedade e autogestão como superação de uma cultura secular baseada no individualismo e na competição, na busca do lucro, a qualquer preço. Além da extrema desigualdade, com a concentração dos bens de produção, onde os grandes empreendimentos capitalistas sufocam as iniciativas econômicas das classes populares, essas limitações também têm relação com as dificuldades de consolidar experiências nos municípios, e os segmentos da ES ainda dependem muito de investimentos públicos para adquirirem condições de avançar nas disputas das próprias políticas públicas, desde a produção de alimentos para a merenda escolar, fardamento e material escolar, construção de casas populares etc. Essa limitação também dificultou o trabalho da SENAES na popularização e disseminação das experiências exitosas, por meio da sistematização dos aprendizados e da troca de experiências, para encorajar e encher de esperança os que se dispõem a enfrentar os desafios da implantação desta nova economia em nossa sociedade.

Por conseguinte, a falta de efetividade do trabalho da SENAES em Belém evidencia-se na ausência de acompanhamento e monitoramento, deixando de realizar um processo sistemático de avaliações, dos processos iniciados no município, tendo como consequência essa falta de efetividade porque o efeito do impacto do seu trabalho está contido em cada um dos EES, sem uma atuação em rede na economia belenense, em razão dos diversos fatores acima expostos. Diante de tais evidências, conclui-se que: em que pese a influência significativa da política pública de ES, desenvolvida pela SENAES em Belém/PA, o impacto das suas políticas, no desenvolvimento endógeno deste município se caracteriza como uma influência pontual, considerando que apenas alguns segmentos conseguiram trabalhar a cadeia produtiva e sobreviver às adversidades do sistema vigente; bem como o Fórum Estadual e Metropolitano de ES não adquiriram condições para andar com seus próprios pés; os poucos EES existentes atuam de forma isolada, sem conexão e sem estratégias coletivas diante da ferocidade dos grandes empreendimentos capitalistas. As leis estadual e municipal de ES permanecem apenas no papel e não se percebe nenhuma articulação consistente, capaz de garantir que tais leis sejam levadas à prática.

Por fim, considerando esse quadro de dificuldades, bem como o retrocesso das conquistas sociais e o avanço das políticas neoliberais em consequência de

um golpe em curso em nosso país, com a mudança de um governo constitucionalmente legítimo, por um processo de impeachment conduzido contra a presidenta Dilma Rousseff, propõe-se que as organizações de ES e os EES do município de Belém abracem como desafios: o compromisso de efetivamente definir estratégias coletivas de organização da ES em nível local, articulados em nível estadual, na região amazônica e a nível nacional, sem esperar que algum ente de fora venha coordenar esse processo; revisar a metodologia de levantamentos dos EES do CADSOL para elaboração de um diagnóstico da realidade local, sem subterfúgios, partindo do que realmente existe para se proceder com a elaboração de projetos amplos que contemplem a diversidade desse segmento social; arregimentar apoio de EAFs para o fortalecimento, ampliação e amadurecimento do movimento da ES, por meio de assessorias e um processo de educação popular sobre o caráter inclusivo e revolucionário da ES, esclarecendo as contradições do sistema capitalista e a necessidade de exercitar a superação da cultura individualista, com experiências exitosas de ES; mas, também, envidar esforços para se alcançar um patamar superior de avanço técnico nas experiências existentes de geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento de projetos de articulação dos arranjos produtivos locais como: reciclagem, artesanato, confecção, produção de alimentos etc.; criar uma consciência coletiva sobre a necessária organização dos empreendimentos em redes solidárias sustentáveis, que contemplem a articulação de arranjos produtivos locais como forma de superação de uma economia marginal e secundária, visando aumentar a capacidade de influenciar no desenvolvimento endógeno da economia em Belém; entrar na disputa das políticas públicas locais, estaduais e nacionais, exigindo o funcionamento das leis de ES como forma de potencializar a capilaridade das redes de produção e comercialização e prestação de serviços, num processo contínuo de trabalho de base, tendo em vista contribuir com a força desta nova economia que pode deixar de ser apenas um meio de inclusão para ser um real fundamento de um novo sistema social capaz de romper com as estruturas de dominação pelo mercado e pelo capital financeiro.

É preciso acreditar que “a gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2003 p. 69). Em razão disso, o autor nos

adverte que a importância do novo pode passar despercebida; e que essa ideia de movimento e transformação é inerente à evolução da humanidade. No entanto, nada acontece por acaso; se, no mundo atual, a utilização dos recursos da técnica e da ciência, fortalecem o grande capital, só é possível enfrentar essa força das elites mundiais com a globalização das redes de ES, juntamente com outros segmentos sociais que lutam pela dignidade humana, utilizando da técnica e da ciência para lutar pelas transformações estruturais na sociedade, em prol da emancipação das classes populares.

Referências

- AMARAL FILHO, J. do. “A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local”. In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. IPEA, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, junho 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: 29 maio 2016.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Campinas: Cortez, Editora da Universidade de Campinas, 1999. Disponível em: <<https://cesar-mangolin.files.wordpress.com>>. Acesso: 24 abr. 2016.
- ARROYO, J. C. *Economia Popular e Solidária. A alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. *A inserção de empreendimentos da economia popular e solidária no emergente aglomerado da moda em Belém-Pará*. Belém: UFPA, 2007. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso: 20 maio 2016.
- ARRUDA, M. *Lucrar sem produzir: crise financeira como oportunidade de criar uma economia mundial solidária*. Socioeco, 2009. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/>>. Acesso: 26 jan. 2016.
- BANCO TUPINAMBÁ. Instituto Tupimambá, 2012. Disponível em: <<http://bancotupinamba.blogspot.com.br/>>. Acesso: 16 maio 2016.
- BAPTISTA, T. “A ideia de ciclo na análise de políticas públicas”. In: MATTOS, R. A. *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2015.
- BARBOSA, M. J. *Centro de formação em economia solidária na Amazônia: processos de implantação e de gestão*. Belém: UFPA, 2012.

- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- BARROS, A. D. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BECKER, H. *Falando da sociedade: ensaio sobre as diferentes maneiras de repensar o social*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BELÉM. Câmara Municipal. *Lei n. 8911: Cria o Programa Municipal de Economia Solidária, e dá Outras Providências*, 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br>>. Acesso: 10 jun. 2016.
- BERTUCCI et al. *Economia Solidária: outra economia é possível*. SENAES, 2010, 48 p.
- _____. *20 anos de Economia Popular Solidária*. Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. Disponível em: <<http://http://caritas.org.br>>. Acesso: 23 fev. 2016.
- BITTAR, J. “O modo petista de governar”. In: *Governos estaduais: desafios e avanços*. São Paulo: FPA, 2003.
- BLANCO, Diego León. “Belém 400 anos. Há o que comemorar?”. In: *DOL*, 2015. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br>>. Acesso: 11 maio 2016.
- BOCAYUVA, P. C. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: Fase, 2007a.
- BRANDÃO, C. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. In: D’AGUIAR, R. F. (Org). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-pappers: Centro Internacional Celso Furtado, 258 p., 2013.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *Plano Plurianual 2016–2019*. MP, 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso: 24 fev. 2016.
- _____. Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2016. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br>>. Acesso: 24 fev. 2016.
- _____. Ministério do Trabalho/SENAES. *Atlas da Economia Solidária*. SENAES, 2006. Disponível em: <<http://base.socioeco.org>>. Acesso: 16 fev. 2016.

- _____. Ministério do Trabalho/SENAES. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal – 2003/2010*. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/>>. Acesso: 8 fev. 2016.
- _____. Ministério do Trabalho. *Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES Disponibiliza Nova Base de Dados. Acontece SENAES*, 2013. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/>>. Acesso: 15 maio 2016.
- _____. Ministério do Trabalho. *Guia de orientações e procedimentos do SIES*. Brasília: MTE, 2009.
- _____. Ministério do Trabalho. *Sistema de informação em economia solidária SIES*. Brasília: MTE, 2007. Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso: 15 maio 2016.
- _____. Ministério do Trabalho. *Cadastro nacional de empreendimentos econômicos solidários CADSOL*. Brasília: MTE, 2015. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/>>. Acesso: 15 maio 2016.
- _____. Ministério do Trabalho. *Dados do CADSOL 2013*. Boletim Informativo Acontece: MTE, 2013. Disponível em < <http://acesso.mte.gov.br> >. Acesso: 21 mar. 2016.
- BRASILEIRO, A. *Diagnóstico de Belém/PA*. Distritos de Belém. PT-Belém, 2016.
- BELÉM. Câmara Municipal. *Leis Municipais*. Disponível em: <<https://leis-municipais.com.br>>. Acesso: 17 maio 2016.
- CANIATO, A. M. & RODRIGUES, S. M. “A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida”. In: CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1991.
- CARITAS. *Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil*. Incidência em Políticas Públicas no Campo da ES. Cáritas, 2015, p. 1-32.
- CATTANI, A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra - Portugal: Almedina, 2009.
- CHAUI, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.
- COOPERATIVA dos Catadores de Materiais Recicláveis – CONCAVES. Disponível em: <<http://concaves.blogspot.com.br>>. Acesso: 25 jan. 2016.
- CORAGGIO, J. L. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: Altamira, 2007.

- COSTA, M. *Formação da agenda governamental: as políticas públicas de economia solidária no Brasil e na Venezuela*. Dissertação (Mestrado em Administração). Brasília:, Universidade de Brasília, 2008.
- DELGADO, M. G. *Capitalismo, trabalho e emprego*. Entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. São Paulo: LTR, 2006.
- DOBB e SWEEZY, P. *A Transição do Feudalismo Para o Capitalismo, 5ª edição* Tradução: Isabel Didonnet. do original em inglês: *The transition from Feudalism to Capitalism*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DULCI, L. *Um salto para o futuro: como o governo Lula colocou o Brasil na rota do desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FERNANDES, A. S. *Cidade Sustentável*. UFPA, 2002. Disponível em: <<http://gabeira.locaweb.com.br>>. Acesso em 20 de março de 2016.
- FORNAZIER, A. & OLIVEIRA, A. L. M. de. “O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos”. In: *Revista OIKOS*, 2013, n. 1, p. 87-111. Disponível em <<http://www.revistaoikos.org>>. Acesso: 5 jun. 2016.
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária – FBES. *Outra economia acontece*. FBES, 2016. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso: 7 maio 2016.
- FÓRUM Paraense de Economia Popular e Solidária – FPEPS. *Assembleia do FPEPS*, 2011. Disponível em: <<http://forumparaensedecosal.blogspot.com.br>>. Acesso: 10 fev. 2016.
- _____. *V Plenária Estadual*. FPEPS, 2015. Disponível em: <<http://forumparaensedecosal.blogspot.com.br>>. Acesso: 22 mar. 2016.
- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: *Revista Bahia análise e dados*, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILLE, J.-L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FRANCISCANOS. *Carta Maior*. FSM, 2009. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br>>. Acesso: 14 abr. 2016.
- FREIRE, P. *O educador da liberdade*. Transcrição de vídeo elaborada por: Isabel Cristina Nache Borges. Cátedra Paulo. São Paulo, 2001.

- FUNDAÇÃO Amazônia de Amparo a Pesquisas e Estudos do Pará – FAPESPA. Disponível em < <http://www.fapespa.pa.gov.br> >. Acesso: 23 maio 2016.
- GAIGER, L. I. “A economia solidária diante do modo de produção capitalista”. In: *Caderno CRH*, v. 16, n. 39. Salvador, 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso: 15 fev. 2016.
- _____. “Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que?”. In: *Revista de Ciências Sociais*. Ano 2, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/>>. Acesso: 20 fev. 2016.
- _____. “A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário”. In: *Revista Latino-Americana de economia social e solidaria - Outra Economia* – v. II, n. 3, 58-72, 2008j. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia>>. Acesso: 25 fev. 2016.
- _____. *Significados e tendências da economia solidária*. CUT, 1999. Disponível em: <cessangicos.blogspot.com.br: <https://blogger.com>>. Acesso: 5 mar. 2016.
- _____. “A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 212-259, 2013. Disponível em: <<http://www.socioeco.org>>. Acesso: 6 jun. 2016.
- LECHAT, N. M. P. *Trajatórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Campinas: Universidade de Campinas, 2004.
- LEITE, I. (2008). *A nova divisão internacional do trabalho e os desafios latino-americanos*. Revista Espaço Acadêmico, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Acesso: 10 abr. 2016.
- MAESTRI, M. Um olhar heterodoxo sobre Palmares. In: *Marges*, n. 18, Perpignan, 47-74, 1997.
- MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARCELO, M. D. “Formação da agenda governamental do Brasil e da Venezuela: as políticas públicas de economia popular e solidária revelando projetos distintos”. In: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org/>>. Acesso: 10 mar. 2016.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

- MARTINS, M. L. *Planejamento Estratégico Participativo numa capital amazônica – a experiência de Belém do Pará*. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/>>. Acesso: 12 mar. 2016.
- MARX, K. F. *Manifesto Comunista. 1848*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. Disponível em: <<http://www.marxists.org>>. Acesso: 20 mar. 2016.
- MATTOS, R. A. & BAPTISTA, T. W. *Análise das Políticas Públicas*. UERJ, 2012. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br>>. Acesso: 16 mar. 2016.
- MATTOSO, J. “O Brasil herdado”. In: SADER & GARCIA. *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- MILLS, W. *Os meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MIRANDA, N. C. *Economia Solidária no Estado do Pará: da perspectiva de construção de movimento às lutas, tramas e desafios*. Belém: UFPA, 2012.
- MORAES, R. *Poder, Estado, Democracia, Participação – Do que é que estamos falando?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- MOTTA, E. S. *Trajéórias e Transformações no Mundo da Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Museu Nacional da UFRJ, 2010.
- NAGEM e SILVA, S. P. Institucionalização e Execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA* V. 21, Nº 46, 159-175, 2013.
- ORGANIZAÇÃO internacional do trabalho – OIT. *Social and Solidarity Economy Academy Towards Inclusive and Sustainable Development*. Geneva: Edited by Anita Amorim, 2015, pp. 1-220.
- PINHEIRO, M. A. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília: BCB, 2008.
- POCHMANN, M. Estrutura de classe do capitalismo industrial em transição. In: *Classes? Que Classes?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert, 2013.
- _____; SADER, E. (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Rio de Janeiro: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- _____. “As escolhas dos países ricos e a desigualdade”. In: *Folha de S.Paulo*. 30 jul, 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3007200808.htm>>. Acesso: 20 abr. 2020.

- _____. *Economia Solidária no Brasil, possibilidades e limites*. Mercado de Trabalho, IPEA, 1-12,2004. Disponível em: <https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24g.pdf>. Acesso: 20 abr. 2020.
- _____. “A plutonomia reage no Brasil. A força aética e antissocial que reage no Brasil”. In: *Rede Brasil Atual*, 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br>>. Acesso: 12 fev. 2016.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLITZER, C. G. *Princípios Fundamentais de Filosofia*. Trad. João Cunha Andrade. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1979.
- PRAXEDES, S. F. “Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias”. In: IPEA mercado de trabalho, 2009. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/>>. Acesso: 24 abr. 2016.
- RODRIGUES, Edmilson. *Macro drenagem do Tucunduba. Conquista da Luta do Povo*. Disponível em: <<https://www.edmilsonpsol.com.br/macro drenagem-do-tucunduba-conquista-da-luta-do-povo/>>. Acesso: 20 abr. 2016.
- _____. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. UFMA: 1996. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br>>. Acesso: 31 mar. 2016.
- _____. “Moradia é Central: inclusão, acesso e direito à cidade”. In: *Instituto Pólis*, 2009. Disponível em: < <http://polis.org.br/>>. Acesso: 20 abr. 2020.
- ROSA, E. P. *Políticas públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2016.
- SABER, S. E. *I Missão Grameen Bank: Conhecendo a mais importante experiência de microcrédito do cenário internacional*. Brasília: SABER, 1999.
- SANTOS, Boa Ventura de. Os processos de globalização. In: _____. *Globalização: fatalidade ou utopia* (p. 31-106). Porto: Afrontamento, 2001.
- SANTOS, Dário Azevedo dos. *Impactos sociais e ambientais de projeto de macro drenagem da Bacia do Una: Um estudo sociológico*. Belém/PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1998. Disponível em: <<http://www.bc.ufpa.br/>>. Acesso: 10 mar. 2016.

- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, L. I. *Ampliando capacidades técnicas e políticas para incidência na política educacional do Estado do Pará*. Belém: Instituto Universidade Popular - UNIPPOP, 2013.
- SILVA, R. M. *Trajatória e importância da UNISOL Brasil*. UNISOL, 2015. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br>>. Acesso: 1 fev. 2016.
- SINGER. (2014u). *Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária*. Brasília: IPEA, n. 56, 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: 25 jan. 2016.
- _____. *ANTEAG: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. “Economia Solidária”. In: *Estudos Avançados*, v. 22 n.62, São Paulo, 2008. Entrevistador: P. S. Oliveira. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso: 22 fev. 2016.
- SOUZA, A. L. Políticas públicas de emprego urbano em Belém: a inserção de trabalhadores em cooperativas populares. In: *XLIV Congresso da SOBER*, 2006a. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/>>. Acesso: 14 abr. 2016.
- SOUZA, A. R. *A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola*, 2003. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/>>. Acesso: 9 abr. 2016.
- SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. Disponível em: <<http://noamazonaseassim.com.br/>>. Acesso: 30 mar. 2016.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Editora Paz e Terra, 3 vols, 1987.
- UNIÃO Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES. *Carta Aberta*, 2016. Disponível em: <<http://unicafes.org.br/>>. Acesso: 23 maio 2016.
- VIEIRA, F. M. *Coerência e Aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos Coletivos de Produção do MST em Mato Grosso do Sul*. São Paulo: USP, 2005.

- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- YIN, R. *Estudo de Caso. Planejamento e Método*. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <<https://saudeglobaldo-torg>>. Acesso: 30 ago. 2015.
- ZOOTZ, W. “O Teatro da Paz, em Belém/PA”. In: *Brasil Turismo*, 2016. Disponível em: <<https://www.brasil-turismo.com>>. Acesso: 23 maio 2003.

Em 2015 foi realizada a parceria entre a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso/Brasil) para o desenvolvimento de um programa de pós-graduação (stricto sensu), o “Maestria: Estado, Governo e Políticas Públicas”.

Para celebrar essa experiência, selecionamos cinco dissertações reunidas aqui neste volume. Para a escolha, além da qualidade dos textos e da reflexão acadêmica, consideramos a temática, os diferentes olhares e as ricas experiências de milhares de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) que se espalham pelo país.